



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
E CIÊNCIAS EXATAS – RIO CLARO**



---

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

---

# **EDENISMO E IDEOLOGIA ESPACIAL NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO (1930-1986)**

**GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO**

Rio Claro - SP  
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
*Câmpus* de Rio Claro

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

**EDENISMO E IDEOLOGIA ESPACIAL NO  
IMAGINÁRIO BRASILEIRO (1930-1986)**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia, na área de Organização do Espaço. Linha de Pesquisa: Espaço, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro - SP  
2016

910.09 Araújo, Gilvan Charles Cerqueira de  
A663e      Édenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro  
(1930-1986) / Gilvan Charles Cerqueira de Araújo. - Rio  
Claro, 2016  
511 f. : il., figs., gráfs., quadros, fots., mapas, plant.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Geografia - história. 2. Ufania edênica. 3. Pensamento  
geográfico. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP  
Campus de Rio Claro/SP

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

**EDENISMO E IDEOLOGIA ESPACIAL NO IMAGINÁRIO  
BRASILEIRO (1930-1986)**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia, na área de Organização do Espaço. Linha de Pesquisa: Espaço, Cultura e Sociedade.

Comissão Examinadora

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy  
Orientador (UNESP – Rio Claro\SP)

---

Profa. Dra. Bernadete Castro Oliveira  
Membro Interno (UNESP – Rio Claro\SP)

---

Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki  
Membro Externo (USP – São Paulo)

---

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto  
Membro Externo (USP – São Paulo)

---

Prof. Dr. Dante Flávio da Costa Reis Júnior  
Membro Externo (UnB – Brasília)

Rio Claro-SP, 17 de outubro de 2016

A eles novamente...

## **Agradecimentos**

Ao professor Paulo Godoy, orientador desta Tese de doutoramento, agradeço pelo acolhimento, contribuições, discussões e inestimável colaboração no constructo de minha trajetória universitária, e por ser o melhor mentor intelectual que um estudante de Geografia poderia ter.

Ao professor Dante, um mestre que tive, e ainda terei, ao longo de toda minha passagem pelos meandros do pensamento geográfico, agradeço pelos diálogos e discussões.

Aos professores Júlio Suzuki, Manoel Fernandes de Sousa Neto e Bernadete Castro Oliveira, agradeço por comporem a banca de defesa, e especialmente, ao professor Júlio e Fabrício Gallo, pelas essenciais contribuições na mesa de qualificação.

Ao Departamento de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Unesp campus de Rio Claro\SP, agradeço pela recepção da minha pesquisa e pela bolsa de estudos nos primeiros meses de trabalho.

*Le silence éternel de ces espaces infinis m'effraie* (Blaise Pascal)

**Resumo:** o edenismo como ufanismo nacional é um fenômeno secular no continente americano, cuja origem se deu ainda nas fases iniciais das expedições de colonização do Novo Mundo. Com o Estado nacional brasileiro não seria diferente, e o espaço geográfico receberia igual carga canônica do imaginário ufanista sobre suas características naturais como advento para o orgulho de seu povo. Com o passar dos anos, governos e olhares sobre esta carga mítica fundacional surgiram, novas interpretações foram somando-se ao substrato maior da ufanismo telúrica, ganhando direções diversificadas, seja do ponto de vista econômico, político, imaginário ou cultural, sempre tendo o espaço geográfico como principal aporte para a reificação do edenismo secular, mantendo-o como ideologia espacial basilar, independente dos acréscimos e releituras que se faziam do mesmo. Por estas razões, a especificidade do Brasil neste cenário de ufanismo telúrico, inerentemente associado às características de seu território, por sua extensão e diversidade natural e social, faz com que a Geografia e o pensamento geográfico apresentem amplas possibilidades de análise e discussão dos significados atribuídos à natureza, ao território, à nação e à identidade no interior do discurso canônico da mística do paraíso terreal, através de uma ideologia geográfica que inventa e reinventa a história de sua formação econômica e territorial calcada em tais valorações edênicas. O objetivo central deste estudo é o desenvolvimento da análise geográfica das ideologias do mito fundador da identidade nacional no Brasil, a partir da identificação histórica, política, econômica, espacial e social da permanência do ufanismo em relação ao território brasileiro, em específico no que tange ao recorte temporal estabelecido, qual seja, a extensão do século XX. Em conjunto com este objetivo geral, elencam-se os objetivos específicos os quais serão buscados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, como analisar a historicidade e espacialidade da canonização do discurso edênico em relação ao Brasil, em específico no recorte temporal estabelecido para a realização desta proposta, ou seja, de 1930 a 1986; elaborar um arcabouço teórico e conceitual de sustentação dos argumentos que compõem o núcleo da premissa do trabalho, como território, ufanismo, edenismo, identidade, imaginário, nação e Estado nacional; identificar, na historiografia da formação e dinâmica do território brasileiro, os elementos que justificam a afirmativa da premissa do trabalho, qual seja, a da ufanismo edênico como fonte para identidade nacional; apresentar as principais ideologias geográficas vinculadas à valorização dos aspectos espaciais da nação como fundamento do seu potencial identitário, e, em particular, o caso brasileiro em relação a este processo; analisar as representações, em termos de sua aceitação, contestação ou negação, deste fundamento ideológico edênico, e a expressividade discursiva dessas representações no imaginário canônico em suas manifestações singulares. Considerando que, para a conformação do argumento analítico de um trabalho acadêmico são necessárias bases fundamentais que sustentem tal aparato teórico e metodológico, bem como que os materiais e a metodologia caminham lado a lado desde os passos de captação e organização das informações, até a interpretação deste aparato bibliográfico e das demais fontes da pesquisa, procura-se assentar um fundamento múltiplo, teórico e metodologicamente amparado pela ciência geográfica, sem abdicar das correlações e contribuições das demais áreas do conhecimento neste processo. Nestas condições é que se vinculam elementos teóricos com vistas a garantir as pretensões da premissa do estudo, tais como a ideologia espacial e a historicidade e espacialidade do pensar e fazer Geografia. Em concordância com este substrato categórico e conceitual, que permeia todo o núcleo analítico da pesquisa, somam-se os instrumentos de análise, que auxiliam na construção do agrupamento, seleção, exposição e confrontação dos resultados apurados no decurso do trabalho desenvolvido. Espera-se, portanto, com a presente Tese, oferecer ao campo das pesquisas geográficas um acréscimo de referências, reflexões, fontes e associações que permitam colocar em evidência a intensa e perene presença da ufanismo edênica na constituição do Estado nacional brasileiro, em meio às suas complexidades, aberturas temáticas e articulações teóricas e metodológicas.

**Palavras-chave:** Ufanismo Edênico; Imaginário; Pensamento Geográfico; Ideologia Espacial; Território



**Abstract:** edenism as national pride is a secular phenomenon in the American continent, also initiated in the early stages of the New World colonization expeditions. And, with the Brazilian national state would be no different, receiving an equal canonical burden of vainglorious imagery of its natural features as coming to the pride for population. Over the years, governments and point of views about this foundational mythic emerged, new interpretations were adding to the larger substrate telluric pride, winning diverse directions is economically, politically, imaginary or cultural, always having the geographical space as main contribution to the reification of the secular edenism, keeping it as a basic spatial ideology, regardless of additions and reinterpretations that did the same. For these reasons, the specificity of Brazil in this telluric jingoism scenario is inherently associated with the characteristics of its territory, by its size and natural and social diversity, makes geography and geographic thought present huge opportunities for analysis and discussion of the meanings attributed to nature, territory, nation and identity within the canonical discourse of the earthly paradise, through a geographic ideology that invents and reinvents the history of its economic and territorial formation modeled on such edenic valuations. The main objective of this study is to develop the geographical analysis of the ideologies involving the founding myth of national identity in Brazil, from the historical identification, political, economic, spatial and social jingoism of permanence in relation to Brazil, in particular with respect the established time frame, the extension of the twentieth century. And together with this larger goal we list up particularities which will be sought throughout the development of research to analyze the historicity and spatiality of the edenic canonization discourse in relation to Brazil, in particular the time frame set for the completion of this proposal, between 1930 to 1986; develop a theoretical and conceptual framework at support of the arguments that make up the core of the working premise, as a territory, jingoism, edenism, identity, imagination, nation and nation state; identify the historiography of formation and dynamics of the Brazil documentation justifying the assertion of the working assumption on the edenic pride as a source for national identity; present the main geographical ideologies linked to the appreciation of the spatial nation's aspects in support of its identity potential, and in particular the case of Brazil in relation to this process; analyze the representations in terms of its acceptance, challenge or denial of this edenic ideological foundation and discursive expressiveness in these canonical imagery in their singular manifestations. And for the conformation of the analytical argument of an academic work are necessary fundamentals to support this theoretical and methodological basement. Materials and methods are side by side since the steps of collection and organization of information to the interpretation of bibliographic apparatus and other sources of research. then sought, thus, become one theoretical foundation manifold and methodologically supported by the geographical science, without giving up the correlations and contributions from other areas of knowledge in this process. Under these conditions it is that link theoretical elements in order to ensure such claims of the study premise, they are: the spatial ideology and historicity and spatiality of thinking and doing geography. In accordance with this categorical and conceptual substrate, which permeates the entire analytical core of the research, add to the analytical tools that help in the construction of the grouping, selection, display and comparison of results obtained in the course of their work. It is expected, therefore, with this thesis, provide the field of geographical surveys an increase of references, reflections, sources and associations that allow to highlight the strong and enduring presence of the edenic pride in the constitution of the Brazilian national state, among of its complexities, thematic gaps and theoretical and methodological joints.

**Keywords:** Jingoism Edenic; Imaginary; Geographical Thought; Space Ideology; Territory

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Representação da Ilha Brasil (a oeste da Irlanda) de Abraham Ortelius , 1571 .....	4
Figura 02: Jan Brueghel, Peter Paul Rubens, Het aardse paradijs met de zondeval van Adam en Eva,c. 1615 .....	10
Figura 03: Jan Brueghel de Jonge, Het paradijs met de zondeval van Adam en Eva,c. 1630..	10
Figura 04: Mapa de Giovanni Battista Ramusio, <i>Primo volume dele navigationi et viaggio in molti</i> , 1552.....	23
Figura 05: Fragmento do mapa de 1513. Piri Reis (Muhiddin Piri), Istambul.....	23
Figura 06: Pierre Descelliers (original: 59,5x77,5cm), 1546. ....	24
Figura 07: The eastern Pacific Ocean with Central America and parts of North and South America, 1558 de Diego Homem. ....	24
Figura 08: Abraham Govaerts, <i>Boslandschap met zigeunerinnen</i> ,1612 .....	29
Figura 09: Delle Navigationi et Viaggi, 1556 de Giacomo Gastaldi e Giovanni Battista Ramusio .....	30
Figura 10: Descrizione di tutto il mondo secondo la pratica de marinari de 1597-8 de Giovanni Antonio Magini e Girolamo Porro.....	36
Figura 11: Nova Totius Americae Descriptio, 1660 de Frederick de Wit.....	36
Figura 12: Propaganda Política de Getúlio Vargas .....	109
Figura 13: <i>Leo Hollandicus</i> , de Claes Jansz. Visscher, 1648.....	118
Figura 14: Carte Symbolique De L'Europe de 1915.....	118
Figura 15: Statue Regum Europaeoru P.C.M. Nomina Continents, 1728, de Matthaus Seutter .....	119
Figura 16: Diploma do Correligionário .....	133
Figura 17: Mapa estado de São Paulo, Revolução de 1932.....	133
Figura 18: Publicações relacionadas à Era Vargas e ao DIP .....	141
Figura 19: Mapa da República dos Estados Unidos do Brasil de 1889.....	145
Figura 20: Mapa do Brasil 1940 .....	146
Figura 21: República dos Estados Unidos do Brasil, 1950 .....	147
Figura 22: 4º Período do Sistema Ferroviário Brasileiro, 1911-1930. ....	149
Figura 23: Evolução da Malha Municipal, 1940. ....	150
Figura 24: Claudio e Orlando Villas-Bôas no início da Expedição Roncador-Xingu, em contato com os indígenas.....	162
Figura 25: Presidente Jânio Quadros e Orlando Villas-Bôas no Parque Nacional do Xingu. 162	
Figura 26: no sentido horário, <i>Vai também para a Amazônia, protegido pelo SEMTA</i> ; Vida Nova na Amazônia; Rumo à Amazônia, a Terra de Fartura; Mais borracha para a vitória. ..	179
Figura 27: Quantidade de Imigrantes .....	186
Figura 28: Juscelino Kubitschek em sua primeira visita ao Planalto Central, 1956. ....	213
Figura 29: Distribuição das vias de circulação estaduais e federais, 1960.....	227
Figura 30: Distribuição das Rodovias Federais em 1960.....	228
Figura 31: Capa dos planos Salte e Programa de Metas de JK .....	230
Figura 32: Receitas e Despesas da União .....	231
Figura 33: PIB a custo de fatores, segundo a atividade econômica, de 1955-2008 .....	232

Figura 34: Capa da edição de 1956 de <i>Tipos e aspectos do Brasil</i> , do CNG.....	240
Figura 35: Região Norte, gravura de Percy Lau .....	241
Figura 36: representação do mercado Vero-Peso em Belém/Pará 1954-57 de Percy Lau. ....	241
Figura 37: Os tipos brasileiros expostos na edição de 1956 da Revista Brasileira de Geografia. .....	242
Figura 38: propaganda para sucessão Lott no governo (detalhe para a imagem do Vargas) .	248
Figura 39: Ex-presidente Juscelin Kubitschek .....	250
Figura 40: Juscelino com Lúcio Costa na futura Brasília e na capa da <i>Time</i> .....	252
Figura 41: Kubitschek explicando seu Plano de Metas .....	254
Figura 42: Mapas mostrando a localização do Distrito Federal em relação às capitais brasileiras, ao continente americano e ao potencial hidrelétrico brasileiro. Entre 1953-1956. .....	256
Figura 43: República dos Estados Unidos do Brasil de 1960.....	257
Figura 44: cena do programa <i>Clube do Lar</i> extinga TV Paulista em 1963 .....	280
Figura 45: Anuncio de moda, Década de 50, TV Record.....	281
Figura 46: Entrevista do ex-presidente Kubitschek ao jornal <i>O Cruzeiro</i> , 2 de abril de 1960. .....	281
Figura 47: Propagandas comerciais da década de 1960 (1).....	284
Figura 48: Propagandas comerciais da década de 1960 (2).....	284
Figura 49: Congresso Nacional .....	269
Figura 50: Torre de TV Digital em Sobradinho e 000 .....	269
Figura 51: Proposta Original do Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa, 1956.....	272
Figura 52: Trabalhador da “Cidade Livre”, atual Núcleo Bandeirante - DF.....	272
Figura 53: Sol Nascente no DF, maior favela da América Latina.....	276
Figura 54: Itapoã no DF .....	276
Figura 55: Mapa da Excursão nº 1, realizada em 1954, na região Central do Brasil .....	294
Figura 56: Excursão 2 - zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce .....	295
Figura 57: Parâmetros de valoração Regional .....	297
Figura 58: Hanking das zonas valoradas por poscionamento.....	297
Figura 59: Mapa do Sudeste do Planalto Central Brasileiro .....	298
Figura 60: Colônia agrícola em Corumbá .....	300
Figura 61: Boiada nas proximidades de São Gotardo/MG.....	300
Figura 62: Mapeamento Vale do São Francisco.....	304
Figura 63: Termo Geral de Valoração do Grau de Centralidade.....	313
Figura 64: Diretrizes de valoração em áreas centrais .....	314
Figura 65: Fatores e formas das paisagens naturais e culturais segundo Carl Sauer.....	318
Figura 66: soldado em guarda à frente do congresso em 1968, imagem de Orlando Brito. ...	323
Figura 67: Imposto Inflacionário de 1964 a 1985 .....	329
Figura 68: PIB do Brasil entre 1948-2010, sobreposto às “ondas jovens” na população .....	331
Figura 69: Construção da Usina de Itaipu em 1982 .....	338
Figura 70: Construção de Angra 1, 1971.....	338
Figura 71: Regiões Metropolitanas – População Total na Periferia (1970-1980).....	341
Figura 72: Rodovias federais brasileiras em 1980. ....	349
Figura 73: Evolução da malha municipal, 1980.....	350

Figura 74: Regiões metropolitanas, 1974. ....	351
Figura 75: A Segurança Nacional.....	364
Figura 76: Proposta de Divisão da Antártida. ....	374
Figura 77: Estratégia, Geopolítica e Geoestratégia .....	375
Figura 78: A área pivô mundial.....	377
Figura 79: Proposta de Equilíbrio Regional. ....	378
Figura 80: Representação da Transmazônica, em 1972. Desenho de Percy Lau em 1975. ....	382
Figura 81: República Federativa do Brasil - 1970.....	386
Figura 82: República Federativa do Brasil - 1980.....	388
Figura 83: Complexos Regionais de Pedro Geiger de 1967.....	389
Figura 84: Domínios Morfoclimáticos, de 1965 .....	393
Figura 85: Unidades Morfo-Esculturais do Brasil.....	394
Figura 86: Selo comemorativo conquista Copa de 1970.....	401
Figura 87: Jogadores brasileiros são recebidos com festa em Brasília, 1970. ....	401
Figura 88: Médici cumprimenta atletas da seleção brasileira de futebol, em 1970.....	403
Figura 89: Usina Presidente Bernardes .....	403
Figura 90: Evolução das Bandeiras do Brasil.....	413
Figura 91: Composição das proibições de publicar, 1970-1978. ....	419
Figura 92: Unidades inspecionadas e censuradas pela Divisão de Censura e Divisões Públicas do Departamento de Censura Federal, 1976.....	420
Figura 93: Onda repressiva do governo Médici. Desaparecido e ordens de não publicar. ....	421
Figura 94: Conteúdo das proibições de publicar, 1970-1978.....	422
Figura 95: Divisão regional do Brasil, 1988.....	451
Figura 96: Divisão Regional proposta por Milton Santos e Maria L. Silveira.....	452

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Organizações e Instituições criadas durante os anos de governo Vargas.....	169
Quadro 02: Evolução da população brasileira.....	186
Quadro 03: Os pioneiros do IBGE .....	207
Quadro 04: Superintendências de Desenvolvimento.....	220
Quadro 05: Expedições geográficas, início do período militar. ....	333
Quadro 06: Empreendimentos de grande porte durante a Ditadura Militar .....	335
Quadro 07: Programas governamentais do período .....	339
Quadro 08: Os Planos Nacionais de Desenvolvimento .....	340
Quadro 09: Os Atos Institucionais (Colocar na discussão sobre a segurança nacional) .....	356
Quadro 10: Obras de Therezinha de Castro.....	373

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: EDENISMO, IMAGINÁRIO E IDEOLOGIA</b> .....	<b>4</b>
1.1 ANTECEDENTES DO EDENISMO NAS AMÉRICAS .....	5
1.1.1 O mito fundacional .....	6
1.1.2 Exploração das riquezas das terras .....	27
1.1.3 A conquista do paraíso em suas fronteiras e sertões .....	41
1.2 O IMAGINÁRIO CANÔNICO E OS SÍMBOLOS EDÊNICOS .....	50
1.2.1 O cânone .....	51
1.2.2 A imagem, o Imaginário e a Imaginação.....	57
1.2.3 As representações dos símbolos edênicos .....	65
1.3 A IDEOLOGIA ESPACIAL .....	74
1.3.1 Sobre a ideologia .....	75
1.3.2 O ideologismo científico .....	82
1.3.3 A ideologia pelo viés espacial .....	90
1.3.4 As geografias e suas ideologias .....	95
1.3.4.1 <i>As ideologias geográficas e o edenismo</i> .....	104
<b>CAPÍTULO 2: PERÍODO GETULISTA [1930-1945] – O TERRITÓRIO COMO (RE) INVENÇÃO DO BRASIL</b> .....	<b>109</b>
2.1 PRERROGATIVAS IDEOLÓGICAS DO PROJETO NACIONAL: O PODER SIMBÓLICO E A TERRITORIALIDADE DO ESTADO.....	110
2.1.1 A corporeidade territorial do Leviatã .....	111
2.1.2 O nacional pelo seu território simbolizado.....	120
2.2 GETÚLIO VARGAS: OS ANOS 1930, A PROPAGANDA POLÍTICA E O SALVACIONISMO PÁTRIO.....	127
2.2.1 A centralização do poder estatal e a propaganda política.....	128
2.2.2 Modernização do território .....	142
2.2.3 A busca pelo fundamento simbólico da identidade nacional brasileira.....	154

2.3 O LABOR GEOGRÁFICO COMO PRERROGATIVA AO PROJETO NACIONAL (E IDEOLÓGICO) GETULISTA .....	171
---	-----

2.3.1 A decifração espacial em projeto.....	172
---	-----

2.3.2 O pensamento geográfico brasileiro institucionalizado.....	189
--	-----

2.3.2.1 Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) .....	195
---	-----

2.3.2.2 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) .....	202
--	-----

### **CAPÍTULO 3: O DESENVOLVIMENTISMO [1946-1964] – A CONTINUIDADE DO PROGRESSO TERRITORIALIZADO .....**

**213**

3.1 AS BASES DO DESENVOLVIMENTISMO NACIONALISTA .....	214
---	-----

3.1.1 Sobre o desenvolvimentismo.....	215
---------------------------------------	-----

3.1.2 A base econômica para a (re)invenção do edenismo racionalizado .....	234
--	-----

3.2 A ERA JK E SUA LEITURA SOBRE O UFANISMO TELÚRICO SECULAR BRASILEIRO.....	245
--	-----

3.2.1 O personagem político por trás do homem público.....	246
--	-----

3.2.2 Brasília: a metasíntese de um contexto.....	260
---	-----

3.2.3 Os meios de comunicação e seu papel central no período desenvolvimentista .....	278
---	-----

3.3 A MATURAÇÃO DO SABER GEOGRÁFICO EM MEIO À TRANSIÇÃO POLÍTICA DOS ANOS DE 1960 .....	288
---	-----

3.3.1 Planificações, parâmetros e a organização do espaço geográfico brasileiro.....	289
--	-----

3.3.2 A alvorada epistêmica da Geografia no Brasil .....	306
--	-----

3.3.2.1 A ordenação do espaço urbano para o desenvolvimento .....	311
---	-----

3.3.2.2 Da Geografia Ativa às significações morfológicas da paisagem e do lugar .....	314
---	-----

### **CAPÍTULO 4: OS MILITARES NO PODER [1964-1986] – A NAÇÃO VISTA PELA FORÇA DO SEU FIRMAMENTO.....**

**323**

4.1 O GOLPE E A REVOLUÇÃO: CONTORNOS E IDIOSINCRASIAS DE UM CONTEXTO.....	324
---	-----

4.1.1 A ditadura entre a força e o velamento de sua estrutura econômica .....	325
---	-----

4.1.1.1 pesquisa científica e a infraestrutura nacional .....	332
---	-----

4.1.1.2 O ônus do milagre .....	345
---------------------------------	-----

4.1.2 A segurança nacional do regime militarista .....	353
--	-----

4.1.2.1 A defesa e integração do território nacional .....	359
--	-----

4.2 A GEOESTRATÉGIA E O APELO VERDEAMARELISTA .....	368
4.2.1 Geopolítica e Geoestratégia.....	369
4.2.1.1 <i>O geoestrategismo</i> .....	372
4.2.1.2 <i>Regionalizar para integrar</i> .....	384
4.2.1.3 <i>A regionalização: do político ao físico</i> .....	392
4.2.2 A potência <i>espetacular</i> do verdemaralismo na ditadura .....	397
4.2.2.1 <i>O verdeamerelismo</i> .....	409
4.2.2.2 <i>A censura</i> .....	417
4.3 DO CONTROLE DA FORMAÇÃO GEOGRÁFICA AOS NOVOS HORIZONTES DA ATUALIDADE .....	426
4.3.1 A formação discente e o ambiente escolar: alvos do nacionalismo militar.....	427
4.3.2 As novas tendências e perspectivas para a Geografia brasileira .....	442
4.3.2.1 <i>O futuro do presente: a quantificação, a crítica e a cultura</i> .....	449
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>463</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>466</b>



## INTRODUÇÃO

A efetivação de um projeto de estudo com vistas a se adequar às exigências para composição de doutoramento requer um tema capaz de assegurar a empunhadura desta responsabilidade. O desafio posto no debate a ser desenvolvido concentra-se na questão do imaginário e ideologias edênicos, principalmente em se tratando de sua relação com o pensamento geográfico, que, de um modo ora mais indireto ora mais proximal, possui e ainda possui conexões com a mitologia fundacional do paraíso terreno. Deste modo, o edenismo se coloca como uma destas possibilidades, por se tratar de um centro de multiplicidade temática, com uma abrangência imensurável.

Por esta razão, entra em cena a necessidade de um recorte, científico do ponto de vista sintético e cronológico (ou corológico) em termos analíticos. No primeiro caso, agrupar-se-ão elementos mediatos e correlatos pertinentes ao tema estudado, utilizando-se, para isto, uma fonte científica, que, no caso do presente estudo, é representada pela ciência geográfica. Já o recorte temporal tem como principal objetivo estabelecer uma delimitação que contribua no engendramento da coleta e seleção de dados específicos, com base nestes limites, a fim de favorecer a busca pelas respostas que se almeja alcançar na construção dos questionamentos deste estudo em específico.

Portanto, é imprescindível uma dialogia teórica e metodológica, em conjunto com um aprofundamento epistemológico, quando os objetivos das inquirições voltam-se à própria historicidade e geograficidade da produção do conhecimento, pois, ao falar em edenismo, tanto um como outro aspecto surgem como necessários para o alcance de algumas das principais idiosincrasias. Se se analisa, por exemplo, a discursividade edênica, alinhada em seu potencial ideológico, prático e imaginativo no e pelo espaço geográfico, então é necessária tanto uma retomada dos acontecimentos históricos que a fundamentaram, como também da abrangência e receptividade geográfica que a caracterizou, devido ao amparo territorial componente do escopo teórico e metodológico da Geografia.

No que se refere à delimitação temporal, conforme a titulação da Tese atesta, está contida no período de 1930 a 1986, em função, principalmente, de dois motivos. O primeiro diz respeito a uma continuidade de estudos, advindo de uma prévia de pesquisa, ocorrida durante desenvolvimento da Dissertação de Mestrado do autor, intitulada “*Do Ufanismo Edênico ao Saudosismo Heróico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro*”, defendida na Universidade de Brasília, em 2013; apesar de elencar, em sua

finalização, elementos correspondentes a fatos contemporâneos do ufanismo edênico e territorial, a pesquisa realizada foca os períodos colonial, imperial e republicano (pré-getulista) de nossa historiografia. O segundo motivo é a riqueza política, ideológica, simbólica e econômica deste período, que possibilita colocar em pauta as linhas gerais do questionamento a respeito da permanência do mito fundacional edênico na atualidade, especificamente em relação ao Estado nacional brasileiro. Esta especificidade se dá pela representação histórica e geográfica na projeção da concretude do Paraíso Terreal no Brasil, voltada com mais intensidade à sua vertente econômica erigida a partir das simbologias seculares do edenismo.

E, em sendo um mito, o edenismo sofre um contínuo movimento de reificação, interpretação, representação e manifestação de suas características, observáveis, por exemplo, nas diferentes escolas de pensamento (ideologias) geográfico brasileiro. O território brasileiro abarcou muitos destes aspectos num direcionamento do imaginário edênico em suas dimensões continentais, riqueza faunística e florística, histórico particular em meio ao movimento de exploração marítima do século XVI, dentre outros.

Desta forma, analisar o processo de desenvolvimento nacional, territorial, simbólico e político do Estado nacional requer uma angariação de fatores, vetores e selecionadas variáveis. No que se refere especificamente ao cenário brasileiro, observa-se, ainda, uma diversidade de variáveis – como as citadas – que, juntas, compõem uma particularidade especial, a saber, a relação proximal e inerente que edenismo teve com sua territorialidade, permanecendo em diferentes escalas e representações ao longo do tempo.

Há, então, as objetivações, justificativas, recorte temático, escolha científica e repartição temporal para a composição do constructo a ser estudado. Conforme será exposto no decorrer do trabalho, a ciência geográfica possui um protagonismo em meio ao edenismo em sua temporalidade e espacialidade. Essa especialidade da Geografia se dá pelo fato de a mitologia edênica, fundada no imaginário do Paraíso Terreal, estar intimamente, senão inevitavelmente, relacionada ao espaço, por este compor o seu fundamento de concretude do qual e pelo qual emanam seus principais elementos imagéticos, a depender do lugar e época, transmutados em possibilidades de exploração ideológica, política e econômica.

Atualmente, a perenidade do uso do discurso edênico no âmbito econômico,, diretamente ligado a sua potência territorial, é perceptível em diferentes formas de manifestação, na contínua reinterpretação e uso do mito fundacional edênico direcionado às Américas na chegada dos europeus. A exaltação das riquezas naturais como fonte simbólica

acaba por ganhar força conforme suas potencialidades imagéticas encontram recursos de expansão da força discursiva, como meios de comunicação, aumento das produções históricas e geográficas específicas dos países latinos e, talvez o mais importante, o alcance social do edenismo, temporal e espacialmente.

Seguindo estas premissas apresentadas para a presente pesquisa, temos, em resumo, a divisão temática dos capítulos ao longo da Tese. A entrada do estudo dá-se por uma recapitulação do edenismo secular americano, e conceitos-chave como cânone, imaginário e ideologia espacial são explanados com maior profundidade teórica, justamente por serem basilares nas análises posteriores, dos demais capítulos. O segundo capítulo é voltado ao período de Getúlio Vargas no poder executivo brasileiro, de maneira a direcionar o olhar geográfico aos anos getulistas, sua exploração simbólica e geográfica da ufanía telúrica, seguido dos discursos de racionalização, modernização e busca pelo progresso do Brasil, sempre tendo como apoio e suporte o conhecimento científico e geográfico em suas empreitadas.

Em continuidade com o cenário getulista, o terceiro capítulo volta-se aos anos desenvolvimentistas e, em especial, ao período em que Juscelino Kubitschek esteve à frente do poder central nacional. Em seus *50 anos em 5*, o ex-presidente mineiro promoveu a maior corrida de modernização do território brasileiro, aproveitando-se de muitas das bases políticas populistas de Vargas, mas expandindo seu discurso e intervenção em um nível nunca visto anteriormente, ousadia esta simbolizada na construção da nova capital nos sertões planálticos do país, como monumento máximo de conquista das benesses naturais aludidas reincidentemente no discurso edenista do mito fundacional brasileiro.

Por fim, a abordagem do período da ditadura militar fecha o presente estudo. Os anos do regime ditatorial foram os que mais se aproveitaram do discurso secular edênico como fonte para sua ufanía telúrica. Em meio a políticas coercitivas, ações econômicas de velamento social da realidade demográfica, bem como o uso explícito e incisivo dos temas e símbolos nacionalistas sintetizaram as marcas deixadas pelos governos militares brasileiros até os dias atuais. O pensamento geográfico passou por profundas transformações ao findar do regime, pois, se nos idos de 1970, nos anos mais duros dos generais presidentes, havia uma orientação de maior rigor estatístico e quantitativo, com a chegada da redemocratização novos rumos foram apontados para o futuro, e atual presente, da ciência geográfica no Brasil.

## CAPÍTULO 1: EDENISMO, IMAGINÁRIO E IDEOLOGIA

Figura 01: Representação da Ilha Brasil (a oeste da Irlanda) de Abraham Ortelius , 1571  
# 5439; Euro 1500



Fonte: <http://www.orteliusmaps.com/>

*Quando da bela vista e doce riso,  
tomando estão meus olhos mantimento,  
tão enlevado sinto o pensamento  
que me faz ver na terra o Paraíso.*

*Tanto do bem humano estou diviso,  
que qualquer outro bem julgo por vento;  
assi, que em caso tal, segundo sento,  
assaz de pouco faz quem perde o siso.*

*Em vos louvar, Senhora, não me fundo,  
porque quem vossas cousas claro sente,  
sentirá que não pode merecê-las.*

*Que de tanta estranheza sois ao mundo,  
que não é de estranhar, Dama excelente,  
que quem vos fez, fizesse Céu e estrelas.*

(Luís Vaz de Camões, 1595)

## 1.1 ANTECEDENTES DO EDENISMO NAS AMÉRICAS

O edenismo é um fenômeno histórico que ultrapassou as fronteiras entre os meios pelos quais seu alcance pode ser visto, analisado e compreendido. Ao longo de mais de quinhentos anos, desde as primeiras investidas ultramarítimas europeias no início do Renascimento, simbologias foram construídas, objetivações espacialistas modificaram-se e interesses econômicos foram direcionados à ideação do Éden terreno, identificando-o, principalmente, com as novas terras a Oeste do Oceano Atlântico, de maneira a constituir o mito fundador desta região, como sugere o poema de Camões, e a já cartografada Ilha Brasil, ainda em meio às ilhotas britânicas.

As novas terras americanas receberam de imediato toda a carga mítica do Paraíso Terreal, por suas características naturais, antrópicas e, principalmente, por se ajustarem ao ideário secular europeu sobre este tema. Mesmo quando não encontraram de imediato as referências paradisíacas em concordância com suas expectativas, como foi o caso do ouro na parcela leste do subcontinente sul-americano, outras simbologias atrelaram-se ao mito, de forma a fornecer a justificativa, razão e motivação para sua exploração; a busca pelas riquezas nos “sertões” (existentes até o nosso passado republicano recente) são o melhor exemplo desta adaptabilidade e reificação do mito fundacional.

Neste primeiro capítulo, procuraremos abordar alguns conceitos, categorias e fundamentos que nos ajudarão a compreender a profundidade e complexidade da temática edênica. Neste percurso, encontraremos desde a base mitológica e mística até a racionalização, exploração e profanação do escopo imagético e do ideário edênico secular, aspectos estes encontrados até os dias atuais em novas leituras, reificações, potencialização ou refutação do simbolismo em torno do Paraíso Terreal americano.

Este embasamento histórico é fundamental e imprescindível para a coesão temática do presente estudo. O ideário edênico, ao longo dos séculos e nas décadas do recorte temporal desta Tese, foi transmutado em ufanía telúrica, engendrado como uma ideologia espacial envolta em interesses econômicos e intencionalidades políticas. Este movimento ocorreu devido à perenidade e força do discurso edênico na sociedade, sendo objeto de exploração constante das forças estatais e comerciais que serão expostas no decorrer do desenvolvimento deste estudo.

### 1.1.1 O mito fundacional

De início, é importante ressaltar que, na abertura deste estudo, não será possível expor em poucas páginas todos os elementos que compõem a complexidade da temática do Paraíso Terreal projetado no continente americano. No entanto, é exequível elencar alguns destes aspectos, que se configuram como principais para a estruturação argumentativa e analítica proposta neste trabalho, entre os quais figura a questão da relação do espaço geográfico com o discurso e prática edenista, sua presença nas ideologias geográficas, juntamente com a questão da identidade nacional, e sua infiltração histórica e geográfica no território brasileiro.

Para que este objetivo principal seja alcançado, é necessária uma retomada da principal fonte de emanção da mitologia edênica, e sua influência tanto no imaginário social como na composição de uma ideologia espacial, que fortalecem e fundamentam o próprio edenismo. Como ponto de partida, é preciso remetermo-nos à origem na qual surgiram as ideias edênicas, antes de receberem sua diáspora discursiva no continente europeu, exponenciado no final da Idade Média durante as grandes navegações.

O medievo esteve, desde o seu início, imbricado com uma forte e pujante influência da fé católica, tanto a apostólica romana como a ortodoxa grega, e é a partir desta presença religiosa que o mito edênico é erigido, ganha força no imaginário social europeu, e, posteriormente, em sua transposição pelos mitos de conquista americanos. Para efeito de recorte direto, e para posterior análise da mitologia, vejamos o que podemos chamar “ponto de origem” do edenismo, conforme exposto no *Gênesis* bíblico:

#### Gênesis 2

1 Assim foram acabados os céus e a terra, com todo o seu exército.

2 Ora, havendo Deus completado no dia sétimo a obra que tinha feito, descansou nesse dia de toda a obra que fizera.

3 Abençoou Deus o sétimo dia, e o santificou; porque nele descansou de toda a sua obra que criara e fizera.

4 Eis as origens dos céus e da terra, quando foram criados. No dia em que o Senhor Deus fez a terra e os céus

5 não havia ainda nenhuma planta do campo na terra, pois nenhuma erva do campo tinha ainda brotado; porque o Senhor Deus não tinha feito chover sobre a terra, nem havia homem para lavrar a terra.

6 Um vapor, porém, subia da terra, e regava toda a face da terra.

7 E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou-lhe nas narinas o fôlego da vida; e o homem tornou-se alma vivente.

8 Então plantou o Senhor Deus um jardim, da banda do oriente, no Éden; e pôs ali o homem que tinha formado.

9 E o Senhor Deus fez brotar da terra toda qualidade de árvores agradáveis à vista e boas para comida, bem como a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do conhecimento do bem e do mal. (A BÍBLIA SAGRADA, 2014, p. 1-2).

No trecho citado já é possível destacar algumas características sobre a ideação do Éden. Percebe-se que a origem do ser humano, segundo a Bíblia, está diretamente ligada à terra, a partir da qual o homem será criado e da qual tirará seu sustento. A menção à árvore do conhecimento (do bem e do mal), por sua vez, constitui o símbolo que se tornará recorrente em todas as metáforas, mensagens, contos, sermões e desenvolvimentos do texto bíblico. Aliada a esses dois aspectos há, ainda, a criação do jardim sagrado, o Éden, cuja expressão provém do hebraico *Gan Eden*, que significa, literalmente, grande planície, campo ou estepe paradisíacos.

Já o uso do termo “paraíso” vem de uma das traduções do termo de origem hebraica *paradeisos*, que possui relação com os “céus” dos gregos *παράδεισος*, os campos elísios, Ἡλύσιον πέδιον. Em sentido lato, portanto, o jardim do Éden seria o lugar ideal, no qual o pecado não existe, assim como guerras, morte e enfermidades, e onde há todo tipo de riqueza natural disponível para aqueles que o habitam (BULFINCH, 2002).

O segundo trecho do *Gênesis*, que complementa o primeiro, faz as referências mais diretas ao jardim do Éden, responsáveis por boa parte do embasamento discursivo do mito edênico europeu transferido para as Américas séculos atrás. Do versículo 10 ao 16 são incorporados os elementos físicos do edenismo, que permeiam o ideário religioso, como os rios do Éden Píson, Gíon, Tigre e Eufrates; a presença do ouro no solo também é frisada com uma das riquezas do paraíso; e a terra, lavrada e guardada para prover toda necessidade de alimento do homem:

10 E saía um rio do Éden para regar o jardim; e dali se dividia e se tornava em quatro braços.

11 O nome do primeiro é Píson: este é o que rodeia toda a terra de Havilá, onde há ouro;

12 E o ouro dessa terra é bom: ali há o bdélio, e a pedra de berilo.

13 O nome do segundo rio é Gíon: este é o que rodeia toda a terra de Cuche.

14 O nome do terceiro rio é Tigre: este é o que corre pelo oriente da Assíria. E o quarto rio é o Eufrates.

15 Tomou, pois, o Senhor Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e guardar.

16 Ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda árvore do jardim podes comer livremente;

17 mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dessa não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás.

18 Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora que lhe seja idônea.

19 Da terra formou, pois, o Senhor Deus todos os animais do campo e todas as aves do céu, e os trouxe ao homem, para ver como lhes chamaria; e tudo o que o homem chamou a todo ser vivente, isso foi o seu nome.

20 Assim o homem deu nomes a todos os animais domésticos, às aves do céu e a todos os animais do campo; mas para o homem não se achava ajudadora idônea.

21 Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre o homem, e este adormeceu; tomou-lhe, então, uma das costelas, e fechou a carne em seu lugar;  
 22 e da costela que o senhor Deus lhe tomara, formou a mulher e a trouxe ao homem.  
 23 Então disse o homem: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; ela será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada.  
 24 Portanto deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e unir-se-á à sua mulher, e serão uma só carne.  
 25 E ambos estavam nus, o homem e sua mulher; e não se envergonhavam. (A BÍBLIA SAGRADA, 2014, p. 1-2).

A partir do versículo 19, acrescentam-se os animais, a mulher como companhia do homem, assim como a naturalização do corpo nu, que não provoca vergonha, situação presenciada nos nativos americanos e identificada como elemento edênico pelos exploradores marítimos. Outro ponto aspecto a ser identificado como uma das bases do edenismo é o domínio humano sobre os bens naturais, vegetais, animais e minerais, conforme desenvolveremos no decorrer do trabalho, principalmente em relação a estas riquezas, e sua presença em abundância por toda a extensão do continente americano.

Conforme já demonstrado na etimologia da palavra paraíso, a origem de toda a mitologia edênica, ao se buscar os elementos que a mesma manifesta e representa, volta-se o olhar para a Idade Clássica Grega, em sua idealidade do mundo e do ser humano, buscando a perfeição de ambos. O termo utopia é originado nesta concepção helênica de um reduto terrestre no qual não haveria conflitos ou necessidades, e influenciou diretamente nas ideações imaginárias europeias de um lugar sagrado e sem imperfeições (BULFINCH, 2002).

Esta é a ideia do lugar que não há, ou existe apenas na dimensão imaginária e fantasiosa: o “ou” e “topos”, o lugar em nenhum lugar, ουτοπία. O Paraíso Terreal não deixa de ser uma projeção utópica, presente no livro sagrado do cristianismo. E este é um dos principais temas tratados por Sandro Costa (2001), em seu trabalho *América Portuguesa: Paraíso Terreal*, do qual o seguinte trecho sintetiza esta ideia do paraíso terreno:

A frequência com que surgem imagens e menções descritivas da paisagem edênica em mapas e itinerários, faz crer que a idéia da existência do Paraíso Terreal pertencia a um sentir geral, nascida de tradições anteriores e alheias ao cristianismo. Assim, o ponto de partida para as visões medievais do Paraíso encontram-se nos registros bíblicos. (COSTA, 2002, p. 121).

Conforme os trechos selecionados da Bíblia, a própria localização do Paraíso Terreal é colocada em xeque com as grandes descobertas marítimas dos séculos XV e XVI, pois o seu *topos* seria nalgum lugar à Leste, no atual Oriente Médio. Este pode ser um dos motivos de



tantas demonstrações de espanto por parte dos colonizadores ao descobrirem uma localização com as características edênicas no sentido oposto de onde se acreditava estar:

A harmonia perfeita entre todas as criaturas, a isenção do castigo e da fadiga, a ausência da dor física e da morte são os elementos constitutivos da concepção primeira do homem, que é abolida com o Pecado e a conseqüente negação ao Paraíso. Sobre este núcleo inicial que pertence ao Gênesis, se manifestam traços oriundos do Apocalipse e sucessivos atributos tomados às crenças do paganismo. Todavia, as interpretações bíblicas elaboradas pelos pensadores e teólogos cristãos assumiram grande importância na formação da idéia medieval de Paraíso Terrestre. Os registros bíblicos apontam a existência física do Paraíso em alguma parte da Terra, no Oriente. (COSTA, 2001, p. 122).

O mundo recém-encontrado emulava-se com as características edênicas, secularizadas pela religião católica, e, ao longo de várias décadas, a comparação entre o Éden e a América tornar-se-ia inevitável, nos relatos, mapas, obras artísticas, etc.: “O Novo Mundo apresentava-se aos primeiros conquistadores como milagre divino. A maravilha, o encanto e a bem-aventurança eram características inerentes à América, que refletia o Paraíso Terrestre descrito na Bíblia” (COSTA, 2001, p. 129). Sobre a temática da transferência dos elementos constituintes do Jardim do Éden para as Américas, o autor afirma que

Os mesmos elementos que durante toda a Idade Média apresentavam-se como distintivos da paisagem bíblica do Éden ou que anunciavam sua proximidade imediata: primavera perene, bosques verdejantes, cortados por rios caudalosos, encontrariam os europeus ao aportarem na América. Presos a concepções medievais, pode-se inferir que, em face das terras recém-descobertas, os europeus reconheceram com os próprios olhos o que em sua memória estampara das paisagens de sonhos descritos em livros e relatos e que pertencia a uma fantasia coletiva. (COSTA, 2001, p. 128).

A seguir, reproduzimos duas imagens, elaboradas no período de transição do Medievo para o Esclarecimento, que retratam a força destes elementos do imaginário edênico no continente europeu, que, inevitavelmente, foram levados para as Índias americanas. A primeira imagem é uma clássica representação paisagística do Éden, pela parceria entre Jan Brueghel de Oude e Peter Paul Rubens, de 1615. A segunda, por sua vez, representa também o paraíso, mas sem a presença de Adão e Eva, em decorrência da sua expulsão dos Elísios bíblicos.



As lendas, que estão em holandês devido à sua localização atual em Haia, Holanda, significam, respectivamente, em tradução literal: *Paraíso pela queda de Adão e Eva*, e *O Paraíso da Queda de Adão e Eva*. Ambas as figuras demonstram já, como uma rica e detalhada representação dos elementos bíblicos do *Gênesis*, o que acabaria não necessariamente buscado, mas encontrado nas terras além-mar.

Assim, temos os elementos que compõem a origem do mito edênico, ou seja, o imaginário do Éden, que comporá, por transposição imagética, imaginária e ideológica os mitos de origem das colônias americanas estabelecidas pelos exploradores europeus. Faz-se necessário, aqui, portanto, elucidarmos alguns dos desdobramentos do significado e importância do conceito de mito. De acordo com Lima (2006),

O termo grego *mytos* significa dizer, falar, contar. Do apogeu do racionalismo grego até o início deste século, mito tinha o sentido de fábula ou conto, uma fantasia das camadas mais ingênuas ou menos esclarecidas da sociedade. O mito é uma resposta à tentativa arcaica e perene de responder às questões sobre a origem do mundo, dos elementos, dos fenômenos e outros. Desde o início dos tempos teve essa função: expressar a indagação do ser humano sobre o universo e sobre o próprio ser. A perplexidade sempre esteve presente, faz parte da História desde a aurora da pré-história. Na linguagem comum, mítico queria dizer falso. Mito significava mentira. Com a penetração do positivismo no pensamento do final do século XIX, essa conotação parecia definitiva. As pesquisas em Etnologia e Religião Comparada, no início do século XX, devolveram à palavra mito o sentido que ela sempre teve nas sociedades primitivas, estendendo-o agora também ao uso do vocábulo nas civilizações antigas. Na visão antropológica, mito significa verdade, contrapondo-se ao original grego, mais do que isso: a verdade mais profunda e perene. Significa história verdadeira, tão mais verdadeira quanto é revelação primordial, modelo das atividades e instituições humanas. É exemplar e sagrada: só pode ser recitada, cantada ou dançada em ocasião solene, o que lhe dá o caráter de santidade. O acesso a seu relato é reservado aos que já se submeteram a uma iniciação. (OLIVEIRA; LIMA, 2006, p. 1-2).

O papel do mito é, além o de trazer a carga de projeção imaginária para realidade, também o de fornecer um escopo de enredo para o mundo, seus fatos e fenômenos. Não por acaso, mitos, lendas e ritos foram e ainda são fonte de muitas explicações sobre situações adversas à compreensão humana, mesmo que estas já estejam na seara de explanação do discurso científico: “Os mitos explicam a origem, e proporcionam ao indivíduo reviver o tempo primordial, através das narrativas, lendas e repetição de rituais sagrados, para não perder a sua validade e possibilitar o reencontro com os entes sobrenaturais e suas ações fantásticas numa dimensão criadora da realidade.” (OLIVERIRA; LIMA, 2006, p. 10). Esta definição prévia relaciona-se diretamente ao processo de engendramento do mito aqui

analisado, o do Paraíso Terreal, por este advir de tempos longínquos e perdurar com desdobramentos interpelativos e representativos específicos em diferentes situações.

Por esta razão, a mitologia e seu processo cultural de construção devem ser colocados com uma unidade narrativa de explicação do mundo, até porque, nestes termos, a própria racionalidade e ciência são compostas por aparatos narrativos de interpretação da realidade. O monomito (ou o ciclo do herói), recurso discursivo e narrativo comum em epopeias e contos ocidentais, faz uso deste aspecto rico e de múltiplas modulações dos mitos (VLOGGER, 2006).

Muitos dos embasamentos científicos e filosóficos da atualidade tiveram seu nascedouro no ínterim mitológico<sup>1</sup>, que, ao ser especificado e aprofundado, gerou uma roupagem mais crítica, analítica ou experimental dos fenômenos antes explicados apenas por uma oratória fantástica ou cercada de mistérios e velamentos:

Para a razão, o mito, na acepção que aqui é adotada, não é ficção, engano e falsidade; é, isto sim, um modo de falar, ver e sentir dimensões da realidade, inatingíveis racionalmente, dando-lhes significado e consistência. Nesse sentido, o pensamento mítico põe limites à reflexão filosófica, que é de ordem estritamente racional, está aí toda a tradição milenar para constatá-lo. [...] O mito, portanto, é a tentativa de dizer o indizível [...]. O mito se revela como sendo a base de uma cosmogonia do pensamento humano: no mesmo esforço foram gerados os gêmeos mito e linguagem. Esse par, como os outros pares de irmãos na mitologia, gerou outro par de gêmeos: a atitude religiosa que é pensamento racional. A emoção de temor, de deslumbramento diante dos fenômenos, elevou o ser humano a balbuciar seus primeiros sons, que se tornaram vocábulos que, repetidos, vieram a ser nomes de deuses. (OLIVEIRA; LIMA, 2006, p. 2-3).

A carga mítica do Éden na Terra, trazida pelos europeus, encontrou nos descobrimentos uma força de concretude e magnificência, em extensão e beleza, passíveis de “verificação” de existência do paraíso bíblico não vista antes. Foi desta complexidade situacional que emergiram os mitos de origem, ou fundacionais, destas regiões, com base no contexto de encontro com o Paraíso Terreal, no resgate bíblico do Gênesis: “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.” (CHAUÍ, 2005, p. 9). Desta maneira, repetiu-se nas Américas uma carga mítica e imaginária preexistente, mas com uma força simbólica muito

---

<sup>1</sup> “Só se compreende o mito pelo próprio mito. Quando as investidas não o destroem, no mínimo seu crivo de análise passa despercebido por ele. Pois, muito mais que a razão e a ciência, o mito está encarregado de conter, por uma espécie de “razão engajada”, aquilo que deve ser encarado como o plenamente humano. O mito é a maneira de vida que a ciência, embora almeje, jamais será. E se a ciência pretende transformar-se num modo de vida, como pode bem nos parecer na civilização altamente tecnicista de hoje, só o será miticamente. A ciência só destrói um mito criado por outro: o de si mesma. E, como por um paradoxo inesperado, vemo-nos hoje diante de uma tarefa cada vez mais inadiável: a de desmascarar o mito da ciência.” (OLIVEIRA; LIMA, 2006, p. 2)

maior, devido à concretude dos aspectos de comparação com mito presenciados pelos exploradores europeus.

É também o posicionamento de Carvalho (2001), quando diz que “o descobrimento de novas terras trouxe uma nova imagem do mundo e novas formas de representa-lo, e muitas vezes esta imagem foi criada como uma utopia.” Neste caso, a repetição é já o processo de transferência do referencial mítico de um continente a outro, para posterior transformação dessa narrativa nos mitos de origem dos novos paraísos naturais encontrados, com seus medos, monstros e riquezas: “Pouco a pouco, mas não de uma vez por todas, os monstros e os povos estranhos deixaram de povoar os mapas, mas não sem antes serem transferidos de um continente para outro.” (CARVALHO, 2001, p. 104).

O mito de origem surge como a explicação de algo novo para um contexto, situação, local ou temporalidade específicos. Não foi diferente no caso americano, e brasileiro em particular, já que, aqui, foram encontrados os habitantes e a própria terra acreditada sagrada, de maneira que a ideia de Paraíso Terreal serviu como suporte narrativo para a explicação da nova realidade, por meio dos mitos de origem, fundacionais e de conquista: “Portanto, todo mito de origem conta e justifica uma situação nova, quando, por exemplo, o homem se deparou pela primeira com o fogo, se recorreu a narrativas míticas para explicar esse acontecimento.” (OLIVEIRA; LIMA, 2006, p. 5). Há, desta forma, a origem do mito bíblico cristão, e o mito de origem paradisíaco americano que abarca em grande parte os elementos do sagrado e profano da crença cristã europeia da época.

O melhor exemplo desta capacidade de adaptação do mito à realidade que o choca, comprova ou refuta é o processo de “deslocamento” da localização de seus rios, habitantes e riquezas de uma porção oriental bíblica para o agora atual e desconhecido ocidente atlântico: “Colombo ignorou soberbamente a sua própria descoberta, porque ela não condizia com a imagem do mundo que herdara. O Paraíso que premeditou ter alcançado só podia localizar-se ao Oriente, nunca a Ocidente.” (ARAÚJO, A. 2001, p. 174). Sobre a temática da localização do Éden, Holanda (2010) também aponta que:

Ao majestoso de tal espetáculo imprimia ainda um cunho de mistério a versão de que as águas do mesmo rio vinham da região das nascentes do Nilo. Alcançando o lugar em 1445 por Denis Fernandes, dez anos depois um navegante veneziano a serviço do infante D. Henrique imagina-se, escudado no parecer “homens sábios”, em face de um dos muitos ramos do Gion, que nasce no Éden: outro ramo seria o Nilo. [...] Por incrível que possa parecer, a ideia continuou a ter crédito durante muitos séculos, e saiu mesmo fortalecida com o advento do cristianismo. Pois não está no *Gênesis* que manava do Paraíso Terreal um rio para o regá-lo, e dali se tornava em quatro ramos, o Fison, o Gion, o Heidequel e o Eufrates? Desde que os

três primeiros passaram a ser identificados como o Ganges, o Nilo e o Tigre, respectivamente, restava todavia um problema de difícil solução: onde e como chegariam suas correntes a confluir? Flávio Josefo dissera do Éden que era regado por um só rio, cuja corrente circunda a Terra, subdividida em quatro braços. A dificuldade foi por alguns resolvida com a sugestão de que as águas desse rio iam unir-se, na sua maior parte, por baixo da terra. (HOLANDA, 2010, p. 44-45).

A questão dos “deslocamentos” da localização do paraíso, abordada pelo exemplo dos rios do Éden de Holanda (2010), também é mencionada por Carvalho (2001), segundo quem esses “deslocamentos” foram feitos para que a força do mito não interferisse na nova descoberta da fantasia tornada realidade no além-mar: “O que há de interessante e intrigante no Atlas Catalão c. 1450 (Anônimo) é o fato do Paraíso Terrestre ter sido deslocado da Ásia para a África, abaixo do Mar Vermelho, na Abissínia.” A autora ainda complementa que: “Mais do que as cartas marítimas, este Atlas apresenta não só novidades como o Cabo Verde na Costa africana, descoberto pelos portugueses em 1444, mas elementos da narrativa de Marco Polo sobre a Ásia de duzentos anos antes.” (CARVALHO, 2001, p. 5).

Este processo duraria ao menos três séculos, até a afirmação territorial do Brasil, após a retomada do controle territorial português ao fim da União Ibérica em 1640 (HOLANDA, 2010). O processo histórico do *deslocamento* das riquezas paradisíacas chegaria, assim, até o século XX, sendo constatado, por exemplo, nas sucessivas campanhas expedicionárias em busca dos “sertões”, guardadores das benesses naturais. No Brasil, em governos como o de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e no período da ditadura militar, este discurso possuiu alto grau de perenidade e força política e simbólica.

Assim, esses elementos de deslocamento, juntamente com a carga dos aspectos naturais inerentes das Américas, é que fez com que se evoluísse até o ponto de constatação o ideário de descoberta do Paraíso Terral. Este, por sinal, é o argumento de Arnaldo Barreto (2010) em uma pesquisa sobre livros, crônicas e postulados históricos e filosóficos que contribuíram para a construção do mito edênico. O autor cita cinco pontos que foram fundamentais para que a ideia de Paraíso Terral se fixasse como tal no imaginário europeu pós-descobertas continentais:

- 1ª) Localização incerta, abaixo da linha do Equador e longe do Velho;
- 2ª) Muito verde;
- 3ª) Clima nem frio e nem quente;
- 4ª) Abundância de água (primavera perene)
- 5ª) Habitantes terem a morte retardada. (BARRETO, 2010, p. 3-4).

Para efeito de ilustração e fortalecimento argumentativo, as falas dos navegantes em relação às terras americanas são, em conjunto, o melhor e mais importante documento de reverberação do discurso edênico no impacto de encontro destes explorados com o novo continente, para a formação dos mitos fundacionais e de origem destas localizações. Desse modo, apresentamos alguns exemplos com fim dialógico, do passado do mito fundacional do paraíso terrestre, até sua adaptação contemporânea, a começar pela *Carta de Colón a los Reyes Católicos*, de Cristóvão Colombo, que, em certo momento, diz:

Yo siempre creí que la Tierra era esférica; las autoridades y las experiencias de Ptolomeo y todos los demás que han escrito sobre este tema daban y mostraban como ejemplo de ello los eclipses de luna y otras demostraciones que hacen de Oriente a Occidente, como el hecho de la elevación del Polo de Septentrión en Austro. Mas ahora he visto tanta deformidad que, puesto a pensar en ello, hallo que el mundo no es redondo en la forma que han descrito, sino que tiene forma de una pera que fuese muy redonda, salvo allí donde tiene el pezón o punto más alto; o como una pelota redonda que tuviere puesta en ella como una teta de mujer, en cuya parte es más alta la tierra y más próxima al cielo. Es en esta región, debajo de la línea equinoccial, en el Mar Océano, el fin del Oriente, donde acaban todas las tierras e islas... Torno a mi propósito referente a la Tierra de Gracia, al río y lago que allí hallé, tan grande que más se le puede llamar mar que lago, porque lago es lugar de agua, y em siendo grande se le llama mar, por lo que se les llama de esta manera al de Galilea y al Muerto. Y digo que si este río no procede del Paraíso Terrenal, viene y procede de tierra infinita, del Continente Austral, del cual hasta ahora no se ha tenido noticia; mas yo muy asentado tengo en mi ánima que allí donde dije, en Tierra de Gracia, se halla el Paraíso Terrenal. (COLÓN, 2014a, p. 4).

Nesta carta, Colombo faz uma afirmação interessante, a de que é preciso rever a localização dos quatro rios edênicos, tendo em vista que o lugar onde chegara é o mais próximo do paraíso terreal que qualquer relato de exploração até aquela época tenha verificado. As características de imensidão dos rios da América central levam o genovês a dizer que se trata de uma origem infinita da parte austral do globo, terminando sua audição sobre os elementos edênicos, afirmando estar na Terra da Graça, o Paraíso Terreal (COLÓN, 2014b).

Outro dos relatos de Colombo que contribui para a verificação da transposição imagética do Éden às Américas é o documento *La llegada de Colón a la isla de Guanahani (en las Bahamas)*, sobre sua chegada às Bahamas em 1492. Percebe-se o deslumbramento com a natureza, a riqueza faunística e florística, as constantes comparações com o imaginário edênico, e, o mais importante, a presença dos metais preciosos tão caros para as coroas europeias naquele período da Idade Média, o que, certamente, aumentou em grande escala o interesse econômico das cortes em suas recém-descobertas americanas:

Yo entendía harto de otros idios, que ia tenía tomados, cómo continuamente esta tierra era isla, e así seguí la costa della al oriente ciento i siete leguas fasta donde fazía fin, del qual cabo vi otra isla al oriente, distinta de ésta diez o ocho leguas, a la qual luego puse nombre la Spañola; y fui allí, y seguí la parte del setentrion, así como de la iuana al oriente CLXXVIII grandes leguas por línea recta del oriente así como de la Iuana, la qual y todas las otras son fortíssimas en demasiado grado, y ésta en estremo; en ella ay muchos puertos en la costa de la mar sin comparación de otros que yo sepa en cristianos y fartos rrios y buenos y grandes que es maravilla; las tierras della son altas y en ella muy muchas sierras y montañas altíssimas, sin comparación de la isla de centre frei, todas fermosíssimas, de mil fechuras, y todas andábiles y llenas de árboles de mil maneras i altas i parecen que llegan al cielo, i tengo por dicho que iamás pierden la foia, según lo puede comprehender, que los vi tan verdes i tan hermosos como son por mayo en Spaña, i dellos estauan floridos, dellos con fruto, i dellos en otro término, según es su calidad. I cantaua el rruiseñor i otros paxaricos de mil maneras en el mes de nouiembre por allí donde yo andaua; ay palmas de seis o de ocho maneras, que es admiración ierlas, por la diformidad fermosa dellas, mas así como los otros árboles y frutos e ieruas. En ella ay pinares a marauilla, e ay canpiñas grandíssimas, e ay miel, i de muchas maneras de aues y frutas muy diuersas. En las tierras ay muchas minas de metales e ay gente instimabile número. (COLÓN, 2014b, p. 2).

Também a exposição de um relato lusitano de chegada às Américas se nos apresenta igualmente relevante, a fim de compararmos alguns aspectos que diferenciam os dois contatos dos povos ibéricos. A seguir, um breve recorte da Carta de Caminha, escrita nos idos de 1500 para Portugal, na qual, após demonstrar alguma surpresa com o modo de vida dos nativos e sua cristianização<sup>2</sup>, logo volta a atenção aos bens naturais passíveis de exploração econômica imediata, devido ao bulionismo da época:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim! [...]E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. (CAMINHA, 2012, p. 8-9).

---

<sup>2</sup> “Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios essas árvores; verdes uns, e pardos, outros, grandes e pequenos, de sorte que me parece que haverá muitos nesta terra. Todavia os que vi não seriam mais que nove ou dez, quando muito. Outras aves não vimos então, a não ser algumas pombas-seixeiras, e pareceram-me maiores bastante do que as de Portugal. Vários diziam que viram rolas, mas eu não as vi. Todavia segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infinitas espécies, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!” (CAMINHA, 2012, p. 8).



Outro ponto ressaltado por Caminha que merece destaque diz respeito à extensão das novas terras, pois ele deixa claro, já de antemão, a necessidade de um esforço de controle territorial muito maior para que a empreitada colonizadora se tornasse possível. Utilizando como unidade de comparação as regiões lusas, a carta expõe ao rei Do Manuel I – diferente do que ocorrera na porção espanhola das Américas – a ausência de ouro e prata, tendo como contrapartida a riqueza da terra, por sua fertilidade:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa. Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (CAMINHA, 2012, p. 10-11).

Esta exaltação, tanto da extensão como das qualidades da terra para os seus moradores e visitantes, também é feita por Pero de Magalhães Gândavo, em seu relato intitulado *Tratado da Terra do Brasil*, editado em 1576, mas escrito muito antes:

Os ares de pela manhã são mui frescos e sadios; muitas pessoas se costumam alevantar cedo porque se aproveitem deles em quanto tem esta virtude. A terra em si é lassa e deleixada; acham-se nela os homens algum tanto fracos e minguados das forças que possuem cá neste Reino por respeito da quentura e dos mantimentos que nela usam, isto e em quanto as pessoas são novas na terra, mas depois que por tempo se acostumam ficam tão rijos e bem dispostos como se aquela terra fora sua mesma patria. Manda-se dar nesta terra aos enfermos carne de porco, para qualquer doença e proveitosa, e não faz mal a nenhuma pessoa; o peixe também tem a mesma qualidade e põe muita sustância aos doentes. Esta terra e mui fértil e viçosa, toda coberta de altíssimos e frondosos arvoredos, permanece sempre a verdura nela inverno e verão; isto causa chover-lhe muitas vezes e não haver frio que ofenda ao que produz a terra. Há por baixo destes arvoredos grande mato e mui vasto e de tal maneira está escuro e serrado em partes que nunca participa o chão da quentura nem da claridade do Sol, e assim está sempre úmido e manando água de si. As águas que na terra se bebem são mui sadias e saborosas, por muita que se beba não prejudica a saúde da pessoa, a mais dela se torna logo a suar e fica o corpo desaliviado e são. Finalmente que esta terra tão deleitosa e temperada que nunca nela se sente frio nem quentura sobeja. (GÂNDAVO, 2014, p. 10)

Uma característica comum a estas crônicas é o uso das descrições hiperbólicas para os aspectos naturais das terras americanas – igualmente nas cartas e descrições lusas e

espanholas –, para os vegetais e animais principalmente, conforme esmiuçado em outro trecho do relato de Gândavo:

Há nestas partes muitos bichos mui ferros e peçonhentos, principalmente cobras de muitas castas e de nomes diversos. Há muitos lagartos e grandes pelos rios d'água doce e pelos matos, cujos testículos serão melhor que almiscra. E a qualquer roupa que o cegam fica o cheiro pegado por muitos dias. Os bichos mais feroz e mais danosos que há na terra são tigres, e estes animais são deles tamanhos como bezerros, vão-se aos currais do gado dos moradores e matam muito dele e são tão ferozes e forçosos que uma mão que lança a uma vitela ou novilho lhe fazem botar os miolos fora e levam-no arrasto pela o mato. Também pela terra dentro matam e comem alguns índios quando se acham famintos. Sobem pelas árvores como gatos, e dali espreitam a caça que por baixo passa e remetem de salto a ela, e desta maneira não lhes escapa nada: alguns destes animais matam em fojos os moradores da terra. Toda esta terra do Brasil e coberta de formigas pequenas e grandes, estas fazem algum dano as parreiras dos moradores, e as laranjeiras que têm nos quintais; e se não forram estas formigas houvera porventura muitas vinhas no Brasil ainda que lá são pouco necessárias porque deste Reino vai tanto vinho que sempre a terra dele está provida. [...] Há também muitos lobos marinhos e porcos marinhos que se criam no mar e na terra. Outros muitos bichos há nestas partes pela terra dentro que será improvisei poderem se conhecer nem escrever tanta multidão, porque assim como a terra e grandíssima, assim são muitas as qualidades e feições das criaturas que Deus nela criou. (GÂNDAVO, 2014, p. 17).

Há uma diferenciação entre as manifestações dos exploradores portugueses e dos espanhóis; enquanto os últimos são considerados os verdadeiros responsáveis pela criação e reverberação dos mitos edênicos (HOLANDA, 2010), percebe-se nos escritos portugueses a preocupação com o uso da Terra, como o exemplo dos metais preciosos, diferenciando-se, também, das comparações com o Paraíso Terral efetuadas, por exemplo, por Cristóvão Colombo em sua chegada às Antilhas. Sobre este tema, Lima (2011), com o auxílio dos escritos de Buarque de Holanda (2010), afirma que:

Apesar das diversas semelhanças que possuíam os ibéricos, Sergio Buarque notava que entre os portugueses o vislumbamento da descoberta de novas terras era mais ameno, se comparado com o espanhol. Enorme era o contraste entre os relatos sóbrios dos cronistas portugueses e as fantasias e delírios em torno da natureza descoberta tão bem desenhada pelos castelhanos. Para os últimos, fatores como a amenidade das condições climáticas, a abundância de recursos naturais e a inexistência de doenças seriam fortes indicativos de que ali, aos redores da América, se encontrava o Paraíso. Os portugueses, em contrapartida, pareciam preferir descrições mais límpidas e limitadas ao campo do visível, muito provavelmente em função de seu pioneirismo na expansão marítima e de sua tradição, recém-iniciada, mercantil. As experiências adquiridas nas navegações e negociações pela costa do continente africano desde meados do século XV certamente corroboraram para uma visão mais utilitária, que tomasse mais cuidado com as sedutoras descobertas. Sergio Buarque de Holanda aponta que a maior parte dos mitos edênicos difundidos durante a conquista ibérica foram criações castelhanas. Quando alaistrados entre os portugueses, tais mitos geralmente iam perdendo seu vigor, deturpando-se logo em seguida. (LIMA, 2011, p. 14).

Deste modo, a base mítica do Paraíso Terreal, como exposto, despertou nos navegantes europeus o senso de comparação de sua fonte mística originária, ou seja, as escrituras sagradas com o que era visto no contato com o Novo Mundo. Neste sentido, os nativos representaram o principal ponto de impacto na experiência do fantástico (em sua relação com Adão e Eva, por exemplo) tornada real nas Américas, como lembra Araújo (2001): “Símbolo ambíguo e obliterado pela distância do olhar que surpreende o gentio de outras latitudes, o homem silvestre presta-se a várias leituras.” A autora ainda complementa: “Por um lado, recorda o “homem primigênio”, bestial, entregue ao ciclo da natureza, por outro projecta no presente a face obscura da humanidade perdida desde o tempo da mítica Idade de Ouro da era cristã.” (ARAÚJO A., 2001, p. 173). Aqueles nativos seriam, então, os guardadores das terras de afloramento do ouro, presentes nas máximas do Gênesis bíblico, referência maior da projeção edênica americana.

Ao contrário do que poderia se supor, o encontro com as novas terras não provocou um abalo na fundamentação mítica do Éden, mas acabou por reforçá-lo, dando-lhe novas interpretações, leituras e alcance. A Geografia Fantástica, como denomina Holanda (2010), é o resultado do processo de crescimento, fortalecimento e perenidade do mito de origem do Paraíso Terreal em relação às Américas. Houve uma adaptação do escopo racional, técnico e científico para a chegada desta nova base simbólica edênica:

A parte que cabe aos portugueses nas origens da geografia fantástica do Renascimento acha-se, realmente, em nítida desproporção com a múltipla atividade de seus navegadores. Sensíveis, muito embora, às louçanias e gentilizas dos mundos remotos que a eles se vão desvendando, pode dizer-se, no entanto, que ao menos no caso do Brasil escassamente contribuíram para a formação dos chamados mitos da conquista. A atmosfera mágica de que se envolvem para o europeu, desde o começo, as novas terras descobertas parece assim rarefazer-se à medida que penetramos a América lusitana. E é quando muito à guisa da metáfora, que o enlevo ante a vegetação sempre verde, o colorido, variedade e estranheza da fauna, a bondade dos ares, a simplicidade e inocência das gentes – tal lhes parece, a alguns, essa inocência que, dissera-o já Pero Vaz de Caminha, “a de Adão não seria maior quanto à vergonha” – pode sugerir-lhes a imagem do Paraíso Terrestre. (HOLANDA, 2010, p. 43 – grifo nosso).

Em concordância com Holanda (2010), Araújo (2001) utiliza a expressão “Geografia Imaginária” ao dissertar sobre a mescla entre a racionalidade técnica em evolução na época, simbolizada principalmente pela cartografia, e a carga mítica do Éden e seus elementos concretos encontrados nas novas descobertas marítimas:

Neste contexto, e dada a reiterada incidência do imaginário edênico na fixação discursiva da paisagem desta parcela do Novo Mundo, vale a pena analisar, em

breves traços, a história da ilusão do Paraíso para melhor se perceber a sua utilização. Não é demais sublinhar que o sonho acordado dos modernos descobridores do Novo Mundo foi genuinamente impulsionado pela geografia imaginária transmitida pela Antiguidade e incorporada pela tradição cristã medieval. (ARAÚJO, A. 2001, p. 174).

Araújo (2001) faz referência ao Paraíso como um lugar especial, fantasioso, espetacular e imaginário, um lugar que não o era, a utopia concretizada frente aos olhos daqueles que o apreciavam – assim apresentava-se América para os primeiros europeus que aqui chegaram. Esta geograficidade da fantasia e do imaginário, para além do próprio mito edênico bíblico, é uma construção histórica, que encontrou seu reduto na realidade nos séculos XV e XVI:

A ideia de um lugar especial, protegido por deuses, onde a vida humana seria farta e livre de sofrimentos, reservada aos mais crentes e aos bons homens nos acompanha desde há muito. O dito “Paraíso”, com forte influência das religiões abraâmicas, sempre esteve no imaginário de reis e escravos, e, no momento das grandes descobertas, muitos navegadores relataram o Novo Continente como o local dos relatos do livro do Gênesis, das histórias de Marco Polo e mesmo de Dante Alighieri. O objetivo aqui foi, pois, verificar a influência destes textos existentes antes das grandes descobertas e, mais ainda, apresentar aos leitores como os navegadores estavam impressionados e embriagados com a beleza do Novo Continente e a ideia de terem achado o Paraíso com as descobertas. (BARRETO, 2010, p. 1)

No mesmo debate sobre a Geografia imaginária trabalhado por Araújo (2001), Lima (2011) utiliza o termo “transposição da geografia do Éden”, que se alinha com a “repetição do mito” já expressa anteriormente, ou seja, ao alastrar-se temporal e espacialmente, o mito e seus elementos, neste caso edênicos, acabam por repetirem-se, mas não sem antes adaptarem-se à nova realidade que os incorpora:

A possibilidade deste cenário ideal se localizar no mundo terreno havia sido muito difundida nas populações cristianizadas da Europa medieval, principalmente pela leitura e difusão das descrições do livro do Gênesis do Velho Testamento. A transposição da geografia do Éden para o Novo Mundo facilitou-se, sobretudo, pelo livre trânsito da linguagem analógica, hoje em desuso frente à preeminência que alcançaram as ciências exatas. (LIMA, 2011, p. 11).

Podemos utilizar a representação de Abraham Ortelius (figura 01) na abertura capitular como recurso ímpar do impacto simbólico da ideação mítica do Novo Mundo para os europeus. A Ilha Brasil foi sendo deslocada nos mapas até chegar a sua atual localização; nosso país reivindicava a nomenclatura, e por esta razão há menções à existência da ilha Brasil das ilhas britânicas, Islândia, Canárias, Ilha da Madeira, até chegar na Ilha de Vera Cruz em 1500 (BUARQUE, 2010; LIMA, 2011).

Essas representações cartográficas ou menções em descrições dos viajantes antigos hoje configuram-se como registros da materialização mítica do Paraíso Terreal americano, no qual seriam encontrados as paisagens bíblicas referidas no Gênesis e, mais importante do que isso, nas quais todo um escopo de intencionalidade interventiva, ideológica, comercial, histórica e geográfica seria firmada ao longo dos séculos de exploração do Novo Mundo.

A realidade receptora desta transposição da geograficidade do Éden, que é fantástica, pode até mesmo alterar o cânone da origem do mito, na composição da origem dessa localidade, como no caso das ilhas Brasil – e muitos séculos depois, no bioma amazônico brasileiro, principalmente no período dos militares no poder, como será visto no capítulo 4 desta Tese –, da tradição Céltica ao atual Estado nacional brasileiro:

A mitologia da omninsularidade, campo fértil para a reabilitação do imaginário edênico, remetia também para a tradição céltica, cristalizada, nomeadamente, no relato da viagem de S. Brandão (século VI) e na lenda da existência de uma ilha denominada Brasil, representada, em forma de arquipélago concêntrico, na cartografia catalã, italiana, e portuguesa dos séculos XIV, XV e até XVI. (ARAÚJO, A, 2001, p. 177).

De certo modo, o Paraíso Terreal encontrado na América possibilitou um efeito geométrico na curva de crescimento e desenvolvimento técnico e tecnológico do período Medieval, fornecendo, inclusive, os primeiros passos para o processo hoje em dia denominado Modernidade – como a fala de Colombo em relação ao formato esférico do planeta, um enfrentamento clássico da passagem dos dogmas medievais para o início das Luzes, embora ainda em sua fase renascentista. O encontro do Éden, apesar do tom nostálgico, mítico e fantástico, trazia consigo um forte discurso e prática de exploração e uso das riquezas presentes neste ambiente ao qual o ser humano pertencera e ao qual agora retornava para usufruir, conforme as prerrogativas bíblicas já mencionadas:

Guiados pelo numinoso rasto do medo, os navegadores não escapam à forte tensão escatológica que perpassa a aventura das grandes expedições oceânicas. Vive-se um tempo em que se reaviva a condição trágica da humanidade pecadora e em que a busca do Paraíso funciona como motivo de fuga e de libertação. Nunca como nos alvares da modernidade foi tão intensa a divulgação e a especulação em torno da ideia do Paraíso terreal. [...] Entre o céu e a terra, dois destinos absorveram a nostalgia do passado e a esperança do futuro, consumando, de diverso modo, o desejo de redenção e de glorificação do homem. No plano escatológico, o Paraíso ideal, o Paraíso perdido de Adão e Eva, localizado algures a Oriente, simboliza o retorno à mítica Idade de Ouro, à pureza dos tempos iniciais, plenos de abundância, beleza, amenidade e juventude. Ora, é justamente a mirífica atração exercida por este último motivo edênico que galvaniza o olhar deslumbrado do genovês Cristóvão Colombo, primeiro ao chegar às Antilhas, em 1492, e mais tarde, na sua terceira expedição, ao descrever a costa do Pária, movido ainda pelo pressentimento

de estar na antecâmara do Jardim do Éden. À vista novas terras de insuspeitável esplendor, a nostalgia do Jardim do Éden ressurgiu com motivos bem conhecidos e de há muito explorados. (ARAÚJO, A, 2001, p. 175).

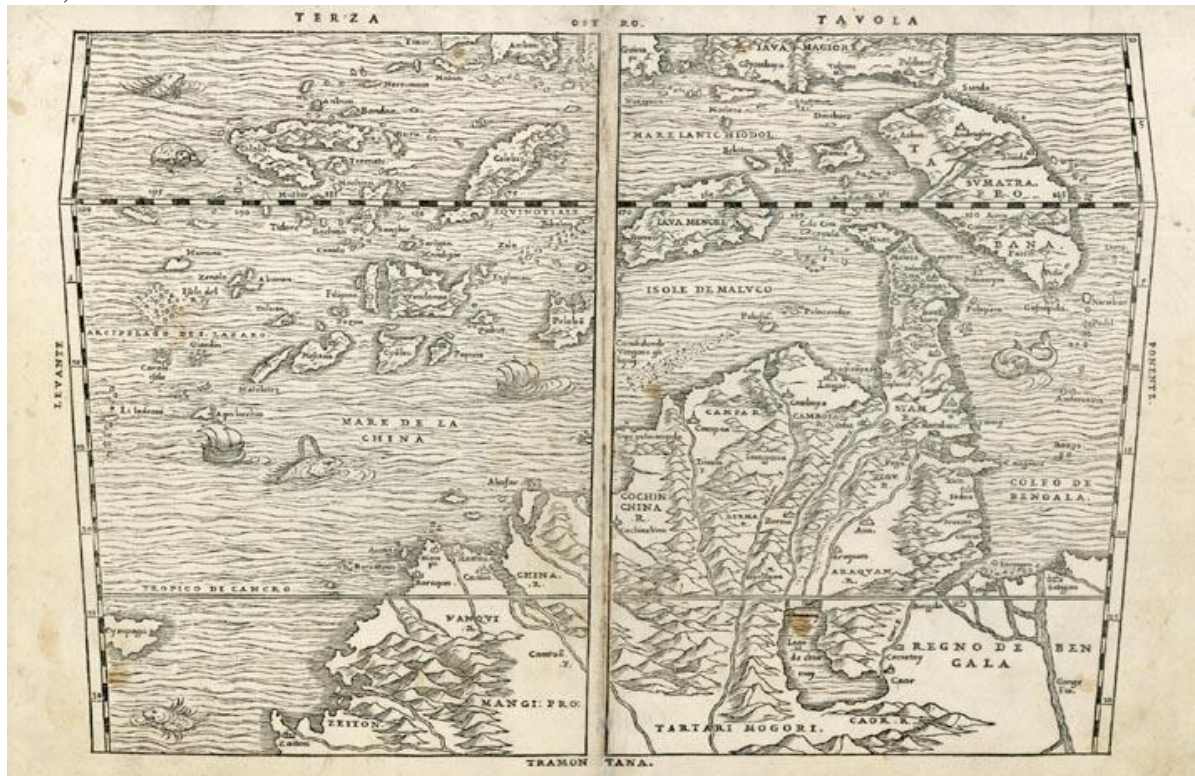
Assim, a realidade alterou a base mítica, a fim de abarcá-la enquanto comprovação da existência dos seus elementos fantásticos presentes nas escrituras sagradas. E o modo encontrado para a consumação deste embate entre o racional/técnico e o mítico/fantástico, inevitável do ponto de vista econômico, foi o maior projeto intercontinental e ultramarítimo de empreendimento colonizador/explorador já visto na história da humanidade.

Como fechamento desta etapa do trabalho, apresentamos quatro exemplos de mapas, dois dos quais constam na obra de Holanda (2010) como referência histórica, e podem contribuir para a noção de união entre os elementos geográficos da fantasia e mítica edênica e o processo de racionalização, imposto e inerente ao próprio desenvolvimento técnico e científico das grandes navegações.

Na Carta Geográfica de Giovanni Battista Ramusio, de 1552, há duas características que precisam ser relevadas para que se possa compreender melhor seu papel no contexto edênico da mitologia imaginária europeia da época de sua elaboração, quais sejam, em primeiro lugar, a falta de uma base exata para projeção, verificada principalmente pela ausência de padronização das proporções, solucionável com meridianos e paralelos, não utilizados; e, em segundo, as várias figuras de grande porte nos mares, prelúdio dos ecos de Moby Dick.

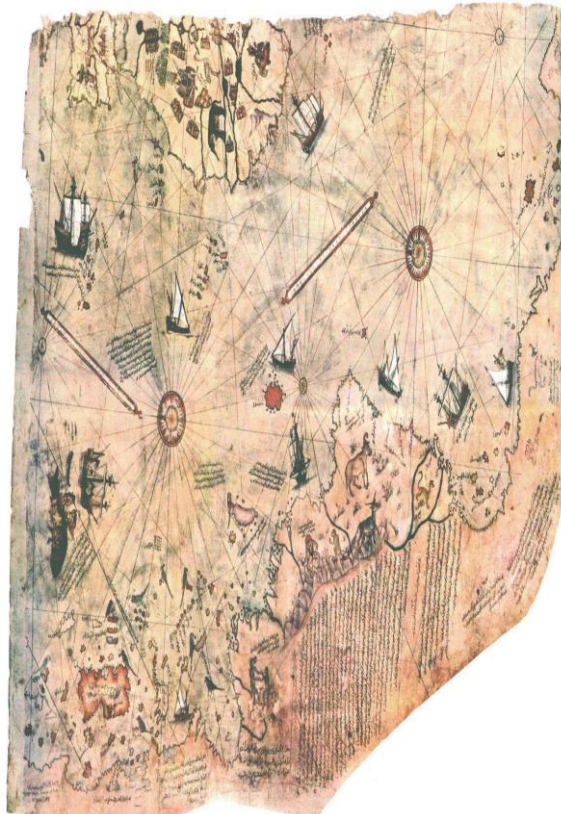
O segundo mapa é do cartógrafo árabe Piri Reis, e data de 1513, com foco no litoral da América Portuguesa; o principal aspecto a ser notado é a utilização de figurações imagéticas dentro das projeções cartográficas, prática que, conforme a técnica científica da cartografia avançava ao longo dos séculos, seria cada vez menos utilizada, à medida que as representações das extensões espaciais, de forma mais direta e precisa, eram priorizadas.

Figura 04: Mapa de Giovanni Battista Ramusio, *Primo volume de le navigationi et viaggio in molti*, 1552.



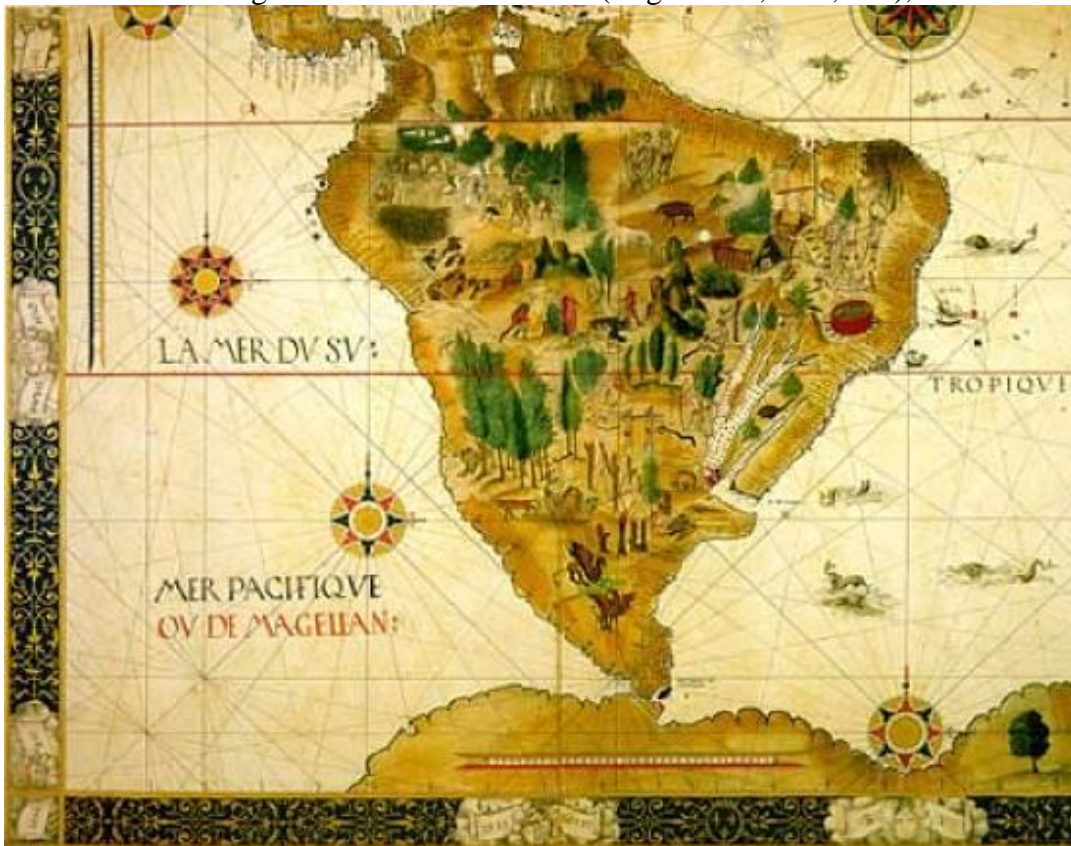
Fonte: Holanda (2010, p. 297).

Figura 05: Fragmento do mapa de 1513. Piri Reis (Muhiddin Piri), Istambul.



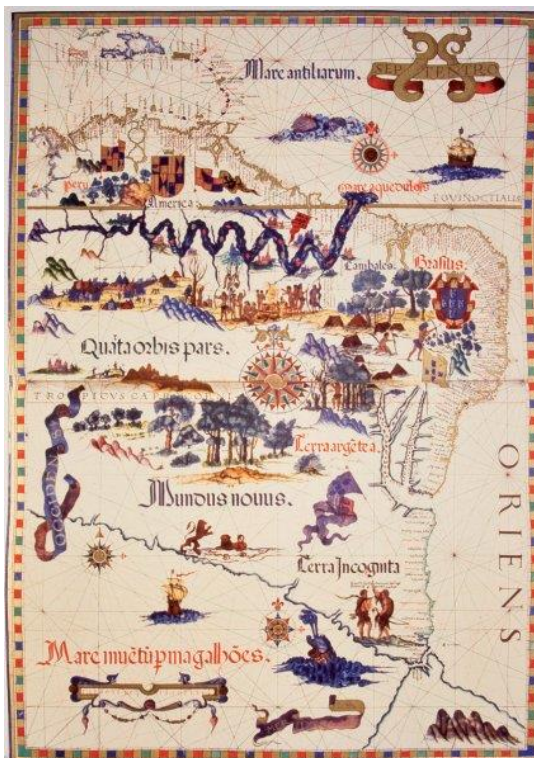
Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. (GUEDES, 2009, p. 99).

Figura 06: Pierre Descelliers (original: 59,5x77,5cm), 1546.



Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, Brasil (Mapa 1993)

Figura 07: The eastern Pacific Ocean with Central America and parts of North and South America, 1558 de Diego Homem.



Fonte: <http://www.vanderbilt.edu/esss/resources/maps.php>



Nas outras duas projeções, a união dos elementos racionais e fantásticos ainda podem ser constatadas. No mapa de 1546 de Pierre Descelliers, é possível observar alguns seres fantásticos no mar, que podem ser leviatãs, e no interior da porção sul do continente americano, parece haver hipogrifos, apesar da carga de técnica cartográfica considerável, que se pode constatar na tentativa de traços a partir de rosas dos ventos em suas extremidades. O mapa de Diego Homem, de 1558, cujo foco é a costa da porção sul da América, embora não apresente os mesmos elementos fantásticos que o anterior, apresenta, por outro lado, grande inexatidão na projeção, representação e dimensões continentais que a carta cartográfica propõe retratar.

São estes aspectos comentados em relação aos dois últimos mapas que Araújo (2001) ressalta como passos de um longo processo de desenvolvimento da Cartografia, que, com o advento das grandes navegações, abrangeu cada vez mais vastos horizontes de complexidade e precisão:

Com o tempo, a visão tripartida do mundo e a concepção hierárquica e fechada legada pela cosmografia antiga serão corrigidas, mas os elementos desse maravilhoso mundo perdido voltam a reencontrar-se no terreno dos mapas que mudam de aspecto e de configuração. A precisão invade o campo da cartografia mas o encantamento ou a repulsa resultante do contacto direto com gentes e espaços tão estranhos quanto inesperados não deixa de incitar à recriação do fabuloso e do fantástico. Quer isto dizer que as categorias do imaginário medieval europeu não só persistiram como se adaptam a um horizonte geográfico em transformação acelerada [...] (ARAÚJO, A. 2001, p. 175).

O que a autora reforça em seus argumentos é a concretização, por meio destes mapas, das significações, simbologias, mitos, crenças e temores de toda uma sociedade, a europeia. Tanto do ponto de vista profano como do sagrado, é possível visualizar estes dois extremos nos mapas das Américas, o fictício trasladado para o real nas figuras, traços e demarcações cartográficas, como demonstrado nas projeções de Pierre Descelliers e Diego Homem; lá estão os demônios que habitavam o ideário de toda uma época, mas que também estão presentes em Giovanni Battista Ramusio, por exemplo, na confirmação pela cartografia das terras do porvir e das possibilidades, das riquezas e imensidão. Esta dualidade permanecerá por toda a exploração do continente americano, ora valorizando-o, ora explorando-o até seu último habitante ou porção de valor.

A partir destas últimas considerações, o presente trabalho deve ater-se ao passo seguinte, aquele em que num mesmo plano encontram-se elementos adicionais, e igualmente

ricos, para a discussão do edenismo territorial brasileiro: o desenvolvimento cartográfico, a franca escalada da exploração econômica das riquezas do paraíso, e a racionalização máxima do mito edênico como recurso, não só do ponto de vista da mais valia, mas na totalidade do seu poder simbólico, imbricado à terra americana e prolongado como tal até a contemporaneidade.

### 1.1.2 Exploração das riquezas das terras

Como visto, a mitologia edênica possuiu uma complexa história em sua constituição imaginária, que ultrapassou épocas e distâncias. Porém, além de toda a questão simbólica, imagética e mítica envolvendo a ideia do Paraíso Terreal, houve outro importante componente no engendramento dessa ideia projetada nas Américas: o interesse econômico que perpassou, sustentou, motivou e expandiu a potencialidade prática e discursiva do edenismo territorial americano e brasileiro.

É a partir desta prerrogativa, da motivação econômica para o desbravamento da irreabilidade do mito pela concreção de suas riquezas, que o olhar deve analisar o período das grandes navegações, o uso máximo da funcionalidade do mito, com suas simbologias, ideologias e abrangência em toda sociedade: “El objeto mitológico, de funcionalidad mínima y de significación máxima, se refiere a la ancestralidad, o incluso a la anterioridad absoluta de la naturaleza.” (BAUDRILLARD, 1969, p. 92).

O mito torna-se, conforme explana Baudrillard (1969), uma objetificação do seu próprio conteúdo, mas, neste caso, inverte-se sua máxima, para que sua funcionalidade ultrapasse em importância seu próprio substrato sócio, a depender dos interesses que movem suas significações para diferentes situações, como os séculos de exploração das riquezas naturais no Paraíso Terreal.

Outro exemplo que demonstra bem a questão da objetificação do mito edênico é o processo de franco desenvolvimento da racionalidade técnica e das atividades econômicas nas paisagens elísias. Invariavelmente, tal processo de transformação do Éden encontrado coincide com a transgressão do seu sentido sagrado, já que a proporção e profundidade da narrativa edênica, calcada no imaginário da utopia bíblica, é colocada por terra no seguimento dos interesses econômicos, que moveram a esfera profana de toda a dinâmica da dialética dos descobrimentos e colonização, da qual o Brasil e toda a América fazem parte.

Essa objetificação do mito pode ser formulada, também, em outros termos, como o faz Baudrillard, em seu *Simulacro e Simulação* (1991). Em síntese, o autor elenca uma série de modalidades de dissuasão da realidade para que exista aproveitamento econômico. No limite de suas argumentações, o filósofo francês coloca em debate questões sobre a hiper-realidade, a mimese do real. Apesar de tais teorizações focarem a explosão dos meios de comunicação e da indústria cultural das últimas décadas, os conceitos são facilmente aplicados à maneira pela qual o discurso edênico foi utilizado no direcionamento dos

interesses econômicos para as terras americanas como receptáculo da carga mítica do jardim do Gênesis:

A hiper-realidade e a simulação, essas, são dissuasivas de todo o princípio e de todo o fim, viram contra o poder esta dissuasão que durante muito tempo ele tão bem utilizou. É que finalmente é o capital que se alimentou, no decurso da sua história, da desestruturação de todo o referencial, de todo o fim humano, que rompeu todas as distinções ideais do verdadeiro e do falso, do bem e do mal, para estabelecer uma lei radical de equivalências e de trocas, a lei de bronze do seu poder. Ele foi o primeiro a brincar à dissuasão, à abstração, à desconexão, à desterritorialização, etc, e se foi ele que formentou a realidade, o princípio de realidade, foi também ele o primeiro a tê-la liquidado no extermínio de todo o valor de uso, de toda a equivalência real, da produção da riqueza, na própria sensação que nós temos da irrealidade das questões e da onnipotência da manipulação. (BAUDRILLARD, 1991, p. 33).

Há, porém, uma diferenciação de tratamento que deve ser levada em consideração a realidade e a hiper-realidade neste caso da projeção paradisíaca das Américas, pelo de ter como origem o arcabouço sagrado do Paraíso Terreal, na exploração da utopia terrena americana. O ideário europeu estabelece uma seleção das ações exploratórias, utilizando, sim, o poderio simbólico do mito que subjaz as conquistas, mas colocando em primeiro plano o interesse sobre a materialidade, abdicando da carga imaterial logo que tal projeto entra em prática.

O real, neste caso, o continente americano, exerce o seu papel como fundação mítica do edenismo desde que esta figuração não interrompa o decurso de todo um projeto político e econômico maior, além do sagrado e do profano, do bem e do mal, das benesses e malefícios das ações; no limiar deste real e irreal, do mito e do material, o lucro e a permanência do capital imperam:

O que toda uma sociedade procura, ao continuar a produzir e a reproduzir, é ressuscitar o real que lhe escapa. É por isso que *esta produção material é, hoje, ela própria hiper-real*. Ela conserva todas as características do discurso da produção tradicional, mas não é mais que sua refração desmultiplicada (assim, os hiper-realistas fixam numa verossimilhança alucinante um real de onde fugiu todo o sentido e todo o *charme*, toda a profundidade e a energia da representação). Assim em toda a parte o hiper-realismo da simulação traduz-se pela alucinante semelhança do real consigo próprio. (BAUDRILLARD, 1991, p. 34).

Deste modo, e de maneira mais específica no caso do edenismo, o que vemos, ao longo dos séculos, é o seu aproveitamento como fonte lucrativa, através do mito que o sustenta, gerando “mimeses” projetivas no mundo real – como no caso do continente americano – capazes de suportar tal sustentação simbólica.

Ao mesmo tempo, porém, é preciso deter a atenção nos fenômenos e processos de reificação dessa projeção mimética do Paraíso Terreal na realidade objetiva, o que será feito na segunda metade desta Tese, focando o século XX brasileiro, no qual observa-se um resgate do discurso edênico e de sua prática exploradora em níveis mais profundos do que aqueles constatados seja em meio à realidade colonial ou a imperial, nos diferentes projetos estatais e representantes do governo, alinhados aos meios de comunicação, produção cultural, representatividade intelectual, magnitude econômica e poderio dos aparelhos do Estado para o aproveitamento do edenismo brasileiro por diferentes frentes e alcances.

Estes são alguns dos temas a serem tratados ao longo do trabalho, para o enriquecimento da análise, dialogando com algumas das principais situações, motivações e contradições da discursividade e práticas edênicas no continente americano. Para dar início ao debate do uso do Paraíso Terreal em sua funcionalização econômica, apresentamos, a seguir, duas imagens – uma pintura de Abraham Govaerts, e um mapa de Giacomino Gastaldi e Giovanni Battista Ramusio –, que vêm ao encontro dos argumentos expostos no início deste tópico do trabalho:

Figura 08: Abraham Govaerts, *Boslandschap met zigeunerinnen*, 1612



Fonte: <http://www.mauritshuis.nl/collection>

Figura 09: Delle Navigazioni et Viaggi, 1556 de Giacomo Gastaldi e Giovanni Battista Ramusio



Fonte: <http://www.mapashistoricos.usp.br/>

Na imagem de Giacomo Gastaldi e Giovanni Battista Ramusio, de 1556, é possível perceber uma das práticas mais comuns em território colonial brasileiro nos primeiros anos de exploração lusitana: a retirada de madeiras de lei, como o pau-brasil, que era utilizado para extração de corantes que se destinavam, principalmente, à indústria de tecidos. Chama a atenção, também, a referência ao trabalho, inicialmente por escambo e depois por escravidão, dos nativos da região e, depois, dos negros africanos, desde a retirada das árvores, sua limpeza até o seu transporte para os portos do litoral.

Já no mapa de Abraham Govaerts, de 1612, há uma típica cena das campanhas interioranas expedidas pelos reis, governadores gerais e administradores das colônias. Os objetivos principais destas expedições eram desde a retirada de madeiramento para manutenção do aparato de navegação, de recursos destas árvores (como o pau-brasil), até especiarias, pedras preciosas e metais de grande valor comercial e simbólico para as coroas europeias, principalmente ouro e prata.

O que se pode interpretar destas imagens é a já objetificação do mito edênico, transformado em recurso e posto em imensurável escala de espoliação histórica das riquezas naturais das Américas. Neste ponto, a mitologia, assim como lembra Baudrillard (1969),

transformada em objeto do sujeito que elaborou seu conteúdo, torna-se reflexo das ações, posturas, pensamentos e práticas destes indivíduos e sociedade; por mais que a origem do mito esteja ligada ao conteúdo sagrado do *Gênesis* bíblico, sua descoberta no realismo mágico do Paraíso Terreal evidenciou o outro aspecto do impacto desta mitologia: sua profanidade presente nos séculos de exploração deste ambiente, tido antes na Geografia imaginária como inalcançável, ou irretornável:

Hagamos a un lado la mitología espontánea que pretende que el hombre se prolongue o sobreviva em sus objetos. El proceso-refugio no es de inmortalidad, de perpetuidad, de supervivencia en un objeto-reflejo (en esto el hombre nunca ha creído de verdad) sino que es un juego complejo de “reciclaje” del nacimiento y de la muerte en un sistema de objetos. Lo que el hombre encuentra en los objetos no es la seguridad de sobrevivir, sino la de vivir en lo sucesivo, continuamente, conforme a un modo cíclico y controlado, el proceso de su existencia y rebasar así, simbólicamente, esta existencia real en la que el acontecimiento irreversible se le escapa. (BAUDRILLARD, 1969, p. 110).

A presença do profano nas ações e posturas dos colonizadores foi e ainda é um ponto de acalorada discussão entre os especialistas deste período. Se a mitologia edênica exalta como referência simbólica os acontecimentos de uma localidade sacralizada por sua pureza moral e ética, como fonte de origem humana, porque, ao “encontrar” estas terras no além-mar, os europeus tiveram como prerrogativa a mais valia, as insanidades e a exploração máxima de seus potenciais bens provindos da natureza? Esta é uma das indagações feitas por Araújo (2001), que merece entrar na pauta de análise:

Do conjunto de recortes avulsos, apreendidos em testemunhos de diversa natureza, artísticos, religiosos e literários, ressalta a complexidade da questão inicialmente colocada: Até que ponto são exteriores à raiz do mito as minuciosas observações e impressões captadas pelos escritores portugueses nos primeiros contatos com os povos do Brasil? Na verdade, a vaga sensação de mistério que, sob o impulso divino do achamento, contamina a visão edênica da terra é adensada pela inquieta percepção que o gentio desde cedo suscita. Dito de outro modo, é em função do sobrenatural e da relação que com ele mantém que o homem europeu desvenda e nomeia as potencialidade do novo mundo. E de tal modo é assim que, mesmo depois do relato de Américo Vespúcio, a metáfora do Paraíso persiste como topos retórico adaptado a um universo, contraditoriamente marcado pela presença de uma humanidade diabólica e inviável. (ARAÚJO, 2001, p. 174).

Estas “potencialidades” constituíram a afirmação dos recursos naturais interiorizados já na carga mítica do edenismo territorial transposto para as Américas. O funcionalismo mítico, aqui, compunha o seu papel de agregador de valor a estes recursos, bem como de fonte de motivação para o aprofundamento gradualmente maior da busca territorial

por maior abundância dos recursos minerais, vegetais e animais, em um processo que era, ao mesmo tempo, de exploração e também de ocupação do território:

Os metais, que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelos prematuros descobrimentos castelhanos, não se revelaram tão disseminados como se esperava. Na maior extensão da América ficou-se, a princípio, exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 17).

A funcionalidade dos mitos, como no caso das racionalizações do Paraíso Terreal – por exemplo, a sua “localização” nos mapas, conforme se aumentavam as expedições além-mar –, servia como ponto de sustentação das empreitadas de busca por novas riquezas, expansão das fronteiras, domínio dos nativos, etc., características da historiografia colonial americana.

Estes mapas, assim como reitera Moreira (2007), compõem um esforço da potência desse imaginário do espaço fantástico em sua projeção no mundo real. Utilizando autores clássicos, Moreira afirma que é função e fim da cartografia esta busca pela diferenciação mais profunda e sígnica dos elementos espaciais. Neste sentido, a maneira como as informações eram apresentadas, como visto nos exemplos demonstrados, não fazem senão reafirmar essa relação entre o imaginário e o real:

O limite territorial de cada conjunto numa área de recorte comum não coincide normalmente, uns sendo mais extensos e outros mais restritos, forma-se um complexo entrecruzamento nessa superposição, que é a matéria-prima da espacialidade diferencial. A paisagem depende, assim, do ângulo do olhar de quem olha, que toma um dos conjuntos espaciais como referência do olhar, e vê, em conseqüência, a paisagem pelo olhar de referência. Daí que cada conjunto espacial resulta numa forma de paisagem, cada qual servindo como nível de representação e nível de conceituação. (MOREIRA, 2007, p. 69).

O autor ainda argumenta sobre o distanciamento entre a linguagem cartográfica e a totalidade paisagística, que era presente nas cartas de outrora e que, de certa forma, não mais ocorre nas novas formas de expressão geográfica contemporâneas, que primam pela precisão e abrangência, mas se afastam de uma dialogia entre o projetado, o observado e suas dualidades relacionais, tanto como representação ou interpretação geográfica:

É preciso, pois, reinventar a linguagem cartográfica como representação da realidade geográfica. E reiterar o pressuposto de a linguagem cartográfica ser a expressão da



linguagem conceitual da geografia. Afinal, olhando a legenda dos mapas, signos e realidade do espaço geográfico, vemos: formas de relevo, tipos de clima, densidade de população, tipos de bacia hidrográfica, formas de cidade, núcleos migratórios, coisas da paisagem, que simplesmente transportamos mediante uma linguagem própria para o papel. De modo que as nervuras do mapa são as categorias mais elementares do espaço: a localização, a distribuição, a extensão, a latitude, a longitude, a distância e a escala, palavras do fazer geográfico. (MOREIRA, 2007, p. 68).

Portanto, mapas como o de Giacomo Gastaldi e Giovanni Battista Ramusio, e de Pierre Desceliers e Diego Homem evidenciam, em um círculo específico que é o cartográfico/geográfico de infiltração mítica do edenismo epocal, advindo das grandes navegações. Essas projeções representavam elementos para além do real, eram a expressão mesma da essência de um ideário imaginativo dominante do período, assim como Moreira afirma (2007, p. 69): “No entanto, os parâmetros de uma cartografia geográfica já estão postos: estão presentes na linguagem semiológica das novas paisagens. Mapear o mundo é antes de tudo adequar o mapa à essência ontológica do espaço.”

Ainda mais que isso, observa-se, nessas representações, até mesmo elementos da dialética colonizadora, ora mantendo o cânone idílico das terras recém-conquistadas, ora descrevendo os processos de exploração de todas estas riquezas, alinhados à força das imagens e seus sentidos: “Representar sua tensão interna. Revelar os sentidos da coabitação do diverso. Falar espacialmente da sociedade a partir da sua tensão dialética. Mas tudo é impossível, repita-se, sem uma semiologia da imagem.” (MOREIRA, 2007, p. 69).

Assim, o mito de origem, fundacional e de conquista do edenismo territorial das Américas, adaptou-se para além de sua transposição simbólica, sendo explorado com maior rigor e vigor em sua potencialidade econômica, com base nos recursos naturais encontrados no Paraíso Terreal. Ainda sobre esta funcionalidade e a racionalização da mitologia edênica, Bichalho (1999) sustenta que:

Assim, as descrições das viagens marítimas a partir do Atlântico vieram preencher novas funções e objetivos correspondentes a um modelo mental em mutação. Embora influenciadas por relatos de viajantes medievais, a literatura relativa aos descobrimentos foi sem dúvida portadora de uma certa ruptura com aquela visão. Revelou um olhar diferente, segundo o qual as maravilhas e singularidades foram descritas de par com os dados observados em primeira mão, solidarizando real e imaginário, casando gesta e fábula com fatos concretos, constituindo uma nova dialética nascida da intromissão de notícias e de realidades geográficas, astronômicas e etnográficas até então desconhecidas. Impunha-se um novo saber, cada vez mais baseado na experiência e apoiado na observação. (BICALHO, 1999, p. 74 – grifo nosso).

As realidades geográficas mencionadas por Bicalho (1999) fundamentaram a exploração econômica das novas colônias, uma vez que na geograficidade fantástica de emulação do Éden estavam presentes as mais abundantes riquezas. Nas palavras de Alencastro (1998), houve uma “economia política dos descobrimentos” vigente durante todo o período das grandes expedições oceânicas, e recorrente nas reificações míticas contemporâneas, na *atualização* da intencionalidade econômica nos interiores do continente americano em busca de novas riquezas.

Por meio da expressão “expansionismo preemptivo”, aprofunda-se esta ideia da funcionalização do mito edênico; antecipava-se o desvelamento mítico por meio do investimento na busca pelos elementos que compunham a estratificação mitológica do edenismo, e os espaços desconhecidos além do território da costa tornaram-se, assim, o principal foco de esta postura:

O "expansionismo preemptivo" se manifesta desde o começo das Descobertas. Terá sido a expedição franco-espanhola de 1402 em direção a Madeira, que levou Portugal a ocupar preventivamente aquela ilha nos anos 1418-26, encetando, as travessias descobridoras das Canárias (1424) dos Açores (1431-39), e de Cabo Verde (1456) Da mesma forma avanço proporcionado à Espanha no oceano Pacífico pela primeira circunavegação de Fernão de Magalhães (1520-22) e, sobretudo, pela descoberta da rota Leste—Oeste, do México às Filipinas, por Álvaro de Saavedra (1527-28), leva os portugueses a se precaverem, ocupando portos e fixando feitorias ao longo da rota Goa—Macau, principal artéria do comércio asiático. Foi ainda o expansionismo preemptivo que soprou as velas portuguesas sobre toda a extensão do litoral atlântico sul-americano convertendo, desde a segunda metade do século XVI, o estuário do Prata num dos pontos críticos da tensão fronteiriça luso-espanhola que dividia o planeta. (ALENCASTRO, 1998, p. 194).

O espaço antes desconhecido e agora receptor das mais profundas referências míticas precisava ser destrinchado em novas racionalizações e em esforços de mapeamento de seus elementos e extensão com o maior rigor descritivo possível na localização dos potenciais pontos de exploração econômica de seus bens naturais. Como já mencionado, a presença simbólica do mito de origem, de conquista ou fundacional em relação às Américas, ao invés de barrar o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico do período, provou-se, ao contrário, elemento de incentivo e motivação para o aprimoramento dos mesmos:

Ao contrário do que se pode pensar, no Renascimento não houve o predomínio da razão materialista, como uma espécie de precursor do Iluminismo na concepção geográfica do mundo. A retomada da Antiguidade Clássica foi feita pelo Cristianismo e a cosmovisão fechada num mundo de três continentes rompeu-se e uma nova estava sendo construída. A observação, a experimentação e a dedução ainda são coisas do futuro. [...] Embora o Purgatório fosse "oficialmente" reconhecido pela Igreja no século XIII e a literatura de Dante o tivesse descrito e

representado, faltava-lhe uma representação dentro do mundo, em termos cartográficos. (CARVALHO, 2001, p. 9).

A retomada da Antiguidade Clássica citada por Carvalho (2001) como componente fundamental para a moldagem das bases do pensamento moderno nos séculos XV e XVI (Classicismo) também é lembrada por Fonseca (1992), com espelhamento nas escrituras bíblicas, quando este fala do oceano como principal símbolo da “barreira” fantástica que cobria e até mesmo impedia o maior desenvolvimento técnico europeu:

Em si, o oceano é adverso, é violento, mas pode transformar-se no oposto, por opção divina; ou seja, o mar aparece como elemento em cujo seio o milagre tem lugar. E o que ressalta do capítulo 14 do Êxodo, onde se descreve a passagem do Mar Vermelho, ou de várias passagens evangélicas, como a da pesca milagrosa ou a da calmaria da tempestade, ou mesmo a de textos hagiográficos, como o milagre de Santo Antônio que, desgostoso da pouca audiência encontrada junto dos homens, resolve com êxito pregara os peixes. Aliás, o próprio pensamento geográfico e físico do tempo contribui para reforçar este estado de espírito. Embora gregos e romanos, em nível da astronomia, admitissem a esfericidade da Terra, de fato, a representação mental que estes últimos faziam do planeta era de algo semelhante a um disco. (FONSECA, 1992, p. 38).

Portanto, a racionalização do mito, e sua funcionalização econômica, constituíram um dos principais instrumentos de otimização do alcance dos interesses perante a grandeza das novas riquezas naturais encontradas. Neste sentido, a melhoria incessante das cartas cartográficas compõe o melhor portfólio desse processo, gradual e de grande alcance após as primeiras impressões de choque e espanto do encontro com o Paraíso Terreal, conforme observado nos exemplos dos mapas a seguir:

Figura 10: Descrizione di tutto il mondo secondo la pratica de marinari de 1597-8 de Giovanni Antonio Magini e Girolamo Porro



Fonte: <http://www.mapashistoricos.usp.br/>

Figura 11: Nova Totius Americae Descriptio, 1660 de Frederick de Wit



Fonte: <http://www.mapashistoricos.usp.br/b>

Na primeira projeção, de Giovanni Antonio Magini e Girolamo Porro, observa-se uma regressão no caráter representacional, tendo em vista o seu ano de elaboração, 1597-8, mas deve considerar-se que o uso de várias linhas azimutais, ainda que seu resultado final não seja tão satisfatório, constitui um avanço em relação aos mapas e projeções precedentes, e indica a configuração racional da carta. No segundo mapa, de Frederick de Wit, que data de 1660, o aumento da precisão na projeção é notável, como, por exemplo, na utilização de paralelos e meridianos para a definição das localizações, embora ainda se observe, a extremo sudoeste do oceano Pacífico, uma representação de Poseidon em seus cavalos marinhos.

A racionalização percebida nestes mapas, em comparação com aqueles criados a partir das poucas informações ou viagens efetuadas nos primeiros decênios do século XVI, evidenciam o movimento de desenvolvimento técnico da época. Um dos melhores exemplos que ilustram esse movimento, citado por Fonseca (1992), diz respeito à questão da esfericidade da Terra, e até mesmo da transposição dos elementos fantásticos dos mares, antes provenientes do Índico e depois transpostos para o Atlântico. Com o passar dos anos, porém, este conjunto do imaginário geográfico mítico e fantástico cedeu lugar à busca pela precisão cartográfica, calcada numa maior eficiência nos objetivos econômicos, que moviam as expedições marítimas em direção ao Ocidente e também ao Oriente:

No período medieval distinguem-se perfeitamente os horizontes marítimos em termos de espaço conhecido e de espaço desconhecido. E, se o Mediterrâneo se apresenta como o espaço natural do mar conhecido, no âmbito do oceano, as concretizações geográficas não têm lugar de forma tão direta, provavelmente pelo efeito distanciador do desconhecido. Assim, o maravilhoso oceânico tem um sentido não especificamente atlântico, antes aponta, como o horizonte onde ele tem lugar, para o quadro mais geral dos espaços marítimos desconhecidos. Desta circunstância advém um segundo aspecto que importa igualmente considerar. Na verdade, dada a indefinição espacial do Atlântico durante quase toda a Idade Média, tal nebulosidade acaba por determinar a relativa pobreza do imaginário deste oceano, com a conseqüente subalternização perante o maravilhoso de um outro oceano, o Índico –, tradicionalmente e muito mais rico. Daí que muitas vezes seja difícil determinar a especificidade do onírico atlântico, comparando – do como complexo mundo do imaginário marítimo oriental. Dado o desenvolvimento da existência do continente americano, e tendo-se admitido em alguns setores que a Terra fosse redonda, não teria sido difícil que se pudesse demandar as partes orientais, navegando diretamente para o ocidente; isto é, o Atlântico pode ter chegado, em algum momento, as era apresentado como princípio dos oceanos orientais. Como escreve, em inícios do século XV, Pedro d'Ailly (numa alusão que Colombo não se esquece, mais tarde, de sublinhar), "a região das Colunas de Hércules [isto é, o Atlântico] e a Índia são banhadas pelo mesmo mar". Por esta razão, os grandes textos forjadores do imaginário do Índico, muitas vezes, alimentavam, ao mesmo tempo, o imaginário do Atlântico. (FONSECA, 1992, p. 35-36).

Em conformidade com o auxílio da racionalização cartográfica como instrumento de superação do desconhecido na expansão do espaço conhecido, Porrata (2002) argumenta que, nas grandes descobertas continentais, houve também o realismo mágico, inevitável devido à carga mítica do edenismo perante a América, fazendo com que a todo custo fossem procurados os benefícios das paisagens idílicas nunca vistas antes por nenhum europeu.

No caso dos espanhóis, o autor eleva o tom crítico sobre, novamente, a real motivação das grandes navegações: “EL Paraíso Terrenal, del Colón de Posse, se convierte en zona proveedora de materias primas, mano de obras baratas y apetecido lugar turístico” (PORRATA, 2002, p. 220). Em sua argumentação, o autor utiliza a forte expressão “los perros del paraíso”, emprestada de Abel Posee, como modo de expressar a maneira como os nativos eram vistos pelos colonizadores espanhóis, focados na busca pelo ouro, prata e metais preciosos:

El elemento histórico en Los perros del paraíso se entremezcla profundamente con el drama cultural europeo. EL texto de Posse trata de ser objetivo cuando sugiere que a América no llegó solamente el catolicismo como religión imperial, sino que llegaron también la voluntad del héroe y del conquistador. La presencia de un hombre como Nietzsche significa en la novela la llegada a América del otro foco de la realidad europea. Es la oposición a la noción judeo-cristiana y metafísica. El viaje del descubrimiento de América tuvo un resultado significativo y perturbador por las consecuencias y las crisis que crea. Es un viaje que entrelaza lo real, el misterio, la ideología y la religión. La llegada de los españoles a América fue motivo de perturbación. Los nativos vieron llegar a hombres con una piel de blancura irritante, barbas rojizas o ennegrecidas, coraza, sombrero; pero lo que más les debió haber sorprendido es la insistencia en tanta ropa. Los indígenas no podían saber que la ropa, más que vestidura era investidura. (PORRATA, 2002, p. 217-218).

A “economia política” dos descobrimentos era embasada, deste modo, num profundo e ainda latente processo de infiltração das mais cruéis ações exploratórias que já tiveram lugar na história da humanidade. Expunha-se a objetificação máxima do Paraíso Terrenal no dia-a-dia de sua exploração, a verdadeira dialética dos descobrimentos, que, apoiada pela expansão da racionalidade técnica, mostrava-se muito mais irracional na geração de cicatrizes históricas, que perduram até os dias atuais nas ex-colônias, herdeiras do fardo edênico europeu.

É desta realidade que fala Frei de Las Casas (1474-1566), em sua obra *O Paraíso Destruido* (2011). O tom que o autor utiliza em seu relato evidencia o lado da profanidade que cercava o pensamento dos colonizadores nas novas terras. Apesar da extensão do trecho selecionado e reproduzido a seguir, ele representa um dos mais fieis e assustadores relatos *in*

*loco* da empreitada colonizadora nas Américas; lembremo-nos que se trata da porção espanhola, a que teve acesso o Frei de Las Casas:

Na ilha Espanhola que foi a primeira, como se disse, a que chegaram os espanhóis, começaram as grandes matanças e perdas de gente, tendo os espanhóis começado a tomar as mulheres e filhos dos índios para deles servir-se e usar mal e a comer seus víveres adquiridos por seus suores e trabalhos, não se contentando com o que os índios de bom grado lhes davam, cada qual segundo sua faculdade, a qual é sempre pequena porque estão acostumados a não ter de provisão mais do que necessitam e que obtêm com pouco trabalho. E o que pode bastar durante um mês para três lares de dez pessoas, um espanhol o come ou destrói num só dia. Depois de muitos outros abusos, violências e tormentos a que os submetiam, os índios começaram a perceber que esses homens não podiam ter descido do céu. Alguns escondiam suas carnes, outros suas mulheres e seus filhos e outros fugiam para as montanhas a fim de se afastar dessa Nação. Os espanhóis lhes davam bofetadas, socos e bastonadas e se ingeriam em sua vida até deitar a mão sobre os senhores das cidades. E tudo chegou a tão grande temeridade e dissolução que um capitão espanhol teve a ousadia de violar pela força a mulher do maior rei e senhor de toda esta ilha. Causa essa que desde esse tempo deu motivo a que os índios procurassem meios para lançar os espanhóis fora de suas terras e se pusessem em armas: mas que armas? São tão fracos e de tão poucos expedientes que suas guerras não são mais que brinquedos de crianças que jogassem com canas ou instrumentos frágeis. Os espanhóis, com seus cavalos, suas espadas e lanças começaram a praticar crueldades estranhas; entravam nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem as crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e as faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil. Faziam apostas sobre quem, de um só golpe de espada, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem, mais habilmente e mais destramente, de um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria melhor as entranhas de um homem de um só golpe. Arrancavam os filhos dos seios da mãe e lhes esfregavam a cabeça contra os rochedos enquanto que outros os lançavam à água dos córregos rindo e caçoando, e quando estavam na água gritavam: move-te, corpo de tal?! Outros, mais furiosos, passavam mães e filhos a fio de espada. Faziam certas forcas longas e baixas, de modo que os pés tocavam quase a terra, um para cada treze, em honra e reverência de Nosso Senhor e de seus doze Apóstolos (como diziam) e deitando-lhes fogo, queimavam vivos todos os que ali estavam presos. Outros, a quem quiseram deixar vivos, cortaram-lhes as duas mãos e assim os deixavam; diziam: Ide com essas cartas levar as notícias aos que fugiram para as montanhas. Dessa maneira procediam comumente com os nobres e os senhores; faziam certos gradis sobre garfos com um pequeno fogo por baixo a fim de que, lentamente, dando gritos e em tormentos infinitos, rendessem o espírito ao Criador (LAS CASAS, 2011, p. 32-33).

As fortes e realísticas palavras do Frei de Las Casas (2011) expõem o preço da chegada da modernidade para os nativos americanos e sua morada. Não caberia, aqui, elencar toda a gama de trabalhos historiográficos, antropológicos, filosóficos, geográficos e psicológicos que buscaram evidenciar a crueza deste contexto, mas devemos adentrar a questão da mão-de-obra escrava, tanto nas colônias espanholas como nas portuguesas, responsável pela potencialização dos alcance dos interesses econômicos através da exploração daqueles que os próprios europeus antes haviam denominado como representantes humanos do Éden ocidental:

Essa brutal carnificina é decorrência direta de uma época na qual antigas justificativas religiosas da desigualdade entre os seres humanos conjugaram-se ao nascente desejo desenfreado de enriquecer dos europeus. Conforme aponta Tzvetan Todorov, os conquistadores espanhóis pertencem, historicamente, a um período de transição “entre uma Idade Média dominada pela religião e a época moderna, que coloca os bens materiais no topo de sua escala de valores”. A conquista, na prática, foi marcada por esses dois aspectos: os cristãos vêm ao Novo Mundo imbuídos de religião e levam, em troca, metais preciosos e riquezas. (CARVALHO, L, 2004, p. 55).

O autor é ainda mais incisivo em seu posicionamento de criticar as práticas de exploração econômica, especialmente por parte dos espanhóis. O principal contraponto que aborda é a questão do choque de culturas, pois, segundo o autor, a expectativa de encontrar homens de natureza selvagem acabou desvelando as ações e posturas selvagens dos próprios conquistadores, postura essa que, em suma, foi antes levada para as Américas do que lá encontrada:

Como se observa, os espanhóis chegaram à América certos da superioridade de sua civilização e dos seus valores. Os outros eram bárbaros, pagãos. Canibais, que não conheciam a escrita, a tração animal, nem, é claro, o único e verdadeiro Deus. Realizavam cultos estranhos – muitas vezes, com sacrifícios – a deuses desconhecidos. Por fim, falavam outra língua, tornando ainda mais incompreensíveis seus hábitos, costumes e crenças. [...] Eis uma característica, incipiente na época, mas que se intensificará no decorrer da Era Moderna: o desrespeito às diferenças e à cultura dos outros povos. De fato, a modernidade é marcada por um intenso processo de homogeneização das identidades culturais, de silenciamento de saberes e práticas sociais alternativas e, enfim, de naturalização das relações de poder através da imposição de discursos e verdades supostamente únicos e universais. A imposição de dogmas religiosos – e, hoje, acrescentaríamos, científicos – como forma de dominar e subjugar povos estranhos é, com certeza, algo ainda marcante na nossa época. (CARVALHO, L, 2004, p. 57).

Com base nessa crítica aos descobrimentos e colonizações há, inclusive, um forte movimento contemporâneo de revisitação dos fatos e fenômenos desta época, tendo como objetivo novas leituras da realidade dos acontecimentos, o impacto cultural, econômico e político do contexto vivido no período e a maneira como representações simbólicas e ideológicas dessas situações serviram e ainda servem para amenizar ou até mesmo para abrir mão de incorporar os elementos da crueldade no processo de colonização, ocupação e expansão das atividades europeias nas Américas.



### 1.1.3 A conquista do paraíso em suas fronteiras e sertões

A economia política dos descobrimentos, aliada ao realismo mágico das riquezas do Éden aqui encontradas, e às justificativas religiosas para sua exploração, alteraram de forma significativa a relação concebida no primeiro momento do encontro terreal com o segundo passo, o da exploração de fato de suas riquezas. Passa-se do deslumbramento para o controle, do encantamento para o domínio, da alteridade para a matança e escravidão, etc.

A referência canônica cristã colaborou para o fortalecimento desta visão, em específico no que se referia ao continente africano e seus habitantes, que seriam os malfadados herdeiros de Cam, condenado ao deserto sem o perdão de Deus e sem o direito ao novo mundo pós-dilúvio: “O destino do povo africano, cumprido através dos milênios, depende de um evento único, remoto, mas irreversível: a maldição de Cam, de seu filho Canaã e de todos os seus descendentes. O povo africano será negro e será escravo: eis tudo.” (BOSI, 1992, p. 256).

Mas, por trás do simbolismo, que também era edênico, havia de fato, e com toda uma estrutura de sustentação, um arranjo histórico, científico e econômico que viabilizou a expansão marítima, principalmente do ponto de vista mercantil. O viés religioso, cultural e de vislumbramento com a nova a terra fantástica existia de fato, mas a exploração do território e dos povos que o ocupavam foi imperativa, e a potência do cânone cristão serviu como principal muleta ideológica para o alcance destes fins durante séculos:

O fato é que se consumou em plena cultura moderna a *explicação* do escravismo como resultado de uma culpa exemplarmente punida pelo patriarca salvo do dilúvio para perpetuar a espécie humana. A referência à sina de Cam circulou reiteradamente nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a teologia católica ou protestante se viu confrontada com a generalização do trabalho forçado nas economias coloniais. O velho mito serviu então ao novo pensamento mercantil, que o alegava para justificar o tráfico negreiro, e ao discurso salvacionista, que via na escravidão um meio de catequizar populações antes entregues ao fetichismo ou ao domínio do Islão. Mercadores e ideólogos religiosos do sistema conceberam o pecado de Cam e a sua punição como o evento fundador de uma situação imutável. (BOSI, 1992, p. 258)

Era preciso aumentar o poder naquele espaço (re)territorializado com base nos interesses simbólicos, sim, mas calcado também em toda uma gama de interesses econômicos em relação à terra, garantindo o controle e a expansão do domínio. O trecho de uma carta de Francisco Pizarro, relatando ao rei o andamento das explorações de ouro e prata nos arredores

das hoje ruínas de Pachacamac, Peru, exemplifica essa preocupação com a extensão do território e o seu controle:

En la costa de la mar del sur en la provincia de ssanta he poblado en nombre de vuestra magestad la villa de trugillo en parte que sera uno de los frescos y onrrados y provechosos y bien poblado y proveído de las cossas necesarias para la poblacion y sustentación del que ay poblado en esta tierra porque tiene buen puerto cerca del y esta en comarca que ay muy rricas minas de oro y en parte que pueden servir en el los yndios de la sierra y los de los llanos sin trabajo plega a nuestro señor se aya fecho en tan buena ora que rreciba desta villa vuestramagestad el servigio que yo deseo y a la provincia de puerto viejo he enbiado un capitán para que en nombre de vuestra magestad funde en ella una villa porque es buena tierra. (PIZARRO, 2013, p. 80).

Dentre outros assuntos, o navegador suplica por maior extensão na governabilidade, poder sobre as terras e extração das riquezas das feitorias reais. Estes pedidos de aumento do controle territorial estão diretamente ligados à ideia de “sertão”, já presente nas épocas coloniais e imperais na América. Em outros termos, preservar o poder sobre as extensas fronteiras coloniais era uma maneira de garantir o efetivo domínio para sua ocupação, controle e exploração econômica.

Do mesmo modo, na porção portuguesa havia uma preocupação em registrar os avanços geográficos, aumentar a precisão dos limites entre capitânicas, fronteiras e territórios ocupados: “Além disso, os pilotos portugueses foram pródigos em fornecer, em seus relatos dos descobrimentos, descrições das constelações celestes; medindo e registrando, nas cartas que enviavam ao Rei, a latitude das regiões percorridas e alcançadas.” (BICALHO, 1999, p. 75).

Estas ações realizadas em alto-mar foram postas em prática também em terra, principalmente depois da descoberta do ouro na porção central da colônia, motivando uma reorganização dos registros cartográficos até então estabelecidos. Bicalho (1999) observa, ainda, o grande grau de intervenção direta do governo português no contexto da colonização, desde as nomeações dos capitães donatários, perpassando pelas negociações das feitorias realizadas em sua grande colônia americana, até o recorte especial do território quando neste foram encontrados ouro e diamante.

Essas ações eram bastante diversas daquelas adotadas nas colônias asiáticas, devido à incomparável quantidade de riquezas, terras e potencialidades existentes no Brasil colonial: “No Brasil, por ordem régia, os engenhos são concebidos como uma Estrutura ambivalente, sendo ao mesmo tempo unidades de produção e Unidades fortificadas de ocupação territorial” (ALENCASTRO, 1998, p. 199). Seguindo essa linha de raciocínio, Bicalho (1999)

acrescenta, sobre a importância econômica e estratégica do ponto de vista geopolítico do Brasil para Portugal:

Considerava aquela Colônia a "mais preciosa e necessária" das muitas possessões portuguesas na América. Isto porque "do Rio Grande e seu sertão, cuja povoação não seria de menos glória para Deus, que de crédito, conveniência e aumento dos domínios de V. Majestade nesta América, principalmente quando se pode temer que, desamparada pela barra e aberto os dois caminhos, que se abriram agora nela, tenha a Espanha e os padres das Missões uma porta para se introduzirem nos nossos sertões e Minas; além do que fortificando aquele rio, terá esta Praça mais prontos, e mais à mão os subsídios; e crescerá, com a comunicação, o comércio, e com a extração dos frutos, os negócios e as alfândegas. (BICALHO, 1999, p. 82).

Estes dois conceitos – sertões e fronteiras – integram-se para a formação da complexidade territorial da ocupação das Américas, pois fizeram parte do argumento matriz do princípio de territorialização ao longo de toda a ocupação dos países americanos (CASTRO, 1997; 2005). Havia missões religiosas, longas caminhadas para os interiores em busca de ouro e prata, a exemplo dos bandeirantes e pioneiros, e também confrontos entre colonizadores e povos nativos, que eram encontrados conforme expandia-se a exploração do território para o interior do continente:

A fronteira entre os territórios dos países ibéricos na América era, pois, à época da missão dos padres matemáticos, ainda uma raia fluida, condicionada à progressiva ocupação do espaço. Do tratado de Tordesilhas ao de Madri, apenas uma linha virtual- e constantemente desrespeitada - norteava a priori a definição dos limites entre as possessões portuguesas e hispânicas. Mais do que a concretude da ocupação do espaço que levasse à negociação da soberania territorial, os vastos sertões americanos não eram mais do que uma grande e indefinida fronteira. (BICALHO, 1999, p. 80)

Os sertões figuram, portanto, como uma imensa reserva de valor, pela qual deve-se lutar para a garantia do prodigioso interesse econômico de busca por riquezas, cuja existência já era sabida ou que ainda poderiam fazer parte do conjunto de produtos a serem explorados. Antonio Filho (2011) sustenta que, apesar do uso atual do conceito de sertão estar mais próximo da regionalidade e características paisagísticas do semiárido, sua origem remonta a um período muito anterior, e se referia às terras para além do litoral, muitas ainda a serem exploradas:

Ainda que originalmente o termo “sertão” possa ter designado ‘terras situadas no interior dos continentes’ e que apresentam aspectos de semiaridez, observa-se o uso daquela palavra sem a obrigatoriedade desta característica biogeográfica, mesmo no período inicial das grandes navegações e ‘descobertas’ dos lusos, nos Séculos XIII e XIV. Já, naquele tempo, o termo “sertão” tanto servia para designar uma ‘região’, uma

‘área’ indefinida, um ‘lugar’ ou um ‘território’ qualquer, localizado longe do litoral, no interior ainda despovoado (entenda-se colonizado) ou mesmo desconhecido, não importando se ali houvesse ou não um deserto ou uma paisagem semiárida. Parece que esta última conotação é que se firmou como significado de “sertão”, consagrada pelos usos e costumes, desde a época colonial até nossos dias, isto é, com o significado de ‘terras no interior do continente’, e que não eram, necessariamente, semiáridas ou áridas, mas sim despovoadas. (ANTONIO FILHO, 2011, p. 84).

A dificuldade de definição do termo provocou a inquirição de diferentes geógrafos, como se pode observar, que se preocuparam em delimitar o seu alcance conceitual e prático, de modo a, inclusive, encontrar o seu fosso de significação no âmbito histórico e geográfico brasileiro. Por esta razão, para Moraes (2003), os sertões, ou sertão, não está localizado no âmago material de existência, mas sim num extrato simbólico das terras ermas, distantes, inexploradas e passíveis de domínio, conquista e controle, o que de fato ocorreu com o território brasileiro durante muitos séculos:

Não se trata de um resultado de processos da natureza na modelagem de uma porção da superfície terrestre (como um ecossistema, um bioma, ou um compartimento geomorfológico), e nem do resultado de processos sociais na criação de um espaço produzido pela sociedade (como uma plantação, uma vila ou uma cidade). Assim, o sertão não se habilita como uma figura do universo empírico da geografia tradicional, apesar de – em grande parte – a história dessa disciplina revelar como um dos seus objetivos constantes a prática de seu levantamento e explicação. Descrever os sertões tem sido uma das metas mais praticadas pelo labor geográfico no Brasil, aparecendo mesmo como um elemento forte de legitimação desse campo disciplinar em diferentes conjunturas históricas do país (Moraes, 2002: 95-131). Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno. (MORAES, 2003, p. 2).

Os sertões eram os territórios sem fronteira, muitas vezes não citados ou devidamente catalogados em mapas e documentos oficiais; o sertão apresenta-se como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão: “Na verdade, trata-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço.” (MORAES, 2003, p. 6).

Esta ideia de diversidade geográfica em relação ao sertão é facilmente encontrada em Abreu (1998), que faz um imenso apanhado de referências coloniais do Brasil nas quais o termo é utilizado amplamente para descrever diversas localizações, sempre no interior brasileiro, desde as incursões das drogas dos sertões amazônicos, aos sertões goianos e mineiros, explorados pelos paulistas em sua busca por ouro nos séculos XVII e XVIII. Abreu,

em alguns momentos, em sua obra *Capítulos de História Colonial*, diferencia os diversos *sertões*:

Como vimos, pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaracu no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão. Entre os sertanejos de um e outro grupo deve ter havido diferenças mais ou menos sensíveis. Talvez se venha a determiná-las um dia, quando forem divulgadas as relações dos missionários, corregedores, etc.; em todo caso as semelhanças entre os moradores de ambos os sertões avultam mais entre quaisquer outros habitantes do Brasil. (ABREU, 1998, p. 205).

Mais adiante, na mesma obra, diferencia veementemente os sertões do norte e do sul do Brasil: “Como difere isto dos sertões nortistas, com poucos cavalos, todos bem conhecidos e estudados, e o cavalo de sela, ensinado no passo, na estrada, na baralha, no esquipado, e várias outras marchas de que há mestres habilitados, promovidos quase a parente da família!” (ABREU, 1998, p. 210). Isto reforça ainda mais o caráter diverso, múltiplo, imaterial e de diferentes representações e interpretações que o termo sertão teve em uso e ideação durante muitos séculos no território brasileiro.

Na realidade, estes sertões constituíam a maior reserva de valor espacial das colônias, pois neles, mesmos após séculos de exploração, ainda eram alimentados o discurso e prática da utilização mítica do edenismo em prol de seu mapeamento, descrição, colonização e retirada de riquezas. Gerava-se, a partir da noção de sertão, a continuidade da geopolítica e da economia política do domínio territorial nas colônias, como ocorreu, por exemplo, na porção central do Brasil:

Com um forte conteúdo simbólico, o termo sertão representava um território ambíguo e liminar, tributário do deserto ou da floresta na tradição do Ocidente medieval. Segundo Jacques Le Goff, à medida em que tais territórios iam sendo desbravados e ocupados presenciava-se uma mutação em seus significados, que passavam de espaços prechos de alegorias e visões paradisíacas - atraentes Eldorados pela promessa de riquezas incomensuráveis - à fonte de medo e representação da barbárie-verdadeiro "deserto institucional". Aqueles sertões americanos - territórios sem fronteiras - apareciam recorrentemente na documentação dos séculos XVII e XVIII, quer como promessa de riquezas e de metais preciosos, quer como fonte de desassossego, como espaço da desordem, do vazio de autoridade. Impunha-se, portanto, por ambos os motivos, desbravá-las, incorporá-las, colonizá-las. (BICALHO, 1999, p. 83 – grifo nosso).

O Eldorado sertanejo, nomeado por Bicalho (1999), apresenta-se como o não-ser, o lugar onde se espera encontrar o que ainda não o fora, como o caso do ouro, das pedras preciosas, e das terras de boa aventura do Éden. Além disso, conforme já mencionado por Moraes (2003), o sertão, em sua ideação, possui uma mobilidade simbólica, já que suas

fronteiras acompanham o andamento das projeções imaginárias e simbólicas da sociedade, de modo a sempre existir, mesmo que apenas no plano imaterial, o signo sertanejo, e aqueles que buscarão a sua localização em meio à imensidão do território, já imbuído da própria carga mítica do paraíso terreal, como é o caso brasileiro:

A relação entre sertão e colonização emerge como evidente numa outra característica comum presente nas imagens construídas: a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. Trata-se, portanto, da construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação díspar que, pela ausência, lhe qualifica. Para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que expressem o oposto do qualificado por tal noção. (MORAES, 2003, p. 3).

Por esta razão, a historicidade da concepção do território brasileiro já demonstrava o protagonismo da espacialidade do que viria ser o imaginário edênico, embebido no mito fundacional bíblico, para a composição da referência identitária nacional do país.

As diversas localizações da Ilha Brasil, como sendo um possível reduto da utopia edênica da Bíblia, encontraram o seu ponto definitivo, tanto de concretude como de simbolismo, nas atuais fronteiras brasileiras. Ironicamente, a ocupação do território brasileiro acabou por acontecer em “ilhas” populacionais, fator fundamental para os rumos das intervenções econômicas ao longo dos períodos colonial e imperial:

Por causa da não-integração econômica do seu território, o Brasil apareceu muito tempo como um território insular. Mesmo quando os mapas já haviam, de muito, registrado os contornos continentais da América portuguesa, algumas chancelarias seiscentistas da Europa ainda se referiam à colônia como se fora uma ilha. *Ile Brésil*, Ilha Brasil, tal é o nome dado ao domínio lusitano na América num documento apresentado em 1659 por diplomatas franceses que negociavam, em Paris e noutras capitais europeias, as relações internacionais após a Guerra dos Trinta Anos. (ALENCASTRO, 1998, p. 196).

A expansão das fronteiras pelos sertões, e também pelos mares, caminhou lado a lado com o mito que impulsionava o imaginário social europeu trazido para as Américas, que era, principalmente em função do desenvolvimento técnico e científico, de fundamental importância para o desbravamento dessas espacialidades desconhecidas e alimentadas pelo imaginário edênico – já objetificado e funcionalizado economicamente –, mas impulsionadas pelo grande interesse econômico presente no poderio econômico de sua imensurável extensão espacial:

Portanto, assim como nos primórdios dos Descobrimentos, a expansão das fronteiras marítimas e geográficas do Novo Mundo significou o alargamento das fronteiras técnicas e científicas do saber europeu; nos séculos seguintes, o adentramento dos sertões americanos e, seguindo-se a este movimento, a busca de delimitação das bordas territoriais entre as colônias ibéricas atualizaram um novo tipo de encontro, de troca, de assimilação. Processo este que resultou na construção de novas fronteiras, físicas, políticas, econômicas e culturais. BICALHO, 1999, p. 84

A transformação das fronteiras brasileiras após os dois séculos de união das coroas espanhola e portuguesa comprova a assertiva da importância da questão desses limites espaciais atrelados à ideia de sertão. O território brasileiro, com o acréscimo dos sertões ocupados principalmente pelas bandeiras, praticamente dobrou em tamanho, o que apenas evidencia o grande interesse dos reis portugueses em manter e aumentar suas posses, até porque, neste período – meados do século XVII –, a extração de ouro e diamante já estava a pleno vapor no atual estado de Minas Gerais; o eco original do edenismo, advindo do versículo 11 do Gênesis, contribuía para o reforço paradisíaco nesse período da historiografia colonial do país.

Retomando a maior receptividade mítica da porção espanhola americana a respeito do Eldorado, Holanda (2010) busca, nos antigos reinos hispânicos, o que viria a se tornar o *frisson* imaginário do Éden terreno, neste caso com suas riquezas em metais preciosos sobressaindo às belezas naturais. Para o historiador brasileiro, existem as idealizações edênicas nas crônicas dos espanhóis, que mais tarde encontrariam eco de materialização a oeste do continente americano:

Nas terras ibéricas, a persistência, através das mudanças a que cedo se sujeitaria, principalmente em Castela com o Cardeal Cisneros, a própria mentalidade e organização eclesiásticas, de formas de piedade oriundas da Idade Média e, ao mesmo tempo, o apego ao ideal de Cavalaria, tendiam a esbater os confins entre a realidade e a idealidade, entre o normal e o milagroso, e tudo isso militava em favor daquela sedução. O esquema fixo das paisagens edênicas pode alcançar ali, desse modo, um poder de fascinação que saberá resistir ao tempo e impor-se a todos os espíritos. No *siglode oro* espanhol ele pode apresentar-se, ainda com a vivacidade inicial, na obra ascética e mística de Malon de Chaide, por exemplo, ao descrever uma visão de sua Madalena. De início, é quase nos termos do Apocalipse de São João que se apresenta ao seu arrebatamento a cidade bem-aventurada. Os cimentos são de todas as pedras preciosas, jaspe, safiras, calcedônias, esmeraldas, jacintos, topázios. Nos muros, resplandecentes como o Sol, que se não deixam ver por olhos humanos, abrem-se doze portas, e cada qual é uma pedra preciosa. Torres e almenas surgem cobertas de cristal, com laços de ouro puríssimo onde se engastam esmeraldas e rubis, tudo retocado da luz e resplendor do verdadeiro Sol que ali resplandece. O solo, ruas e praças são de ouro limpo. (HOLANDA, 2010, p. 189-190).

Para que o movimento de oeste para leste, em relação à busca do ouro, se transferisse da meta castelhana para a lusa nas Américas era apenas questão de tempo, mais precisamente de 1500 ao final dos anos de 1600, nas terras brasileiras; aqui, porém, o sentido das expedições inverteu-se do litoral oriental para os interiores ocidentais. O interesse e intencionalidade mercadológico, comercial, reinol e territorial da exploração do terreno aurífero é reforçado por Ana Araújo (2001), quando a autora tece duras críticas ao que chama de “canonização da ganância”, a qual obteve sua maior expressão na corrida pelo ouro, na América espanhola de imediato, e na porção portuguesa após dois séculos de colonização:

Uma outra ideia fixa reforçava a convicção da proximidade do horto deleitoso: a redescoberta das velhas minas do rei Salomão, lendariamente situadas a oriente da Índia, e que Colombo pensava encontrar na costa de Veragua. Só na sua imaginação esse magnífico filão de couro reluzia. Mas como o frenesim da riqueza era intenso, o seu prodigioso espírito mais uma vez descreve o que não vê: “el oro es excelentíssimo; dei oro se hace tesoro, y con él, quien lo tiene, hace quanto quiere en el mundo, y llega a que echa las animas ai Paraiso”. Neste apelo à salvação, condensa o fim glorioso da sua missão e a vocação evangelizadora do vasto império que então despertava. A “canonização da ganância”, submetida ao piedoso impulso da salvação das almas, ainda assim deixa adivinhar a importância que a cobiça do ouro e de outros metais preciosos desempenhou na empresa dos descobrimentos oceânicos. (ARAÚJO, A. 2001, p. 179).

A ocupação, povoamento e exploração dos recursos naturais do Brasil formam essa ambição – a canonização da ganância – sobre o Paraíso Terreal. Araújo (2001) ainda faz uma contribuição muitíssimo cara à composição da análise proposta por este trabalho, pois a autora reforça o caráter imaginário, ideológico e propagandístico dos elementos da natureza emulada como Éden, e encontrado nas Américas. Estes fatores e aspectos são encontrados nos documentos, relatos e literatura de exposição das faces do sagrado e da profanidade da colonização, conforme exposto anteriormente. Segundo a autora,

Trave mestra no longo e incessante processo de idealização da natureza que se inicia nos alvares do século XVI, o sonho paradisíaco não podia deixar de ter efeitos propagandísticos. O povoamento em massa do Brasil é, subsidiariamente, caucionado pelo optimismo existencial, digamos assim, subjacente a esta pródiga visão da vida que a terá abençoada por Deus proporcionava. A matriz mítica da colonização começava, portanto, por plantar o sonho em terra firme antes mesmo de o viver como pesadelo, contradição que transparece, com toda evidência, em relatos e obras de missão posteriores e em boa parte da literatura colonial brasileira. (ARAÚJO, A. 2001, p. 182).

Portanto, a economia política dos descobrimentos, domínio, colonização e exploração das riquezas do Brasil, por parte da coroa portuguesa, não fica muito distante do que se observou na porção Oeste da América do Sul, nas colônias espanholas, ou seja, o controle, a



violência e o monopólio econômico (ALENCASTRO, 1998). O mito objetificado, explorado até o limite em suas riquezas no paraíso terreno, foi e ainda é um campo de ampla possibilidade de estudos, como a proposta do papel da Geografia na interpretação, representação e uso desta grande complexidade histórica e geográfica do edenismo brasileiro.

No presente momento, devemos dar prosseguimento à discussão do trabalho. Os temas a serem tratados, como assinalado de início, são o papel do imaginário edênico como cânone de referência simbólica, e a questão da ideologia espacial do edenismo e sua relação com as ideologias geográficas; estas últimas de importância fundamental para a análise mais aprofundada dos períodos temporais de recorte do imaginário edênico no Brasil, com o papel da Geografia neste processo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Um aspecto que precisa ser colocado em pauta é em relação ao uso de imagens no presente tópico e na extensão total do trabalho. Por se tratar de uma retomada de alguns dos elementos antecedentes do edenismo territorial americano, foi necessária a exposição pontual de algumas representações imagéticas, pois a gama de referências deste tipo sobre o tema e período é infundável.

## 1.2 O IMAGINÁRIO CANÔNICO E OS SÍMBOLOS EDÊNICOS

Após as colocações a respeito dos antecedentes da ideação do Paraíso Terreal em relação às Américas, neste momento será aprofundada a questão do imaginário, a ideia de cânone social, suas implicações, manifestações e interações com o discurso edenista do paraíso terreal americano. Neste sentido, serão abordados os temas que dizem respeito à complementação problemática do núcleo do estudo proposto. Dentre alguns dos conceitos e temas que tomarão frente, destacam-se o imaginário, o cânone, os signos (símbolos, ícones, e indícios), as imagens, e as representações espaciais advindas deste aparato imagético do edenismo.

A preocupação existente em torno do imaginário advém do fato deste conceito estar intimamente ligado ao histórico edênico sobre as Américas, ou seja, há uma produção imagética do Paraíso Terreal que se tornou perene no tempo e abrangente no espaço, alcançando, de diferentes maneiras, os dias atuais. As modulações que existem em torno do imaginário edênico, inclusive como referencial canônico da identidade e simbolismos americanos, merece receber um olhar crítico e categorial por parte das ciências que, de uma forma mais incisiva ou plana, estejam relacionadas com este tema, como é o caso da Sociologia, História, Economia, Filosofia e a Geografia.

Estes aspectos, tanto da importância do cânone simbólico como da multiplicidade do seu alcance científico, serão abordados mais minuciosamente ao longo dos próximos capítulos da Tese. Essas modulações ocorreram devido à riqueza do mito fundacional e também ao amplo alcance de sua exploração política e econômica, sempre potencializando o escopo edênico residente no território brasileiro e particular, e americano, no geral.

Em se tratando especificamente da ciência geográfica, a importância do imaginário canônico do discurso edênico apresenta um caráter de protagonismo ainda maior pelo fato deste imaginário se enraizar no espaço geográfico como fundamento de sua justificativa de concreticidade. Este recorte do debate em específico receberá uma atenção maior no tópico sobre o espacialismo ideológico efetuado a partir do imaginário edênico, conforme enunciado na introdução do presente estudo.

### 1.2.1 O cânone

De momento, cabe iniciarmos os primeiros pontos a respeito desta repartição com um dos termos que a compõe, o cânone. De sua definição etimológica à expansão de uso e aplicação nas ciências, filosofias e demais saberes, este conceito é por vezes emulado por outros como escopo, referencial, fundamentos; mas nenhum destes possui uma origem que se iguale à ideia da própria construção da terminologia cânone. Vejamos uma primeira definição do termo, segundo o dicionário Aurélio:

- 1 Regra, preceito.
- 2 Decisão conciliar sobre matéria de fé ou disciplina católica.
- 3 Catálogo, relação, lista.
- 4 Quadro que contém as palavras que o sacerdote diz durante a consagração.
- 5 Foro.
- 6 Nota que mostra onde começa outra voz em fuga.
- 7 Fórmula matemática.
- 8 Antiga faculdade na Universidade de Coimbra.
- 9 CÂNON (AURÉLIO, 2014, p. s/n)

Para fazermos uso de outra fonte, apresentamos o significado de cânone de acordo com o dicionário Cambridge (2014), com três principais utilizações para o termo, a saber:

- canon* noun (*PRIEST*)  
 [C] MAINLY UK a Christian priest with special duties in a cathedral
- canon* noun (*STANDARD*)  
 [C] usually plural FORMAL OR SPECIALIZED, religion a rule, principle, or law, especially in the Christian Church
- Canon* noun (*WRITINGS*)  
 [C] usually singular SPECIALIZED literature, all the writings or other works known to be by a particular person: *the Shakespearean canon* (CAMBRIDGE, 2014, p. s/n)

Nota-se, pelas definições trazidas pelo dicionário britânico, a ligação entre cânone, religião, princípios e regras e os escopos literários, significações estas que serão melhor exploradas e alinhadas com sua possibilidade de uso e entendimento em conjunto com o imaginário edênico. No Aurélio (2014), por sua vez, os tópicos 1 e 2 dialogam com mais proximidade com a segunda proposta, mas prioriza-se a ideia de cânone como referencial para diferentes aplicabilidades, principalmente de cunho teórico.

A origem do termo, que é cânon, do grego *kanon* ou *kanónas* (*κανόνας*), era utilizado para designar modelos de comparação, medição e regras a respeito de algum assunto, prática ou instrumento específico (ARANHA; MARTINS, 1998; 2003). Os significados de número 2, 3 e 5 do dicionário Aurélio relacionam-se melhor aos objetivos

propostos neste trabalho, bem como os significados do dicionário Cambridge (2014), em função de sua proximidade com a problemática do edenismo.

Conforme visto nos primeiros tópicos deste capítulo, relacionada aos antecedentes históricos do edenismo americano, há tanto uma relação de origem e representatividade do seu significado com o discurso místico do catolicismo, como também o fato de que, no decorrer do tempo, suas bases sgnicas passaram a representar um *guia* (ou catálogo) de referencial simbólico para discursos de diferentes tipos sobre as Américas, sejam eles filosóficos, históricos, econômicos, antropológicos, geográficos, sociológicos, etc., todos revisitando o cânone imaginativo do edenismo com sua máxima do paraíso terreal concretizado em terras americanas.<sup>4</sup>

Para além desta multiplicidade de aplicações do termo cânone, principalmente nas ciências humanas, é salutar a sua relação direta e inerente ao conteúdo sagrado e profano, por exemplo, do cristianismo. Esta característica se sustenta no arcabouço mítico, moral e profético desta religião, por sinal, uma das mais difusoras da ideia de cânone, em especial no que se refere ao Antigo Testamento do livro sagrado dos cristãos, conforme visto em Gênesis – assim como há a escolha da referência moral inclinada ao belo e bom, de igual modo há, tanto nos eventos da criação como nos precedentes, passagens nas quais o reverso destas referências destaca-se.

É nisto que foca Bosi (1992), ao comparar os destinos de Cam, Jafé e Sem, correlacionando-os à mitologia grega, de modo a dividir o cânone de forma clara entre a reprovação e a aprovação, o castigo e a dádiva, o que se deve seguir em prol do que se deixa para trás, dentre outras interpretações possíveis:

Se a palavra *cão* não morde, tampouco a palavra *deserto* é infecunda... A sua força de irradiação é tão ativa na semântica do poema que ultrapassa os confins atribuídos à morada dos filhos de Cam e penetra o espaço infinito do Tu. Os céus da divindade transformam-se em um cosmos ermo onde se perdem os gritos do continente: "Deus! ó Deus! onde estás que não respondes!". Os céus também estão desertos. Mas é só na segunda estrofe que aparece a palavra. Vem associada, sob a forma de uma curiosa *contaminatio*, com o mito de Prometeu. Repare-se nos termos da homologia: Cam está para Prometeu como Iahweh para Zeus; a penedia do deserto para o rochedo do Cáucaso; o sol ardente para o abutre; o istmo de Suez para as algemas do titã. [...] A fantasia poética disseminada no texto inspirou-se no Velho testamento, é

---

<sup>4</sup> A título de exemplo, algumas destas obras podem ser citadas: Economia: *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão; História: *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda; Geografia: *Quadros da Natureza I e II* de Alexander von Humboldt; Psicologia: *Em Berço Esplêndido: Ensaios de Psicologia Coletiva do Brasil*; Sociologia: *Fantasia de Brasil: as identificações em busca da identidade* de Otávio de Souza; Antropologia: *Tristes Trópicos* de Levi Strauss; dentre outras.

certo, mas convém dialetizar a afirmação. Para os hebreus os longos anos de caminhada pelo deserto, entre a fuga do Egito e a chegada a Canaã, representam, como se lê no Livro do Êxodo, um tempo de provação, sofrido mas cheio de esperança. E o momento de passagem para a Terra Prometida, o lugar de encontro com o Deus que lhes dá o mana e sela com o seu povo o pacto da aliança. Moisés e Iahweh dialogam, face a face. No deserto de Cam não há promessa nenhuma de libertação, só agonia e ameaça de cativos futuros. Deus está ausente ou mudo. (BOSI, 1992, p. 264-265).

A influência desta visão sobre o cânone bíblico traz consigo a representação dos escolhidos e excluídos, que será amplamente utilizada pelos colonizadores na composição de seu argumento exploratório e escravista sobre os continentes americano e africano, com maior vigor durante séculos de dominância europeia cultural, política e econômica. Ao Brasil, como já demonstrado, ficou relegada a figuração edênica desta dualidade canônica, fortalecendo o mito do paraíso terreal mimetizado em nosso território.

Por sua amplitude de significação, o termo cânone foi transplantado para outras áreas do saber, guardando consigo a ideia de um rol modular a partir do qual inquirições, postulados, referências, transcendentalismo místico e mítico (fé e religiões), princípios, sistemas e conjuntos categoriais são definidos. Esta é, inclusive, a noção utilizada por Japiassu e Marcondes (1996) em seu dicionário filosófico, no qual o verbete é definido como:

[...] cânon ou cânone (lat. canon, do gr. kanon: regra) 1. conjunto de \*normas ou \*regras lógicas, morais ou estéticas: "Entendo por cânón o conjuntos dos princípios a priori p ara o uso legítimo de certas faculdades de conhecer em geral. Assim, a lógica geral, em sua parte analítica, é um cânón para a razão em geral" (Kant). 2. Conjunto de regras de fé promulgadas pelos Concílios da Igreja Católica ou de regras morais estabelecidas pelo direito canônico, isto é, pelo direito da Igreja Católica. (JAPIASSU, MARCONDES, 1996, p. 32).

E a ideia de cânone também é utilizada no meio musical, científico, artístico e literário, sempre entrelaçada ao seu significado primário, de sistema de referência para outras práticas e discursos. A título de exemplificação, pode-se citar as obras *O Cânone Colonial e Cânone Republicano*, de Flávio Kothe, nas quais o autor questiona a existência de um cânone literário nacional, baseado em obras europeias, o que acabaria por enfraquecer a produção e genuidade dos romances, ensaios, contos, poesias e prosas nativos. Nas palavras do autor, o cânone, então, seria:

O cânone é uma ficcional reconstrução *a posteriori* da história, na qual e pela qual se acaba encontrando no passado exatamente aquilo que nele se quis projetar, mas que se apresenta como se fosse a mais objetiva captação do processo histórico de formação literária, sem a menor participação volitiva do interpretador. (KOTHE, 1997, p. 13).

A crítica de Kothe (1997) ganha ainda mais força aborda, em sua argumentação, a formação do cânone. Neste ponto, há uma possibilidade de transplantação de ideias para o objeto do presente estudo. Se há um cânone, ou seja, um centro de referência do qual e no qual emanam e interagem padrões, todo um conjunto de práticas, discursos, ações e decisões, então há de se inquirir o ponto de jurisprudência para a formação deste ecrã. Nas palavras de Kothe (1997), este processo de seleção histórica é

[...] cruel e restritivo: faz com que os mortos sejam jogados sob a pirâmide do tempo, sem resguardá-los dentro dela. Seus ossos raramente afloram; os raros pergaminhos resguardados dentro do templo são apenas o afloramento do topo de um *icerberg* destinado a ornamentar a paisagem e acompanhar a elite dominante, consagrando perenemente a sua política. O cinismo inconfesso é a verdade dessa arautização legitimadora. O discurso da história existe para que não se ouçam os gemidos dos vencidos. Se algum gemido se ouve na história literária, é para anunciar a vingança e a vitória próxima e já advinda de quem se apresenta como justiceiro a resgatar dívidas acumuladas. Há uma hipocrisia fundamental e inconfessa em todo o sublime consagrado cânone. (KOTHE, 1997, p. 16 – grifo nosso).

Há uma analogia nos dizeres da contundente crítica de Kothe ao *sublime consagrado cânone* com o poema “Perguntas de um trabalhador que lê” de Bertold Brecht, na medida em que a seleção histórica (e geográfica) dá o tom canônico às histórias e estórias, monumentos e templos, bibliotecas universais e mitos fundacionais das sociedades ao redor do mundo, aos processos de territorialização e desterritorialização, etc. O questionamento que se deve fazer neste momento, contudo, é a razão por que um imaginário cânone torna-se tão poderoso a ponto de ultrapassar as barreiras do espaço-tempo, adaptando-se a diferentes realidades nas quais ele é utilizado como base simbólica, econômica e política.

Como acréscimo à discussão de outra área que assimila a noção de cânone em seu interior autocrítico, podemos recorrer a John Agnew (2012), em cujo texto *Of Canons and Fanons*, como o próprio título sugere, são mencionadas situações em que a ideia de cânone acaba por gerar verdadeira disputa epistemológica no cerne das correntes de pensamento da Geografia.

O mais interessante é que o autor adentra uma discussão que já é feita há certo tempo por alguns geógrafos preocupados com as questões desta esfera em sua ciência, sobre a ausência de um núcleo referencial (cânone), teórico e metodológico deste saber, mesmo que, para tanto, volte à tona o imbróglio do poder de decisão, como ocorre na formação de qualquer cânone – este ponto em específico será revisitado nos próximos tópicos, nos quais serão trazidos a expressão *ideologia espacial* e as *ideologias geográficas* –, e, ao menos por enquanto, não há um horizonte que sinalize a concretização deste processo, como o próprio

autor sugere, ao menos desde a divisão entre as vertentes humana e física da ciência geográfica:

The absence of much external selective pressure until recently to emphasize this or that definition of the field has meant that geography has never had much intellectual unity as a discipline since the retreat from physical–environmental determinism in the mid-20th century. (AGNEW, 2012, p. 324).

O autor faz, ainda, uma defesa mais incisiva sobre a necessidade da Geografia e dos geógrafos elaborarem um plano canônico de referencial teórico para sua ciência. Neste ponto, é possível colocar em reflexão a ausência de autoquestionamento por parte de Agnew (2012), em relação ao processo de elaboração de qualquer cânone, que é sua seleção, por inclusão/exclusão, dos elementos que irão embasá-lo, como igualmente acontece com a formação dos cânones filosóficos ou científicos:

I think that the current administrative emphasis within universities on ‘innovation’ and ‘newness’ is also at least partly responsible. This serves to detract from reexamining ‘old’ or ‘new’ problems with reinterpretations of ‘old’ sources. These days, the ‘old’ simply does not count. We now only value research orientations – in one memorable turn of phrase I recall from a colleague – that involve ‘citing new books in hardback from other fields that the rest of us read only later in paper’. Needless to say, those hardbacks are not reprints of anything – I might define as the ‘classics’ of geography itself. Geography needs a canon but for various reasons cannot have one, and we are left with fanons. This is our dilemma. (AGNEW, 2012, p. 323).

Em outros termos, há uma seleção, em que inserções e exclusões são executadas para a montagem deste quadro de referência, que causa os *fanons* (amontoado de peles, papadas, conflitos) mencionados pelo autor. O cânone deveria ser buscado a partir de uma postura crítica e análise profunda, a fim de encontrar alguns dos motivos, razões, circunstâncias e modulações para sua definição na sociedade – este é, por sinal, o argumento central da obra *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda (2010), que analisa os antecedentes históricos do cânone do imaginário edênico. Os cânones, mesmo que repartidos em correntes distintas, como ocorre nas ciências humanas, devem ter seu conteúdo, histórico de formação e impacto analisados tanto nas fronteiras internas das metodologias e teorias destas ciências como para além das mesmas, ou seja, como e em que condições chegam esses ideários na sociedade e na concretude mundana que nos cerca.

Por este motivo, é preciso aprofundarmo-nos neste ínterim, chegando em patamares fundamentais da temática, principalmente quando já há o antecedente do imaginário, que é

algo já estabelecido; para chegar nesta maturação, porém, é preciso passar por um processo de produção de imagens, a imaginação propriamente dita, pois um dos significados de imagem é a própria *ideia*, a representação de algo, a busca pelo significado para algum significante, exercício feito diariamente pelas ciências em suas seleções, experimentações, nomeações e evoluções a respeito dos fatos e fenômenos da relação homem-natureza. Dessas imagens, portanto, é que serão escolhidas posteriormente as que farão parte do imaginário canônico, ou um dentre tantos portfólios simbólicos sociais existentes ao redor do globo.



### 1.2.2 A imagem, o Imaginário e a Imaginação

Há inúmeras contribuições que procuram, cada qual a seu modo, elaborar uma teoria da imagem. Por esta razão, é necessária uma escolha teórica sobre esta temática; nesse sentido, os escritos de Jean-Paul Sartre (1996; 2009) podem ajudar a elaborar uma base de sustentação tanto analítica como argumentativa sobre o assunto. Começemos, então, com uma primeira apresentação do conceito de imagem do filósofo francês:

Não se pode estudar à parte a imagem mental. Não há um mundo de imagens e um mundo dos objetos. Mas todo objeto, quer se apresente à percepção, quer apareça ao sentido íntimo, é suscetível de funcionar como realidade presente ou como imagem, segundo o centro de referência escolhido. Os dois mundos, o imaginário e o real, são constituídos pelos mesmos objetos; só variam os agrupamentos e a interpretação desses objetos. O que define o mundo imaginário tanto quanto o universo real é uma atitude da consciência. [...] Desse modo, elevando-nos desde a imagem que vai buscar sua matéria na percepção até aquela que se encontra entre objetos do senso íntimo, poderemos descrever e fixar, através de suas variações, uma das duas grandes funções da consciência: a função “imagem” ou a imaginação. (SARTRE, 1996, p. 37 – grifo nosso)

Percebe-se que há, nos dizeres de Sartre (1996), uma colocação dual sobre o conceito de imagem presente na relação sujeito-objeto, de maneira que este sujeito, em sendo a consciência que produz as representações imagéticas, sintetiza o poder sígnico das imagens. O poderio das imagens, assim, deve-se à multiplicidade de objetos que são representados por elas, ou seja, a imagem é imagem de algo, e este processo ocorre pela imaginação: a imagem em ação, sendo produzida pela consciência. Sobre a atitude imaginante do sujeito, o autor diz que:

Em resumo, podemos dizer que a atitude imaginante representa uma função particular da vida psíquica. Se uma certa imagem aparece em vez de simples palavras, de pensamentos verbais ou de pensamentos puros, não é nunca o resultado de uma associação fortuita: trata-se sempre de uma atitude global e *sui generis* que tem um sentido e uma utilidade. [...] O pensamento toma a forma de imagem quando quer ser intuitivo, quando quer fundar suas afirmações sobre a *visão* de um objeto. Nesse caso, tenta fazer o objeto comparecer diante de si, para *vê-lo*, ou melhor, para *possuí-lo*. Mas essa tentativa em que todo pensamento se arriscaria a cair é sempre um fracasso: os objetos são afetados por um caráter de irrealidade. Disso resulta que nossa atitude diante da imagem vem a ser radicalmente diferente de nossa atitude diante das coisas. (SARTRE, 1996, p. 162 – grifo nosso).

O grifo chama a atenção para a já trabalhada dualidade do distanciamento entre a ideação de algo (sua imagem), e a realização de tal projeção imagética, abstrata ou concretamente. E conforme Sartre afirma com veemência, não há “associação fortuita” na

produção das imagens pelos indivíduos, mas, sim, intencionalidade e, também, a falta dela (irracionalidade), como visto nos tópicos iniciais sobre a historicidade do edenismo como fonte mítica para produção e ressignificação simbólica ao longo dos séculos.

Ainda segundo Sartre (1996), a própria ideia de uma irreabilidade mundana não passa de um artifício discursivo que serve para encobrir o caráter inevitável da presença da intencionalidade na criação das representações imagéticas – como visto no caso da economia política dos descobrimentos e sua relação com a mística bíblica na projeção do Éden terreno americano –, mesmo que estas possuam esse aspecto de distanciamento do real. Sobre essas representações, ou representação do mundo, Arthur Schopenhauer (2005), filósofo alemão, apresenta outra contribuição que pode ser alinhada às definições apresentadas:

“O mundo é minha representação”. Esta é uma verdade que vale em relação a cada ser que vive e conhece, embora apenas o homem possa fazê-la à consciência refletida e abstrata. E de fato o faz. Então nele aparece a clarividência filosófica. Torna-se-lhe claro e certo que não conhece sol algum e terra alguma, mas sempre apenas um olho que vê um sol, uma mão que toca uma terra. Que o mundo a cerca-lo existe apenas como representação, isto é, tão-somente em relação a outrem, aquele que representa, ou seja, ele mesmo. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 43).

Sobre a intencionalidade do processo de criação das imagens (representações), Schopenhauer (2005) apresenta o conceito de *vontade* enquanto a manifestação inata dos desejos e reações do ser humano, que suplantam até mesmo o esforço racional de tentativa de ordenamento dos fatos e fenômenos da realidade. A vontade pode ser também entendida como uma aproximação ao conceito de intencionalidade sartreano, já que coloca no conteúdo das imagens o motivo pelo qual estas são criadas, conferindo, novamente, um caráter fortuito a este processo:

De fato, a busca da significação do mundo que está de mim simplesmente como minha representação, ou a transição dele, como mera representação do sujeito que conhece, para o que ainda possa ser além disso, nunca seria encontrada se o investigador, ele mesmo, nada mais fosse senão puro sujeito que conhece. [...] Antes, a palavra do enigma é dada ao sujeito do conhecimento que aparece como indivíduo. Tal palavra se chama VONTADE. Esta, e tão-somente esta, fornece-lhe a chave para seu próprio fenômeno, manifesta-lhe a significação, mostra-lhe a significação, mostra-lhe a engrenagem interior de seu ser, de seu agir, de seus movimentos. (SCHOPENHAUER, 2005, p.156-157 – grifo nosso).

A vontade, nos termos explicitados por Schopenhauer (2005), é, inevitavelmente, a fonte da representação, pois a define, projeta, cria, destrói e dá significado, ou seja, é a própria intencionalidade da consciência na criação das imagens (representações), os significados que

estas guardam a partir do momento que são criadas. Para complementar os conceitos de realidade, representação e intencionalidade de Sartre (1996) e Schopenhauer (2005), é possível fazer uso das reflexões de Jean Baudrillard (1969), em sua obra *El Sistema de los Objetos*, de forma a enriquecer este debate da intencionalidade (ou vontade, como diz Schopenhauer), e as representações inseridas no plano ôntico.

Para Baudrillard, há uma *selva de objetos*, e estes, enquanto entes (significantes), detém em si o significado de uma época, lugar, sociedade, formas de vida, visões de mundo, ideologias, imaginários, etc. Os objetos – que podem ser entendidos de forma ampla como a totalidade imagética das representações humanas – são os receptáculos desses sentidos, significações diversas, atribuídas espacial e temporalmente, dinâmicas e dialéticas, que, segundo o autor, correspondem à *interioridade* da intencionalidade imaginária presente no seu significado:

El objeto: ese figurante humilde y receptivo, esa suerte de esclavo psicológico y de confidente, tal y como fue vivido en la cotidianidad tradicional e ilustrado por todo el arte occidental hasta nuestros días, ese objeto fue el reflejo de un orden total ligado a una concepción bien definida de la decoración y de la perspectiva, de la sustancia y de la forma. Conforme a esta concepción, la forma es una frontera absoluta entre el interior y el exterior. Es un continente fijo, y el exterior es sustancia. Los objetos tienen así (sobre todo los muebles), aparte de su función práctica, una función primordial de recipiente, de vaso de lo imaginario. A lo cual corresponde su receptividad psicológica. Son así el reflejo de una visión del mundo en la que cada ser es concebido como un “recipiente de interioridad”, y a las relaciones como correlaciones trascendentes de las sustancias: siendo la casa misma el equivalente simbólico del cuerpo humano, cuyo poderoso esquema orgánico se generaliza después en un esquema ideal de integración de las estructuras sociales. Todo esto compone un modo total de vida, cuyo orden fundamental es el de la Naturaleza, considerada como sustancia original de la cual se desprende el valor. E sin embargo, en la organización simbólica parece operar una ley de dimensión: más allá de un determinado tamaño, todo objeto, incluso de evocación fálica (vehículo, cohete) se convierte en receptáculo, en vaso, en útero; más acá de una determinada talla, es fálico (incluso si es vasijo u objeto de adorno). (BAUDRILLARD, 1969, p. 27-28 – grifo nosso).

Como já suscitado nesta longa, mas necessária citação do filósofo francês, a relação entre o objeto e o imaginário que lhe concede significação é indissociável. É neste ponto que se encontra a ideia correlata de sistema de ações, sem a qual o sistema de objetos, apartado da consciência coletiva ou individual que o significa, perde sua essência. Há a intencionalidade na significação dos objetos, das imagens, dos entes em geral, porque busca-se, com estas “ações” intencionais e estruturadas, os objetos e seus sistemas. Funcionaliza-se intencionalmente a significação dada a um relógio, um quadro, um conto, um instrumento

técnico (ou um mito), para que, assim, alcance-se o máximo de sua representatividade de sentido:

Cada uno de nuestros objetos prácticos está ligado a uno o varios elementos estructurales, pero, por lo demás, todos huyen continuamente de la estructuralidad técnica hacia los significados secundarios, del sistema tecnológico hacia un sistema cultural. El ambiente cotidiano es, en gran medida, un sistema “abstracto”: los múltiples objetos están, en general, aislados en su función, es el hombre el que garantiza, en la medida de sus necesidades, su coexistencia en un contexto funcional, sistema poco económico, poco coherente, análogo a la estructura arcaica de los motores primitivos de gasolina: multiplicidad de funciones parciales, a veces indiferentes o antagónicas. (BAUDRILLARD, 1969, p. 6).

Um dos pontos mais trabalhados por Baudrillard é a replicância dos objetos por ações de mimese industrial. Segundo o autor, este processo, denominado por ele, em outras obras, como *simulacros*, acaba por causar, atualmente, uma mortandade dos sistemas de objetos. Esta reflexão, apesar de ser mais própria do campo dos entes da realidade objetiva, pode facilmente ser transferida para o campo imagético, já que a processualística da mimese estética contemporânea infiltra-se nos diferentes discursos e práticas, esvaziando o sentido existente na relação vontade-representação, onto-ontológica, sujeito-objeto, já que nem o sujeito é quem elabora o significado, nem o objeto (ou imagem) é seu correspondente imediato (BAUDRILLARD, 1969).

Assim, há teorias da imagem, dos objetos e das ações, das representações imagéticas, da intencionalidade, da natureza da objetividade do real, dentre outros temas mediatos e correlatos a estes citados. Mas, para os fins estabelecidos para a questão do imaginário canônico do edenismo territorial brasileiro, há uma quantidade razoável de substratos teóricos que podem embasar a formação dos argumentos analíticos do tema em sua relação com a questão imagética e sua complexidade. Neste sentido, como síntese do que foi exposto sobre a imagem, pode-se apresentar, por ora, a seguinte argumentação:

A imagem é o reflexo do mundo produzido por e em nossa mente. Esta é sem dúvida a maior dualidade histórica da filosofia quando tratamos de estudar a relação entre sujeito e objeto, aí está localizado o eterno abismo epistemológico da razão ocidental ou então o ponto de confluência de tudo o que já foi produzido em termos de teoria conhecimento no mundo. Na relação imediata estabelecida pelo corpo com o meio o choque perceptivo é intenso, uma imensidão de cores, sons, odores e sabores. Este é o ponto de partida para aquilo que está além do trivialmente exposto, os indivíduos e a sociedade atribuem graus de valoração às coisas que os rodeiam: anéis, o sol, um lago, artefatos, o fogo; e depois do plano inicial passa-se logo a um estágio posterior presente desde nossos antepassados mais rudimentares, ou seja, o imaterial, o simbólico configurando assim a camada suprassensível carregada de subjetividade. (ARAÚJO, REIS JÚNIOR, 2012, p. 93-94).

Deste modo, a imagem, ou imagens e suas representações, conforme resumido na citação acima, são esta totalidade representativa da realidade, seus objetos, os elementos que a formam, e compõem sua complexidade. Portanto, é inata a capacidade e até necessidade do ser humano de produzir as imagens e, conseqüentemente, a produção de imaginários, como é o exemplo do edenismo, objeto de análise neste trabalho.

Desvelar os sistemas imagéticos de representação sónica das sociedades humanas é um dos processos de reflexão mais empreendidos por correntes filosóficas, históricas, artísticas, literárias, sociológicas, antropológicas, geográficas, etc. Este exercício analítico é, sem dúvida, um dos melhores caminhos para compreender-se os valores, símbolos, costumes, formas de comportamento e relações de poder, a relação homem-natureza e, assim, dar prosseguimento ao aumento do conhecimento sobre o mundo, os outros e nós mesmos. Estes serão alguns dos principais pontos de análise a serem abordados ao longo dos próximos capítulos deste estudo.

Já no que tange à imaginação, sua definição é mais facilmente determinada que a de imagem, por se tratar do movimento de criação desta última; noutros termos, é quando os sistemas de objetos e de ações correlacionam-se com o sujeito na formação das projeções imagéticas do mundo, carregadas de intencionalidade, vontades, interesses e valores. A seguir, estão duas definições de imaginação propostas por Jacques Wunenburger (2007):

- A primeira diz respeito ao imaginário como um quadro no qual estão projetadas as representações imagéticas de um indivíduo ou sociedade, mas que recebem autonomia no processo, anulando a consciência criadora e seu potencial interventivo nestas imagens: “O imaginário é compreendido como um tecido de imagens passivas e sobretudo neutras, não dotadas de existência verdadeira alguma. Só a imaginação se investida de propriedades criadoras” (WUNENBERG, 2007, p. 13). Impera, portanto, a passividade do imaginário, anulando a intencionalidade ou vontade de representação no processo criativo.

- A segunda está ligada ao imaginário como centro de força criadora de representações da realidade, como aporte interpretativo da realidade objetiva; neste aspecto, as imagens ganham protagonismo até mesmo no direcionamento de um determinado rol representativo ou de parcela ou da totalidade do real. O imaginário “[...] de algum modo integra a atividade da própria imaginação” e “[...] designa agrupamentos sistêmicos de imagens na medida em que

comportam uma espécie de princípio de auto-organização, de auto poética, que permite abrir o imaginário à inovação, a transformações, a recriações.” (WUNENBERG, 2007, p. 14).

A imaginação é, portanto, a imagem em ação, em seu movimento criativo pela consciência humana, que abarca características que vão do saber científico à atividade lúdica, da elaboração de sistemas racionais de explicação dos fenômenos mundanos às ideações da realidade (utopias, por exemplo), todas elaboradas como tentativa de entendimento da realidade, do mundo ao nosso redor, como um imenso significante, esperando o significado atribuído pela consciência humana. Nas palavras de Sartre (2009, p. 13):

A imaginação ou o conhecimento da imagem vem do entendimento; é o entendimento aplicado à impressão material produzida no cérebro, que nos dá uma consciência da imagem. Esta, aliás, não é posta diante da consciência como um novo objeto a conhecer, apesar de seu caráter de realidade corporal: de fato, isso remeteria ao infinito a possibilidade de uma relação entre a consciência e seus objetos. Ela possui a estranha propriedade de poder motivar as ações da alma; os movimentos do cérebro, causados pelos objetos exteriores, embora não contenham semelhança com elas, despertam na alma ideias; as ideias não vêm dos movimentos, são inatas ao homem, mas é por ocasião dos movimentos que elas se parecem na consciência. Os movimentos são como signos que provocam na alma alguns sentimentos.

O imaginário é, então, ao mesmo tempo, uma projeção representativa do mundo a sua própria interpretação. Esses imaginários também são os conjuntos de representações criadas pela consciência humana, assim como o foram nos períodos Clássico, Medieval, Renascentista, Moderno e Contemporâneo, formulando, cada qual a seu modo, inventários representacionais (cânones) para a realidade vivida em cada contexto. Portanto, a respeito do quadro imagético interpretativo do real, tem-se que

O real é a interpretação que os homens atribuem à realidade. O real existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida [...] As ideias são representações mentais das coisas concretas e abstratas. Essas representações nem sempre são símbolos, pois como as imagens podem ser apenas sinais ou signos de referência, as representações aparecem referidas aos dados concretos da realidade percebida. (LAPLANTINE;TRINDADE, 2000, p. 3).

Disso tudo concluímos a necessidade de entender as noções de imagem, imaginário e imaginação correlacionadas umas com outras, num processo contínuo, dialético, expansivo/regressivo e inerente à humanidade. Estas são as prerrogativas de Wunenburger (2013) sobre estes três pilares de entendimento a respeito da relação entre o ser humano e o meio, a complexa relação sujeito-objeto com a qual todos estamos fadados a deparar-nos:

Imagens, imaginação e imaginário. A geografia mental do imaginário, essa organização mental na vida de espírito e na vida dos homens, condiciona, de certa maneira, as formas de expressão. As imagens no exterior da vida de espírito condicionam as paisagens culturais do imaginário que irá, por sua vez, alimentar os mitos e ritos das religiões e que tornará possível a diversidade das artes, da dança, do cinema. Trata-se de uma imensa esfera subjetiva e objetiva, interior e exterior, psicológica e cultural. Hoje, mais do que nunca, estamos em uma situação estranha, porque vimos a desenvolver, de modo exponencial e impressionista, o mundo exterior das imagens que nós transportamos conosco nos nossos vários tipos de aparelhos, como uma espécie de cérebro cultural que preenche essas imagens. (WUNENBURGER, p. 2013, p. 312).

Este debate, ao qual se soma a contribuição de Wunenburger (2013), inclusive, é um dos mais profícuos, profundos e emblemáticos do saber filosófico, já que coloca em plano de destaque a própria ideia da objetividade do real, como na composição da ideia de *fenômeno*, conceito etimológico grego que vem do verbete *phenomena*: φαινόμενον.

A realidade seria mesmo um conjunto imensurável de desvelamentos imagéticos advindos e inerentes dos processos imaginativos e imaginários da humanidade? Ou é possível que haja uma realidade real, escondida por detrás das camadas simbólicas, icônicas e sígnicas das representações ideológicas, culturais e sociais dos seres humanos? A complexidade deste questionamento é tão profunda quanto a própria história do desenvolvimento do conhecimento, mas, para que a postura crítica seajprioridade neste estudo, faremos uso da obra *Dialética do Concreto*, de Karel Kosik (1976), que fornece elementos para a adoção de um olhar crítico sobre a fenomenicidade e a facticidade da realidade objetiva, elementos estes extensíveis para o extrato imagético de representações sígnicas, como no caso dos imaginários sociais:

O mundo fenomênico, porém, não é algo independente e absoluto: os fenômenos se transformam em mundo fenomênico na relação com a essência. O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. [...] Capitar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é *atingir* a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência *desaparece*. (KOSIK, 1976, p. 12 – grifo do autor).

Conforme será exposto mais adiante, o que pode acontecer com a realidade, seus fatos e fenômenos é a produção de uma composição de representações que podem suprimir os verdadeiros significados presentes na totalidade. Apesar do posicionamento de Kosik (1976) ser claramente carregado da crítica do materialismo histórico e dialético, é possível que este

exercício de desvelamento não seja praticado apenas como objeto de diluição da pseudoconcreticidade, mas também como busca dos processos, eventos, vetores, atores e contradições que levam o mundo (o autor utiliza a palavra realidade em sua obra) a ter determinadas configurações econômicas, sociais, políticas e culturais, enfim, sua concretude: “[...] a realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento”. (KOSIK, 1976, p. 29) Seguindo a mesma linha de raciocínio, o autor complementa que:

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. No mundo da pseudoconcreticidade, o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece. Por conseguinte, a diferença que separa fenômeno e essência equivale à diferença entre irreal e real, ou entre duas ordens diversas de realidade? A essência é mais real do que o fenômeno? A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso, a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, no caso em que se apresentem isolados, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou “autêntica” realidade (KOSIK, 1976, p. 16)

É um posicionamento de crítica dialética às representações da realidade, e ao potencial de velamento de significância que estas representações possuem. No limite, de acordo com o autor, poderíamos nos questionar até que ponto a representação se iguala ou se confunde com o ente representado, e em que sentido a direção desta relação pode ou deve ser analisado. Essa proposta analítica é algo que pode ser explorado como referência no decorrer do presente trabalho, em relação às representações edênicas, e ao seu poder simbólico como imaginário e ideologia espacial em sua versão edênica.



### 1.2.3 As representações dos símbolos edênicos

Antes de entrar na seara dos símbolos, das representações simbólicas e seu relacionamento com o edenismo, é necessária uma breve apresentação da própria noção de signo, da qual são extraídos os conceitos de símbolo e outras variantes. Signo, do latim *signum*, é um termo utilizado como referência a outro lugar ou coisa, aquilo que recebe algum significado, tornando-se signo, ou seja, toda e qualquer unidade portadora de sentido.

O signo é, então, definido por uma dualidade, o significante e o significado; o primeiro diz respeito ao ente que recebe a significação, e o segundo ao sentido elegido como referente a este, ou estes significantes (ARANHA; MARTINS, 1998; 2003). A produção dos signos é, desta maneira, histórica, geográfica, dialética, dinâmica, constante, inevitável e complexa, pois acompanha a própria caminhada do ser humano em seu existir. A seguir, algumas das modulações operacionais da ideia de signo:

- símbolos: esta é a faceta do signo que será mais utilizada neste estudo, pois representa a indicação arbitrária de uma significação para determinado significante, seja ele de natureza concreta ou abstrata, de livros e estátuas a acontecimentos históricos e mitologias. Nesse sentido, há uma infinidade de variantes que podem determinar a eleição dos símbolos como tais, da economia à cultura, da espacialidade dos simbolismos à sua infiltração política;

- ícones: há a relação icônica, que se utiliza do instrumento de semelhança, como guia sígnico para a sociedade que o elege. A tradição do ícone tem como origem as culturas judaico-cristãs, com base nas historiografias cercadas de messianismo, referenciais místicos de salvacionismo, com forte apelo moral e ético. De certa forma, o ícone – que pode ser alçado, em seu limite, à idolatria – é uma subdivisão da relação simbólica dos signos, pois sua eleição também decorre da arbitrariedade dos que fazem a seleção de sua carga representacional perante a sociedade que os elege, venera e respalda;

- indício: nesta relação sígnica, há o sentido de causa-efeito, pois a partir de determinados signos é possível prever a existência ou não de outros, advindos dos primeiros, ou vice-versa, a partir de sinais/sintomas específicos que determinem essa correspondência sígnica entre ambos. A ciência e o pensamento filosófico fizeram e ainda fazem uso desta relação tanto nos estudos lógicos como na fundamentação do método científico. Nas ciências, especificamente, podem ser citadas, como exemplo, as pesquisas meteorológicas, estatísticas, evolucionistas e

matemáticas, ou seja, há a operacionalização do signo para os objetos pretendidos pelo saber racionalista.

Em conjunto com essas formas de expressão dos signos, há outras que podem ser indicadas como complementação do que foi exposto. Dentre estas, há os semióforos e os simulacros, conforme explicamos a seguir:

Semióforos – conceito trabalhado por Chauí (2005), que remete a uma modulação da significação simbólica, quando esta é relacionada a uma condição metonímica ou metafórica do significante. No primeiro caso, há os exemplos de nomeações simbólicas que tomam parte da referência a lugares, pessoas e acontecimentos, normalmente envolvidos em questões mais amplas política, cultura e economicamente; no segundo caso, é a expressão rotineira de uma significação simbólica, ao ponto desta usufruir, muitas das vezes hiperbolicamente ou de forma diminutiva, de um fato, estória, característica pessoal, local, etc. O edenismo, como retórica histórica e geográfica, elege semióforos, utilizando-se de toda uma carga imaginária, histórica e geográfica que o respalda;

Simulacros – os simulacros são os signos, já modulados simbolicamente (ou de forma icônica,) que têm por base a emulação da relação significado-significante, em especial a segunda parte deste processo (BAUDRILLARD, 1969; 1991), conforme já demonstrado na relação entre a dissuasão e o edenismo territorial americano. Como o próprio nome sugere, há uma simulação, ou seja, um falseamento da realidade, a partir da criação de signos (símbolos ou ícones) que têm como objetivo encobrir uma significação real, algo muito próximo da ideia de pseudoconcreticidade de Kosik (1976). Para superar esta simulação, emulação ou velamento da realidade, surgiram, na história do pensamento, muitas teorias, que vão da crítica materialista dialética à fenomenologia existencialista.

Há, desta maneira, uma miríade de variações operacionais do conceito de signo, este já sinonímico do conceito de ideia e imagem. No entanto, para fins de aplicação efetiva de análise temática, a variante *simbólica* dos signos será aprofundada, por nela e por ela perpassar com maior intensidade o fator intencional da projeção imagética sobre algum significante, como ocorre em relação ao território brasileiro (significante de tipo concreto),

alçado à sublimação edênica (significado simbólico, semiofórico ou icônico) por uma temporalidade e espacialidade que chegam à contemporaneidade.

Ainda sobre a importância do signo, Tzvetan Todorov (1977) desmembra o conceito historicamente, para que depois elevá-lo em complexidade de reflexão e aplicação. Segundo o autor, a atitude simbólica é inata à relação homem-meio, pois significar o mundo, como já explicitado, é algo que faz parte da natureza humana:

Até 1790, a palavra símbolo não possui absolutamente o sentido que adquirirá na época romântica: ou é um simples sinônimo de uma série de outros termos mais usados (como alegoria, hieróglifo, cifra, emblema etc), ou designa sobretudo o signo puramente arbitrário e abstrato (os símbolos matemáticos). Esse segundo sentido é particularmente comum nos leibnizianos, como, por exemplo, Wolff. É Kant quem, na Crítica da faculdade do juízo, inverte esse uso e traz a palavra “símbolo” para bem perto do seu sentido moderno. Ao contrário de caracterizar a razão abstrata, o símbolo é próprio da maneira intuitiva e sensível de apreender as coisas. (TODOROV, 1977, p. 252).

Todorov (1977) ainda aprofunda suas considerações: o símbolo, que é já uma das operacionalizações sgnicas, remete ao sentido etimológico do mesmo, que é um recorte da realidade, a repartição significante apartada do todo para receber um significado específico em sua eleição como tal. No entanto, o poder do símbolo reside em superar essa apartação do real, até superá-lo em seu estado de significação perante aquilo que representa, que deveria ser o finito por definição, atinindo a infinitude de significação por alcançar ou até mesmo superar o sentido do significante (ou simbolizante, nas palavras do autor). Nos termos de Todorov (1977):

Quanto ao símbolo, caracteriza-se pela fusão desses dois contrários que são o geral e o particular; ou, segundo a formulação preferida de Schelling, pelo facto de o símbolo não só significar, mas *ser*; por outras palavras, pela intransitividade do simbolizante. No símbolo, o “o finito é, ao mesmo tempo, o próprio infinito, e não se limita a significá-lo”. (TODOROV, 1977, p. 259)

Em outras palavras, o autor ressalta a força da relação metonímica do signo (neste caso simbólico) na equalização de sentido entre o significado e significante, pois se há, inevitavelmente, um recorte do segundo em detrimento do primeiro, é possível que esta desigualdade seja superada pela força do símbolo, seja de forma cultural, econômica, política, social, etc. Já para Bourdieu (2009), os símbolos, além deste poderio de significância perante a realidade que buscam transcender através de seus significados, possuem a capacidade de erigir a própria estrutura da realidade à qual estão relacionados ou condicionados:

Os <sistemas simbólicos>, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, <uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concorrência entre as inteligências>. (BOURDIEU, 2009, p. 9 – grifos do autor).

A análise de Bourdieu recai sobre a questão da eleição simbólica. O autor possui uma preocupação maior com os processos de dominância e dominação que fazem parte do processo de criação dos símbolos, imbricado em relações de poder. E estes conflitos não podem deixar de fazer parte de um olhar crítico sobre o poder dos símbolos, devido à sua ampla utilização por parte daqueles que conseguem torna-los referência perante um grupo social:

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores sevem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. [...] Os “sistemas simbólicos” distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, produzidos por um corpo de *especialistas* e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar a história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e ritos religiosos, quer dizer, do progresso da *divisão do trabalho religioso*, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social, portanto, da divisão em classes e que conduz, entre outras consequências, a que *se desapossam* os laicos dos instrumentos de produção simbólica. (BOURDIEU, 2009, p. 12-13).

A produção simbólica, portanto, segundo Bourdieu (2009), é um instrumento de poder, capaz de estruturar ideologias de dominação, conquista e manutenção de contextos políticos e econômicos em determinadas sociedades. O exemplo dos símbolos religiosos faz referência, inclusive, à força do discurso do paraíso terreal, utilizada desde o início da colonização europeia como recurso simbólico de dominação no continente americano, e modulado contemporaneamente como fonte de justificativa para as riquezas naturais ainda a serem exploradas nestas terras, mas sempre tendo como beneficiados de tal discurso simbólico os que detêm o poder de ação e decisão perante o território (significante) elegido como símbolo edênico, do qual se extrai o lucro, poder e hegemonia.

Por fim, Carl Jung (2002) sustenta uma posição de maior cautela sobre o poder simbólico, trazendo à tona o cotidiano simbólico, que, apesar de ter o seu poderio significativo, guarda para os significadores (a consciência humana) uma situação de além-

significado perante a realidade que projeta e representa, posição esta diferente da apresentada por Todorov (1977):

[...] o que chamamos de símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional. implica alguma coisa vaga, desconhecida ou oculta para nós. [...] assim, uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato. (JUNG, 2002, p. 20).

Os símbolos, das modulações do conceito de signo, são os que possuem a maior gama de complexidade em relação a sua importância, impacto, funcionalidade, representatividade e abrangência na sociedade. Esta problemática poderia se estender por mais contribuições e colocações, mas, como recurso de aproveitamento do que foi exposto sobre o tema, fica evidente que tratar de um ou mais símbolos implica em admitir a necessidade de elencar elementos que fazem parte de sua formação, como os atores e vetores que os elegem, as circunstâncias históricas e geográficas de seu engendramento, as alterações e adaptações passadas para que se mantenha em vigência socialmente, a sua força representativa (alternando, a depender das situações, ícone, semióforo ou simulacro) e impossibilidade de se fazer uma retenção de seu significado, tendo em vista a sua dinâmica inerente na relação sociedade-natureza.

O edenismo é, desta maneira, não apenas um, mas um conjunto de símbolos, formado pelas referências ao paraíso, às dríades, aos metais preciosos, à terra prometida, ao mundo além do fim do mundo, aos habitantes amorais, ao retorno aos céus, dentre outros. Em cada parcela deste conjunto simbólico há uma construção sígnica que, fortalecida por séculos de manutenção, transformações e explorações, permanece como um grandioso remetente sígnico ao seu principal significante, o território americano. Abarcam-se, nesta complexidade, as relações de poder, a intangibilidade da significância total dos símbolos, o seu uso particular e generalista, mas, em todos os casos, fica a sua potência sígnica, em todas suas variantes como os ícones, semióforos, símbolos, simulacros, alegorias e indícios.

O imaginário edênico é, também, uma das diversas formas de expressão de um conjunto imaginativo. Há, nele, imagens que se transformam em ícones e símbolos, que de igual modo receberam, ao longo da história, uma sublimação canônica que lhe é peculiar, e que, mais que isto, possui uma ligação íntima com um aspecto concreto de seu escopo formativo, pelo fato de estar relacionada ao espaço geográfico, à territorialidade de seu mito

fundacional, fortalecendo-o consideravelmente em relação a outros cânones artísticos, literários, científicos ou filosóficos, ao colocar-se como referência para outros cânones.

A título de representatividade argumentativa do poder simbólico do edenismo, em sua relação territorial com o continente americano, podemos citar alguns autores que abordaram o tema, já imbuídos de muitas das questões levantadas aqui sobre seu aspecto canônico, imaginativo e simbólico. Assim, recorreremos a Luiz Adão Fonseca (1992), quando este remete ao quadro imaginário dos oceanos no período Renascentista como fundamento de muitas das referências sígnicas do edenismo americano; já é possível, nesse caso, observar a *espacialização* do edenismo, que será futuramente explorado como recurso ideológico, embasado nas simbologias paradisíacas do Éden:

De fato, o imaginário atlântico, na permanente oscilação que acompanha a sensibilidade medieval perante a realidade oceânica, define-se agora a rota da navegação imaginária, torna-se a via de acesso ao Éden. Para muitos, pode muito bem ser o ponto onde deságuam alguns dos rios do Paraíso. "Seria como Amaro, o castelo com cinco torres," e a cada uma destas torres saía um rio e entrava no mar cada um por si?". Cadamosto parece assim pensar da foz do Senegal, e o mesmo do Orenoco. (FONSECA, 1992, p. 43).

Conforme demonstrado anteriormente a partir dos antecedentes históricos do ideário do Paraíso Terreal, percebe-se agora, mais claramente, como os elementos simbólicos, imaginativos, e também canônicos (na relação com a religião cristã, principalmente) formaram a base do edenismo americano, principalmente por espacializá-lo na concretude do território das Américas, encontrando, aqui, os elementos que justificavam a relação com o Paraíso Terreal. O espaço desconhecido deu lugar a todas as projeções simbólicas, imaginativas, ideológicas e canônicas dos mitos edênicos, já preexistentes no imaginário europeu, e agora transferido para as terras além-mar:

Como se comprova, o imaginário do Atlântico é bastante complexo. Começa, numa primeira dimensão, por se definir pela negativa: é o espaço do desconhecido e mar aberto, no que se opõe ao Mediterrâneo, Espaço do conhecido e mar fechado. Mas, simultaneamente, e já numa segunda dimensão, o imaginário do Atlântico alimentava-se agora do Manancial onírico desenvolvido inicialmente no Mar Interior. É que o Atlântico, espaço aberto, necessita, no entanto, de horizonte para ser navegável, ainda que seja só na imaginação. Assim, à semelhança de um qualquer mediterrâneo, o imaginário do Atlântico concebe-o igualmente como um oceano horizontal povoado de ilhas. São elas que, imaginárias ou reais, povoam esse espaço sem limites, transformando-o em espaço navegável, apetecível. É que ninguém navega para parte alguma. É que o espectro do não regresso, inerente a toda a viagem iniciática, como são estas viagens no imaginário oceânico (mesmo quando acompanhadas de uma viagem real), acaba por apontar para a procura do Paraíso. (FONSECA, 1992, p. 42-43).

Criaram-se, assim, as bases para o imaginário político (também econômico e cultural) do Brasil e Américas (sua porção latina, principalmente), que se potencializa pelas riquezas territoriais encontradas: “É neste sentido que imaginário político, território e natureza encontram-se entrelaçados em situações concretas, explicando algumas questões-chave, tanto da representação territorial política como o sentido de seus discursos [...]” (CASTRO, 1997, p. 155). E o papel do pensamento geográfico, na época ainda tido como cartográfico, foi esmiuçar os pontos de encontro entre a imagem e a realidade, a significação e o significante, ou seja, dar ao território americano a justificativa concreta de seu fardo edênico:

[...] o espaço é cenário físico, por certo, geografia povoada de referentes. Mas é também metáfora ou imagem capaz de dar sentido às experiências sociais. Ou seja, mesmo quando diretamente referenciada numa realidade física imediata, uma imagem pode extrapolar essa dimensão e operar como uma ideia que encarne temas e problemas mais amplos. Não se trata, portanto, de postular apenas a dimensão cultural e simbólica envolvida na apreensão da paisagem ou do espaço (passo imprescindível para o encaminhamento do problema), mas de sustentar que esse simbolismo pode mesmo servir não só à representação de um lugar, mas a uma discussão teórica na qual o espaço se associe a certas qualidades ou propriedades de fenômenos de outra ordem. (MAIA, 2008, p. 28).

Estes são os motivos edênicos, encontrados em obras que vão da Literatura à Historiografia, de estudos étnicos das comunidades indígenas aos grandes planos de exploração das grandezas territoriais, peso histórico do novomundismo atrelado ideológica e simbolicamente à América e aos americanos. Estudos como o de Sergio Buarque de Holanda (2010) e Carvalho (1998) correspondem ao esforço de uma desconstrução construtiva, ou seja, ao esforço de ver além da imagem, de buscar o porquê da conferência do significado para este significante, neste caso, o território brasileiro.

No decorrer do presente estudo, outros autores, atores e vetores serão trazidos para a discussão, dialogando com os elementos históricos, imagéticos, simbólicos, canônicos e ideológicos expostos neste primeiro momento. Espera-se, deste modo, alcançar uma perenidade temática no decorrer dos capítulos do recorte histórico estabelecido pelo trabalho: 1930-1986.

A espacialidade do imaginário edênico como cânone simbólico da identidade nacional é um ponto de inflexão histórica e geográfica ainda por ser explorado. As contribuições levantadas pela presente pesquisa, como a de Castro (1997), Maia (2008) e Fonseca (1992) são apenas uma amostra desta representatividade do poderio espacial do discurso edênico sobre as Américas. A força desta expressividade concreta e abstrata é a sua ligação com o sujeito, a sociedade que vive, age, transforma e se relaciona com este espaço

geográfico – territorializado – dia-a-dia. O território é o detentor desta carga simbólica, e merece receber um olhar crítico, analítico e abrangente sobre sua dinâmica, dialética e processualística tempo-espacial que, neste estudo, perpassa a lente do imaginário edênico com representação espacial de um imaginário simbólico:

Muito mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para organização da realidade [...]. O espaço de representação refere-se a uma instância da experiência originária na contextualização do sujeito. Sendo assim, trata-se de um espaço simbólico que perpassa o espaço visível e nos projeta no mundo. Desta maneira, articula-se ao espaço da prática social e de sua materialidade imediata. (GIL FILHO, 2003, p. 3).

Quando estas representações, ou visões de mundo, passam pelo crivo da intencionalidade, os *eleitores* dos símbolos de que fala Bourdieu (2009), então há uma mudança na maneira de se olhar para estas imagens, símbolos, e o quadro imaginário que os origina.

A alteração, a partir deste ponto, é ideológica, ou seja, a esta carga simbólica é somado um poder de funcionalidade e operacionalização (de ação prática principalmente), que os potencializa em importância, impacto e profundidade. Antonio Carlos Santos (1986) utiliza o termo *geografias*, que pode ser entendido como ideologias geográficas, embebidas por uma ou outra ideologia espacial – o edenismo, por exemplo –, capaz de agenciar, mensurar, produzir, negar, alterar, justificar, questionar ou refletir sobre esta funcionalização das representações sígnicas do seu significante categorial (o ente possuidor de uma carga concreta e abstrata imensurável), o espaço geográfico dominado pela prática e pensamento humanos:

[...] esse domínio surge justamente da singularidade do homem em eficazmente tornar elementos da natureza extensões de si mesmo. Assim ele projeta nas coisas naturais, que lhe são exteriores, suas necessidades interiores. E assim ele constrói a sua humanidade. E concomitantemente constrói marcas, artefatos que se estendem ao seu redor, cumprindo funções. Esses objetos concretizadores e plenos de intencionalidade humanas formam os lugares. São geografias. Extensos humanos. (SANTOS, C., 1986, p. 28).

É justamente no plano da intencionalidade que se deve prosseguir na exposição dos elementos de fundamentação teórica do trabalho, neste momento. Para o cumprimento desta etapa, haverá uma subdivisão entre as expressões *ideologia espacial* e *ideologias geográficas*, sendo que, no primeiro caso, haverá um aprofundamento dos termos que compõem a expressão, e de sua relação com o edenismo enquanto uma ideologia espacialista. No segundo caso, preocupar-nos-emos com as formas de representação do pensamento geográfico no



tempo e espaço, gerando movimentos de diferenciação teórica e metodológica, que, de forma mais ou menos direta acabam por se relacionar com uma ou outra ideologia espacial de maior alcance. O edenismo é e será utilizado, na análise, em seu exercício desta ideologia espacial com sinais de ocorrência, de maior ou menor expressividade, nas ideologias geográficas.

### 1.3 A IDEOLOGIA ESPACIAL

Como visto, a ideologia espacial foi concebida de diferentes maneiras, e aplicada em diferentes contextos, ciências, análises e situações. Se se pensa o espaço geográfico como uma categoria epicêntrica da Geografia, na qual todos os outros conceitos se inspiram, estruturam e fundamentam, então devemos alocar o pensamento geográfico no rol de compreensões a respeito da ideologia.

Esta explanação sobre o espaço geográfico deve ser efetuada pelo fato de haver, em qualquer produção científica, um aglomerado de valores por trás dos responsáveis pelos estudos da Ciência. Dito isto, ao colocarmos as referências espaciais acompanhadas da conceituação ideológica, teremos uma expansão da própria noção de ideologia, Principalmente por que, ao trazer a categoria espacial para seus domínios, necessariamente condicionamos esta frente de análise às fronteiras dos postulados geográficos.

Por outro lado, este exercício de *espacialização* da ideologia, como é o caso do edenismo, do imaginário fundacional do Paraíso Terreal e do ideário da ufanía telúrica, permite que o campo do recorte analítico proposto nesta Tese preencha os quesitos expostos em suas laudas iniciais. Abarcar todo o alcance e aplicação da ideologia como categoria filosófica agregadora e de indiscutível complexidade seria, no mínimo, um ato de irresponsabilidade epistêmica, o que justifica a delimitação temática da ideologia espacial para o presente estudo – cuja abordagem será cada vez mais aplicada, ao longo do desenvolvimento temático capitular na escala temporal estabelecida.

### 1.3.1 Sobre a ideologia

Ao tratarmos do termo ideologia, é importante que façamos um desmembramento do seu significado, para que, assim, possamos operacionalizá-lo melhor em sua correlação com os argumentos expostos neste trabalho, que permeiam a questão do edenismo territorial brasileiro como ideologia espacial. O verbete ideologia, assim, configura-se enquanto junção de duas repartições semânticas distintas, quais sejam, ideia (ιδέα) e logia, derivado terminológico de logos (λόγος) (ARANHA; MARTINS, 1998; 2003).

Ideia, em primeiro lugar, advém de eidos, do grego, que remete à significação de imagem, ou seja, trata da noção do conceito ou representação do real em uma síntese efetuada pela ideação da realidade, de forma total ou parcial, na conformação de inúmeras representações (ideias) do mundo a partir dos elementos que o compõem (AURÉLIO, 2014). Logia, por sua vez, ou logo, também tem sua origem no grego, inicialmente significando palavra, mas sendo, com o tempo, elevada a sinônimo de razão, ou racionalidade. Esta transformação fez com que o termo fosse utilizado como referência pelos antigos filósofos na busca pela verdade, na construção de linguagens que permitissem o desvelamento dos fenômenos da realidade (CHAUÍ, 1999). Ainda sobre a noção de logos, a filósofa Marilena Chauí (1999) complementa:

Logos é a palavra racional em que se exprime o pensamento que conhece o real. É discurso (ou seja, argumento e prova), pensamento (ou seja, raciocínio e demonstração) e realidade, ou seja, as coisas e os nexos e as ligações universais e necessárias entre os seres. Logos é a palavra-pensamento compartilhada: diálogo; é a palavra-pensamento verdadeira: lógica; é a palavra-conhecimento de alguma coisa: o 'logia' que colocamos no final de palavras como cosmologia, mitologia, teologia, ontologia, biologia, psicologia, sociologia, antropologia, tecnologia, filologia, farmacologia, etc. [...] as palavras são conceitos ou ideias, estando referidas ao pensamento, à razão e à verdade", (CHAUÍ, 1999, p. 149-150).

A explicação de Chauí é esclarecedora em relação a muitas das aplicações do sufixo logia, principalmente quando remetem a campos do saber, como citado pela autora. Utilizado desta maneira, o logos expande-se para praticamente todas as formações de linguagem de explicação, interpretação e de propostas de compreensão dos fenômenos da realidade, emanando, assim, um longínquo nicho de repartições do conhecimento.

Voltando à união dos termos na estruturação da palavra ideologia, observamos a sua complexidade ainda maior, na medida em que, ao mesmo tempo em que residem em seu significado as múltiplas formas de representação eidéticas do mundo, também erige a partir

de si uma expansão do seu alcance em fronteiras praticamente ilimitadas. Tendo isso em vista, Eagleton (1997), elencou as principais definições e possibilidades de aplicação do termo:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
  - b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
  - c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
  - d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
  - e) comunicação sistematicamente distorcida;
  - f) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
  - g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
  - h) pensamento de identidade;
  - i) ilusão socialmente necessária;
  - j) a conjuntura de discurso e poder;
  - k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
  - l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
  - m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
  - n) oclusão semiótica;
  - o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
  - p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.
- (EAGLETON, 1997, p. 15-16).

A multiplicidade de direcionamentos, tanto de compreensão como operacionalização, do conceito de ideologia é, portanto, muito ampla, e especialmente complexa. Desde o corpo de ideias de uma classe social (b) até à noção de visão de mundo (k), esta tentativa de compilação dos significados do termo oferece-nos alguns caminhos para determinar sua importância para além das fronteiras de sua significação. Seguindo a mesma metodologia de explanação de Eagleton (1997), Sergio Fajardo (2008) lista algumas características que constituem os porquês ideológicos, com definições e propostas de entendimento sobre o conceito:

- Ponto de vista do conhecimento objetivado:  
Ideologia seria deturpação da realidade em nível excessivo. No conhecimento ideológico, predomina a parte justificadora sobre a argumentativa. No caso extremo pode-se chegar à mentira e à falsificação consciente e premeditada da realidade.
- Ponto de vista da prática:  
Ideologia seria uma falsa consciência no sentido de escamotear os reais conflitos, o caráter impositivo do grupo dominante e sua exploração dos dominados, as mudanças históricas necessárias, etc.
- Ponto de vista dos movimentos sociais:  
Ideologia constitui um instrumento de coesão dos grupos e das classes, à medida que elabora idéias-força” que fundamentem uma crença comum, um compromisso mútuo e o entusiasmo do movimento.
- Ponto de vista dos desiguais:  
Ideologia vista em duas direções: vinda de cima aparece como convencimento da legitimidade das atuais estruturas do poder. Vinda de baixo pode ser a formulação teórica e prática da contra-ideologia, com vistas a subverter as relações de poder. (FAJARDO, 2008, p. 5).

Fajardo (2008) faz, ainda, uma síntese definindo ideologia como conjunto ou sistema de ideias: “Em um sentido comum a definição de ideologia aponta para um conjunto ou sistema de idéias de um indivíduo ou grupo.” Outro ponto muito interessante levantado pelo autor é a dualidade da essência da ideologia, que, em sendo um conjunto de ideais ou sistemas de conceitos, pode ser utilizada tanto para o esclarecimento dos fatos e fenômenos da realidade como para seu falseamento: “A partir dessa consideração resta saber como esse conjunto de ideias funcionaria ao efetivar uma espécie assimilação de princípios que podem ser compreendidos como consciência ou falsa consciência.” (FAJARDO, 2008, p. 1).

Eagleton (1997), novamente, complementa estas colocações com outra proposta de síntese deste conceito: “A palavra ‘ideologia’ é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais.” Justamente por essa diversidade em sua composição, o aspecto geral da essência das ideologias, segundo o autor, “[...] é traçado por divergentes históricas, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.” (EAGLETON, 1997, p. 15).

A ideologia, neste caso, colocada como *texto* construído a respeito de uma determinada realidade, é inevitavelmente afetada pelo *contexto* no qual os membros responsáveis pela elaboração desta forma de pensamento, linguagem, e/ou agrupamento de proposições concretas e abstratas do mundo estão inseridos. Desta premissa é que surgem as intenções dos discursos ideológicos, algo inerente à própria construção das ideias ou da composição do logos; o caráter persuasivo da ideologia está enraizado em sua própria condição de existência, pois, enquanto proposta de visão de mundo, quando em estado de não alcance dominante em determinada sociedade, dá lugar a outra forma de pensamento vigente, num percurso histórico de situação e oposição ideológicas constantes:

A situação ideal de discurso seria uma situação inteiramente livre de dominação, na qual todos os participantes teriam chances simetricamente iguais de selecionar e exhibir atos discursivos. A persuasão dependeria apenas da força do melhor argumento, não de retórica, autoridade, sanções coercitivas etc. Esse modelo nada mais é que um dispositivo heurístico ou ficção necessária, mas está implícito, em certo sentido, mesmo em nossos trâmites verbais comuns e irregenerados. (EAGLETON, 1997, p. 119).

E, como o próprio Eagleton afirma, não há uma situação de idealidade em relação à ideologia, porque é inata às sociedades humanas a construção de sistemas de valores, estruturas morais de convívio coletivo, estabelecimento de ritos e costumes, etc. Esta é,

inclusive, a opinião do geógrafo Fadel Antonio Filho (1999), quando, ainda que sem mencionar a palavra ideologia, disserta sobre a noção de *visão de mundo*, que pode ser expandida em uma possibilidade de modulação ideológica, quando os interesses e poderes estabelecem qual destes *conjuntos* de características de uma sociedade num determinado recorte espaço-temporal tomará posição de dominância:

Essa imperiosa necessidade de compreender, conhecer, entender e explicar a realidade leva a razão humana a criar ideias, valores ‘modelos’ e formas de pensar o mundo e as relações ali estabelecidas, originando as ‘visões de mundo’, arcabouço ou base de existência dos indivíduos que compõem um grupo social, unidos por interesses e destino comuns. A filosofia adjacente nessas formas de pensar ou visões de mundo em geral extrapolam a simples necessidade de compreender, conhecer e explicar a realidade. (ANTONIO FILHO, 1999, p. 1).

Em conformidade com Antonio Filho (1999), Lowy (2008) argumenta que: “As visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a social do mundo; utópicas, quando tivessem função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente.” (LÖWY, 2008, p. 14).

Conforme será elucidado mais a frente, é preciso abstrair o entendimento do conceito de ideologia para além de seu significado contemporâneo mais difundido, qual seja, o da luta de classes – embasada principalmente na teoria marxista e suas reinterpretações mais ortodoxas –, pois ideologia, em sentido amplo, é esta totalidade na forma de se encarar a realidade, gerando uma *leitura* do mundo calcada neste *texto*, que é o real, pelas lentes do extrato cultural (contexto) do qual fazemos parte:

De qualquer maneira, todas as formas de ‘ler’ ou interpretar o mundo são tentativas de se conhecer, compreender, entender e explicar a realidade. Quem conseguir traduzir de maneira mais completa e satisfatória os fenômenos, mais se aproximará da realidade e mais autêntica e verdadeira será esta forma de pensar. Explicar a totalidade do mundo é praticamente impossível, pois demandaria um esforço incomensurável, tal a complexidade e o número exponencial de variáveis envolvidas. Precisaríamos dominar todo o conhecimento, do micro e do macrocosmos e ainda ser capaz de entender e explicar todas as nuances dos fenômenos e a totalidade dos elementos, objetos e fatos da existência. Assim, as diversas formas de ‘visão do mundo’ que procuram interpretar a realidade sempre serão parciais ou provisórias. Com efeito, algumas se aproximam, enquanto outras se afastam da verdadeira realidade, do mundo palpável, concreto e mensurável, dimensional e energético, compartilhado e temporal. (ANTONIO FILHO, 1999, p. 2).

É a partir disso que surge a multiplicidade de interpretações do mundo. Independente das contribuições científicas, políticas, econômicas e culturais, todas elas, seja as que se

colocam num patamar de maior distanciamento do padrão moral estabelecido, seja as que estão inseridas de forma mais profunda em relações de poder, por exemplo, possuem, direta ou indiretamente, algum traço ideológico do seu tempo. Esta riqueza das visões de mundo, cultura, ideologias, padrões morais, etc, dominantes, dominadas, antagônicas ou harmoniosas, serão tanto mais amplas quanto mais complexas forem as organizações e instituições sociais, e seus traços foram, são e ainda serão permeados por esta característica nata que as define<sup>5</sup>.

Próximo à expressão *visão de mundo* utilizada por Antonio Filho (1999), Alfredo Bosi (1995) destaca que estas representações e interpretações da realidade criam as linguagens – também próximo à *leitura* proposta pelo geógrafo – sobre o mundo. A principal diferença, portanto, da noção de ideologia propriamente dita para a de cultura, a visão de mundo, as obras de arte, etc., é que a sua inserção está em todas as outras, já que nela e a partir dela as relações sociais, que são relações de poder, estabelecem a dinâmica de existência das sociedades humanas:

Se a ideologia está na obra de arte como a sombra das nuvens recobrando ou encobrando o azul do céu, há, no entanto, uma esfera de significados e valores na qual a ideologia se assenta no centro mesmo do locus discursivo. Essa esfera é a da linguagem política: linguagem que quer chegar ao poder ou conservá-lo. Mundo da persuasão, mundo animado pela vontade e tão-só pela vontade. [...] O poder de difusão de uma ideologia é proporcional ao seu grau de utilização social. (BOSI, 1995, p. 280-281).

Paul Ricoeur, por sua vez, aborda a complexidade e amplitude da ideologia como categoria de análise social de grande aplicação em diferentes casos e situações. Segundo o autor, é possível observar e analisar as nuances ideológicas em vários aspectos de nossa vida cotidiana - de fato, essa multiplicidade das referências ideológicas será explorada no decorrer dos demais capítulos, de modo a buscar as reminiscências edênicas nos governos brasileiros do século XX –, e diferentes intervenções por empresas, o Estado e grupos hegemônicos:

[...] o nível epistemológico da ideologia é o da opinião, da doxa dos gregos. Ou, se preferimos a terminologia freudiana, é o momento da racionalização. É por isso que

---

<sup>5</sup> “[...] uma comunidade cria a mesma Cultura para todos os seus membros, mas numa sociedade isso não é possível, e as diferentes classes sociais produzem culturas diferentes e mesmo antagônicas. Por esse motivo é que as sociedades conhecem um fenômeno inexistente nas comunidades: a ideologia. Esta é resultado da imposição da cultura dos dominantes à sociedade inteira, como se todas as classes e todos os grupos sociais pudessem e devessem ter a mesma Cultura, embora vivendo em condições sociais diferentes. A ideologia é uma das maneiras pelas quais as sociedades históricas buscam oferecer a imagem de uma única Cultura e de uma única história, ocultando a divisão social interna.” (CHAUÍ, 1999, p. 378).

ela se exprime preferencialmente por meio de máximos, de slogans, de fórmulas lapidares. Também é por isso que nada é mais próximo da retórica – arte do provável e do persuasivo – que a ideologia. (RICOEUR, 1988, p. 69).

Além desta concepção de ideologia enquanto visões de mundo, há uma das mais consagradas, refutadas e aplicadas concepções do termo, que é a marxista, fundamentada no método histórico e dialético. Segundo o próprio Karl Marx, sua fundamentação para a noção de ideologia inseria-se no trajeto filosófico da ideação teórica para a ação na realidade objetiva: “[...] ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material” (MARX, 2007, p. 83).

A ideologia, neste caso, relegada ao modo de produção capitalista, seria composta por um processo histórico relacionado ao velamento do real, em prol da manutenção das diretrizes e interesses da economia política do capital, a mais valia e a exploração máxima da força de trabalho. Para o filósofo alemão, os *indivíduos reais* seriam os responsáveis pela superação social, histórica e econômica deste padrão ideológico: “Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta de seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico” (MARX, 2007, p. 94).

Esta é a essência do materialismo histórico e dialético, base fundamental da filosofia marxista, ou seja, a ação crítica e de mudança no mundo real pela sociedade, a produção e reificação da história, superando os ditames do Estado e dos detentores dos bens de capital: “[...] tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX, 2007, p. 86). Em resumo, produz-se a própria ação, os indivíduos constroem a história em seu embate e vivência no mundo real, desvelando materialisticamente as ideologias que os cercam: “[...] os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX, 2007, p. 93).

Podemos relacionar as reflexões de Marx às de Karl Manheim (1972) quando se refere à ideologia particular, voltada para os casos mais psicológicos e individuais, e à ideologia total, que, segundo o autor, não diz respeito “[...]a casos isolados de conteúdo de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes” (MANNHEIM, 1972, p. 83) – além do sentido



mais marxista de fato, da transgressão dos sistemas ideológicos pela união das coletividades em direção ao enfrentamento e superação do modo de produção vigente e dominante: “Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação” (MANNHEIM, 1972, p. 32.). O ciclo da transformação social, cuja primeira fase é o Socialismo, para se chegar, posteriormente, ao Comunismo, é um ótimo exemplo do caminho utópico da filosofia marxista e materialismo histórico e dialético.

Muitas adaptações e expansões da filosofia marxista chegaram à contemporaneidade. Em síntese, busca-se modular as conceituações, teorizações e categorias do método histórico e dialético para a construção de uma *utopia alcançável*, estruturada a partir da superação das representações ideológica hegemônicas: “[...] somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem a se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento” (MANNHEIM, 1972, p. 216).

Em suma, um processo de transformação efetiva da realidade em que vivemos seria engendrado: “[...] o processo efetivo de conhecimento e transformação da realidade” (LÖWY, 2008, p. 32). Outros autores teorizaram e ofereceram novos horizontes para o marxismo, em campos como Educação, Antropologia, História e Economia, sempre primando em manter os aspectos gerais e fundamentais da noção marxista sobre a ideologia.

A partir do que foi exposto até aqui chega-se ao ponto de inserção necessária da ciência e do conhecimento científico neste debate. Esta observação precisa ser feita na medida em que existem representantes do pensamento filosófico e científico que colocam essa questão em discussão, ora de uma maneira mais branda, ora em termos mais incisivos.

### 1.3.2 O ideologismo científico

A ciência como ideologia, também chamada, por vezes, de cientificismo, conjuntamente com o mito da neutralidade, e a não consideração de todos os aspectos ideológicos pertencentes à sociedade já levantados na produção do saber, são alguns dos pontos tocados por estes estudos. Começamos, então, com uma das posições mais áspers sobre o tema, vinda do filósofo Hilton Japiassu (1977), em alinhamento com outros autores, para que depois apresentemos uma possibilidade mais ampla e abrangente da ideologia em sua relação com a ciência. Vejamos, então, nas palavras do autor, o seu posicionamento no debate:

Falar das "máscaras da ciência", é falar de seus anteparos ideológicos e interrogar-nos, ao mesmo tempo, sobre o sentido da ciência, sobre seu sentido profundo e real, que se oculta por detrás de suas significações aparentes. Sabemos que sua significação aparente encontra-se, quer nas intenções subjetivas dos próprios cientistas, cuja preocupação fundamental seria a busca do conhecimento, quer nas intenções dos que promovem e elaboram a chamada política científica, tendo em vista, em última análise, como decorrência do aumento de produção de conhecimentos, o aumento de produção de bens. (JAPIASSU, 1977, p. 13).

Este posicionamento crítico sobre a problemática ideológica na produção do conhecimento, expresso no uso do termo máscaras, é observado em outros autores também filósofos, como Marilena Chauí (1999), e geógrafos, como Yves Lacoste (2007) e Ruy Moreira (1978), dentre outros. É importante lembrar que o uso da palavra máscara vai além do sentido de falseamento da realidade. Neste caso, o seu significado se aproxima muito mais de uma proposta de internacionalismo do conhecimento em relação a algum aspecto da realidade, do que necessariamente a reversão da sua veracidade, apesar de que tal recurso também pode ser utilizado pelo ideologismo científico<sup>6</sup>, conforme reforçado, ainda, por Japiassu:

Estaríamos condenados a ficar presos aos sortilégios cúmplices da organização científica, submetendo-nos sempre mais às astúcias de seu controle insidioso, a ponto de instalar-nos, sem possibilidades de resistência, numa tecnatura incessantemente aperfeiçoada? Portanto, falar das "máscaras da ciência", é duvidar

---

<sup>6</sup> A expressão máscaras sociais, no contexto do conhecimento científico, também é utilizada por Ruy Moreira, na defesa do pensamento geográfico como possibilidade de superação deste desvelamento, que perpassa pelo cortinamento ideológico do saber. Suas contribuições a respeito deste tema se encontram no texto "A Geografia serve para desvendar máscaras sociais", presente em seu livro *Geografia: Teoria e Crítica. O Saber Posto em Questão*, que será utilizado com maior profundidade na segunda parte da exposição sobre a ideologia neste trabalho.

que a mitologia cientificista, que fez, do progresso indefinido da ciência, o motor incansável da felicidade humana, tenha a garantia de não se sabe que verdade revelada para continuar a ludibriar o homem quanto ao sentido que possa conferir à sua existência. (JAPIASSU, 1977, p. 13).

Outros autores tratam desta presença, influência e até dependência da sociedade contemporânea em relação à racionalidade e ao saber científico. Japiassu faz uso do termo *tecnonatura*, enquanto Chauí (1999) trabalha com a ideia de cientificismo para tratar da mesma discussão: “O cientificismo é a crença infundada de que a ciência pode e deve conhecer tudo, que, de fato, conhece tudo e é a explicação causal das leis da realidade tal como esta é em si mesma.” (CHAUÍ, 1999, p. 280).

Em outras palavras, as duas terminologias crescem em crítica e ponderações sobre o fator ideológico na ciência: “Ideologia da ciência: crença no progresso e na evolução dos conhecimentos que, um dia, explicarão totalmente a realidade e permitirão manipulá-la tecnicamente, sem limites para a ação humana” (CHAUÍ, 1999, p. 280). Em um grau ainda mais crítico, Japiassu (1977) afirma que:

No mundo atual, o cientista é ao mesmo tempo um precioso capital, um grande investimento cuja rentabilidade precisa ser assegurada, uma moeda de troca, uma imagem de marca nacional ou ideológica. Num certo sentido, sua função teatralizou-se. Ele passa a ser um iceberg flutuando sobre o oceano de nossas incertezas, de nossas ignorâncias. Sem dúvida, a parte oculta de seu trabalho só justifica o estatuto privilegiado que lhe reconhecemos, mas ele não pode permanecer estranho à "sociedade do espetáculo". Na verdade, saiu da ficção neutralista. E, com ele, a ciência. (JAPIASSU, 1977, p. 14).

E, em sendo o conhecimento científico produzido no interior de um contexto específico, é que a importante passagem de Japiassu (1977) ganha destaque, pois o alinhamento dos interesses políticos, dos investimentos econômicos de grande escala em pesquisas, e notoriedade social alcançada pela chancela científica atualmente fazem com que este cenário, apontado pelo autor, não esteja distante da realidade vista e vivida na relação entre a ciência e a influência de ideologia em suas contribuições.

Percebe-se, igualmente, a preocupação colocada pelo autor em relação a dois aspectos que sobressaem na dualidade ciência/ideologia, que são a teatralidade (espetáculo) e a funcionalização do saber. No primeiro ponto, a dualidade ocorre pela própria configuração de circulação massiva de informação no mundo contemporâneo, e, como os postulados científicos muitas vezes são tomados como estandartes de vanguarda para a sociedade moderna, não há surpresa com a inserção das teorias, descobertas, apontamentos e debates científicos nesta lógica informacional. Em relação à funcionalização – que diz respeito às

ideologias geográficas, ou seja, quando há uma clara inclinação funcional no saber científico em detrimento de um interesse, objetivo, alinhamento político, cultural ou econômico, como ocorrido na ciência geográfica, por exemplo, ao longo do seu desenvolvimento histórico (LACOSTE, 2007) – esta será melhor explorada mais adiante.,

Por estas razões, o cientificismo, em sendo a expressão máxima do uso da ciência como frente ideológica de referência social, necessita estar fundado num direcionamento de funcionalização social, como é o caso do discurso do progresso, que dura já séculos de desenvolvimento na razão ocidental, como foi o caso da evolução técnica e científica das grandes navegações, e seu respaldo no imaginário edênico medieval.

Na esteira das importantes considerações de Hilton Japiassu (1977), um dos pontos mais importantes a respeito da ideologia, que se pretende utilizar como norteador argumentativo e analítico neste trabalho, é o seu caráter de não necessariamente ter uma estrutura de falsidade em sua explanação da realidade, mas de estrutura de uma visão de mundo, que abarca, utiliza e simboliza a realidade, como o caso do edenismo reificado nos anos republicanos do Brasil – considerando, logicamente, a ampla exploração econômica desta representação ufanista do território brasileiro.

Essa ressalva é importante pelo fato de, conforme será exposto logo adiante, a teoria e a ideologia se confundirem, e, muitas vezes, a segunda sobrepor a primeira na distorção da realidade para que se encaixe em suas prerrogativas, como ocorreu e ainda ocorre na história do pensamento científico e filosófico (ZIZEK, 1996). Essa modulação de entendimento da ideologia ganhou força a partir do século XIX, com o advento do marxismo, na concepção do teor ideológico como a intencionalidade de velamento da fenomenicidade do real a partir de uma determinada funcionalidade específica atribuída a esta ideologia:

Embora a imbricação ciência-ideologia tenha sido consolidada claramente com a emergência da ciência positivista, a preocupação dos cientistas em relação ao conteúdo ideológico das pesquisas realizadas só ganhou relevância, no âmbito acadêmico, a partir do século XX, sobretudo na segunda metade. No entanto, a prática científica parece ignorar esse desenvolvimento. Para muitos pesquisadores, tudo se passa como se a ideologia fosse apenas um jogo de ocultação da classe dominante sobre os dominados. O fenômeno é explicado por seus motivos conscientes ou inconscientes de seus agentes, incidindo assim no funcionalismo ingênuo. Nesse sentido, costuma-se enfatizar o hiato entre ideologia e realidade, em que ideologia não constitui uma estilização, mas uma inversão da realidade. Os mecanismos que permitem a reprodução ideológica não são considerados como explicativos em relação ao como são operados no consciente coletivo, mas apenas relativos a sua forma no metabolismo social. Para Debrun (1989), essa ocultação face aos mecanismos ideológicos está ligada a duas explicações: a primeira, inteiramente conceitual, é de que a ideologia é definida exclusivamente como ideologia da classe dominante; o trabalho pelo qual a ideologia se torna dominante passa despercebido. A segunda explicação, ligada ao método, é de que a ideologia é

concebida no campo prático a partir do ator social, tornando-se o “pivô das operações ideológicas”; o problema, aqui, é que noções como “instância ideológica” e “modo de produção ideológico” são totalmente deixadas de lado na análise de exemplos concretos de ocultação ideológica. (GODOY, 2011, p. 70-71).

A força deste posicionamento sobre a ideologia encontra ainda maior eco quando direcionado às ciências humanas, pois, nestes casos, a proximidade das proposições teóricas com o contexto de elaboração dos mesmos é consideravelmente maior do que em relação às ciências da natureza, embora estas também perpetuem o mesmo processo de influência ideológica em seus postulados.

O mais claro exemplo desta “instância ideológica” levantada por Godoy (2011) é a propagação da economia política fundada no capitalismo, que remonta desde o mercantilismo clássico, pois, na aliança entre a ascensão da classe burguesa e o desenvolvimento técnico e científico, estavam postos os pilares de toda uma meta-teoria de orientação dos rumos da sociedade ocidental, no evidente exercício da câmara escura ideológica, lançando mão até mesmo da inversão da realidade para seu encaixe nos interesses dos arquétipos ideológicos de dominação supraestrutural, como ocorrido nos períodos do colonialismo e imperialismo, e, mais recentemente, na renovação do liberalismo econômico no século XX (BOSI, 1995).

Ainda sobre a economia política, Aloisio Teixeira (2000) faz um esforço de resgate do termo e do seu uso, tanto nos campos da economia como das ciências sociais. Para tanto, o autor utiliza conceitos do marxismo clássico da escola soviética do materialismo histórico e dialético, apresentando a noção da estruturação social da produção, ou então todo um conjunto de diretrizes que regem a maneira pela qual uma estrutura econômica, num determinado período, se comporta, como o foi à época dos descobrimentos americanos:

Podemos voltar atrás no tempo e procurar as fontes de inspiração tanto dos cientistas da Academia da extinta União Soviética quanto de Robbins. Para os primeiros, nada melhor que o próprio Lênin, que dizia que “o objeto da economia política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção” (Lênin, 1899, p. 29). Ou Engels, que, em seu *Anti-Dubring*, nos diz que “a economia política [...] é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana” (Engels, 1878, p. 183). (TEIXEIRA, 2000, p.88).

Assim, todo o ideário mítico e imaginário dos descobrimentos, e do edenismo embebido como discurso fundamental, possui relação direta com a totalidade política e econômica do período. O enfrentamento do desconhecido para a efetivação dos interesses da mais valia, do encontro das riquezas possíveis e passíveis de serem alcançadas é, talvez, o

mais claro sinal da força do simbolismo e *economia política* dos descobrimentos, nos termos colocados por Teixeira (2000), por meio das correntes clássicas do marxismo.

No entanto, é no limiar da relação entre a ideologia e a teoria (ou ciência, como trabalham alguns autores) que o debate sobre o papel ideológico e arcabouço político e econômico exige análise mais complexa. Isso ocorre devido à confusão entre os conceitos, que acaba por gerar a inversão do papel dos mesmos, pelos próprios responsáveis pela produção do conhecimento, quando estes, independente da área à qual estejam vinculados, mesclam os interesses de sua classe, grupo social, temporalidade ou espacialidade. Nesse sentido, vejamos o que alguns autores dizem a respeito dessa complexa aproximação entre a ideologia e o conhecimento científico, a começar por Terry Eagleton (1997):

Em nossa própria época, a ideologia muitas vezes serviu nitidamente de contrapeso à ciência; assim, é irônico lembrar que a ideologia nasceu precisamente como uma ciência, como uma investigação racional das leis que governam a formação e o desenvolvimento das ideias. Tem raízes profundas no sonho iluminista de um mundo totalmente transparente à razão, livre do preconceito, da superstição e do obscurantismo do Ancien Régime. Ser um “ideólogo” — um analista clínico da natureza da consciência — significava ser um crítico da “ideologia”, no sentido aqui dos sistemas de crença dogmáticos e irracionais da sociedade tradicional. No entanto, essa crítica da ideologia era na verdade, ela própria, uma ideologia, e em dois sentidos diferentes. (EAGLETON, 1997, p. 66 – grifo nosso).

Não só em nossa época, mas também durante todo o processo de desenvolvimento histórico e geográfico da humanidade, as formações ideológicas estiveram presentes em suas teorizações, ora como complemento de difusão, ora como instrumento de comprovação destas teorias, mesmo antes do movimento de cientifização do conhecimento na modernidade. É o discurso persuasivo a maior força da ideologia, e, em aliança com a ciência, acarreta manifestações normalmente voltadas para o pedantismo e arrogância por parte de determinadas posturas científicas:

Um aspecto inusitado do *ideologismo*, e ao mesmo tempo paradoxal, é que somente nas ciências naturais o discurso não é ideológico, enquanto nas ciências humanas tudo é ideologia – com exceção de Marx. O *ideologismo* manifesta-se como discurso difuso que apregoa rotulações sumárias sem qualquer interesse no aprofundamento do debate teórico. (GODOY, 2011, p. 69).

Seguindo a ressalva feita por Godoy (2011), Bosi (1995) acrescenta uma importante distinção entre ideologia e teoria. Sobre esta última, o autor diz que: “O princípio que norteia

a atividade teórica é a objetividade: trata-se de uma relação em que o sujeito está inteiramente voltado para o objeto a ser compreendido.” (BOSI, 1995. 282). Já no que tange à ideologia, o autor reforça a sua essência persuasiva: “O que exige uma constante reavaliação das hipóteses iniciais. A ideologia tem por móvel, não o conhecimento, mas a vontade de persuadir. É uma relação entre o sujeito que a defende e o outro que deveria aceitá-la como verdadeira.” (BOSI, 1995. 282). O autor completa, ainda:

A teoria quer ver para compreender mais e melhor. A ideologia pré-figura e pré-semantiza os seus objetos, afetando-os prematuramente de significado e valor, de tal sorte que já terá caracterizado o que parece estar caracterizando. Essa pré-definição é afim ao pré-conceito, e tem por alvo ordenar o descontínuo social e/ou provar que os seus desequilíbrios são naturais ou lógicos. (BOSI, 1995. 282).

Nos dizeres de Bosi (1995) surge um importante elemento para enriquecer o leque de reflexão no duo teoria/ideologia, que é uma amenização daquele tom apresentado anteriormente, procurando abarcar a ideologia em seu papel de importância no processo de produção do conhecimento.

O cenário apresentado por Bosi pode ser explicado pelo fato de se deixar de antemão claro, no momento da análise, que haverá uma interferência inevitável das formações ideológicas na ciência, ou teorias, nos termos do autor. Se há o aumento do interesse do poder na produção do saber, a presença de uma ou outra inclinação ideológica é apenas uma questão de intensidade de influência, e se este discurso ideológico poderá ser analisado, em expressando-se através de seus locutores nas diferentes áreas do conhecimento.

O mesmo cuidado que se deve ter com o uso de falseamento ou distorção da realidade pela ideologia, também é necessário para o contrário, ou seja, quando a ideologia se encontra em real sintonia com a teoria que a fundamenta ou influencia. O filósofo esloveno Slavoj Žižek, em seu texto *O espectro da ideologia*, coloca esta questão: não devemos acreditar nos equívocos teóricos sobre a realidade, especificamente para uma ou outra intencionalidade ideológica numa absolutização do seu poderio de alcance apenas como falseamento fenomênico, pois, mesmo que colocada a prova ou superada por uma forma de pensamento com maior substrato de constatação prática e teórica, o cenário mais frequente é o de superação epistemológica ou paradigmática de uma teoria – e concomitantemente de uma ideologia – por outra, num processo contínuo e dialético.

E, como é inevitável que um arcabouço teórico esteja vinculado às ideias e aos ideólogos do seu tempo (na relação *texto/contexto* já ressaltada), a própria ideologia que o permeia há de ser tomada como estandarte de ataque por seus contraditores, como exercício

de falseamento da realidade, ao menos no período em que esta teoria e ou ideologia teve caráter homogêneo em um determinado recorte espaço-temporal:

Assim, uma ideologia não é necessariamente "falsa": quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser "verdadeira", muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação. Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo - "verdadeiro" ou "falso" (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) - é funcional com respeito a alguma relação de dominação social ("poder", "exploração") de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta. Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade. (ZIZEK, 1996, p. 13-14)

A gama de variantes dessa discussão é imensurável, mas as contribuições trazidas pelos autores mencionados até o momento contribuí para a construção de noção de ideologia que poderá ser melhor explorada no decorrer deste trabalho. A colocação anterior de Zizek (1996) é fundamental para o prosseguimento da problemática da ideologia apresentada até aqui, já que, a partir dela, fica clara a necessidade de expandir a compreensão do conceito de ideologia num horizonte que ultrapasse suas amarras mais radicais, voltadas não raro para um unilateralismo discursivo do seu significado, quando relacionado à luta de classes. Nas palavras do autor,

A lição teórica a ser extraída disso é que o conceito de ideologia deve ser desvinculado da problemática "representativista": a ideologia nada tem a ver com a "ilusão", com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. Dito em termos sucintos, um ponto de vista político pode ser perfeitamente correto ("verdadeiro") quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, a ideia que uma visão política fornece de seu conteúdo social pode revelar-se totalmente equivocada, mas não ter absolutamente nada de "ideológica". (ZIZEK, 1996, p. 12-13).

Assim, não por acaso a ideologia, quando entendida também como possibilidade de explicação da realidade, normalmente associada fortemente a raízes teóricas do seu tempo, deve ser tomada como ponto de partida da maior parte dos atores e vetores que, juntos, estruturam a força de sua dominação, como, por exemplo: as instituições e organizações responsáveis pelas decisões nas relações de poder; os sistemas de produção e difusão da informação e conhecimento; os meios de comunicação e seu alcance massivo na sociedade; as estruturas educacionais, por meio das quais muitas ideologias conseguem se firmar ao atingirem uma maturação de dominação mais ampla em determinado contexto, etc.



Com base nestas primeiras colocações, não surpreende que o desenvolvimento histórico do termo ideologia tenha caminhado na direção de uma infinidade de ideias voltadas para a explicação do mundo.

Neste sentido, refletir sobre a ideologia como exercício da linguagem, ou forma de se pensar de uma época (logos, para além do seu significado racional filosófico) dá origem a uma gama imensurável de variações desta prática no tempo e espaço. Em outras palavras, há, assim como dantes e no porvir, inúmeros posicionamentos de explanação da realidade, que irão se sobrepor a outros, por meio de persuasão, armas ou propagação de informação; ao adicionarmos os subtextos a esta dinâmica é que surgem, por exemplo, correntes de pensamento que focam sua análise em uma outra forma ideológica de ver, interpretar e agir sobre o mundo e a sociedade, como é o caso do marxismo em relação à lógica da mais valia da economia política capitalista, ou então a dissecação existencial proposta pelos existencialistas em sua nadificação do propósito da vida (ZIZEK, 1996).

### 1.3.3 A ideologia pelo viés espacial

Finalmente, após esta necessária discussão sobre a ideologia e sua complexidade, é possível partir, neste momento, para a chamada titular com o acréscimo do fundamento espacial na composição ideológica. Efetuar tal esforço teórico a respeito da noção de ideologia torna-se fundamental em função da perenidade de seu uso neste trabalho, pois garantir a sua compreensão torna plausível a operacionalização de seu significado no decorrer dos capítulos. E qual a principal mudança ocorrida com esta alteração na expressão? A resposta pode ser alcançada na inevitabilidade de considerar o espaço como uma noção que extrapola os preceitos teóricos que o compõem, atingindo todas as esferas da existência humana, e, por consequência, suas visões de mundo, ideologias das mais diversas, relações de poder e expressões culturais que ocorrem nele e podem se originar a partir dele.

A expressão ideologia espacial difere-se do que foi exposto até aqui pelo fato de nela estar implícita a ligação entre discurso e práticas ideológicas, como já explanado anteriormente, e a espacialidade, o *extensio* da existência humana, pois o espaço é um fundamento inexorável da composição da realidade objetiva: “O nosso existir, e a consciência desse existir enquanto homens, dá-se na medida em que designamos, conceituamos a realidade que nos cerca, ou seja, nossa alteridade, o meio.” (MARTNS, 2007, p. 39). É importante mencionar esta característica do espaço geográfico porque há uma miríade imensurável de alterações, aplicações, abrangência e vigor das ideologias, e, a ideia de uma ideologia espacial, ou de suas variantes, como será demonstrada pelas ideologias geográficas, faz parte e enriquece estas considerações a respeito não só da ideologia espacial, mas do conceito de ideologia como um todo.

O espaço geográfico, deste modo, não está alheio a todas as reflexões levantadas até este momento. Enquanto categoria epistemológica primária do conhecimento e da historiografia geográfica, é evidente que o espaço está sujeito a posicionamentos ideológicos dos mais diversos tipos, pois ele mesmo está condicionado a ser multiplicado em compreensões e representações, de acordo com a realidade social que nele habita, transforma e valora. O espaço, portanto, “[...] categoriza uma determinação da realidade social – a espacialidade –, que se constrói um olhar geográfico” (CAVALCANTI, 2002, p. 128).

A partir desta potência epistêmica, característica do espaço geográfico, é que surgem ideologias sobre a espacialidade, que é já a modulação de existência humana no meio, no estabelecimento do constructo simbólico, econômico, político e ideológico. Para aprofundar

ainda mais esta complexidade do espaço geográfico, em sua relação com discursos ideológicos, vejamos a contribuição de Callai (1995) sobre este tema:

A grande questão é conseguir dar unidade ao estudo que é feito, buscando compreender-se a ação do homem no processo de construção do espaço. E este não pode ser o espaço abstrato nem amplo, mas deve ser o espaço concreto da vida do homem. O espaço geográfico é um espaço que não é dado naturalmente como um palco onde acontecem os fenômenos. É um espaço que contém características e a ação do homem. Quer dizer, o espaço supõe todos os dados naturais (ao natural ou transformados), os dados humanos, sociais (as relações que acontecem entre os homens, expressas, muitas vezes, de formas diferenciadas) e o resultado destas relações, o produto, materializado no espaço. É um espaço preñado de relações, carregado de história, que tem uma circunscrição de limites. Ao ser expresso por uma paisagem, é a visualização concreta das relações sociais e da sociedade com a natureza, o qual denominamos espaço geográfico. (CALLAI, 1995, p. 38).

Estas relações e sua carga histórica é que conferem ao espaço geográfico uma relação íntima e inevitável com alinhamentos ideológicos diversos, pois estes se configuram como a inserção das relações de poder enquanto modulação dos interesses sobre algo específico, concreto ou abstrato. A Geografia, como qualquer outra ciência, se isenta das influências ideológicas que acabam afetando seu escopo teórico e metodológico, em seus processos de desenvolvimento:

O discurso ideológico é predominantemente partidário e significa sempre um posicionamento político em favor de uma visão de mundo, corrente filosófica, interesses de classe... Como a Geografia científica surge para atender propósitos políticos claros, explicitamente definidos, como a unificação alemã (também o imperialismo), é óbvio que os contrapontos políticos (nacionalizados ou não) também impõem as suas ideologias à prática acadêmico-científica. O caráter justificador da ideologia busca a convicção, a adesão, a defesa do problema com sua arma: envolvimento com a ciência. Assim: é mais convincente se souber se vender como ciência objetiva. Foram o que realizaram Ratzel, La Blache, neo-positivistas, marxistas, humanistas, etc. A justificação do posicionamento de um método, que tem necessariamente alicerces ideológicos como o materialismo histórico ou a fenomenologia, por exemplo, acaba por reproduzir os sistemas de pensamento teórico nas práticas analíticas dos métodos. Muitas vezes se toma o método como única forma possível de se enxergar a realidade. Eis o perigo dessa forma "ideologizada" de pensar. Outro aspecto da ideologia que preocupa a atividade de pesquisa e o ambiente acadêmico é o uso da ideologia enquanto personalidade. Ao tentar justificar sua própria condição, o cientista corre o risco de ser um ideólogo extremamente individualista. (FAJARDO, 2008, p. 1).

E a espacialidade recebe, dentro do próprio escopo teórico e metodológico da Geografia, uma considerável gama de desenvolvimentos terminológicos aplicados às mais diferentes situações fenomênicas ou fáticas nas quais o pensamento e prática geográfica se debruçam em seus estudos. Muitas vezes, estas concepções emulam até mesmo a

categorização do espaço, seja por meio de seu preceito conceitual, de princípio lógico ou de aporte técnico específico, como, por exemplo: lugar, território, região, paisagem, área, local, circulação, relação homem-natureza, técnica, etc. (MOREIRA, 2008).<sup>7</sup>

A defesa que se coloca como referência primária para, inclusive, o decorrer do desenvolvimento desta tese, é que há uma ideologia espacial – já fazendo uso do debate a respeito da ideologia no início desta etapa do trabalho – calcada em um aporte espacialista, que é o edenismo territorial, moldado e modulado histórica e geograficamente nas Américas (e no Brasil em especial) a partir do período neoclássico, e propagado até os dias atuais com a mesma força e intensidade de atuação ideológica, e também teórica, apesar das admoestações, revogações ou acrescências à sua origem seiscentista.

O edenismo, entendido aqui como imaginário canônico de referência simbólica, possui inevitavelmente sua sustentação no espaço geográfico, e, mais especificamente, no discurso territorialista do Estado nacional brasileiro. Conforme visto anteriormente, a ideologia entendida como forma de elaboração de uma forma de pensamento utilizada enquanto recurso referencial para a cultura, política, economia e relações de poder na sociedade aumenta de forma expressiva a sua potência de difusão quando aliada a um embasamento teórico que a justifique.

Fazendo-se uso de uma expressão de Moreira (1978), é possível considerar o edenismo americano como uma forma de *arranjo espacial ideológico*, já que essa ideologia espacial se utiliza de todos os recursos potenciais ou reais presentes no espaço geográfico como fonte de fundamentação e fortalecimento discursivo:

Objeto secular de uso ideológico, por meio do qual "a maioria das pessoas formam sua "visão do mundo", se não sua "visão global", o espaço geográfico tem seu arranjo fortemente confundido com a instância ideológica. Como exemplo, o arranjo espacial ideológico contém as instituições pelas quais os valores circulam e são assimilados, como a família, a escola, os centros culturais, a Igreja, os asilos, os cárceres. É no interior desses "espaços sociais" que os valores se tornam concretos. Espaços específicos, cada qual é uma síntese do todo, prescrevendo, segundo a ideologia dominante, as noções de mundo e hierarquia. Tais noções seguem uma escala de espaço que vai do "espaço social" específico ao mais geral, como: o espaço familiar, seguido do espaço estado-nação e encimado pelo espaço cósmico; ou, em outro caso paralelo: o espaço empresarial, o espaço estatal e o espaço mundial. Curiosamente, o primeiro exemplo é apresentado na disciplina escolar

---

<sup>7</sup> Antonio Carlos Robert de Moraes, em tom mais crítico, chamará esta indecisão epistemológica de fantasmas teóricos e metodológicos, típicos do pensamento geográfico: "Vê-se nas propostas uma profunda identidade entre objeto, método e opção de interdisciplinaridade. Sobrepondo-se a todo esse quadro, pontifica o fantasma da indefinição do objeto geográfico" (MORAES, 1986, p. 34). Há mais sobre este debate no o artigo: ARAUJO, Gilvan Charles Cerqueira de. A presença de uma premissa categorial: a espacialidade nos conceitos-chave do pensamento geográfico. In: *Geogá*, v. 5, p. 3-26, 2013b.

chamada moral e civismo nas pessoas, sucessivamente, do pai, do presidente e de Deus. É interessante a maneira como o arranjo espacial ideológico se organiza em função da noção de pátria, que numa hierarquia igualmente escalar vai do bairrismo ao nacionalismo. Mas a fusão do espaço com a ideologia é mais dinâmica sob os interesses mais rapinantes do capital. (MOREIRA, 1978, p. 20).

Este é, por sinal, o principal argumento do espacialismo ideológico do paraíso terreal em relação ao território brasileiro, já que a ideologia edênica comporta todos os elementos necessários para a orientação dos interesses envolvidos em sua internacionalidade, que, no contexto colonial, imperial e republicano atual dirigem-se ao fator econômico de exploração das riquezas vindas da terra: “Nessa chave, o Brasil teria sido produzido por uma lógica territorialista, e nossas auto-interpretações subsumiriam a história à geografia, como se o espaço suprisse a ausência de uma tradição cultural consensual.” (MAIA, 2008, p. 46). E como diz Maia (2008), para além do cultural existe a questão econômica, que é o que moveu e ainda move o extrato de defesa do edenismo como ideologia espacial de referência simbólica para o território brasileiro:

No debate sobre a construção do Estado nacional brasileiro, partimos do pressuposto de que esse processo consolidou-se no cerne de uma valorização fragmentária de suas variantes estéticas, conformando uma controversa ideologia espacial de sentido identitário à nação. Progresso, modernização e integração territorial emergem como palavras de ordem no elo entre a nação imaginada, no Brasil Imperial, e a nação tal como se concretiza, ao longo do século XX, apesar do discurso e das ações em resgate à cultura síntese de brasilidade. (COSTA; SUZUKI, 2012, p. 1).

A união então estabelecida entre a ideologia espacial do edenismo territorial com o movimento de construção de um ecrã heráldico e simbólico para o Estado nacional edificou em profundos alicerces este referenciamento ideológico na sociedade como um todo e no pensamento geográfico em particular. Neste caso, o ideário do Paraíso Terreal, ao ser imbricado na espacialidade do território brasileiro, erige-se como uma potente manifestação ideológica (espacialista) e simbólica perenizada ao longo de nossa história:

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções. (MORAES, 1991, p.22).

O imaginário edênico comporta-se como um destes projetos, permeados de interesses, discursos utópicos, relações de poder, etc. conforme visto nos dois primeiros tópicos desta

etapa do trabalho. Assim como havia uma precedência na ideia de paraíso terreal antes da chegada dos europeus nas Américas, assim há uma permanência de tal *visão do paraíso* - parafraseando Buarque de Hollanda (2010) – até os dias atuais, ainda envolta nesses interesses, conflitos, ações e discursos, caracterizando-se como a mais antiga e robusta ideologia espacial presente a respeito do Brasil, em particular, e das Américas (principalmente a porção latina ) como um todo.

O edenismo, entendido como uma ideologia espacial, e o imaginário que o contorna, comporta, sustenta e relaciona-se com a espacialidade, e abarca, conjuntamente, interesses políticos, econômicos e culturais que se aproximam da força deste discurso ideológico. No que concerne ao pensamento geográfico, surgiram diferentes correntes de pensamento, em sua maioria com extensões no Brasil, que, de uma maneira mais direta dialogaram com a ideologia espacial do edenismo. É este o amálgama a ser perscrutado no presente trabalho.

Por fim, a partir das referências expostas até aqui é possível elaborar uma síntese: toda ideologia geográfica é uma ideologia espacial, pois esta, em sendo a premissa categorial do conhecimento geográfico, está obrigatoriamente relacionada a toda e qualquer elucidação epistêmica da Geografia; nem toda ideologia espacial, porém, é geográfica, no sentido em que outras ciências, como a Biologia, Física e História possuem vertentes ideológicas de algumas de suas teorias que tocam ou fundamentam-se no espaço para sustentarem-se. No tocante a estas ideologias geográficas, elas encontram forças em bases de fundamentação teórica construídas em décadas de desenvolvimento por diferentes autores, que, mesmo não sendo apresentados como representantes ideológicos das mesmas, estão inseridos numa esfera sociológica da ciência que os torna inseparáveis de uma visão crítica sobre estas teorias e ideologias a respeito do espaço geográfico, no interior das fronteiras de determinadas correntes da Geografia.

Neste momento, precisamos avançar no debate proposto. Como já mencionado nos momentos finais desta etapa, a discussão, agora, girará em torno das ideologias geográficas, trazendo à tona as principais delas, que figuraram e ainda figuram na contemporaneidade do pensamento geográfico, e introduzindo brevemente aquelas que serão aprofundadas no decorrer dos capítulos do trabalho.

### 1.3.4 As geografias e suas ideologias

No o tópico anterior, foram apresentadas algumas das questões que permeiam o conceito de ideologia, e o porquê da importância e do uso da expressão ideologia espacial neste estudo. Agora, é preciso aprofundarmo-nos em tais temas, e, conforme exposto nas linhas finais da repartição precedente, focaremos as ideologias geográficas.

O edenismo, como já trabalhado anteriormente, pode ser entendido como constructo imaginativo de um período histórico específico, de maneira que, por meio da força simbólica deste discurso, o mesmo associou-se à espacialidade das terras americanas, constituindo uma ideologia espacial calcada nos valores edênicos das riquezas naturais. Ao longo dos séculos, porém, esta ideologia espacial sofreu influências, fortalecimento, amenizações, representações e interpretações das mais diversas. Como não poderia deixar de acontecer, o pensamento geográfico, ao menos desde a sua institucionalização moderna no século XIX, absorveu essa ideologia espacial do imaginário edênico, e em diversas correntes, por diferentes autores, e em momentos variados acabou por colaborar com a difusão dessa ideologia.

No entanto, antes que os capítulos sobre o recurso do recorte temporal estabelecido 1930-1986 – juntamente com as ideologias geográficas que contribuíram para a ideologia espacial do imaginário edênico se difundisse –, sejam desenvolvidos, é necessário que se apresente, ao menos de forma sintética, o porquê do uso e importância da expressão *ideologias geográficas*, além de mais alguns temas imediatos e correlatos a esta discussão.

Em primeiro lugar, portanto, é importante a diferenciação, ou ao menos a explanação, dos termos, correntes de pensamento, paradigmas e ideologias científicas (geográficas neste caso). Há uma gama de autores que podem ser colocados na roda de diálogo sobre este assunto, tanto do cerne geográfico, como também da Filosofia e áreas afins das ciências humanas, como, por exemplo, Paulo Godoy (2011), Gaston Bachelard (2004), Moraes (1991), Silva (2000), Martins (2007), Castro (2005), dentre outros.

Inicialmente, a palavra paradigma advém do grego παράδειγμα, que, originalmente, aproxima-se de mostrar, apresentar de algo. Seu sentido é utilizado de forma ampla, de forma a incluir sistemas de crenças e valores, pressupostos técnicos de determinados períodos históricos, conjuntos de pensamentos de uma ou outra sociedade, etc. Na ciência, o termo é utilizado para representar a ideia de modelo de uma forma de pensamento, teoria e/ou um conjunto de leis. (ARANHA; MARTINS, 1998; 2003). Thomas Kuhn (2007) foi quem mais profundamente perscrutou a questão paradigmática nas ciências, analisando o comportamento destes “modelos” ou “padrões”, tendo como ponto de partida as ciências da natureza. Nas

palavras do próprio autor, paradigmas são “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (KUHN, 2007, p. 13). E ainda completa que “Os paradigmas adquirem seu status porque são mais bem sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves.” (KUHN, 2007, p. 44).

As afirmações de Kuhn são diretas e objetivas, até pelo fato de suas ideias partirem de ciências como a Matemática, Física e Biologia; assim, o autor afirma: “Abandonar o paradigma é deixar de praticar a ciência que este define.” (KUHN, 2007, p. 56), embora recentemente a ideia de porosidade entre os paradigmas, tanto nas ciências naturais como sociais, esteja sendo mais difundida, o que pode ser considerado como um avanço em relação a esta afirmação do autor.<sup>8</sup>

No que se refere à ciência geográfica, a crítica geralmente feita diz respeito à falta de critérios sobre a questão dos limites entre os paradigmas da Geografia, o que muitas vezes contribui para o aumento de inúmeros subgrupos de estudos que, muitas vezes, até possuem alguma afinidade teórica e metodológica, mas que acabam por se distanciar uns dos outros, por falta de uma unidade do próprio âmbito epistêmico da ciência estudada pelos geógrafos: “Na Geografia, o termo paradigma conheceu uma verdadeira constelação de significados, desde a vertente kuhniana até os mais dantescos absurdos de rotular toda inovação como paradigmática. O vocábulo paradigma passou a fazer parte de inúmeros títulos em artigos, capítulos e teses de doutoramento.” (GODOY, 2011, p. 73).

A mesma crítica realizada por Godoy pode ser encontrada em Moras (1991), Martins (2007) e Silva (2000). Outras expressões, como correntes de pensamento ou geográficas, ou escolas geográficas, também são utilizadas para representação paradigmática do desenvolvimento teórico e metodológico da Geografia. No entanto, é preciso ressaltar que, diferentemente do afirmado por Kuhn (2007), no caso da ciência geográfica e de outras ciências humanas há uma correlação muito maior, mesmo que na maior parte das vezes não admitida, entre os saberes de um paradigma e outro, dificultando, muitas vezes, a identificação de determinados autores na escola ou corrente à qual este pertence, ou a que seus estudos estejam mais relacionados.

---

<sup>8</sup> O contundente estudo de Ivan Domingues (1991), “*O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*”, é um bom exemplo deste cenário.



No caso da Geografia, especificamente, esta situação pode ser explicada pelos motivos já levantado – a questão em torno do seu objeto de estudo: o espaço. A complexidade inerente desta categoria epistemológica provoca, constantemente, abalos nas estruturas geográficas de pensamento, e por quê? Julio Cezar Ribeiro (2006) é um dos autores que pode nos ajudar a responder tal questionamento:

Homem, Natureza, Totalidade, Espaço: realidades, fenômenos como concreto real projetado como representações que muitas vezes opõem-se à própria manifestação do fenomênico. (Des)Realidades conceituadas. Como abordar esses entes e dimensões relacionalmente e não aritmeticamente (como soma de fatores divididos) e tendo como esteio a ótica geográfica, para que o subjetivo-pensar não se distancie do objeto-pensado? Como garantir que a verdadeira relação descoberta se faça sempre re-contextualizada, não se sacramentando em eternização de uma qualquer fórmula geral idealizada? O método pode auxiliar? Que é ele? O que legitima sua coerência? Como presumir o melhor? A complexidade do real demanda a inevitabilidade de métodos vários? Como poderia a Geografia equipar-se para, em meio à pluralidade de possibilidades, melhor “ler” e “escrever” o espaço? Poderia a Geografia apenas ler, despreocupando-se com o escrever, o geo-grafar? (RIBEIRO, 2006, p. 22).

A totalidade da realidade objetiva é, então, uma escrita simbólica, cultural, econômica, política, social e dialética, incrustada no espaço-tempo e presente em qualquer proposta de teorização sobre o mundo. Percebe-se, inclusive, que o autor já deixa claro, em sua fala, o seu próprio posicionamento ideológico, ao fazer uma menção indireta à ala positivista do pensamento geográfico. Mas, conforme já ressaltado, o importante não é tomar para si ou delegar a outrem a responsabilidade pela “real” lente de observação e explicação da natureza e da sociedade, mas sim buscar a “pluralidade” nesta diversidade; em outras palavras, podemos identificar, na fala do autor, o cerne da problemática e sua melhor proposta de resolução lado a lado.

O trecho citado de Ribeiro (2006) foi extraído de sua tese *A geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-geográfico*, que, como o próprio título sugere, inclina-se para a corrente materialista do pensamento filosófico, inserido no contexto epistemológico da Geografia, mas nos permite visualizar de forma rica e ampla a relação íntima entre os interesses que podem fazer com que uma determinada faceta teórica se homogeneíze em relação a outras, gerando as ideologias científicas, já que a questão das relações de poder na produção do conhecimento estão no cerne científico.

Com a mesma postura de Ribeiro (2006), há o rico estudo de Paulo Roberto Bomfim (2007), intitulado *A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional:*

*Estado e planejamento no período pós-64*), voltado para a influência direta da produção geográfica quantitativa nas planificações estatais pós-golpe de 1964, que será abordado no quarto e último capítulo desta Tese, como referência ao ideologismo científico no meio Estatal brasileiro, especificamente nos anos da ditadura, com foco em suas ambições políticas, simbólicas e econômicas em relação ao território brasileiro, ufanizado pelo mito fundacional edênico.

Entre outras contribuições epistemológicas do pensamento geográfico como representação ideológica da Ciência há o uso de uma modulação semântica particular (arranjo espacial, por vezes trocado por formação ou configuração espacial) por parte de Ruy Moreira (1978) que dialoga, implicitamente, com a ideia de espaço-texto de Gomes (2006) e de espaço escrito de Ribeiro (2006). Nas palavras do autor, “Somente através da dialética espaço-tempo podemos acompanhar os processos e os estágios de desenvolvimento das formações espaciais, no interior dos quais encontraremos diferentes estágios de relação homem-meio. Dar aos objetos do arranjo espacial e ao arranjo como um todo o significado social e temporal necessário.” (MOREIRA, 1978, p. 45). O autor ainda complementa, localizando sua teoria também no âmbito crítico da Geografia:

Confundindo-se com a formação econômico-social, a formação espacial contém sua estrutura e nela está contida, numa relação dialética que nos permite, através do conhecimento da estrutura e movimentos da formação espacial, conhecer a estrutura e movimentos da formação econômico-social, e vice-versa. Fato de fundamental importância ao estudo da formação espacial e da destinação desse estudo ao conhecimento da formação econômico-social. Chave da inserção da geografia e dos geógrafos no campo da teoria e prática da transformação social no sentido da resolução dos problemas mais candentes de nossa época, ao lado dos demais estudiosos sociais. (MOREIRA, 1978, p. 36).

A contribuição de autores clássicos, como os representantes da escola francesa, pode enriquecer a discussão sobre o objeto de estudo do geógrafo. Esta é a preocupação de Vidal de La Blache (1954), ao trazer para o centro de sua defesa teórica a relação homem-natureza – muito comum de ser encontrada tanto no período de afirmação da Geografia na Alemanha do século XIX, como na Geografia francesa do início do século XX, como é o caso de La Blache. Neste sentido, vejamos como, no trecho reproduzido, entra em destaque a importância de se relevar a contradição dos fenômenos e fatos sociais e naturais no espaço geográfico, ou seja, de se ter um olhar dialético para a realidade:

O geógrafo não pode contentar-se com os números publicados nas estatísticas oficiais. É necessário que lhes junte os dados que diversas fontes lhe podem fornecer, uma vez que se trata de determinar, pela comparação dos espaços

disponíveis e dos efectivos, até que ponto está realizada, actualmente, a ocupação da Terra pelo Homem. Todas as partes da superfície terrestre devem ser consideradas, o que aliás, apesar da insuficiência de certas informações, não tem hoje nada quimérico. Só o conjunto, precisamente pelas diferenças, contrastes e anomalias que permite descobrir, tem pleno significado. (LA BLACHE, 1954, p. 45).

Quando o geógrafo francês utiliza o termo “partes” em sua fala, permite a identificação de sua corrente geográfica, que é o funcionalismo e também o regionalismo, calcados na busca pelas características de diferenciação de diferentes áreas a partir de algum elemento específico que a configure, regional e funcionalmente.

O geógrafo francês Paul Claval (2011) propõe a superação da divisão na Geografia Humana, principalmente no limiar entre os estudos culturais, políticos e econômicos, para que assim haja um verdadeiro avanço epistemológico da Geografia, vencendo as fronteiras das ideologias geográficas que a permeiam ao longo de sua história. É essa a visão do autor e relação a uma nova abordagem holística não só da ala culturalista dos geógrafos, mas para a ciência como um todo:

Não existe uma fronteira rígida entre geografia cultural e geografia econômica.; a oferta e a procura nunca são categorias econômicas puras; a oferta vem de empresas, que têm culturas próprias; a procura não se exprime em categorias abstratas. No Brasil, a procura por alimentos é uma procura de feijões pretos, de farinha, de carne de sol ou de camarões; na França, é uma procura de pão, de vinho, de batatas, de fígado gordo. No domínio da geografia política, o poder sempre tem dimensões culturais. Para aparecer legítimo, o governo tem de partilhar as mesmas normas que os cidadãos. Construir uma geografia cultural como um compartilhamento isolado da geografia não tem sentido: a construção duma sub-disciplina deste tipo tem um valor prático, mas o que é importante é entender o papel da cultura no conjunto dos fenômenos geográficos: daí o sentido novo da abordagem cultural na geografia. (CLAVAL, 2011, p. 13-14).

Desta maneira, estes autores apresentados, Claval (2011) e La Blache (1954) são representantes de diferentes correntes de pensamento da Geografia – ou ideologias geográficas, se fizermos uso do termo descarregado do ranço rotular contemporâneo – reforçam este caráter amplo de atuação dos estudos geográficos. Isso demonstra que se deve buscar a riqueza das vozes teóricas, pois elas podem caminhar na mesma direção de desvelamento de uma determinada problemática. Além disso, uma vez que o conceito de paradigma está tão desgastado no cerne geográfico, conforme afirma Godoy (2011), cada vez mais torna-se urgente um resgate da linha de perenidade teórica na história do pensamento geográfico, buscando, sim, os pontos retrocesso e conflito, mas tentando observar de que maneira houve a evolução da ciência geográfica em tal processo.

Essa diversidade de teorias, exemplificada nas três amostras escolhidas, dá origem às ideologias geográficas. No entanto, é preciso que não nos deixemos seduzir por uma rotulagem cientificista de uma ou outra frente teórica, e que abarquemos a ideia de que essa diversidade é um ponto de enriquecimento, e não o contrário, principalmente no caso da Geografia, que cada vez mais está sofrendo divisões e subdivisões temáticas que deixam de comunicar-se. No fundo, há em todas as correntes, escolas, visões de mundo, cosmovisões, paradigmas, ideologias, formas de pensamento uma *contiguidade discursiva* na busca pelo melhor caminho no desvelamento e compreensão dos problemas referentes ao espaço geográfico:

Quando se identifica esse fundamento geográfico, quando é claro a fenomenicidade geográfica, a ciência geográfica os nomeia de forma diversa. Receberam ao longo da história da disciplina um conjunto de designações, são elas: “fatores geográficos”, “fatos geográficos”, “elementos geográficos”, “aspectos geográficos”, “causas geográficas”, ou, simplesmente, “o geográfico”. Podemos somar a isso “determinação geográfica”, ou então falarmos diretamente da “Geografia” da realidade. Ou seja, quando estamos, por exemplo, identificando “elementos geográficos” ou então “determinações geográficas”, com isso não estamos apontando para a ciência e sim para a realidade. (MARTINS, 2007, p. 38).

Martins (2007) destaca algo importante a ser levado em consideração na análise da geograficidade dos elementos fáticos e fenomênicos da realidade objetiva. O que o autor coloca em questão é que, ao ter o espaço geográfico como objeto de estudo, ao estudá-lo para além de um aprofundamento dos conceitos, teorias e práticas geográficas, alimentamos a crítica sobre a própria natureza da realidade questionada pelo arcabouço geográfico. Por esta razão, conforme lembra Martins, a multiplicidade semântica recorrente em relação ao âmbito epistemológico da Geografia é tão ampla; os “elementos geográficos”, “fatos geográficos”, “aspectos geográficos” são a síntese teórica da tentativa de conferir uma singularidade identitária a determinados momentos do desenvolvimento da ciência geográfica, como é o caso das suas correntes de pensamento.

Assim, o espaço geográfico – este sim – é o ponto de convergência que caracteriza a Geografia enquanto ciência: define-a, une e separa, engrandece-a e provoca os seus mais profundos abalos epistêmicos. A complexidade existente nesta fundação categorial do pensamento geográfico deve ser tomada como ponto de partida e chegada para qualquer discussão que envolva, em algum grau, o âmbito teórico da Geografia. Nas palavras de Lage (2004),

A geografia distingue-se no âmbito do conhecimento humano pelo caráter do seu objeto de estudo – o espaço geográfico. Espaço que se pode analisar em suas várias “metamorfoses”: Paisagem, lugar, região, cidade, campo, entre outras (...) o “fazer geográfico” perpassa por esse entendimento e pela busca de superação dessas dificuldades, criando um “saber geográfico consistente que permita o surgir do “ser geográfico”. (LAGE, 2004, p. 7).

Como já mencionado anteriormente sobre a ideologia espacial nas contribuições de Antonio Filho (1999), e tendo como complemento os dizeres de Lage (2004), é que Perez (2005) revisita o termo *leitura* como aporte teórico de respaldo de compreensão do pensamento geográfico na sua relação com seu objetivo de estudo, que é a realidade objetiva, na confluência fática e fenomênica de seus atores, vetores, processos, dinâmicas e transformações. As ideologias geográficas são propostas de leitura do mundo, perpassadas pelo escopo teórico e metodológico de uma corrente de pensamento geográfica específica, pois se, como afirma Gomes (2006), o mundo pode ser visto como um texto/tecido, pela complexidade que lhe é inerente, então a Geografia é uma das formas de se *ler* o mundo:

Do ponto de vista da Geografia, podemos dizer que ler o mundo é ler o espaço, construção social e histórica da ação humana. Como instância da sociedade, o espaço é o objeto da Geografia; disciplina que o analisa, o interpreta e o explica, como resultante da economia, da política e da cultura. Assim, ler o mundo é estudar a sociedade. (PÉREZ, 2005, p. 24).

A mesma autora segue, ainda, sua linha de raciocínio com colocações muitas semelhantes às de Martins (2007), a respeito dos aspectos geográficos. Esta relação entre os autores se dá pelo fato de que, no momento em que a Geografia elabora diferentes formas de se *ler* o mundo, há necessariamente a construção de um instrumental conceitual que respalda este exercício teórico e metodológico:

Ler o mundo, do ponto vista geográfico, não significa ‘ler o grande livro aberto da natureza’. A leitura do mundo pressupõe o domínio e a manipulação de todo um instrumental conceitual que possibilite o des-velar da realidade; a leitura do mundo implica a compreensão das diferentes formas de espacialidade traduzidas nos diferentes modos de viver em sociedade. (PÉREZ, 2005, p.27).

As leituras efetuadas pela Geografia sobre o mundo se caracterizam, desta maneira, como uma parcela das ações e reflexões do ser humano sobre o meio que habita. O que o pensamento geográfico procurou, ao longo do seu desenvolvimento, foi engendrar ferramentas para que a infinidade de elementos naturais e sociais fosse explicada pelo seu aparato científico: “A cosmovisão é em si mesma matéria de investigação primária, pois, a

partir dos instrumentos conceituais de cada momento, oferece uma compensação das imagens mentais que constroem a ideia de ordem ou coerência espacial em cada época.” (GOMES, 2006, p. 34).

O autor ainda complementa o raciocínio incluindo a inevitabilidade da própria Geografia de produzir uma cosmovisão, que, como vimos, pode ser um dos significados do conceito de ideologia: “[...] A Geografia tem um compromisso fundamental que é o de produzir uma cosmovisão. Ela é assim o campo de conhecimento onde se procura uma ordem para o diverso, para o espetáculo da dispersão espacial original.” (GOMES, 2006, p. 34).

Estas cosmovisões são as tentativas de explicação da realidade, que se multiplicam com o tempo e se difundem no espaço (a temporalidade e espacialidade do conhecimento). Essa postura de produção das cosmovisões é inerente não só à Geografia, mas a toda ciência, que é o pensamento posto em movimento e ação perante o mundo que nos rodeia, questionando-o e procurando explicá-lo: “A Geografia é uma ciência que tem uma longa história e desde os seus primórdios ela se preocupou em compreender como o homem (vivendo em sociedade) organiza, transforma ou produz o espaço (a natureza, a superfície terrestre) onde vive.” (CAMARGO; ELESBÃO, 2004, p. 12).

Devido a essa tentativa histórica, assim como em outras ciências, a Geografia sofreu, juntamente com a temporalidade e espacialidade do conhecimento<sup>9</sup>, inclinações ideológicas para seus estudos, resultados, postulados, parcerias (principalmente com órgãos governamentais e econômicos), etc.

Por isto, ideologias geográficas como propostas de leitura e também de escrita (e transformação) do mundo devem ser analisadas a partir deste patamar de importância. E, conforme visto anteriormente, é preciso que se amenize uma das vertentes de maior vigência do entendimento da ideologia, como somente na luta de classes, por exemplo, para que seu significado seja ampliado e abarque maior capacidade de aplicação do seu escopo semântico e conceitual. O motivo pelo qual há diferentes tipos de ideologias geográficas denuncia o caráter de multiplicidade das visões de mundo da sociedade, transferidas para a produção do conhecimento geográfico, que, em sendo uma parte do edifício dialético do saber humano, é influenciado pelos interesses, movimentos políticos, inflexões econômicas, dentre outros:

---

<sup>9</sup> Para além do debate sobre o determinismo na geografia, é impossível ignorar que o conhecimento produzido por qualquer disciplina certamente poderá ser apropriado e utilizado pelo poder – por qualquer poder. Neste sentido, é importante reconhecer os limites ideológicos do debate em torno dos modos de apropriação do conhecimento geográfico pelos poderes instituídos e não confundir a geografia, ciência que se propõe dar a conhecer o espaço da humanidade, com os geógrafos e seus interesses como atores intelectuais, sociais e muitas vezes políticos. (CASTRO, 2005, p. 66).

Na escala do planeta, em seu cotidiano, nem o homogêneo espacial, nem o heterogêneo dinâmico e indeterminado, representam a permanência da particularidade. Este é um mosaico informe de que só se apreendem os instantes fragmentados do repouso e do movimento, na ainda ilusão da mundialidade do presente. É a sobre determinação da idéia, no projeto e no plano, que procura dar coerência ao mundo fenomênico, a partir do qual são organizados pela mente os pedaços. Não que o real não tenha um sentido apreensível: mas é uma lógica plural, que o apropria como forma, estrutura, símbolo e movimento, numa composição que, se retém o cotidiano, também o transfigura. (SILVA, 2000, p. 11).

Estes “pedaços” são as ideologias geográficas – que, apesar soar repetitivo, devem ser aqui destacadas em seu sentido amplo, numa síntese de significância do seu conteúdo semântico. No escopo do pensamento geográfico brasileiro, a contribuição que mais recebeu notoriedade por tratar das correntes do pensamento desta ciência como expressões ideológicas foi a de Moraes (2006). Apesar de haver uma gama de obras que revisitaram o tema, a obra do autor deve ser tomada como referência quando o assunto são as ideologias geográficas, por seu pioneirismo no debate no cenário brasileiro:

Assim, aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva deverão ser priorizados. Tendo, todavia, o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos atinentes ao universo da cultura. A estes discursos mais ‘orgânicos’ (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de ideologias geográficas. (MORAES, 2006. p.35)

Percebe-se a abordagem generalista da expressão ideologia geográfica, que será utilizada neste estudo, pois, seguindo o que já foi exposto por outros autores, é preciso uma visão ampla da questão ideológica para que o desmembramento da sua complexidade discursiva seja possibilitado por uma análise de seu conteúdo.

O espaço como objeto de estudo da Geografia, assim, acaba por se tornar o centro para o qual todas estas propostas se direcionam: “O enfoque espacial, colado à dimensão terrestre dos eventos estudados, é a característica recorrente das distintas Geografias, que delimita um campo temático genérico para tal ciência.” Não admitir essa dinâmica histórica do processo de construção das ideologias científicas em geral, e da Geografia em particular poderia provocar um encobrimento crítico da importância de se observar o texto (teoria) dentro do contexto (dialética da realidade objetiva): “É esse universo que vem sendo trabalhado historicamente pelos geógrafos, tanto a nível dos estudos empíricos quanto no plano teórico abstrato da formulação do objeto geográfico”. (MORAES; COSTA, 1999, p.22-23). Esta posição de Moraes e Costa (1999) será a mesma utilizada por Godoy (2011) em sua proposta de análise das ideologias geográficas:

Com isso, o conceito de ideologia aqui adotado não opera sob o gradiente de qualificação-desqualificação de paradigmas ou práticas científicas e, tampouco, está restrito a um campo disciplinar específico – a geografia. O caráter explicativo do conceito explicita o conjunto de ideias, interesses, práticas e valores que transforma a ideologia em função social que em casos específicos se expressa em um determinado paradigma, visando garantir imunidade transitória ao seu “cinturão epistemológico” contra as acusações de cunho “ideológico” e não científicos, isto é, do senso comum. O que interessa analisar, neste caso, são as formas de transposição dos valores para o plano teórico-metodológico e como esses valores adquirem eficácia contra as concepções que impugnem os pressupostos fundamentais de sua cientificidade. (GODOY, 2011, p. 70 – grifo nosso).

Em conformidade com os dizeres do autor, uma forma de saber, teoria geral, conjunto de leis, postulados, enquanto configurados como parcelas do conhecimento historicamente construído, não podem ser tomados como o todo, anulando seu caráter particular. Este fenômeno é comum nas ideologias científicas, pois uma característica desta forma de ideologismo paradigmático é anular a própria diversidade de contribuições de sua disciplina. A complexidade da realidade obrigará as ciências a sempre se modificarem, adaptarem e evoluírem em suas teorias, experimentações e resoluções.

#### *1.3.4.1 As ideologias geográficas e o edenismo*

Em função de todos estes apontamentos apresentados, ao longo da história das correntes de pensamento que se debruçaram sobre esta questão ideológica, é possível identificar tanto a proposição de verdadeiras teorias gerais de compreensão da realidade, como também especificidades práticas e teóricas para questões de maior singularidade analítica. Por esta razão é que emergem as “ideologias” concomitantes às teorias, apesar de ser comum o uso metonímico equivocado de uma pela outra, assim o foi com o positivismo, o funcionalismo, o evolucionismo, o neopositivismo, o desenvolvimentismo, o marxismo, o existencialismo, etc., todos atingindo de uma maneira mais ou menos intensa diferentes áreas do conhecimento.

As ideologias, correntes de pensamento, visões de mundo das ciências travam embates entre si, mesmo que, muitas vezes, tenham um objeto de estudo comum, como é a situação do espaço na ciência geográfica. Em resumo, Fajardo (2008) sintetiza o que foi exposto:

Enquanto a concepção particular designa ideologias apenas uma parte do enunciado do opositor e referente ao seu conteúdo, a concepção total põe em questão a visão total do opositor e todo seu aparato conceitual. A concepção particular realiza análises ao nível puramente psicológico e a concepção total



opera ao nível teórico. Por exemplo, se acusamos o outro de mentir, admitimos que há critérios comuns em relação ao que é a verdade. E por outro lado, se atribuímos o ponto de vista do outro a submissão do mesmo a períodos históricos ou estratos sociais de um outro “mundo intelectual”, o que descarta a existência do “caso isolado”, estamos lidando com modos de experiência e interpretação totalmente distintos, sistemas de pensamento opostos. Na ciência isso se realizaria epistemologicamente na formulação de métodos de abordagem que têm como fundamento correntes de pensamento. (FAJARDO, 2008, p. 2).

Ao trazer essa discussão para a Geografia, não fica difícil entender a sua força de aplicabilidade para muitas das situações de embate epistemológico desta ciência, pois, ao longo de seu desenvolvimento histórico, os geógrafos posicionaram-se em verdadeiros pólos ideológicos de estudo, aprofundamento e uso de suas teorias e metodologias: “Pode-se afirmar que estas correntes representam polos ideológicos distintos, concepções de mundos diferentes, decorrentes de posicionamentos e comprometimentos sociais diversos e dos interesses concretos a que servem.” (PEREIRA, 2006, p. 35).

Inevitavelmente, a discussão a respeito das ideologias científicas acaba por prejudicar as próprias ciências envolvidas, pois questões de maior relevância teórica, prática e metodológica acabam, muitas vezes, por enfraquecer epistemologicamente o escopo de referência da ciência, e isto devido à proliferação de vozes clamando, cada qual para si, a jurisprudência na alegação de verdade sobre seu objeto de estudo. Este fenômeno é claramente observável na Geografia, como já deonstrado a partir das contribuições de alguns autores. Sobre esta problemática, a contribuição de Godoy (2011) pode ser utilizada como um dado de singular valor na construção dos argumentos sobre este tema até o momento:

Vale ressaltar, de acordo com Moraes (2005, p. 41-42), que o debate realizado na geografia em relação à ideologia não apresenta contribuições significativas no âmbito da prática e da reflexão filosóficas. Segundo o autor, isso se deve a três aspectos: o primeiro diz respeito ao caráter reducionista do debate que está circunscrito apenas à geografia e “sem se interrogar quanto à eficácia política dessa disciplina enquanto veículo do saber a respeito do espaço”; o segundo aspecto, que inibe o aprofundamento da análise envolvendo geografia e ideologia, “reside na arbitrariedade do corte pedagógico” que privilegia o “universo do ensino” em detrimento de outros contextos sociais e científicos correlacionados; o terceiro, de caráter teórico, refere-se ao segmento acadêmico que se limita ao debate puramente conceitual, sem correspondência com análises concretas, e, portanto, com poucas contribuições para uma reflexão mais ampla. (GODOY, 2011, p. 70).

Se no interior do significado de ideologia residem as relações de poder, esta característica é transferida, inevitavelmente, para sua vertente científica, havendo situações em que representantes de alguma ideologia científica (geográfica) se colocam como protagonistas referenciais para o objeto de estudo da ciência a que correspondem: “A nosso

ver, essa realidade, cujo conhecimento não pode ser esgotado, suscita uma pesquisa sem fim. A essência da realidade reside na resistência ao conhecimento.” (BACHELARD, 2004, p. 16-17). Bachelard prosseguirá com este argumento, ainda que sem mencionar a expressão ideologia científica, quando prioriza o contexto na produção do método nas ciências, contribuição que deve ser levada em consideração nos estudos epistemológicos da Geografia e suas ideologias:

Ademais, seria um erro confundir o primordial com o imediato. O que é imediato para uns não o é para outros. O dado é relativo à cultura, está necessariamente inserido numa construção. Se não tivesse nenhuma força, se fosse um puro e irremediável caos, a reflexão não teria nenhum poder sobre ele. (BACHELARD, 2004, p. 18).

A relatividade da produção do conhecimento pelo círculo cultural, apontada pelo filósofo francês (novamente há a relação entre o *texto* e o *contexto*, da produção do saber), ocorre não só com as correntes e ideologias geográficas, mas com todas as ciências em geral: “O conhecimento em movimento é um modo de criação contínua; o antigo explica o novo e o assimila; e, vice-versa, o novo reforça o antigo e o reorganiza.” (BACHELARD, 2004, p. 19). Em outras palavras, é preciso que se admita a diversidade dos saberes como principal e melhor fonte de compressão dos fenômenos e fatos da realidade e da sociedade, e da relação intrínseca existente entre ambas.

Kuhn também, de certa forma, alinha-se ao posicionamento de Bachelard, quando, em sua análise dos paradigmas da ciência, reitera que: “Para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada.” (KUHN, 2007, p. 38). Este trecho da obra magna do autor vai ao encontro de outra fala, quando faz uso da expressão “parafernália de especializações” para criticar algo que Godoy (2011) apontara na miríade de paradigmas no desenvolvimento da história do pensamento geográfico. Esta “parafernália” só faz aumentar a quantidade de fantasmas epistemológicos nas ciências (MORAES, 2006), ou seja, se o objetivo é repartir para melhor explicar, por vezes este caminho pode indicar um afastamento entre os interlocutores das ciências, diminuindo sua força de explanação perante seus objetos de estudo.

As críticas de Godoy (2011) e Kuhn (2007) possuem uma carga de preocupação em sua expressão. Isto se deve ao fato de haver, no interior desta divisibilidade do conhecimento científico, muito da relação entre o saber e o poder, pois, ao especializar-se, muitas vezes uma ideologia científica específica acaba por voltar seu aparo teórico e metodológico para

questões de resolução imediata para determinados interesses, constituindo assim a faceta mais perversa da significância e poderio semântico do termo ideologia, conforme já demonstrado.

Desta forma, é na junção entre a carga de valores de uma visão de mundo as relações de poder de uma época que as ideologias científicas – e, neste caso, as ideologias geográficas – adquirem sua configuração simbólica específica. A proposta do presente estudo é demonstrar como essas ideologias geográficas estão vinculadas ao argumento edênico sobre o território brasileiro enquanto ideologia espacial – que se difunde enquanto tal por estar fundida ao objeto de estudo primário da Geografia –, e ao extrato imaginário, construído historicamente, que fundamenta uma visão do território como recurso, ainda que para amenizar tal postura o paraíso terrenal seja evocado a fim de justificar as ações e decisões ligadas a essa ideologia espacial, em diferentes ideologias geográficas.

Além disso, conforme será apresentado no decorrer da Tese, as ideologias geográficas, em sendo inerentemente ideologias espaciais, não irão manifestar-se apenas no campo teórico-discursivo, mas também no prático-concreto. Exemplos dessa dualidade da força do ideologismo científico aliado à política, economia e cultura podem ser observados nos projetos de construção da identidade nacional brasileira, que vão desde planos de governo de intervenção territorial à construção de magnânimos semióforos de demonstração do poder estatal, como é o caso da capital nacional da região central do país. No caso brasileiro, é possível encontrar ocorrências ora contínuas ora esporádicas da ideologia espacial do imaginário edênico como referência para as ideologias geográficas, na maior parte das vezes ligada a este edenismo, em sua exploração econômica do território e suas riquezas: “[...] tem-se o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico, gerando argumentos de base naturalizante bastante úteis numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro.” (EVANGELISTA, 2006, p.7).

Esta interpretação das ideologias geográficas une-se às colocações de Lacoste (2007) e Moraes (2006) sobre a *funcionalização* do saber, que é seu uso para determinados interesses, sejam eles simbólicos, estatais, culturais, etc. A alcunha ideológica recebe, nesta modalidade de interpretação, suas críticas mais ácidas, como é o caso da corrente materialista-dialética da Geografia – que é também uma forma ideológica de expressão do conhecimento geográfico –, mas que apresentam contribuições para os objetivos almejados neste trabalho:

Uma das funções das múltiplas estruturas do aparelho de Estado é a de recolher informações, em caráter permanente (é uma das primeiras tarefas dos policiais), e os privilegiados são, também, pessoas bem informadas e muito desejosas de que saibam disso “na alta esfera”. Em contrapartida, as relações entre as estruturas de

poder e as formas de organização do espaço permanecem mascaradas, em grande parte, para todos aqueles que não estão no poder. (LACOSTE, 2007, p.51).

Outra contribuição a respeito dessa relação direta e interdependente do conhecimento geográfico com os órgãos do poder estatal é a de Gaudio (2007). A funcionalização da ideologia espacial edênica, neste caso já operacionalizada nas correntes de pensamento, fica evidente. É uma preocupação que deve ser colocada em pauta, pois está presente na totalidade do decurso histórico e geográfico do Estado nacional brasileiro. Nas palavras da própria autora,

A geografia, a partir do estudo, mapeamento, caracterização, individuação do território brasileiro frente a outros estados nacionais, fornecerá a base efetiva da construção da ideologia nacional brasileira. Se alinham deste modo o discurso, a ideologia e a pujança territorial em conformidade com os dois últimos no constructo do panteão sígnico de uma retórica identitária nacional: “Não apenas pelo discurso da “grandeza territorial” a geografia auxilia a construir essa relação entre ideologia nacional e território. (GAUDIO, 2007, p. 51).

Esta é uma amostra de como a análise procederá nos próximos capítulos, atendo-se à maneira como as ideologias geográficas são instrumentalizadas pelos aparelhos de estado, órgãos governamentais, expressões culturais, cenários econômicos, dentre outros. Este é o plano em que se deve pautar o aprofundamento das questões sobre o imaginário, edenismo, ideologia espacial e ideologias geográficas no decorrer do presente estudo, pois só assim será alcançado o objetivo principal, que é de esmiuçar, por meio do recorte temporal estabelecido, a ocorrência destes elementos práticos, discursivos, políticos, culturais e econômicos na história e desenvolvimento geográfico/territorial do Estado nacional brasileiro.

Para não nos delongarmos em demasia nessa etapa do trabalho, encerrá-la-emos para que as divisões temporais estabelecidas para a análise tomem frente no decurso do seu desenvolvimento. Os recursos imagéticos, cartográficos, estatísticos e demais fontes de facilitação da construção do argumento serão buscados para melhor expor a complexidade e riqueza do debate proposto, mesmo que, inevitavelmente, quanto mais avançamos historicamente, menos mitológicos ficam as representações em imagens, representações cartográficas e outras expressões artísticas, que vão dando lugar a um grau cada vez maior de racionalização, intencionalização e ideologização edênicas do ideário nacional brasileiro.

## CAPÍTULO 2: PERÍODO GETULISTA [1930-1945] – O TERRITÓRIO COMO (RE) INVENÇÃO DO BRASIL

Figura 12: Propaganda Política de Getúlio Vargas



Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/>

### **Vou me embora pra Pasárgada**

*Vou-me embora pra Pasárgada  
Lá sou amigo do rei  
Lá tenho a mulher que eu quero  
Na cama que escolherei  
Vou-me embora pra Pasárgada*

*Pra me contar as histórias  
Que no tempo de eu menino  
Rosa vinha me contar  
Vou-me embora pra Pasárgada*

*Em Pasárgada tem tudo  
É outra civilização  
Tem um processo seguro  
De impedir a concepção  
Tem telefone automático  
Tem alcalóide à vontade*

*E quando eu estiver mais triste  
Mas triste de não ter jeito  
Quando de noite me der  
Vontade de me matar*

*- Lá sou amigo do rei -*

(Manuel Bandeira)

### **Canto de regresso à pátria**

*Minha terra tem palmares  
onde gorjeia o mar  
Os passarinhos daqui  
Não cantam como os de lá  
Minha terra tem mais rosas  
E quase que mais amores  
Minha terra tem mais ouro  
Minha terra tem mais terra  
Ouro terra amor e rosas  
Eu quero tudo de lá  
Não permita Deus que eu morra  
Sem que volte para lá  
Não permita Deus que eu morra  
Sem que volte pra São Paulo  
Sem que veja a Rua 15  
E o progresso de São Paulo*

(Oswald de Andrade)

## **2.1 PRERROGATIVAS IDEOLÓGICAS DO PROJETO NACIONAL: O PODER SIMBÓLICO E A TERRITORIALIDADE DO ESTADO**

O primeiro capítulo desta Tese teve como foco o tratamento de temas como a historicidade do edenismo das Américas, o papel do imaginário e do cânone simbólico na identidade nacional, e também das intermediações entre a ideologia espacial e as ideologias geográficas. Neste momento, a atenção volta-se para a análise temporal do estudo proposto – a questão do discurso e da prática da ufanía edênica no decorrer do período de 1930 a 1986 no Estado nacional brasileiro, utilizando os eventos políticos e ciclos governativos do aparelho estatal para este fim.

As citações de Manuel Bandeira e Oswald de Andrade que abrem o capítulo remetem ao cenário político-social estabelecido a partir da subida de Getúlio Vargas ao poder, de cujas características uma das principais é racionalização do edenismo; todo o poderio estatal foi investido a fim de que se tivesse o maior aproveitamento econômico possível desta herança imaginária, ideária e mítica secular em relação às terras brasileiras. Ações voltadas para o progresso, urbanização, industrialização e outras investidas com base no discurso modernizador formaram o tom político de toda a passagem getulista à frente do poder estatal.

Neste segundo capítulo, o percurso inicia-se com a temática da *corporeidade* do Estado brasileiro, tônica maior e estruturante de várias ações governamentais não apenas no período de Vargas como presidente, mas também de seus sucessores. Outras frentes de análise serão apresentadas, como o papel das propagandas políticas no fortalecimento da figura salvacionista, e ditatorial, do ex-presidente gaúcho.

Os programas governamentais de exploração do território brasileiro tomaram frente nas políticas de governo, assim como a institucionalização e afirmação da Geografia como ciência no Brasil, com uma ampla produção de conhecimentos geográficos utilizados pelo Estado em suas intervenções no território, para fins de fomento ufanista em relação à simbologia edênica secular, ou de referência de fortalecimento da égide do próprio poder estatal pela sua presença e onipotência nas fronteiras mais longínquas do país, em sucessivas campanhas de exploração dos interiores nacionais.

### 2.1.1 A corporeidade territorial do Leviatã

A formação do Estado nacional pressupõe alguns elementos fundamentais, tais como o povo, a sua evolução cultural, a nação, a estruturação e organização normativa em forma de um Estado, e, o mais importante, a concretude de todos os aspectos precedentes: o território. Muitas teorias a respeito do Estado-Nação foram elaboradas: sobre sua formação, estrutura, instituições e importância na história das civilizações, em especial da sociedade ocidental moderna, e, mais recentemente, pós-moderna.

O início de uma discussão sobre o conceito de Estado, assim, inevitavelmente remete a algumas de suas temáticas mais clássicas, de modo a estruturá-las de acordo com o cerne de reflexões em que estiverem envolvidas. Neste caso, o mito do Estado circunscrito entre a Renascença e a Modernidade emerge como principal ponto a partir do qual surgem os desdobramentos deste conceito, tais como o Leviatã da Era das Luzes ou as relações de contrato do corpo estatal para com a sociedade que representa.

A partir desta consideração prévia, podemos resgatar a referência do monstro bíblico Leviatã, retratado em Jó [41] : “Esperar vencê-lo é ilusão; apenas vê-lo já é assustador.[...] 33. Nada na terra se equipara a ele: criatura destemida! 34 Com desdém olha todos os altivos; reina soberano sobre todos os orgulhosos;” (BLÍBLIA SAGRADA, 2014, p. 365 ).

Não por acaso, a primeira edição do livro homônimo de Thomas Hobbes possui um monarca em seu encarte, demonstrando justamente aquele cujo “corpo” representa o poder do Estado, e, conforme será mostrado posteriormente, terá esta corporeidade transferida para o território no qual seu poder é projetado, na forma de sua autoridade. A citação do mito de Leviatã é sugestiva neste ponto, já que, conforme será desenvolvido com mais cautela, é a objetificação do mito do Estado que acaba por fortalecê-lo ao máximo, na formação dos países na Europa. Cassirer (2003) considera como crucial esta concepção do mito, como parte elementar do desenvolvimento das civilizações, de maneira que o mito do Estado não estaria alheio a esta condição:

O mito é um dos mais antigos e poderosos elementos da civilização humana. Está intimamente ligado a todas as outras atividades humanas: é inseparável da linguagem, poesia, arte e pensamento histórico primitivo. A própria ciência teve de passar por uma idade mítica, antes de atingir a sua idade lógica: a alquimia precedeu a química, a astrologia precedeu a astronomia. Se as teorias de Max Muller e Herbert Spencer fossem corretas, teríamos de concluir que, em última análise, a história da civilização humana era devida a um simples mal-entendido, a uma interpretação errônea de palavras e termos. Não é uma hipótese muito satisfatória e plausível pensar que a cultura humana é o produto de uma simples ilusão – de um malabarismo verbal e de um jogo infantil com nomes. (CASSIRER, 2003, p. 41).

Assim, os mitos sempre existiram e fizeram parte das sociedades humanas, mas sua efetividade enquanto discurso social depende do quão profundamente suas características estão fundamentadas na realidade objetiva. Isso não significa que o mundo é composto por ilusões, lendas e irrealidades, mas que simbologias individuais e coletivas fazem parte da esfera física e somática, o imaginário, a imaginação e as projeções imagéticas entrelaçam-se na conjuração dos mitos, conferindo-lhes maior valor quanto maior for a força de seu fundamento de referência, sua objetificação: “No pensamento e imaginação míticos não encontramos confissões *individuais*. O mito é uma objetivação da experiência do homem, não da sua experiência individual.” (CASSIRER, 2003, p. 68).

Do ponto de vista da teorização propriamente dita, não fica tão distante o transporte da referência mítica pela metáfora do poder e intimidação da composição do Estado, em especial em seu formato moderno. Não é por coincidência que esta noção do poder estatal ganha mais força e amplitude durante os fins do Medievo. Conforme lembra Castro (2005), a centralização do poder, o princípio de territorialização, e de maneira menos incisiva neste período, a impessoalidade do poder formavam a tríplice referência do Estado tal como viemos a conhecê-lo até os dias atuais:

O Estado moderno europeu constituiu, na realidade, uma forma de organização do poder político com características que o tornam peculiar e diverso de outras formas históricas interiormente homogêneas de organização desse poder. O elemento central dessa diferenciação consiste 1) na progressiva centralização do poder político em instâncias cada vez mais amplas que terminam por abranger o âmbito completo das relações políticas, 2) na concomitante afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e 3) na progressiva aquisição da impessoalidade do comando político. (CASTRO, 2005, p. 44).

Ainda a respeito da impessoalidade, Burdeau (2005) sustenta que, como invenção social, política e histórica, o Estado preenche essa lacuna, de modo a ser tomado como fonte do poder e da autoridade: “[...] os homens inventaram o Estado para não obedecer aos homens.” Igualmente, na Modernidade, ocorre a fissão entre o poder do Estado e o da Igreja, aumentando ainda mais a ligação pessoal ao poder estatal, mesmo que, num primeiro momento, a presença e força do monarca ocupassem este posto: “Fizeram dele a sede e o suporte do poder cuja necessidade e cujo peso sentem todos os dias, mas que, desde que seja imputada ao Estado, permiti-lhes curvar-se a uma autoridade que sabem inevitável sem, porém, sentirem-se sujeitos a vontades humanas.” (BURDEAU, 2005, p. XI).



Entretanto, a unicidade do Estado como principal *locus* do poder, e conseqüentemente, da autoridade, acaba por se multiplicar. Este é o fenômeno das repartições, organizações e instituições que mantêm e oferecem a manutenção da força do Estado em diferentes esferas, serviços e frentes de ação. Esta é a argumentação apresentada por Burdeau (2005) em sua análise sobre o histórico de formação e afirmação do Estado:

O Estado é Poder, mas não é o único Poder existente na coletividade. Há nela uma pluralidade de representações da ordem desejável e, por conseguinte, uma multiplicidade de Poderes. Sua rivalidade constitui o motor da vida política, pois o objetivo desta reside na conquista do Poder estatal que sancionará a pretensão do Poder vitorioso a fazer-se reconhecer como o único autorizado a imputar suas vontades ao Estado. (BURDEAU, 2005, p. 71).

No entanto, o poder pelo poder não possui em si uma ordem de significância preponderante, em sentido isolado. A mensurabilidade de um poderio advindo de uma organização estatal ocorre a partir do momento que esta é contestada de alguma maneira, ou seja, posta de modo relacional. Também pode-se chamar este processo de oficialidade do aparelho estatal, que se configura como aqueles aos quais será dada a chancela de ação em nome do poder do Estado, expandindo seu alcance muito além do seu núcleo de comando.

Destas relações é que não apenas o poder, mas seu exercício tornam-se evidentes, dando corpo à autoridade do Estado, neste caso, em diferentes representações, desde o governante que o assume às instituições que o compõem, para a garantia de funcionamento (ou não) da sua estrutura: “A autoridade é intrínseca ao Estado, é o seu modo de ser, e o poder é um de seus elementos essenciais. Sem dúvida, em outras formas de sociedade também existe a autoridade e o poder.” (AZAMBUJA, 2005, p. 6).

Mas a natureza abstrata do Estado, e de suas organizações e instituições, podem tornar-se um entrave para sua própria força e monstruosidade, se pensarmos na metáfora da autoridade do seu fundamento medieval divino. Por este motivo, é preciso dar *corpo* ao Estado – torna-lo o Leviatã –, de forma literal; entra em cena a sua imagem, simbologia, e, finalmente, a territorialidade, que, juntas e simultaneamente, emanarão seu poder, controle, domínio, força e magnitude perante os habitantes daquela porção do espaço geográfico.

Há, portanto, uma prerrogativa que não pode ser deixada de lado: se a sociedade é dinâmica, ao longo do tempo e no espaço, de igual modo, tudo o que a partir dela for engendrado, simbolizado, construído e afirmado também o será, e, neste caso, encontra-se o Estado. Esta é a opinião de diferentes autores que argumentam sobre a teoria do Estado, como Azambuja (2005, p. 6): “O Estado, porém, não é imutável, é uma das formas da dinâmica

social, é a forma política da *socialidade*, e por isso varia através do tempo e do espaço.” O autor see o mesmo raciocínio, ao considerar que a constituição de um Estado, sua estrutura e forma de organização são coerentes e possuem relação direta com o contexto no qual estão inseridos: “O Estado antigo, o Estado medieval, o Estado que se organizou sob a influência das ideias da Revolução Francesa, eram diferentes do Estado Contemporâneo.” (AZAMBUJA, 2005, p. 6).

Em um nível ainda maior de abstração sobre a sociedade e o Estado, o autor extrema seu ponto de vista ao encarar o aparelho estatal como sendo, ele próprio, tanto parte como todo da sociedade, a depender da maneira como o mesmo é visto e analisado. Nos termos das teorizações jurídicas, o uso da expressão *sociedade política* alinha-se à prerrogativa sobre o conceito de Estado, pois seria a sociedade em seu exercício de poder organizado, e muitas das vezes como garantia de sua força, assim como reforça Azambuja (2005, p. 4):

O Estado, portanto, é uma sociedade, pois se constitui essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados permanentemente para realizar um objetivo comum. E se denomina *sociedade política*, porque, tendo sua organização determinada por normas de Direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e tem uma finalidade própria, o *bem público*. E será uma sociedade, tanto mais perfeita quanto sua organização for mais adequada ao fim visado e quanto mais nítida for, na consciência dos indivíduos, a representação desse objetivo, a energia e sinceridade com que a ele se dedicarem.

A sociedade política também faz parte da *corporeidade* do Estado, e, juntamente com as dimensões e extensão do Leviatã, concretiza-se em sua territorialidade uma das matrizes do Estado moderno ressaltada por Castro (2005), impossível de não ser considerada em seu sentido abstrato em um olhar mais profundo sobre o poderio do aparelho estatal, mas muito mais em relação à sua concretude é que o espaço geográfico estende seu poder, força e autoridade: “Mas o poder do Estado é o mais alto dentro de seu território, e o Estado tem o *monopólio da força* para tornar efetiva sua autoridade.” (AZAMBUJA, 2005, p. 6).

O Estado como uma prática social atinge o seu auge de poder na constituição territorial do país que o mesmo representa. Esta é concepção de Raffestin (1993), que podemos citar como complemento para a discussão proposta, já que, na comunhão entre o território, a sociedade e os aparelhos de Estado, algo maior emerge. Segundo o autor, o espaço geográfico é a matéria-prima, na qual e pela qual o Estado, como prática social, se estabelece em sua totalidade:

O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.144).

O espaço produzido, como nos limites das fronteiras, torna-se um ponto fundamental na conformação da imagem da força do Estado. Pensar o território enquanto conceito e prática é correlacionar a ideia de conquista, expansão e domínio do espaço geográfico. No caso do Estado, as instituições de controle da força e as responsáveis pela administração da autoridade são as que ficam no resguardo desta “construção” da imagem e corpo do Estado. A territorialização estatal é a sua transformação em objeto, algo fundado na realidade objetiva que servirá como principal imagem não apenas do Estado, mas de todos aqueles que estiverem relacionados a ele, seja do ponto de vista dominador ou dominado:

A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem. Uma imagem, um guia de ação, que tomou as mais diversas formas. Até fizemos da imagem um "objeto" em si e adquirimos, com o tempo, o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos. A partir, daí, devemos nos admirar se os manipulamos, se os temos manipulado e se os manipularemos cada vez mais? Poderíamos imaginar o estudo dos sistemas de representação em ligação com as classes que detinham o poder através da História. (RAFFESTIN, 1993, p.145).

Raffestin (1993), faz duas grandes colocações que contribuem para a compreensão a respeito da relação entre a imagem territorial e o Estado. Inicialmente, o autor argumenta sobre a questão da objetividade do território, fundamental para a gerência do poder estatal, e, em segundo lugar, apresenta a ideia do próprio Estado enquanto centralizador da ideologia espacial, ou, como o autor denomina: manipulação dos objetos e indivíduos do território.

Raffestin (1993) ainda traz para o debate o papel das relações de produção no território, e o fato de que o Estado sempre terá influência, ora de caráter mais protagonista, ora enquanto um facilitador das ações das empresas na estruturação dos territórios. Não por acaso, os estudos de organização do espaço, amparados por muitas das ideias sobre o uso do espaço geográfico pelo modo de produção capitalista, e os fatores, vetores, atores e escalas diferentes de ação do capital, alinhados com os aparelhos estatais, devem ser considerados numa análise sobre o limiar de suas extremidades:

As "imagens" territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se

atores sintagmáticos que "produzem" o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios". Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

Na constituição da imagem e corporeidade do território estatal, unindo, a um só tempo, tanto os componentes simbólicos como os concretos, haverá, como consequência – fazendo-se uso de uma postura de maior crítica em relação à teoria do Estado –, a dialética das relações de poder, posição esta defendida por Costa e Suziki (2012):

A ideia é analisar o território como constituído por dominantes e dominados, caracterizado por símbolos de propriedade material e imaterial. Nessa acepção, reside o Estado nacional como elemento resultante do processo histórico relacional entre comunidades e natureza, no cerne do colonialismo como dimensão objetiva da experiência histórica da nação, que forjou territórios específicos regidos por estratégias políticas regionais; ou seja, não podem ficar ausentes as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não europeu. (COSTA SUZUKI, 2012, P. 2).

Deste modo, a territorialidade pressupõe uma base histórica, espacial e cultural para sua afirmação como constituinte do poder estatal. Como nos lembra Hobsbawm (2002), desde a afirmação dos países europeus, a partir das revoluções burguesas do século XVIII, este processo pode ser observado com mais clareza em outras situações, com peculiaridades, é claro, mas retornando sempre ao ponto de inflexão entre o Estado, o mercado e as relações sociais no espaço geográfico. Conforme será visto mais adiante, alguns dos representantes do Estado brasileiro, como, por exemplo, os ex-presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, fizeram amplo uso desta ligação simbólica entre o território e a nação. No primeiro caso, a busca por referências históricas e aumento do conhecimento geográfico do país formaram verdadeiras bandeiras políticas, enquanto que, no segundo caso, o misticismo em torno da figura do chefe de Estado alcançou níveis mais altos que os primeiros populistas das décadas de 1930 e 1940.

Todos estes autores, Hobsbawm (2002), Raffestin (1993), Burdeau (2005) e Azambuja (2005), apesar de divergirem em alguns pontos de suas teorizações sobre a formação dos Estados nacionais, possuem, do mesmo modo, interlocuções em seus estudos. Em suma, fica

clara a possibilidade de se considerar as diferentes esferas que fazem parte da totalidade das teorias de Estado. O físico e o simbólico, o concreto e o abstrato, o ideológico e normativo, a coletividade e a individualidade; todas estas dualidades, em diferentes proporções de mútua afetação, colaboram para conferir ao Estado sua singularidade, a depender da porção social (espacial) à qual o mesmo esteja vinculado.

Essa relação entre o Estado e a corporeidade do poder estatal, e sua busca, em algumas produções cartográficas da baixa Idade Média e início da Modernidade, era efetuada, normalmente, através dos símbolos heráldicos ou hereditários das famílias reais da época, juntamente com os demais floreios estilísticos, típicos das temáticas cartográficas em uso principalmente na baixa Idade Média.

A seguir, apresentamos três exemplos do uso do mapa para a composição de uma linguagem imagética da força do Estado pelo seu território; primeiramente, a pintura *Leo Hollandicus*, de Claes Jansz. Visscher, de 1648, referente aos países baixos, em seguida, a *Carte Symbolique De L'Europe* de 1915, e, por fim, a *Statue Regum Europaeoru* de 1728, todas com reminiscências da figura mítica do Leviatã Moderno e Renascentista.

No mapa de 1648, além do uso de uma figura que por si só, conjura a simbologia do poder do rei, o leão, é possível notar outros três elementos que corroboram o objetivo sígnico da carta. 1) a representação de diferentes paisagens e indivíduos do país, numa demonstração de conhecimento do território visto no mapa; 2) a presença de navios, soldados e o leão real segurando um sabre, num sinal da força militar do Estado representado na figura; 03) a miríade vexilográfica situada na base do mapa, provavelmente numa menção aos vassallos do poder real, como principal detentor de terras, como sugere o signo leonino.

A zoomorfia é a mesma técnica utilizada no mapa de 1915, ainda que alguns séculos depois – o uso das figuras animais para representar os Estados nacionais da Europa durante a Primeira Guerra Mundial não deixa de ser sugestivo e intrigante. Por fim, na antropomorfia, há a *Estátua Real* de 1728, que dá um foco maior ao corpo de um “rei” europeu – ainda que, na mitologia, o nome do continente tenha como origem uma musa grega. Neste caso, há uma preocupação na apresentação dos brasões de diversas famílias reais europeias, a coroa e o cetro, símbolos máximos do poder. Esta figura parece ser uma versão mais estilizada da pintura *Europe Regina* (1570) de Sebastian Münster.

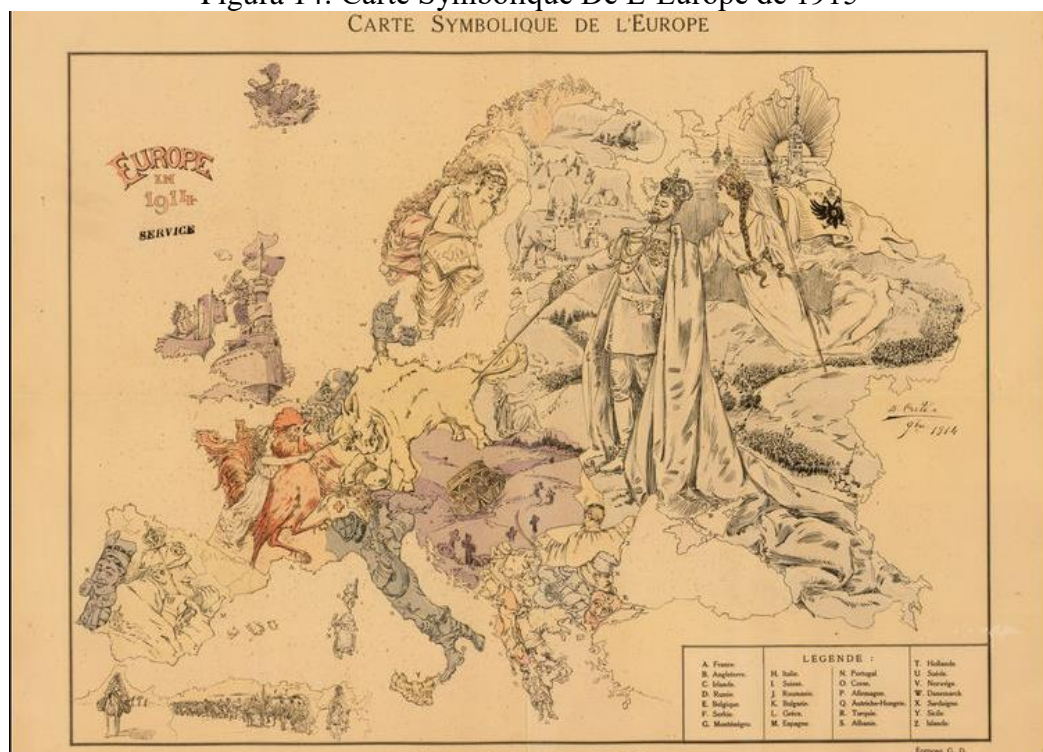
Figura 13: *Leo Hollandicus*, de Claes Jansz. Visscher, 1648.



Fonte: [www.raremaps.com/gallery](http://www.raremaps.com/gallery)

Figura 14: Carte Symbolique De L'Europe de 1915

CARTE SYMBOLIQUE DE L'EUROPE



Fonte: [www.raremaps.com/gallery](http://www.raremaps.com/gallery)

Figura 15: Statue Regum Europaeoru P.C.M. Nomina Continents, 1728, de Matthaus Seutter



Fonte: [www.raremaps.com/gallery](http://www.raremaps.com/gallery)

Em cada um desses mapas, de maneiras de diferentes, pode-se observar explicitamente a corporificação do território pela simbologia do poder, que, neste caso, é poder real. Seja através da zoomorfia ou antropomorfia, almeja-se o mesmo objetivo: reunir na carta cartográfica signos de referência direta a elementos que a compõem. Em outras palavras, há a corporificação cartográfica do Leviatã, em duas vertentes, seja na figura do rei, monarca, ou guardião de armas e brasões, seja na informação imagética do mapa em si, recurso de projeção do poder e da soberania por meio da força de suas fronteiras.

Após a formação do Estado, ou melhor, da sua passagem de uma instituição de natureza supraestrutural para um ente físico, transpassado e fundamentado no território, é importante a argumentação sobre o processo, também denominado de territorialização. No Brasil, o movimento se dá, ao longo de sua história, de modo inverso, pois há a territorialidade, em seu simbolismo, para depois haver o estabelecimento do Estado. Esta dinâmica no espaço geográfico equivale a mais do que apenas dominá-lo, delimitá-lo e controlá-lo, é atribuir a ele um significado, olhar e transcender sua corporeidade para uma simbologia nacional, provinda de uma dialética entre as forças sociais interessadas em fincar seus lastros simbólicos no território.

### 2.1.2 O nacional pelo seu território simbolizado

O território deve ser considerado em sua totalidade de componentes, sejam eles de ordem simbólica, natural ou social. A socialidade do território torna-o político, já que nele se projetam de maneira concreta as relações de poder e suas disputas. E, como visto na primeira parte deste trabalho, em se tratando do território americano especificamente, o atributo divino foi, sim, um argumento amplamente difundido e utilizado, do período colonial até as reificações mais contemporâneas do Paraíso Terreal.

Em outras palavras, o território não está isento da intencionalidade dos indivíduos que o ocupam, simbolizam e transformam; ele é muito mais um reflexo da sociedade que nele habita do que seu resultado:

[...] território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos. (GOTTMANN, 2012, p. 523).

Gottman (2012) auxilia-nos a aliar a territorialidade à temática política. A teorização política que ignorar o papel do território no processo tornar-se-á lacunar e permeada por furos de interpretação do histórico. A consideração do surgimento e desenvolvimento do Estado vai ao encontro disso, porque manifestar o poder, por si só, não o fortalece, é preciso que haja o espólio, o lastro concreto como fonte de seu estandarte.

Esta é a territorialidade do Estado; em outras palavras, são os limites fronteiriços, as características físicas, as estruturas urbanas e rurais, as diversas comunidades e demais aspectos concretos do espaço geográfico que irão, do início ao limite, encontrar fundamento na constituição das nações ao redor do mundo. Nas palavras do próprio autor,

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. Se as ideias não são necessariamente enraizadas ou situadas no espaço, o fenômeno material e a ação política aos quais essas ideias concernem devem ser localizados em algum lugar do espaço geográfico. (GOTTMANN, 2012, p. 526).

A concretização da justificativa do poder estatal pelo território encontrará seu cerne na defesa da soberania, da proteção e conservação de suas fronteiras. Estes aspectos, inerentes ao



território – o Leviatã estatal consumado – formam os pontos de sustentação de toda a lógica do Estado moderno, principalmente na formação tardia de representantes deste movimento no final do século XIX, como Itália e Alemanha (AZAMBUJA, 2005; BURDEAU, 2005).

Em seu estudo doutoral, Raquel Kritsch (2002) argumenta sobre o conceito de soberania. Em suma, a autora faz apontamentos sobre a natureza implícita desta noção, prática e teórica, e a ideia de Estado nacional como um todo. Este fenômeno de entrelaçamento ocorre pelo fato de que, na ideia de soberania, residem as faces não apenas do poder, mas também do simbolismo, da historicidade, das territorialidades e da diversidade social de um país. A autora resgata estes elementos, reafirmando seus papéis tanto na constituição dos Estados modernos europeus, como na de seus herdeiros na era contemporânea:

[...] também merece atenção um outro ponto: noções como soberania e Estado moderno não podem e não devem ser utilizadas de modo intercambiável. Ora por falta de rigor conceitual, ora por convergências históricas, muitos autores sucumbem à tentação de tratá-las como um único fenômeno. A intenção deste trabalho, ao contrário, é tentar reconstituir a formação conceitual e histórica dessas duas noções diversas num contexto específico: em fins da Idade Média, sem procurar transpor suas definições ou funções para o mundo moderno. De modo bastante grosseiro, pode-se afirmar que um novo sistema de poder estava sendo gestado na Europa desde o século XI. Esse sistema desenvolveria características próprias, como se mostrará adiante, até se consolidar numa forma retrospectivamente denominada Estado moderno. (KRITSCH 2002, p. 29).

Portanto, há a historicidade, e geografia, dos diversos Estados. Tanto do ponto de vista jurídico como político, buscava-se a jurisprudência do Estado, e como o distanciamento entre a Igreja e os monarcas atestavam, o recurso divino enfraquecia em meio aos avanços da Modernidade; por isso, e por outras razões correlatas, cabia ao próprio território o protagonismo de justificativa do poder do Estado frente à população que formava a totalidade ou parte da sua nação. Nas palavras de Kritsch (2002),

De modo semelhante à noção de Estado moderno – e por vezes confundindo-se com ela –, também o conceito de soberania teve uma gênese demorada: resultou de um processo de transformação jurídica e política, do qual emergiu um novo mapeamento do poder e das lealdades na Europa. Nesse processo, não só se afirmava uma nova formação de poder, como também se desenvolvia um discurso jurídico e político adequado aos novos conflitos e à nova realidade. A formação do conceito, portanto, não ocorria paralelamente à história política: era parte dela. (KRITSCH 2002, p. 32).

A maior manifestação prática da força dos aparelhos de Estado, do exercício da autoridade e da relação entre os sgnicos identitários da sociedade e as instituições estatais encontra-se na ideia de soberania. Tornar-se soberano de um território é conferir a esta

repartição espacial a sua marca de domínio e controle: “A diminuição da soberania de uma nação independente é realçada pela sua incapacidade de se autodefender por meio do controle de suas terras, e isso é combinado à dependência econômica de suprimentos vindos de além de suas fronteiras.” (GOTTMANN, 2012, p. 531). Não por acaso, como visto nos mapas antrope e zoomórficos, é o imperativo da representação da força e do poder que toma frente em suas imagens, de modo a reforçar e expor tais características da soberania, tanto para a própria população do país em questão, como também num âmbito maior, internacional.

O Brasil possui uma singularidade em sua história e geografia, que é a formação de suas fronteiras, a força de seus mitos, e o fardo imaginário que carrega em suas fronteiras desde a época da chegada dos colonizadores europeus. Portanto, é necessário ressaltar a importância destes elementos simbólicos, principalmente a ufania territorial, como recursos de cunho político, ideológico e econômico na constituição do Estado brasileiro.

Garantir a estabilidade fronteiriça, exercer a força, expandir a autoridade e afirmar o escopo simbólico não são suficientes para uma plenitude relacional entre o território e o Estado. É preciso investir no *corpo estatal*, seus limites físicos. Este discurso foi utilizado na busca e exploração de recursos, nas diversas campanhas de povoamento de interiores, no aumento exponencial deste poder, por exemplo, nas campanhas imperialistas do final do século XIX, e também nas primeiras décadas do século XX, nos países advindos desta neocolonização, ou de recente entrada nas esteiras da industrialização:

“Todavia, a grandeza absoluta do território não pode ser comparada a uma quantidade proporcional de recursos. Recursos são por demais multifacetados. A tecnologia moderna aprendeu a reciclar e a sintetizar diversos materiais. Na década de 1930, diversas grandes potências alegaram não possuir recursos suficientes em seus territórios densamente povoados, e demandavam mais espaço para obter uma porção mais justa. Na década de 1960, esses mesmos países, apesar de mais povoados e com territórios razoavelmente reduzidos, gozaram de prosperidade e influência muito maiores. Os “desprovidos” dos últimos 25 anos foram as nações menos desenvolvidas, cuja maioria possui abundância de território, porém esparsamente colonizado. De fato, não é a extensão do espaço, mas sua organização, que agora é o objetivo político da maioria das nações. (GOTTMANN, 2012, p.535).

O mercado, a representatividade internacional e o modo de produção capitalista em si não possuem relações harmoniosas com o Estado em todas suas nuances; pelo contrário, os conflitos entre ambos é que levaram a muitos dos maiores embates ideológicos, monetários e militares de nossa história recente. Nas palavras de Gottman (2012), “A riqueza econômica e o poder político nem sempre coincidiram em sua distribuição espacial.” (GOTTMANN, 2012, p. 537). Mais que isto, a partir da afirmação moderna dos Estados europeus, a ascensão do

território tornou-se mais acentuada, inclusive fomentando ideologias e políticas civilizatórias em diferentes níveis. O Estado atingiu o seu ponto máximo de preocupação prática e teórica, da sua concepção à organização interna:

De qualquer ponto de vista que tentemos observar, parece que a civilização moderna requer políticas para colocar um território, qualquer que seja seu tamanho, numa grande e vasta rede de relações ativas. A ascensão do território depende do papel que a nação atribui a si mesma na arena internacional; mas a política externa não pode fornecer a resposta completa. A organização interna do espaço tornou-se uma preocupação principal do pensamento e da ação política. (GOTTMANN, 2012, p.535).

Por isso, a territorialidade do Estado, na formação dos países, contribui principalmente para estabelecer um ponto de comparação entre identidade e diferença. Coelho Neto (2013) e também Haesbaert (2004) concordam nesta questão, o *nós* e os *outros*, aqueles que estão dentro dos limites da minha casa, o meu corpo, meu povo e iguais, em contrapartida aos desconhecidos, bárbaros, viventes para além das fronteiras do meu país. Estes pontos são levantados e trabalhados de modo mais profundo pelo autor da seguinte maneira:

A compreensão do território como um espaço com limites estabelecidos por fronteiras coloca, por conseguinte, a questão da exclusividade de apropriação e de uso, distinguindo “nós” (os incluídos, aqueles que integram o território) e os “outros” (aqueles que não fazem parte do território). Nessa perspectiva, enquadra-se adequadamente o recorte do Estado territorial, com limites estabelecidos de apropriação, uso, gestão e controle de fração do espaço, como um domínio político-estatal, cujo acesso exige a permissão de uma autoridade, de um poder instituído concentrado na figura do Estado. (COELHO NETO, 2013, p. 25).

A arte do poder, da dominação, controle e estabelecimento de fronteiras, difusão de empreendimentos sob a força de seu lastro social, estas são as considerações de Haesbaert (2004): “[...] podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder”, ou seja, são dimensões do poder, ligadas ao Estado, fortalecendo-o e definindo-o: “[...] desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2004, p. 93).

As propostas de Haesbaert ajudam a aprimorar a noção do conceito de território, acrescentando o elemento simbólico e imaginário, presentes e inerentes às sociedades humanas, e, por consequência, a concretude do ambiente em que vivem, seus países, o constructo do Estado nacional.

A dimensão política, ou seja, o conjunto de relações de poder e o contexto no qual as mesmas se entrelaçam, não pode ser deixada de lado em uma análise do território. A sua formação, afirmação e dinâmica, não apenas do ponto de vista político, mas também simbólico, são permeadas por estes fatores inerentes: “O que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil.” (SOUZA, 2009, p. 59-60).

E não apenas o campo político: os fatores econômicos também influenciam de forma direta e incisiva toda essa processualística do papel do território na formação e consolidação dos Estados nacionais: “Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades). [...] e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam ‘contemplados’ ao se lidar com o conceito (...)” (SOUZA, 2009, p. 59-60). Em outras palavras, a amplitude das dimensões do Estado é tão mais abrangente quanto maior for o desejo de se analisar a completude e complexidade dos aparelhos estatais.

Todos os esforços de territorialização do Estado se tornariam muito menos suscetíveis ao êxito se a componente simbólica não fosse considerada neste processo. Se a sociedade possui o protagonismo na formação e afirmação dos diferentes tipos de Estado, é de se esperar que as formas de organização do poder estatal busquem ao máximo uma aproximação com os indivíduos sujeitos à sua autoridade<sup>10</sup>.

Essa relação não significa, necessariamente, a existência de uma sociedade governada por organizações pacíficas ou democráticas, como se poderia supor. A eleição de símbolos e referenciais sîginicos serve para fortalecer ao máximo a maquinaria estatal, no sentido de aumentar a sua carga simbólica para a população que representa, normalmente fincados, buscados e/ou construídos em sua base concreta, territorial:

Os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais; mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta. Os vários conflitos pela defesa de fronteiras, por exemplo, demonstram que as referências espaciais permanecem relevantes para a definição ou fortalecimento de identidades. A própria memória (coletiva) de um grupo social precisa de uma referência territorial. O poder simbólico, desta maneira, pode fazer uso de elementos espaciais, representações e símbolos, constituindo uma identidade territorial. Esta é

---

<sup>10</sup> No que diz respeito a esta repartição do trabalho, o Estado e seus aparelhos, organizações e instituições são representados pela figura de um governante especificamente, Getúlio Vargas. O ex-presidente gaúcho foi o responsável por eleger a si próprio como arauto e corporificação do Estado, se automeando salvador da nação brasileira. Este contexto fez com que sejam até hoje visíveis evidências da herança ideológica da maneira de se enxergar e utilizar os aparelhos de Estado no Brasil.

definida historicamente. Os territórios e as fronteiras são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais. (SAQUET; BRISKIEVCZ, 2009, p. 6).

Desta maneira, há três pontos de confluência, interpelados pelo poderio estatal, a saber, o território, a territorialidade – que é a ligação entre as conjurações sígnicas e o espaço geográfico –, e a própria identidade, ou manifestações identitárias. Saquet e Briskievcz (2009) abordam essa questão quando afirmam que o protagonismo do simbolismo social afeta diretamente o espaço geográfico territorializado:

Sucintamente, território, territorialidade e identidade estão em complementaridade. Independente da concepção predominante, a identidade é relacional e histórica. Na abordagem cultural há centralidade para a coexistência e para a unidade das relações sociais; na abordagem que denominamos de (i)material, além deste aspecto, o caráter histórico também assume centralidade envolvendo elementos e processos culturais, econômicos e políticos. (SAQUET; BRISKIEVCZ, 2009, p. 10)

Estas são, também, as dimensões apontadas por Haesbaert (1997) como fundamentais para um olhar holístico e mais completo a respeito do território, para além de sua concepção clássica de dominação, controle e poder: “[...] o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.” (HAESBAERT, 1997, p. 41).

O protagonismo do território, por abarcar estas dimensões, transforma-o senão no principal anseio, num dos focos de maior atenção dos líderes estatais. Como visto nos mapas das figuras 12, 13 e 14, quando o extrato simbólico une-se ao estandarte estatal do poder exposto nos limites de seu território faz com que o território alcance um nível superior de significação, não apenas o controle militar, político ou ideológico, mas também o controle, ou a busca pelo domínio simbólico do mesmo:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando à disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes (HAESBAERT, 1997, p. 42).

A significação do território pode ser entendida, também, como territorialização, pois além de conferir a uma porção específica do espaço um domínio, há uma significação, uma

sublimação da concretude desta objetividade entrelaçada já na ideologia e poder. A territorialidade pode, assim, ser entendida como a modulação existencial do território.

Em outras palavras, falar sobre a territorialidade é assumir que, a depender do indivíduo ou sociedade que habita uma determinada porção do espaço geográfico, as relações de poder e culturais existentes entre estes indivíduos e o meio farão com que esta espacialidade se diferencie, por ter o aporte de pertencimento agregada em si.

De igual modo, algumas correntes do pensamento geográfico, notadamente as de cunho cultural, fenomenológico ou existencial utilizam esta relação de identidade do ser humano com o território por meio da expressão geograficidade, que pode, de igual modo, dialogar com a noção de territorialidade, com a diferença de que, neste caso, há uma inclinação maior para os fatores psicológicos e culturais do território:

Nós chegamos à conclusão de que o conceito de território, com seus componentes materiais e psicológicos, é um dispositivo psicossomático necessário para preservar a liberdade e a diversidade de comunidades separadas em um espaço acessível independente. [...]Esse tem sido, desde tempos imemoráveis, um conflito entre circulação e “iconografia”, cujos os resultados têm moldado a organização política do espaço. (GOTTMANN, 2012, p. 543).

Estes dois momentos do Estado moderno, a sua ideação corporificada nos limites do território e sua projeção simbólica por meio dos limites de suas fronteiras, serão de fundamental importância para o prosseguimento da argumentação do trabalho. Tendo como base o recorte temporal proposto, neste caso, o período de governo de Getúlio Vargas, é possível identificar estes dois momentos como parte das estratégias políticas do ex-presidente brasileiro, como estruturantes de seu projeto político nacional no início do século XX.

O desmembramento do território brasileiro, a unificação das diversidades regionais, o uso da retórica modernizadora como bandeira nacionalista, o controle da circulação da informação e dos meios de comunicação, a reificação do imaginário edênico e ufanista do Brasil e a auto incumbência de salvacionismo pátrio são alguns dos elementos que fazem parte da esteira política do ideário getulista à frente da política nacional brasileira.

## 2.2 GETÚLIO VARGAS: OS ANOS 1930, A PROPAGANDA POLÍTICA E O SALVACIONISMO PÁTRIO

Voltar a atenção aos anos 30 e 40 da República brasileira significa, além de analisar Getúlio Vargas como figura notória deste período, também conjugar uma época de franco desenvolvimento de tecnologias da informação, especificamente o rádio e a mídia impressa, além de aspectos como a tecnificação, aumento populacional, crescimento das cidades, etc. Em conjunto com estes aspectos, havia a profunda aliança entre o Estado, representado por Vargas, e este aparato técnico e informacional em ascensão, formando as bases da exploração da propaganda política como fundamento do poder.

Estes são os elementos que serão aprofundados nesta etapa do trabalho, de modo a unificar as primeiras considerações a respeito do Estado e sua teorização em complemento à sua realidade específica brasileira no recorte temporal selecionado. Conforme trabalhado no tópico anterior, o aumento do poder de alguns governantes frequentemente leva estes representantes do Estado a corporificá-lo em si mesmos, seja de forma literal, ou em uso de uma amplitude concreta de maior impacto e alcance, como é o caso do território – em ambos, os casos o Leviatã se levanta em sua imponência. Getúlio Vargas é, sem dúvida, o governante brasileiro que melhor representa esta corporificação do poder do Estado, ao projetar em si mesmo os desígnios da nação. Houve o uso de uma retórica com forte apelo popular, da força militar, e a criação de um projeto futurista de nacionalismo e modernismo territorial. O *projeto* getulista pode ser dividido em três grandes pilares de estruturação: a centralização do poder estatal e a propaganda política, a modernização do território e a busca pelo fundamento simbólico de uma identidade nacional brasileira.

Numa outra vertente, em continuidade com a argumentação exposta na primeira parte desta Tese, verificam-se os sinais do edenismo territorial nas falas, projetos, ações e situações do período getulista. O ufanismo pautou, de diferentes maneiras, a lógica governista de Vargas. Por esta razão, em muitos discursos do então presidente, é possível encontrar elementos retóricos que evidenciam essa ufanía. Outros elementos podem ser classificados como recurso de apoio a todo este cenário, como, por exemplo: cartazes e documentos propagandísticos; os já referidos discursos presidenciais; produção literária e/ou artísticas (não sendo possível um aprofundamento específico para cada obra ou autor); a fundação de órgãos específicos de gestão de informações fundamentais para o projeto nacional varguista, pautado em pilares como a modernização e tecnificação do território brasileiro, dentre outros.

### 2.2.1 A centralização do poder estatal e a propaganda política

A imagem do indivíduo que lidera todo um povo para sua salvação é uma tópica em diferentes referências míticas e místicas ao redor do mundo. No caso da ufanía edênica americana e brasileira, especificamente, encontramos algumas representações pontuais dessa prática, embebidas de todo um contexto político, como o populismo getulista, ou, mais adiante, o desenvolvimentismo e integralismo. A recorrência do messias deve ser mencionada e levada em consideração na análise por ser fundamental para a compreensão de todo este período.

O messianismo getulista foi construído ao longo de vários anos de instauração de uma escalada de poder, de forma a centralizá-lo na figura de Vargas como mito nacional, como figura responsável pela salvação da pátria. Como visto anteriormente, as características territoriais de um Estado nacional podem, e normalmente são, utilizadas para conferir uma força muito maior ao simbolismo do chefe de Estado, muitas vezes representando-o como parte principal da parte física da nação que projeta em sua própria pessoa e nas fronteiras de seu espaço geográfico.

As colocações de Rossi (2007) sobre o messias, no âmbito brasileiro, enriquecem o debate na medida em que tratam da temática no seu enraizamento em pilares míticos mais profundos, histórica e geograficamente: O Paraíso Terreal. Deste modo, os fundamentos míticos fundacionais da América como sendo o Éden terreno já tinham sido estabelecidos muito antes da ascensão de nomes consagrados pela historiografia política brasileira, bastava a confluência entre o embasamento e heranças histórica e ufanista com os interesses e intencionalidades salvacionistas:

O messias, seja ele qual for, vem cumprir a plenitude da expectativa das pessoas. Realiza de modo pleno o conceito transcendental do seu momento. Às vezes pensa-se que todos os messianismos estão rompidos (políticos, sociais, eclesiásticos) e, assim, o ser humano atual não teria onde encontrar a satisfação de suas necessidades. Contudo, o mito da abundância e do paraíso está profundamente arraigado à própria densidade do real. Um local de fartura e de exuberância por natureza onde há abundância de vinho, pão, carne e de qualquer alimento que seja bom para o ser humano. Um lugar onde impera o igualitarismo social e o clima é suave. Também não há inverno. As fontes de águas são curativas e, conseqüentemente, a expectativa de vida é alta. Até mesmo as frutas nascem no lugar da grama. Contudo, a realidade é sobremaneira caótica e repleta de contradições. Vive-se com os pés plantados na carência e com os olhos - olhares contemplativos - num reino de abundância e de fartura. (ROSSI, 2007, p. 3)



Getúlio Vargas, ao longo de sua escalada em direção ao domínio da política brasileira, almeja, trabalha e difunde, de diferentes maneiras, sua disposição em transformar-se, ele próprio, num mito, um novo messias que guiará a população brasileira para a sua salvação, com base, principalmente, nas riquezas de seu território.

Mais que uma mera especulação política, a mitificação do indivíduo confere-lhe um diferencial em relação aos outros membros do corpo político, e ao restante do povo como um todo. O extrato existencial desta pessoa ultrapassa sua condição de ente como os outros, contribuindo para erigir um status superior de simbolismo do poder social exercido pela mesma: “O mito seria um instrumental que forneceria modelos para o comportamento humano e, por isso, conferindo-lhe significado e valor à existência.” (ROSSI, 2007, p. 5).

A valoração do mito getulista se sustentará em premissas simbólicas, concretas, histórica e geográficas de amplo alcance. Foram buscadas referências nos aspectos físicos do país, mas também em sua historicidade, ao mesmo tempo em que, tanto pela informação (sua produção e difusão), como pela construção de uma estrutura espacial, criou-se uma base sólida para o reforço do mito do personagem salvador, e outras referências simbólicas e imagéticas preexistentes foram aproveitadas, como o edenismo e a ufanía territorial, na composição de uma complexa e intrincada rede de manutenção do poder estatal por longos anos de domínio ideológico do Estado brasileiro.

O filósofo Antonio Gramsci (2007) enfatiza que, nas análises histórico-políticas, devemos precaver-nos de dois “erros” de excesso: a possibilidade de cairmos em economicismos ou ideologismos, ambos para a construção de uma compreensão do que é orgânico e ocasional. O autor utiliza esta explanação para sua conceituação a respeito da formação dos Estados nacionais europeus tardios no final do século XIX (Itália e Alemanha), tratando de três momentos que podem ajudar neste olhar para a relação de forças sociais no movimento da história.

Nessa relação de forças, bases fundamentais do jogo de interesses entre, por exemplo, o Estado, a sociedade, e a firmação nacional de um povo, o autor já coloca de antemão a situação estrutural e supraestrutural de tal cenário: “1) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas.” E, por defender e expandir as bases marxistas de seu pensamento basilar, ambienta sua argumentação no campo do materialismo histórico e dialético, na questão dos modos de produção: “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção têm-se os agrupamentos sociais, cada um

dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada própria produção.” (GRAMSCI, p. 40).

Posteriormente há, inevitavelmente, a importância do lado político que, muitas vezes, assume o papel de pivô dos acontecimentos históricos de determinadas realidades nacionais: “2) O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais.” Neste ponto, a escolha, nesta pesquisa, dos períodos históricos referenciados nas fases de nosso percurso político se enquadra nestas considerações do autor, que ainda complementa seu posicionamento: “Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. Manifestações econômico-corporativas, interesses coletivos, etc.” (GRAMSCI, 2007, p. 41).

No segundo momento mencionado pelo autor, encontramos ressonâncias da maneira como o Estado Novo erigiu-se no Brasil, como vetor motriz do desenvolvimento nacional, perfil este que encontramos ainda durante os governos desenvolvimentistas e, posteriormente, na ditadura militar:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2007, p. 41-42).

Por fim, há a formação de bases ideológicas dos Estados nacionais. O encaixe de tais argumentações no contexto de análises sobre o(s) nacionalismo(s) ecoa no caso brasileiro, abordado no primeiro capítulo em relação ao seu fardo canônico do mito edênico, característico desde o início de sua colonização europeia. Inclusive, o terceiro momento abordado por Gramsci (2007) acaba por inserir-se perfeitamente em um dos amálgamas da história política brasileira, que é a presença do militarismo em diferentes momentos, dos primeiros anos republicanos às ditaduras getulista e militar do final dos anos 1960, perpassando como sombra de pêndulo decisório no desenvolvimentismo.

Em outras palavras – e, novamente, se resgatarmos a fundamentação marxista (e por continuidade teórica, leituras de Friedrich Hegel) do autor, há algo de intrínseco, como crítica,

da problemática da razão histórica nas mãos dos grupos dominantes e\ou hegemônicos. Nas palavras do próprio Gramsci (2007),

3) O terceiro momento é o da relação das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta. (O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo.) Mas também esse momento não é indistinto e identificável imediatamente de forma esquemática; também nele podem-se distinguir dois graus: o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de políticomilitar. NO curso da história, estes dois graus se apresentaram numa grande variedade de combinações. Um exemplo típico, que pode servir como demonstração-limite, é o da relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que procura alcançar sua independência estatal. (GRAMSCI, 2007, p. 43).

Portanto, a consolidação de Getúlio Vargas como um mito, detentor do poder de salvação da população brasileira, é o fator a ser considerado como aglutinador da própria noção de poder centralizado, da formação do Estado nacional brasileiro, da influência mítica do edenismo, de sua emulação como figura responsável pela salvação do país, etc., que será observável durante toda a sua trajetória política (DURANDIN, 1997). O simbolismo mítico e a difusão informacional pelas propagandas políticas caminham juntos neste processo, sendo impossível analisar uma vertente sem considerar a outra.

A ditadura getulista se apropriou da programação das emissoras para atingir e estimular a imaginação dos ouvintes. A meta era despertar nos brasileiros o sentimento de comunidade, de participação na construção da nação, de identidade nacional. O período ditatorial do Estado Novo também criou o mito Vargas. O culto à personalidade do chefe da Nação - em livros para crianças, fotos, filmes, festividades, cerimônias oficiais, músicas e programas de rádio - era uma maneira de substituir as liberdades políticas. (SILVA, 2002, p. 11).

O Estado Novo estava inserido num contexto muito maior. À época da subida de Getúlio Vargas ao poder, tomava lugar, no continente europeu, a decadência de um período de delicadas relações diplomáticas, que acabou por levar a duas grandes guerras mundiais. Essas informações são relevantes na medida em que Vargas é comumente comparado a duas personalidades europeias, Adolf Hitler (1889-1945) e Benito Mussolini (1880-1945):

As décadas de 1930-40 também são tempos de grandes mudanças no mundo da comunicação. O aperfeiçoamento das técnicas de impressão, assim como a popularização do rádio e do cinema, proporcionou à propaganda circular mais rápida e eficazmente entre a população. A fim de delimitar o que estamos entendendo por propaganda política, proponho uma rápida passagem por outras propagandas que não a varguista, apenas a título de exemplificar outras formas de utilização da propaganda, não implicando, contudo, em nenhum tipo de comparação ou alinhamento de seus conteúdos. A intenção é apenas observar que em vários países,

assim como no Brasil, a propaganda política caminhava no sentido da profissionalização e da sistematização de seus métodos. (REGAL, 2002, p. 17).

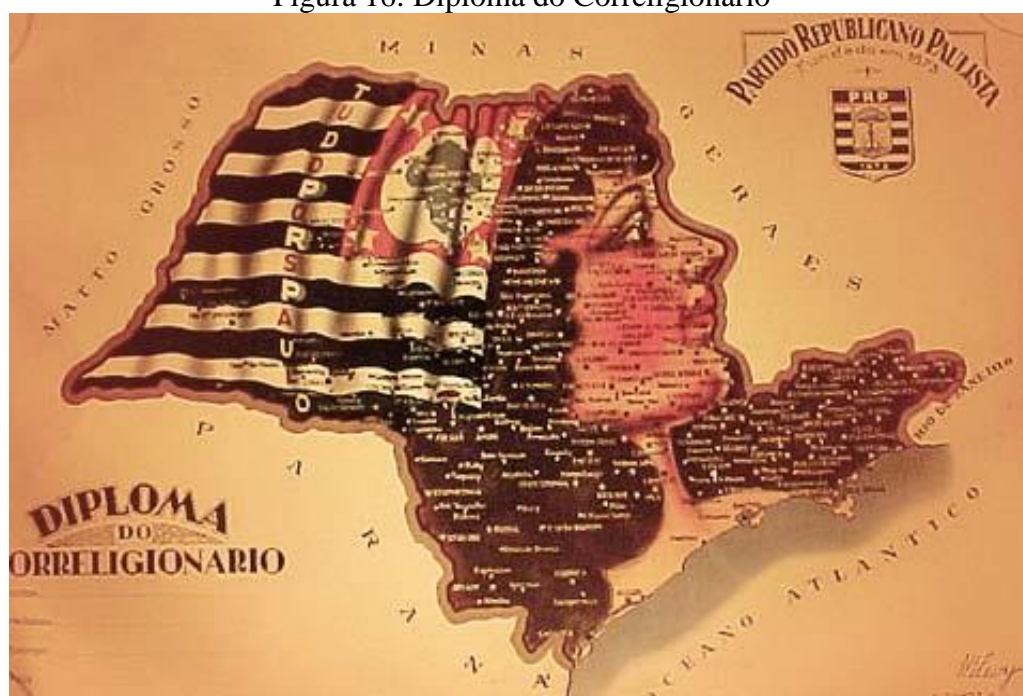
A autora cita Mussolini, Roosevelt, Hitler e Lenin, cujo fazer político comprova sua hipótese, de como, naqueles tempos, o Estado tinha como pano de fundo um colosso governamental representado por uma figura forte, que, ao mesmo tempo em que expressava virilidade e ordenação estatal, também aferia seu poder por meio da relação com o povo, em aproximações expressivas às camadas mais desfavorecidas da população, por meio da retórica, do imaginário patriótico e de um discurso modernista engajado em um profundo nacionalismo ufanista.

Esta é a visão de Regal (2002) quando analisa o momento histórico de surgimento do Estado Novo no Brasil, pois existe tanto o crescimento de uma política voltada para o controle máximo da sociedade, informação e militarismo, como também a chegada de novas posturas de incentivo de atendimentos e preocupações de âmbito social por parte dos aparelhos estatais, principalmente por conta da imensa crise econômica das primeiras décadas do século XX, a que o Brasil não ficou alheio:

Produto de seu tempo, o Estado Novo nasce num momento em que o mundo passa por uma gigantesca mudança de foco. A questão social se coloca no centro das discussões, provocando um rearranjo político. Assim sendo, o Estado Novo apresentou-se à sociedade brasileira como uma democracia social, em que o homem era o principal foco das preocupações do Estado e o trabalho, o veículo condutor da nova ordem. Se por um lado, as formas de governo totalitárias anulavam os indivíduos a ponto de subordiná-los completamente, por outro lado as experiências liberais se colocavam como expectadoras passivas das questões sociais, abandonando os indivíduos à sua própria sorte. Cabia buscar uma forma de governo em que o Estado se relacionasse com a população, voltando para ela suas atenções. (REGAL, 2002, p. 11).

Por coincidência ou não, é este o cenário, por exemplo, do principal conflito político e armado que o governo de Getúlio Vargas enfrentou, na década de 1930. A seguir, apresentamos dois mapas do estado de São Paulo, líder do movimento constitucionalista de 1932 contra o Estado Novo, nos quais se pode observar a mesma técnica de antropomorfização cartográfica para demonstrar o desejo por meio dos mapas (figura 16). Destaca-se o uso de recursos imagéticos para amplificar o impacto do conflito territorializado, em busca do poder do Estado entre os que estavam no poder, e os que em suas decisões não estavam presentes:

Figura 16: Diploma do Correligionário



Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932>

Figura 17: Mapa estado de São Paulo, Revolução de 1932



Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932>

Estes mapas foram elaborados em meio a uma das maiores crises de afirmação política e eventos bélicos durante o governo getulista, a Revolução paulista de 1932. Em 1938, houve uma segunda tentativa de retirar Getúlio Vargas do poder, por meio da Intentona Integralista,

também sem sucesso, mesmo com o apoio de diferentes frentes das antigas oligarquias pré Estado Novo e segmentos das forças armadas.

Esses mapas representam a imposição e o enfrentamento do Estado Novo no auge de sua instauração por Getúlio Vargas, ou seja, dois anos após a chegada da nova ordem (1932); o então presidente permaneceria no poder por mais de uma década, sem contar com sua segunda passagem, esta por meio democrático, no idos de 1950, e a situação governista massacraria a oposição. As imagens presentes nestes mapas demarcam a força da representação no período em termos de ufania e enfrentamento do governo estabelecido; a potência sígnica das mídias impressa e radiofônica serão uma constante durante todo este período.

Com Vargas, a política, e sua propaganda, chegaram a outro nível de produção, difusão e potência social. Por meio do uso de todo o aparato técnico e informacional disponível na época, o ex-presidente brasileiro fez com que sua imagem, ideias e ações chegassem aos limites do território brasileiro, aumentando ainda mais seu poder em relação à população brasileira. Essa nova era da política brasileira é um dos focos de estudos de Regal (2002): “A chegada de Getúlio Vargas ao poder marcou o início de grandes modificações no cenário político brasileiro, inclusive em termos de propaganda. A principal mudança talvez tenha sido a introdução de um novo ator social no mundo da política: os trabalhadores.” (REGAL, 2002, p. 29).

Essa grande mudança não se deu apenas do ponto de vista técnico, mas também dos responsáveis pela circulação da informação. Não por acaso, em 1936, no discurso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, no dia 16 de julho do mesmo ano, Getúlio Vargas disserta sobre a missão social da imprensa, logicamente prevendo a importância que a mesma teria no sucesso ou fracasso de seu projeto nacional, numa relação de afagos e ataques que durou décadas. Nas palavras do próprio Vargas (1936), essas questões giravam em torno da ordem política e do papel dos meios de comunicação:

Assim pensando, por convicção e experiência, tornou-se para mim perfeitamente natural manter com os jornalistas relações de inalterável cordialidade, alheio a preferências de ordem política ou pessoal. Habituei-me a receber encômios e juízos críticos com a mesma serenidade. Se aqueles não me embriagam, estes jamais me fazem mal humorado. Peso-os por igual, para verificar o que há de verdade nuns e noutros e apreciá-los com tranqüila razão. Coerente com essa conduta, procurei sempre prestigiar a Imprensa, ouvindo atentamente as suas sugestões e auxiliando as iniciativas de interesse da classe, em colaboração com o órgão que a defende e representa. (VARGAS, 1936, p. 173).

No trecho reproduzido de um dos discursos de Vargas, o imaginário social figurava como uma das principais preocupações do projeto nacional do Estado Novo, e atingir a camada mais pobre da população era fundamental para o sucesso do seu programa governamental, explicando, em grande parte, o porquê de tanto investimento na propaganda política e na exposição simbólica do chefe de Estado como representante da salvação do país: “Na concepção estadonovista a nação era formada por pessoas, seres humanos com quem o Estado deveria se relacionar de forma afetiva e inteligente, sendo que este Estado também era humanizado, personificado na figura de Getúlio Vargas.” (REGAL, 2002, p. 34).

Do ponto de vista da cultura de massa, a propaganda política do período getulista proveu aos aparelhos de Estado todo o extrato simbólico, cultural e mercadológico – sim, pois uma nação forte é sinônimo de riqueza, e os órgãos de governo criados para promover esta assertiva justificam esta situação – necessário para sua sustentação por anos a fio no comando do Brasil.

A propaganda política não era apenas um desejo do governo getulista, mas também parte fundamental de sua estrutura. “Segundo a propaganda do regime, o líder realizava as aspirações populares antes mesmo que fossem reivindicadas, porque era dotado de uma qualidade imprescindível ao chefe da nação: a clarividência.” (REGAL, 2002, p. 34). De mesma opinião de Regal (2002), mas mais focado nos veículos de circulação de notícias, Paschoal (2010) afirma, sobre a propaganda política neste contexto, que

A autorização para a publicidade e propaganda nas ondas do rádio atraiu um maior número de ouvintes, chamando a atenção de Getúlio para uma nova modalidade de contato com a população, haja vista que a maioria analfabeta não tinha acesso a jornais e folhetins; o rádio possuía outra vantagem: o longo alcance de suas ondas permitiam que a voz do presidente chegasse aos confins do Brasil, aproximando o presidente de quem “mais precisava”. Em 1940, estatizou a Rádio Nacional, tornando-a “vitrine” do Estado Novo. Introduziu-se assim, nesta emissora, parte significativa do plano político para emissões oficiais – Hora do Brasil, Repórter Esso, etc. Este processo envolveu também as Revistas da Rio Editora, ambas pertencentes à empresa jornalística A Noite, com a assinatura do decreto lei nº 2.073, que criava as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. (PASCHOAL, 2010, p. 3).

O departamento de imprensa de Vargas foi pensado para agir em duas frentes, até certo ponto contrárias, mas complementares. Uma delas era a de fomentar e contribuir para a divulgação dos feitos políticos do presidente, desde materiais didáticos e literários, até a presença de imagens e reportagens em folhetins, programas de rádio e revistas da época (JAMBEIRO, 2004). Por outro lado, havia a função censuradora da instituição, pois um dos

objetivos de Vargas, em seus anos no poder, era manter a sua projeção imagética de mito nacional imaculada, resistente aos constantes ataques da oposição.

Paschoal (2010), sobre essas mesmas características do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), mostra ainda outros campos de atuação do órgão, como teatro e turismo. É, assim, por meio do controle da informação que, durante sua passagem pelo poder presidencial brasileiro, Vargas foi ora visto como o salvador da pátria, conforme seus próprios encartes o denominavam, ora como um irredutível ditador, obcecado pelo poder, controle e domínio de tudo o que estava ao seu redor:

O DIP possuía setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo, imprensa e literatura social e política. Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer a censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos musicais, conferências e projetos monográficos sobre a História do Brasil, estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. (PASCHOAL, 2010 p. 5)

A censura política foi a principal estratégia de gestão dos objetivos do ex-presidente. Ele garantiu, assim, a força de sua popularidade e populismo; havia, de fato, uma familiarização cada vez maior da população com seu representante governamental. Dominar os meios difusores de informação é, ainda hoje, o melhor meio para se atingir tal objetivo: “No regime getulista, a cultura foi politizada. Em vista disso temos que o governo criou seus próprios aparatos culturais, que difundiam a ideologia oficial para o conjunto da sociedade”. As frentes de ação dessa estratégia eram muitas, como aponta o autor: “No ramo dos periódicos, as revistas Cultura Política, Ciência Política, Estudos e Conferências. Entre os jornais e outras de caráter efêmero, vimos Brasil Novo e Planalto.” (PASCHOAL, 2010, p. 9). Essas ações estratégicas, de controle da produção e circulação da informação pela censura, repetir-se-ia com muito mais força de coerção, décadas depois, na ditadura militar.

Essas diferentes frentes de ação evidenciam que tornar crível o mito do salvador da nação requeria embasamento cultural, geográfico, histórico e intelectual, na totalidade do projeto político estadonovista. Esses são os principais motivos porque existiram tamanhos esforços nessas direções por parte dos órgãos de governo getulistas, como o próprio departamento de propaganda. Desta maneira, jornalistas, intelectuais, escritores e formadores de opinião em geral foram angariados com o intuito de fornecer esta base de conhecimento para os desígnios do Estado Novo, e, mesmo que alguns deles não estivessem necessariamente alinhados com o programa de governo estabelecido, suas produções eram de



suma importância para dar corpo ao discurso de elaboração de um escopo teórico endêmico, peça matriz no projeto nacional getulista:

Os intelectuais tinham um papel de fundamental importância na estruturação da “nova ordem”. Formadores da opinião pública, a eles cabia a função de unir governo e povo, traduzindo a voz da sociedade. A revista contava com a colaboração da nata da intelectualidade brasileira, abrigando as mais diversas correntes de pensamento. Entre seus colaboradores estavam os próprios ideólogos do regime: além de Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo. Todavia, mesmo possuindo algumas idéias divergentes, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré também colaboraram com artigos. Era participar ou passar a ser considerado elemento subversivo contra o regime e o Brasil, sofrendo com prisões, perseguições, exílios e torturas constantes. (PASCHOAL, 2010, p. 9-10).

Estabeleceu-se, assim, a aliança entre conhecimento e poder, e, entre ambos, os interesses dos possuidores da dominância no período em questão. Portanto, não é por acaso que, durante os anos de 1930 e início da década de 1940, tantos pensadores e pesquisadores de diferentes áreas conseguiram atingir um grau de visibilidade para seus trabalhos nunca antes visto na historiografia brasileira, pois, naquele momento, buscou-se saber tanto quanto possível sobre o Brasil, em forma de dados, críticas, resenhas, prosa, verso, notícias e informações de todo o tipo. Em outras palavras, tomava forma um verdadeiro cânone cultural, simbólico e científico – no qual o edenismo encontrou ecos e fortes alicerces de referência como exaltação ou crítica –, como notado por Kothe (2004) no recorte literário brasileiro das primeiras fases republicanas do país.

A informação una e simples transmutava-se em conhecimento, e, a partir disso, em instrumento de poder e dominação social. Conhecer o próprio país tornou-se um ponto de inflexão para o sucesso do projeto político getulista, mobilizando todas as possibilidades técnicas disponíveis na época. Nesse sentido, as palavras do próprio ex-presidente podem demonstrar o vigor dessa relação entre o conhecimento e o poder (político) do período:

Com as campanhas dos mapas municipais e do levantamento intensivo das coordenadas geográficas, a primeira dessa já encerrada e a segunda em andamento, não ficou, porém, terminado o problema da atualização da carta geográfica do Brasil. Outras providências tornaram-se necessárias: A coleta de material cartográfico que sirva de elemento subsidiário para a confecção de tão útil quanto importante documento constitui, de há muito, tarefa de mais alta importância e, por isso, funcionários especializados do Conselho Nacional de Geografia vem realizando pesquisas nas mapotecas federais e estaduais, com resultados apreciáveis. (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1942, p. 413).

Na forma de pensar de Vargas está, em germe, o conceito de funcionamento dos órgãos estatísticos fundados no período, que é a expansão máxima, em todo o território, de centrais ou filiais de coleta e análise da maior quantidade possível de dados referentes a todo tipo de informação a respeito do Estado nacional brasileiro:

O prosseguimento dos referidos trabalhos veio depois demonstrar que não somente as sedes municipais deviam possuir suas coordenadas geográficas mas ainda muitos outros pontos do território, tais como vilas, regiões especiais de divisas e acidentes importantes, necessitavam de análogas operações para a correção de erros e omissões existentes nos mapas municipais. (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1942, p. 413).

Ainda no pilar social de sua propaganda, Vargas utilizou os meandros legislativos para aumentar sua popularidade e poder perante a população, com diversas iniciativas de valorização ou regularização do trabalho assalariado no Brasil, muitas delas existentes até os dias atuais: “Essa inclusão se deu principalmente através de duas ferramentas: a legislação social voltada para os trabalhadores urbanos e a intensa propaganda governamental montada em torno da figura de Vargas com o objetivo de buscar no proletariado uma base de sustentação de seu governo.” (REGAL, 2002, p. 29).

Criava-se a imagem de uma sociedade homogeneizada e massificada em que os interesses divergentes das classes e frações ficavam diluídos no “interesse do povo” ou da “nação”. A qualificação “trabalhador” era a categoria utilizada para simplificação onde os empregados, além de iguais aos patrões, são postos lado a lado com Getúlio, “o maior trabalhador” [...]. (GARCIA, 1982, p.113).

A propaganda política, nestes moldes, tinha como principal características o esforço de uma tradução simbólica do ideologismo nacionalista do projeto político do Estado Novo, voltando seu conteúdo especialmente às classes sociais mais pobres da população. É isso o que defende Garcia (1982), quando afirma que havia uma adequação discursiva da propaganda política em função do público que a mesma se direcionava:

A elaboração da ideologia deveria ser realizada pela adequação dos seus componentes às condições dos receptores, de modo a permitir que as mensagens fossem passíveis de serem compreendidas e aceitas. Assim, era necessário considerar, em relação às classes subalternas, o seu nível cultural médio, a forma como estavam inseridas no sistema social, as ideias às quais haviam sido expostas e seus interesses manifestos. (GARCIA, 1982, p. 103).

Assim, houve ampla utilização de recursos imagéticos durante toda a passagem de Getúlio Vargas pelo poder, para promover a sua propaganda política ostensivamente por todo

o território. E, de igual modo, o rádio possibilitava esse exercício de tradução ideológica, já que, em função da decadente realidade histórica de analfabetismo no país, a mensagem em som era o melhor meio de se chegar à estas populações, nicho principal de impacto da retórica de Vargas.

Nas palavras do próprio ex-presidente, “A Imprensa brasileira aperfeiçoa, dia a dia, o seu contacto com a opinião. Os modernos processos de publicidade, estimulados pela aparelhagem técnica, asseguram-lhe maiores possibilidades de desenvolvimento e novos recursos de difusão ao alcance de todas as camadas sociais.” (VARGAS, 1936, p. 173). A mão que afaga os meios de comunicação como oráculos da modernidade, contudo, é também é a mesma que promoverá a censura, infiltrando-se nos mesmos com todo o rigor possível de seleção e divulgação premeditada de informações que correspondia=? aos interesses do Estado Novo:

Ainda dentro da área de divulgação do ideário estadonovista, o DIP lançou diversas publicações, entre as quais a de maior destaque foi Cultura Política - Revista Mensal de Estudos Brasileiros. A revista tinha como propostas principais a promoção de nova concepção de cultura, unificando a ordem política e social sob a égide do Estado, e o esclarecimento do rumo das transformações políticas e sociais em curso no país. Por outro lado, as relações do DIP com a imprensa caracterizaram-se sempre pela ocorrência de numerosos atritos. Já em março de 1940, registrou-se um dos casos mais notórios de intervenção em jornais, com a invasão pela polícia de O Estado de S. Paulo; o jornal permaneceu sob intervenção do DIP até o final do Estado Novo. Ainda em 1940, o DIP teve seu poder ampliado com a instalação, em cada estado do país, de um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), com suas mesmas atribuições. O poder do DIP começou a ruir com a proximidade do fim da guerra e a vitória dos aliados. Avaliada a inexequibilidade dos objetivos para os quais havia sido criado, e diante da crescente pressão popular pelo fim de todos os órgãos cerceadores da liberdade criados durante a vigência do Estado Novo, o DIP foi extinto em 25 de maio de 1945.

A instalação de um órgão de produção, difusão e controle da circulação das informações referentes às ações do governo foi gradual e planejada pelo Estado Novo. Em diferentes momentos, ao longo de anos de comando do Estado brasileiro<sup>11</sup>, muitos

---

<sup>11</sup> A relação de Vargas com a imprensa perdurou nos anos seguintes à sua primeira passagem na presidência, numa relação de aproximação e ataques mútuos, entre ideologias e jogos de poder: “Ao iniciar sua volta ao poder em 1951, Vargas não contou com o apoio da imprensa escrita e falada de maior circulação no país. Sua campanha política foi feita com a utilização de caminhões equipados com alto-falantes e de volantes impressos que divulgavam seu programa de governo. A imprensa, na verdade, atacou violentamente as propostas políticas, econômicas e sociais do candidato Vargas. Essa recusa em apoiar a volta de Vargas estava referenciada principalmente ao período do Estado Novo, quando se criou uma imagem negativa do ditador entre intelectuais e jornalistas. Estes últimos se lembravam de que a Constituição de 1937 abolira a liberdade de expressão do pensamento e de que todos os meios de comunicação foram então submetidos à censura. Para divulgar as realizações de seu governo, Vargas incentivou a criação da *Última Hora*, jornal inovador que introduziu uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil. A *Última Hora*, criada pelo

departamentos e órgãos governamentais com tais funções perpassaram o projeto político getulista, de forma a garantir, ora por vias pacíficas, ora através de atritos ideológicos, a estabilidade de seu poder, à frente do Brasil, como seu autodenominado salvador:

Com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar as atividades do Departamento Nacional de Propaganda, Vargas criou, em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda, extinguindo, através do mesmo decreto, o DNP. A direção geral do novo departamento permaneceu nas mãos de Lourival Fontes, diretor do antigo órgão. A partir da criação do DIP, todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, constituindo o grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. O DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime. Comemorações do Estado Nacional, 1937 - 1942, na voz das classes e na palavra do chefe, publicado pelo DIP em 1943. De acordo com o decreto que lhe deu origem, tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. (ABREU, 2014, s/p).

Expressões propagandísticas como *o amigo das crianças* e *o pai dos pobres* serviram de slogan político utilizado nas diversas mídias, rádio, jornal, cartilhas políticas, etc. Como difundido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o presidente era o amigo das crianças, o pai dos pobres, e, enfim, o salvador do povo e o protetor da nação.

O DPDC era responsável por parte dessa produção informacional, envolvendo eventos pátrios, realizações governamentais e todo um ufanismo estatal, como visto no exemplo da figura 18, com alguns destes títulos:

---

jornalista Samuel Wainer em junho de 1951, além de contar com recursos advindos do banqueiro Walter Moreira Sales e do Banco Hipotecário de Crédito Real de Minas Gerais, obteve apoio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Obter recursos do governo não era algo excepcional, já que a maioria das empresas jornalísticas do país dependia da importação de papel, que era subsidiada pelo governo.” (ABREU, 2014, s/p)

Figura 18: Publicações relacionadas à Era Vargas e ao DIP



Fonte: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/)

No entanto, o poder do DIP ruiu juntamente com toda a estrutura que jazia por entre os representantes de Estado em voga desde a Primeira Grande Guerra. Deste modo, não foi por coincidência, que, por desgaste político, enfraquecimento econômico e falta de base aliada que o Estado Novo se desfez em 1945, mesmo ano do findar do maior conflito armado de nossa história, deixando em cinzas os totalitarismos provenientes de antigos nacionalismos tardios na Itália, Alemanha, e também Espanha e Áustria (HOBSBAWM, 2002).

Toda a estrutura do poder de Getúlio Vargas pode ser, em linhas gerais, organizada em pilares de ação, principalmente o trabalho, a família e o Estado, que coincidem com alguns dos temas erigidos e defendidos pela Modernidade. O diferencial do período de governo de Vargas, e de seus sucessores, foi o amplo uso do apelo telúrico do Brasil em sua matriz ufanista, na conjunção entre imaginário político, ufanismo edênico e a projeção progressista e integracionista de uma ideologia espacial.

### 2.2.2 Modernização do território

O projeto getulista de governo tinha como um de seus principais fundamentos o olhar para o futuro na invenção de um novo país, com novos símbolos, heróis, referências culturais, alinhamento histórico e organização de poder; este projeto multifacetado ficou conhecido como o Estado Novo, que se assentava nos pilares da família, do Estado, todos em sintonia com uma discursividade ufanista, futurista e salvacionista.

No que dizia respeito ao braço modernizador do projeto político getulista, este era tomado com cuidados especiais, pois representava o carro de frente da força propagandística do governo, e da afirmação do Estado Novo em meio a um contexto de grandes turbulências políticas. Modernizar, portanto, significava trazer benesses tanto econômicas como sociais para o Brasil. Os meios para se chegar a estes objetivos foram de instauração de campanhas de colonizações de áreas mais hostis do território, como Nordeste e Norte, segundo o ex-presidente Vargas – fala recorrente em seus discursos e escritos, e em muitos dos analistas de sua carreira política no Brasil –, a maior aproximação às relações internacionais de investimentos no território brasileiro.

Esta época, dos anos mais fortes do Estado Novo, é, portanto, a resultante de um processo originário desde pelo menos a segunda metade do Império, que, talvez inevitavelmente, ocorreria em maior ou menor escala independentemente do governo que estivesse à frente do Estado brasileiro. Por esta razão, devemos procurar compreender a complexidade do período através de sua fase pregressa, ou seja, na ambição capitalista e iniciação industrial do Brasil já na fase final dos anos de império. As crises políticas enfrentadas em meio às ideias e ações da política getulista atestam a profundidade deste momento derradeiro de passagem de uma fase econômica para outra, em novos rumos para o Estado nacional brasileiro.

A retórica da modernização do Brasil e sua colocação nos trilhos do futuro era enraizada não só nos pilares discursivos supracitados, mas, de igual modo, em uma complexa e organizada ideologia espacial, executada pelos aparelhos de Estado com o uso de todos os recursos concretos e simbólicos disponíveis. Deste modo, o imaginário edênico, historicamente entrelaçado ao mito fundacional brasileiro, serviu como principal ponte de expansão para as ações da política getulista, de maneira a inverter, inclusive, a interpretação do Paraíso Terreal, agora visto como obstáculo para a missão nacional do povo brasileiro em busca de sua prosperidade e progresso, e não apenas como contemplação imagética e sônica dos elementos constituintes do fardo edenista, agora visualizados pelo olhar da produção, da

extração, exploração e capitalização dos recursos disponíveis em prol do alcance da modernização do país.

A força da indústria e do progresso na elaboração do “tornar-se moderno”, segundo Inkeles e Smith (1974), é o que acaba por justificar, caracterizar e conferir potência ao discurso modernizador, industrial e civilizador, vindo na esteira do *Esclarecimento* europeu. Para os autores,

O termo “moderno” tem muitos significados e muitas conotações e não se aplica somente aos homens mas, também, às nações, aos sistemas políticos e econômicos, às cidades, às instituições como as escolas e hospitais, à habitação, à roupas e às maneiras. No seu sentido literal, a palavra se refere a qualquer coisa que tenha recentemente substituído outras que, no passado, eram perfeitamente aceitas. [...] Uma linha de pensamento coloca a sociedade como o centro das atenções. Os aspectos definitivos de uma sociedade moderna devem incluir educação de massa, urbanização, industrialização, burocratização e meios rápidos de comunicação e de transporte. [...] O moderno, então, poderia ser concebido como uma forma de civilização característica de nossa época atual, assim como o feudalismo ou os grandes impérios da antiguidade foram característicos de épocas históricas anteriores. (INKELES; SMITH, 1974, p. 15).

Por estas razões, o discurso de Vargas continha, em si, tanto o messianismo do próprio chefe de Estado, como também alçava para a coletividade a missão de entrada no futuro ao qual pertencia o Brasil, em busca de sua modernidade, industrialização, definição territorial, extrato cultural e referência política. E, de forma concreta, o próprio território brasileiro serviu como principal base de defesa de toda essa ideação progressista, tendo em vista as vastas regiões ainda por serem exploradas, transformadas em finalidades de uso político e econômicos, e um imenso capital humano passível de direcionamento cultural e ideológico. A retórica getulista fortalecia-se em níveis nunca antes vistos na historiografia do Estado brasileiro.

Em outras palavras, esta é a busca pela modernidade, ou, segundo Getúlio Vargas, o homem moderno, e sua finalidade, sua rota histórica em direção ao futuro. No caso do território brasileiro, essa missão foi direcionada a pontos específicos do país, para o Norte e Nordeste, objetos de desejo do projeto de dominação e controle do Éden terreno. O uso de termos como pátria, fé, trabalho, responsabilidade, riqueza e possibilidade endossam ainda mais essa postura do ex-presidente brasileiro, fortalecendo seu impacto cultural e ideológico na construção de um projeto nacional para o Brasil, pautado numa missão modernizadora de suas fronteiras:

Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir. Sois brasileiros e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres nesta hora que vai definir os nossos destinos de Nação. E, por isso, concito-vos a ter fé e a trabalhar confiantes e resolutos pelo engrandecimento da Pátria. (VARGAS, 1941, p. 262).<sup>12</sup>

Segundo Costa e Suzuki (2012), as tessituras regionais do Estado nacional brasileiro advém do período anterior à conformação e consolidação da República, ou seja, carregam consigo as configurações espaciais dos períodos colonial e imperial. Pensar o Brasil, do ponto de vista territorial, como um *continuum* espaço-temporal contribuiu para muitas das escolhas políticas, econômicas, ideológicas e sociais dos dias atuais. Os autores afirmam que essas configurações territoriais e territorializantes devem ser colocadas em primeiro plano neste tipo de análise:

A formação do Estado nacional brasileiro está em germe no plano do vivido territorialmente no Império, mas os sentidos de nação ou nacionalidade vão ganhar escopo no século XX, por meio de uma ideologia espacial que não se diferencia tanto deste primeiro momento, como veremos. Isso se deve ao fato de que, no Brasil, a construção do território (bem como sua representação – regionalização e regionalismos de gênese) dotado de tessituras sociais produzidas em arquipélagos, pressupondo específicas territorialidades (no escopo das zonas econômicas – antiga zona da mineração, zona do açúcar, amplo território do tabaco, do anil e da cachaça, o trajeto dos tropeiros, a zona das especiarias, dentre outros de menor envergadura) estabeleceu marcos de identidades territoriais e paisagísticas deste universo ibero-americano. (COSTA; SUZUKI, 2012, p. 5).

Portanto, observar regionalizações pretéritas do Brasil é o primeiro passo para compreendê-lo, já que, no decorrer do tempo e pelas entranhas do espaço, tais características se repetiriam, aperfeiçoando-se, aprofundando ou não as relações que antes existiam entre os estados que compunham determinadas regiões ou regionalidades. O mapa a seguir, por exemplo, referente à situação das unidades federativas do Brasil logo após o estabelecimento da República, oferece-nos um vislumbre de onde, comprovadamente, se concentraria a atenção e ações dos governos posteriores do século XX.

---

<sup>12</sup> Nesta citação, assim com em outras do período, foi mantida a grafia original, com uso da língua portuguesa, em sua forma escrita, literalmente, sem transpô-la para sua atual configuração.





Figura 20: Mapa do Brasil 1940



Fonte: IPEA. 2002, p. 24

A situação regional de 1889 continuou nos anos seguintes, apesar das tentativas de atualização, como se vê no mapa de 1940 elaborado pelo IPEA. Em linhas gerais, as diretrizes cartográficas foram mantidas, como o Norte, Nordeste, Centro (depois ganhando o Oeste como complemento) e o Sul.

Três regiões destacam-se como mais problemáticas em relação ao seu encaixe regional na totalidade territorial: Este, Norte e Centro. A importância das mesmas na elaboração do projeto político getulista era que, a partir de sua melhor definição, os programas de modernização do espaço geográfico brasileiro poderiam angariar resultados mais significativos, como o fizeram nos programas de governo posteriores ao do ex-presidente gaúcho, que se aproveitaram do amadurecimento regional de nossas fronteiras, fato ocorrido notadamente a partir de 1950, com as regiões Nordeste (ainda sem a Bahia), Norte e Centro-

Oeste, e posteriormente com a anexação de São Paulo ao atualizado Leste, que tornou-se Sudeste.

Todas essas atualizações provieram dos inúmeros estudos geográficos, históricos, econômicos e culturais daquele período, configurando-se, assim, como reflexo dos tempos em questão. A evolução cartográfica brasileira neste período pode ser entendida como perfeita assinatura política da ideologia espacial vigente, voltada para a exploração espacial, e para o aproveitamento das potencialidades econômicas das riquezas ainda a serem exploradas a Norte e Oeste.

Figura 21: República dos Estados Unidos do Brasil, 1950



Fonte: IPEA, 2002, p. 26

Na regionalização de 1950 do IPEA (2002), algumas características podem ser comparadas com a anterior. Primeiro, há a divisão da região amazônica em mais um estado, Rondônia; a saída de Minas Gerais da então região Centro-Oeste; a inserção do Maranhão e

Piauí na porção Nordeste; e o surgimento de uma nova região, a Leste, que cairia em desuso décadas depois.

Dentre as semelhanças, figura a continuidade da importância de determinadas unidades federativas como principais de sua porção regional de origem, como é o caso dos estados sulinos (RS, SC e PR), daqueles localizados no Centro Oeste (MT e GO) e os representantes da Amazônia. Por prolongamento histórico, econômico, cultural, político e organizacional, esta regionalização do IBGE, ainda de 1950, daria origem às principais regionalizações contemporâneas, a saber: a de Pedro Geiger de 1967, a de Milton Santos de 1999 e a do IBGE de 1988, pautadas, principalmente, nas potencialidades e especificidades econômicas de cada repartição do território brasileiro.

Assim, pelas regionalizações apresentadas, observa-se uma procura pelo arranjo espacial que receberia melhor a integração regional almejada e que melhor corresponderia às exigências do aparato político do projeto ideológico de modernização do país em curso. Os municípios, empresas e órgãos públicos, e as vias de circulação do território brasileiro denunciavam essa complexidade na distribuição dos atores e vetores em seu espaço, tornando-se, assim, a principal ambição e alvo de décadas de programas políticos e empreendimentos estatais de diferentes intensidades e especificidades.

As regionalizações, e sua quantidade considerável num curto período de tempo demonstram o quanto a territorialidade do Estado era pujante no sucesso da ideologia espacial vigente. Para se tornar moderno, de fato, o Brasil precisava compreender suas especificidades geográficas, e as regiões e limites, semelhanças e diferenciações entre elas eram fundamentais para esta empreitada. Moraes (1991) reafirma este contexto ao mencionar o protagonismo das projeções cartográficas para a conjuntura ideológica em curso:

Por isso, o período também foi rico no que tange à construção de representações do espaço, uma época de ampla discussão de ideologias geográficas. O exposto permite levantar uma segunda hipótese: seguindo pela similaridade com o processo europeu, a centralidade da geografia no contexto brasileiro estaria apoiada em sua eficácia ideológica na conjuntura de afirmação não da nacionalidade em si, mas do Estado nacional? Repousaria tal eficácia na possibilidade aberta por essa disciplina no que se refere à construção de uma identidade pelo espaço? (MORAES, 1991, p. 172).

A identidade nacional tão almejada emergiria – segundo o planejamento político, econômico e cultural em voga – a partir desse fortalecimento e fixação de uma unidade, além da compreensão da diversidade regional do país. Mais que isso, em meio a tantas mudanças em diferentes esferas da sociedade, e em outros campos que envolviam direta e indiretamente as ações e decisões dos aparelhos de Estado, era imprescindível que todo o esforço necessário

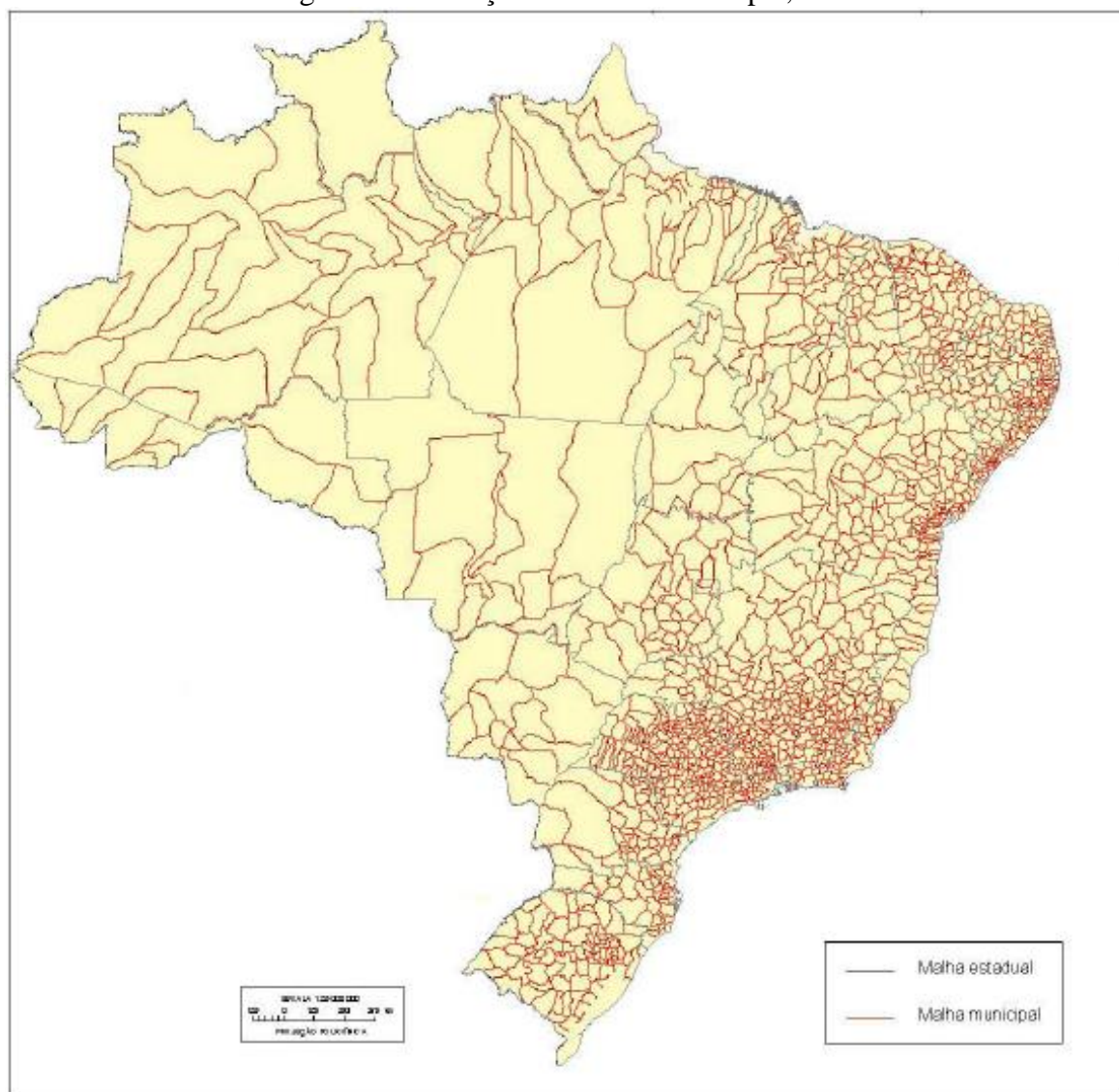
nesta direção fosse efetuado. Como visto no início deste capítulo, o território se coloca como um dos principais, senão o central objetivo a ser nomeado, buscado e legitimado por um Estado que busque estabelecer-se enquanto referência de poder para uma nação. Os brasileiros passavam por tempos de incerteza exatamente no momento em que tais propostas cartográficas e modernizadoras tomavam forma. Apresentar um projeto ideológico que contemplasse estes anseios foi, sem dúvida, o maior feito de proficuidade (e controvérsias) do Estado Novo getulista:

Figura 22: 4º Período do Sistema Ferroviário Brasileiro, 1911-1930.



Fonte: IBGE, 1954, p. 6.

Figura 23: Evolução da Malha Municipal, 1940.



Fonte: IPEA, 2002, p. 32.

O mapa do desenvolvimento periódico do sistema ferroviário brasileiro do IBGE, em sua análise do centenário da rede ferroviária do país, demonstra como os *sertões* do território nacional ainda estavam muito aquém de serem considerados parte do movimento de expansão da tecnificação do espaço geográfico, processo este vislumbrado na modernização proposta pelo Estado Novo em sua marcha para o Oeste.

Já o mapa do Brasil sobre a malha municipal brasileira em 1940 apresenta, implicitamente, algumas das respostas dos motivos do discurso modernista de Getúlio Vargas, pois é nítida a falta de equilíbrio populacional e urbanístico na totalidade do território brasileiro, por meio da distribuição dos seus municípios, conforme evidencia a figura 23.

Essa sucessão de projeções cartográficas busca contribuir para a discussão da importância do espaço geográfico no projeto político getulista, formando uma ideologia

espacial de fato, calcada na busca incessante pela modernização das fronteiras nacionais brasileiras, por meio do aumento da densidade técnica entre as unidades federativas, regiões, biomas, cidades e fluxos econômicos, nas áreas mais concentradas, e, principalmente, nas porções mais isoladas do território, para a construção de uma unidade nacional. Silva (2002) partilha dessa opinião:

Em 1940 a maioria da população brasileira (68,76%) vivia em áreas rurais e 31,23% em regiões urbanas. Neste mesmo ano havia no país quase um milhão de aparelhos receptores de rádio, a maior parte deles sintonizada em emissoras do Rio de Janeiro. Para os dirigentes da comunicação do Estado Novo, o rádio era um dos principais instrumentos para se vencer a barreira das distâncias entre as regiões brasileiras e obter a unidade nacional. (SILVA, 2002, p. 10).

A elaboração de um projeto político de integração nacional, apesar de existir com expressão e organização consideráveis no período getulista, não é um fenômeno exclusivo do mesmo. Durante todo século XX, com a chegada de novos governos, concepções de Estado e uso do poder político, outras modulações de uma integração nacional do Brasil foram colocadas em prática. Especificamente nos governos de Juscelino Kubitschek e dos militares, esta visão integracionista permaneceu e se aperfeiçoou em relação ao território brasileiro, conforme expõe Moraes:

Pode-se considerar que esta meta e este processo atravessam todo o século XX brasileiro e, em certo sentido, até hoje o país se vê mergulhado em movimentos de incorporação de novos espaços. A imagem do “país em construção” emerge como uma constante histórica, estando presente no ideário varguista, na plataforma do governo JK e na ideologia da integração nacional do regime militar. O sertão se repõe, assim, como uma espécie de pecado original do berço colonial de nossa formação, sofrendo requalificações a cada época e recebendo atribuições e qualificações próprias aos interesses em pauta a cada onda de ajustes dos espaços periféricos. Na atualidade, a perspectiva da globalização poderia identificá-lo com os lugares não integrados às redes de fluxos internacionais ou como os depositários do patrimônio natural e da biodiversidade do planeta. (MORAES, 2003, p.5).

O espaço geográfico brasileiro deveria, segundo esta lógica, ser conquistado, domado e modernizado, para que fosse concretizado o anseio de modernização do território – os mapas das regionalizações, os órgãos criados, a cautela no controle de difusão de informações sobre o projeto político em andamento, todos estes elementos, juntos, ratificam a singularidade da situação histórica e geográfica, em meio ao ideal da modernização, perpassado nas primeiras décadas do século XX, em negar seu atraso, seus regionalismos: “Nesse sentido, a designação acompanhasse sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um

espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão.” (MORAES, 2003, p. 6).

O Brasil adentrava, desta maneira, a lógica global do modo de produção capitalista – então em sua segunda onda de revolução industrializante –, tentando, a todo custo, não necessariamente atingir o patamar de outras potências econômicas já estabelecidas, como Japão e EUA, mas, ao menos, preparar seu território para a chegada desta demanda, justificando, assim, os inúmeros empreendimentos de infraestrutura no território nacional:

Dessa forma, o eixo central do pensamento estadonovista se estabeleceu, fundado nos interesses do capital, em torno da necessidade de reorganização da sociedade, visando o controle da crise e a neutralização das forças sociais e conflitos de molde a possibilitar o processo de expansão das forças produtivas. O que se observa é a existência de um conjunto de medidas a revelarem, fundamentalmente, três direções seguidas de forma constante e sistemática. Uma direção se revelara pela preocupação em rearticular as relações externas, reorientando o fluxo de capital, de molde a minimizar os efeitos da dependência. Outra constante se dirigia à reorganização das relações econômicas internas, em função da reprodução e acumulação de capital, através da exploração de recursos e mão-de-obra existentes. Finalmente, havia um processo sistemático de desmobilização política, através da submissão de diversos setores da sociedade civil à iniciativa do Estado. As formas como essas diretrizes se especificavam em cada situação concreta, revelando uma postura vinculada aos interesses do capital, com papel determinante das ações políticas evidenciavam seu caráter ideológico. (GARCIA, 1982, p. 74).

Do fundamento estatal personificado na figura de um homem em busca de sua sacralização histórica e política, até a afirmação deste poder com o auxílio dos meios de comunicação, da instalação de uma infraestrutura nacional a um grau maior de poder político, das relações de poder e da potência simbólica explorada, atinente ao imaginário edênico reificado, presentes neste íterim. Esta fase superior e de maior complexidade dá-se no círculo cultural e simbólico, no engendramento de toda uma multifacetada projeção de uma identidade nacional brasileira.

A modernização servia, também, como pretexto para estabelecer, com a maior profundidade possível, a estrutura de controle do Estado no território nacional brasileiro. Além das regionalizações, incremento técnico e chegada de novas tecnologias, houve a fundação e instauração de todo um aparato estatal com o advento do Estado Novo: “A estrutura de controle se completava com uma série de órgãos, conselhos e comissões técnicas criados ou reestruturados após o golpe.” (GARCIA, 1982, p. 76). As frentes de atuação destes órgãos eram tão amplas quanto a demanda fosse alta, fazendo surgir áreas que iam de estudos culturais e históricos à catalogação dos recursos naturais passíveis de exploração no curso modernizador estruturante do plano de governo vigente: “Eram encarregados de realizar



estudos, elaborar e executar projetos em matéria econômica, especialmente quando relacionados à exportação e importação, infraestrutura e produção agrícola e industrial.” (GARCIA, 1982, p. 63).

Os elementos históricos, geográficos, políticos, econômicos e culturais deste contexto estão dispostos em maior ou maior grau de interdependência. O exercício de análise proposto neste trabalho é o recorte temático em questão, quando, a um só tempo, há a territorialidade e existência (pelo messias contemporâneo) no conjunto do Estado nacional; a remodelação do imaginário edênico, numa interpretação mais econômica e utilitarista de suas vicissitudes simbólicas e concretas; e o engendramento de ufanismo telúrico já visto antes, mas agora disposto em meio aos aparelhos de Estado, indo desde seu historicismo renascentista até o seu uso como embasamento identitário para a população.

### 2.2.3 A busca pelo fundamento simbólico da identidade nacional brasileira

O projeto nacional de Getúlio Vargas incluía, em suas linhas gerais, campos de ações específicos que, ao longo da instauração do Estado Novo, e de toda a trajetória do ex-presidente foram revisitados como focos dos esforços políticos dos envolvidos naquele processo histórico e geográfico. As duas etapas anteriores trataram, respectivamente, da força simbólica do Estado e do papel da propaganda nos aparelhos de gestão e poder. Neste momento, as duas questões juntam-se na personificação de um indivíduo, especificamente, o ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas (1882-1954).

Como exemplo das áreas consideradas fundamentais para a estruturação simbólica da identidade nacional brasileira da época, pode-se citar a padronização e uso do ensino como bandeira das ações do governo, principalmente sua ufanía em relação ao país e sua busca pela modernização; a eleição de localidades históricas em todo o Brasil, e em Minas Gerais e Goiás com maior intensidade, como sendo a real história que deveria ser apresentada como alicerce de nossa sociedade (e o Barroco das esculturas, construções e pinturas atendeu, de certa forma, essa demanda –vide a criação do IPHAN); seleção e busca de novos autores, escritores, intelectuais e demais envolvidos no meio acadêmico e literário nacional, para que fosse organizado um cânone científico, acadêmico e cultural de referência para aquela e próximas gerações, movimentos como a institucionalização da Geografia e História como ciências, os ecos da Semana da Arte Moderna de 1922, etc.

Além disso, o fortalecimento dos centros universitários também contribuiu para o alcance de tais objetivos; o uso do crescimento dos meios de comunicação em massa, com o rádio ocupando papel central neste quesito, contribuiu para, além de divulgar os feitos políticos dos representantes do Estado brasileiro, também, ao mesmo tempo, fazer com que surgisse uma nova demanda de coleta, seleção e exposição das informações, seja como censura ou estabelecimento de toda uma complexa estrutura de propaganda política, que, em seu pioneirismo, criou uma nova forma de se fazer e viver política no Brasil, gerando um *modus operandis* propagandístico seguido ao longo das demais décadas no Estado nacional brasileiro.

Este modelo se aproxima daquele que é objeto das considerações de Hobsbawm (2002), quando o mesmo afirma que, no caso dos Estados – o Leviatã renascentista –, há um movimento destes para o nacionalismo, e não o inverso, processo ocorrido com grande intensidade no governo getulista, quando inúmeras ações neste sentido foram realizadas: “[...]”

o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (HOBSBAWM, 2002, p. 19)”. Entende-se, a partir das colocações do historiador britânico, o porquê da tamanha importância dada, no período getulista, não necessariamente à nação brasileira, como se poderia supor pelo apelo popular das propagandas políticas utilizadas, mas, sim, a um modo de se utilizar uma ideologia espacial, pautada numa retórica meticulosamente articulada e estruturada, no sentido de embasar e lançar para esta população um símbolo, que era o Brasil como país do futuro, o paraíso reificado, domado e pronto para dar ao seus filhos a riqueza prometida.

Ao resgatarmos a teoria semiótica e imagética de Sartre (1996; 2009), Laplantine & Trindade (2000) e Wunenburger (2013), como feito anteriormente, esta prática do período populista fica mais evidente. O território brasileiro era o imenso significante, propenso às mais diversas representações e interpretações simbólicas, calcadas nesta condição hiperbólica natural, mas também mitológica, do Éden terreno.

No entanto, o significado precisava ser repensado, já que o mito, então desgastado, do Paraíso Terral, não continha as respostas para os anseios do período. A significância encontrou, no nacionalismo territorial, um novo horizonte, pois, a partir daquele ponto, a dádiva da terra – a boa aventura – deveria ser enfrentada, modernizada, explorada, e submetida aos desígnios daqueles que almejavam acompanhar o movimento da história.

Inventar o Brasil significava estrutura-lo, modernizá-lo, equipá-lo com técnicas e tecnologias. Nacionalizar e modernizar foram premissas paralelas e complementares do governo getulista. Ambos os termos foram colocados em igual papel de protagonismo, tanto na elaboração como na execução das políticas estatais dos anos em que Vargas esteve no poder.

A identidade nacional brasileira encontraria fundamento, assim, na riqueza do seu país, no corpo de sua pátria, o território propriamente dito (MAGNOLI, 1997). Como visto na primeira parte desta etapa do presente trabalho, negar o fundamento territorial é diminuir consideravelmente a possibilidade de fortalecer o discurso de formação dos Estados; logicamente, as nações ou tradições podem existir sem esta ligação, mas, na constituição do Estado Nação, a conjunção entre o povo, a nação (a coletividade simbolizada), o Estado e o espaço geográfico dominado, controlado e delimitado (território), torna-se tanto mais obrigatória como imprescindível:

As identidades nacionais são específicas e estão localizadas em algum ponto do tempo através de antecedentes históricos. Os povos tentam reafirmar as suas

identidades que foram, de alguma forma, perdidas, podendo estar produzindo outras identidades. Assim, a redescoberta do passado faz parte do processo de construção da identidade de certo grupo social. (SAQUET, 2009, p. 7).

No entanto, como ressaltam Costa e Suzuki (2012), a ideiação de um projeto de unidade nacional brasileira inevitavelmente esbarra na questão da diversidade cultural da população do país. A criação da nação brasileira perpassa esse aspecto dualístico da cultura de seu povo, já que a mesma, historicamente, mostra-se difusa e complexa, demandando um esforço muito maior por parte de uma projeção unificadora de uma identidade nacional:

Porém, a busca por esta unidade (ou integridade) territorial contrapõe-se à identidade brasileira que só é possível através de diferentes identidades político econômicas, que expressaram trajetórias diversas e delimitadas regionalmente. Deve ficar entendido que a declaração do desejo de emancipação política da metrópole não é o equivalente da constituição do Estado nacional brasileiro; afirma-se que o reconhecimento do nexos entre a emergência desse Estado (o Imperial) com a da nação em cujo nome ele foi instituído é uma das questões mais controversas da historiografia nacional. Inclusive, pois, “as nações não possuem uma data de nascimento claramente identificável, e a morte delas, quando chega a ocorrer, nunca é natural. Como não existe um criador original da nação, sua biografia nunca pode ser escrita de forma evangélica, avançando no tempo ao longo de uma cadeia generacionista de procriações”. (COSTA, SUZUKI, 2012, p. 5).

Como visto anteriormente, nos mapas das regiões e regionalizações do Brasil no período getulista, o território brasileiro figurou como principal dádiva e, ao mesmo tempo, maior empecilho para os planos de cunho nacionalista. De forma complementar ao exposto pelos autores, o Estado, na figura do governante em representação, buscou de maneira sistemática e organizada, temporal e espacialmente, as referências da nação brasileira, numa exímia seleção ideológica dos componentes simbólicos que fariam parte do imaginário canônico, inclusive, o já referido ufanismo edênico reificado economicamente.

Contrariamente a esta visão e valorização da diversidade cultural brasileira, o projeto de pátria integrada e moderna de Vargas subvertia tais preceitos; o moderno e a modernidade não admitiam o atraso, o diferente e o diverso, pois era preciso superar, unificar e retificar, máximas seguidas firmemente pelos defensores da modernização, como o ex-presidente Vargas. O mito do salvador aliava-se ao do arauto do futuro, e, em meio a ambos, alicerçava-se a fundação simbólica de uma nação brasileira.

O salvador da nação assume seu fardo, lança para o povo e o futuro seus anseios e perspectivas, sem temer nem diminuir a força de sua presença, discurso e prática no poder político do país: “Levanto a minha taça, com os votos mais sinceros pela vossa felicidade,

certo de que não poupareis energias para acompanhar o surto do engrandecimento nacional e tudo empenhareis na defesa da grande Pátria Brasileira.” (VARGAS, 1944, p. 257).

Assim, a ufania territorial do edenismo americano não apenas é retomada por Vargas, como também assume outra vertente, de enfrentamento da imensidão do espaço geográfico brasileiro. Esta mudança já podia ser notada antes mesmo do século XX, pois, no momento da chegada dos colonizadores portugueses, a sacralização edênica saía de cena para que o utilitarismo e a exploração das riquezas do paraíso recém-descoberto tomasse lugar. O que ocorre, com Getúlio Vargas, é uma nova visão da noção de exploração do potencial geográfico do país, enraizada em suas prerrogativas modernistas do Estado nacional.

O mito seria um instrumental que forneceria modelos para o comportamento humano, por isso conferindo-lhe significado e valor à existência. “[...] Na verdade, o mito seria uma forma de tornar mais inteligível o mundo e as sociedades.” (ROSSI, 2007, p. 5). O poder simbólico do mito age em duas frentes, neste período específico de nossa historiografia. De um lado, havia a reificação da base edênica da concretude paradisíaca nas Américas, e, por outro, a projeção de um indivíduo como detentor da responsabilidade de levar este povo ao seu desígnio histórico de dominação, controle e exploração destas riquezas, numa nova utopia política para o Brasil enquanto Estado-Nação:

A utopia quer construir um contramodelo da realidade que se mostra insuficiente. Assim, é fundamental que percebamos que todo pensamento escatológico é por definição carregado de pessimismo em relação ao seu momento histórico e, certamente, otimista em relação a uma nova era que está por se iniciar. Isso não é outra coisa do que a utilização do instrumento utópico como meio suficiente de se interpretar a realidade. E a abundância vem justamente responder à vontade de se opor à realidade vivida e sofrida pela insatisfação alimentar como também pela procura de um possível paraíso onde a natureza possa produzir ilimitadamente ou ainda onde em uma dada sociedade o progresso econômico tivesse condição de eliminar todo tipo de carência. (ROSSI, 2007, p. 6)

O messianismo, portanto, é o estado de maturação do mito. Se, conforme diz Rossi (ROSSI, 2007), há até mesmo produções de subjetividade, de conformação concreta e de todo um extrato cultural<sup>13</sup>, então, direcionar todos estes elementos a uma ideia específica, como

---

<sup>13</sup> Por esses motivos, era preciso “preparar” o povo para o entendimento e interpretação dessa nova era, os novos poderes e novos detentores das decisões. O aumento da escolaridade e conhecimento da população são sinais destas medidas tomadas para que o nacionalismo em curso tivesse sucesso: “[...] com o aumento da alfabetização, por toda parte ficou mais fácil granjear o apoio popular, as massas descobrindo uma nova glória na consagração da imprensa das línguas que elas sempre humildemente haviam falado”. (HOBSBAWN, 2002, p.123).

na salvação, unificação e conquista do Brasil por Getúlio Vargas, é a expressão máxima da força simbólica do mito – um indivíduo colocado à frente e acima de sua coletividade:

Assim, o que temos é o messianismo como uma força dinâmica e prática. E, contrariamente, não pode ser vista como uma crença passiva e inerte, de resignação e conformismo. Nega-se essa sociedade, mas elabora-se a adesão concreta a um novo mundo. Não, o messianismo não se presta à alienação do movimento das forças sociais em busca de libertação. Diante da sociedade que se encontra em situação de precariedade e do espetáculo de toda sorte de injustiças, é de responsabilidade dos seres humanos trabalhar a fim de sanar o imponderável. Este trabalho deve ser feito mesmo que num primeiro momento muitos dos movimentos messiânicos tenham uma visão tão irreal da história, no sentido da garantia da realização de sonhos historicamente impossíveis que passam de movimentos sociais contestatórios com possibilidades de êxito para radicalismos alienantes. Nesse sentido pode-se falar que uma das características fundamentais do messianismo é seu caráter de “salvação coletiva” em detrimento da salvação individual. A dinâmica do movimento envolve o grupo e não o indivíduo. Envolve a história de um grupo a partir de suas relações sociais e não a história de uma personalidade individual. E, por isso mesmo, é um movimento dinâmico; um movimento da força social que busca a transformação da terra não para um só homem, mas para toda a humanidade. Parece o caso de se pensar os líderes messiânicos enquanto agentes que conduzem à viabilização de uma nova vida coletiva. Seriam como que leitores da vida do povo e da sociedade que os cercam. E nesse desiderato, buscam captar os anseios daqueles que são deserdados para, como seus porta-vozes, apontar o caminho da paz e da salvação que têm lugar na própria história em que vivem. (ROSSI, 2007, p. 10).

Para atingir este patamar mítico, responsável por dar ao povo brasileiro sua unicidade nacional e nacionalista, a retórica utilizada apelava para a simbologia da missão patriótica de conquista, ocupação e exploração do território. Esta é, nas palavras do próprio Getúlio Vargas (1944), a questão a ser posta, em seu discurso intitulado *O Brasil visto como um todo* [1944]:

As circunstâncias atuais da vida brasileira são conhecidas e claras. Quando a conflagração chegou ao Continente Americano, cumprimos o nosso dever, rompendo relações com os que traiçoeiramente a provocaram; quando chegou às nossas águas, através de inomináveis atentados contra indefesas unidades da marinha mercante, com sacrifício de preciosas vidas e bens brasileiros, fomos sem hesitações à guerra. Era um imperativo da nossa consciência de povo soberano e dele não nos podiam afastar considerações oportunistas. Só tivemos em vista resguardar a todo custo o patrimônio moral e material da Nação. Nada queremos que já não nos pertença de direito; mas, na defesa da dignidade e dos interesses da Pátria, nenhum obstáculo nos deterá. (VARGAS, 1944, p. 255-266).

O orgulho telúrico era, portanto, um dos principais fornecedores da força do discurso e da prática política dos ideais modernizadores, nacionalistas, simbólicos e econômicos de

Getúlio Vargas<sup>14</sup>. Percebe-se, inclusive, o recurso temporal, além do geográfico, para se justificar esta predisposição da brasilidade nos vales, campos, florestas e mares, e, num grau maior de interpretação desta destinação simbólica, a visão de modernidade reveste estes aspectos do uso e exploração de toda esta dádiva do solo nacional:

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente de cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p. 124).

A partir deste trecho, de um discurso de 1938, o que se vê é a união entre o espacial e o temporal. De uma forma bem mais elaborada e aprofundada, é este o ponto central da análise de Lowenthal (1998), em sua obra *El pasado és un país extraño*, na qual traz para o debate esta confluência, e também a congruência entre a historicidade e a geograficidade na composição dos elementos culturais e simbólicos de um povo. Nas palavras do autor, “Aquéllos que carecen de vínculos con un lugar tienen que forjarse una identidad a través de otros pasados.” (LOWENTHAL, 1998, p. 81). É, nesta união da força do tempo com a presença do espaço que o discurso getulista se enquadra, ao buscar um molde histórico e uma residência geográfica para sua ideologia política e nacionalismo. O lugar em questão é o próprio território, em ufania e exploração, e o tempo é o do período colonial, especialmente da corrida do ouro no Brasil central e nas cidades barrocas.

Nos capítulos seguintes, veremos que a marcha prosseguiu, de certa maneira, para regiões como Amazônia (retomando os planos do Marechal Rondon, ou vide figura 25, com o presidente Jânio Quadros, anos depois das primeiras expedições) e Nordeste, mas o foco das rotas inicialmente elaboradas no período getulista eram as fronteiras do então estado de Goiás (ainda sem a separação de Tocantins ao norte): “Os planos da Expedição, traçados no Rio de

---

<sup>14</sup> “Durante meio século de administração republicana, a grandeza cósmica do Amazonas nunca figurou nos cálculos dos alquimistas liberais. Sabia-se, vagamente, da existência desse país de lendas fantásticas e depravações republicanas (...) vivia à margem da civilização, sugado o povo pelas ventosas dos hematófagos, roído em suas energias pelos hematozoários de Laveran, esporiado pela praga social dos regatões e atravessadores (...). Concluída essa obra benemérita de patriotismo, não seria exagero adiantar que a nossa civilização se deslocará para o extremo setentrional do Brasil. O Norte marcará, então, o ritmo do nosso progresso. Oferecerá hospitalidade a cerca de 150.000.000 de homens.” (LIMA, 1941, p. 110).

Janeiro, falavam em Goiás Velho — antiga capital do Estado — como porta de entrada para o sertão. Dali o Araguaia seria alcançado por uma estrada precária, arenosa, que saindo da capital ia esbarrar em Leopoldina, na margem do rio.” Rios e rotas indígenas serviram como princípio para a exploração dos irmãos paulistas: “O Araguaia, pela nova rota, seria alcançado na junção com seu maior afluente, o rio das Garças. Ali iria se estabelecer a base da Expedição, que ficaria na margem goiana, defronte à foz do tributário.” (VILLAS BOAS, 1994, p. 38).

A marcha para o Oeste, no sentido getulista da expressão, encontra seu eco de referência histórica nas expedições bandeirantes do Brasil colonial. Por esta razão, é possível revisar o ufanismo com a qual a expressão ainda é utilizada em referências bibliográficas ou informacionais, devido aos sabidos extremos da passagem dos paulistas pelos interiores brasileiros (ARAÚJO, 2013). Deste modo, não deixa de ser passível de crítica o uso ainda vigente de termos como sertanistas, ou até mesmo indigenistas, para os *neobandeirantes* como os irmãos Villas Boas e o Marechal Rondon. Suas contribuições podem, e devem, ser desvinculadas do fardo histórico da marcha colonial dos paulistas, apesar de, inevitavelmente, conterem, ainda, conceitual e tematicamente, alguns aspectos da continuidade histórica do movimento de exploração do oeste brasileiro.

As expedições de exploração recebem o lastro oficial do Estado por meio de instrumentos legais para suas execuções, como a portaria nº 70 de 1943, que organizava a expedição Roncador-Xingu, notadamente embasada pela coordenação econômica do governo (BRASIL, 1943). Os irmãos Villas-Bôas representam uma síntese do que foi este esforço de exploração dos *sertões* brasileiros. O uso de referências heráldicas, como a bandeira e o hino nacional, simbolizavam o caráter expedicionário das viagens, sendo que estes ritos eram efetuados a cada novo avanço dos viajantes:

No acampamento Aragarças, em 7 de setembro de 1943. Após um frugal café da manhã, foi hasteado o Pavilhão Nacional diante de um solene Cel. Vanique, que apresenta armas para a bandeira desfraldada. Não menos solenes, os demais membros da administração observavam, com os olhos semicerrados devido ao sol que já anunciava a alvorada, o hastear da bandeira pelo rústico mastro. A salva de 21 tiros reforçava o tom cerimonial onde —meia dúzia de idealistas em pleno sertão emolduravam o símbolo de nossa independência (VILLAS BÔAS, 1994, p. 26-27).

O desconhecido é colocado em posição tanto de sublimidade como de temor pelos irmãos paulistas. Muitas perdas humanas ocorreram, e os enfrentamentos com os indígenas eram inevitáveis, até que se chegasse a uma harmonia possível de superar, por vezes, os



primeiros contatos não tão amistosos. A diferença entre o posicionamento dos irmãos Villas-Bôas (1994) e o histórico de bandeirismo nacional é a valorização, por parte dos irmãos, dos costumes regionais, ritos locais e a riqueza cultural dos nativos, no caso de suas expedições ao longo da bacia do Xingu:

Uma expedição que tem como roteiro furar sertões desconhecidos sempre exerce um fascínio irresistível em todos aqueles que possuem espírito de aventura. Mas a realidade, no mais das vezes, arrefece o impulso. O sertão cobra um tributo pesado do “intruso” que quer conhecê-lo, desvendá-lo. A condição essencial do candidato é ter uma indiscutível saúde. Um ponto fraco naquele que se aventura mais dia menos dia irá traí-lo. A sensação de estar no “ignoto” não é tão sublime a ponto de a pessoa não se molestar com a primeira cobrança dos borrachudos, piuns, maruins, tatuquiras, varejeiras, lambe-olhos, enfim [...] O tanto de gente que vimos chegar foi o mesmo que vimos partir (VILLAS-BÔAS, 2012, p. 47).

Com o papel do Estado como fomentador principal da continuidade destas expedições, houve um dos maiores esforços técnico-científicos de exploração geográfica já empreendidos no território brasileiro, seja por terra, água ou ar – e, particularmente a aviação, e seu desenvolvimento, receberam peculiar protagonismo neste processo, conforme indicado por Gallo (2008).

A Fundação Brasil Central (FBC), em seu Relatório de Atividades, infelizmente, apesar da importante contribuição com o registro das expedições a oeste do território brasileiro, ainda faz uso de muitos termos que realçam visões das heranças coloniais de enfrentamento entre os povos europeus e indígenas, tais como atraso, a emancipação do progresso, pacificação de povos, primitivismo, etc. Além disso, percebe-se o tom de doutrinação estatal para com seu território, com a urbanização servindo como portfólio para tal concepção e linha de ação:

Apesar de estagnado a que muitas dessas comunidades tem sido submetidas devido, entre outros fatores, a falta e precariedade de transportes, elas são o germe de grandes possibilidades. Hão de florescer e darão seus frutos quando lá chegar o futuro, a avalanche emancipadora do Progresso. Onde o caboclo não tinha as condições mínimas de sobrevivência, minado em suas energias pela pobreza e as moléstias tropicais, surgiram os Postos de Saúde e o serviço médicos aéreos da Fundação. Surgiram depois hospitais modernos. Onde outrora viviam em plena Idade da pedra milhares de silvícolas e, em estado de grande atraso, os colonos pioneiros, a Fundação criou escolas primárias, igrejas e deu início ao ensino profissional e militar (Tiro de Guerra de Aragarças, hoje extinto). Onde as habitações eram pobres palhoças, aparecem casas de alvenaria e de madeira, graças à presença da Fundação que construiu olarias e cerâmicas, serrarias e carpintarias, explorando, inclusive, pedreiras e caieiras. Onde só se podia viajar em lombo de burro e canoas primitivas, surgiram, embora modestamente, transportes rodoviários, fluviais e aéreos. Surgiram boas estradas, pontes, balsas, estaleiros e campos de pouso. Onde produzir além das necessidades de consumo. (FBC, 1961, p. 11).

Figura 24: Claudio e Orlando Villas-Bôas no início da Expedição Roncador-Xingu, em contato com os indígenas



Fonte: ISA. Instituto Socioambiental, 2011, p. 54

Figura 25: Presidente Jânio Quadros e Orlando Villas-Bôas no Parque Nacional do Xingu



Fonte: ISA. Instituto Socioambiental, 2011, p. 45

Todo este cenário, dos anos de 1930 a meados de 1950, permite, em um nível mais profundo de reflexão, perceber a construção do *homo brasiliensis* a partir dos pontos destacados, o trabalho, a diversidade étnica, a riqueza natural do seu lar, a extensão continental do seu país, dentre outras características amplamente difundidas a partir dos pilares do nacionalismo e da ideologia política (e principalmente espacial) do Estado Novo. Almejava-se estabelecer um fim para a existência do brasileiro e de sua brasilidade: “La capacidad para recordar nuestro pasado e identificarnos con él ofrece significado, finalidad y valor a nuestra existencia.” (LOWENTHAL, 1998, p. 80). E o significante para essa essência cultural e simbólica é o espaço geográfico, ou melhor, o território simbolizado pelo Estado em diferentes modulações governamentais influenciadas por estes fundamentos simbólicos, políticos e econômicos.

No que tange à economia, ela toma um papel central no projeto nacional getulista, pois era nela que o fundamento mítico dessa historicidade e geograficidade do paraíso remodelado encontrava sua contraprova concreta; em outras palavras, se as riquezas do chão da terra são colocadas como o elixir do futuro pelas ações do salvador, então é preciso que se dê condições materiais e técnicas para que estes objetivos sejam alcançados. Por estas razões, há uma miríade de preocupações, no âmbito econômico, que comprovam este posicionamento do ex-presidente brasileiro, conforme segue:

[...] com o desenvolvimento nacional, com a industrialização e com a necessidade da intervenção do Estado na economia. No primeiro ano de governo, propôs a criação do Banco do Nordeste do Brasil e da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), além de denunciar fraudes contra a lei que regulamentava a remessa de juros e lucros para o exterior (ver discursos de 31 de dezembro de 1951 e 15 de março de 1952). Seu Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico era um plano quinquenal de investimento em indústrias de base, transportes, energia, frigoríficos e modernização da agricultura, com forte orientação estatal e nacionalista (ver discursos de 31 de maio, 22 e 23 de junho de 1952). Exemplo de preocupação com o desenvolvimento regional foi o projeto da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). No plano nacional, foi criado em 1952 o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), encarregado, por sugestão da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de gerir o Fundo de Reaparelhamento Econômico. (VARGAS, 2011, p. 39).

Os mecanismos simbólicos utilizados para alcançar esses *interesses da pátria*, como expostos anteriormente, foram pautados principalmente em três pilares de ação: O trabalho, a família e o Estado. O trabalho – revestido no colosso modernizador – já referido anteriormente, e, o tom moral da família e do Estado garantido, novamente, no potencial de produção e difusão da informação dos órgãos criados para estes fins.

Estes mecanismos, que recorrem à espacialidade para se manter como tais, são também indicados por Moraes (1991) quando o autor afirma: “[...] centralidade da dimensão espacial na armação de sua sociabilidade (p. 168)”. Mesmo que tenha havido toda uma estruturação discursiva com base na tríade mencionada, era no espaço e em sua exploração pelo homem que todo o projeto político em questão se assentava, a que recorria e retornava.

Esta visão não seria possível sem a “profanação” – também histórica, como visto na primeira parte da Tese – e monetarização do território e do edenismo americano: “Capítulo singular da história do capitalismo: a formação da nacionalidade brasileira. Obra de conquista territorial, de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra”. Era preciso reforçar essa premissa convocando literalmente os obreiros da exploração das riquezas das fronteiras, dos interesses estatais, tirando do corpo da pátria o futuro e salvação do povo, como referências simbólicas do nacionalismo em ideologia e projeto: “Da construção de uma sociedade e de um território. De uma sociedade que tinha a construção do território como elemento de identidade.” (MORAES, 2005, p. 96).

Desse modo, havia, no trabalho, a carga espacial e temporal da modernização, amplamente recorrente no ideário getulista de seu projeto político; na família estavam assentados os valores morais aos quais o ex-presidente se agarrava como sendo ele próprio um referencial maior, num autoproclamado messianismo perante a população brasileira; e, pelo Estado, estava disposta a transgressão da linha de divisão entre os aparelhos estatais e a persona pública do gestor, sendo ambas unificadas na ultrapassagem da humanidade do homem para sua condição de mito, numa referência – talvez não intencional – a épocas mais remotas de indivisibilidade entre o governante e o Estado, e, para além disso, dos últimos do próprio território.

Outro aspecto que fez parte de plano de desenvolvimento nacional, além do simbolismo reinterpretado do edenismo territorial, era o vigor do povo brasileiro para o trabalho. Por meio do trabalho, a modernização seria possível, e o país chegaria a um status novo de unidade e significância. A classe trabalhista recebeu especial atenção no projeto político getulista, por meio de leis, reconhecimento social e outras ações específicas<sup>15</sup> para o

---

<sup>15</sup> Sobre a legislação trabalhista, Cardoso (2010) argumenta que: “Dizendo de outro modo, durante a maior parte da história recente do Brasil, o sentimento de privação relativa, de tão importantes consequências para a dinâmica social em sociedades desiguais em processo de acelerada mudança, não encontrou terreno fértil, porque os estilos de vida de dominantes e dominados eram incomensuráveis, e aos dominados parecia impensável aspirar à posição dos poderosos, simplesmente porque ela estava longe demais. A “cidadania regulada”, ao contrário, estava ao alcance de todos, desde que cada qual se habilitasse a ela. Isso estabeleceu uma distinção irresistível entre brasileiros do campo e da cidade, tornando a cidade um destino também irresistível, porque

tema, pois o presidente precisava do povo a seu favor para garantir a continuidade de suas obstinações simbólicas e econômicas:

Vargas, muito especialmente o Vargas ditador, esteve sempre consciente do aspecto civilizatório do direito do trabalho que ele instituía, mas tinha melhor clareza do que Oliveira Vianna sobre seus limites num país como o Brasil. Em 1941, em engenhoso discurso proferido no Primeiro de Maio – momento em que o ditador costumava informar os trabalhadores, anualmente, sobre o andamento de “sua” obra social, isto é, os novos direitos “dativosamente” agregados ao sempre incompleto edifício de “promoção do homem brasileiro” –, ele pregaria em favor da fixação do homem no campo, embora não necessariamente por meio de uma reforma agrária. Sem aquela fixação, o Brasil correria o risco de “assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha pela valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva”. (CARDOSO, 2010, p. 784)

Vargas, como se vê, tinha exata noção das premissas estruturais do seu projeto civilizatório. Mesmo que se argumente, por exemplo, que houve a busca por elementos históricos e culturais de singularização da cultura brasileira, tais escolhas foram feitas de acordo com o que se tinha projetado para o Brasil, ou seja, o moderno, o além do presente e a destinação futurista.

Bradava-se vigor do trabalho popular como a vocação natural e inquestionável para se chegar neste novo patamar de nação moderna, e o alvo escolhido para esta projeção estava diante do Estado, ou seja, o imenso território com suas riquezas naturais, simbolizadas ainda edenicamente, é verdade, mas agora realocadas hermeneuticamente como fonte da riqueza necessária para o desenvolvimento de um novo Estado-Nação:

Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (VARGAS, 1941, p. 230).

---

lugar de atualização da “crença utópica” (Touraine, 1961) na inclusão pelos direitos sociais. Essa foi uma das razões do fracasso do projeto varguista, e aqui é preciso insistir. Não importa se esse projeto era “para valer” ou se parte da elite dirigente entornou a Vargas via nele apenas um meio de controle das massas ou de sustentação de seu próprio projeto de poder. É provável que motivações dessa natureza animassem muita gente. No entanto, do ponto de vista que interessa ao argumento aqui defendido, o que importa é que, uma vez instituída, a legislação social tornou-se objeto real de aspiração das massas despossuídas de recursos e direitos, simplesmente porque foi apresentada como, justamente, um conjunto de *direitos*, e não como privilégios.” (CARDOSO, 2010, p. 805).

Coincidentemente, o discurso da modernização de Vargas ecoa o processo de afirmação dos países europeus na baixa Idade Média e Modernidade. A convocação presente nessas palavras, em forma de brado nacional, pode ser observada em outras formações nacionalistas, pelo fato de a promessa de tempos melhores, de um futuro próspero e de uma união social e identitária serem armas poderosas na constituição de ideologias políticas. No caso brasileiro, essa ideologia se assenta no território como seu fundamento de justificativa e execução, como visto na menção à região amazônica, e como será apresentado posteriormente em relação a outras porções do Brasil.

Para Hobsbawm (2002), o pensar em nacionalismo ou nos movimentos nacionalistas é colocar também em pauta a questão do progresso. O autor considera que o processo de formação dos países, mais especificamente dos europeus, esteve alinhado com o desenvolvimento das técnicas e tecnologias. Formar um país significava colocar para seus habitantes e território um objetivo maior, alcançar, por meio da unidade cultural e social, a razão histórica do Estado nacional, lembrando que tal pensamento pode ser comparado ao projeto político getulista de nacionalismo para o Brasil:

Portanto, se o único nacionalismo historicamente justificável era aquele ajustado ao progresso - isto é, aquele que alargava, e não restringia, a escala de operação humana na economia, na sociedade e na cultura -, qual podia ser a defesa dos povos pequenos, das línguas menores e das tradições menores, na grande maioria dos casos, a não ser uma expressão da resistência conservadora ao avanço inevitável da história? Os pequenos povos, línguas e culturas ajustavam-se ao progresso apenas no caso de aceitarem um status subordinado a alguma unidade maior ou caso se retirassem da batalha para se tornar um repositório de nostalgia e de outros sentimentos. (HOBSBAWM, 2002, p. 53).

Em concordância com a posição de Hobsbawm (2002) sobre a inerência dos conflitos sociais em relação à subida do nacionalismo europeu e a corrida pelo progresso técnico, Lima (1981), tratando dos países em desenvolvimento, ressalta a discrepância, e dominação, que ocorre entre os dois extremos nacionalistas, dos que alcançam o poderio industrial e econômico, e dos povos que ficam à margem deste processo:

De um modo abstrato, poder-se-ia conceituar o nacionalismo como a atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam. [...] Se descermos, porém, ao mundo real, verificaremos que nem todos os povos são independentes, apesar de diversos deles constituírem unidades nacionais de feições bem definidas. Verificaremos, também, que, entre os Estados politicamente independentes, alguns há mais independentes que outros, porque enquanto certos dentre eles são Estados industrialmente adiantados, economicamente poderosos, outros são Estados industrialmente atrasados, economicamente fracos. (LIMA, 1981, p. 71).

Hermes Lima (1981) ainda analisa a maneira como a subida ideológica da força nacional e territorial no Brasil encontrou seu fundamento no substrato territorial do país, mais especificamente no petróleo, no período getulista: “A posição nacionalista colocou o interesse nacional na liderança do problema do petróleo, determinando assim que ele fosse encaminhado não ao sabor de conveniências técnicas comerciais dos trustes, mas sob a pressão de nossas necessidades e das reivindicações do nosso desenvolvimento.” (LIMA, 1981, p. 73).

Todas as ações da bandeira da modernização foram amplamente revestidas pela propaganda política, pelo nacionalismo getulista em seu estado puro de ação, um dos principais alvos dos opositores desta política em toda a passagem de Vargas pelo poder central brasileiro. A (re)construção nacional, ou melhor, a produção da nação pelo nacionalismo modernista e progressista de Vargas ainda está por ser inteiramente decifrado em sua completude, conforme presente nas palavras do próprio chefe de Estado:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1941, p. 228).

Para alcançar a modernização desejada, era preciso trazer especialistas para a empreitada utopista do progresso. O peso simbólico na escala nacional não era o suficiente para o projeto getulista para o Brasil, era preciso uma atitude e ações de maior impacto, diretamente da estrutura, organização e relações sociais do país.

A visão para o futuro e a ambição para o progresso formavam a verdadeira base para a composição do novo “cidadão brasileiro”, trabalhador representante desta nação do porvir. Porém, mais que isto, era preciso ter um grupo de trabalho para se chegar neste patamar; assim, deu-se a construção geográfica e histórica – e seus respectivos órgãos de alojamento –, por meio de historiadores e geógrafos, a fim estruturar a base para a chegada do progresso tão esperado e planejado:

Ao movimento de renovação ligaram-se estreitamente diversos especialistas estrangeiros, que foram ativos transmissores da cultura geográfica moderna. Imprimindo a orientação científica dos métodos de pesquisas geográficas, introduzindo ou aperfeiçoando a técnica das observações sobre o terreno, estimulando as pesquisas iniciais, divulgando os processos modernos do ensino geográfico, estabelecendo e sistematizando as normas de elaboração e de redação de um trabalho geográfico, descendo, posteriormente, ao esclarecimento de pormenores técnicos relacionados com o trabalho de campo, nas pesquisas originais de geografia regional, debatendo, em seminários ou em tertúlias, temas e questões da maior importância geográfica, os professores estrangeiros imprimiram, efetivamente, uma grande orientação ao movimento renovador da geografia no Brasil. Pela primeira vez no país, os estudos geográficos e as pesquisas realizadas foram levados a efeito ou tiveram a orientação de geógrafos propriamente ditos. (PEREIRA, 1994, p. 439-440).

Alguns dos principais órgãos, instituições e organizações de Getúlio Vargas podem ser listados, por fundação e área de atuação; havia, de fato, toda uma estrutura de organização das esferas simbólica, econômica, científica, histórica, cultural, social, política, dentre outras. Cada uma destas instituições tinha como área de atuação um dos “braços” do novo ideal de Brasil, desde estudos históricos e geográficos, centros de treinamento e aprendizagem para mão-de-obra especializada, até a exploração de recursos minerais, os órgãos responsáveis pela produção, difusão e controle das informações pertinentes ao governo, e também as agências de regulação de serviços específicos do Estado:



Quadro 01: Organizações e Instituições criadas durante os anos de governo Vargas

<b>Nome do Órgão</b>	<b>Ano de Fundação</b>	<b>Área de Atuação</b>
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	1934	Estudos geográficos e estatísticos
Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC)	1934	Produção, difusão e controle das informações estatais
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	1937	Estudos históricos, artísticos e culturais
Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC)	1934	Produção e Difusão da propaganda política governamental
Conselho Nacional de Geografia	1937	Estudos geográficos e referência para representantes da área
Conselho Nacional de Petróleo (CNP)	1938	Pesquisa, catalogação e exploração das reservas de petróleo
Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	1939	Controle da circulação da propaganda política e imprensa
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	1940	Exploração e produção de ferro, aço e derivados
Companhia Vale do Rio Doce	1942	Exploração das reservas de recursos minerais
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1942	Ensino e aprendizagem de cursos profissionalizantes para o setor industrial
Fábrica Nacional de Motores	1943	Pesquisa e produção de motores para o mercado e sociedade civil
Hidrelétrica do Vale do São Francisco	1945	Produção de energia elétrica para as regiões Nordeste e Sudeste (Minas Gerais)
Serviço Social da Industrial	1946	Ensino e Aprendizagem para atuação no mercado de trabalho
Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás)	1953	Pesquisa, exploração e comercialização de petróleo e derivados

Fonte: organizado pelo autor.

Muitos destes órgãos foram renomeados, adaptados, expandidos, extintos ou reelaborados pelos governos posteriores ao de Vargas. Mas, inegavelmente, em pouco mais de uma década de controle do Estado brasileiro, houve uma fundação estrutura e supraestrutural não vista antes, desde o período colonial, que serviu de base para direcionar muitos dos caminhos trilhados pelo Brasil ao longo do século XX.

Outros exemplos que se alinham, principalmente nas esferas cultural e científica, aos órgãos acima referidos, são as expedições científicas que foram realizadas no território brasileiro, e a eleição de certas características históricas como motivo de orgulho nacional, como foi o caso dos monumentos das cidades barrocas do interior de Minas Gerais e Goiás. Também é notável a imensa produção literária deste período, em seguimento à Semana de Arte Moderna de 1922, que serviu de base para muitas das inspirações nacionalistas dos programas de governo da época. E, de igual modo, em poucos anos muitas foram as instituições de Ensino Superior criadas ou expandidas no período citado, reforçando ainda mais o foco na produção de conhecimento a respeito deste novo Brasil.

Estes são alguns dos principais contornos da utopia nacionalista de Vargas – a cidadania regulada, as bases do Estado de bem-estar social –, que, como colocado por Costa e Suzuki (2012), contrapunha-se à noção de diversidade, já que se embasava na integração e unidade. Por fim, o símbolo nacionalista do Estado brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas estruturava-se em pilares chave para sua fundamentação e sustentação: a modernização, o trabalho e todo o seu contexto de organização e institucionalização pelo Estado, o edenismo reificado economicamente, a produção, controle e difusão da informação, a produção do conhecimento para os fins específicos do projeto político dominante, a cidadania regulada por meio da concessão seletiva de direitos aos cidadãos, a invenção e delimitação histórica e geográfica da nação brasileira, dentre outros aspectos.

### **2.3 O LABOR GEOGRÁFICO COMO PRERROGATIVA DO PROJETO NACIONAL (E IDEOLÓGICO) GETULISTA**

A Geografia brasileira do início do século XX possuía algumas características muito peculiares em suas diretrizes. A principal delas era seu caráter de importação de teorias e metodologias de outros países, notadamente França e Alemanha; no primeiro caso, em função da presença de representantes diretos deste país nos recém-fundados órgãos oficiais da ciência geográfica no Brasil, e, no segundo caso, devido à vertente determinista, organicista e estatística do conhecimento geográfico na época.

Este último tópico do segundo capítulo do trabalho apresenta duas subdivisões no desenvolvimento do argumento: “A decifração espacial em projeto” e “O pensamento geográfico brasileiro institucionalizado”. Na primeira delas, trata-se de elementos que contribuem para a compreensão da importância do papel dos primeiros geógrafos que agiram teórica e metodologicamente no território brasileiro. Na segunda, trata-se dos primeiros sinais do que podem ser considerados os passos iniciais do pensamento geográfico nacional brasileiro, ainda enraizado em uma ufania territorial edenista e secular, mas de suma importância no decurso da Geografia no Brasil ao longo das demais décadas do século XX.

Estas duas etapas contribuem para melhor entendermos as resultantes geográficas de todo uma processualística histórica e política muito mais abrangente, conforme demonstrado nos tópicos anteriores, desde a corporeidade do mito estatal até o papel da propaganda política no fortalecimento dos desígnios governistas em projetos territoriais, como foi o caso de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940, principalmente.

### 2.3.1 A decifração espacial em projeto

No final do século XIX, o território brasileiro ainda se mostrava como um grande desconhecido para a população e representantes do governo (ARAÚJO, 2013). Devido à irrefutável dimensão territorial e a um histórico de não favorecimento da integração dos limites espaciais, este fardo perdurou até o início do século seguinte, de domínio dos aparelhos estatais e projetos políticos de Getúlio Vargas.

Neste sentido, órgãos como IBGE, AGB e as sociedades geográficas, cartográficas e geológicas precedentes às duas primeiras foram de crucial importância para inúmeras investidas de superação do desconhecimento territorial que assolava o território nacional brasileiro. Deste modo, incursões científicas, censamentos populacionais, delimitações regionais e pesquisas de cunho geográfico se tornaram cada vez mais frequentes e densas à medida em que o projeto de modernização do Estado nacional brasileiro avançava ao longo das primeiras décadas do século XX, promovendo um verdadeiro movimento de compreensão do espaço geográfico, seus fatos e fenômenos:

O período da institucionalização da geografia no Brasil também se revela altamente interessante para explicar a questão proposta: L11110 pelo exame dos elementos que objetivam-na naquela conjuntura. quanto. por contraste, para lançar luz sobre sua não-objetivação anterior. Como visto, a formação de um aparato institucional dedicado a essa disciplina data da década de 1930 com a organização dos cursos universitários de geografia no Rio de Janeiro e em São Paulo (1934), a normatização da disciplina no ensino básico de alguns estados, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1935), a criação, pelo Estado, do Conselho Nacional de Geografia (1937) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1939). Tais atos, interligados, rapidamente formaram uma comunidade de geógrafos no país. (MORAES, 1991, p. 171).

Um dos principais aspectos que favoreceram a *decifração* espacial do Brasil foi a mudança de mentalidade em relação à ufania edênica em relação ao país. Se, num primeiro momento, o conteúdo sagrado imperava na discursividade edênica do orgulho telúrico, conforme os avanços tecnológicos davam-se na esteira da segunda onda de industrialização mundial, o próprio edenismo tomava contornos profanos; o que era contemplação tornou-se enfrentamento, o intocável tornou-se explorável, a apreciação deu lugar à mensuração, enfim, a *visão do paraíso* tomou novos rumos, horizontes, pois, como visto até o momento, além de ter sido “profanado” pelo homem, agora imperava o seu uso, exploração, monetarização e extração máxima das riquezas provindas deste recurso telúrico.

Portanto, ao levarmos em consideração o avanço do povoamento do território brasileiro, outros fatores agregam-se para que o modo de se olhar edenicamente este espaço produza efeito, como o conhecimento, cada vez maior, das características biomorfoclimáticas do país. Se, num primeiro momento histórico e geográfico, paisagens como a Mata Atlântica, as serras e campos sulinos e as pradarias do Cerrado fomentavam o paraíso visionado, no início do século XX, em pleno domínio político getulista, a contemplação deu lugar ao enfrentamento direto frente os confins do Paraíso, ou melhor, frente sua territorialidade não tão amistosa, e tão imponente quanto aquelas exploradas e ocupadas inicialmente: a imensidão amazônica e os infortúnios do sertão nordestino.

A postura do saber geográfico era colocada de forma pragmática a serviço do poder estatal, no sentido similar ao expansionismo preemptivo medieval dos exploradores europeus em relação às terras americanas (ALENCASTRO, 1998). Este conhecimento “técnico” sobre as regiões, população, urbanização, industrialização, potencialidades territoriais e desenvolvimento do progresso nacional, segundo Machado (2002), contribuíram tanto para singularizar como para conter o conhecimento espacial num movimento “interno”, de maneira que o esforço dos geógrafos deveria se voltar para o seu país, na mesma trilha em que o Estado, na ideologia espacial do edenismo reificado, escolhera como tal:

[...] prática geográfica, foi se pautando por um compromisso, pragmático, nem sempre explícito, com a ordenação da ‘realidade’ do país, afastando-se dos debates teóricos, pretendendo um saber útil de gestão, um saber técnico. Isso pode ajudar a explicar o isolamento relativo da geografia no campo das ciências sociais no Brasil, e a compreender os motivos que tornaram a geografia brasileira uma geografia “voltada para dentro”, ou seja, a produção geográfica no Brasil tem sido fundamentalmente uma produção dirigida para a Geografia do espaço brasileiro. (MACHADO, 2002, p.313).

Esta “produção dirigida” e “voltada para dentro” caracteriza -sepela aliança e pressão do poder da fundação estatal no saber geográfico. A institucionalização da Geografia acaba por ser o principal sinal destes tempos, entre o conhecimento e o interesse. Os órgãos de coleta, análise e difusão das informações geográficas possuíram um papel central no projeto de construção da nação brasileira, a partir do projeto político getulista e para além deste, nas décadas seguintes. Sem conhecer o território do país que almejava controlar, seria impossível para o presidente prosseguir em seus planos.

O termo instituição surge aqui, portanto, não apenas no sentido dos órgãos surgidos ou fundados nesta época. Sua etimologia remonta ao que foi apresentado na primeira parte do capítulo, ao ato de erigir os pilares do colosso estatal, o Leviatã em sua afirmação perante a

população que representa, ou domina. A territorialização do Estado, e a decifração deste espaço para o efetivo exercício de poder e implementação ideológica são as marcas das décadas iniciais do período republicano brasileiro: “[...] tem-se o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico, gerando argumentos de base naturalizante bastante úteis numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro.” (EVANGELISTA, 2006, p. 7).

Esse papel da potência do saber geográfico aliado ao Estado já foi ressaltado por alguns autores que debatem o poder das salas de aula na construção dos pilares simbólicos de um Estado nacional, tal como Rogata Gaudio (2007), Marcelo Escolar (1993) e Demétrio Magnoli (1997). Escolar, sobre a Geografia escolar e sua importância no engendramento do discurso espacial ideológico de um Estado nacional, afirma que

A “produção do espaço” no sentido em que previamente caracterizamos tal proposição, realiza-se em determinados produtos que são o resultado de um conjunto mais ou menos articulado de “práticas geográficas”. Do ponto de vista histórico, e correndo o risco de ser excessivamente simplista, poder-se-ia dizer que a Geografia, como discurso autônomo, surge no contexto do processo político da unidade alemã. Durante um século, mais ou menos, a disciplina irá paulatinamente tomando corpo no ensino superior prussiano, até ao ponto de contribuir para justificar “cientificamente”, tanto a necessidade “natural” do Estado alemão como a expansão e/ou consolidação de seus limites territoriais. Nessa perspectiva a geografia junker (tal como a Hermenêutica e a historiografia genética) construirá um discurso teórico bastante unitário em sua concepção. (ESCOLAR, 1993, p. 29 – grifo do autor).

O autor faz, ainda, considerações sobre a ligação íntima entre a apropriação do território e a formação do Estado-Nação. No caso brasileiro, a diferença dá-se em função de o país carregar, historicamente, um fardo mítico de simbolismo edênico e ufanista em relação às características naturais de suas fronteiras. O “marco referencial” da postura geográfica em relação a essa situação é o de propor e executar um novo olhar para a riqueza natural.

O pré-requisito necessário para a conformação material de qualquer Estado Nação moderno corresponde à apropriação exclusiva de um território onde montar, a posteriori, o processo de integração social ligado à hegemonia do capital e da burguesia como classe dominante. Esse “marco referencial” geográfico, cuja delimitação obedece a um sem-número de causas alternativa, é, no entanto, uma parte imprescindível da formação nacional. (ESCOLAR, 1993, p. 103 - grifo do autor).

O poder da Geografia serve este propósito: “A geografia, a partir do estudo, mapeamento, caracterização, individuação do território brasileiro frente a outros estados nacionais, fornecerá a base efetiva da construção da ideologia nacional brasileira.” (GAUDIO,

2007, p. 51). Machado (2002) ainda complementa, considerando a dedicação dos estudos geográficos e seu direcionamento para este fundo maior da ideologia política vigente, como foi o caso da ascensão do populismo e seu projeto para o Estado nacional brasileiro:

[...] o verdadeiro impulso de modernização do saber geográfico é recebido com a implantação das instituições mencionadas e das relações estabelecidas entre seus profissionais. Diversos geógrafos que dedicaram estudos à historiografia da geografia brasileira, guardando as devidas especificidades de seus trabalhos, apresentam também sua modernização a partir do processo institucional. (MACHADO, 2002, p.14).

Estes estudos não se limitam à questão nacional. Como visto nos mapas das figuras 20, 21 e 22, tocava-se, também, o âmbito internacional. Coincidentemente ou não, este é um dos principais acontecimentos dos nacionalismos ao redor do mundo, quando, ao se fortalecer internamente, os países precisam, novamente, do saber geográfico e afins, para se firmarem continental ou mundialmente: “[...] desenvolveram estudos geográficos com fins específicos, de defesa do direito do Brasil a áreas fronteiriças contestadas por países vizinhos” (ANDRADE, 1998, p. 18).

Maia (2008) e Moraes (1991) consideram que, neste período específico da historiografia brasileira e do pensamento geográfico nacional como um todo, houve uma *produção do espaço*, ou, se utilizarmos a terminologia mais social sugerida por Gottman (2012), uma espacialidade que contemplasse a nova organização social, política e econômica do país<sup>16</sup>. Houve, para tanto, o uso do mito fundacional paradisíaco, estabelecido historicamente, mas agora em outro tom, com novas representações e interpretações, pautadas na colocação deste amplo colosso natural a serviço e disposição do projeto ideológico de um novo Brasil, moderno, civilizado e direcionado a uma nova construção simbólica para sua população:

Observa-se, assim, uma época de acentuação tanto do processo de produção material do espaço brasileiro - a construção da geografia material do país ou a valorização objetiva de seu espaço - quanto de sua produção simbólica -de construção de representações dos dois planos animou a instalação no país da geografia como um campo especializado e institucionalizado. O primeiro aponta um pouco mais nesse sentido, gerando alguns institutos que se dedicam ao levantamento geográfico das áreas pioneiras, um labor desempenhado por um corpo de especialistas denominados "engenheiros topógrafos". Estes, apesar de aludirem amiúde a geógrafos e a teorias geográficas, se aproximam mais dos naturalistas dos séculos XVII-XVIII que do

---

<sup>16</sup> A *produção do espaço* ou o *espaço produzido* como tirantes episêmicos e da Geografia fic mais explícita com a chegada da ala Crítica e Radical desta ciência, temática esta que será aprofundada e contextualizada no capítulo 4 desta Tese.

pensamento geográfico europeu que lhes era contemporâneo. Este estará mais presente no plano da construção simbólica, onde, todavia, manifesta-se de modo bastante difuso, não gerando nem especialistas nem instituições especializadas. (MORAES, 1991, p. 171).

Uma nova visão do extrato simbólico tomava forma, apesar das incursões anteriores desta iniciativa, como a corrida do ouro, exploração das drogas do sertão e outras peculiaridades naturais do território brasileiro. Estas são as bases deste novo espaço produzido, uma releitura espacialista – e também ideológica – do Brasil, de modo a dialetizar a sacralização do Paraíso, violado, explorado e colocado a serviço do progresso técnico.

Recorrendo a autores deste período, podemos exemplificar a dualidade do Éden terreno. Afonso Celso, em seu *Porque me ufano do meu país*, originalmente publicado em 1900, exalta a natureza ao estilo *belle epoque*, discorrendo sobre as características territoriais que elevam o Brasil à condição de Paraíso Terreal: “Não há no mundo país mais belo do que o Brasil. Quantos o visitam atestam e proclamam essa incomparável beleza. Dentro do enorme perímetro brasileiro, encontra-se tudo o que de pitoresco e grandioso oferece a terra.” (CELSO, 1997, p. 33).

Lembremo-nos, ainda, da referência bíblica à qual todo este discurso remete, já o próprio autor não nos deixa esquecer de tal fato. Com uso da destinação edênica no continente americano em geral, e no Brasil, especificamente no que tangia à grandeza física, incorporada pelo Leviatã nacional (Estado) e projetado com toda a força possível – como visto no aparato técnico e tecnológico das propagandas políticas – do simbolismo edênico para o povo como seu herdeiro:

Somos filhos de um bondoso, sadio, robusto colosso. Refere a Bíblia que Saul foi proclamado rei, por ser mais alto que todo o seu povo do ombro para cima. O Brasil sobreleva em tamanho quase todos os países do globo. Quando lhe falecessem outros títulos à precedência (e esses títulos abundam) bastava-lhe a grandeza física. (CELSO, 1997, p. 3)

Percebe-se, porém, que, para Celso (1997), há muito mais ufanias que, de fato, uma postura de enfrentamento, já vigente nos anos de governo getulista, por exemplo. Neste ponto, alguns dos escritos de Euclides da Cunha (2000) podem evidenciar melhor o reflexo disso com uma visão mais nefasta, oblíqua e de barreira ao moderno e progresso do ser humano frente à natureza. Nota-se que o edenismo ainda está presente, mas que existe uma alteração consistente no conteúdo de sua interpretação, quando a hostilidade do paraíso é o principal ponto de exaltação no olhar para o mesmo:



A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto, o observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espontaneamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. (CUNHA, 2000, p. 113).

Cunha (2000) expressa em termos ainda mais diretos o seu ponto de vista, fazendo uso do potencial de engenho do fator humano na natureza, de modo a evidenciar a pequenez da técnica, mesmo em sua possibilidade de controle e domínio, frente à imensurabilidade do ambiente selvagem: “Realmente, para o engenheiro, num reconhecimento, a rocha, a flor, o animal surpreendido numa volta do caminho, um recanto de floresta, um pedaço de rio enevoado em corredeira ou desatado em esteirões”. O autor complementa, ainda: “[...] as mesmas estrelas que ele prende por um instante nas malhas dos retículos, tudo o que se lhe agita em roda deve impressioná-lo e interessa-lo, mas não o prende, não o manietta e não o rêmora.” (CUNHA, 2000, p. 328)<sup>17</sup>.

Este novo espaço produzido, em decifração, passível de ser controlado, dominado e compreendido encontrava-se no limiar entre osagrado e o profano, a respeito do fardo mitológico do Paraíso Terreal, presente como extrato simbólico nacional brasileiro desde o início de sua colonização: “Em suma, o jogo do Éden e do Hades não é um simples jogo inconsequente, porque nele está investido o desejo – o desejo do bem, da felicidade, da força, do poder, da prosperidade” (CABRAL, 2009, p. 09). Cabral (2009) ainda complementa seus argumentos por meio de uma análise imagética do continente americano com base nesta dialética, primordial e infiltrada em sua totalidade espaço-temporal:

Uma vez iniciado o jogo dualizante do edenismo brasileiro, a incongruência da terra acaba sendo a incongruência das gentes e estas encontram-se, finalmente, face a um dilema social de ser e não ser. O que há de demoníaco, pois, nessa terra não é o facto de ela também contemplar miséria – o diabo já rondava o Velho Continente! É o

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que o foco destas reflexões de Euclides da Cunha é o bioma amazônico, objeto de desejo dos governantes no início do século XX, tanto como reificação da historicidade edênica como também do amadurecimento do novo olhar perante a imensidão verde do Paraíso Terreal brasileiro, agora em seu vigor nefasto. Na obra em questão, *Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos*, em diferentes momentos esta mesma opinião é trazida à tona, reforçando o novo foco no olhar edênico, ainda ufanista, mas mais cauteloso, científico, temeroso e racional.

lado edênico e não o lado hadeano do Brasil que apela para uma presença especial do diabo. Essa aparência edênica cria uma dinâmica de intensificação do desejo que nunca poderá ser plenamente satisfeita e que gera, por conseguinte, um alerta demoníaco, uma perversidade. (CABRAL, 2009, p. 9).

A superação destes obstáculos lembra, em larga medida, as teorizações de Moreira (2012) sobre o conceito de “fidelidade telúrica”, que gira em torno da ideia atribuir ao espaço geográfico, ou melhor, a uma repartição deste, seja regional, paisagística ou territorial, uma significância que extrapole sua concreticidade imediata.

Essa ideia do paraíso, agora visto como um obstáculo para ser humano, que precisa ser superado por meio da tecnologia e pela visão moderna, é observável também em obras como *Inferno verde* (1908), de Alberto do Rego Rangel (1871-1945), e *A selva* (1930), de Ferreira de Castro (1898-1974). Segundo Kobs (2009), a transformação na imagem do Éden terreno é chamada de uma ideação do imaginário sacro histórico do Paraíso para sua condição em realismo hostil para o homem, num enfrentamento da natureza: “Nesse período, o fantasma do país novo é finalmente afastado e o que rendeu essa transição foi justamente o *insight* resultante da sobreposição do real ao ideal e, conseqüentemente, o fato de passar a olhar mais para dentro que para fora.” (KOBBS, 2009, p. 111).

Para Magnoli (1997), em seu *Corpo da Pátria*, era de certa forma inevitável que ao pensamento e prática geográficas coubesse lidar com as peculiaridades dimensionais, naturais e culturais do Brasil. Esta posição se aproxima do ponto de vista mais culturalista, já que, quanto mais amplo e rico for o território de uma nação, maior será sua diversidade: “Nesse terreno fértil, inventaram-se as tradições e floresceram as mitologias e as mistificações nacionais.” (MAGNOLI, 1997, p. 17).

Este pode ser considerado um dos principais motivos pelos quais houve, desde o início dos estudos geográficos brasileiros, tantas propostas, ora voltadas para os aspectos sociais, ora para os naturais, característica esta inerente ao pensamento geográfico como um todo, mas levado a cabo desde sua organização como ciência no Brasil. Nas figuras do arranjo 26 fica evidente este exercício imagético como estratégia de representação do edenismo, agora visto em forma de obstáculo natural, e não como espetáculo paradisíaco:

E quando falamos em “fidelidade telúrica”, não queremos significar com isso uma simples preferência ou inclinação dos nossos sentimentos com respeito à terra em que nascemos, pois não se trata no caso de mera atitude ou disposição sentimental, senão que de alguma coisa mais profunda e vinculativa, algo que lembra um compromisso implícito do nosso ser com a paisagem e as condições originais do seu aparecimento na vida. (MOREIRA, 2012, p. 132).

Resgatando a potência da propaganda política getulista, aliada ao amplo uso de uma ideologia especialista para o cumprimento de seus objetivos, apresentamos quatro imagens que fazem parte do acervo do Estado Novo, em sua modernização do espaço geográfico brasileiro, todas elaboradas por Jean Pierre Chabloz em 1943, e expostas no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – UFC:

Figura 26: no sentido horário, *Vai também para a Amazônia, protegido pelo SEMTA*; *Vida Nova na Amazônia*; *Rumo à Amazônia, a Terra de Fartura*; *Mais borracha para a vitória*.



Fonte: [www.encyclopedia.itaucultural.org.br/](http://www.encyclopedia.itaucultural.org.br/)

As figuras precedentes, em seu conteúdo simbólico, mostram não mais a natureza intocada dos afrescos renascentistas que representavam o Éden terreno, como os quadros de Jan Brueghel e Peter Paul Rubens. De maneira inversa, o que se vê são representações da dialética entre o ser humano e a natureza, com máquinas, trabalhos, e invasão, por parte do ser humano, no ambiente hostil, ainda que paradisíaco. Entre vegetações de seringueiras, cactos e

samambaias, o trabalho, a técnica e a visão do progresso se colocam como contraponto ideológico e simbólico ao próprio historicismo edênico europeu.

O ex-presidente Vargas, prosseguiu, ainda, em sua retórica especialista da reificação do edenismo brasileiro, num combate à sua hostilidade para garantia do progresso e modernização: “A luta contra o meio hostil deu aos nordestinos vigor individual e audácia coletiva. Foram os povoadores da Amazônia, e a sua esplendida coragem demarcou, ampliando-as, as fronteiras do Brasil setentrional.” (VARGAS, 1933, p. 371). É possível elaborar uma teoria a partir dos posicionamentos do ex-presidente, pois percebe-se uma postura de “seletividade” em relação ao quão hostil poderia ser o ambiente, o território a ser modernizado na visão modernizadora; neste ponto, o território amazônico representava uma gama de possibilidades muito maior, de, mesmo com obstáculos naturais bastante relevantes, ser possuidor de riquezas naturais muito mais viáveis do ponto de vista econômico, e de alta carga simbólica do ponto de vista político. Esta seleção para a ação depende do conhecimento científico e geográfico, de modo a potencializar o poderio político e simbólico da exploração do Paraíso em prol do projeto ideológico em curso.

Num discurso de Vargas 1953, pronunciado no estado do Ceará, aparecem algumas palavras chave para o entendimento da ambição progressista sobre esta região do Brasil, como, por exemplo, os itens técnicos necessários, a quantificação monetária e natural para o empreendimento, a presença de uma união de diferentes atores e vetores, internos e externos, para garantir o sucesso da agenda proposta, dentre outras considerações:

Uma das condições fundamentais para o progresso do Nordeste é o reaparelhamento das estradas de ferro da região e a sua coordenação em três grandes sistemas. Nesse sentido, o meu Governo mobilizará recursos no montante de mais de treze milhões de dólares e cerca de setecentos e setenta milhões de cruzeiros, destinados à compra do equipamento de tração e reformas substanciais nos traçados e na via permanente das estradas. Com esse objetivo, acabo de aprovar os projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que visam à remodelação de todas as ferrovias que atravessam os Estados do Nordeste. (VARGAS, 1953, p. 15).

E, resgatando a máxima do trabalho, da união civil e da defesa dos interesses da pátria, o ex-presidente Vargas procura englobar o Nordeste no projeto político da sua segunda passagem como chefe de Estado brasileiro, ainda relacionado aos ditames ideológicos e idealísticos do extinto Estado Novo. Direcionar este discurso, de retórica revigorada, para essa região do Brasil é sugestivo por, mais uma vez, tratar-se da população mais carente do país:

No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem

estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos (VARGAS, 1938).

O papel das escolas e do letramento geográfico era fundamental para o sucesso do projeto getulista de nação brasileira; não por acaso, uma das ações do ex-presidente voltaram-se para a educação. Novamente, os elementos retóricos de seu discurso denotam sua visão ufanista, de reinvenção do fardo mítico do paraíso enquanto território brasileiro, conforme observável em um trecho de um discurso de 1943:

A palavra do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos criadores. Concito-vos, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico, infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil (VARGAS, 1943).

A chamada do líder e mito nacional era clara e objetiva: era preciso deflagrar uma verdadeira operação de desbravamento perante os limites espaciais do Brasil. Neste ponto, regiões antes tidas como principais obstáculos para o desenvolvimento tornaram-se o alvo da ideologia espacial da ufanía edênica reificada pela ambição modernizadora. Os cartazes de Jean Pierre Chabloz e as palavras de Getúlio Vargas formam num uníssonos:

Numa época em que o dogma da fraternidade humana adquiriu novo e mais amplo sentido, não pôde haver preferências entre Norte e Sul do Brasil. A unidade nacional irmana todos os Estados e a União, mater previdente, deve atender, de preferência, àqueles de seus filhos mais urgidos de amparo. Quando se demora a atenção em o fato do flagelo das estiagens ferir de morte, periodicamente, zonas que se dilatam por seis Estados da Federação e onde se adensam populações que constituem o cerne da nacionalidade, as primeiras que manifestaram anseios de independência, após ingentes sacrifícios de sangue para manter a integridade do Brasil ainda colônia, somos obrigados a convir que o Império e a primeira Republica agiram, sobre esta questão vital para o Nordeste, com imprevidencia dolorosa (VARGAS, 1933, p. 372).

Desse modo, descobrir e decifrar a grandiosidade dos aspecto paradisíacos, em ufanía e enfrentamento do espaço geográfico brasileiro era uma missão, cuja realização, que mobilizava tanto a ciência como a pressão política e econômica, já que havia toda uma intenção de dominar e controlar o território nacional ficou ao encargo da Geografia e dos geógrafos.

Vargas (1933) é bastante específico em suas considerações a respeito da “domagem” do território hostile brasileiro com o fim de reinventá-lo. Como dito anteriormente, o Nordeste e a Amazônia são os principais alvos dos planos do ex-presidente, já que ambos figuravam como os limites fronteiros das projeções edênicas sacralizadas do Paraíso Terreal, diferentemente da profanidade do desconhecido, revivido nestas regiões:

Açudagem e irrigação constituem, no caso, o meio eficiente de corrigir as irregularidades da natureza, assim como a educação agrícola é o meio único capaz de tirar da terra, artificialmente fertilizada, a fartura e a riqueza. Correlatamente, impõem-se a aparelhagem dos portos de mar que servem á região e o aperfeiçoamento e ampliação das vias de transportes terrestres. O problema das comunicações tem, no Norte, papel preponderante, como elemento civilizador e até mesmo de fraternização nacional. O cangaço é fruto do sertão áspero, sem administração e sem justiça, isolado por falta de contacto com os centros irradiadores de progresso. Ligar por meio de boas estradas o Nordeste baiano á Capital da Republica será estabelecer o mais solido traço de união entre Norte e Sul, criando um fator preponderante para a consolidação da nossa unidade, capaz de extinguir, de vez, quaisquer veleidades regionalistas. Assim aparelhado, tornar-se-á fácil localizar, no Nordeste, vasta colonização rural, composta de elementos autóctones, que necessitarão, apenas, para progredir, de assistência técnica, agronômica e financeira. (VARGAS, 1933, p. 374-375).

O ex-presidente chamou a este movimento de marcha para o Oeste, a conquista dos sertões brasileiros, uma verdadeira arrancada territorial de desbravamento do espaço geográfico brasileiro, fazendo uso de todo o recurso técnico e humano disponível na época. No entanto, diferente do que ocorreu na porção norte do continente americano, quando tal processo se deu por iniciativas avulsas e individuais, aqui, o que se via era a promoção de políticas governamentais de desbravamento das fronteiras do Brasil, uma estatização total das medidas tomadas para tais objetivos de conquista.

O nacionalismo pátrio, assim, funde-se à ufanía edênica, encontrando, nas regiões Norte e Nordeste, seu reduto reificado, numa nova forma de ver, representar e interpretar a mitologia fundacional do território americano, conforme visto na primeira parte deste trabalho. A grandeza territorial mostrava-se como motivo de ufanía, no resgate do mito edênico americano, mas também como um algo maior, capaz de oferecer dificuldades na proporção do colosso político da ideologia dominante no governo brasileiro:

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água,

sujeitar a floresta foram nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória (VARGAS, 1941, p. 229).

Lembremos que não apenas a propaganda política fez parte do ideário do Estado Novo. O incentivo ao desenvolvimento dos órgãos universitários foi um passo importante para a consolidação da ideologia espacial, e também da ufania nacionalista de Vargas (DURANDIN, 1997). Era preciso legitimar cientificamente as afirmações da retórica integralista, a sistematização, organização, e, principalmente, a difusão destas informações constituía preocupação primordial para o sucesso da ambição modernizadora do país:

A universidade erigiu (...) uma nova modalidade cultural, implicando num tipo de reflexão constante e pontuado de exigências próprias, respaldado tanto na produção de um conhecimento voltado para a carreira, quanto num saber que exigia as preocupações com a transmissão. O profissional universitário é, ao mesmo tempo, professor. A transmissão dos conteúdos gera o esforço de sistematização dos sistemas de pensamento expresso em grandes sínteses, frequentemente apoiado em grandes discursos sobre o método. Procedimentos desta natureza são típicos da academia: o 'homo academicus' gosta do acabado. Daí a permanente discussão teórica como resultado do papel professoral. (ARRUDA, 1995, p.116).

É possível recorrermos às palavras de Getúlio Vargas para melhor demonstrar o argumento da mensuração dos potenciais exploratórios do território brasileiro. Aliar-se ao saber geográfico como fonte do poder para sua ideologia espacial em curso tornar-se-ia inevitável, fato que o próprio chefe de Estado admite, ao mencionar, por exemplo, o processo de coleta de informações da sociedade para melhor alcançar os objetivos do seu projeto político:

Com as campanhas dos mapas municipais e do levantamento intensivo das coordenadas geográficas, a primeira dessa já encerrada e a segunda em andamento, não ficou, porém, terminado o problema da atualização da carta geográfica do Brasil. Outras providências tornaram-se necessárias: A coleta de material cartográfico que sirva de elemento subsidiário para a confecção de tão útil quanto importante documento constitui, de há muito, tarefa da mais alta importância e, por isso, funcionários especializados do Conselho Nacional de Geografia veem realizando pesquisas nas mapotecas federais e estaduais, com resultados apreciáveis. (VARGAS, 1942, p. 413).

O prosseguimento dos referidos trabalhos veio depois dos mesmos demonstrarem que não somente as sedes municipais deviam possuir suas coordenadas geográficas, mas que ainda muitos outros pontos do território, tais como vilas, regiões especiais de divisas e acidentes importantes necessitavam de operações análogas para a correção de erros e omissões existentes nos mapas municipais.

Apesar da pressão e participação do poder do Estado em um projeto maior, conformado entre uma ideologia espacial, utopia edênica e um discurso modernizador, o papel da Geografia na história do Brasil destaca-se por singularidades de alto grau de importância, como seu papel na decifração do espaço geográfico brasileiro neste período. Nas palavras de Maia (2008), o signo espacial da gênese do alicerce simbólico brasileiro é forte demais para não impactar a produção intelectual da Geografia aqui presente. Portanto, estes dois pontos, a ação ideologizada do Estado e os estudos multifacetados acabam fazendo parte da essência, diferenciação e riqueza da ciência geográfica a respeito Brasil:

O tema do espaço na imaginação brasileira remonta ao início da aventura civilizatória nativa, o que lhe marcou com o signo da *origem*. Isto é, a incessante busca dos brasileiros pela sua identidade nacional invariavelmente esbarrou no problema da nossa “essência”, ou alguma qualidade atemporal e estável que resistiria ao ritmo do tempo e nos forneceria alguma segurança ontológica. Entretanto, o espaço brasileiro também foi associado à novidade, ao desconhecido e ao futuro, como se a vastidão territorial implicasse a descoberta constante de novas identidades e formas de vida. Se é verdade que boa parte da literatura dedicada ao tema associa espaço e *permanência*, também é possível destacar interpretações que conduzem a um registro mais próximo da *invenção*, numa leitura que destaca a modernidade inconclusa e aberta de nossa formação. (MAIA, 2008, p. 43).

Do ponto de vista concreto, o que confere legitimidade à ascensão da Geografia como protagonista da decifração espacial do Brasil é a sua realidade social naquele contexto. Elementos como o início da industrialização, o processo de urbanização em escala exponencial e, principalmente, o crescimento populacional em poucas décadas reforçaram ainda mais a necessidade de se entender a nova realidade, e, ao mesmo tempo, havia toda a pressão ideológica da redefinição da interpretação do mito edênico nacional voltado à busca do progresso e prosperidade:

O fato de a estrutura social do país ter-se tornado mais complexa ao longo das primeiras décadas do presente século - e, notadamente, o incremento da urbanização - acarretou a ultrapassagem das formas de representação política tradicionais, o que se expressa na instabilidade das décadas de 1920 e 1930. Nesse quadro acirrou-se em muito a luta ideológica presente no pensamento brasileiro, multiplicando-se as vertentes teóricas em disputa pela construção de uma hegemonia. (MORAES, 1991, p. 172).

Portanto, coube ao pensamento geográfico fornecer as respostas para a situação crítica em que se encontrava a população, que, mais que a própria natureza, mostrava-se como um grande empecilho para o projeto de modernização, pois de nada adiantaria trilhar o caminho do progresso sem que o povo o aproveitasse – o anacronismo histórico, arraigado à herança



imperial e escravagista ainda reverberavam no território e na população brasileira<sup>18</sup>. O conhecimento geográfico colocou-se, assim, como via pela qual seria possível atingir o novo patamar social:

Como não é possível ignorar as questões colocadas pelas sociedades e as respostas encontradas pela ciência em cada momento histórico, discuto aqui a história da institucionalização da geografia e a importância do contexto político-territorial em que esta história se deu. Tentando ir além daquilo que já aponte como o pecado original da disciplina, ou seja, a instrumentalização do conhecimento por ela produzido para o exercício do poder sobre povos e territórios, argumento que esta situação se repetiu em todas as ciências sociais, não tendo sido um desvio ideológico particular da geografia. (MORAES, 2005, p. 55).

A evolução populacional, como visto no caso das propostas de regionalização, faz parte da dinâmica inerente de um país. O fator exponencial destaca-se no período em questão, principalmente entre 1890 e 1940, período que compreende do início da República aos anos mais duros da ditadura estadonovista, e no qual houve um aumento de quase 25 milhões de habitantes. O quadro e gráfico sobre a evolução populacional no Brasil a seguir evidenciam a dinâmica deste processo, fundamental para a efetivação do trabalho geográfico neste período:

---

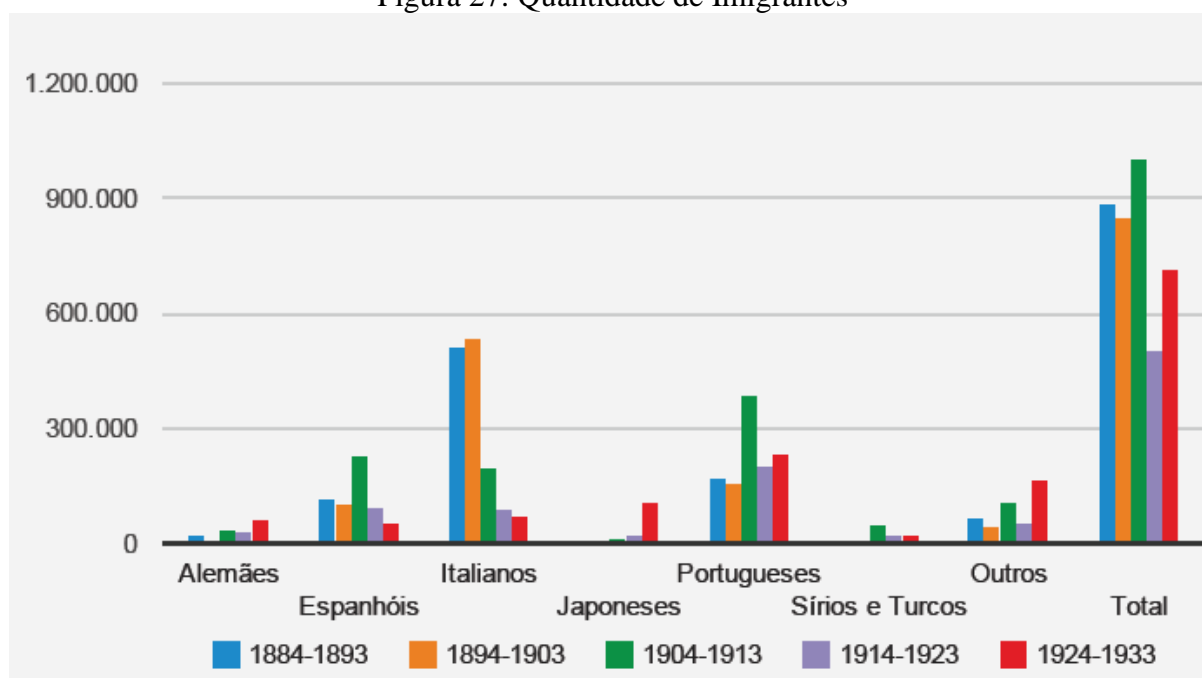
<sup>18</sup> “É interessante assinalar que, contrastando com esse quadro de dispersão no século XIX, tem-se o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico, gerando argumentos de base naturalizante bastante úteis numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro. Com a emancipação política em 1822 era necessário consolidar o Estado nacional, numa situação onde quase metade da população era constituída de escravos. Na dificuldade de identificar-se numa nação, o Estado brasileiro vai tomar o território como centro de referência da unidade nacional, tomando o seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção especialista enraíza-se na cultura política do Brasil estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas.” (EVANGELISTA, 2006, p. 7).

Quadro 02: Evolução da população brasileira

Ano	Estimativa de População	Fonte
1800	3.250.000	Celso Furtado
1808	4.051.000	Giorgio Mortara
1823	5.025.000	Giorgio Mortara
1850	8.000.000	Sen. Cândido Baptista de Oliveira
1869	10.415.000	Sen. Pompeu de Souza Brasil
1872	9.686.000 <sup>19</sup>	Diretoria Geral de estatística
1890	14.333.915	Diretoria Geral de estatística
1900	17.438.434	Diretoria Geral de estatística
1920	30.635.605	Diretoria Geral de estatística
1940	41.236.315	Diretoria Geral de estatística
1950	51.944.397	Diretoria Geral de estatística

Fonte: brasil500anos.ibge.gov.br

Figura 27: Quantidade de Imigrantes



Fonte: brasil500anos.ibge.gov.br

Conforme indicam os dados dos censamentos, é no período de 1890 a 1940 que ocorre o maior aumento populacional no Brasil. Este gráfico do IBGE sobre o impacto da

<sup>19</sup> De acordo com o primeiro Censo oficial realizado no Brasil, as outras contagens populacionais passaram a seguir esse padrão. Dados do Recenseamento *do Brazil 1872/1920*. Rio de Janeiro: (187?) 1930; posteriormente atualizados por dados do IBGE.

imigração nessa totalidade esclarece ainda mais o processo. As informações sobre a população servem como parâmetro – e contribuem para não haver, necessariamente, uma exposição demasiada de dados correlatos – para a visualização de toda uma situação social no Brasil no início do século XX. Além do fator demográfico, existe, também, a ascensão da indústria (pesada e de bens de consumo), da urbanidade com novos centros na região Sudeste, e alguns dos primeiros movimentos migratórios internos promovidos pela corrida modernizadora, como entre as regiões Norte e Nordeste durante a exploração do látex na Amazônia.

Estes dados são apenas uma fração de todo o aparato estatístico, informacional e social a respeito do Estado nacional brasileiro, imprescindíveis para o aparelho estatal e sua ideologia espacial para a fundamentação simbólica da identidade nacional: “No entanto, descobrir o Brasil em pleno século XX implicava o reconhecimento do *status* de país subdesenvolvido, postura que ocasionaria mudança significativa no modo de interpretar o Brasil.” (KOBS, 2009, p. 111). Essa interpretação visava angariar o máximo possível de informação geográfica passível de ser explorada econômica e politicamente, potencializando o processo de modernização pelo qual o país estava passando.

O que se observa neste início da protagonização da Geografia no Brasil é um fardo considerável em seu escopo teórico. O Estado, na figura de Getúlio Vargas e no agrupamento do aparelho estatal, delegou aos geógrafos, detentores das ações e teorizações, superar o lado natural e social para a composição de um nova ideiação nacionalista sobre o país: “[...] criar condições para que o ensino de geografia desempenhasse seu papel de 'disciplina da nacionalização'" (VLACH, 2004, p. 196).

Moraes (1991) é da mesma opinião: “O que foi apresentado faz desse período de transição um universo interessante para se analisar o tema da construção de uma identidade nacional em bases geográficas”. O autor ainda completa, considerando: “[...] isto é, por referência ao território e não à sociedade que o habita: um universo ainda pouco explorado, bem menos que outras abordagens que se dedicaram à análise do período (como a da história urbana).” (MORAES, 1991, p. 171). Assim, apesar do avanço, naquele período, de outras ciências, como História, Sociologia e a produção literária, à Geografia coube uma parcela maior de participação neste projeto político das primeiras décadas de uma nova República.

Aqui, chegamos a um momento histórica e politicamente crucial para o desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro. De um lado, há a ciência geográfica em sua escalada de oficialização, por meio de órgãos de estudos espaciais sobre as

características do território brasileiro, de sua população às potencialidades econômicas passíveis de exploração. De outro, estava o Estado Novo em franca consolidação e expansão dos seus objetivos de controle, domínio e conhecimento das informações a respeito do Brasil, uma verdadeira concreção da geopolítica da época, através das ações, em diferentes frentes e intensidades, pela liderança de Getúlio Vargas em seu período como chefe de Estado brasileiro.

Os censeamentos geográficos, a produção de mapas, expedições científicas, eventos temáticos e encontros entre intelectuais foram algumas das formas através das quais a ciência Geografia contribuiu de forma direta e objetiva para o alcance dos objetivos do governo Vargas. Assiste-se, num intervalo de duas ou três dezenas de anos, a uma verdadeira explosão de estudos geográficos a respeito do Brasil – em sua maioria, de natureza física e descritiva –, como notado nos boletins da AGB e do IBGE correspondentes à época. Sem as contribuições práticas e teóricas do pensamento geográfico, o projeto político getulista teria sofrido consideráveis lacunas em seu andamento.

### 2.3.2 O pensamento geográfico brasileiro institucionalizado

A Geografia só atingiu o patamar de ciência, no Brasil, \ com o advento da intervenção estatal no território. Esta particularidade se deve, principalmente, ao papel que o saber geográfico possuía na constituição do projeto político e ideológico iniciado no Estado Novo, com bandeiras como a unificação nacional, a integração espacial, a expansão econômica, a fixação de fronteiras regionais, a demarcação histórica e cultural do povo, o incentivo ao crescimento populacional nas cidades, o início da industrialização, etc.

Nesse contexto, coube à Geografia e aos geógrafos fornecer informações que fizessem jus aos objetivos almejados pelo Estado. Portanto, houve, por um lado, tanto a oficialização, por meio do reconhecimento da ciência geográfica e seu escopo prático e teórico, como também todo um movimento de institucionalização, que foi a estruturação e difusão do saber espacial através da ação direta do Estado.

No entanto, antes desta fase de oficialização e valorização do saber geográfico, já havia, no Brasil, material e produção de conhecimento sobre seu espaço, conforme defendem Moraes (2005) e Sousa Neto (2005). Segundo estes autores, apesar de ter havido, sim, um grande aprofundamento da Geografia a partir da década de 1930, o papel de representantes de áreas correlatas e mediatas foi de fundamental importância neste processo, como engenheiros, escritores, magistrados, militares, geólogos, dentre outros:

É por isso que o período que antecedeu 1930 foi considerado por muito tempo como pré-institucional ou como pré-científico, só que quase ninguém disse que havia, por exemplo, geólogos e geógrafos-físicos importantíssimo aqui. [...] Então a briga é para que nós deixemos de pensar que ciência só passou a existir entre nós depois que foram fundadas universidades, instituições de pesquisa, institutos como o IBGE. Não. Antes já havia uma ciência produzida por nós, só que era preciso eurocentricamente etiquetar essa ciência como não válida, não legítima. Por quê? Porque ela ainda não acompanhava esse processo de fazer ciência. Então a primeira briga é essa, é dizer que o que nós fazíamos aqui era ciência geográfica ainda antes da década de 30 do século XX, essa é a primeira coisa. (SOUSA NETO, 2005, p. 125).

Moraes (2005) vai mais além, questionando quem eram estes representantes do heroísmo geográfico pré-1930. Para o autor, ainda falta uma pesquisa histórica que responda essas questões, e essa falta seria justificada pela rarefação de registros que contribuam para o mapeamento das raízes da Geografia no Brasil:

Enfim, ainda se sustenta a questão de quem são os ‘geógrafos’ brasileiros antes da plena institucionalização da geografia no país. Serão os bacharéis de direito leitores

de Ratzel? Ou os ‘engenheiros-topógrafos’ egressos das escolas politécnicas? Ou ainda os ‘engenheiros-militares’ envolvidos com o levantamento cartográfico das zonas de fronteira? Ou os intelectuais médicos que discutem a relação homem-natureza? Ou os professores de geografia dos liceus? (MORAES, 2005, p. 16).

Outro fator que ajuda a compreender este contexto é que a própria quantidade (e qualidade) dos registros sobre a Geografia cresceu conforme a mesma se desenvolvia, havendo, portanto, um extrato de registros e informações muito mais denso a partir deste momento, paralelo à institucionalização da disciplina. E, como afirma Castro (2005), esta diversidade de profissionais relacionados à produção do conhecimento geográfico teorizado e utilizado na época correspondia a uma visão muito mais ampla e difusa dos seus objetivos e organização, culminando no surgimento das primeiras sociedades científicas e suas expedições de coleta e análise de informação sobre o território brasileiro:

Na primeira metade do século XIX, antes de institucionalizar-se, o campo de conhecimento da geografia ainda não estava relacionado a uma disciplina específica e permanecia um conceito guarda-chuva para uma variedade de expedições e outras atividades conjuntas com as ciências naturais e sociais, alimentando o florescimento das Sociedades de Geografia com informações sobre o vasto mundo que existia muito além das fronteiras européias. (CASTRO, 2005, p. 58).

Por estas razões, a Geografia, o pensamento e a prática geográfica passaram de uma condição amadora a um estágio superior, calcado na profissionalização de suas ações. Os interesses que regeram tal mudança partiram da própria evolução científica da época, mas também do poder do Estado e das possibilidades econômicas viabilizadas pelo poderio do saber em mãos, ou seja, o entendimento e exploração do espaço geográfico brasileiro.

Em continuidade a esta exposição das características do contexto para alcançarmos o significado específico de um fato ou fenômeno – neste caso a institucionalização da Geografia no Brasil –, podemos mobilizar a contribuição de Capel (1977), segundo quem a compreensão dos fatores conjunturais de desenvolvimento de uma ciência possibilita observar a estrutura de evolução desta ciência como um todo, assim como ocorreu com a Geografia brasileira nas primeiras décadas do século XX: “ Si llegamos a comprender los factores que condujeron a la institucionalización de unas ciencias y al fracaso de los embriones de ciencias que podían facilitar marcos alternativos de desarrollo científico quizás estaríamos en condiciones de comprender su evolución posterior y de poder proceder más fácilmente a una reorganización de los campos del saber.” (CAPEL, 1977, p. 2).

Capel (1977) ainda faz importantes considerações a respeito desta institucionalização das ciências nos países periféricos, no caso da Geografia, na formação de professores,

fundação de centros de pesquisa e encontros científicos. É um processo observável nas décadas de domínio getulista no Brasil, tanto pelo lado institucional – promovido pelo Estado –, como também por iniciativas diversificadas, como o foram as unidades da AGB:

[...] están directamente relacionados con la presencia de la geografía en la enseñanza primaria y secundaria en el momento en que los países europeos inician el rápido proceso de difusión de la enseñanza elemental, fue la necesidad de formar profesores de geografía para las escuelas primarias y medias el factor esencial que condujo a la institucionalización de la geografía en la universidad y a la aparición de la comunidad científica de los geógrafos. (CAPEL, 1977, p. 1).

E, como já ressaltamos anteriormente, tratar especificamente da Geografia no Brasil é falar de todas estas características mencionadas pelos autores apresentados, mas também do fator imperativo para a ascensão do saber geográfico, que foi a ação e intervenção do Estado. Pereira (1944) é claro ao dissertar sobre a diferença entre o quantitativo e o qualitativo na produção do conhecimento geográfico, fazendo uma referência aos períodos pré e pós 1930. A qualidade, ou oficialização do saber geográfico deu-se a partir do momento em que o mesmo fora alocado no interior dos objetivos do Estado, ou, mais restritamente, ao plano de governo de Getúlio Vargas.

Houve um alinhamento entre o saber, o labor e o desenvolvimento da Geografia juntamente com o direcionamento dos interesses estatais em voga naquele período. A palestra de cuja totalidade reproduzimos um trecho a seguir, transmitida via rádio, em 1944, demonstra claramente que alguns dos representantes desta ciência, agora vista com outros olhos, reconheciam o papel não só do Estado como entidade de emanção do poder, mas do indivíduo (Vargas) como articulador de todo o movimento que culminou, posteriormente, nos institutos, universidades, centros de pesquisa, enfim, a qualidade mencionada pelo autor:

Nosso problema, em matéria de orientação geográfica, nunca foi, então, de ordem *quantitativa* mas de ordem *qualitativa*. Muito bem; se existiu sempre, um grande número de estudiosos da Geografia – embora da má Geografia (que eles consideravam boa ingenuamente) – por que não esperar que o número aumente em favor de uma Geografia de melhor qualidade, de uma Geografia racional, uma Geografia que focalize, de preferencia, o acordo recíproco da natureza e do homem, a influência daquela sobre este e deste sobre a primeira? – De uma Geografia que se firme, com toda a sua observação desapassionada e sem desvirtuamentos, no modo – principalmente – como se plasmam, em cada lugar da superfície terrestre, o homem e a natureza? [...] O coroamento desse ambiente, indispensável, deu-nos S. Excia., o Sr. Presidente da República, não somente criando o Conselho Nacional de Geografia, como prestigiando-o, e, finalmente, reconhecendo, de público, o alto valor que a Geografia – e portanto, seus trabalhadores – possuem em face da cultura e dos destinos do Brasil. (PEREIRA, 1944a, p. 128).

Neste momento, já é possível ter um parâmetro para análise da Geografia a partir de 1930. De um modo geral, pode-se dividir a arrancada geográfica em três frentes distintas: a criação dos cursos de formação na área, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e a transformação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A direção de cada uma destas frentes determinou os rumos do pensamento geográfico brasileiro ao longo de todo o século XX, e, por esta razão, precisa ser mencionada, e, na medida do possível, delimitada em suas aproximações e afastamentos uma das outras.

No que se refere ao campo educacional, a Geografia no Brasil só obteve seus primeiros cursos de graduação durante o governo de Getúlio Vargas. Nos locais onde tais instituições de ensino foram fundadas, houve um direcionamento diferenciado das ideias e estudos. No Rio de Janeiro, houve a Universidade do Brasil (antiga Universidade do Distrito Federal) de 1935, refundada em 1937, e no estado de São Paulo ocorreu a fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934.

A criação dos cursos de Geografia denota outro ponto de preocupação do Estado em relação à população do Brasil, que era a questão de fornecer condições sociais para que o país atingisse as metas de modernização e desenvolvimento que faziam parte do projeto político em andamento. No caso dos novos geógrafos, sua função era tanta a de formação nas escolas propriamente ditas, como também a de aumentar o quantitativo de profissionais capazes de pensar a ação no espaço geográfico brasileiro:

*Se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, a partir dos anos 20 e, sobretudo, após 1930, essa tendência se reverte, começando a se incrementar uma acentuada e crescente centralização nos mais diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (14/11/1930), tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora. Trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. (FÁVERO, 2006, p. 23).*

A partir desta dualidade é que iniciaram as indicações das correntes desta ciência. No Rio de Janeiro, até pela proximidade com a central do governo federal à época, surgiu o principal órgão de coleta e análise de dados geográficos, o IBGE. E, em São Paulo, por intermédio da AGB, a ascensão de estudos mais teóricos – muitas expedições regionais – e de



reflexão sobre a situação da população brasileira tomou maior destaque nos centros de pesquisa:

Com a abertura dos cursos universitários de Geografia, tem-se o começo de uma nova fase, a acadêmica/universitária, com professores e alunos preocupados em desenvolverem a Ciência Geográfica, e torná-la cada vez mais independente, com seu próprio objeto de estudo e, ao mesmo tempo, mais "útil" à sociedade. Inicialmente, os cursos formavam os professores que faltavam às escolas, mas, ao mesmo tempo, produzia-se pesquisa. Os licenciados em Geografia foram os primeiros participantes dos trabalhos de campo regionais, o que gerou valiosas monografias sobre o território nacional. O IBGE foi fundado neste período, atendendo a uma das exigências da União Geográfica Internacional de que houvesse uma instituição governamental que empregasse geógrafos. Este foi o início da formação do técnico em Geografia, o bacharel. Outro importante órgão responsável pela divulgação e melhoria da formação dos profissionais da Geografia é a AGB. Fundada em 1934, por Pierre Deffontaines, ela reunia intelectuais que se interessavam pela Geografia do Brasil. Em 1944, geógrafos do Rio de Janeiro e São Paulo deram-lhe dimensões nacionais, com a abertura de seções locais em quase todas as capitais brasileiras. (SAMPAIO; VLACH; SAMAPAI, 2012, p. 2687).

Apesar de desse grande aumento nos estudos geográficos, a diferença entre as duas vias de desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro era notória. Conforme afirma Paul Vidal De La Blache (1845-1918) – que influenciaria toda uma geração de geógrafos em São Paulo pela escola francesa –, a Geografia não pode ater-se aos dados estatísticos, devendo colocar na pauta de seus estudos questões culturais e sociais.

O geógrafo não pode contentar-se com os números publicados nas estatísticas oficiais. É necessário que lhes junte os dados que diversas fontes lhe podem fornecer, uma vez que se trata de determinar, pela comparação dos espaços disponíveis e dos efectivos, até que ponto está realizada, actualmente, a ocupação da Terra pelo Homem. Todas as partes da superfície terrestre devem ser consideradas, o que aliás, apesar da insuficiência de certas informações, não tem hoje nada quimérico. Só o conjunto, precisamente pelas diferenças, contrastes e anomalias que permite descobrir, tem pleno significado. (LA BLACHE, 1954, p. 45).

Este posicionamento é complementado por um dos seus mais importantes seguidores, também multiplicador da Geografia Regional francesa no Brasil, Pierre Monbeig (1990), para o qual o acúmulo de algarismos – dados matemáticos – não consegue alcançar a complexidade de um estudo sobre o espaço geográfico, seus fatos, fenômenos e dinâmica relacional entre os diferentes aspectos que o definem:

Trabalhar cientificamente, tal é o louvável ideal de nossos jovens; mas, para eles, isto significa muito freqüentemente desumanizar a pesquisa. Possuem uma sólida fé nos documentos escritos, nos mais perigosos de todos: as estatísticas. Uma pesquisa de Geografia Humana consiste, no seu entender, em debruçar-se por sobre os tesouros estatísticos de uma Municipalidade ou de um serviço administrativo

qualquer; mais venham a ser acumuladas listas de algarismos e mais se pensará haver feito um bom trabalho. É isto o que chama fazer uma pesquisa sobre o terreno. (MONBEIG, 1990, p. 47).

É interessante notar que um dos aprendizes de Monbeig, Aziz Ab'Sáber, reitera justamente esta preocupação do mestre francês com os detalhes e componentes humanos na pesquisa geográfica: “A fim de colocar-nos em dia com o cotidiano da vida paulista e brasileira incentivava-nos, através da leitura dos jornais, ao mesmo tempo em que chamava nossa atenção para percebermos conjunturas diferentes das ações antrópicas sobre um só e mesmo espaço territorial.” Replica-se, portanto, a análise de porções do espaço geográfico em sua diversidade e singularidades: “Ou seja, pensar os cenários de um setor qualquer do espaço geográfico, em épocas históricas diversas.” (AB' SABER, 1994, p. 227)

A herança do organicismo e do funcionalismo, assim como a busca por uma harmonia na relação homem-natureza, também são visíveis na fala de Ab'Sáber: “Era necessário iniciar-se por trabalhos analíticos sobre temas reais, percebidos no teatro geográfico das atividades humanas, quer no mundo rural quer no urbano.”

Em suma, o que chegava à unidades acadêmicas tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro era uma proposta metodológica a respeito da Geografia e do espaço geográfico: “Antes de se iniciar nos trabalhos de campo e na percepção das relações entre os homens e a terra, e os homens e a sociedade, era impossível teorizar.” (AB' SABER, 1994, p. 226). Estas “imersões” territoriais seriam protagonizadas tanto pelos representantes da AGB, pelas suas sedes regionais, como pelo IBGE, em suas unidades estaduais. O que se observa neste relato de Ab'Sáber, mais do que uma experiência de formação geográfica, é uma característica e necessidade do labor geográfico em aumentar o alcance desta Geografia brasileira em relação ao país que representava:

Atuando separadamente, mas percorrendo caminhos semelhantes, os grupos de São Paulo e Rio de Janeiro logo decidiram congregar esforços, surgindo daí a idéia de se reunirem periodicamente para discutir em conjunto aquilo que já faziam paroquialmente (...) O papel dessa AGB nacional na formação do pensamento geográfico brasileiro foi tão importante que, a partir de 1946, deixaram os geógrafos de freqüentar os congressos da antiga Sociedade Brasileira de Geografia, que passou, inclusive, a ser por eles alcunhada de ‘veneranda’. (ABREU, 2006, p.141).

Curiosamente, tanto a visão estatística como a corrente francesa mais clássica tinham como principal referência epistemológica o positivismo de Augusto Comte (1798-1857), para quem a organização de um método científico imperava como prioridade a ser seguida pelos cientistas. No caso dos geógrafos do início do século XX, a postura não foi diferente: “O

século XIX, do ponto de vista da epistemologia, é o século do positivismo, da sua emergência e da sua consolidação. (...) A situação histórica mostra uma classe social – a burguesia industrial consolidando sua conquista do mundo”. (VLACH, 1992, p. 41).

De igual modo, tanto os profissionais da ABG como do IBGE alinharam-se à ideologia espacial vigente por meio do Estado Novo<sup>20</sup>, que alampejava, em linhas gerais, como já analisado, o progresso, modernização e tecnificação do território brasileiro. O olhar para terra, mesmo de teor mais social (regionalista) da vertente francesa, corroborou para o cumprimento de toda uma agenda política nas primeiras décadas do século XX, positivista e progressista: “Ao privilegiar a terra, o ensino de Geografia caminhou ao encontro da metodologia positivista, na medida em que não trabalhou as contradições sociais”. (VLACH, 1992, p. 43)<sup>21</sup>

### 2.3.2.1 Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB)

A AGB foi fundada no início dos anos 30 do século passado, tendo seus alicerces na Geografia francesa, com o objetivo de elaborar, difundir e amadurecer o conhecimento geográfico sobre o Brasil. Desta maneira, a associação teve sua atuação dividida em diferentes frentes, desde a formação de professores e estudantes, até a organização de expedições científicas pelo território, a fim de coletar as informações necessárias para seus estudos.

De início, mais do que uma concepção de Geografia a ser implementada, era necessário apresentar um método geográfico – o francês regional, funcionalista e organicista – , de modo a extrair deste o instrumental teórico e metodológico necessário e aplicável à realidade brasileira:

A grande contribuição da AGB ao desenvolvimento da Geografia brasileira, no período em estudo, decorre do fato de que ela reunia geógrafos de pontos diversos do País para debaterem temas e questões e realizar, em conjunto, trabalhos de pesquisa de campo; divulgava os métodos e técnicas e também os princípios

---

<sup>20</sup> Sobre a relação entre o conhecimento geográfico (e sua institucionalização) e a organização do Brasil como Estado Nação, Nogueira (2012) coloca que: “Como notado, os anos de 1930 marcam o início de um período de significativas mudanças políticas, econômicas e culturais no Brasil. Em verdade, sob o comando de Getúlio Vargas, grandes transformações atingiram a organização do Estado e da sociedade brasileira, valendo destacar o processo de centralização do poder e a criação, pelo governo federal, de inúmeros institutos, conselhos, ministérios, departamentos, companhias, fundações, enfim, aparelhos burocráticos que tinham como finalidade o controle absoluto das ações administrativas, o que foi feito pela cooptação e formação de quadros intelectuais de burocratas de perfil mais técnico que dariam contornos científicos aos projetos do governo”. (NOGUEIRA, 2012, p. 321).

<sup>21</sup> A principal exceção de um olhar voltado para questões sociais é Josué de Castro (1908-1973), com obras como *Geografia da Fome e Homens e Caranguejos*.

dominantes nos centros mais adiantados. Ela difundiu métodos de trabalho numa época em que não havia cursos de pós-graduação em Geografia, contribuindo para consolidar a formação de geógrafos mais novos ou menos experientes. Realizando reuniões em pontos diversos do território nacional e fazendo pesquisas, a AGB deu ensejo para que se conhecessem melhor estas áreas e os seus problemas (ANDRADE, 2006, p.146).

A chegada de geógrafos franceses ao Brasil, no início do século XX, envolveu um contexto atrelado, principalmente, aos campos político, econômico e cultural. Os dois primeiros campos de ação aproximam-se do projeto político e de toda a ideologia especialista vigente nos anos de governo de Getúlio Vargas. Sobre o aspecto cultural, somam-se ao movimento de produção intelectual, artística e literária, os estudos de âmbito geográfico, histórico e econômico, na constituição do arcabouço nacionalista do Estado brasileiro.

Pelo fato de não haver tantos geógrafos atuantes no Brasil, e o número de franceses na missão de divulgação ser de igual modo limitado, havia um esforço hercúleo para conseguirem realizar seus estudos sobre o território brasileiro: “Voltando à análise de Maurício de Abreu, temos em São Paulo, a fase heroica, na qual a AGB criada por Pierre Deffontaines reunia 4 a 5 pessoas em algumas vezes, depois do Pierre a AGB passou a contar com Pierre Monbeig, em contraponto”, e prossegue o autor sobre esta fase heróica e inicial da AGB: “[...] no RJ, o Conselho Nacional de Geografia ( 1937 ) passou a promover encontros e dar estágio a alunos da Universidade do Distrito Federal ( que em 1939 passou a ter o nome de Universidade do Brasil ).” (EVANGELISTA, 2006, p. 19).

Pelo olhar destes profissionais da Geografia francesa, encontram-se alinhamentos discursivos e da prática geográfica defendida por seus elaboradores. Em suma, existia um Estado nacional ainda em período de amadurecimento cultural, econômico e político – marcado por sua herança histórica monarquista e colonialista – e a vigência de um governo com objetivos ideológicos de dominação, controle e modernização territorial em plena execução. Não por acaso, nos escritos deste período, o ser humano é exaltado como o ponto a ser investido na empreitada de compreender e transformar o espaço geográfico brasileiro:

Na ótica autoritária compartilhada pelo governo e seus próceres, a existência desses amplos fundos territoriais ainda não aproveitados economicamente pelo Estado nacional colocariam a ocupação racional do território pela via da colonização dirigida como corolário do projeto estatal de reestruturação da economia e da sociedade brasileiras. O objetivo seria, fundamentalmente, enaltecer a capacidade humana de ação teleológica sobre o espaço, isto é, a intencionalidade na criação de uma nova organização geográfica, o que possibilitaria aos propagandistas oficiais subvencionados pelos órgãos oficiais de cultura converter a conquista de terras numa obrigação patriótica continuamente repostas. (NOGUEIRA, 2012, p. 325).

Pierre Deffontaines (1939) disserta justamente sobre esta postura de valorização do fator humano na superação e dominação do meio: “Já se disse algumas vezes que o país era tão grande que não estava na dimensão do homem, que sua enormidade ultrapassava os limites habituais da vida humana. É verdade que é preciso mudar aqui a escala de medidas.” (DEFFONTAINES, 1939, p. 25).

Para Monbeig (1958), a busca de dominação do meio físico com fins desenvolvimentistas configura uma situação a ser analisada e colocada em prática pelos geógrafos e pelo povo brasileiro, de modo a superar, inclusive, a carga mítica do Paraíso Terreal, a fim de alcançar a modernização do Brasil: “Pensamos, sobretudo, em destruir os mitos exóticos e em colocar à disposição do europeu curioso os elementos necessários, se não suficiente, para uma ideia clara do que são a natureza e a nação brasileiras, e dos problemas que o país enfrenta.” (MONBEIG, 1958, p. 7).

A este enfrentamento e relação entre o homem e o meio, Deffontaines (1962) denomina evolução; inicialmente, temos aquele que transforma o meio, chamado, *homo faber*, que depois, além de transformar a natureza, também compreende sua complexidade e dinâmica, por meio do conhecimento geográfico, tornando-se então o *homo geographicus*:

[...] o homem tornou-se, no domínio geográfico, um agente dinâmico; há já muito tempo não tem unicamente uma atividade de coleta; conquistou um poder cada vez maior sobre a Natureza; sabe utilizá-la, transformando-a. Assim é que aparece como elemento cada vez mais ativo da paisagem terrestre. O Globo começa a ostentar uma nova cobertura de origem humana, uma fisionomia devida ao trabalho humano. Para compreender e explicar a maior parte das paisagens dos continentes, é preciso considerar a sua ação, tanto quanto, e algumas vezes mais, a intervenção das forças físicas, climas, hidrologia, orogenia, vulcanismo. Este *homo faber* tornou-se, também, o *homo geographicus*. (DEFFONTAINES, 1962, p. 10).

Daí para o uso desta forma de pensar a Geografia e o mundo na ideologia política vigente à época não houve muita distância. Lembremos que a bandeira da unidade nacional, da modernização, civilização, progresso e tecnificação do território fazia parte de todos os esforços estatais em andamento, na própria institucionalização da ciência geográfica no país. Assim, encontram-se elementos desta discursividade tanto em Monbeig como em Deffontaines, principais difusores da Geografia francesa no Brasil durante o domínio político getulista:

Os elementos da unidade nacional, todavia, são mais fortes que os ressentimentos transitórios. Há uma força de união e esta resulta do fundo étnico comum, de origem portuguesa, e do passado de lutas pela conquista do solo, idêntico em todo o país. Os “Bandeirantes” são heróis nacionais e o “grito do Ipiranga” tem o mesmo

significado de Manaus a Porto Alegre. O Brasil possui seus mitos, aos quais os imigrantes recém-chegados não foram os últimos a aderir. A formação da consciência nacional se manifesta na procura feliz de uma música e de uma literatura brasileiras. Passou já o tempo em que artistas, escritores e pensadores seguiam a reboque o navio da Europa [...]. O sentimento nacional não repousa apenas sobre a ideologia; apoia-se sobre uma infra-estrutura sólida que é aquela que os historiadores, sociólogos e escritores analisam. Os fatores e as modalidades da conquista do solo foram, “grosso modo”, idênticas, no tempo e no espaço. Todas as regiões do país participam de uma mesma estrutura econômica de origem colonial e as estruturas sociais, legadas pela sociedade dos senhores da terra, são da mesma essência em todo país. Nelas é que devemos buscar os fundamentos da sociedade brasileira. Nelas, também, estão as fontes dos seus problemas.” (MONBEIG, 1958, p. 77-78).

No campo da ideação cultural e dos anseios civilizacionais presentes na sociedade entre o final do século XIX e início XX, com a Geografia, não ocorreu diferente. Monbeig e Deffontaines avançam, cada qual a seu modo, com as teorias e propostas metodológicas da principal referência da escola geográfica da França, Paul Vidal de La Blache. No entanto as teorias de seus pupilos, fundadores do pensamento geográfico brasileiro, encontravam modos diversificados de interpretação e aplicação, devido à toda a especificidade situacional do Brasil enquanto Estado-Nação.

La Blache (1954) fundamentou sua teoria geográfica no conceito de gêneros de vida, que consistia em diferenciar as características regionais da população no espaço. Conforme pode-se constatar na citação apresentada a seguir, o autor reitera que, para se chegar nestas peculiaridades de diferenciação, as estatísticas não são suficientes. Os autores herdeiros de La Blache adaptaram e expandiram suas teorizações, com uso de termos correlatos como *habitats* e *regiões* geográficas:

Notemos primeiro que as formas de estabelecimento, quaisquer que sejam, não estão representadas isoladamente. Se pusermos de parte algumas explorações mineiras situadas em plena floresta ou no coração de montanhas, é por enxames, de certo modo por famílias, que certos tipos se distribuem na superfície. Se é o regime de *habitat* disseminado que prevalece, as casas, herdadas ou herdades ou casais não se contam por algumas unidades, mas por centenas: é como uma poeira de habitações a cobrir o solo. [...] Mesmo as cidades têm tendência para se multiplicar e comprimir em certos pontos, como se fossem atraídas umas pelas outras. Assim, abstração feita das formas que podem surgir inopinadamente, distingue-se facilmente, que os mesmos tipos se encontram, nas regiões, ocupadas, em grande número de exemplares. Por isto, é lícito dizer que entre os sinais que contribuem paracaracterizar uma região, para marcar um país de um cunho próprio, este índice não é para desprezar. (LA BLACHE, 1954, p. 232 –grifo nosso).

No caso da aplicação destes *gêneros de vida*, *habitats* ou *regiões* no Brasil houve a questão da diversidade, precariedade e dificuldade de se compreender a presença e papel do fator humano no seu território. O rumo tomado na adaptação desta busca por distinguir os

“tipos regionais” deu-se por meio da compreensão do espaço brasileiro para melhor dominá-lo, modernizá-lo e habitá-lo, máximas presentes nas linhas maiores do projeto político e ideológico da fase populista de governo:

A bem dizer, parece não haver dúvidas de que os estudiosos enxergavam, no fenômeno do pioneirismo em geral, um relacionamento entre desenvolvimento e conquista, donde se abre, para o caso brasileiro, a possibilidade de se compreender a relação entre a conquista dos sertões e a formação da nacionalidade bem próximo à função que, nos EUA, se atribui ao “mito da fronteira”. Elaborado por Frederick Jackson Turner, historiador consagrado que havia participado das discussões iniciais da obra de Isaiah Bowman, a chamada *frontier thesis* qualifica o avanço civilizatório sobre áreas de ocupação não consolidada conferindo centralidade à expansão territorial na formação da nacionalidade e na consolidação da democracia americana: é da experiência da fronteira, sempre em movimento, que surge a liberdade, instituições e oportunidades que caracterizariam distintamente a experiência americana da europeia na construção de uma nova civilização. (NOGUEIRA, 2012, p. 325).

Na esteira do comentário feito por Nogueira (2012) estão os questionamentos de Bray (1993) sobre a maneira como esta visão culturalista dos gêneros de vida chegou ao Brasil, em argumentos como a democracia racial, o branqueamento populacional, pelo funcionalismo social, e a sobreposição de uma harmonia geográfica na complexidade social visível em todo o território nacional brasileiro:

O conceito de gênero de vida que foi desenvolvido pelos culturalistas se antepunha à teoria do conflito entre raça e meio defendida pelos darwinistas sociais. [...]Entretanto, quando o conceito de gênero de vida que foi desenvolvido para estudar sociedades simples e de organizações tribais, teve que ser aplicado em sociedades mais sofisticadas e estratificadas, onde emergiam as classes sociais com suas contradições e conflitos, os geógrafos funcionalistas-culturalistas passaram a utilizar como recurso de investigação os “tipos humanos” caracterizados pela função social e espacial que exerciam na sociedade a ser investigada. Assim, cada tipo humano caracterizado pela função social e espacial que exercia naquela sociedade, possuía o seu próprio gênero de vida. É dentro desse enfoque, que segundo Deffontaines, os operários urbanos, os fazendeiros de café, os subempregados, os comerciantes, os mascates do Brasil rural, os caboclos e os caiçaras dos anos 30, possuíam os seus próprios gêneros de vida. Como os funcionalistas-culturalistas a exemplo de Deffontaines eram liberais políticos e portanto adotavam a teoria do equilíbrio, do consenso, procuravam mostrar uma realidade que escondia os reais conflitos de interesses entre as classes sociais no Brasil dos anos 30. Pois, através do estudo dos diferentes gêneros de vida, procurava-se buscar uma proximidade e uma harmonia entre os diferentes tipos humanos classificados na sociedade, mostrando que apesar de existir distâncias sociais, gozavam do mesmo status e prestígio popular. Neste contexto, as concepções funcionalistas-culturalistas de Deffontaines, alicerçadas nos diferentes tipos de gêneros de vida existentes na sociedade brasileira da década de 30, procuravam mostrar uma realidade sócio-espacial harmônica e funcional, onde se consumava uma autêntica democracia social e racial. Com essas considerações, as classes sociais com seus conflitos e contradições foram escondidas, pois, contrariavam a índole pacífica, ordeira, fraterna e solidária do caráter nacional brasileiro, que as elites nos anos 30 alicerçadas nas teses

culturalistas, difundiram à nação brasileira, através dos cientistas “neutros” e dos professores “neutros” de geografia. (BRAY, 1993, p. 8-9).

O autor continua sua crítica ao culturalismo da Geografia francesa, expondo as contradições em suas propostas, como era o caso da questão étnica e dos tabus da miscigenação, encobertos historicamente pela chegada dos imigrantes europeus: “Deffontaines, como reprodutor das concepções culturalistas, via na miscigenação e na democracia racial um bem para o país, apesar de deixar implícito os valores do branqueamento da população brasileira.” (BRAY, 1993, p. 7).

No entanto, a contribuição teórica e metodológica de Bray (1993) ultrapassa seus questionamentos. Algumas de suas mais relevantes reflexões estão contidas em sua visão de modernização e seu entendimento do uso, pelo ser humano, do espaço geográfico, na já mencionada passagem da mudança e produção (*faber*) para a compreensão (*geographicus*).

Para Deffontaines (1944), a conquista e dominação destes sertões, e dos “mitos de fronteira” dá-se pela rede cidades, que, segundo o autor, à época de sua chegada, apresenta-se como um “país hostil ao grupamento” – urbanização –, quando se volta ao estilo de vida rural dominante em seu território, por meio de fazendas, retiros ou currais (termos utilizados pelo autor). E não apenas o meio rural, mas o *natural*, entendido aqui em sua simbologia histórica das Américas como resíduo paradisíaco, deveria ser superado, ou até mesmo eliminado na busca pelo desenvolvimento. Esta noção da natureza com principal obstáculo à modernização, progresso e futuro nacional, no sentido da exploração máxima do viés econômico dos proventos do meio, também fará parte da ideologia espacial em outros períodos históricos do Brasil, notadamente no desenvolvimentismo de JK e nos anos da ditadura militar.

O *habitat* ou *gênero de vida* rural recebe a alcunha do atraso técnico e histórico, devendo ser superado pela chegada da modernização e do progresso. A urbanização se configuraria como a superação destes obstáculos, e o símbolo do avanço social do povo brasileiro no curso da conquista de seu território: “É um assunto de reflexões singulares este do estudo do provisionamento de um país em cidades. Como uma região se proveu de aglomerações urbanas? Como nasceram elas, onde se instalaram, porque progrediram?” (DEFFONTAINES, 1944, p. 141).

A “dispersão” pelo território deveria ser utilizada como mote da modernização ambicionada e colocada em prática, e como referência para as teorizações dos recentes geógrafos chegados ao Brasil: “A vida econômica e social, por embrionária que seja, teve que tomar formas especiais para se adaptar a uma dispersão tão completa.” (DEFFONTAINES, 144, p. 141). O acaso, assim, não deveria lograr seus desígnios neste processo, cabendo



novamente à raiz funcionalista estruturar esta territorialização por meio das cidades, classificando e especificando o papel de cada porção da urbanidade existente e passível existência, tais como as reduções, aglomerações militares, cidades mineiras (ligadas à corrida do ouro e diamante no período colonial), as cidades nas estradas (pousos), as cidades de navegação e de vias férreas e as bocas de sertão.

Se Deffontaines (1944) embasou sua análise regional na densidade urbana e industrial do espaço geográfico, Monbeig (1940) utiliza, em suas análises, o conceito de paisagem, por meio da qual o desenvolvimento da sociedade seria passível de compreensão em suas nuances: “Como a cultura de um grupo evolui, sua paisagem também evolui: o mesmo suporte natural viu sucederem-se paisagens diferentes, sendo cada uma reflexo da civilização do grupo em dado momento de sua história.”

A primazia da paisagem evidencia-se em sua nomeação como conceito aglutinador das várias facetas que compõem a totalidade do meio, e sua relação com o ser humano: “Assim a paisagem não é mais considerada como produto da geologia e do clima, mas como reflexo da técnica agrícola ou industrial, da estrutura econômica ou social [...]” (MONBEIG, 1940, p. 238-239). Ainda sobre o conceito de paisagem, o geógrafo francês afirma que:

Ver como a paisagem é reflexo da civilização, tal é uma das principais tarefas do geógrafo; é um trabalho de análise que ele precisa fazer para distinguir o que provém do solo, do clima e também da técnica agrícola, da organização social. A análise da paisagem apresenta-se como um jogo de quebra-cabeças; mas, enquanto o jogo se torna logo fastidioso, é apaixonante o estudo da paisagem: apaixonante porque nos põe em contato com a humilde tarefa quotidiana e milenar das sociedades humanas; ela mostra o homem lutando sem cessar para aperfeiçoar-se (MONBEIG, 1940, p. 248).

Nestas considerações do geógrafo francês, fica evidente a proposta de uma postura metodológico para a Geografia do Brasil e seus representantes. O conceito de paisagem surge como centro de irradiação desta máxima, e acaba por contemplar muitos dos anseios analíticos e reflexivos que existiam, pelo fato de no território brasileiro haver tantas paisagens humanas e naturais quanto fosse possível expandir e aperfeiçoar esta maneira de se pensar a ciência geográfica trazida pelos mestres franceses.

No tocante à atuação dos mestres franceses e de sua influência nos profissionais da Geografia paulista na AGB, apresentam-se as matrizes culturalistas, modernizadoras e civilizacionais, predominantes de toda uma forma de pensar da época. Em outro extremo, encontra-se o IBGE, sediado no Rio de Janeiro, no qual e pelo qual a Geografia tomaria um

rumo de pensamento e ação mais distinto, seguindo padrões estatísticos, quantitativos e com objetivos de mensuração das informações geográficas.

### *2.3.2.2 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*

Diferente do que ocorreu com os geógrafos da AGB, o foco do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi outro, voltando-se muito mais para o fornecimento de informações sobre a sociedade e a natureza brasileira para o Estado, suas organizações e instituições. A fundação do IBGE já denota esta vinculação e linha de trabalho, que faria parte do dia-a-dia deste órgão durante muitas décadas.

O IBGE, mais que a própria AGB e as antigas sociedades científicas de inclinação geográfica, possuiu um papel central neste contexto. A função dos geógrafos do instituto era de fornecer os meios necessários para domar a ferocidade do Éden caído, ou melhor, do paraíso agora visto como um obstáculo para chegada da modernidade; esses pesquisadores seriam, literalmente, os arautos do futuro da nação brasileira, função que seria incendiado ainda muitas décadas depois.

Este percurso do IBGE iniciou-se com o Conselho Nacional de Geografia (CNG), que possuía uma unidade de estudos estatísticos. Por ter como objetivo angariar o máximo de conhecimento possível sobre o território brasileiro, desde sua concepção, o serviço nacional de estatísticas geográficas acabou por se descentralizar em diferentes unidades pelos estados. Esta estratégia de ação tinha como objetivo mostrar a amplitude de alcance do serviços e saberes geográfico e estatístico e, também, efetivar o melhoramento das informações geográficas disponíveis:

O Conselho Nacional de Geografia, em pouco tempo, acionou todas as unidades federadas, por intermédio de seus diretórios regionais e municipais, compostos de técnicos e especialistas locais, com o que estabeleceu a cooperação geral para o conhecimento minucioso e sistematizado do solo brasileiro, cumprindo, dessa forma, seu objetivo de incentivar e coordenar as atividades geográficas, bem integrado à metodologia da época, ao mesmo tempo em que passou a promover pesquisas e levantamentos com seus próprios recursos financeiros. (GONÇALVES, 1995, p. 32).

Se o CNG teve como papel a descentralização do labor geográfico pelo território brasileiro, no caso do Instituto Nacional de Geografia (ING) o direcionamento voltava-se à angariação de dados quantitativos a respeito da população, aspectos naturais, cidades, etc: “A criação do Instituto Nacional de Estatística ocorreu da carência de um órgão capacitado a

articular a coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País.” (GONÇALVES, 1995, p. 27).

Estes dois órgãos precederam o início dos trabalhos do IBGE: o Instituto Nacional de Estatística, fundado em 1936, e o Conselho Nacional de Geografia, criado pelo Decreto 1527, de 24 de março de 1937, ambos inseridos no âmbito da institucionalização da Geografia no Brasil. A fusão destes órgãos foi o que possibilitou o surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938:

A incorporação do conselho Brasileiro de Geografia ao Instituto Nacional de Estatística, em atividades paralelas ao Conselho Nacional de Estatística, gerou a necessidade de modificar seu nome, de modo a evidenciar integralmente as atribuições que lhe eram peculiares. Passou, assim, à denominação de *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE* -, conforme Decreto nº 218, de 26.01.1938, que também alterou, por conveniência de uniformidade da designação dos órgãos deliberativos, o nome de Conselho Brasileiro de Geografia para Conselho Nacional de Geografia. (GONÇALVES, 1995, p. 32).

Na passagem do CNG para o IBGE, alterou-se a maneira de se fazer Geografia. Continuando a diversificação espacial promovida pelo CNG, o IBGE continuou a difusão dos dados geográficos por meio de várias seções de estatística militar pelo território, de modo a aumentar a eficácia da coleta de dados geográficos. Esta ampliação do alcance espacial das ações e pesquisas era fundamental para o objetivo de propor uma organização geográfica do Brasil, no tocante às estatísticas geográficas, e para além destas:

O IBGE, no contexto de sua criação, dedicou-se à tarefa de organização do quadro territorial brasileiro, cuja configuração apresentava-se, até aquele período, irregular e desconhecida no tocante aos âmbitos geográficos de suas jurisdições político-administrativas. Esta tarefa exigiu a montagem de uma rede de serviços geográfico e estatístico em todo o País, no nível das esferas federal, estadual e municipal. Constituídos em base sistêmica, os serviços geográfico-estatísticos estavam subordinados aos dois Conselhos (Conselho Nacional de Estatística - CNE e Conselho Nacional de Geografia - CNG), cuja atribuição era a de coordenar, através de procedimentos técnico e científico, a execução dos trabalhos. A partir da coleta das informações, estas eram sistematizadas com vistas à fixação precisa dos âmbitos territoriais, tais como: a nomenclatura correta dos municípios e distritos, a resolução dos limites das jurisdições estaduais e o estabelecimento de uma nova divisão territorial. Nestas atividades, Delgado de Carvalho teve uma participação especial, na condição de consultor do CNG, em que manifestou de forma explícita suas concepções geográficas, invariavelmente associadas ao plano geral de organização nacional. (PENHA, 2009, p. 117).

O papel do conhecimento geográfico e estatístico na atuação pública do Estado deve ser colocado em relevo, tal como afirma Evangelista (2006), ao dizer que esse papel na sistematização e organização do quadro territorial brasileiro coube ao IBGE – num

movimento de união entre o interesse do Estado e o fomento do saber institucional, na forma do ideologismo científico, neste caso da ciência geográfica voltada para as intervenções do poder estatal. E, também por ter sido idealizado e colocado em prática pelo Estado, a ligação entre os conhecimentos geográficos e o poder estatal era nítida e ativa:

A criação do IBGE em 1938 refletiu, de forma significativa, o papel que os levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica poderiam desempenhar no tocante à administração do imenso território brasileiro, em via de integração sócio-espacial. Suas atribuições principais consistiam em realizar levantamentos e sistematizar informações do quadro territorial em todos os seus aspectos: físico, econômico, jurídico, político e populacional; realizar trabalhos cartográficos em variadas escalas; divulgar a cultura geográfica brasileira e promover a reorganização do quadro das unidades político-administrativas tal como a definição de limites, racionalizar a toponímia dos municípios e distritos e estabelecer uma nova divisão territorial. A não resolução destas questões poderia comprometer vários aspectos da administração pública em geral, principalmente aquelas relativas à divisão de tributos e verbas orçamentárias, regularização de terras rurais e urbanas, centros e pleitos eleitorais e conflitos recorrentes em torno da repartição do poder local e estadual e entre as elites rurais e urbanas. (EVANGELISTA, 2006, p. 16).

Os profissionais que compunham o quadro de trabalho do IBGE provinham tanto do Conselho Nacional de Geografia (localizado no antigo Distrito Federal do estado do Rio de Janeiro), como também da Universidade do Brasil (ou UDF). Assim, os principais geógrafos do Brasil encontravam-se no IBGE.

Moraes (2005) ressalta que, apesar da notoriedade e destaque do instituto, este não era o único ponto de convergência nem dos indivíduos ou estudos, havendo inúmeras iniciativas, não tão vinculadas ao Estado (como as sociedades científicas), que possuíam atuação no campo da Geografia sobre o território brasileiro: “[...], os institutos geográficos existentes não monopolizam a prática desse saber, apesar de constituírem os embriões da institucionalização do campo disciplinar, servindo de ponto de convergência para a comunidade dispersa e não especializada dos pioneiros ‘geógrafos’ brasileiros.” (MORAES, 2005, p. 32).

Os estudos, ensaios e pesquisas destes acadêmicos acabavam por se alinhar a toda uma matriz de trabalho em andamento no instituto, com elaboração de cartas regionais, coleta e análise de dados estatísticos, elaboração de relatórios socioeconômicos para os órgãos governamentais, etc.

O IBGE, uma das primeiras instituições, no mundo, a possuir um quadro de geógrafos profissionais, desempenhou o seu papel, de vez que realizou, em 1940, um censo bem mais organizado que os anteriores – 1872, 1900 e 1920 – e estabeleceu um alinhamento em que a cada dez anos se realizaria um novo censo. Infelizmente esta linha, indispensável para o conhecimento científico do processo demográfico nacional, foi interrompida em 1990. O levantamento cartográfico do

país foi feito com rigor científico e os estudiosos passaram a dispor de mapas para trabalho de campo e aplicação em estudos científicos; os estudos regionais foram sendo feitos em escalas diversas, fazendo com que a geografia brasileira se impusesse nos congressos e reuniões científicas internacionais. Os trabalhos de geografia de campo se valorizaram muito porque deram ao brasileiro o conhecimento de uma realidade viva e fiel, bem diversa da usada por filósofos sociais que estudavam o Brasil como se estivessem estudando a Europa e procurando, no país, categorias europeias ou americanas. (ANDRADE, 1995, p. 171).

Assim como pontuado por Andrade (1995), Penha (1993) reitera esta situação específica da Geografia como um todo, e do IBGE em particular no escopo ideológico, político, econômico e social da passagem getulista no poder central do Estado brasileiro. Realizar todos os estudos, da cartografia à hidrografia, da economia à delimitação de fronteiras, da toponímia dos municípios aos aspectos econômicos, todos catalogados, estratificados, analisados e divulgados fizeram com que o protagonismo do instituto se elevasse ainda mais na aliança entre o conhecimento e o poder (estatal):

A criação do IBGE em 1938 refletiu, de forma significativa, o papel que os levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica poderiam desempenhar no tocante à administração do imenso território brasileiro, em via de integração socioespacial. Suas atribuições principais consistiam em realizar levantamentos e sistematizar informações do quadro territorial em todos os seus aspectos: físico, econômico, jurídico, político e populacional; realizar trabalhos cartográficos em variadas escalas; divulgar a cultura geográfica brasileira e promover a reorganização do quadro das unidades político-administrativas tal como a definição de limites, racionalizar a toponímia dos municípios e distritos e estabelecer uma nova divisão territorial. (PENHA, 1993, p. 21 – grifo nosso).

Portanto, o salvacionismo pátrio de Getúlio Vargas estava atrelado, para garantir seu sucesso, ao discurso modernista em relação ao Brasil, fundamentado nos dados e pesquisas científicas destes órgãos oficiais. Penha (1993), ao resgatar o histórico de desenvolvimento do IBGE, utiliza-se dos dados sobre o cenário da época; a autora reconhece o alto grau de ligação existente entre os esforços científicos – geográficos – e os interesses políticos, sintetizados na figura mítica de Vargas, que, mais que ninguém, conhecia a importância de valorizar o conhecimento geográfico para o sucesso de seu projeto nacional, e observar as colocações de uma representante do próprio IBGE é de muita relevância:

Nenhuma personalidade política brasileira foi tão discutida quanto Getúlio Vargas: do irrestrito louvor e do endeusamento até a mais apaixonada crítica e a mais absoluta negação, existe todo tipo possível de julgamento. Autoritário, progressista, populista, patriota exacerbado, estadista de primeiro time e burguês. Estas seriam também as interpretações sobre sua personalidade política, que a de forma direta ou indireta provocaram, durante sua gestão política de mais de 20 anos, profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. (PENHA, 1993, p. 49).

Desta maneira, o IBGE tinha um papel duplo no âmbito do cenário político e ideológico dos anos 30 e 40. Ao mesmo tempo que alimentava a necessidade de dados mais precisos sobre o território brasileiro, para servir como instrumento estratégico de eficiência política do governo, também servia como portfólio propagandístico do projeto nacional de modernização do Brasil, pois representava o que de mais avançado existia na época em relação à tecnologias, teorias científicas, correntes de pensamento e aplicações metodológicas por todo o espaço geográfico brasileiro, em diferentes esferas de atuação, da urbanidade à população, das riquezas naturais passíveis de exploração às novas propostas de regionalização do território nacional.

Como visto, a aliança entre a Geografia e o Estado não se deu de maneira ocasional. Houve, de fato, um projeto de estudo espacial do território brasileiro. Como diria Raffestin (1993), há uma relação íntima entre o espaço e o poder – representado pelos aparelhos, ações e decisões dos aparelhos estatais –, e, num contexto de formação e estabelecimento de fronteiras, modernização e afirmação ideológica governamental, tal dualidade alcança níveis ainda mais elevados.

Mas, do lado científico (geográfico), quais foram os primeiros representantes deste órgão tão importante política e academicamente para o Brasil? Na página principal do IBGE – na seção dedicada à sua memória institucional – encontram-se alguns dos nomes de sua fase pioneira (termo ligeiramente distante do “heroico” da AGB). Alguns destes representantes, muitos nascidos ainda no final do século XIX, tinham como linhas de pesquisa a Geografia Física, Urbana, Econômica ou Rural, e, por vezes, aproximavam-se de temas como astronomia, oceanografia, geomorfologia, dentre outras áreas de teor mais aplicado, de modo a suprir a demanda destas informações por parte do governo federal.

E, como já mencionado anteriormente, muitos destes geógrafos tinham formação em áreas correlatas à Geografia, ou então direcionaram seus interesses para esta disciplina, como militares, advogados, literatos, engenheiros e historiadores, mas que, devido a sua produção e preocupação com os assuntos atinentes à Geografia, acabaram sendo enquadrados como pertencentes à aurora do pensamento geográfico brasileiro, em seu período de oficialização e institucionalização, como o foi o IBGE. A seguir, listam-se alguns destes pioneiros:

Quadro 03: Os pioneiros do IBGE

<i>Nome</i>	<i>Síntese da atuação intelectual</i>
Giorgio Mortara (1885-1967)	Jurista italiano de formação, tem estudos em áreas como economia, política, direito, estatística e mais especificamente em demografia. No Brasil contribuiu para o aperfeiçoamento das pesquisas em mensuração estatística pelo Conselho Nacional de Estatística e na Comissão Censitária Nacional.
Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956)	Fez seu estudos o campo do Direito, exerceu cargos em órgãos como Ministério da Agricultura, Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, Instituto Nacional de Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística, e como colaborador no Ministério da Educação e Saúde, para referenciar a divulgação estatística destes órgãos.
Allyrio Huguency de Mattos (1889-1975)	Engenheiro de formação pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, atuou em campos como Topografia, Astronomia e Geodésia. Além do vínculo acadêmico atuou como consultor técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atuando no Conselho Nacional de Geografia desde 1939 - Assistente Coordenador de Cartografia, Subdiretor de Geodésia e Cartografia, e Diretor da Divisão de Cartografia
Christovam Leite de Castro (1904-2002)	Com formação nos campos de engenharia e geografia, participando de diferentes comissões como: Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1946); Comissão de determinação do verdadeiro local do Descobrimento do Brasil (1947) e da Comissão de Localização da Nova Capital (1948).
Fabio de Macedo Soares (1906-1979)	Geógrafo e Engenheiro, teve passagens pelo Serviço de Estatísticas Territoriais do Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Estatística, Conselho Nacional de Geografia e do IBGE. Exerceu cargos no magistério superior voltados para ciências geográficas como: Geografia do Brasil, na Faculdade Católica de Filosofia (Pontifícia Universidade Católica - PUC), no Curso de Geografia e História (1943-1973).

Fonte: memoria.ibge.gov.br

Como exemplo da forma de se pensar e fazer Geografia destes “pioneiros”, pode-se apresentar algumas das linhas de atuação de dois de seus representantes: Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), com atuação precedente e basilar no próprio IBGE, e, também, Everaldo Adolpho Backeuser (1879-1951). A escolha por estes nomes se deve pelo fato de muitos de seus estudos servirem de base para a geração seguinte já atuante no âmbito do IBGE e do CNG, como apresentado no quadro 03.

Enquanto Delgado de Carvalho possuía uma postura mais próxima da Geografia Física e preocupação maior com a otimização das informações de mapeamento e mensuração do espaço geográfico, Everaldo Backeuser uma postura mais nacionalista e geopolítica, de forma valorizar o trabalho estatístico do IBGE, mas direcionando-oa objetivos como integração e organização nacional. Backeuser (1948) conceitua suas considerações geopolíticas tendo como referência Rudolf Kjellén (1864-1922), subdividindo a atuação da geopolítica no que o autor considera a *Ciência do Estado*, na união entre ideia como nação, território, poder, controle, fronteiras, aspectos sociais e naturais, dentre outros:

Assim a geopolítica concorre: com a ecológica, no exame da riqueza do país e na circulação: com a demopolítica, na fixação dos limites das zonas irridentas; com a cratopolítica, no exame dos limites mesmos do país, das fortificações e portos necessários à defesa das fronteiras, bem como das estradas estratégicas com sociopolítica, no modo de fixar certas divisões distritais (bairros) se escalonadas segundo a classe dos habitantes (bairros proletários, industriais, comerciais, etc). [...] A ecológica pode entrar em atrito: com a demopolítica (imigração e emigração); com a sociopolítica, quanto a classes econômicas; com a cratopolítica (inflência do Estado na vida econômica, impostos, problemas de circulação) [...] Cumpre, em cada caso, escalonar as circunstâncias específicas pelas quais o exame haja de ser encaminhado. (BACKHEUSER, 1948, p. 42)

Sobre participação direta da Geografia, ou da Geopolítica, na força e poder do Estado perante sua nação e territorialidade, Backeuser (1945) propõe uma visão mais apurada e profunda da ciência geográfica, de modo trabalhar conjuntamente com os representantes do Estado, na composição de todo o aparato de conhecimento, controle e domínio do espaço geográfico no qual se encontra determinado país:

Se, como escreveu Napoleão Bonaparte, a política dos Estados está dentro de sua geografia, a conclusão a tirar é que todo homem de governo, desejoso de possuir a real visão panorâmica dos problemas nacionais, não deve pairar nas vagas fórmulas da sociologia, mas, ao contrário, precisa-se deter no estudo concreto dos conhecimento geográficos. Ora, a geografia não é apenas a seca enumeração de uns quantos fatos, mas também, em seu largo sentido moderno, o conjunto de leis (algumas de profunda significação) que regulam os fenômenos de interdependência entre o homem e o meio, ou seja, entre o homem, o solo e o clima. [...]Mas, mesmo fora desse superior ângulo de filosofia, há outros modos de encarar a geografia,



acaso mais modestos, mas também úteis aos estadistas. (BACKHEUSER, 1945, p. 5).

Com base nas palavras do próprio autor, eleva-se o olhar científico, progressista, estadista e estratégico da ciência geográfica, assim como destacado por Anselmo (1999, p. 6), quando expõe que sua forma de pensar a Geografia era “Calcada em critérios *científicos* e *objetivos*, a proposta de divisão regional do autor, a princípio, exime-se do envolvimento ideológico com qualquer facção política ou econômica, entretanto, está plenamente carregada dos ideais do Estado getulista.”

A autora ainda complementa seu argumento estabelecendo a direção geopolítica para, além da científica e objetiva, através de uma proposta de unidade, organização e integração territorial para o Brasil “[...] A ânsia pela instalação de ordem nesse momento, sentido pelo autor, corresponde a uma ansiedade praticamente geral entre os intelectuais a fim de estabelecer a organização da unidade nacional.” (ANSELMO, 1999, p. 6). E Backheuser (1945) não exclui as contribuições da Geografia francesa na concepção de sua própria forma de pensar esta ciência, tendo, de um lado, os aspectos humanos, e de outro, os naturais, assim como ocorria, por exemplo, no conceito de paisagem de Pierre Monbeig:

Na indecisão de reconhecer o que é e o que não é geográfico, surgiu a necessidade de procurar algo que autenticamente qualifique a nova ciência. No campo da geografia física passa a ser considerada típica e diferencial a caracterização e evolução das "formas" de relevo, a princípio com o nome de fisiografia e depois com o de geomorfologia. Na geografia humana assume destaque especial a ecologia humana, particularmente o estudo dos "gêneros de vida". (BACKHEUSER, 1945, p. 7).

Já a atuação profissional de Delgado de Carvalho teve maior destaque no Conselho Nacional de Geografia, e ele figura entre os geógrafos que primeiro forneceram informações, dados e pesquisas de cunho quantitativo para o início dos trabalhos no IBGE; de fato, muitos estudos posteriores à fundação do instituto possuem o autor como referência.

No esforço destes estudos de cunho mais físico e mensurador do espaço geográfico, o autor faz um contundente estudo geológico, oceanográfico e geográfico da costa atlântica, que apresenta em seu ensaio *O Atlântico* de 1939, dividindo sua exposição do início das grandes navegações no século XVI até o início do século XX, em *Época das Lendas e das Tradições*, *A Época dos Navegadores e das descobertas geográficas*, *A Época dos oceanógrafos e dos Cruzeiros Científicos*, *A Época dos Técnicos e das Pesquisas metódicas*, focando sua análise nos aspectos físicos tanto da parte continental como litorânea das fronteiras do Brasil. Nestes

estudos, fica evidente a influência das correntes científicas de maior alcance no final do século XIX, como o organicismo, o positivismo, e até mesmo do determinismo geográfico:

É incalculável o alcance filosófico e educativo que tem o estudo da geografia, na sua concepção moderna. Há poucos assuntos que prestem mais à meditação dos homens do que estes vestígios mudos de tempos imemoriais. A geologia revela todo o passado de movimentos ingentes, executados em períodos que se contam por milhões de anos. A natureza atual aparece apenas como uma fase de uma evolução longa e lenta, ainda longe de seu termo. Nasce então a ideia do ciclo vital: ciclo vital dos rios, ciclo vital das montanhas, ciclo vital dos climas. Tudo nasce, envelhece, é erodido, desgastado e aplainado, para rejuvenescer em novas formas, em outros ciclos que constituem a palpitante e dramática história da Terra. E o homem nela aparece apenas como um incidente mínimo, uma poeira, mas uma poeira que pensa, pois a sua superioridade sobre o mundo é exatamente por conhecer os seus destinos, que este mundo poderoso e esmagador ignora entretanto. (CARVALHO, 1925, p.8).

A preocupação com os aspectos naturais do espaço geográfico, sua descrição, potencialidades e aproveitamento é notável nos escritos de Carvalho (1925), característica que se observa desde a titulação de seus artigos científicos, presentes nos anais do IBGE daquele tempo, até o conteúdo de suas pesquisas, sempre voltados para a busca de uma organicidade do todo do território, e de suas regiões, na composição desta totalidade: “A nossa região natural não coincide forçosamente nem com uma bacia hidrográfica, nem com um sistema montanhoso, nem com o habitat de uma planta útil, nem com uma divisão política; aproveita, todavia, cada um desses elementos, na medida do possível”. (CARVALHO, 1925, p. 14-15).

Notadamente, observa-se a inserção de uma defesa ao fator humano na constituição dos ambientes geográficos, algo já presente nas teorias francesas da Geografia da passagem do século XIX para o XX, nos gêneros de vida defendidos por La Blache, trazidos e amplificados pelos geógrafos brasileiros do início da aventura corológica nacional, conforme afirma Carvalho: “Uma das novas tendências da geografia é a de se tornar cada vez mais humana nas suas investigações. O humanismo, no sentido de estudos clássicos e modernos de tudo quanto pode interessar o homem como intelectual e pensador, não deve excluir o conhecimento científico de seu habitat, das ações e reações desse habitat sobre as condições de vida.” (CARVALHO, 1925, p.4).

Carvalho (2009) ainda defende a necessidade de reconhecimento da produção geográfica brasileira antes dos geógrafos franceses. O autor expõe claramente a influência do pensamento organicista e funcionalista do Velho Mundo em seus escritos; o Brasil orgânico visualizado pelo autor aproxima-se da concepção de ocupação espacial pelas cidades de Deffontaines, e, inclusive, o mestre francês é citado em suas considerações:

O problema dos *vácuos*, se de fato existe, se reduz a umas poucas manifestações locais, quando certas células param de crescer e ficam, por algum tempo estacionários, devido a certas circunstâncias econômicas que não afetam a vitalidade geral. Não há dúvida, entretanto, que estas circunstâncias devem ser estudadas em todas as suas conseqüências. Por isso mesmo são do mais alto interesse os estudos que, como os de Preston James, de Pierre Monbeig, de Sergio Milliet, de Deffontaines, analisam o fenômeno geográfico. (CARVALHO, 2009 [1941] p. 127)

Estas teorias vão de encontro aos anseios políticos em dois pontos, o da corporificação do Estado pelo território e governante, e também pelo projeto de unificação e integração nacional que se inicia com Getúlio Vargas e que perdura até os últimos governos militares. O autor ainda trata da questão étnica, no que chama de “marcha de expansão”, termo que ecoa a marcha de Vargas, de maneira a evidenciar que o alinhamento político e científico harmonizavam-se nestes pontos. Era preciso enfrentar a dimensão do território nacional, seus desafios, medos, mitos e imaginários, para romper o atraso em que se acreditava estar mergulhado neste período.

Por fim, tendo como base alguns excertos de geógrafos deste período, observa-se que a grande parte dos teóricos da Geografia deste período postulavam suas análises nos preceitos dominantes no cenário mundial desta ciência, principalmente nas correntes francesa e alemã, que, respectivamente, estavam enraizadas na descrição das parcelas do espaço geográfico, de modo a identificar os aspectos de cada uma destas partes, formando assim uma totalidade orgânica, capaz de evoluir como um ser vivo, e estavam preocupadas em unificar as espacialidades, ainda tendo a organicidade por embasamento, mas focando a questão do controle e domínio do território; de fato, a evolução do território chegaria a tomar ares de discursividade bélica, como foi o caso do auge da geopolítica alemã até meados do século XX.

Ambas as correntes influenciariam o pensamento geográfico durante décadas, até as incursões de inovação epistêmica da Nova Geografia e da Geografia Crítica, ambas com crescimento mais acentuado a partir do fim dos anos 1960 . Nota-se que o discurso do território orgânico e do seu poderio simbólico e soberania frente à população encaixam-se perfeitamente nos aludidos precedentes simbólicos, imaginativos e ideológicos do ufanismo edênico brasileiro, presentes há séculos, mas reificados na realidade histórica e geográfica do século XX, em diferentes roupagens, leituras, representações, interpretações e implementações em âmbito nacional.

A influência da escola francesa de Geografia constaria quase na totalidade do século XX, principalmente, como visto, pela situação de precariedade de conhecimento geográfico a

respeito do Brasil neste período específico. Tanto a visão orgânica como a busca por uma padronização espacial com base em agrupamentos característicos de porções do espaço – regiões – serviram de máximas para os geógrafos contemporâneos desta época, como, por exemplo, nas sucessivas tentativas de estabelecer uma regionalização efetiva e definitiva do território brasileiro, da chegada dos mestres franceses até meados dos anos 1980.

Com o passar dos anos após o domínio getulista, surgiu uma nova forma de enxergar o espaço geográfico brasileiro. As organizações e instituições de coleta e análise de dados já estavam estabelecidas, como o IBGE e IPHAN. Portanto, era preciso dar um passo adiante na ideologia espacial do progresso e futuro, por meio das políticas desenvolvimentistas, principalmente no auge de seu maior representante, o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Esta nova fase será analisada com maior profundidade no terceiro capítulo da Tese, quando o foco analítico se detém, de forma mais breve, aos governos populistas, e de maneira mais aprofundada ao quinquênio do governo JK, sua ideologia espacial, ufania nacionalista, empreendedorismo estrutural, propagandismo político e expansão das bases getulistas de se operacionalizar os aparelhos de Estado em prol de interesses singulares do programa de governo vigente e sua agenda de ações.

### CAPÍTULO 3: O DESENVOLVIMENTISMO [1946-1964] – A CONTINUIDADE DO PROGRESSO TERRITORIALIZADO

Figura 28: Juscelino Kubitschek em sua primeira visita ao Planalto Central, 1956.



Fonte: <http://www.memorialjk.com.br/>

*“Eu encontrei um viajante de uma terra antiga  
 Que disse:—Duas gigantescas pernas de pedra sem torso  
 Erguem-se no deserto. Perto delas na areia,  
 Meio afundada, jaz um rosto partido, cuja expressão  
 E lábios franzidos e escárnio de frieza no comando  
 Dizem que seu escultor bem aquelas paixões leu  
 Que ainda sobrevivem, estampadas nessas partes sem vida,  
 A mão que os zombava e o coração que os alimentava.  
 E no pedestal estas palavras aparecem:  
 "Meu nome é Ozymandias, rei dos reis:  
 Contemplem minhas obras, ó poderosos, e desesperai-vos!"  
 Nada resta: junto à decadência  
 Das ruínas colossais, ilimitadas e nuas  
 As areias solitárias e inacabáveis estendem-se à distância.”*  
 (Ozymandias, de Percy Shelley, tradução de Eugenio da Silva Ramos)

### 3.1 AS BASES DO DESENVOLVIMENTISMO NACIONALISTA

Há de se reforçar que a escolha do recorte analítico – político, econômico e histórico, principalmente – vem ao encontro da matriz hipotética que sustenta as bases dos argumentos delineados em cada etapa do trabalho: a questão do edenismo como aporte simbólico, imagético\imaginativo e cultural em relação ao Estado e nação brasileiros. Se as referências mais ingênuas ao cânone ideológico desvelam-se no tempo, a sua força como ideiação nacionalista reifica-se a cada nova passagem de governo nos poderes do Estado nacional brasileiro, fornecendo-nos um fio condutor que permite alinhar a crítica – como cisão situacional, ou casuística – de um tema, período, circunscrição espacial, etc., condições estas expostas na abertura do presente estudo.

Após a exposição efetuada no segundo capítulo desta Tese, a etapa que se apresenta neste momento segue a periodização proposta na organização do estudo, remetendo, assim, ao recorte temporal de 1946 a 1964, que compreende as referências históricas do desenvolvimentismo brasileiro. Há, de igual modo, neste momento da análise, uma alteração no foco temático, voltada à estrutura estatal correspondente ao período em destaque.

As figuras políticas tomaram o protagonismo desta época no Brasil. Assim como nos versos de *Ozymandias* de Percy Shelley, os governos que formaram o dueto populismo\desenvolvimentismo estruturam-se em pilares como a monumentalização de obras públicas, o uso excessivo dos meios de comunicação de massa, a habilidade discursiva em suas campanhas e ações, a busca por alianças entre o aparelho estatal e a iniciativa privada para o crescimento da economia, dentre outros aspectos que singularizam a história política do país.

Dessas figuras, sem dúvida Juscelino Kubitschek (figura 28) aproxima-se dos anseios do rei dos reis, tentando, com todos os artifícios de que dispunham, estabelecer seu nome na história do Brasil. Herdeiro primário do populismo getulista, JK simbolizou, em si mesmo, uma destinação messiânica em relação ao Brasil, assim como o fizera antes o ex-presidente gaúcho. Na imagem de 1956, podemos observar claramente a ambição do político, colocando-se como o representante de nosso povo a “desbravar” o coração do território, ato este consumado na grandiloquente construção da nova capital nacional, dentre outras nuanças de sua passagem pelo mais alto posto do poder executivo brasileiro, temas que serão tratados nesta etapa da análise da presente Tese.

### 3.1.1 Sobre o desenvolvimentismo

Neste primeiro tópico, serão analisadas as bases do desenvolvimentismo brasileiro, um dos pilares de toda a postura populista. O olhar geográfico deve prevalecer neste percurso – novamente, fazendo-se uso de referências bibliográficas, imagéticas ou demais formas de expressão discursiva, que permitam expandir o estofo analítico para os objetivos do estudo proposto –, de modo a apresentar as nuances que permeiam a prática e pensamento da política progressista dominante nas décadas de 1950 e 1960.

O nacional desenvolvimentismo é delimitado entre os anos de 1946 e 1964, com picos de significância, política e econômica, justamente nos governos mais populistas do período, ou seja, sob a liderança de Vargas e Kubitscheck. Em linhas gerais, esta maneira de pensar e agir – uma ideologia política, em suma – tinha como objetivos algumas diretrizes, tais como a modernização e tecnificação do território, a integração regional e ampla difusão publicitária dos feitos políticos empreendidos pelos planos estatais de desenvolvimento.

Além de contar com o predomínio de Kubitscheck como símbolo máximo de suas delineações, o desenvolvimentismo ainda aproveitou-se de outros nomes do cenário político da época, que podem ser indicados como estruturadores deste período político-econômico, tais como João Fernandes Campos Café Filho 1954-1955 PTB; Carlos Luz 1955-1955 PSD; Nereu Ramos 1955-1956 PSD; Juscelino Kubitschek 1956-1961 PSD (João Goulart, vice); Jânio Quadros 1961-1961 PTN; Paschoal Ranieri Mazzilli 1961-1961 PSD; João Goulart 1961 a 1964 PTB; Ranieri Mazzilli PSD 1964 a 1964. Lembrando que, após a passagem de todos estes governantes, muitos aspectos que estruturam o desenvolvimentismo brasileiro ainda permearam as ações políticas do Estado durante, por exemplo, os anos da ditadura militar, iniciada em 1964, e após a redemocratização, em 1986.

Durante o nacional-desenvolvimentismo, ou apenas desenvolvimentismo, seguiu-se o curso da racionalização do imaginário edênico iniciado com o governo de Getúlio Vargas nas décadas passadas, porém agora de maneira mais estruturada, tendo como bases os planos econômicos, discursos de desenvolvimento, a ideologia do progresso e a geminação de um estrategismo estatal de ação territorial, em conjunto com os usos simbólicos da ufania edênica economicizada, que chegaria aos seus picos mais tarde, nos anos mais duros do regime militar, com suas geoestratégias para o Estado nacional brasileiro.

Por ora, vejamos o que Raffestin (1993) elege como parâmetros para uma análise entre os atores e vetores sociais e o território: “Os elementos constitutivos [da relação] são: os atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades –, a

estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 38). Temos, então, os atores, no caso os governantes, representando o Estado, e sua política, carregada de intencionalidades, finalidades, mediações, linguagens e estratégias de ação, em resumo, o nacional desenvolvimentismo.

O “estrategista” não vê o terreno; mais ainda, só deve vê-lo conceitualizado, senão não agiria. É à distância que sua ação é possível e, desde então, essa distância é a única a criar o “espaço” (...). E, de fato, criado pelo conceito de ação, que pode ser a guerra, mas que também pode ser de qualquer tipo de organização, de distribuição, de malha ou de corte. O estrategista não vê o terreno, mas a sua representação. Eis o porquê de esses elementos do código sintático, que são a dimensão, a forma e a posição, permanecerem essenciais na linguagem do território, mas devem ser retomados como plano de expressão de uma semiologia conotativa (RAFFESTIN, 1993, p. 25).

Quando Raffestin (1993) diz que o estrategista (governantes, Estado) não vê o terreno na sua representação – novamente, podemos recordar a noção de *corporeidade* do Estado na projeção do seu poder no território –, podemos entender sua conceituação como a máxima intencionalidade perante o espaço geográfico, independente de suas características físicas e sociais. Como será visto no decorrer deste capítulo, um dos maiores exemplos desta noção da ação do Estado/governo no território será a construção de Brasília, as expedições ao interior do país, os planos de desenvolvimento regionais, etc.

Os dados sintáticos essenciais para o estrategista do território levantados por Raffestin (1993) são claros e incisivos na denotação da intencionalidade política, econômica e cultural do populismo nos planos de intervenção militar, que compreendem, em sua totalidade, o projeto político espacialista do progresso e modernização territorial do Brasil. JK já fazia uso do poderio estatal à sua disposição em ações que visavam concretizar os ideais de progresso, homogeneização econômica e superação dos redutos “arcaicos” presentes nos interiores regionais do país, possibilitadas pela aliança entre a estratégia política e os interesses e intervenção do poder estatal:

No que tange à articulação entre a formulação de ideologias geográficas e a prática de políticas territoriais, o governo JK inovou ao inverter o sinal de duas posições-chave da atuação varguista: a diversidade regional e a oposição litoral-interior. A variedade das regiões passou a ser avaliada como um problema para a construção nacional, sendo esta agora identificada como a formação de um sólido e bem integrado “mercado interno”. As “disparidades regionais” (para usar um termo da época) passavam a ser entendidas como uma negatividade, um sintoma de “subdesenvolvimento” que o progresso destruiria ao promover a igualdade social (que tornaria os lugares mais homogêneos ao instalar modernas condições de vida e



de reprodução social). Segundo essa visão o Brasil moderno, com o estímulo do Estado, deveria exportar seu dinamismo para as regiões do interior alterando suas “estruturas arcaicas” (para alguns autores “feudais”). Nesse equacionamento o Brasil positivo era o litorâneo, cosmopolita e articulado com os fluxos internacionais. (MORAES, 2011, p. 93-94).

Na esteira de Moraes (2011), Bastos (2006) afirma que o nacional-desenvolvimentismo teve seu início ainda no governo Vargas, como parte do seu projeto político-econômico, tendo como principais parâmetros a mudança de postura e atitude perante os recursos naturais do país, saindo da visão edênica para a sua exploração em prol do crescimento do país:

O que apresenta maior continuidade é a adesão ao ideário do nacional-desenvolvimentismo, ou seja, a vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno, superando: (i) a especialização primário-exportadora: e (ii) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação natural (passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas. Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo. (BASTOS, 2006b, 241-242).

É possível realizarmos um diálogo entre as colocações de Raffestin (1993) e Moraes (2011) com as conceituações de Gramsci (2007) – com as devidas ressalvas das casualísticas do filósofo italiano –, quando este último menciona a força que a estratégia e tática de ação do poder estatal pode chegar a alcançar em seu território: “Ao mesmo tempo, é preciso expor o que se deve entender em política por estratégia e tática, por “plano” estratégico, por propaganda e agitação, por “orgânica” ou ciência da organização e da administração em política” (GRAMSCI, 2007, p. 19), situação esta concretizada tacitamente nos planos de ação do governo JK e, também, nos anos ditatoriais.

A espacialidade exerce protagonismo na configuração do tom ideológico da estratégia de ação do Estado, pois a base concreta é imprescindível para o sucesso dos objetivos estatais: “Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.)” (GRAMSCI, 2007, p. 20). E, afora esta potência territorialista elementar na estratégia dos governantes brasileiros desenvolvimentistas, havia ainda a historicidade e geograficidade mitológica da ufanía edênica como recurso de fortalecimento, expansão e diversificação das ações do Estado.

Mas não apenas com edenismo heráldico movem-se os interesses políticos e econômicos, pautados por um olhar racional progressista sobre o território e suas benesses. Deste modo, é sugestivo que o próprio Kubitschek deixe clara sua intenção de exploração das riquezas naturais pelas vias econômica e política, esta última como meio de fortalecer a imagem do Brasil a nível internacional, principalmente. Nas palavras do ex-presidente,

Precisam os industriais e homens de negócio da grande nação do continente de se convencer de que as relações com o Brasil já não devem ser colocadas no plano do export-import, mas que somos país que tem de produzir matérias-primas e transformá-las, enriquecê-las aqui mesmo, embora devamos exportar também essas matérias-primas — pois que necessitamos, por nossa vez, de importar também o que não existe ou não foi ainda encontrado em nossa terra. (BRASIL, 2009, p. 20).

Além destes dois pontos destacados por Bastos (2006b), outras ações foram implementadas nos governos nacional-desenvolvimentistas sul-americanos. Novamente, a estratégia de ação no território comentada por Raffestin (1993) relaciona-se à hipótese do autor, pois a ideiação nacionalista é um processo histórico, e, como tal, ora assemelha-se, ora diferencia-se do processo de outros Estados-Nação. Um bom exemplo é a ideia de nacionalização, típica dos nacionalismos, que não foi completamente implementada em seu modelo desenvolvimentista, pelo fato de depender de fatores econômicos externos para atingir seus êxitos:

É claro que esta de tendência mundial de nacionalização de decisões e fluxos econômicos foi internacionalmente assimétrica, pois embora todos os países soberanos fossem induzidos a responder à crise, nem todos tinham as mesmas ideologias de intervenção, as mesmas forças políticas ou os mesmos instrumentos regulatórios, financeiros e administrativos que os capacitasse para a tarefa. De todo modo, o processo de construção de aparelhos de estado, mais ou menos adequados à intervenção econômica crescente que se tornava necessária, avançou em vários países centrais e periféricos. Assim como decisões e fluxos privados de financiamento, produção e distribuição destinavam-se crescentemente para mercados internos, Estados se aparelhavam para um ativismo inaudito na regulação de taxas de juros, câmbio, preços, salários, condições de concorrência, gasto público, políticas sociais, programas de investimentos e modernização produtiva. Por outro lado, se é verdade que a intervenção estatal sobre sistemas econômicos implicou conflitos e realinhamentos políticos que, em maior ou menor grau, prejudicou interesses tradicionalmente vinculados ao internacionalismo comercial e financeiro, países credores tendiam a continuar defendendo o interesse de investidores nacionais contra Estados receptores, periféricos ou não, que ameaçassem seus negócios com expropriação, moratória ou simplesmente prioridades políticas (por exemplo, na regulação de rentabilidade ou na alocação de reservas cambiais) adaptadas aos novos tempos. (BASTOS, 2006, p. 3-4).

Souza Brasil (2009) concorda com Bastos (2006), apresentando uma postura ainda mais crítica sobre o tema, analisando também o fato de os contrários ao desenvolvimentismo

aproximarem-lo do imperialismo americano. Para o corpo político-econômico defensor do nacionalismo, a chegada dos recursos estrangeiros deveria fazer parte dos planos de fortalecimento nacional, postura essa que, inclusive, será recorrente na substituição de importações e instalações de indústria de base do período getulista até os parques industriais automobilísticos e de bens consumo duráveis de Kubitschek:

A política de aberta associação ao capital estrangeiro, para a consecução das metas do seu ambicioso plano de governo, era amplamente sustentada numa perspectiva nacionalista, pois para JK, como para muitos nacionalistas do período, inclusive do ISEB, a ideologia nacional-desenvolvimentista nada tinha de oposição ao capital estrangeiro, desde que este aqui se estabelecesse para "ajudar" no crescimento econômico do país. Nacionalismo não rimava com antiimperialismo para o presidente bossa-nova, que se equilibrava nessa aliança entre nacionalistas e legalistas (ao mesmo tempo em que abria as portas para o capital estrangeiro) e nas críticas vindas dos setores antinacionalistas. (SOUZA BRASIL, 2009, p. 5).

Os três alvos políticos, discursivos e de ação do nacional-desenvolvimentismo foram as regiões menos povoadas do Brasil: Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Superar a desigualdade econômica e demográfica destas regiões era fundamental para a afirmação de toda a ideologia nacionalista dos governos de meados do século XX, enfrentamento este iniciado na marcha para o Oeste e o interior dos sertões do país por Getúlio Vargas. Não por acaso, as três superintendências de desenvolvimento criadas no período correspondem às regiões supracitadas:

Quadro 04: Superintendências de Desenvolvimento

Nome	Ano	Órgão de Origem	Estados
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)	1966	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1953)	<u>Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins</u> , e também <u>Maranhão</u> e extremo norte de <u>Goiás</u>
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)	1959	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1958) Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (1945)	<u>Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe</u> e Minas Gerais e Espírito Santo, parcialmente.
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)	1967	Quando instituída extinguiu a então Fundação Brasil Central (1943) mantendo seus funcionários e alguns programas vigentes	<u>Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.</u>

Fonte: elaborado pelo autor.

As três regiões, cada qual de maneira diferente, constituíram foco das atenções das superintendências. Uma das origens mais interessante é a da SUDECO, pois aproveitava o quadro de profissionais e alguns programas e projetos já existentes na Fundação Brasil Central (FBC), criada no período do governo de Getúlio Vargas, e responsável pelas expedições em regiões como o Vale do Xingu, e em estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no início da marcha para o Oeste.

O Centro-Oeste era visto como o sertão a ser povoado, urbanizado e integrado aos centros urbanos da faixa litorâneo; o Norte, como a região onde residiam com maior força e intensidade as imagens edênicas seculares, como um resguardo da riqueza territorial a ser explorada em prol do progresso da nação; e, por fim, o Nordeste, como símbolo do enfrentamento do ser humano com meio, de modo a dominar os agentes naturais, superando-os com a modernização das técnicas e tecnologias, com o objetivo de alcançar melhorias sociais, ao menos em teoria.

Deste modo, a luta do homem com o meio encontrou sua representação nas regiões Norte e Nordeste e, em menor escala, no Centro-Oeste: “[...] o sistema econômico que existe na região semi-árida do Nordeste constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região” (FURTADO, 1959, p.30).

Furtado (1959) complementa esta ideia de resistência do meio com a questão crônica da falta e racionamento do uso dos recursos hídricos da região: “O Nordeste é uma das regiões do mundo onde é mais baixo o grau de utilização da água acumulada pelo homem. Isso diz tudo. Pelos padrões internacionais, a água acumulada no Nordeste – cerca de 8 bilhões de metros cúbicos – permitiria irrigar 16 mil hectares. Todavia, lá não temos efetivamente irrigados mais de 5 mil” (FURTADO, 1959, p.31), e, também, da pobreza do solo, um empecilho para a produção agrícola e causa da baixa ocupação social: “[...] a pobreza do solo, o clima da região e a pequena carga animal que suportam os pastos não permitem uma economia de grande densidade demográfica” (FURTADO, 1959, p.59). Cardoso (2006) valoriza as contribuições de Furtado, no sentido de fornecer caminhos em direção a um olhar holístico para a situação:

Os estudos realizados sob a direção de Celso Furtado, com o auxílio dos competentes economistas do BNDE e do Banco do Nordeste, materializado no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), levaram à tomada de consciência de que o atraso do Nordeste não era uma questão limitada ao fenômeno das secas, mas se tratava de um problema mais amplo de caráter econômico em que a seca aparecia como um fator negativo inserido no contexto maior do subdesenvolvimento. Tratava-se, na verdade, de um problema estrutural, e que deveria estar situado no contexto do próprio desenvolvimento econômico brasileiro, e não apenas do Nordeste. (CARDOSO, 2006, p. 106).

O autor reforça, ainda, o problema do papel das forças políticas locais e regionais como resistência à intervenção estatal, dificultando ou desviando os recursos destinados à região, problema enfrentado também no projeto político getulista, no enfrentamento das lideranças políticas enraizadas na região. Esta situação leva a um debate contemporâneo, sobre até que ponto os problemas ambientais nordestinos são os verdadeiros empecilhos aos seu desenvolvimento, e o papel que as lideranças políticas e econômicas possuem na permanência ou resolução destes problemas.

Se, no Nordeste, a barreira da situação hídrica e pluviométrica – mas não somente ela, como frisado por Cardoso (2006) – é um obstáculo, no caso da Amazônia, a racionalização edênica encontra sua reificação. A alcunha do atraso é relegada ao Nordeste, enquanto que

áreas setentrionais e centrais do país recebem uma representação diversa, calcada na possibilidade, postura denotada em todo o movimento da marcha para o Oeste. Neste sentido, “A idéia de Nordeste que vai se construindo é a de que aquele é o lugar do atraso, do rural, do passado que resiste às mudanças. Ao mesmo tempo, como contraponto, constrói-se a imagem do Sul como espaço do progresso, da indústria, do futuro.” (OLIVEIRA, 2015c, p. s/n).

Em discurso no Palácio do Planalto, ao sancionar a lei que aprova o Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1961, o ex-presidente João Goulart (1956-1976) reitera estes anseios pela modernização e superação das dificuldades sociais na região:

Deve agora a SUDENE usar o instrumento que lhe pomos nas mãos para a ação, não para discursos ou conferências. A fase da preparação já passou. O povo não a entenderia mais, e, ainda que viesse a compreendê-la, os reclamos do estômago e os anseios de melhoria social e de integração nos direitos da comunidade nacional não permitiriam mais a vinte milhões de brasileiros a tortura da dúvida de estarem sendo ludibriados. (MARCELINO, 2009, p. 20).

Para Oliveira (2015), a relação entre a SUDEDE e o Nordeste vai mais além, remontando aos aspectos históricos de ocupação e uso do território na região. Segundo o autor, a seca sempre serviu como desculpa para a falência das estratégias políticas destinadas a acabar com os problemas sociais e econômicos do Nordeste. A questão é que o flagelo nordestino, alvo da SUDENE, é muito mais uma questão política que ambiental, pois com os recursos devidamente investidos e acompanhados, a médio e longo prazo as ações seriam elaboradas com maior concordância às especificidades locais:

Para se entender a criação da Sudene, é necessário acompanhar o processo de "invenção do Nordeste". Essa parte do território nacional foi sendo identificada ao longo do tempo como aquela que periodicamente é assolada pela seca. E a seca é apresentada como uma tragédia: sabe-se que ela vai chegar, mas não há nada a fazer diante do destino inexorável... As secas nordestinas vêm sendo estudadas desde o século XIX e já deram ocasião à formação de várias comissões propondo esta ou aquela solução. O primeiro plano de transposição das águas do rio São Francisco, por exemplo, data de 1818. Também já foi tentada a transferência dos nordestinos para a Amazônia, no fim do século XIX e nos anos 1940, quando se inventou o programa "soldados da borracha" para levar os flagelados da seca para lá. Comissões e viagens científicas fazem parte da gênese do Nordeste. É importante citar as viagens dos médicos Belisário Pena e Artur Neiva, que em 1912 percorreram vários estados da região e identificaram as condições de vida das populações locais. Foram essas viagens que produziram as primeiras mudanças na forma de lidar com os sertanejos do país. Seu resultado foi mostrar a doença, e não o clima e a raça, como o principal entrave ao progresso do interior do Brasil. (OLIVEIRA, 2015c, p. s/n).

Já nas terras da floresta equatorial, esperava-se encontrar riqueza necessária para a garantia do futuro desenvolvido. E, se do solo deveria vir a salvação econômica do país, não há exemplo melhor que as reservas de petróleo, conforme exposto por Pinto (1955, p. 549):

Embora o quadro dos problemas de combustível no Brasil não seja ainda risonho, muita coisa se tem feito e muita melhora se tem conseguido, a exemplo da descoberta do petróleo no Amazonas, ampliação dos campos da Bahia, instalação das refinarias, aumento das reservas de carvão, tentativa de racionalização da indústria carbonífera, e encontro de algumas jazidas de minerais atômicos. Há motivo para preocupação, mas nenhuma razão para desespero. É, no entanto, necessário conhecer bem a situação nesse setor, para que possamos agir realisticamente e medir melhor o grau dos esforços e sacrifícios que devemos fazer para bem do país. (PINTO, 1955, p. 549).

Além da resiliência da ideologia espacial edênica vinculada à Amazônia, recaía também sobre a região o interesse geopolítico, em função de representar a força fronteira perante os demais países da América do Sul e do mundo, e, ao mesmo tempo, servir como símbolo de ufania nacional. A principal diferença que se observa no olhar progressista para o Nordeste e o Norte é seu potencial simbólico, político e, principalmente, econômico. Este distanciamento do olhar dá-se pelo fato de, na Amazônia, haver um apelo simbólico – na reificação edênica da região para com o mito fundacional brasileiro – e das possibilidades de exploração do que se poderia encontrar na região semiárida do Brasil.

Apesar desta diferenciação simbólica entre o Norte e Nordeste, e de certo modo o Centro-Oeste, Moraes (2011) lembra-nos que a significação dessas regiões para o escopo retórico da modernização territorial perante a natureza e seus óbices é que configurava a ideia dos dois Brasis de Jacques Lambert (1973). As terras litorâneas e nos arredores de estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais representariam o Brasil conhecido e modernizado, enquanto que as regiões a oeste representariam as barreiras a serem transpostas pelas intervenções do Estado, e também do mercado, para a garantia do futuro e força de desenvolvimento do Brasil:

Uma ideia bastante difundida neste contexto foi a de coexistência de dois países, a qual retrabalhava (em novos termos) as velhas oposições entre colonização e fundos territoriais, entre civilização e barbárie, ou entre modernidade e sertão. O apelo geográfico do projeto desenvolvimentista ficava bem manifesto nas ações elencadas no Plano de Metas de JK que previa uma forte interferência na materialidade do espaço nacional, com a instalação de grandes próteses territoriais e amplos sistemas de engenharia. A transferência da nova capital, a construção de grandes usinas hidroelétricas, um ambicioso plano rodoviário, constituem exemplos das políticas territoriais do período. Um clima de entusiasmo e otimismo político legitimava este processo de construção do país agora mais aproximado de uma ideia de nação. O modo de vida moderno de uma aspiração dos projetos nacionais, passava a ser uma

vivência dos setores mais envolvidos com o surto modernizador do final da década de 1950. O elogio da novidade dominou o imaginário da inteligência nacional e uma nova sociabilidade começava a se praticar no país. O Brasil moderno parecia triunfar o arcaísmo secular. (MORAES, 2011, p. 94).

Para o Estado, na figura dos governantes populistas\desenvolvimentistas, as vastas terras e possíveis riquezas, antes ufanizadas pelo mito edênico, agora representavam um problema de nível institucional e, assim, deveriam ser tratadas pelas políticas de intervenção política e econômicas de seus projetos nacionalista\nacionalistas. Nas palavras de Kubitschek,

A Amazônia não pode ser apenas um tema literário, um assunto internacional, um paraíso de histórias exóticas, um campo para aventureiro em busca de emoções novas. A Amazônia não é mais um mundo ao nascer, um mundo estirando os braços ao seu despertar. A Amazônia é um problema de govêrno que deve ser colocado com grandeza e exatidão. É mais do que um problema de govêrno: é na verdade um problema de consciência da nacionalidade. (BRASIL, 2009, p. 11).

As intervenções estatais destinadas à região Norte (como a SUDAM) estruturam-se a partir destas prerrogativas: “Do discurso e de tímidas medidas anunciadas para a região, passa-se a considerar a Amazônia como prioritária no projeto geopolítico concebido para a modernização da sociedade e do território nacionais e para alcançar um novo padrão de inserção do país na ordem planetária.” (BECKER, 2009, p. 219). Becker reforça a importância regional da Amazônia no continente americano, levantando algumas preocupações acerca desta condicionalidade geopolítica:

Em nível continental, duas preocupações se apresentavam: a migração, nos países vizinhos, para suas respectivas Amazôniaas que, pela dimensão menor desses países, estão situadas muito mais próximas dos centros vitais de cada um deles, e a construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir a capturar a Amazônia continental para a órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente e na saída pelo Atlântico. Finalmente, em nível internacional, vale lembrar a proposta do Instituto Hudson, de transformar a Amazônia num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos, o que certamente não interessava ao projeto nacional. (BECKER, 2009, p. 220).

Diferentemente do que ocorreu com as atuações da SUDAM e SUDENE, na região Centro-Oeste os alvos foram, principalmente, os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com suas já estabelecidas propriedades de produção agrícola. Para que a região, e estes estados, fossem conectados ao centro produtivo brasileiro no Centro-Sul, era preciso aumentar a tecnicidade dos meios produtivos agropecuários, a fim de abastecer tanto as indústrias quanto o crescimento populacional em marcha no período: “Tratava-se de uma reorganização



da agricultura brasileira e, conseqüentemente, da agricultura do Sul mato-grossense, no sentido do avanço da *fronteira agrícola*, no dizer da SUDECO, mas que estava subordinado à indústria.” (ABREU, 2001, p. 71)

No Centro-Oeste tomava forma, pelas vias dos planos econômicos iniciados na década de 1960, o semióforo da região como celeiro do mundo (ARAÚJO, BELCAVELLO, 2014), a *Nova Fronteira* à qual todo esforço de investimentos público e privado (prerrogativa definidora do nacional-desenvolvimentismo) iria se voltar: “Nessa intervenção sobre a *Nova Fronteira* está explícito que seriam “protagonistas” os mesmos participantes do processo até então em curso, quais sejam os empresários da iniciativa privada e o Poder Público, que certamente contribuiria promovendo a abertura de oportunidades.” (ABREU, 2001, p. 2016).

Além das superintendências de desenvolvimento vinculadas ao período de nacional-desenvolvimentismo, assim como exposto por Silvana Abreu (2001) anteriormente, outro símbolo categorial da modernização progressista desta ideologia manifesta-se no processo de industrialização. Essa relação entre o moderno e o industrial é o que levou à inevitável aproximação e parcerias entre o Estado e a iniciativa privada.

[...] a preocupação com a produtividade é (...) relegada a segundo plano, o que constitui vício fundamental em um sistema industrial. Na ausência de preocupação predominante com a produtividade, os problemas da escolha de tecnologia, de adequada localização, enfim todos os critérios de racionalidade são relegados a um segundo plano (FURTADO, 1961, p.257- 258).

Em se tratando especificamente do caso dos Estados nacionais em desenvolvimento, nas palavras de Furtado (1961), somente a eclosão de um pátio industrial, acompanhado da urbanização e tecnificação da agropecuária, é que levaria o país ao rumo do seu desenvolvimento, um verdadeiro “esforço de teorização autônomo” (FURTADO, 1961, p. 193). Esta é a mesma reflexão efetuada por Borges (2003), quando o autor afirma que:

Assim, a ideia de um modelo econômico independente e autônomo não se efetivou, a dependência, na realidade, assumiu novas formas. A indústria tinha, então, passado a ser a atividade econômica mais rentável, proporcionando lucros rápidos. Quem ingressou na era industrial concentrou riqueza e poder, e estruturou a sociedade segundo seus interesses. A influência dessa elite dominante sentiu-se em todos os campos da vida e nas atividades, a transbordou para o mundo através de subsidiárias de algumas empresas que se espalharam para o mundo subdesenvolvido, instrumentalizando os países pobres, e não permitindo o desenvolvimento. (BORGES, 2003, p. 139).

Do ponto de vista da modernização como ideologia, a via mais eficiente para o crescimento e desenvolvimento econômico estaria, portanto, necessariamente ligada ao

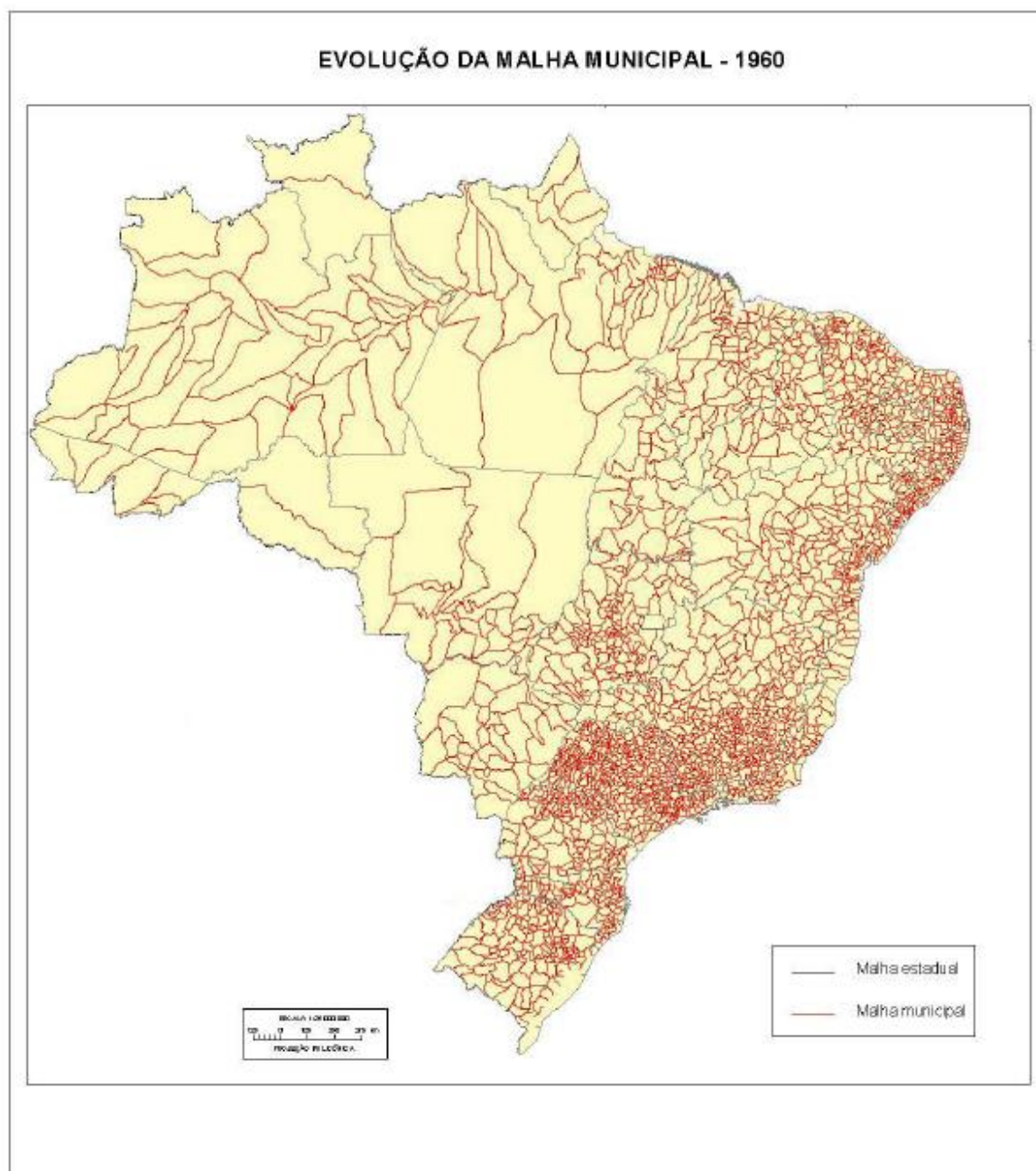
aumento do parque industrial. Borges (2003) reitera que a realização do projeto, levando-se em consideração a autonomia econômica do Brasil, não deu certo, aumentando ainda mais a dependência econômica perante empresas e investidores estrangeiros. Furtado (1961), que foi um dos maiores entusiastas do desenvolvimentismo, reforça que o caminho para se atingir o mesmo passaria por este processo de individualização e independência econômica nacional:

Para desenvolver-se é necessário individualizar-se concomitantemente. Em outras palavras, a individualização não é simples consequência do desenvolvimento. É fato autônomo. Atribui-se, assim, grande importância à autonomia na capacidade de decisão, sem a qual não pode haver uma autêntica política de desenvolvimento. A sincronia entre os verdadeiros interesses do desenvolvimento e as decisões tem como pré-requisito a superação da economia “reflexa”, isto é exige a individualização do sistema econômico. Essa ideologia transformou a conquista dos centros de decisão em objetivo fundamental (FURTADO, 1961, p.246).

Furtado (1961) ainda afirma que o fortalecimento do mercado interno é que levaria o país a alcançar o tão almejado patamar de desenvolvimento. Por esta razão, seguindo muitas das propostas de metas econômicas elaboradas na época, os governos desenvolvimentistas procuraram efetuar diferentes iniciativas, alinhando programas estatais com a iniciativa privada. Investia-se em grandes obras públicas, assim como permitia-se a entrada, no país, de cada vez mais empresas produtoras de bens de consumo.

Essas iniciativas deveriam fornecer um caminho para o futuro modernizado, urbanizado e com grande poder de consumo para as famílias brasileiras. Toda esta preocupação com o progresso, a territorialização das regiões mais longínquas do país, bem como da integração de sua extensão fronteiriça encontra justificativa na situação histórica, nos padrões de certos aspectos geográficos da época, como a distribuição municipal em 1960 (figura 29), ou no mapa rodoviário federal do mesmo período (figura 30).

Figura 29: Distribuição das vias de circulação estaduais e federais, 1960



A distribuição das vias de circulação da figura 29 sobrepõe-se diretamente ao quadro de ocupação populacional do território brasileiro no mesmo período. Este quadro de povoamento é uma herança da ocupação em ilhas de colonização, durante os séculos de domínio português (MORAES; 1986; 2005). Esta situação reflete o sentido da emergência dos políticos populistas e desenvolvimentistas em superar este atraso técnico, sempre havendo uma relação entre a situação de ocupação de território com o objetivo de sua modernização de desenvolvimento.

Figura 30: Distribuição das Rodovias Federais em 1960.



Fonte: DNIT, 2013, p. 5

Neste mapa do DNIT, observa-se a parca distribuição das rodovias federais na década de 1960, e, conforme será visto posteriormente, esta situação seria utilizada como um dos focos do portfólio propagandístico da política dos governos populistas da época. A ausência de conexões rodoviárias no país dificultava, e muito, qualquer planejamento que requisesse uma fluidez na circulação das pessoas e mercadorias, e, por estas razões, as três regiões mais afetadas por este cenário, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, receberiam atenção especial nos planos econômicos, discursos políticos e programas de desenvolvimento do país.

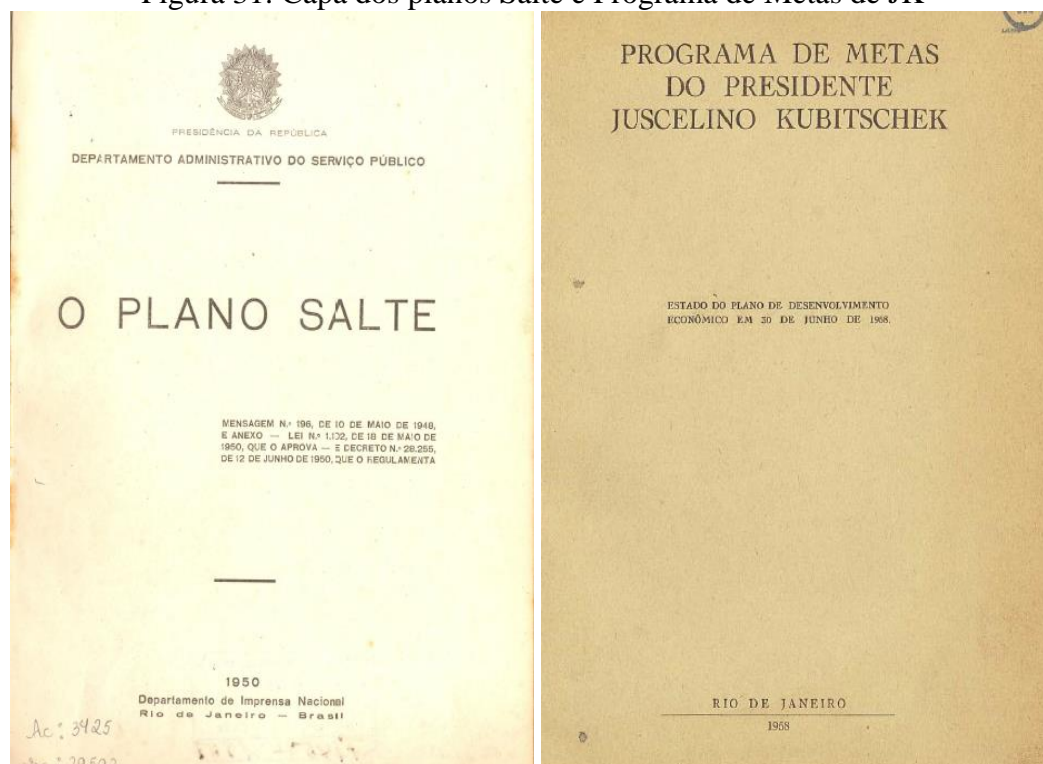
O pensamento geográfico, no contexto dos governos pós-fase getulista, permaneceu com força de conceituação e divulgação em periódicos acadêmicos, instituições de pesquisa, como o IBGE, e associações dos profissionais da área, como a AGB. Para fundamentar e

fortalecer a ideologia do desenvolvimento econômico, era preciso ter as informações a respeito das riquezas a serem exploradas no território, assim como descrever, delimitar e conhecer as áreas destinadas ao povoamento, como ocorreria principalmente com a região central do país.

Não apenas a Geografia, mas a ciência como um todo constituiu uma das forças motrizes do desenvolvimentismo: “A construção social da ciência como força de modernização no Brasil assume entre as décadas de 1950 e 1980 o sentido de desenvolvimento” (BOTELHO, 2004, p. 4). Esta é a constatação a respeito deste período histórico feita por Botelho (2004), que ainda reitera que: “Desse modo, a ideologia do desenvolvimento não apenas tornava procedente como parecia mesmo exigir, ao menos do ponto de vista dos diferentes atores sociais empenhados na promoção e capacitação científica do país, o fortalecimento das instituições e associações de interesse desse domínio social no período.” (BOTELHO, 2004, p. 4).

Com o esforço do saber técnico e científico à disposição do poderio de ação estatal, houve, no período pré-ditadura militar, três grande planos econômicos, de médio e longo prazo: Plano Salte no governo Dutra (1946-1951), Plano Lafer com Vargas, e o Plano de Metas de JK. Apesar de algumas diferenciações mais específicas, em suma, o objetivo destas propostas era o mesmo, o colocar o Brasil nos trilhos do tão buscado desenvolvimento. Dessa forma, algumas diretrizes repetiam-se nestes planejamentos, como a questão do transporte e o investimento no setor industrial e serviços:

Figura 31: Capa dos planos Salte e Programa de Metas de JK



Fonte: Brasil, 1950; Brasil, 1958.

Dentre as medidas do Plano Salte de Dutra, havia a aproximação do Estado e das políticas públicas estatais ao capital externo, de modo a dar abertura aos incentivos fiscais ao lobby estrangeiro. Lembremos, ainda, que a imagem autoritária deixada pelo Estado Novo getulista também afetava negativamente a entrada do capital monopolista das grandes empresas, que buscavam novos mercados emergentes para sua expansão e exigiam estabilidade política para tal prática.

Estes Planos e planejamentos estão inseridos no contexto global das intervenções estatais com a finalidade de territorialização e exploração política, simbólica e, principalmente, econômica das riquezas naturais brasileiras, como no caso das já citadas superintendências. De certa maneira, isto permitiu abrir terreno para o que viria a ser o modelo da fase seguinte do planejamento, da aceleração da economia presente no slogan de JK “50 anos em 5”, cujo símbolo máximo foi a transferência e construção da nova capital do país:

De fato, durante a campanha liberal que marcou a crise do Estado Novo, os principais focos de crítica ao governo Vargas eram a discrepância entre o autoritarismo interno e o alinhamento ao “mundo livre” na luta contra o fascismo; e a questão inflacionária, associada não ao desabastecimento provocado pela guerra, mas ao próprio autoritarismo político e à intervenção econômica que induzia. Nos últimos anos do Estado Novo, a oposição, que formaria a União Democrática

Nacional (UDN) em 1945, aproveitou o relaxamento da censura para divulgar argumentos liberais, por meio de articulistas como Eugênio Gudin e José Pires do Rio, que associavam a inflação à expansão do Estado e à pressão monetária resultante sobre recursos escassos, distorcidos de sua alocação natural também pela proteção comercial dos “lucros extraordinários” dos industriais. A solução para o problema envolveria não apenas políticas de estabilização (controle do crédito e do gasto público), mas também a “correção” do estilo de desenvolvimento, através de maior apoio à agricultura e restauração dos sinais de mercado distorcidos pela intervenção estatal (Leopoldi 1984; Borges 1996; Braga 1996; Corsi 1991, 1997). (BASTOS, 2012, p. 311).

O Plano Salte e o de Metas de JK foram os mais significativos do período pois, conforme observado na figura 33, do IPEA (2010), a atividade econômica, principalmente, no setor industrial sofreu uma significativa aceleração, justamente pela junção dos interesses políticos aos investimentos públicos e privados no setor. Ao analisarmos a figura 32, notamos que, com os massivos investimentos dos planos econômicos, houve um grande aumento das receitas, e também despesas, no período de 1960 a 1964, quadruplicando os valores envolvidos.

Figura 32: Receitas e Despesas da União

Ano	Receitas (Cr\$ bilhões)	Taxa de variação real <sup>1</sup>	Despesas (Cr\$ bilhões)	Taxa de variação real	Superávit ou déficit	Taxa de variação real
1960	233,01	12,96	264,64	9,88	(31,62)	(8,51)
1961	317,45	(9,29)	419,91	5,65	(102,46)	115,72
1962	511,83	4,63	726,69	12,31	(214,87)	36,09
1963	953,05	2,32	1.277,58	(3,40)	(324,52)	(17,01)
1964	2.010,62	13,14	2.770,71	16,30	(760,09)	25,61

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Nota: <sup>1</sup>Deflacionado pelo IGP-DI centrado, fim de período.

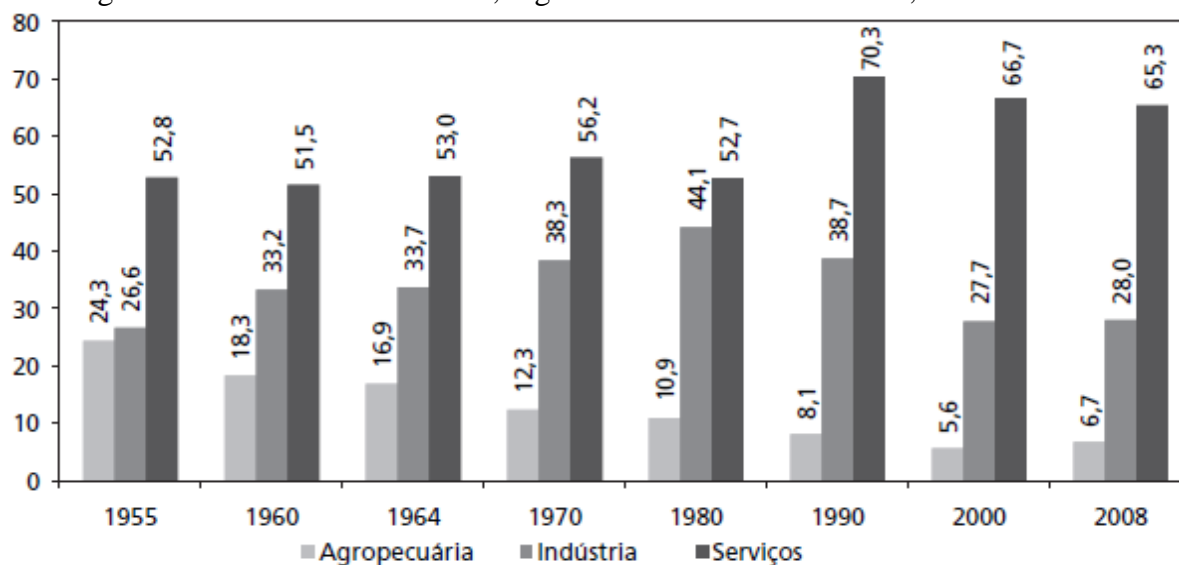
Fonte: Adaptado de IPEA, 2010, p. 33.

O cenário mostrado com as indústrias e atividade agropecuária nas figuras 00 e 00, pode ser visto em formato mais sintetizado na figura 00, a seguir. Na década de 1960, a revolução verde<sup>22</sup> dava os seus primeiros passos, e seu impacto na economia não foi tão

<sup>22</sup> Movimento de tecnificação da agropecuária, iniciado nos EUA, e exportado para outros países agroexportadores, como o Brasil. Em suma, consiste na substituição da mão-de-obra braçal por máquinas e equipamentos, além de investir em insumos, ambos com o objetivo de aumentar a produtividade.

significativo como o fora a atividade industrial (vide intervalo de 1955 a 1980) e os serviços.<sup>23</sup>

Figura 33: PIB a custo de fatores, segundo a atividade econômica, de 1955-2008



Fonte: IPEA, 2010, p. 28

Apesar destes dados econômicos sinalizarem uma evolução notável da economia brasileira – e igual fenômeno será presenciado com ainda maior intensidade durante o denominado “milagre econômico” na ditadura militar, anos depois –, em muitos aspectos o crescimento econômico não representou desenvolvimento social. A situação das atividades econômicas, assim como os investimentos da União estavam ligados, em grande parte devido ao grave quadro de desvio de conduta corruptiva das autoridades políticas envolvidas nos planos e planejamentos. (MARTINS, 2008).

Além do problema dos investimentos dos cofres públicos em suas destinações regionais – uma das justificativas para a extinção das superintendências –, havia uma causa mais profunda, provocada pela própria condição de existência da ideologia desenvolvimentista, que se estrutura em volta dos investimentos pesados do Estado, mas também do mercado.

<sup>23</sup> “Pode-se dizer que a definição e o investimento de um volumoso pacote de grandes projetos na indústria de bens de capital (indústria de bens de produção em geral) e de bens de consumo duráveis pesados – como a automobilística – no período 1956-1961 configuraram um verdadeiro ciclo econômico, crescendo 7% ao ano (a.a.), redefinindo o perfil tecnológico do conjunto da indústria brasileira, de modo bastante inovador ou schumpeteriano. Pela primeira vez na história da indústria brasileira, estes investimentos, coordenados pelo Estado, caminharam na frente da demanda, instalando um bloco de indústrias pesadas que permitiam uma larga oferta interna destes bens, proporcionando uma razoável autonomia relativa da capacidade de importação.” (IPEA, 2010, p. 52).



Deste modo, mesmo que houvesse sinais de desenvolvimento social em núcleos estritos, a grande maioria da população ficava à margem deste processo, uma lógica inerente ao sistema capitalista de produção. Os planos e planejamentos representam a escala da macroação, destinados a levar sua ideologia de modernização, progresso e desenvolvimento às regionalidades, tradições, historicidade e geograficidades espalhados pelo país; este é, de fato, o foco do próximo tópico, no qual estes temas serão tratados com maior profundidade.

### 3.1.2 A base econômica para a (re)invenção do edenismo racionalizado

Como pano de fundo dos fundamentos econômicos do discurso modernizador do desenvolvimentismo havia um caráter simbólico, imagético e identitário. O nacionalismo, independente de sua versão, seja europeia, sul-americana ou norte-americana, possui raízes profundas na espacialidade de sua nação, seja para apoiar-se na mesma, ou para partir em seu enfrentamento, para impor os ditames de suas delimitações ideológicas: “Fica evidente, portanto, que o nacionalismo é um fenômeno histórico, não um valor universal e atemporal. Não faz sentido inventar uma axiologia em que a Nação, com n maiúsculo, seja considerada o valor supremo.” (BATISTA JUNIOR, 2006, p. 32). Em sendo um fenômeno histórico e geográfico, o nacionalismo apresenta particularidades nos países em que houve modulações ideológicas com esta característica.

Se, nos países europeus, nos séculos XVIII e XIX, o nacionalismo manifestou-se principalmente em torno das disputas de unificação territorial no Brasil, assim como colocado por Bastos (2006b), com o território sem questões de unificação pendentes, o discurso e o substrato retórico da ideologia espacial se voltavam à integração, exploração e dominação, em novas interpretações do mito edênico e das riquezas telúricas, racionalizadas e destinadas à modernização nacional.

Neste sentido, se o nacionalismo do período getulista pautou-se em uma presença mais impositiva do Estado nas instituições, a partir da segunda metade da década de 1950, alguns aspectos sofreram alterações.. Há, deste modo, tanto intencionalidades como condicionalidades que cercam a ideologia nacionalista neste período, e, em se tratando do desenvolvimentismo, aspectos como legitimação cultural, independência econômica (ao menos no discurso, apesar da entrada massiva de capital estrangeiro) e unidade territorial eram comuns:

O nacionalismo também é um fenômeno espacialmente condicionado. A sua natureza varia não só ao longo do tempo, mas de país para país e de região para região do mundo. O nacionalismo das grandes potências, por exemplo, resvala facilmente para o imperialismo. [...] Mas, nos países em desenvolvimento, o nacionalismo adquire geralmente um caráter defensivo, de preservação da autonomia econômica, política e cultural em face das investidas de nações mais adiantadas e poderosas. (BATISTA JUNIOR, 2006, p. 32).

E, com o objetivo de reforçar que, mesmo estruturando-se em torno de uma referência simbólica, a da racionalização do edenismo secular, o nacionalismo brasileiro não desviou-se dos parâmetros que guiaram outras experiências da política desenvolvimentista (e populista)

da América do Sul. O projeto nacional incluía, além da dominação dos recursos naturais do território, a sua modernização e industrialização, bem como o aumento de sua densidade técnica, para só então o país de firmar a base rumo ao seu futuro:

1. A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
2. A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.
3. A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário. (DUTRA, 2012, p. 22-23).

Maia (2013) apoia-se em argumentos semelhantes, acrescentando, porém, a consideração de que a “invenção” reificada do simbolismo nacional brasileiro passava por esta visão racional, civilizatória e modernizadora dos governos da primeira metade do século XX: “[...] invenção, e que traduz interpretações que viram no predomínio da espacialidade na formação brasileira um indicador de aspectos inovadores – embora nem sempre positivos – na experiência civilizatória nacional.” (MAIA, 2013, p. 86). Era preciso enfrentar as tradições e o que, na visão modernizadora sugeria o atraso não apenas técnico, mas cultural, da população. Em certa medida, há uma (re)escrita dos exemplos dos interesses econômicos e políticos no meio, assim como já exposto sobre a origem do mito fundacional edênico, mencionado por Las Casas (2011) quando o autor fala sobre o início da colonização americana. O viés economicista, agora modulado nas bases do desenvolvimentismo, perdurava-se no seu modo de ver, viver e explorar o território.

Desta maneira, o desenvolvimentismo, por ser um módulo do Estado de bem-estar-social nas Américas, sustentou-se discursivamente nestes termos de chegada do novo e do moderno. Encontrar um terreno fértil para sua recepção em países como Brasil, Argentina, México e Uruguai não foi difícil, tendo em vista o histórico de desigualdade social, industrialização tardia e grande dependência econômica destes países:

De um lado, o termo remete a uma racionalidade imediata quanto a fins: crescimento da produção e da produtividade. Tal faceta descortina seu caráter “técnico”, objeto de planejamento, quantificável em metas e taxas desejáveis a serem buscadas conscientemente, através de meios tidos como mais adequados – os instrumentos de política econômica. Já os valores se manifestam quando o desenvolvimentismo toma a forma de ideologia de construir um novo mundo “melhor” ou “mais harmônico” – como aparece nas citações anteriores de Prebisch e nos “fins sempre desejáveis” de

Chang, mas principalmente no discurso político. A ele associam-se valores cuja ênfase variou de país para país da América Latina, e às vezes entre governos de um mesmo país, mas fundamentalmente a busca de uma sociedade mais “equilibrada”, com “harmonia”, “justiça social”, “soberania nacional” e “equidade”. (DUTRA, 2012, p. 27-28).

Neste ínterim, o Estado emerge como figura central e agregadora de todas as ações, sejam propriamente estatais ou de caráter privado, em busca dos objetivos de modernização do território. Estabelece-se um padrão a partir do qual todo indivíduo da nação é enquadrado; essencialmente, esta é postura de qualquer nacionalismo, entendido como uma ideologia social difundida pelos agentes dominantes da circulação de bens, informação, e controle das instituições e organizações sociais, ou seja, o Estado: “[...] até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (ANDERSON, 1991, p. 25). Bechorfer e Mccrone (2009) teorizam em concordância com esta máxima culturalista do nacionalismo levantada por Anderson (1991), com base nas teorias do próprio cientista político americano:

From this theoretical perspective, national identity is taken as ‘natural’, as essential, but it is also seen as actively constructed by the state. Its taken-for-granted quality may serve the state well, but it has to be continually manufactured and sustained. It is not a once-and-for-all process. To some – but not Gellner – national identity is something of a con-trick, worked by the state and its institutions to make the citizenry malleable, and willing to do its bidding. This is the view that nationalism is a form of secular religion, and national identity our ‘church’ membership card. We belong whether we like it or not, and most of us like it. Hardly any of us question it. (BECHHOFER; MCCRONE, 2009, p. 4).

Os autores mencionam, ainda, que a noção de nacionalidade não pode ser confundida com nacionalismo, citando e problematizando as colocações de Benedict Anderson sobre o tema, diferenciando-se conceitual e analiticamente: “[...] this aspect of Anderson’s theory remains more relevant for explaining an important element of nation-making, the feeling of forming a community – *nationhood* –, than for our understanding of nationalism as an ideology.” E, para enfatizar sua proposta, e, ao mesmo tempo, fazer uma crítica, o autor cobre de Anderson argumentação menos superficial sobre o nacionalismo e a nacionalidade: “In fact, Anderson does not say much about the content of nationalism, except that it is rooted in the past and relies on a linear as well as abstract conception of time.” (JAFFRELOT, 2003, p. 10).

A nacionalidade se afasta conceitual e socialmente do nacionalismo em função de sua ligação ao sentimento do indivíduo com a terra que habita, uma verdadeira topofilia (TUAN,

1980). O sentimento de afeto e ligação com a terra pode fazer parte, e, muitas vezes, mesmo delinea a ideologia nacionalista, por seu potencial simbólico de exploração política, assim como ocorre com várias lideranças governamentais em relação aos interesses estatais, expostos em suas posições de comando dos órgãos, instituições, e organizações, passíveis de serem direcionadas a estes interesses nacionalistas.

Agenciar diretrizes, horizontal e obrigatoriamente difundidas, para que sejam seguidas como caminho para a construção de nação é um fenômeno diferente, e é esta a preocupação epistêmica demonstrada por Jafrelot (2003), que deve ser aplicada ao exame desta diferenciação nos casos em que uma ideologia nacionalista ganha espaço no cenário político e econômico de um país em desenvolvimento, na realidade, a modernização, e não o reconhecimento de uma nacionalidade legítima, constitui-se como o processo em si da ideologia nacionalista dominante e hegemônica:

Por um lado, a construção de um Estado nacional, objetivo da luta nacionalista, é o ápice de modernidade a ser aspirado por uma organização política. Nesse sentido a construção das nações apresenta-se mais o que como um mero sintoma do processo de modernização social, mas é ele o próprio tal processo. E isso em sua faceta mais poderosa, a da centralização de todo o poder de coerção física disponível na sociedade, paralelamente à inclusão de todo e qualquer habitante de um determinado território sob os ditames especiais de tal poder. Seu impulso inicial, inclusive, é pela quebra das tradições predominantes. (NORONHA, 2008, p. 68).

Esta versão extrema do nacionalismo pode ser encontrada em exemplos históricos tais como a revolução cultural de Mao Tsé-Tung na China, nas colônias obrigatórias do governo soviético em áreas inóspitas do seu território, ou nas políticas estadonovistas revestidas do autoritarismo das instituições governamentais. No Brasil, a coerção social ocorreu de maneira mais indireta, pois o alvo era antes o território em si do que a população, embora seja impossível pensar o espaço alheio à sociedade. O território, a concretude espacial do Estado-Nação, assim, concentra a atenção do poder estatal, pois nele e a partir dele o seu projeto nacional, ideologicamente nacionalista, se constituirá.

A historicidade da ocupação rarefeita, dispersa e desigual do espaço geográfico brasileiro, levantada por autores como Moraes (1986; 2011) e Magnoli (1997) configurou um dos principais alvos de nossa versão do projeto político nacionalista: “O Plano de Metas da era JK visou, principalmente à ocupação territorial e ao desenvolvimento econômico, rompendo com a “economia de arquipélagos” e consolidando economicamente a unidade do país.” Inocêncio destaca que apesar do esforço evidenciado nos planos de metas e instituições estatais de desenvolvimento regional, a integração do âmbito nacional ainda estava longe de

ser alcançada “Foi a primeira tentativa de êxito de planejamento em escala nacional, embora apresente falta de uma visão global integrada da economia.” (INOCENIO, 2010, p. 283).

Assim como Vargas, Juscelino Kubitschek fez uso de sua própria imagem, criando confusão no limite entre a instituição estatal e seu representante, para que seu esforço de projeção política da integração, unidade e modernidade do território fosse bem sucedido: “O Estado será o guardião da soberania e construtor da nacionalidade, entendida como o povoamento do país” (MORAES, 2005, p. 94). O novo sentido de nacionalidade, revestida dos interesses desenvolvimentistas, deveria estar de acordo com a superação e abandono das tradições e regionalismo, para se chegar à nova feição ordenada e progressista do Brasil: “As representações, criadas pelo ordenamento territorial, instauram uma trama de legitimação das práticas de poder e reprodução capitalista no território.” (INOCENCIO, 2010, p. 280).

A zona rural e suas ruralidades serviram como linha de frente para estas políticas. A cidade e o urbano representavam seu contrário – e Brasília era o símbolo máximo deste pensamento no período. Os ordenamentos territoriais, resultantes das políticas direcionadas ao campo, sempre tiveram o poder de determinar o tipo de cultivo a ser realizado e a principal técnica a ser utilizada, modificando a forma historicamente construída de viver e tratar a terra do homem do campo. (INOCENCIO, 2010, p. 280).

A força da terra, assim, surge como foco simbólico principal das políticas de modernização do país, como o caminho para o futuro e progresso: “Ou seja, força da terra é uma imagem espacial para pensar problemas da modernidade na periferia, e não simplesmente uma variável científica do determinismo geográfico”. (MAIA, 2013, p. 89). Maia faz importantes reflexões sobre a *metonímia* nacionalista do território brasileiro, colocando o espaço geográfico em relação de superioridade com a própria população: “[...] o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial” (MORAES, 2005, p. 93). Este processo nacionalista, seja extremo ou brando, é o que Maia (2013) denomina como invenção e controle sobre a imaginação espacial. E, segundo o autor, no caso brasileiro temos uma dialética espacial inevitável deste processo:

[...] combina uma dimensão dialética, mesclando autoritarismo e lógica tutelar sobre os cidadãos, com experiências de liberdade, movimento e invenção. É isso que chamo de imaginação da terra. Um exemplo empírico dessa dialética está na forma pela qual, ao longo de nossa história, grandes projetos estatais de controle e reordenamento do espaço foram – e são – adensados ou ultrapassados por vastos movimentos humanos de trabalhadores, camponeses e outros atores em busca de liberdade, produção e novas formas de vida. (MAIA, 2003, p. 91).

Negar séculos de formação histórica e geográfica recairia neste quadro de aproximações e afastamentos de realidades técnico-sociais no território brasileiro, um devir dialético presente e inegável da nossa realidade nacional, por mais que negada pelos planos e planejamentos desenvolvimentistas, mesmo que fizessem uso simbólico do edenismo canônico como fundamento para seu escopo de ações e decisões: “[...] o apelo à ‘natureza’ implica sublimação da história, a abstração da condição de ‘construções geopolíticas datadas’ – ou seja, de ‘tempos inscritos nos espaços’ – que confere conteúdo político às fronteiras e freqüentemente revela sua precária legitimidade.” (MAGNOLI, 1997, p. 21).

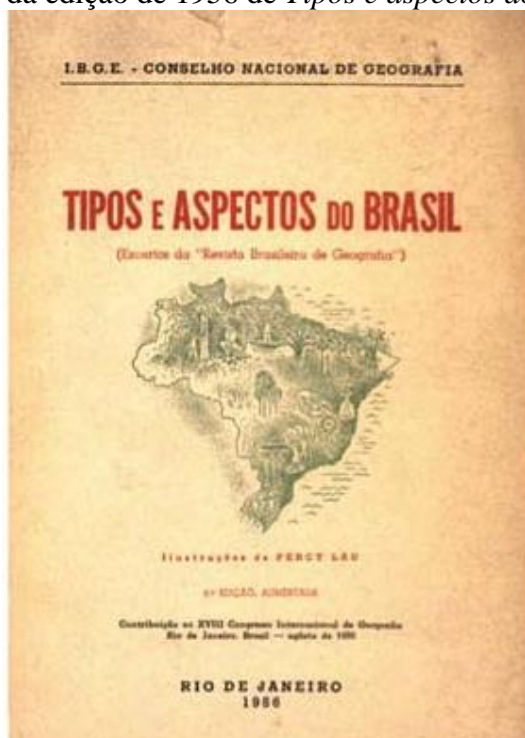
No caso do nacionalismo, getulista ou de JK, seu fortalecimento, justificativa e fundamentação voltaram-se à racionalização do espacialismo edênico brasileiro. Este apelo à natureza de que fala Magnoli (1997) constituía-se na via de utilização dos recursos naturais como fonte de salvação para as desigualdades e atraso técnico encontrado em todas as regiões brasileiras. Em outras palavras, mais uma vez, a força do mito e do imaginário edênico arraigados socialmente foi tomada como base para intencionalidades políticas e econômicas. Esta mobilidade, e possibilidade de exploração das referências mitológicas do espaço geográfico é explanado por Berdoulay (2012, p. 51) da seguinte maneira:

Entre los imaginarios, con frecuencia se invocan los mitos. Sin embargo, no ofrecen, como tales, la explicación de los fenómenos observados ya que son representaciones narrativas que sirven para comprender el mundo y actuar en él. Los mitos tienen un carácter plástico que los vuelve instrumentos altamente adaptables por los individuos y las poblaciones que los usan; es por eso que los mitos no pueden ser considerados como mentira porque se piense que ofrecen una imagen falsa de la realidad ni pueden ser considerados como radicalmente opuestos a la razón y a la lógica. Por medio de las imágenes, los relatos y las emociones que vehiculan, el mito es potencialmente fuente de sentido y al mismo tiempo es un material e instrumento de reflexión para el sujeto en su relación con el mundo. En ese sentido, el mito puede ser incorporado en el imaginario en tanto que elemento de la dinámica de un sistema complejo.

Muitos imaginários mitológicos, referências simbólicas fundacionais ou elementos semióforos seculares foram amplamente explorados pelo Estado. Temos a fronteira, o sertão, o vazio espacial, o interior, o sertanejo, dentre outras construções simbólicas do imaginário social, que serviram como aporte ao tom civilizatório e modernizador do projeto político do desenvolvimentismo. Para além das ideias e projeções culturais dos regionalismos, há a representação simbólica a partir da qual o discurso do progresso deveria agir para modelar estas distintas realidades à régua da modernidade, e ideologização cultural: “[...] as formas espaciais, através das quais o simbolismo ganha materialidade, constituem, por outro lado, meios através dos quais a cultura é modelada.” (CORREA, 2005, p. 294). A produção

geográfica, portanto, tem impacto direto no reforço da ideologia nacionalista da modernização e integração nacional. A coletânea *Tipos e Aspectos do Brasil*, cujo objetivo era engrandecer as riquezas naturais e culturais das regiões brasileiras, acabou servindo de fomento para a ação estatal, a partir dos dados, análises, reflexões e recomendações expostas nestes trabalhos.

Figura 34: Capa da edição de 1956 de *Tipos e aspectos do Brasil*, do CNG.



Fonte: IBGE, 1956.

Nas figuras 35 e 36, tanto na imagem da região norte, como na da embarcação em um porto de Belém\PA, ambas de Percy Lau, há a descrição dos “tipos brasileiros”. Como já mencionado, a representação destes *tipos* era influenciada pela escola francesa de Geografia e seus *gêneros de vida*. Conhecer a diversidade cultural da população distribuída nas regiões do país era um dos passos fundamentais da ciência geográfica nacional e de sua afirmação científica em meados do século XX. Além das gravuras, muitas expedições, para recolhimento e reconhecimento de dados e indicadores sociais, geomorfológicos, hidrológicos, também foram efetuadas com base nesta premissa de desvelamento territorial.

Expor todas as gravuras de Percy Lau presentes na edição de 1956 da Revista Brasileira de Geografia demandaria um sem número de laudas, pois cada região recebeu sua devida atenção, tanto nos comentários como nas imagens. Assim, num estudo de Angotti-Salgueiro (2005), podemos observar uma prancha com os “tipos” geográficos trabalhados nesta importante obra do IBGE e CNG.



Figura 35: Região Norte, gravura de Percy Lau



Fonte: (IBGE, 1956, p. XIII).

Figura 36: representação do mercado Vero-Peso em Belém/Pará 1954-57 de Percy Lau.

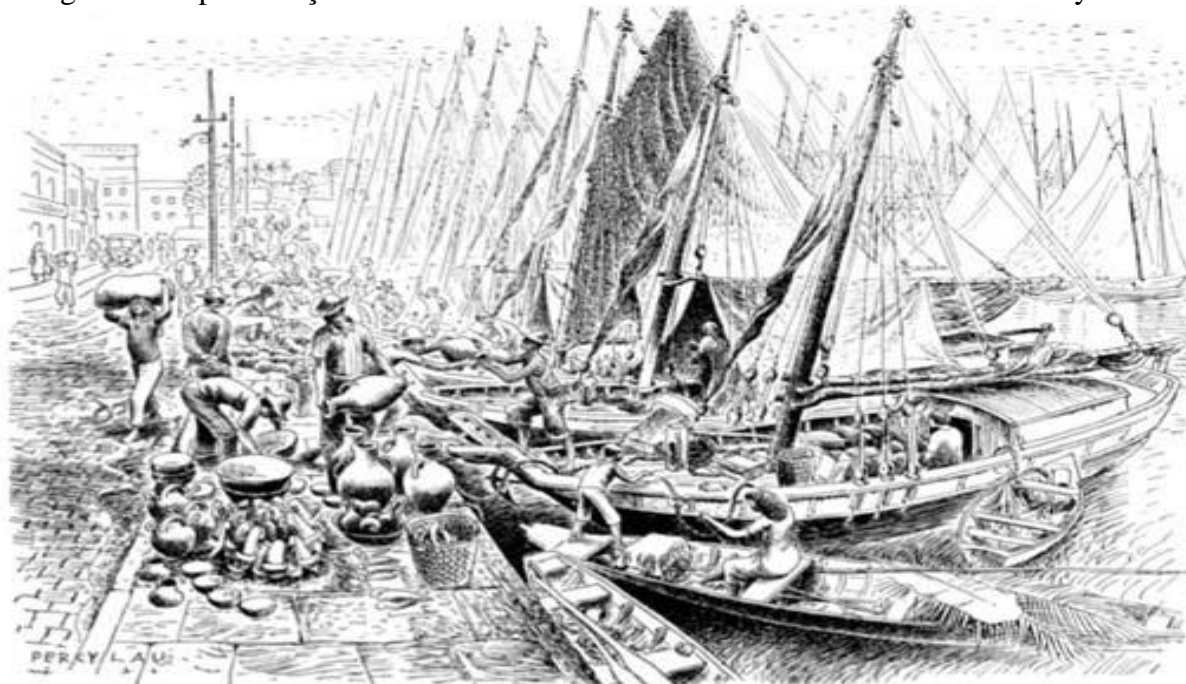


Figura 18 – Mercado Vero-Peso, Belém, desenho de Percy Lau para *Tipos e aspectos do Brasil*. Acervo da biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Fonte: (IBGE, 1956, p. 53).

Figura 37: Os tipos brasileiros expostos na edição de 1956 da Revista Brasileira de Geografia.



Fonte: (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 32).

Para Angotti-Salgueiro (2005), o que ocorre com a obra na qual as figuras foram publicadas, *Tipos e Aspectos do Brasil*, é uma reminiscência do naturalismo do século XIX,

agora inclinado política, simbólica e economicamente pelo momento nacionalista dos governos da década de 1950 e 1960. Para o fortalecimento do Estado, e do nacionalismo como ideologia simbólica de grande alcance, o edenismo e ufania territorial destacam-se como principais objeto de divulgação destes interesses, apesar de todo o lobby pela modernização do país no período:

De um lado, há o Estado que busca modernizar a sociedade por uma série de medidas e as cidades que se industrializam, de outro, um Brasil profundo – é desse Brasil que tratam os *tipos e aspectos* na descrição da distribuição interior do habitat, dos utensílios, da rusticidade dos homens do mundo rural; não se tem mais vergonha, como no século XIX, de parecer "atrasado", de "estar longe da civilização", ao contrário. As representações do país mudam em relação às do século anterior – não é mais a hagiografia dos grandes homens, os fatos políticos, a busca de traços urbanos de cosmopolitismo que contam. No naturalismo que define os tipos nacionais, não se trata de geopolítica, mas de geografia humana, uma *geografia da vida* no seu sentido mais próprio, com enfoques fitogeográfico, biogeográfico, econômico, descrevendo-se as particularidades da relação homem/ambiente/região. (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p 10).

Para Angotti-Salgueiro, há muito mais uma busca pela invenção do “rostro” do território brasileiro, a impressão de sua nacionalidade pelas suas diversidades, do que exatamente um ponto universal de autenticidade de um epicentro identitário: “A questão principal não é, portanto, a "invenção" das representações como se convencionou dizer, mas sim saber o que *ficou fora* do repertório de desenhos e fotografias e as razões de escolhas, recusas e reiteração de registro e do caráter que assumem ao longo do tempo.” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 61). A autora lembra-nos dos agumentos históricos sobre a profanação do Paraíso Terreal apresentados e problematizados no primeiro capítulo da Tese. Há, assim, nos dizeres de Angotti-Salgueiro (2005), elementos econômicos, simbólicos e políticos que comprovam esta continuidade da exploração das riquezas naturais do Brasil.

Por mais que as imagens de Lau sugiram a riqueza regionalista que realmente existe nas fronteiras do Brasil, pelo olhar progressista de nada adiantaria tê-las sem que pudessem servir como plataforma de alcance de seus objetivos racionais, modernos e futuristas. Quando Angotti-Salgueiro (2005) menciona a questão do que ficou “de fora” das representações há muito da intencionalidade de representação das mesmas, pois o bucólico e interiorano fazem parte do naturalismo geográfico, mesmo que, por vezes, partindo de bases deterministas.

Era preciso dar outro tom de representatividade ao interior, ao sertão brasileiro, um sentido de nacionalidade moderno. Essa será a verdadeira base de ideação e ideologização espacial em torno da concepção e construção de Brasília como nova capital federal, pois o urbano e a urbanidade erigidos em tons surrealistas e futuristas seriam a fachada para este

novo ideário da unificação regional do Brasil, tendo o Distrito Federal como sua referência primeira. Brasília, que será analisada com mais especificidade no próximo tópico, representará o símbolo máximo do nacionalismo-desenvolvimentista.

Definir um posto de infiltração no interior do território era fundamental para justificar toda a campanha do projeto nacional em curso nos anos de 1950 e 1960. De igual modo, era preciso provar e mostrar – e o crescimento da publicidade e propaganda foi utilizado neste sentido – para a população e os contrários à construção da capital que era possível vencer as barreiras naturais do território brasileiro.

### 3.2 A ERA JK E SUA LEITURA SOBRE O UFANISMO TELÚRICO SECULAR BRASILEIRO

De todos os governos compreendidos no período populista\desenvolvimentista, sem dúvida o mais notório foi o de Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Formado em medicina, com exercício militar, antes de chegar ao cargo maior da República brasileira dedicou-se a extensa carreira política pelos estados de Goiás e Minas Gerais. As bandeiras do seu governo foram o nacionalismo, a modernização amparada pela buscado desenvolvimento e pelo grande uso de sua imagem como aporte de sua força política, ou o populismo, como ficou conhecida a postura a partir da forma de governar de Getúlio Vargas.

O grande legado (ou fardo) deixado por Kubitschek foi a construção da nova capital nacional do Brasil, na região do Planalto Central, mais especificamente no estado de Goiás. Com a bandeira da transferência e construção da cidade houve toda a síntese do projeto político do ex-presidente. A modernização da economia perpassava pelo sucesso no empreendimento político de Brasília, já que, como propaganda de governo, o término do empreendimento alimentava e sustentava toda a égide governamental juscélina.

Brasília constituiu-se como uma meta-síntese de todo o contexto brasileiro nos anos de governo JK. A cidade planejada colocava-se como um enclave da modernização e progresso, enfim instaurado no *sertão* do país, representando a vitória da ideologia espacial (e nacionalista) erigida ainda nos primeiros anos do governo getulista, e inaugurando uma nova fase do comportamento político-estatal no Brasil.

Neste tópico, portanto, serão analisados três pontos principais deste período: o personagem político por trás do homem público; o papel dos meios de comunicação no processo de instauração do governo populista dos anos de 1950 e 1960; e, por fim, o papel exercido pela construção de Brasília, envolvendo aspectos muito além da arquitetura como seu poderio simbólico e político para o nacionalismo da época.

### 3.2.1 O personagem político por trás do homem público

Analisar o período da história do Brasil entre as décadas de 1950 e 1960 sem levar em consideração a importância, simbolismo e impactos da força política de Juscelino Kubitschek é praticamente impossível (BILHÃO, 2003). Por esta razão, é necessária ao menos uma passagem sobre a figura histórica do de Kubitschek, de modo a embasar com maior profundidade as análises posteriores do trabalho.

Em muitos aspectos, o ex-presidente representou uma continuidade e avanço do que haviam sido as duas passagens populistas de Getúlio Vargas. Se o gaúcho iniciou o uso dos meios de comunicação como estrutura basilar para suas propagandas e alcance popular, com JK este movimento não fez senão aumentar, principalmente com a chegada de novas tecnologias da informação, como a televisão. Era preciso fazer uso de todos os meios disponíveis para circular a imagem e o símbolo construído a partir do indivíduo.

É preciso resgatar, agora, o conceito de semióforo trabalhado no início da Tese, pois a figura de JK é um exemplo plena: a construção de um personagem multifacetado, com objetivos claros. A referência à Ozymandias, na abertura do capítulo, obviamente não é gratuita; a referência a si mesmo enquanto salvador da nação já tivera seu início histórico com Getúlio Vargas, e Juscelino Kubitschek potencializou imensuravelmente essa retórica, recorrendo, inclusive, à monumentalidade para a *eternização* material da sua passagem pelo governo.

O ex-presidente mineiro buscou, a todo custo, firmar seu nome na história política do Brasil, conferindo a si próprio as camadas sógnicas que permitiam a afirmação e crescimento do seu próprio mito. Durante o seu governo e nos anos posteriores, o seu esforço em mobilizar o capital político adquirido para se firmar na história do país representa a égide sógnica, na personificação de si com um significante múltiplo, um semióforo:

El semióforo es todo y cualquier signo que está ligado a una instancia de manifestación de él como fenómeno social, histórico o cultural. Estas instancias de manifestación pueden ocurrir de distintas maneras como, por ejemplo, un acontecimiento histórico que de un modo peculiar se ha destacado en los retos del tiempo, tomando escena en los libros de historia, como un punto de discontinuidad o de importancia en el decurso del todo histórico de un pueblo o local. (ARAÚJO; BELCAVELLO, 2014, p. 116).

Esta construção do semióforo é um processo social, histórico e, certa forma, natural da humanidade – engendrar símbolos, referências icônicas, selos identitários, etc. (CHAUÍ, 2005). A diferença do semióforo que se tornou JK em relação a outros símbolos nacionais foi a realização de uma concretude objetiva para servir de manutenção do símbolo. Fortaleceram-

se os significados, por meio de sua materialidade, permitindo sua reciclagem interpretativa – de aceitação, desinteresse ou refutação –, ao longo dos anos:

La sociedad, al largo de su propio desarrollo histórico, crea y recrea significados para las cosas, acciones, personas, lugares y situaciones. Esta cristalización del símbolo en el tiempo ocurre cuando su importancia compenetra la generación y época en que fue creado o idealizado, cambiándose en algo recurrente en la vida, cotidiano y reconocible para las personas del medio donde inicialmente fue creado. (ARAÚJO; BELCAVELLO, 2014, p. 117).

Assim, são escolhidas, designadas ou criadas nomeações de significado para o significante, neste caso, o próprio JK, com algumas alcunhas surgindo para abarcar esta necessidade de referência semiófora do presidente como síntese da nação, dos seus anseios e interesses alçados à condição da vontade pública geral, pelo futuro, desenvolvimento e modernização do país. Na figura 38, há um vislumbre do uso da imagem política como fortalecimento simbólico do homem público. No outdoor há duas personificações imagéticas, a de Vargas com a legenda “Planejador do rumo para o oeste”, e a de Kubitscheck, seguido da descrição “Bandeirante do Século”.

Desde o movimento de marcha para o Oeste inaugurado nos anos getulistas, esta máxima perdurou como um ícone da exploração dos interiores regionais brasileiros, os seus sertões (MORAES, 2003; 2005; ANTONIO FILHO, 2011). Portanto, não surpreende que Juscelino Kubitschek tenha utilizado o já estabelecido substrato icônico da expressão, nem que a mesma tenha sido utilizada em sua investida propagandística, política e econômica na concreção da continuidade da marcha pelo entreposto da nova capital.

Este aproveitamento ideológico e espacialista da busca pelas riquezas, futuro, progresso, desenvolvimento, ou identidade nacional (no argumento verdeamarelista dos militares em relação à Amazônia) só comprova a força deste ideário em relação aos dois Brasis de Lambert (2011), alvos reincidentes, de certa forma até os dias atuais, desta discursividade permeada pela apropriação política do avanço, tanto em população como em povoamento, em direção ao oeste do país.

Figura 38: propaganda para sucessão Lott no governo (detalhe para a imagem do Vargas)



Fonte: <http://www.memorialjk.com.br/>

Percebe-se a união de dois signos para a composição do mito JK: o semióforo daquilo responsável por desbravar os interiores do território brasileiro, Brasília; e, por outro lado, diferente do que foi feito por Vargas (optando por um discurso mais imponente), o uso, por parte de Kubitschek, de um tom mais ameno, de diálogo, de proximidade com o povo, seus parceiros políticos e empresariais.

Benevides (1991, p. 14) é mais enfática nesta comparação da relação entre o mestre e o aprendiz do populismo: “É assim que, para a compreensão do período, eu incluiria não apenas aquelas evoluções já presentes na década de 30, mas também as brechas franqueadas ao capitalismo periférico, que permitiu a autonomia das macrodecisões de investimento e os desdobramentos estruturais do capitalismo central na década de 50.”

Em complemento, além das semelhanças de atitude já expostas, a autora reforça o porque da possibilidade de nomeá-los, ambos, como pertencentes à versão brasileira do fascismo europeu: “E por que populismo? Até que ponto podemos associar populismo a juscelinismo e considerar Juscelino Kubitschek um líder populista? A meu ver, foi o presidente que levou ao máximo as virtualidades do período populista.” (BENEVIDES, 1991, p. 14). Mas a autora ressalta que precisamos prestar a devida atenção às especificidades



de cada momento histórico-político, ressalva esta que poderia se alongar até mesmo nas atuais interpretações do neopopulismo, por exemplo, do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em sua passagem pelo governo brasileiro entre 2002 e 2010: “Mas, integrado numa época onde predominou o populismo, não exibia as características “tradicionais” do populista, como por exemplo, João Goulart, pelo apelo do trabalhismo. Ademar de Barros, no sentido paternalista, com aspectos reacionários, ou ainda Jânio Quadros, com sua versão de populismo moralista-autoritário.” (BENEVIDES, 1991, p. 14).

A autora esboça sua crítica na classificação, já mencionada anteriormente, de JK como sendo um representante do populismo, mas no mesmo raciocínio expõe o que justifica entender os anos 60 como representantes desta configuração política: a concreção das virtualidades. A marcha para o oeste foi o acontecimento principal do governo de Kubitschek, e mesmo não tendo tanto apelo trabalhista como seus antecessores, no seu discurso patriótico reside a essência do populismo getulista, pautado na integração nacional, domínio do território e forte apelo propagandístico em seu modo de fazer política.

Para Pádua (2007), é possível identificarmos ao menos dois momentos desta marcha em direção à região oeste que se estendeu até os anos desenvolvimentistas. A primeira fase, iniciada com Vargas, estabeleceu-se de fato com a construção de Goiânia em 1933, já nos moldes de uma cidade planejada, com as devidas simbologias geopolíticas de coração do Brasil, conquista dos sertões, e demais alcunhas advinhas a reboque da retórica política envolvida no processo: “Depois da construção de Goiânia e da CANG, a partir de meados dos anos 1950, um novo fenômeno de imigração aconteceu em Goiás. Em função da construção de Brasília, houve rápido crescimento da população urbana e a progressiva redução do contingente rural no Estado.” (PÁDUA, 2007, p. 635).

O segundo momento da marcha é caracterizado pelo o que ocorreria em Brasília alguns anos depois, nada mais que um *dejavu* do fenômeno da transferência seguida da remodelação e modernização de Goiânia, substituindo elementos, mas mantendo-se a essência do processo: “Esse fenômeno também esteve condicionado pelos investimentos governamentais que atraíram maciça imigração, tanto para Brasília como para região do entorno. A primeira etapa da construção da Capital Federal teve início em 1956. Em abril de 1960, deu-se a inauguração oficial da cidade.” (PÁDUA, 2007, p. 635).

Figura 39: Ex-presidente Juscelin Kubitschek



Fonte: <http://www.memorialjk.com.br/>

Se os dois acontecimentos de construção de Goiânia e Brasília sugerem sua comparação um com o outro, de igual modo o fazer político dos presidentes responsáveis pela construção das cidades é passível de comparação, em relação a suas suas atitudes à frente do poder político brasileiro, muitas vezes enaltecidos por suas condições de “visionários”: “[...] souberam responder aos desafios lançados pelas circunstâncias históricas que os produziram como grandes homens públicos” (BELUZZO, 2007, p. s\|n), mesmo que em obras, situações como a ditadura do Estado Novo, ou a irresponsabilidade financeira de JK sejam omitidas, a exemplo da própria crônica de Beluzzo (2007), ao disparar sobre os que almejam aos menos perscrutar os interstícios destes “monumentos” de nossa história política: “Mais alguma coisa é o resíduo que a história não revela aos gênios de baixaria, ventríloquos do establishment

nativo, sempre empenhados na cruzada contra o que chamam de desenvolvimentismo populista.” O autor ainda faz uso de uma imagem clássica do sertão brasileiro para justificar seu posicionamento: “São reencarnações sucessivas e inesgotáveis dos escribas do coronelato, os senhores da terra que preferiam manter o país nas misérias do fazendão atrasado do Jeca Tatu.” (BELUZZO, 2007, p. s\n).

Ao observarmos a figura 39, alguns elementos destacam-se como principais e reincidentes nestas representações, tais como o tom de visionário, com olhares longínquos e poses imponentes; a frequente imagem do mapa do Brasil ao fundo ou em parte da figura do ex-presidente, de modo a reforçar a ligação do mesmo com o território brasileiro, como se fosse o seu arauto; comumente próximo da população, característica esta inerente e fundamental do populismo getulista adotado por Kubitschek – nestas imagens, o messianismo político toma frente expressando-o como ícone nacional, aquele que deveria ser seguido como salvador da nação.

Colocar-se à frente do povo, como o seu representante ilustre e detentor dos rumos da nação também é algo herdado do seu antecessor do Estado Novo. A diferença reside no fato de JK projetar-se em seu discurso de forma mais visceral, no que diz respeito à espacialidade do mesmo. De certa maneira, sua continuidade da política de marcha para o oeste o colocava à frente do seu mestre político, pois chegou em outro patamar de inscrição histórica de sua passagem pela política, devido à construção da nova Capital:

Ninguém vos subtrairá a glória de ter lutado nesta batalha tremenda. Não vos esquecerá jamais, trabalhadores brasileiros de todas as categorias, a quem me sinto indissolúvelmente ligado. Eis o produto de nossas angústias, de nossos riscos e do amor de nossas lidas, eis a cidade, que o extraordinário Lúcio Costa disse já nascer adulta. Ei-la plantada no coração do Brasil, o seu lugar exato. Eis as estradas abertas permitindo que os brasileiros de todos os Estados da Federação, venham à sua Capital. (BRASIL, 2009, p. 49).

Os elementos edênicos, ufanistas, messiânicos e espacialistas são tanto presentes como recorrentes em seu discurso. Como visto nos capítulos e em considerações anteriores, se o nacionalismo getulista era embasado em uma tônica mais industrialista, vinculada à modernização pela sombra do período imperial, aqui há uma apropriação muito mais subjetiva do sentido de unidade nacional. A destinação manifesta é forte nas palavras de Kubitschek, e mesmo tendo seus detratores e refutadores, obteve êxito nos campos político e social:

Com a maior humildade, voltado para a Cruz da Descoberta e da Primeira Missa, que Portugal nos confiou para este dia solene, agradeço a Deus o que foi feito. Sem

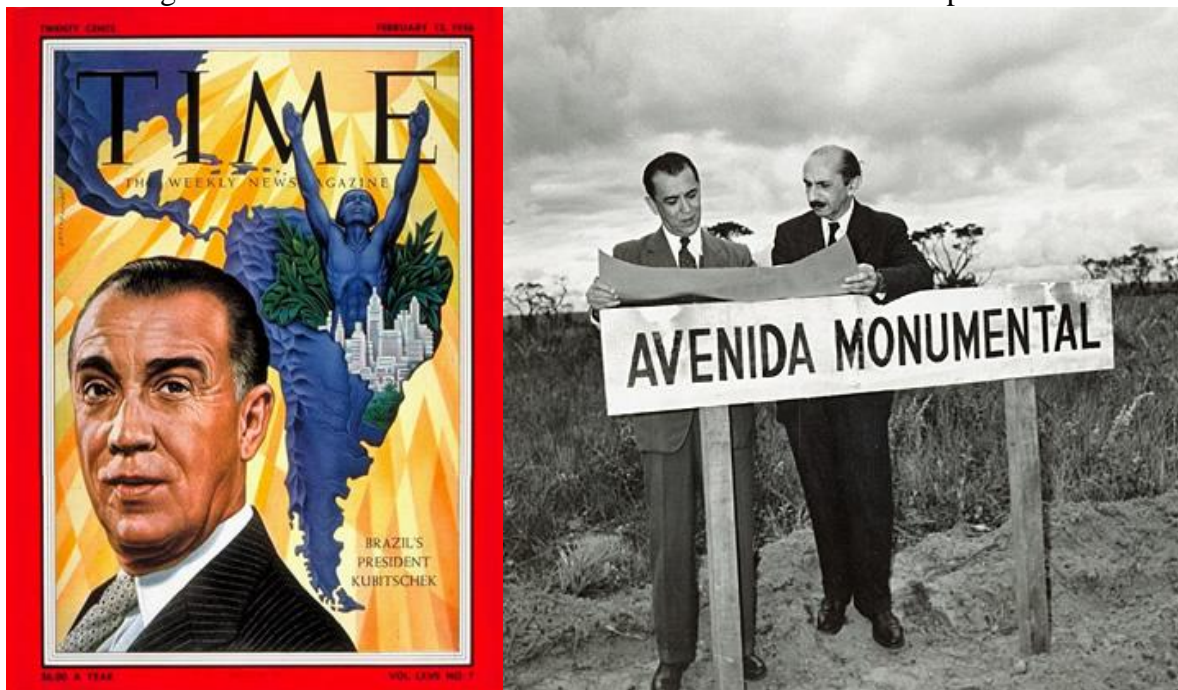
a Sua vontade nada se move, não se ergue uma palha sequer. A vontade de Deus ergueu esta cidade. Com o pensamento na Cruz em que foi celebrado o Santo Sacrifício, peço ao Criador que mantenha cada vez mais coesa a unidade nacional, que nos dê sempre esta atmosfera de paz, indispensável ao trabalho fecundo e conserve em vós, obreiros de Brasília, o mesmo espírito forte com que erguestes a grande cidade. (BRASIL, 2009, p. 50).<sup>24</sup>

Pedro Morais, em seu ensaio de arquitetura do conjunto JK em Belo Horizonte, Minas Gerais, *Decifrando a esfinge: uma tentativa de análise do Conjunto JK*, tece críticas bem estruturadas desta forma de fazer política. A utilização da arquitetura como recurso simbólico para a projeção dos interesses políticos, mais pessoais que nacionais, é, segundo o autor, o que mais caracteriza as passagens de Kubitschek pelo poder:

Diante do perfil e das ambições do estadista Juscelino, podemos depreender que os fatores que levaram a tamanho esforço para aprovar o empreendimento não seriam apenas a conveniência aos aluguéis do Estado, mas sobretudo a distinção social e projeção política que alcançaria ao lograr o que pretendia. (MORAIS, 2013, p. 5).

Esta visão e obsessão na busca por marcar-se no tempo pelos monumentos construídos é a marca de JK. Tanto em Minas Gerais como no Distrito Federal, a presença de inúmeras construções, locações e referências ao indivíduo reiteram e confirmam a particularidade de um populismo muito mais personalista, monumentalista e nacionalista.

Figura 40: Juscelino com Lúcio Costa na futura Brasília e na capa da *Time*



Fonte: <http://www.memorialjk.com.br/>

<sup>24</sup>Discurso “Na praça dos Três Poderes, dirigindo-se aos operários que construíram a capital” de 1960.

O tratamento analítico da construção de Brasília será feito posteriormente, na medida em que, no presente momento, é interessante apontarmos os significados das figuras 40 e 41. Na capa da revista *Time*, há um mescla de um dos arquetípicos edênicos do Brasil, pela presença da mata, mas em meio à ela uma grande concentração de prédios, simbolizando a chegada da modernidade ao país, e JK ao lado, como responsável por tal mudança. Já na imagem ao lado, de Lúcio Costa, vemos outra faceta do personagem político, o novo bandeirante, levando o Brasil ao seu interior. Em um texto do próprio ex-presidente, intitulado *A vingança da floresta*, em referência à construção da estrada Belém-Brasília, há a expressão literal das imagens apresentadas.

Teve início então a operação-derrubada. Os mateiros haviam escavado o caule do lado oposto, de forma a facilitar minha tarefa. Chegando junto ao jatobá, encostei nele a barra dianteira do trator e acelerei o motor. Ouviu-se um ronco cavernoso que ecoou ao longo da floresta. O tronco, porém, conservou-se de pé. [...] Sentado na boleia do meu trator, mandei que escavassem a base mais profundamente. Em seguida, engrenei as lagartas e avancei com fé e determinação. O jatobá oscilou ainda, mas desta vez de forma diferente. Era um cambaleio que prenunciava a queda. E, de fato, ela sobreveio. Houve um estalo maior. Ouvia-se o rasgar de fibras vegetais. E o gigante começou a se inclinar para a frente — a princípio, suavemente; depois com violência -, descreveu meia circunferência no ar e desabou, por fim, sobre as árvores próximas, abrindo enorme clareira na floresta. (KUBITSCHKE, 2000, p. 232).

Outro tirante primário do portfólio político de JK foi a entrada do capital estrangeiro, motivando a instalação dos parques industriais de empresas do ramo automobilístico e, mais que isso, a grande meta definida como primordial para seu governo: a integração rodoviária do território brasileiro. Os investimentos no setor tiveram grande impacto econômico e político, tendo o presidente como motivador e gerenciador deste processo:

Figura 41: Kubitscheck explicando seu Plano de Metas



Fonte: www.cpdoc.fgv.br

A industrialização já chegara com intensidade em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, então era preciso avançar na caminhada da modernização. O excerto a seguir faz parte do texto em comemoração ao centenário da primeira rodovia instalada no Brasil, por Teófilo Ottoni. Aqui, a “responsabilidade” pela grandeza do país é delegada à geração presente, num chamado da população para este dever:

Brasileiros! O problema proposto por Teófilo Ottoni continua a desafiar-nos. Recordando a figura desse vulto excelso, penso que cabe à nossa geração fazer, pelo remoto interior do Brasil, aquilo que Teófilo Ottoni fez por uma região ainda compreendida na faixa atlântica. Setenta léguas separavam do litoral o núcleo econômico que ele fundou. Mas este grande país, nos seus pontos extremos, chega a entrar setecentas léguas pelo Continente adentro. Vede, pois, quanto o Brasil espera desta geração e das gerações vindouras. Vede, pois, que a marcha para o Oeste está longe, ainda, de alcançar a sua meta. A mudança da Capital é um imperativo indesejável, para esta geração, se esta geração se quer mostrar digna de haver nascido nesta grande pátria. A mudança da Capital fará com que o Brasil se conheça e se domine. (KUBITSCHKE, 1957, p. 185 – grifo nosso).

O uso da palavra *geração* mais de uma vez sugere o desejo de JK em alcançar sua marca no tempo, deixando pela construção da nova capital os objetivos de modernização iniciados décadas antes de seu governo. Do mesmo modo, a ufanía territorial impera na escolha das palavras do discurso, tal como já ocorria desde a década de 1930, o edenismo excelso, aqui, dá lugar a uma visão mais instrumental, objetiva e valorativa (do ponto de vista econômico) dos recursos, grandezas e desafios do território.

Deste Planalto Central, Brasília estende aos quatro ventos as estradas da definitiva integração nacional: Belém, Fortaleza, Porto Alegre, dentro em breve o Acre. E por onde passam as rodovias vão nascendo os povoados, vão ressuscitando as cidades mortas. Vai circulando, vigorosa, a seiva do crescimento nacional. Brasileiros! Daqui, do centro da Pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã. (BRASIL, 2009, p. 53 – grifo nosso).

Se, no discurso sobre as estradas, o objeto de destinação era a geração do presente, quando a fala de JK se volta para o novo Distrito Federal, a carga de responsabilidade é colocada nas gerações futuras. As estradas levariam os brasileiros ao coração de sua nação, guiados pelo redentor, personificado na figura do presidente. O uso de termos como prosperidade, crescimento, prenúncio, ressuscitando, vigor e seiva conflui as esferas simbólicas do seu discurso, ora se apoiando mais no edenismo, ora no futurismo, sempre embasados em um sentido nacional fortemente arraigado do protagonismo do território neste processo.

Figura 42: Mapas mostrando a localização do Distrito Federal em relação às capitais brasileiras, ao continente americano e ao potencial hidrelétrico brasileiro. Entre 1953-1956.



Fonte: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)

Na figura 42, observa-se a preocupação com as conexões e circulação no território brasileiro. Mas o que chama mais a atenção é o ponto para o qual as linhas convergem, o centro do país, onde se situaria a nova capital. Borges (2003) reitera que a ideia de interligar as regiões do país por meio de uma localização central já fazia parte dos planos políticos getulistas.



O Plano Rodoviário Nacional, elaborado em 1938 pelo ditador Vargas, projetava a implantação de uma rede de transportes que integraria o território brasileiro por meio de estradas de rodagem. Para o Centro-Oeste, o tronco rodoviário federal mais importante seria a construção da rodovia transbrasiliana, considerada a "coluna dorsal" do país e que cortaria o Estado de Goiás de Norte a Sul. (BORGES, 2002; 03)

Esta idealização e planejamento de um sistema radial para as rodovias seria colocado em prática durante a construção de Brasília, e posteriormente nos demais governos que se seguiriam. O dilema do ponto centralizador pode ser visto na figura 43, na qual o novo Distrito Federal já se encontrava representado:

Figura 43: República dos Estados Unidos do Brasil de 1960.



Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br>

Diferente da figura anterior, na qual o protagonismo representativo está na localização de uma área central do Brasil – onde seria construída a cidade de Brasília –, aqui, o destaque é a afirmação do recém-destituído Distrito Federal do Rio de Janeiro, localizado em Guanabara, mesmo com a delimitação do quadrilátero federal no estado de Goiás. As estradas e o Distrito Federal representavam, então, o caminho para se superar as distâncias do futuro, anunciado na figura 41, pois no interior do país é que seriam encontrados os “tesouros” a serem descobertos e explorados pela população:

Eis por que o meu governo se empenha, com todas as forças, nessa memorável jornada, e para ela tem convocado a vós, homens e mulheres desta grande pátria — mormente a vós que viveis no interior e conheceis na própria carne o drama de uma nação que detém incalculáveis tesouros e, no entanto, vive pobremente; que pode ser farta e poderosa, e sofre penúria; que pode trazer ao mundo uma esperança nova, de paz e de trabalho, uma civilização cordial, mais humana e fraterna, e, no entanto, ainda é arrolada entre os povos subdesenvolvidos. (KUBITSCHKEK, 1957, p. 186).

Maria Benevides (1991) alerta que não deixemos de considerar a conjuntura política ao analisarmos o discurso de Kubitschek. Logicamente, existem as nuances de individualização social, histórica, política e geográfica na totalidade de sua passagem pelo centro do poder estatal, no entanto, deixar de conectar os principais pontos deste percurso em sua continuidade temporal da modulação da república brasileira desde o final do século XIX – presença do militarismo, influência simbólica do mito edênico, referências reincidentes à modernização para o futuro e progresso, etc. – deve ser evitado, enriquecendo o caráter holístico da análise:

A preocupação com o “discurso” juscelinista não pode, é claro, ser desvinculada da conjuntura política (daí por que considero do maior interesse entender a conjugação entre um estudo de ciência política e uma perspectiva de historiador político). Entendo por conjuntura política aquele nível onde defrontam e se integram evoluções estruturais de longa e média duração. E também acontecimentos que podem destoar, quer por serem relativamente imprevisíveis, quer por ocorrerem em contextos diferentes. Nesse sentido, entendo que, numa análise sobre o governo Kubitschek, é possível apontar tendências estruturais que já vinham desde os anos 30, como o lento *crescimento da participação substantiva – e não apenas arbitral – dos militares na política*. E, pelo lado do imprevisível, avulta como fenômeno singular a personalidade de Juscelino Kubitschek. (BENEVIDES, 1991, p. 13).

Além destes aspectos da passagem de JK no comando do poder executivo brasileiro, é importante visualizar o alcance de sua influência para além do período em que o mesmo esteve na presidência. Se já havia uma clara continuidade de muitos aspectos do seu labor político vindos do populismo getulista, a tonalidade faraônica e messiânica foi acrescida

nestas características e, se expandirmos nossa projeção histórica, para as fases posteriores da postura estatal brasileira, seja como fundamentação intrínseca ou reminiscência histórica.

Neste momento, após as considerações sobre o ex-presidente Juscelino Kubitschek, passaremos a tratar da importância dos meios de comunicação como recurso primordial para o sucesso do nacional-desenvolvimentismo do período. Como finalização deste tópico, faremos uma análise da idealização e construção de Brasília, como síntese do que foi apresentado, e também como ponte argumentativa para as discussões subsequentes.

### 3.3.2 Brasília: a metasíntese de um contexto

A construção de Brasília foi, e ainda é, um dos maiores acontecimentos da história brasileira, que envolveu esferas que vão da cultura à economia, do campo político ao social, além de teorias acadêmicas, ambições pessoais e conflitos ideológicos. Os primeiros planos para a construção de uma nova capital na região central do Brasil remontam ao ano de 1821, ainda no período imperial, com a proposta de José Bonifácio de Andrada e Silva seu texto *Negócios do Reino do Brasil*, também intitulado *Notas Sobre a Organização Política do Brasil, quer como Reino unido a Portugal, quer como Estado independente* em outras versões, no qual o autor defende que:

9º) Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude pouco mais ou menos de 15 graus em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Deste modo fica a Corte ou assento da Regência livre de qualquer assalto e surpresa externa; e se chama para as pro víncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta Corte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar; para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do Governo, e se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil. (BONIFÁCIO, 2011 [1821] p.117-118 – grifo nosso).

Posteriormente, a sugestão apareceria, também, nas constituições de 1891: “Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.” (BRASIL, 1891, p. s/n). , e na de 1934, além da carta magna de 1946, a partir da qual as ações até a fundação de Brasília de 1960 foram pautadas:

Art 3º - A Assembléia Constituinte, depois de fixar o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional dará por terminada a sua missão e separar-se-á em Câmara e Senado, os quais encetarão o exercício da função legislativa.

Art 4º - A Capital da União será transferida para o planalto central do País.

§ 1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital.

§ 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara. (BRASIL, 1946, p. s/n).

Levando em conta a historicidade da questão, principalmente sobre a necessidade de se interiorizar a sede urbana do Estado brasileiro, é que James e Faissol (1960) a analisam e problematizam, reforçando o papel do conhecimento histórico e geográfico do tema, devido à sua complexidade envolvendo diferentes variáveis direta e indiretamente relacionadas. Somente a partir deste embasamento é que deveriam ser tomadas as medidas para a transferência de capital do Rio de Janeiro para uma região no interior do país, seguindo, novamente, o princípio de territorialização iniciado décadas antes:

Durante mais de meio século, todo o mapa do Brasil tem apresentado uma área retangular, próxima ao centro geográfico do território nacional, designada como “Futuro Distrito Federal”. Nestes últimos anos, os brasileiros passaram a dedicar séria atenção à mudança da capital, do Rio de Janeiro, para outro local a ser escolhido, no interior. As decisões que terão de ser adotadas envolvem problemas bastante complexos. São decisões que não se poderão basear apenas em pareceres de engenheiros e planejadores urbanos, uma vez que exigem plena compreensão dos antecedentes históricos do país, bem como conhecimento das relações territoriais entre população, produção econômica e características subestruturais da terra. Envolvem, igualmente, certa previsão do futuro: até que ponto poderão alterar-se ou modificar-se no futuro, a atual distribuição da população e a relação atual entre o povoamento e a qualidade da terra? (JAMES; FAISOOL, 1960, p. 771).

Apesar dos autores não deixarem claro a fonte a que se referem na passagem “pelos brasileiros”, no complemento à suas contribuições sobre a transferência da capital do Brasil elencam 8 parâmetros a serem considerados sobre o assunto. Observa-se que, à data da publicação do seu estudo, em 1960, Brasília já havia sido construída e inaugurada por Juscelino Kubitschek, o que dará margem de comparação entre a idealidade da sugestão e a realidade da construção da capital:

Oito princípios, classificados pelos brasileiro na seguinte ordem de importância, norteiam a escolha do local:

- 1) Terreno pouco acidentado – nem muito íngreme, nem muito plano.
- 2) Clima agradável, sem extremos de temperatura nem de precipitações pluviométricas, sem ventos violentos e altitude suficiente para ser isento de impaludismo.
- 3) Abastecimento d’água adequado a uma cidade de meio milhão de habitantes, de preferência captada pela gravidade.
- 4) Área florestal na vizinhança, onde se possa implantar lavouras para o abastecimento de hortaliças e leite e onde possa encontrar lenha para combustível.
- 5) Fonte de energia elétrica a baixo custo, localizada à distância máxima de 100 quilômetros.
- 6) Existência de material de construção, inclusive calcário para cimento.
- 7) Subsolo conveniente para fundações e para a escavação de esgotos e vias subterrâneas.
- 8) Bonita vista e áreas de recreação a pouca distância. (JAMES; FAISOOL, 1960, p. 780-781).

Com base neste aspectos apontados por James e Faissol (1960), e relacionando-os à escolha da localização de Brasília, nota-se que os mesmos foram levados a cabo, ao menos em sua maioria, como na questão estética (8), a situação do relevo (1) e condições climáticas (3). Outros pontos, como acesso e distribuição de água foram, e ainda o são, um problema para a população do DF, assim como à época havia uma distância considerável de outros centros urbanos para se firmar uma rede de circulação de insumos, provisões, mercadorias e pessoas.

Em meio a todos estes levantamentos históricos, geográfico e políticos, foi que ocorreu o *Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil* em 1957, com mais de 60 concorrentes, cujo vencedor foi o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, mesmo que até hoje haja debates sobre o certame ter sido apenas figurativo (TAVARES, 2007). Posteriormente, a convite de Kubitschek, o arquiteto Oscar Niemeyer seria integrado à equipe, orientando e planejando as construções dos prédios no Plano Diretor de Costa.

Nas formas, linhas e curvas de Brasília estão imbricadas duas grandes correntes de pensamento da arte, e também da arquitetura: o modernismo (ou concretismo) e o neoconcretismo. No primeiro caso, há a defesa do que seria a arte pela arte, com total liberdade de criação, mesmo que isso levasse ao afastamento do seu sentido e função social. A inspiração para suas criações remontavam ao movimentos artísticos e literários como cubismo, futurismo, dadaísmo e surrealismo. Nas palavras do maior inspirador desta corrente na arquitetura, Le Corbusier, o racionalismo arquitetônico deveria corresponder às prerrogativas da lei universal matemática, beleza da pura criação<sup>25</sup>:

The Engineer's Aesthetic, and Architecture, are two things that march together and follow one from the other: the one being now at its full height, the other in an unhappy state of retrogression. The Engineer, inspired by the law of Economy and governed by mathematical calculation, puts us in accord with universal law. He achieves harmony. The Architect, by his arrangement of forms, realizes an order which is a pure creation of his spirit; by forms and shapes he affects our senses to an acute degree and provokes plastic emotions; by the relationships which he creates he wakes profound echoes in us, he gives us the measure of an order which we feel to be in accordance with that of our world, he determines the various movements of our heart and of our understanding; it is then that we experience the sense of beauty. (LE CORBUSIER, 2006, p. 403 – grifo nosso).

A partir destes pilares do racionalismo arquitetônico elaborados por Le Corbusier é que as críticas à estética futurista e modernista são colocadas, questionando até que ponto as

---

<sup>25</sup> “Contour and profile are the touchstone of the architect. Here he reveals himself as artist or mere engineer. Contour is free of all constraint. There is here no longer any question of custom, nor of tradition, nor of construction nor of adaptation to utilitarian needs. Contour and profile are a pure creation of the mind; they call for the plastic artist.” (LE CORBUSIER, 2006, p. 406).

emoções plásticas das formas geométricas em si mesmas representariam ou alcançariam uma relação com aquele que a vê, interpreta, habita e utiliza: “Para o racionalismo concretista, portanto, a arquitetura produzida, sobretudo, pelos arquitetos cariocas no período de 30-60 estaria sob o signo de uma plasticidade arbitrária, pela falta de densidade social e desdém pela função.” (KAMITA, 2009, p. 5).

Já o neoconcretismo foi uma tentativa de revisar as bases teóricas do movimento anterior, de modo a trazer para a criação arquitetônica seu vínculo com o real e social, mesmo que sustentando a criação isolacionista do concretismo: “O Neoconcretismo, por seu turno, ao resgatar o valor expressivo dos meios plásticos, continuaria sustentando a poesia e a experiência individualista da obra de arte.” (KAMITA, 2009, p. 5). Segundo Kamita (2009), porém, tanto o concretismo como o neoconcretismo não podem superar seus fundamentos racionalistas:

Ambos, em suma, representariam uma espécie de regressão, já que afirmam valores que o projeto construtivo moderno havia duramente superado, como o conceito romântico de arte e do artista como ser inspirado, ou pior, o ideal da “arte pela arte” que a manteria afastada das contingências e fatalidades do real. Uma arte não-funcional só poderia recair numa prática decorativa, logo, inofensiva e ornamental à sociedade. (KAMITA, 2009, p. 5).

Por entre as formas e linhas dos prédios de Brasília há, portanto, uma representação, um constructo ideológico intrínseco ao seu significado, e uma (re)simbolização do mito secular da busca por uma nova fronteira das riquezas naturais edênicas. A busca pela modernização da sociedade brasileira encontrava, no Distrito Federal, seu reflexo e referência. Se a ideologia é uma forma de representação da realidade, uma visão de mundo, ideologizar é projetar idealmente o que se espera encontrar na concretude da realidade objetiva. Este movimento pode ocorrer encontrando ou construindo as referências entre o ideal e o real. No exemplo da construção de Brasília, ocorreu o segundo caso.

De Bonifácio a Le Corbusier existe o fio de condução para uma representação simbólica espacial. Se no século XIX a preocupação era mais geopolítica, no processo de construção da nova capital a carga de referencial sógnico tornou-se prioritária, por deter, em sua linguagem imagética, o futuro, desenvolvimento e poder do Estado e seus representantes: “Muito mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para organização da realidade” (GIL FILHO, 2003, p. 3).

Brasília tornou-se, por si só, um semióforo, idealizado e ideologizado, com base em toda uma forma de pensamento dominante na metade do século XX no Brasil. Especificamente no que diz respeito ao período dos governos populistas, iniciado com Vargas e com seu auge nos anos de JK à frente do poder, a linguagem escolhida para potencializar o alcance sócio-político do nacional-desenvolvimentismo partiu da construção de monumentos. A criação a-social do concretismo e racionalismo arquitetônico favoreceu esta visão política da auto-aclamação pessoal dos políticos da época.

Neste sentido, é necessário destacar um detalhe etimológico, sem o qual o entendimento da relação entre os monumentos e o poder pode ser confundido. No resgate da significação do termo “monumento”, encontramos, por exemplo, a menção à *marcação* temporal do monumento, que o define, tal como foi o exemplo da cidade de Brasília para o Estado Nação brasileiro e, num contexto maior, de todo o histórico (geo)político nacional do país, do momento da sua idealização à concretização da sua existência:

1 Construção ou obra que transmite a recordação de alguém ou de algum fato memorável.

2 Jazigo, mausoléu.

3 Obra literária ou científica de grande fôlego.

4 Recordação; lembrança. (AURELIO, 2014, p. s/n).

De um lado, há a monumentalidade, que pode ser ou existir em obras arquitetônicas de grande escala, mas sem necessariamente estar ligada a uma ideologia específica; alguns locais com arranjos monolíticos podem ser utilizados como exemplo, tais como o *Stonehenge* no sul da Inglaterra e os *Moais* encontrados na Ilha de Páscoa – o detalhe é que ambas as localidades podem estar ligadas a ritos religiosos de povos que habitaram estas áreas há muito tempo.

Do outro lado, há o monumentalismo, e sua concepção difere substancialmente da de monumentalidade, já que esta última faz parte da primeira, mas o inverso não se aplica em todos os casos. O sufixo do termo (ismo) dá a entender que nele pesa a intencionalidade implícita à presença de um templo, prédio ou construção diversa. Por esta razão, existe uma multiplicidade considerável de tipos, estilos, fins, significados e interpretações sobre o monumentalismo, já que para cada um destes objetos espaciais observados e analisados, haverá toda uma carga ideológica em suas significações. Exemplos clássicos de constructos elaborados com estes objetivos são as pirâmides egípcias, os templos das acrópoles gregas e as construções religiosas do cristianismo, budismo, islamismo, etc.

Mas entre a monumentalidade e o monumentalismo é preciso que haja o objeto monumental em si, e estes objetos Lobato Corrêa (2005, p. 1) definirá enquanto: “[...] formas



simbólicas grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas e templos.” Mais do que isto, os monumentos são, para o autor, “[...] representações materiais de eventos passados, integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade”.

Para precisar ainda mais sua definição do conceito, Corrêa complementa que “Os monumentos não são apenas objetos estéticos. São intencionalmente dotados de sentido político”. E, numa correção de significantes, o autor, talvez não intencionalmente, aproxima sua noção de monumento à de semióforo, ao considerar os monumentos multifacetados em seus significados, expressões, simbolismos e interpretações: “Textos, rituais e símbolos materiais como os monumentos são meios pelos quais afirmação e contestação podem se manifestar.” Assim, ao contrário do que ocorre com outras formas semióforas, há que diferenciar o alcance representativo dos monumentos, já que “Os monumentos, contudo, são mais acessíveis à maioria da população. Fixos, comunicam permanentemente as mensagens que deles se espera comunicar” (CORREA, 2005, p. 2).

O autor reitera que, sob o olhar geográfico, os aspectos envolvendo a identidade e o poder podem (ou devem) sobressair na análise. Neste sentido, na intermediação entre os monumentos, o Estado e o nacionalismo, e não necessariamente a nacionalidade – que estaria ligada à identidade nacional e não a uma ideologia –, o autor ressalta três pontos que são identificáveis no olhar geográfico para os monumentos, a saber:

a localização: “Além de seu caráter absoluto, referente ao sítio do monumento, e de seu caráter relativo, referente à acessibilidade face aos espaços sociais e econômicos da cidade, a localização apresenta um caráter relacional, que inclui os significados que foram construídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais.”; a escala “entendida tanto como dimensão absoluta, envolvendo área, volume e altura do monumento, como dimensão relacional, envolvendo a comparação com monumentos de mesma natureza, mas produzidos e considerados expressões simbólicas por grupos e instituições em confronto. A escala, assim qualificada, expressa poder e, mais do que isto, pode expressar supremacia”; e a interconexões “à primeira vista podem parecer isoladas entre si. Este ponto, por outro lado, deriva do anterior e aborda essas práticas em escala mais ampla. Essas práticas articulam processos gerais por meio de formas simbólicas que aparentemente têm significados localizados em contextos locais, regionais ou nacionais. Mas apenas aparentemente.” (CORREA, 2005, p. 10-11).

Além destas características do monumento e monumentalismo, levantadas por Correa (2005), há de se destacar que, em relação ao apelo estético, há duas vias possíveis: o recurso do clássico e nostálgico, normalmente associado a grandes legados europeus estabelecidos entre o final do período Barroco e a Modernidade; e, por outro lado, o caráter futurista, de

modo a procurar, pelas linhas dos monumentos, conectar estes objetos a uma visão do progresso, um lugar que a nação almeja em seu desenvolvimento.

Sobre a modernidade estética dos monumentos, Abraham (1989), especificamente no que tange ao caso brasileiro, diz que “A consciência estética "moderna" que guiou o processo de renovação dos meios arquiteturais no Brasil -como no mundo inteiro- durante o período compreendido entre a terceira e a sexta décadas do nosso século. Cujas expressões locais - verdadeiro “estilo” - recebeu o nome de -moderna arquitetura brasileira ou arquitetura nova.” (ABRAHAM, 1989, p. 74).

Entrelaçado ao estilo, seja clássico ou futurista, está o poder, ou ao menos sua concreção pelas linhas e curvas dos prédios que o representam: “Mais do que artefatos estéticos, são objetos em torno dos quais diversos confrontos podem se dar.” (CORREA, 2005, p. 4). Isso se pode comprovar tanto com o Capitólio americano, por exemplo, quanto com a Casa Rosada argentina, com os indescritíveis prédios de Niemeyer em Brasília ou com as propostas de Le Corbusier e Bauhaus no Velho Mundo.

Contudo, procurar o futuro, ou uma linguagem que o referencie, pode ser uma maneira de se buscar a inserção no passado. Em outros termos, o monumento, tanto os clássicos como modernos, buscam, em última instância, atingir a atemporalidade na cultura de um povo, firmando-se num *intermezzo* espaço-temporal, para que a partir desta localização e duração seu significado fique eternizado no imaginário da nação:

Os monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que os possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado. No contexto brasileiro, as igrejas barrocas de Minas Gerais, enquanto "monumentos nacionais", são vistas em termos de uma suposta relação de continuidade com o passado colonial brasileiro. Da mesma forma, um recente monumento nacional, o terreiro Casa Branca, em Salvador, pode ser visto através de sua relação com o passado dos negros e, por extensão, do Brasil. Nesses e em outros casos similares, pensamos e sentimos, ou mais que isso, temos a experiência sensorial de ver o Brasil ou o passado brasileiro nas formas plásticas de igrejas barrocas ou de um terreiro de candomblé. Expressões como "isto é o Brasil" ou "Isto somos nós, negros brasileiros" revelam o sentimento de identificação entre esses monumentos, aquilo que eles representam, e aqueles que os olham. (GONÇALVES, 1989, p. 268).

Podemos relacionar as colocações de Gonçalves ao que Berdoulay (2012) afirma como a possibilidade de ocorrência de metonímias geográficas, alheia ao sujeito, fenômeno que poderia ser aplicado ao projeto de significação nacional dos monumentos presentes em Brasília. Ou, então, poderíamos talvez expandir a conceituação para além das partes – os monumentos –, englobando a totalidade do Plano Piloto neste entendimento:

Se ve claramente que a propósito del paisaje, el procedimiento retórico de la metonimia, aun si depende de la comunicación, corresponde al mismo tiempo a un proceso cognitivo. Dicho proceso está estrechamente relacionado con la anticipación. En efecto, para designar lo que debe de verse, mediante un esquema o modelo de una realidad compleja, la metonimia reduce la incertidumbre ligada a lo desconocido, o bien condensa un gran número de interpretaciones posibles del espacio. Este procedimiento retórico corresponde a un procedimiento cognitivo encaminado a proporcionar por anticipado una comprensión de la realidad a la cual se confrontan los individuos. Por ese motivo, las metonimias geográficas funcionan como anticipaciones paisajísticas que permanecen como provisorias: son conocimientos que deben ser revisados en función de las tensiones que nacen entre ellas y las restricciones no anticipadas. (BERDOULAY, 2012, p. 58).

Como sustenta o autor, a geografia consegue antecipar, pela retórica metonímica do espaço, estas inscrições em sua materialidade, mas deve buscar a correlação com a outra metade, ou seja, os sujeitos que conferiram a este concreto suas significações e, numa vertente mais ampla, os outros indivíduos que não participaram deste processo. Percebe-se que, em se tratando do espaço público, como é o caso da capital, esta situação torna-se ainda mais complexa, pelo fato de a nacionalidade, que deveria ser vitrine nas curvas dos prédios, muitas vezes distanciar-se da grande maioria da população do Distrito Federal, em particular, e do Brasil como um todo.

Essa metonímia espacial, ou geográfica, de que trata Berdoulay (2012) dialoga com a teorização a respeito da imagem e imaginação exposta no início do presente estudo com o auxílio de Sartre (1996; 2009), Araújo e Reis Júnior (2012) e Wunenburger (2007). Uma metonímia, no sentido figurativo da linguagem, representa muito mais do que o que está exposto em seu formato, cores, desenhos e localização. Esta potência sígnica dos monumentos é colocada em destaque por Lowenthal (1998, p. 453):

Pese a todo, los monumentos conmemorativo son mucho más que meros reflejos de lo que celebran, porque añaden al paisaje una nueva mezcla de símbolos funerarios y admonitorios. No sólo nos recuerdan el pasado sino que también nos causan una honda impresión al pensar en su gran significado y en todo lo que hemos perdido, reforzando con ello nuestro desaganado reconocimiento de que ese pasado se há ido para siempre.

Com base nas considerações de Lowenthal (1998) e Gonçalves (1989), podemos discutir os objetivos simbólicos almejados por Kubitschek na construção dos monumentos em Brasília, partindo do pressuposto de que busca, ou ao menos a reverência dos prédios, muito mais sua inserção no passado, como patrimônio nacional a ser lembrado, do que necessariamente seu simbolismo futurista, marca final dos planos políticos do ex-presidente.

E ele próprio deveria estar contido neste arcabouço memorial, personificando o mito enraizado do construtor da nova sede do Estado nacional brasileiro.

Se, ao construirmos ou erigirmos um objeto geográfico como monumento local, regional ou nacional interligamo-lo ao passado, então, como no caso do concretismo do concreto armado brasileiro, chegamos a um paradoxo. Esta via de mão dupla ocorre pelo fato de as formas construídas no Planalto Central buscarem seu lugar na representatividade do passado – há elementos barrocos, por exemplo, na entrada da Catedral e em outros pontos da cidade –, mas suas formas buscam refletir um caminho para o futuro, a modernidade tão desejada por aqueles que projetaram a nova capital, mesmo que, para tanto erija-se uma heterotopia, um lugar fora do espaço de sua totalidade (ARAÚJO, 2015; ARAÚJO; BELCAVELLO, 2014).

No discurso modernizador, em curso desde o período getulista, prevalecia a questão de superar as condições precárias do atraso técnico e econômico – e, de acordo com as classes dominantes, a própria cultura e etnia mestiça – do país. Buscou-se, no futuro, uma maneira de se alterar o passado: “¿Por qué cambiamos el pasado? ¿Qué es lo que nos mueve a alterar y a elaborar nuestro patrimonio de todas esas formas aludidas? Y no sólo de éstas, porque nosotros transformamos no sólo las reliquias tangibles sino también los documentos históricos y los recuerdos personales.” (LOWENTHAL, 1998, p. 454). Com a construção de Brasília, objetivou-se atingir este estágio do passado, de modo a elaborar verdadeiras relíquias na construção de seus prédios, avenidas, alamedas e parques.

Lowenthal diz que “El pasado sin adulterar rara vez es lo bastante antiguo o glorioso; la mayoría de los patrimonios necesitan que los envejezcan o aumenten.” O autor ainda reafirma a importância do resgate do passado em sua aliança pelo poder, seja político, econômico ou social: “Revisamos de forma individual y colectiva el pasado heredado para realizar nuestra autoestima, para aumentar nuestros bienes y para dar validez a nuestro poder.” (LOWENTHAL, 1998, p. 455).

Este é o grande objetivo – o de se firmar na história, para além do seu presente – almejado nos criativos desenhos do concreto armado para a linguagem moderna da arquitetura visível e tangível nos monumentos brasilienses: “Vemos que, em primeira instância, a fundamentação do “estilo” como forma está posta na aparência da arquitetura - como efeito resultante da nova técnica construtiva (a do concreto-armado), a qual conduz o rumo da prática arquitetural de “verdadeiro espírito moderno.” (ABRAHAM, 1989, p. 78). Pode-se argumentar, portanto, o objetivo da construção da nova capital, para além do discurso patente

da “cidade do futuro”, era o de cravá-la na história, torna-la parte já do ideário patrimonial, criar “um” passado, por meio de sua monumentalidade.

Figura 49: Congresso Nacional



Fonte: [www.soubrasil.com](http://www.soubrasil.com)

Figura 50: Torre de TV Digital em Sobradinho e 000



Fonte: [www.soubrasil.com](http://www.soubrasil.com)

Era preciso fornecer o substrato identitário à nova capital, só assim seus custos, discursos e imponência ganhariam a aprovação popular necessária para seu sucesso simbólico, pois como reduto do poder estatal atingira seu sentido no momento de sua fundação: “A autenticidade do patrimônio nacional é identificada com a suposta existência da nação como uma unidade real autônoma, dotada de uma identidade, caráter, memória etc.” Por isso, Gonçalves (1989, p. 268) afirma que, para o patrimônio atingir seus status de referência nacional, é preciso que sua retórica simbólica esteja vinculada à sociedade que representa: “Em outras palavras. a crença nacionalista na "realidade" da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio.”. Na mesma linha de pensamento, Le Goff (1990) existe intimidade na significância histórica entre a ideia de documento e a de monumento, e esta relação é inegável na memória social:

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. (LE GOFF, 1990, p. 111).

Percebemos como o autor francês chama a atenção para a questão da intencionalidade. Se a construção de qualquer monumento ou elaboração documental está ligada a uma forma de pensamento, uma ideologia, então é preciso desvelar estas camadas intencionais, para chegar ao sentido concreto e abstrato destes objetos, fatos e fenômenos. Neste sentido, a escolha das imagens que serviriam de substrato simbólico para a nação se altera no período de 1930 a 1960. Se antes o barroco fora eleito detentor desta missão, agora o futurismo e surrealismo de Niemeyer é que tomaram frente. E, talvez, neste movimento é que se tenha bifurcado ainda mais a relação entre o significante – monumentos – e seu significado, para aqueles que receberiam sua mensagem sígnica, a população em geral.

A construção de Brasília elevou-se do seu próprio plano físico, tocando questões como a memória coletiva e escopo simbólico do sentido de nação brasileira: “A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha.” Lidar com a memória coletiva foi o maior desafio cultural e simbólico no processo da construção de Brasília, pois “[...] a memória coletiva faz parte das grandes

questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” (LE GOFF, 1990, p. 475-476).

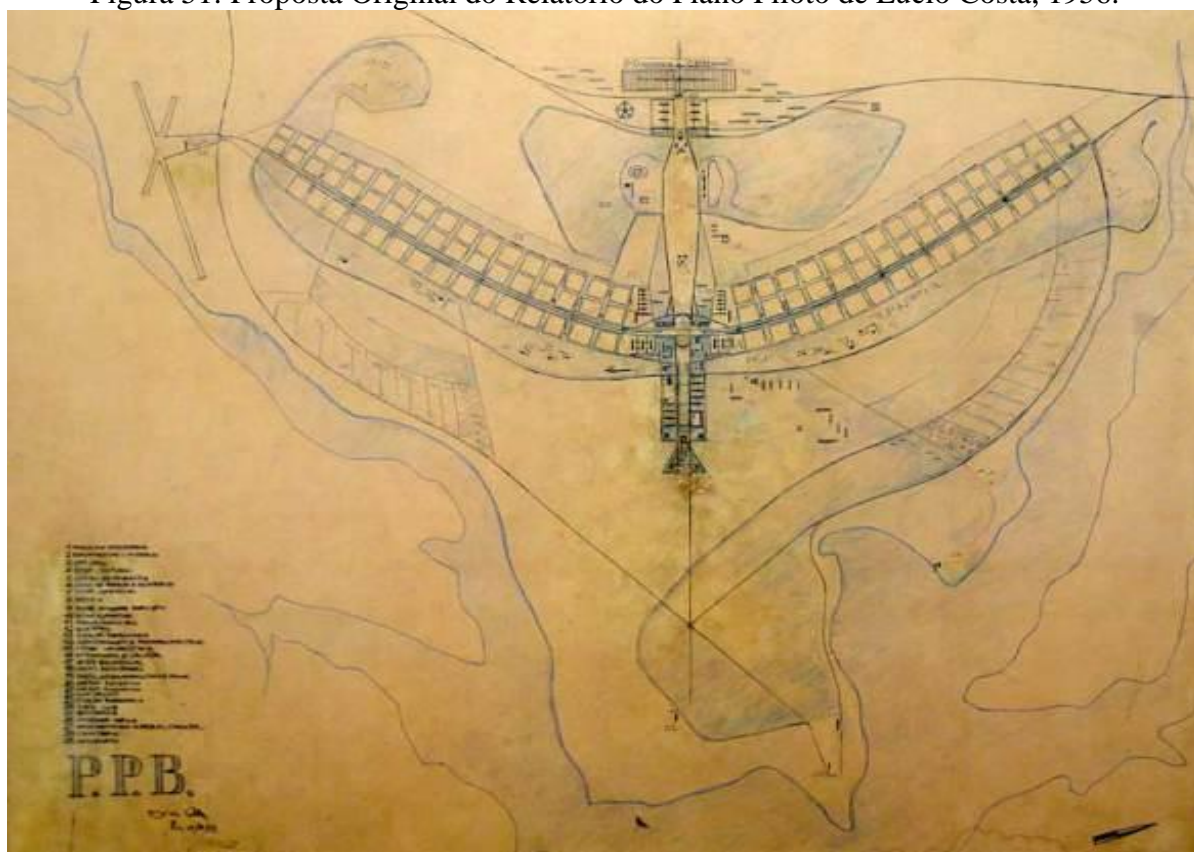
O maior desafio encontrado no passado e no presente, em relação às formas de Brasília, é a superação de seu extrato intencional, da ideologia espacial da modernização, progresso e desenvolvimento. Em outros termos, era preciso mostrar que a cidade iria representar o novo Brasil, aquele que superou o atraso técnico, o discurso edênico secular, ficando-se como estandarte do futuro no coração do território nacional. Na figura dos políticos, o Estado está representado, concretamente, em cada via de circulação, prédio público, desenhos urbanísticos, e também nas inevitáveis desigualdades da nova capital do país. Concebida como monumento do futuro, Brasília tornou-se algo maior, mesclando também o passado e o presente da história da formação do Estado nacional brasileiro:

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (ef. filologia), acumular objetos (cf. coleção/objeto). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade). (LE GOFF, 1990, p. 484).

Após esta conceituação a respeito do monumento, e sobre seu dilema de suplantar temporal e espacialmente sua realidade concreta, é importante que o questionamento volte-se ao exemplo deste tópico, a cidade de Brasília. Em que medida os monumentos construídos na nova capital federal desenhada por Lúcio Costa, planejada por Oscar Niemeyer e levada à cabo por Juscelino Kubitschek, realmente carregam consigo o pilar identitário da sociedade brasileira? Este dilema perdura até os dias atuais, sobre o que representa espacial, histórica, política e culturalmente a construção de Brasília. Para Costa e Steinke (2014), o seu grau de representatividade de poder político é que a sustenta em primeira instância:

A construção de Brasília simboliza o esforço pela difusão produtiva da indústria na totalidade do território nacional, pela angariação de capital externo e a formação de um mercado interno, pela substituição de importações, somada a difusão do modo de vida tipicamente urbano na hinterlândia. 13 Brasília nova Capital derrubaria três percalços ao Plano de Metas: a inexistência de uma localização privilegiada do poder para o rearranjo das economias regionais, em prol da unificação do mercado nacional; o enrijecimento econômico do litoral palco da colonização; o potencial burguês latifundiário e urbano lotados nas antigas ilhas territoriais produtivas de café e cana-deaçúcar. (COSTA; STEINKE, 2014, p. 4).

Figura 51: Proposta Original do Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa, 1956.



Fonte: Costa (1962, p.1).

Figura 52: Trabalhador da “Cidade Livre”, atual Núcleo Bandeirante - DF



Fonte: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)



O teor geopolítico das primeiras observações de José de Bonifácio (2011), ainda no século XIX, está incrustado no Plano Piloto: “O controle do território por ação do poder estatal pode ser elevado a outro plano em estratégias de desenvolvimento, além do econômico-capitalístico.” (COSTA; STEINKE 2014, p. 5). Com a construção de Brasília, insere-se a ideia de *Geoestratégia* nas intervenções do Estado brasileiro, noção que atingirá seu ponto máximo nos anos ditatoriais, a serem tratados com maior profundidade no capítulo 4 deste estudo. E, além do político, há o substrato econômico, pois Brasília representaria a concretização da vitória e dominação do interior do Brasil rumo ao seu futuro:

Já se afirmou que o Estado Novo, com a “Marcha para o Oeste”, consagrou o discurso favorável à integração territorial econômica e cultural de dois Brasis (do litoral urbano e do interior rural). Política conservadora, modernização territorial, uma intelectualidade nascente e uma gama de novos eventos como a urbanização, a revisão da vocação econômica brasileira, a industrialização, os regionalismos, a brasilidade, o nacionalismo, dentre outros, mesclaram-se, na primeira parte do século XX, para justificar a crença na comunhão entre o ideal nacionalista e o desígnio econômico do país. O evento Brasília é indissociável da modernização proposta para a nação. (COSTA; STEINKE, 2014, p. 12).

Estas considerações de Costa e Steinke (2014) remontam ao esboço apresentado por Lúcio Costa (1962) na concepção do Plano Piloto (vide figura 51), lembrando que a carga semiófora de significado da modernidade brasileira só atingiu seu ápice com os contornos dos monumentos concebidos por Niemeyer. Por outro lado, a cidade de Brasília, ao propor em seu planejamento a destinação do nacionalismo futurista, acaba por sintetizar esta desigualdade da modernização, proximamente aos limites do Distrito Federal e das regiões administrativas – antigas cidades satélites –, e nacionalmente, em comparação com o cenário urbano do país: “[...] não chegamos a uma modernidade, mas a vários processos desiguais e combinados de modernização” (CANCLINI, 1998, p. 154).

Na metade do século XX, não apenas Brasília representou a concreção da ideologia espacial da racionalização moderna e do progresso – como apresentado em relação à construção de Goiânia, os parques industriais no Sudeste, a expansão da malha rodoviária, etc. –, mas este fenômeno ocorreu em várias partes do país, assim como afirma Oliveira (2015):

Brasil era apresentado, nos anos 1950, como um país diante de uma encruzilhada histórica. De um lado, estava o mundo rural, que representava o passado. De outro, a atividade industrial, que apontava para o futuro. O passado era visto como imobilismo e atraso, e para vencer esse peso, a industrialização era o único caminho. A criação do novo, do moderno, fundaria um processo de mudança na sociedade brasileira capaz de fazer o país deixar de ser subdesenvolvido. A suposição de que as forças do novo seriam vencedoras fazia parte da cultura que tomava corpo naqueles anos. Não por acaso os movimentos culturais mais relevantes da década estavam

atrelados às idéias de moderno e de novo: arquitetura moderna, bossa nova, cinema novo. [...] A idéia de mudar a capital e construir uma nova cidade já fazia parte do "inconsciente coletivo", devido não só à construção de Belo Horizonte no fim do século XIX (projeto de Aarão Reis), mas também à construção de Goiânia, inaugurada em 1940 (projeto de Attílio Corrêa Lima). Esse ciclo de construção de cidades-capitais se mantém, aliás, até hoje, como se pode notar pela construção de Palmas, capital do novo Estado do Tocantins, inaugurada em 1990. São cidades que podem ser consideradas parte da interiorização do Brasil, da civilização de seus sertões decorrente da conquista do oeste. A construção de Brasília tem sido cantada em prosa e verso. Para uns, representou a prova do voluntarismo irresponsável de nossas elites. Para outros, foi um momento significativo de um tempo de esperança. (OLIVEIRA, 2015a, p. s/n).

No contexto da realidade brasileira, Canclini (1998) adverte que é preciso olhar para a modernização dos países em desenvolvimento da América Latina como um processo desigual: “[...] seria preciso entender a sinuosa modernidade latino-americana repensando os modernismos como tentativas de intervir no cruzamento de uma ordem dominante semi-oligárquica, uma economia capitalista semi-industrializada e movimentos sociais semitransformadores” (CANCLINI, 1998, p. 83).

Este outro lado da moeda pode ser analisado na figura 52, que representa os trabalhadores que participaram da construção da cidade. Não se pode criar a identidade simbólica, a paisagem, sem o distanciamento da população mais humilde, a classe baixa constituinte da maior parte demográfica do Brasil nos anos de 1960. No ordenamento habitacional do Plano Piloto, não há lugar para esta parcela da população.

Núcleos de povoamento pré-existentes e surgidos durante a construção da capital, como Brazlândia, Planaltina, Ceilândia e Paranoá, não apenas expõem como complexificam a realidade da capital federal, entrecruzada pelas identidades esquecidas na construção da paisagem de Brasília. A mudança brusca da paisagem não afetou as tradições já presentes e recém-chegadas nas décadas de 1960 e 1970:

No es correcto que todo paisaje es capaz de integrar y asimilar cualquier tipo de modificaciones territoriales originadas por las sociedades del momento: determinadas modificaciones bruscas, violentas, demasiado rápidas y demasiado impactantes no siempre pueden ser integradas al paisaje y al imaginario paisajístico. No siempre se sabe alterar, modificar, intervenir sin destruir. Y cuando se destruye un paisaje, se destruye la identidad del lugar y a trama imaginaria que lo sustentaba. Y destruir la identidad de un lugar – en especial cuando se es incapaz de sustituirla por otra, por artificial que ésta sea – es reprochable, como destruir la biodiversidad del planeta. (NOGUÉ, 2012, p. 138).

Por mais que se tenha idealizado uma cristalização estética, criativa e racional, o Plano Piloto não conseguiu negar a diversidade real da sociedade brasileira, no sentido cultural e econômico, principalmente. Basta lembrarmos que fenômeno parecido ocorreu na antiga

capital, Rio de Janeiro, planejada e idealizada edenicamente em sua orla, mas com a presença inegável dos problemas nacionais na figura das ocupações irregulares e aglomerados urbanos nos morros em todo o entorno do litoral carioca. Pouco mais de cinquenta anos depois, Brasília reflete o mesmo fenômeno urbano, a rapidez dos 50 anos em 5 de Kubitchek ainda ecoam na resistência da diversidade, tradições e desigualdades da paisagem do Distrito Federal:

El paisaje es un concepto enormemente impregnado de connotaciones culturales, de valores y puede interpretarse como un dinámico código de símbolos que nos habla de la cultura de su pasado, de su presente y quizá también de la de su futuro. Em efecto, paisaje es cultura y, precisamente por ello, es algo vivo, dinámico y en continua transformación, capaz de integrar y de asimilar con el tiempo modificaciones territoriales importantes, siempre y cuando estas modificaciones no sean bruscas, violentas, ni demasiado rápidas. (NOGUÉ, 2012, p. 129).

Na nova capital federal, a realidade da população brasileira transpareceu objetivamente infiltrando-se e superando a intencionalidade monumental, classista e etérea da construção original da cidade, em termos próximos à ideiação racionalista de uma *ecumenópolis* – da junção dos dois termos gregos, ecúmeno (οικουμένη), de lugar habitável, e pólis (πόλις), *significado cidade* – do futuro, como conceituado por Doxiadis e Papaioannou (1974), mas, ao mesmo tempo, apartada da realidade social do país em que está inserida.

Em suma, a paisagem, dinâmica em sua essência, como na assertiva de Nogué (2012), deu lugar às novas camadas do presente que a circunda, transforma e significa. A dialética da desigualdade, ressaltada por Paviani (2006) – em uma inserção do caso de Brasília num âmbito mais amplo da América Latina –, figura como exemplo desta situação atual de Brasília, vista não apenas em urbanizações tardias e favelas como Estrutural, Itapoã, Arapoangas ou Sol Nascente (LESSA, 2014), mas também nos interiores das zonas nobres ao redor do Eixo Monumental concebido por Lúcio Costa:

A elite tem mecanismos para socializar os mecanismos que mantêm a saúde disponível para uma pequena parcela da população. As condições habitacionais dos excluídos, mesmo estando em pleno centro da cidade, são indignas da condição humana e de patamares mais elevados de civilização. Cortiços e favelas não possuem esgoto (sendo locais propícios para a disseminação de enfermidades variadas), água tratada é instalada somente em pontos esparsos. Habitações precárias, “subnormais”, geralmente encontram-se periferizadas em relação aos empregos que melhor remuneram. Os habitantes destes locais segregados estão física e intelectualmente impedidos de produzir. Não produzindo, estão condenados ao desemprego, à lacuna de trabalho e a não consumir mesmo o mínimo necessário condizente à dignidade humana. (PAVIANI, 2006, p.98)

Figura 53: Sol Nascente no DF, maior favela da América Latina.



Fonte: <http://www.correiobraziliense.com.br/>

Figura 54: Itapoã no DF



Fonte: <http://www.jornaldebrasil.com.br//>

Até mesmo a mística da cidade do funcionalismo público é contestada pelo geógrafo da UnB, quando faz a seguinte constatação sobre a população do Distrito Federal: “[...] a rigor, Brasília, não seria, como se propala, a cidade dos funcionários públicos, pois não é essa a atividade que mais emprega. Aliás, o comércio, com 161.200 empregados em dezembro de 2004, encontra-se em terceiro lugar, com 16,8% dos ocupados da Capital.” (PAVIANI, 2006, p. 102).

O termo meta-síntese para a cidade de Brasília, utilizado por Lúcia Oliveira (2015) e Costa e Steinke (2014) para referir à importância da nova capital, sua construção e contradições do processo, encontra reflexo nesta exposição de Nogueira (2012). O encaixe desta noção metasintética possui, em si, a concretude dos prédios, suas mensagens criativas, futuristas e surrealistas, ao passo que, a poucos quilômetros da capital, a pobreza e mazelas da sociedade brasileira permaneciam presentes, mesmo o Plano Piloto negando-os em sua concepção e construção.

A existência de uma intencionalidade clara da concepção da concreção de Brasília, certamente não previa, no quadro ideal de sua representação, as ocupações irregulares, a explosão urbana (originalmente a cidade foi planejada para 500 mil habitantes, hoje conta com quase 2,5 milhões em sua área metropolitana), o descontrole de tráfego, dentre outros problemas urbanos comuns às grandes cidades brasileiras – Ceilândia, por exemplo, significa, literalmente, terra dos centros de erradicação de invasões. Se existe uma cidade que representa fiel e diversificadamente, mesmo que não intencionalmente, a síntese do nosso Estado, é a cidade de Brasília, e assim será enquanto detiver a sede política do Brasil.

### 3.2.3 Os meios de comunicação e seu papel central no período desenvolvimentista

Falar dos meios de comunicação em massa no Brasil durante a fase dos planos econômicos desenvolvimentistas envolve diretamente dois cenários complementares; por um lado, a chegada de novas tecnologias da informação, como a televisão, que catapultou o potencial de influência do *mass media*, assim como a evolução e aumento da circulação de jornais e informativos impressos e radiofônicos, favorecendo os interesses estatais e empresariais, e, por outro, o uso deste novo parâmetro de circulação da informação como meio de potencializar a publicidade da crescente produção em grande escala, favorecendo o discurso do aumento do padrão de vida pelo poder de consumo da população.

O desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil está inerentemente ligado ao crescimento do potencial técnico da imprensa. E, se a análise se pautar no âmbito econômico, esta relação fica ainda mais forte e clara, já que a imprensa, aqui “[...] nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu desenvolvimento” (SODRÉ, 1999, p. X). Este é o contexto da produção e difusão de informações em nosso país, desde seu início representando a luta de interesses na veiculação dos significados nestas informações:

[...] a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. (SODRÉ, 1999, p. 1).

Sodré (1999) comenta, ainda, a diversidade de áreas que a imprensa, principalmente impressa, assumiu no Brasil, com cadernos de comércio, literários, proletários, informativos, ou seja, diversificando-se para melhor atender os vários grupos e interesses que formavam o todo da sociedade.

Se uma das bases da política desenvolvimentista era facilitar a entrada do capital estrangeiro no país, a chegada das novas tecnologias de informação fizeram parte deste processo, ainda mais levando-se em consideração que o interesse não era apenas econômico, mas também político, envolvendo a capacidade da mídia como catalisadora das ações políticas do governo: “As ações políticas de JK basearam-se principalmente na utilização dos meios de comunicação com o objetivo de tornar-se conhecido. Dessa forma, estratégias foram

trabalhadas na campanha do candidato a fim de torná-lo conhecido e fortalecer sua imagem em todo o território nacional.” (SOUZA, 2010, p. 3).<sup>26</sup>

Benjamin (1987), por sua vez, expõe que pelos *mass media* e a reprodutibilidade informacional, o Estado, por meio dos seus representantes políticos, mobilizaria este potencial em prol dos seus próprios interesses. Este fenômeno já havia acontecido com Getúlio Vargas, e com Juscelino Kubitschek não foi diferente. Em síntese, emerge o personagem político através da figura pública:

A metamorfose do modo de exposição pela técnica de produção é visível também na política. A crise da democratização pode ser interpretada como utopia crise nas condições de exposição do político profissional. As democracias expõem o político de forma imediata, em pessoa, diante de certos representantes. O Parlamento é seu público. Mas, como as novas técnicas permitem ao orador ser ouvido e visto por um número ilimitado de pessoas, a exposição do político diante dos aparelhos passa ao primeiro plano. Com isso os parlamentos atrofiam, juntamente com o teatro. O rádio e o cinema não modificam apenas a função do intérprete profissional, mas também a função de quem se representa a si mesmo diante desses dois veículos de comunicação, como é o caso do político. O sentido dessa transformação é o mesmo no ator cinema e no político, qualquer que seja a diferença entre suas tarefas especializadas. Seu objetivo é tornar "mostráveis", sob certas condições sociais, determinadas ações de modo que todos possam controlá-las e compreendê-las, da mesma forma como o esporte o fizera antes, sob certas condições naturais. Esse fenômeno determina um novo processo de seleção, uma seleção diante do aparelho, do qual emergem, como vencedores, o campeão, o astro e o ditador. (BENJAMIN, 1987, p. 8 – grifo nosso).

É interessante notar como o autor frankfurtiano reforça os elementos dos meios de comunicação em evolução desde a era getulista, ou seja, do rádio à televisão, no uso máximo da ideologização dos meios destes *mass media*, como sugerido por Baudrillard (1991) em sua análise sobre a produção dos simulacros por estas vias de circulação da informação no século XX. A transformação citada por Benjamin (1987) é vista nos dois extremos de utilização dos *mass media*: pelo lado mercadológico, na explosão das propagandas, e na difusão do estilo de vida consumista americano para o mundo, principalmente no contexto pós-segunda guerra mundial.

Este aproveitamento das empresas fica ainda mais evidente nos comerciais destinados aos produtos duráveis e não-duráveis para a família, que descobria o conforto das bugigangas do *american way of life*. Programas de televisão voltados ao público feminino atestam esta

---

<sup>26</sup> “A TV como vemos hoje é muito diferente do Brasil na década de 1950 e 1960. Antes, a cobertura televisiva exigia esforço e determinação iguais aos dos próprios candidatos. O link era feito por caminhões situados ao longo das rotas com pequenas e precárias repetidoras e quando os candidatos passavam pelas capitais eram entrevistados pelas redes” (SOUZA, 2010, p. 3).

exploração comercial de grandes marcas, como *Clube do Lar*, os *Festivais de Música Popular Brasileira*, *O Riso dos Cinco* e *O Mundo das Mulheres*, além de investidas em programas para o público infantil, transmitidos por TV Tupi, Record, Excelsior, TV Paulista, etc.

O outro aspecto a ser levantado neste debate é a questão do político como personagem popular e, neste ponto, Juscelino Kubitschek ainda é, até mais que Getúlio Vargas, um símbolo de época neste quesito. A popularização da imagem de JK como visionário perpassou a história de desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, seja pelo então estabelecido rádio, pela tradicional mídia impressa, ou pela incipiente e inovadora transmissão televisiva, em programas de auditório, principalmente com nomes como Silvio Santos, Chacrinha e Raul Gil, ou com os cantores e atrações da Jovem Guarda, além do nascimento das telenovelas, tudo isso após a saída de JK do governo, mas, ainda assim, simbolizando o crescimento da televisão nos domicílios brasileiros na década de 1960, naquilo que podemos chamar de *boom* da indústria cultural no Brasil (OLIVEIRA, 2011).

Figura 44: cena do programa *Clube do Lar* extinta TV Paulista em 1963



Fonte: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/>



Figura 45: Anuncio de moda, Década de 50, TV Record



Fonte: [www.centrocultural.sp.gov.br](http://www.centrocultural.sp.gov.br)

Figura 46: Entrevista do ex-presidente Kubitschek ao jornal *O Cruzeiro*, 2 de abril de 1960.

Fonte: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>

Nas figuras 45 e 46, podemos ver o avanço das duas mídias atendendo os interesses político e econômico. Primeiramente, a incipiente rede televisiva explorava sua força imagética, subsidiando seus custos com as propagandas vinculadas à sua programação, muitos programas familiares, como telejornais e novelas, surgiram neste período. Na outra imagem, vemos Kubitschek, ainda na mídia impressa, utilizando seu capital político acumulado na construção e fundação de Brasília, para influenciar as futuras eleições presidenciais.

A aliança entre o Estado e a iniciativa privada fez com que os interesses comuns de ambos permitissem uma guinada no aparato técnico informacional. Porém, o avanço das tecnologias de difusão informacional ainda era seminal, concentrado nas grandes cidades; apesar da qualidade de transmissão e impressão precária, havia grande interesse do público no material circulado. Ferreira e Mesquita tecem seu argumento sobre a importância da publicidade impressa, por exemplo, na estratégia política de divulgação da construção de Brasília:

Em artigo intitulado “A futura capital”, o *Jornal do Brasil* faz uma descrição do material recebido e expõe sua importância, principalmente para aqueles que ainda não acreditavam na possibilidade de mudança da capital. Destaca as condições naturais da área demarcada pelos geólogos, sanitaristas e biólogos, apontando-as como responsáveis pela inclusão da futura capital “no Eldorado fantástico das lendas americanas”. Além de declarar a posição central vantajosa para a fiscalização de todo o território nacional, sem ameaças de invasões, o artigo desqualifica o Rio de Janeiro como cidade capital, sugerindo a mudança o quanto antes para a área demarcada, livre de mazelas como a febre amarela, os maus esgotos e as ruas estreitas e sujas do Rio de Janeiro. (FERREIRA; MESQUITA, 2001, p. 19).

O material impresso, principalmente o jornal, foi responsável por circular as notícias, fotos, entrevistas e andamento da construção de Brasília. Era preciso poder de convencimento frente à população, pois a obra no Planalto Central demandava grandes custos e mobilização de investimentos, devido aos riscos inerentes à sua empreitada.

A imprensa, e seu crescimento, teve impacto direto na chegada dos novos produtos industrializados ao Brasil. A relação entre os meios de comunicação de massa e o setor industrial era tão grande que Ribeiro (2003) questiona se o avanço do material impresso e audiovisual não determinou o surgimento da indústria cultural no Brasil: “A modernização da imprensa brasileira nos anos 1950 parece, num primeiro momento, seguir o mesmo padrão do desenvolvimento norte-americano: uma racionalização da produção que apontava para a implantação de um jornalismo de massa no país, ou, noutras palavras, para a incorporação da imprensa na esfera da indústria cultural.” (RIBEIRO, 2003, p. 155). A propaganda impressa e

televisiva alcançava outros patamares de difusão, em comparação ao rádio, dominante até então. A linguagem da imagem é mais intensa e fortuita para atingir o objetivo desejado: alcançar o consumidor e eleitor.

Com a iniciante força de comunicação da televisão, as agências publicitárias intensificaram as pesquisas de opinião para conhecer os hábitos de consumo do telespectador e qual seria o melhor horário para veicular seus produtos. Criado em 1954, o IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa - fornecia a audiência. Acelerava-se o fator que viria a se transformar na força dominante da televisão: a publicidade. (AMORIM, 2008, s/n).

Se a indústria cultural caracteriza-se pela modulação do produto a partir da vontade de consumo, então o exemplo de Amorim (2008) sobre as pesquisas de opinião do IBOPE enquadram-se perfeitamente neste raciocínio. Para além disso, havia o chamado, por parte do poder público, para que juntos, Estado e mercado, caminhassem em direção ao aumento do poderio industrial do país. Nas palavras do próprio Kubitschek,

Precisam os industriais e homens de negócio da grande nação do continente de se convencer de que as relações com o Brasil já não devem ser colocadas no plano do export-import, mas que somos país que tem de produzir matérias-primas e transformá-las, enriquecê-las aqui mesmo, embora devamos exportar também essas matérias-primas — pois que necessitamos, por nossa vez, de importar também o que não existe ou não foi ainda encontrado em nossa terra. (BRASIL, 2009, p.43).

O apelo midiático da indústria automobilística focava duas grandes frentes: a política, devido ao fato de seu crescimento aumentar e justificar os investimentos públicos em vias de circulação intra-urbanos e regionais, e, por outro lado, o estímulo do consumo, pois quanto maior fosse a divulgação do carro como objeto de desejo para a população — como sugere a propaganda da figura 00 —, maior seria sua produção e comercialização, e, num movimento cíclico, outras marcas do setor investiriam no Brasil.

Já a indústria de bens de consumo não duráveis, como a alimentícia e a de vestuário, também soube capitalizar a presença dos *mass media* e do seu potencial na nascente indústria cultural brasileira. De acordo com uma das bandeiras do nacionalismo, era preciso haver um esforço mútuo dos setores público e privado no fortalecimento da base econômica endêmica, indo desde a indústria de base e transformação até a produção de utensílios básicos para o uso cotidiano, vide figura 48, com destaque para o avião, telefone e carro, como símbolos desta lógica.

Figura 47: Propagandas comerciais da década de 1960 (1)

**FORD**  
 continua o Melhor Caminhão do Mundo!

Menham outro caminhão apresenta tantas vantagens e peças tão reduzidos!

**FORD F-500**

**SUGESTÃO PHILIPS**  
 PARA 12 de JUNHO  
 PARA ELE OU PARA ELA  
 Um rádio de Cabeceira com apenas  
**Cr. \$ 199,00** mensais

**...E LEMBRE-SE**

PARA PRESENTES DE 12 DE JUNHO

**1960 BONS**

Fonte: www.cpdoc.fgv.br

Figura 48: Propagandas comerciais da década de 1960 (2)

**SIEMENS**  
 O BRASIL

preto deixou de ser a "côr oficial" dos telefones!

Em lugar de uma cor só, os novos Telefones Siemens oferecem 4 cores para V. escolher: cinza, verde, bege e azul. São suaves tonalidades que harmonizam com os móveis e a decoração de seu escritório ou de sua casa. Em vez de desenhos convencionais ou formatos esquisitos, possuem um traçado moderno e elegante. Os novos Telefones Siemens superam tudo o que foi apresentado até hoje; e já foram aprovados em mais de 200 países, incluindo o Brasil.

novos telefones automáticos Siemens

Os mais leves e confortáveis - tone progressivo não cobra a mão e pode ser retirado com a chave ou a espereira sem perder o fio.

Disco sem-linha - transmissão automática - facilidade a discagem.

Sem de campanha geral - vai desce, entra no telefone - V. sabe o controle na base do aparelho.

Recepção transmitida - V. sabe mais em fidelidade.

**Finalmente o grande carro brasileiro**

**SIEMENS DO BRASIL - COMPANHIA DE ELETRICIDADE**  
 Rio de Janeiro - São Paulo - Porto Alegre - Recife - Belo Horizonte - Curitiba

Fonte: www.cpdoc.fgv.br

Lembremos que os bens de consumo representados na figura 48 também tiveram sua produção iniciada ou aumentada em grande escala devido, principalmente, à explosão demográfica que decorreu da migração da população rural para os grandes centros, a partir do final da década de 1950; de fato, as propagandas buscam evidenciar ao máximo, pela sua força imagética, o contraste entre a vida rural e a urbana industrial. Esta visualidade, e intensidade imagética no ideário popular da publicidade é fundamental para que haja a chegada dos novos produtos – bem duráveis e não duráveis – na vida diária das pessoas:

Sem a publicidade, seria impossível pensar na incorporação rápida das grandes inovações da tecnologia, no terreno dos bens duráveis e de consumo, aos hábitos dos consumidores brasileiros, principalmente dos habitantes das metrópoles (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife) que se expandiram no decorrer dos anos 50. A propaganda criou os mercados consumidores, permitindo o consumo em larga escala e por conseguinte a incorporação, à vida diária das pessoas, de automóveis, eletrodomésticos, novos materiais de construção, novos tecidos e novos alimentos. (FERREIRA; MESQUITA, 2001, p. 21).

E, conforme escrito na propaganda “preto deixou de ser a cor oficial do telefone!”, a individuação da mercadoria era uma alternativa sedutora e de fácil aceitação pelo público consumidor. O sinal do esteticismo da mercadoria emana desta propaganda em particular, um sinal dos tempos, da chegada da indústria cultural nestes produtos: “Eis o que confere provisoriamente à noção estética do moderno a sua peculiar invariância.” (ADORNO, 2008, p. 47), já que, sem a circulação da informação, por todos os meios de comunicação possíveis, de nada adiantaria o discurso da modernidade vinculado à industrialização: “Sem dúvida, não proporciona à dinâmica histórica menor lugar do que o próprio modo de produção industrial, que, durante os últimos cem anos, evoluiu do tipo da fábrica do séc. XIX para a automação, passando pela produção de massa.” (ADORNO, 2008, p. 47).

Por se tratar de um país com industrialização tardia, o Brasil acabou “pulando” etapas deste modo de produção mundial, já que passamos de um cenário pré-industrial no início do século XX para a chegada massiva de todo tipo de bugigangas estrangeiras poucas décadas depois, num movimento global do vindouro capitalismo estético:

Resumidamente, podemos colocar o capitalismo industrial clássico no âmbito do modernismo, enquanto o capitalismo estético (do qual a chancela financeira faz parte, após 1971 com a queda do Tratado de Bretton Woods nos EUA, e com a equiparação do dólar ao ouro, contemplando assim a fase especulativa do capitalismo) estaria alinhado ao pós-modernismo das últimas três décadas majoritariamente (ARAUJO; MELO, 2014, p. 3).

O apelo estético dos bens de consumo duráveis e não-duráveis faziam parte do outro lado do Estado de bem-estar social, configurado pelas vias desenvolvimentistas no Brasil: “Com a velocidade sugerida pelos novos automóveis da indústria nacional e pela marca institucional dos “50 anos em 5”, a propaganda nos anos JK teve como tema o rápido ingresso da sociedade brasileira na modernidade, ou nos padrões do *american way of life*.” (FERREIRA; MESQUITA, 2001, p. 24)<sup>27</sup>. Benjamin (1987) aprofunda a discussão do estilo de consumo americano como símbolo da modernidade industrial, com base na busca pelo prazer por meio do poder de compra:

O comportamento progressista se caracteriza pela ligação direta e interna entre o prazer de ver e sentir, por um lado, e a atitude do especialista, por outro. Esse vínculo constitui um valioso indício social. Quanto mais se reduz a significação social de uma arte, maior fica a distância, no público, entre a atitude de fruição e a atitude crítica, como se evidencia com o exemplo da pintura. Desfruta-se o que é convencional, sem criticá-lo; critica-se o que é novo, sem desfrutá-lo. (BENJAMIN, 1987, p. 10).

Desta maneira, havia uma profundidade não apenas econômica nesta visão do progresso industrial, mas toda uma lógica estética, cultural, existencial, atinente ao aumento da escala da produção, seguida pela explosão do consumo: “A época vazia preenche-se com o vazio, não produz falsa consciência, só a que já existe permanece dificilmente tal qual é.” (ADORNO, 2008, p. 275). Logicamente, o esteticismo do consumo dava ainda seus primeiros passos, mas existe diferença entre essa publicidade, que valoriza o gosto individual, e uma visão mais generalista do consumo:

O consumidor não é rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto. O termo *mass media*, que se introduziu para designar a indústria cultural, desvia, desde logo, a ênfase para aquilo que é inofensivo. Não se trata nem das massas em primeiro lugar, nem das técnicas de comunicação como tais, mas do espírito que lhes é insuflado, a saber, a voz de seus senhor. A indústria cultural abusa da consideração com relação às massa para reiterar, firmar e reforçar a mentalidade destas, que ela toma como dada *a priori*, e imutável. É excluído tudo pelo que essa atitude poderia ser transformada. As massas

---

<sup>27</sup> Os 50 anos em 5 acabam por ser uma alegoria juscélica de sua ambição e obsessão pelo “tempo perdido” do Brasil frente às potências econômicas mundiais, como em seu discurso no Palácio do Itamarati em 1959 sobre o tema: “Sabemos que, em tôdas as atividades da produção que constituem fontes de divisas, teremos de enfrentar as competições de países em que o trabalho é mais bem apoiado mecânicamente, ou recebe remuneração inferior, porque menos livre. Não ignoramos as graves ameaças que pesam sobre nós em razão de uma tecnologia a que não temos ainda acesso e que não reconhece limites às suas possibilidades. Sentimos o risco de não recuperarmos a distância perdida, se nada fizermos para romper os isolamentos nacionais e concertar uma ação unida, que evite a dispersão ou a duplicação inútil de energia.” (BRASIL, 2009, p. 35 – mantida a grafia original).

não são a medida mas ideologia da indústria cultural, ainda que esta última não possa existir sem a eles se adaptar. (ADORNO, 1987, p. 188).

Estes produtos, que também foram alvo da publicidade, remetem ao processo de individuação do consumo: “Usando a escala dos meios de comunicação de massa, descobrimos uma relação bastante regular e forte entre a exposição aos meios de comunicação de massa e a modernidade individual.” (INKELES; SMITH, 1974, p. 142). A mensagem exposta era a de que o acesso e uso destes novos inventos permitira à população atingir outro patamar social – ao menos, este era o embasamento das propagandas. Há, contudo, um porém a ser analisado com relação aos meios de comunicação em massa. De acordo com Inkeles e Smith (1974), mesmo que haja uma informação com viés modernizador, por exemplo, haverá inevitavelmente uma seleção no teor das mensagens. Ao lado do rádio, televisão ou jornais impressos encontrava-se o embate entre o tradicional e o moderno:

Podem ser usados para reforçar sentimentos tradicionais de maneira tão eficaz quanto para a transmissão de ideias novas. Assim, uma igreja fundamentalista, do “cinturão da Bíblia” da América, pode fazer uso de transmissão por rádio para espalhar a sua mensagem da mesma forma que um partido político local, para difundir a ideia de uma reforma econômica e social. [...] Mesmo que esses meios transmitam uma elevada proporção de material que possa ser inequivocadamente considerado como “modernizador”, as audiências têm uma capacidade incrível de selecionar tal material. As pessoas prestam atenção ao que querem ouvir ou ver, ignorando a parte da mensagem que lhes parece muito distante ou que possa conflitar com as tradições herdadas e crenças estabelecidas. Assim, os meios de comunicação de massa podem ser muito menos eficientes em provocar modificações fundamentais de atitudes e valores do que se possa imaginar. (INKELES; SMITH, 1974, p. 141).

Assim, sem a parceria e investimento entre os setores público e privado, a impulsão dos meios de comunicação em massa no Brasil não teria ocorrido em ritmo tão acelerado, como o foi no período dos governos populistas e desenvolvimentistas. Se, por um lado, havia o interesse em utilizar o potencial de alcance dos *mass media* com fins de difusão política, por outro, era interessante haver o maior crescimento possível na produção e acesso aos objetos técnicos de recebimento informacional, principalmente a televisão, apesar da mídia impressa ainda possui grande importância para esta tarefa.

Especificamente no que se refere à exploração política dos *mass media*, inevitavelmente no governo JK, a construção e fundação de Brasília ocupou o papel de centralizador. E a este fato histórico que a atenção precisa se voltar, posicionando a análise pela lente geográfica, ressaltando os aspectos idealistas, monumentalistas, ideológicos e políticos envolvidos neste processo.

### **3.3 A MATURAÇÃO DO SABER GEOGRÁFICO EM MEIO À TRANSIÇÃO POLÍTICA DOS ANOS DE 1960**

Para o fechamento deste terceiro capítulo da Tese, assim como ocorrido no capítulo anterior, a argumentação se voltará, neste momento, principalmente para a questão geográfica do período delimitado nesta repartição do trabalho, abrangendo as décadas de 1950 e 1960. Neste decênio, e algo do final dos anos de 1940, houve grandes mudanças na forma de se pensar e agir sobre o espaço geográfico brasileiro.

Novas teorias foram adotadas, os estudos avançaram, e a importância do olhar geográfico em concomitância com outras esferas, como economia e cultura, tornou-se mais rica, cada vez mais indissociável. As maiores preocupações destes intelectuais era fornecer os caminhos e reflexões que permitissem, ao Brasil, atingir seus anseios progressistas, de aceleração do futuro e das bases para um novo perfil econômico e social para a população brasileira.

Ao mesmo tempo em que estas teorias chegavam e se desenvolviam, os órgãos oficiais de produção geográfica atingiam uma proximidade cada vez maior entre os geógrafos representantes destas instituições, como o CNG e o IBGE, com as diversas intervenções estatais no território brasileiro como, por exemplo, nas diferentes expedições geográficas pelas regiões mais distantes do país.

Outro ponto que merece destaque é o papel crucial que o saber geográfico teve na continuidade da ideologia espacial da ufanía edênica e do heraldismo telúrico no período dos governos desenvolvimentistas. Por meio dos dados, informações e conhecimentos geográficos, o caminho para os anseios políticos, simbólicos e econômicos do Estado ,munia-se dos seus interesses para com a nação e sua corpofiricação material nas fronteiras do território brasileiro.



### 3.3.1 Planificações, parâmetros e a organização do espaço geográfico brasileiro

Se a ideologia espacial do período populista\desenvolvimentista estruturou toda uma lógica de pensamento e ação sobre o território brasileiro, por outro lado, houve uma produção ativa da Geografia. Neste contexto, alguns conceitos se tornam chave para a constituição desta corrente, ou, nos dizeres de Sodré (1986) corrente geográfica, dominante no período pré-ditadura como, como, por exemplo região, organização do espaço, sistemas, território, ação (no sentido de aplicação teórica e metodológica), além das primeiras noções do que viriam a ser as atuais versões humanista e radical do pensamento geográfico contemporâneo.

Além destes termos, há outros conceitos utilizados recorrentemente pelos representantes da Geografia da época, tais como: posição, localização, organização, região, área, ordenamento, espaços vazios, povoamento, atraso técnico, hinterlândia (que será explorado com maior intensidade nos anos ditatoriais), dentre outros mais periféricos, mas não menos importantes.

Para compor um quadro de excertos diretos sobre a ciência geográfica da época, alguns autores, tais como Guimarães (1949), Lopes (1950), Waibel (1955), Petrone (1959), Labasse (1967) e James (1967) foram selecionados. Começando, assim, por Leo Waibel, já podemos destacar um primeiro vislumbre do olhar ufanista para o território brasileiro, com base nos escritos do geógrafo alemão. Especificamente sobre o Brasil, o autor ressalta os *valores* a serem notados no país, tal como segue:

[...] pode-se dizer que mais da metade da área do Brasil está inexplorada do ponto de vista agrícola e praticamente despovoada, e isto num país que tem as dimensões de um continente e no qual não ocorrem extensos desertos ou cadeias de altas montanhas. Com estes valores representa o Brasil um caso único entre todos os grandes países do globo. Acresce ainda o fato de estar no hemisfério sul, bem afastado da atmosfera politicamente inflamada do hemisfério norte. Assim é compreensível que a atenção de todo o mundo esteja atualmente voltada ao Brasil. representa ele a última grande reserva de terras disponíveis do mundo ocidental, e assume do ponto de vista puramente espacial uma posição semelhante à que tinham os Estados Unidos da América do Norte há 150 anos atrás. Por estes motivos tanto no interior do país quanto no exterior, tem sido manifestada a opinião de que o Brasil promete ser um segundo Estados Unidos. O lema da “marcha para o oeste”, levantado durante o governo Vargas, contribuiu muito para o desenvolvimento desta suposição. Este lema, porém, preestabelece que no Brasil existam, ou possam ser obtidas, as mesmas possibilidades naturais, as mesmas condições econômicas e a mesma população potencial, que no decorrer dos últimos 150 anos efetuaram o povoamento dos Estados Unidos e levaram à formação da maior potência mundial. (WAIBEL, 1955, p. 389).

No entanto, não bastam apenas os valores levantados por Waibel (1955) para que haja garantia de exploração dos mesmos como via para o desenvolvimento. O autor também expõe

outros conceitos, como a noção de habitat, regiões culturais, nação e, Estado, e além disso explora, de forma geográfica, todo o substrato retórico da versão brasileira da corrida para o Oeste, chamado pelo autor de pioneiros, aludindo aos exploradores americanos do século XIX.

Para Waibel (1955), há a necessidade de adaptação da ideia de pioneiro americano para nossa realidade: “Somente em poucos trechos de nossa imensa área de desenvolvem zonas pioneiros. O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que um conceito de ‘frontiersman’, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial.” O autor complementa ainda que: “O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensifica-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida.” E, por fim, fala da carga da busca pelo desenvolvimento e modernização, transparecidos na chegada da tecnicização ao território: “Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual”. (WAIBEL, 1955, p. 400).

É importante destacar que o termo “espiritual”, utilizado por Waibel, relaciona-se à cultura, entendimento constatável no prosseguimento da exposição do geógrafo. Se, como afirma o autor, é preciso buscar os *melhoramentos* para se elevar os *padrões de vida* da população, então seria preciso superar o que significava o contrário disto, ou seja, a vida dos povos tradicionais ou nativos do território, sendo os segundos estabelecidos, por Waibel, como maiores dificultadores das zonas pioneiras.

Em algumas zonas pioneiras do Brasil ainda permaneciam índios, principalmente Botocudos, até o começo de nosso século, retardando em certo sentido o povoamento europeu. Mas, a rigor, verdadeiro fator negativo não era o índio, e sim a mata impenetrável e fechada. Nela os índios estavam ambientados encontrando nos seus inúmeros esconderijos, um abrigo seguro contra o europeu. Esporadicamente eles molestavam um e outro colono, mas desapareciam rapidamente no momento em que o governo tomava medidas enérgicas para garantir o povoamento destas matas. (WAIBEL, 1955, p. 411).

Há dois pontos a serem destacados neste excerto. Em primeiro lugar, a colocação da mata como óbice da chegada da técnica, do moderno, nas palavras de Waibel, do próprio europeu. Esta representação da mata, de modo a simbolizar uma visão ainda ufanista, mas não tão edênica quanto o mito da riqueza natural do Brasil, nascido séculos antes da chegada dos povos brancos nas Américas já foi trabalhado anteriormente. Por outro lado – e este aspecto, em certo sentido, é mais grave –, o tratamento do índio num tom depreciativo. Esta é uma visão clássica de inversão de muitos dos acontecimentos históricos ocorridos ao longo de séculos de exploração, justificada pela superioridade étnica dos europeus. Não podemos abrir

uma guia de discussão tão profunda sobre esta temática, mas cabe o destaque da mesma, de modo a não ignorá-la no contexto da produção científica do período estudado.

De todo modo, os conceitos de área e região serão os pilares das elaborações teóricas dos geógrafos brasileiros na metade do século XX. A partir do princípio corológico, constata-se tanto a influência francesa como também a americana, compondo, neste último caso, a área como objetivo ordenador do território, com inclinação mais estatística, cartográfica e informativa, e, na concepção francesa, com a entrada de elementos mais diversificados como a cultura, as potencialidades (possibilismo) econômicas e a relação entre os elementos da paisagem (MORAES, 1986; GOMES, 1997).

Especificamente sobre a corologia – a área como protagonista das teorias geográficas –, James (1967) diz que: “A Geografia é o campo do saber que procura desenvolver conceitos baseados no princípio corológico. Neste campo, por conseguinte, a atenção se concentra na associação zonal das coisas e acontecimentos de origem diversa e na interconexão das coisas e acontecimentos assim associados.” (JAMES, 1967, p. 3).

Nesta mesma linha de argumentações epistemológicas, Labasse (1967) aborda a diversidade do espaço a ser considerada nos estudos geográficos: “O espaço tem como traço fundamental ser diferenciado e não uniforme. Assim nascem as regiões, compartimentos do espaço onde conforme a natureza e as transformações que lhe impuseram, homens vivem em solidariedade quanto à economia e ao modo de vida.” (LABASSE, 1967, p. 19). E, fortalecendo este princípio, James defende a região como principal conceito da Geografia:

A ideia de região é o conceito central da Geografia. A região, no sentido em que o geógrafo usa este vocábulo, é um segmento da superfície da Terra, definido como homogêneo porque dentro dele existe certa espécie de interconexão entre coisas e acontecimentos de origem diferente. Houve uma época na qual os geógrafos se interessavam principalmente pela identificação de regiões genéricas, tendo como base diferenças observadas entre determinados lugares da face da Terra, levando em conta a associação zonal diversa dos fenômenos (planícies e estabelecimento humano; chuva e agricultura; religião e sistema econômico). Agora, uma compreensão melhor dos processos de alteração ou a sequência de acontecimentos que conduzem à diferenciação possibilita a definição das regiões com uma base genética, isto é, em termos de processo. (JAMES, 1967, p. 3).

Sobre a importância da cartografia e dos mapas, James (1967) coloca que: “O mapa é um registro das qualidades espaciais. Símbolos convencionais de natureza qualitativa procuram dar-nos uma visão das características que representam, especialmente, nos mapas em escala topográfica.” (JAMES, 1967, p. 17). O protagonismo dos estudos cartográficos só aumentaria no decorrer da década de 1960, pelo crescimento dos estudos quantitativos em

Geografia, das análises regionais, e também pela importância que esta frente de pesquisas geográficas possuía para o poder estatal.

Neste contexto de aproximação do saber geográfico com a ação do Estado, e ainda interligando seu estatuto conceitual com base na região e no quadro regional, Labasse (1967) condiciona o sucesso do planejamento territorial ao uso deste embasamento teórico, sem o qual o alcance dos objetivos traçados no *aménagement* ficariam distantes de seu sucesso. Segundo o geógrafo, temos a seguinte situação:

Por não adotar um quadro regional cientificamente estudado, uma política de *aménagement* de território se reduz a algumas operações de descentralização industrial ou cultural e acaba afinal por “ruralizar” a economia. Por esse motivo tal política merece ser taxada de anacrônica e sem futuro. O dilema é por conseguinte ‘regionalizar’ ou de ‘ruralizar’ ora não é há mais regiões sem metrópoles do que metrópole sem clara concepção da sua vocação. (LABASSE, 1967, p. 23).

Alguns termos utilizados por Labasse (1967) são fortes e expressivos, de modo a dar um relevo discursivo considerável às suas argumentações. Verbetes como ruralizar, anacrônica e futuro tornam-se portfólios simbólicos da ideologia espacial dominante, que, ao mesmo tempo, ufanizava o território e apresentava crítica do seu “atraso”, situação esta tomada como principal ponto de partida para os estudos e trabalhos dos geógrafos imersos em meio à hegemonia do desenvolvimentismo na produção científica.

A título de exemplo, existem os estudos do geógrafo Pasquale Petrone (1959). Num diálogo ideológico com Waibel, preocupa-se em levar a modernização aos pontos longínquos do território brasileiro. A metodologia do estudo regional, de influência francesa, impera nas formulações, levantando os elementos componentes da área-foco do autor, no caso em questão, a cidade e arredores de São Luis do Paraitinga:

No trabalho que ora concluímos tivemos a oportunidade de tecer algumas considerações sobre os meios de comunicação e transporte da região. Na prática, trata-se de um sistema de caminhos que foi organizado para atender às solicitações do transporte por intermédio das tropas, ou seja, o meio de transporte utilizado no período de maior esplendor da cultura do cafeeiro. Quanto os meios de transportes motorizados começaram a ser utilizados no interior do estado de São Paulo, a área de São Luís do Paraitinga já era uma das porções decadentes do estado; em virtude desse fato não se beneficiou logo desse novo meio. De um lado, a estrutura econômica regional não justificava a introdução do caminhão; de outro lado, essa mesma estrutura não permitiu que se remodelassem os caminhos, transformando-os ou simplesmente adaptando-os para o transporte motorizado. As tropas permaneceram em parte mínima ainda hoje. Os caminhões aproveitam, quando o permite a perícia de seus condutores, as péssimas estradas regionais. (PETRONE, 1959, p. 95).

Dois elementos se destacam nas colocações de Petrone: o meio de transporte representado pelo caminhão e as vias de circulação, por um lado, e e por outro, a pressão econômica pelo desenvolvimento da região, barrado pela precariedade técnica tanto do meio como do estilo de vida da população. Seguindo este mesmo raciocínio, o autor ainda complementa sua análise, ressaltando que:

Em qualquer caso, quer no da criação, quer no da agricultura, absolutamente nada poderá ser feito, sem uma orientação técnica que parta da administração pública. Em São Luís do Paraitinga, da mesma forma como em outras áreas velhas do estado, o problema principal é o de transportar um grupo preso a tradições e hábitos profundamente arraigados; é o de transformar o caboclo, com sua lavoura de subsistência, sua rocinha, em agricultor que produza para vender, que abandone os métodos empíricos e rotineiros e aceite métodos novos e mais adequados, elevando assim seu padrão de vida. (PETRONE, 1959. p. 95).

Novamente, assim como nos dizeres de Waibel (1955), a questão do atraso técnico e cultural é colocada como fundamental para se chegar ao desenvolvimento regional. O padrão de vida, para ser elevado, portanto, deveria seguir as novas técnicas, de modo a garantir o domínio do meio, provendo os habitantes de uma determinada região do potencial econômico de suas terras. O caboclo aqui possui o mesmo simbolismo do índio em Waibel, pois sintetiza a luta contra o atraso, conforme as próprias palavras de Petrone (1959) – o autor argumenta sobre a precariedade técnica, observada principalmente no meio rural.

Fazendo uso da concepção de Waibel de zonas pioneiras, e dos conceitos de região e área como carro-chefe para os estudos geográficos na segunda metade do século XX, todo o contexto da escolha do lugar onde seria instalada a nova capital do Brasil emerge como um singular exemplo a ser explorado, por possuir as nuances teóricas e metodológicas do pensamento geográfico dominante. Começamos, então, pela delimitação e exposição a respeito do Centro-Oeste pelo IBGE:

Poderá ser conhecida, em suas linhas gerais, a estrutura da região Centro-Oeste. constituída do grande embasamento de rochas antigas, fortemente dobradas e metamorfizadas, recobertas, após seu aplainamento, por uma sucessão de sedimentos concordantes, pouco perturbados, mas às vezes atravessados por diques ou *sills*, que se relacionam com os grandes derrames de magma basáltico, de idade triássica. O estudo de tal estrutura - facilitado pelos percursos terrestres, que oferecerão ao exame dos participantes contactos do capeamento sedimentar com as antigas superfícies de erosão - é essencial à compreensão do relêvo de chapadas, chapadões e *cuestas* de grande desenvolvimento, que domina a região. [...]Notar-se-á a passagem dos climas tropicais da parte norte para os subtropicais do extremo sul da zona a ser visitada, pela mudança dos tipos de vegetação, com as consequentes diferenças no aproveitamento econômico dos recursos vegetais. Tipos recentes de ocupação rural e de aglomerações urbanas prestam-se ao confronto com os resultados de uma colonização mais antiga, iniciada nos começos do século XVIII.





No ensaio intitulado *O Planalto Central e o problema da mudança a capital do Brasil*, de Fábio Guimarães, publicado na Revista Brasileira de Geografia, constata-se o alinhamento a toda a ideologia espacial inclinada ao desenvolvimento. O autor defende o uso do método geográfico para melhor definir os limites da área que deveria receber a nova capital, levantando pontos que iam das questões geopolíticas envolvidas às potencialidades naturais da área:

A escolha do local para a capital de um país é indiscutivelmente um problema político, mas os fundamentos são essencialmente geográficos. É perfeitamente correto denomina-lo um problema geopolítico. O político aponta os objetivos que se tem em vista, o geógrafo fornece-lhe os elementos em que ele se fundamentará para atingir tais objetivos. É óbvio que especialistas de outras ciências e técnicas fornecerão também elementos dos mais valiosos e indispensáveis para a solução do problema. O uso do método geográfico é, entretanto, fundamental, permitindo melhor visão do conjunto, eliminado de início muitas soluções inadequadas e limitando finalmente o problema a algumas poucas soluções possíveis, sobre as quais se exercerão as pesquisas dos especialistas. Tal marcha é certamente a que permite o melhor rendimento do trabalho. (GUIMARÃES, 1949, p, 28-29 – grifo nosso).

No trecho destacado, vemos o que seria um recorrente *deja vú* no pensamento geográfico vivenciado nos governos populistas, a proximidade do saber e poder – lembrando que Lassabe (1967) menciona a mesma questão, por meio da ideia de *aménagement*. Continuando sua exposição, Guimarães esclarece a utilidade e diferenciação teórica entre o sítio, que seria a área já delimitada após a determinação da posição escolhida:

Entende-se por “sítio” o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, do solo, da vegetação, etc, da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, consideradas em si mesmos. Por “posição” compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico, que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos distantes, tais como as grandes linhas do relevo, os cursos d’água importantes, as fronteiras políticas, as vias mestras de transportes e comunicações; à proximidade ou afastamento do mar; às suas relações com outras cidades e outras regiões do país, tendo em vista as facilidades ou dificuldades de comunicações, de intercâmbio econômico. (GUIMARÃES, 1949, p, 28-29).

A posição seria um conceito mais completo, estando além da localização e da área. Sua ligação é feita com a ideia de região. Dentro de um recorte regional há o ponto ideal, e neste lugar todos os esforços interventivos irão se concentrar. Na figura 57, há um



interessante sistema de qualificação e valoração regional, para se chegar no posicionamento perfeito de um empreendimento geográfico:

Figura 57: Parâmetros de valoração Regional

1. <sup>a</sup> — Topografia .....	até 20 pontos
2. <sup>a</sup> — Clima .....	” 20 ”
3. <sup>a</sup> — Abastecimento d’água .....	” 15 ”
4. <sup>a</sup> — Proximidade de florestas .....	” 15 ”
5. <sup>a</sup> — Energia hidráulica .....	” 10 ”
6. <sup>a</sup> — Materiais de construção ... ..	” 5 ”
7. <sup>a</sup> — Natureza do subsolo .....	” 5 ”
8. <sup>a</sup> — Paisagem atraente .....	” 10 ”
<b>Total .....</b>	<b>até 100 pontos</b>

Fonte: (GUIMARÃES, 1949, p, 42)

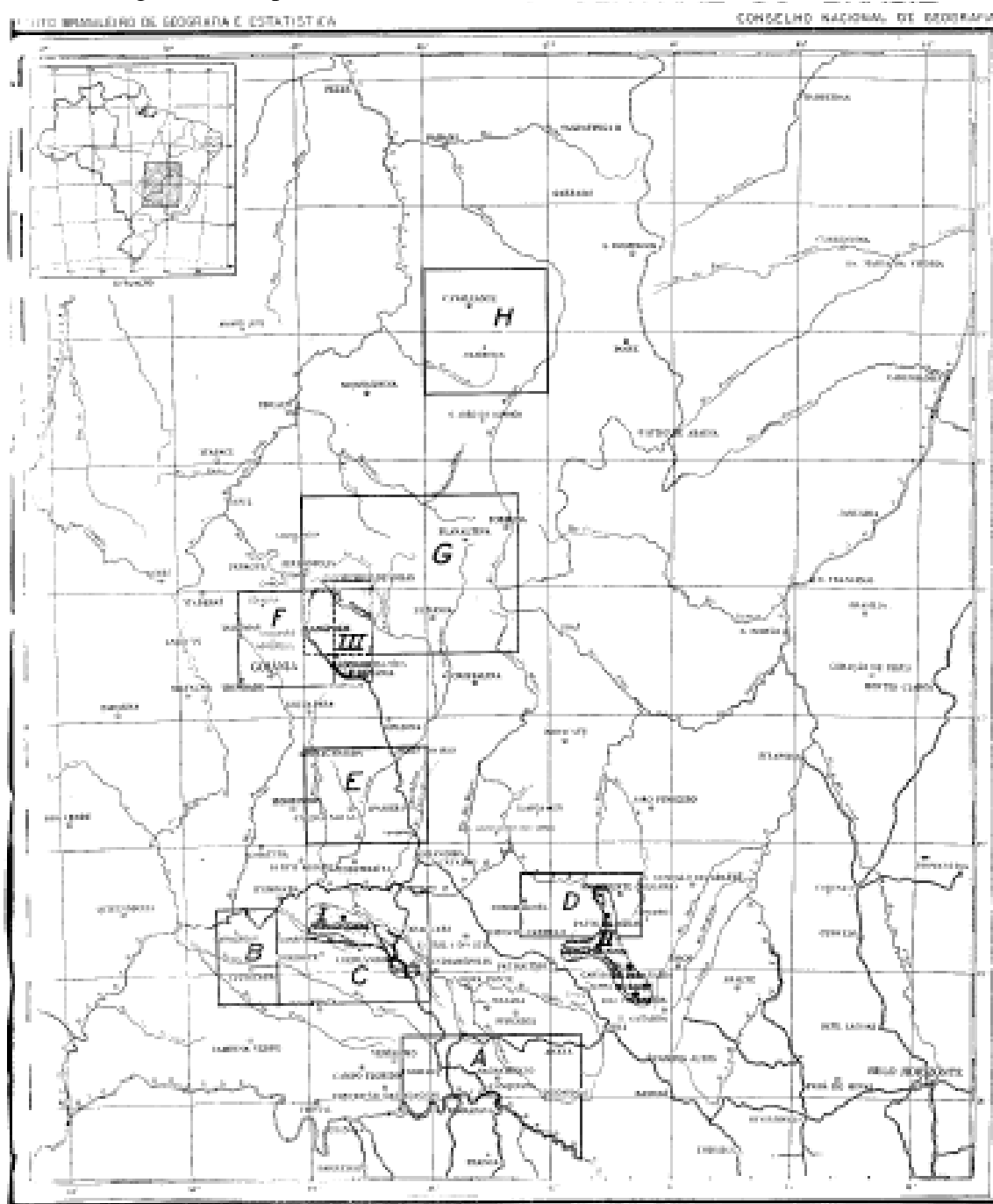
Já na figura 58, após a computação dos dados referentes às valorações climáticas, topográficas, hidrológicas, energéticas, paisagística, etc. Interessante notar que, no mapa de Guimarães (1949), feito cinco anos antes das projeções do IBGE, já se delinea o que viria a ser o quadrilátero do Distrito Federal:

Figura 58: Hanking das zonas valoradas por posicionamento

1. <sup>a</sup> — Zona D (Alto Paranaíba ou zona de Patos de Minas)
2. <sup>a</sup> — ” A (Uberaba-Araxá)
3. <sup>a</sup> — ” C (Uberlândia-Tupaciguara)
4. <sup>a</sup> — ” E (Ipameri-Pires do Rio)
5. <sup>a</sup> — ” B (Ituiutaba)
6. <sup>a</sup> — ” F (Goiânia-Anápolis)
7. <sup>a</sup> — ” G (Retângulo de Cruls ou zona de Planaltina)
8. <sup>a</sup> — ” H (Chapada dos Veadeiros)

Fonte: (GUIMARÃES, 1949, p, 40).

Figura 59: Mapa do Sudeste do Planalto Central Brasileiro



Fonte: (GUIMARÃES, 1949, p. 39)

O que se vê no mapa de Guimarães (figura 59) é a justaposição dos dois elementos do seu método geográfico, ou seja, a computação dos aspectos geográficos a partir da averiguação de suas respectivas pontuações e, também, o entrelaçamento destes dados em um mapa, para que assim as posições e localizações fossem delimitadas corretamente, a partir das informações coletadas, analisadas e representadas na projeção.

Durante o texto de Guimarães (1949), os aspectos físicos prevalecem, e os humanos ou culturais são utilizados para a justificativa do atraso técnico das localidades da região estudada. O autor utiliza uma interessante “escala de pontuação” ao analisar a região em que se deveria construir a nova capital. Guimarães (1949) também cita outros exemplos no mundo de transferência de capital, como Canadá e Austrália, problematizando nosso caso a respeito da pontuação, na qual o fator político (e simbólico) afetaria diretamente a decisão final do posicionamento da cidade.

Neste estudo sobre a posição da futura capital nacional, há alusões aos dois extremos do pensamento geográfico, tanto os aspectos culturais, no caso do autor, ressaltando questões sobre o atraso técnico da região Centro-Oeste, retomando o aspecto preemptivo do conhecimento científico ideologizado pelo Estado em seus interesses políticos, como também de toda a rigidez quantitativista para se analisar as informações espaciais da área. O cruzamento destas análises confere ao método adotado pelo autor o seu objetivo, que é delimitar a melhor posição para a construção de uma cidade na região central do Brasil.

Se do ponto vista físico as valorações justificavam o empreendimento, ainda existia a questão populacional e cultural, já que todo o *sertão* do país representava o atraso da nação. A ideia dos espaços vazios predomina para fortalecer o discurso contra esta visão: “De modo geral, é escassa a população do Planalto Central. Nele se encontram imensos espaços quase totalmente despovoados e o viajante percorre às vezes dezenas de quilômetros sem ver uma só casa de morador.” (GUIMARÃES, 1949, p, 16). Outros pontos destacados dizem respeito à produção agrícola, propostas de representação topográficas, geomorfológicas, fluviais, dentre outros aspectos ainda carentes de uma precisão dos dados e informações existentes até então.

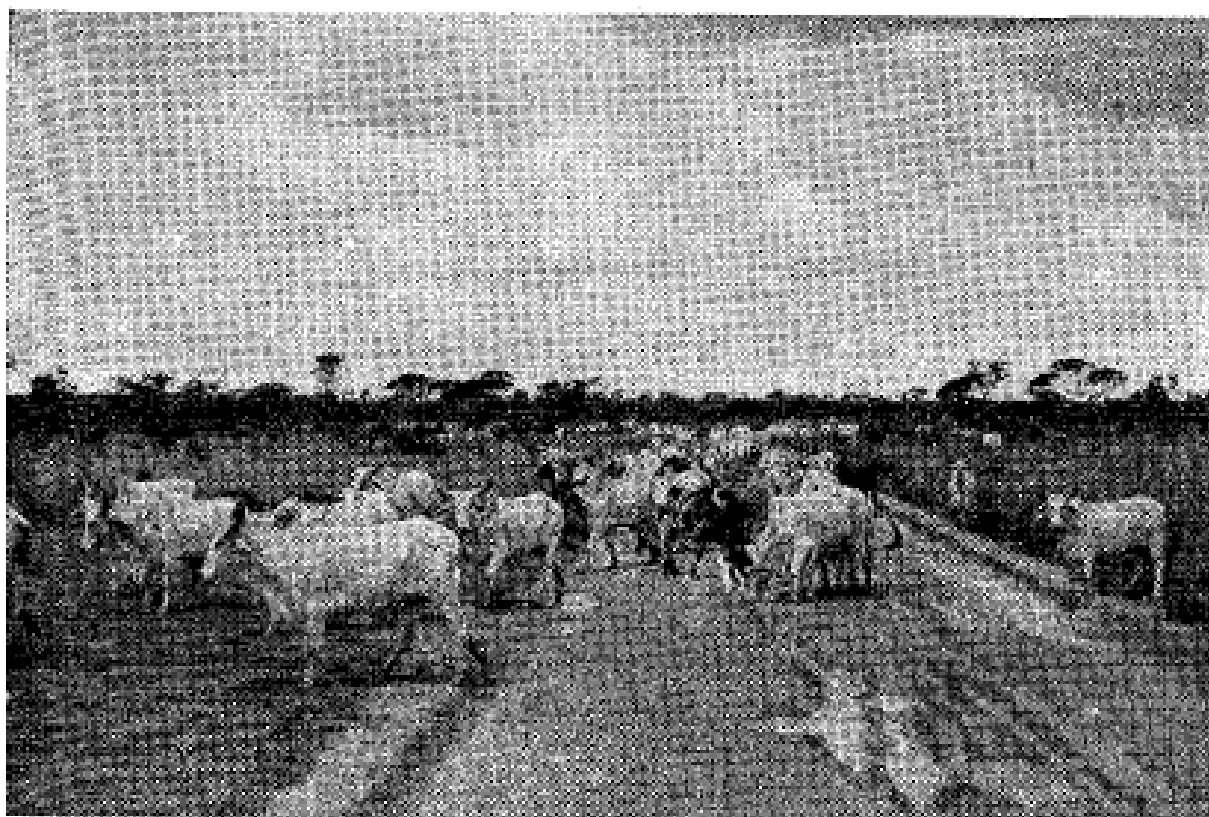
Com o uso de representações imagéticas, Guimarães busca dar maior vigor à sua defesa pelo desenvolvimento necessário para a região do Planalto Central. Fazendo suas próprias excursões para a área, menciona e registra a precariedade do acesso, a vida simples e tradicional da população, a dificuldade de transporte e circulação de pessoas e mercadorias, a distância das comunidades para outras cidades, a necessidade de derrubadas e queimadas em “Mato Grosso de Goiás”, dentre outros aspectos que fortaleciam o discurso e a visão da ideologia espacial do desenvolvimento econômico. Nas figuras 60 e 61, esta pressão do atraso técnico na concepção modernizadora do território é evidente.

Figura 60: Colônia agrícola em Corumbá



Fonte: (GUIMARÃES, 1949, p. 489).

Figura 61: Boiada nas proximidades de São Gotardo/MG



Fonte: (GUIMARÃES, 1949, p. 49).

Guimarães evidencia no componente imagético a visão de retardo cultural já mencionada como vigente para os representantes da Geografia do período. A tendência comportamental do espaço geográfico será utilizada como meio para a justificativa dos níveis escalares de “padrões de vida”. Em certa medida, os estudos quantitativos e estatísticos chegaram até a aprimorar, por meio de sua obsessão pela computação de dados, o desenvolvimento da também incipiente Geografia Comportamental. Houve, portanto, uma proximidade entre a Nova Geografia<sup>28</sup> e a Geografia Cultural:

Na medida em que os modelos da nova geografia colocam a tônica sobre as decisões, convidam a se questionar sobre as modalidades da percepção, sobre o papel desempenhado pelas normas e os modelos de comportamentos nas decisões. Não se opõem às abordagens culturais, bem ao contrário: tornam necessário o seu desenvolvimento. A perspectiva que abrem sobre a vida social é mecânica: estudam decisões, preocupam-se com a sua racionalidade, mas não exploram todas as motivações. (CLAVAL, 2011, p. 210-211).

Lembremos que na Geografia tradicional (regional) francesa clássica, o componente cultural era parte fundamental do seu escopo epistêmico, formando noções como *gêneros de vida e paisagens culturais* (GOMES, 2007). O possibilismo, que se configura como uma vertente desta matriz, é a união da busca pela análise completa, física e humana, da região, e também a formulação de um *diagnóstico* de ação para os problemas encontrados na área de estudo do geógrafo. No caso dos ensaios de Guimarães (1949), são justamente estas características que podem ser verificadas ao longo de sua exposição.

Numa outra vertente do pensamento geográfico, ainda ufanista, mas muito mais realista, enquadra-se o estudo de Lopes (1950). Neste texto, a preocupação volta-se à situação do povoamento, distribuição da rede urbana e modernização técnica do território. Agora, porém, ela volta-se a outro problema geográfico crônico: a região Nordeste, mais especificamente no vale do rio São Francisco<sup>29</sup>, e as possibilidades do meio prover as soluções necessárias para a região, tanto social como economicamente:

---

<sup>28</sup> Não confundir com os movimentos New Geography – anglo-saxão de cunho neopositivista e quantitativo – com a Nouvelle Géographie, de raízes francesas, preocupada também com questões epistemológicas, como sua contraparte americana/britânica mas, também, tentando adicionar novas questões de cunho social aos debates geográficos a partir dos anos 60.

<sup>29</sup> Interpretação, muito mais política e ideológica que natural, fortemente contestada por Ab’Sáber: “Trata-se de um argumento completamente infeliz lançado por alguém que sabe de antemão que os brasileiros extra-nordestinos desconhecem a realidade dos espaços físicos, sociais, ecológicos e políticos do grande Nordeste do País, onde se encontra a região semi-árida mais povoada do mundo.” (AB’ SÁBER, 2011, p. s\n).

A "posição" parece-nos o fator geográfico que maior projeção nacional confere ao São Francisco. Sem possuir o caráter de rio de penetração da hinterlândia, porque desenvolveu a maior parte de seu curso ao longo de uma paralela ao litoral e porque teve sua função carreadora interrompida bem próximo da embocadura, o São Francisco não assistiu ao desenrolar de uma ocupação humana contínua de suas margens; além de uma série de quedas e desníveis, grandes trechos de terras semi-áridas interrompiam a penetração montante de gentes. (LOPES, 1950, p. 123).

Como pano de fundo da modernização do território há algo maior, um objetivo econômico que visa a homogeneização do espaço, a *padronagem* territorial em curso desde o getulismo. Para Lopes (1950), não basta apenas relevar, delimitar, posicionar, regionalizar, valorar e quantificar o espaço geográfico, é preciso alinhá-lo com os interesses econômicos, já que, sem o poder interventivo do capital, tanto privado como estatal – e por mais precisos e ricos que fossem os estudos elaborados – o interesse e financiamento eram ainda necessários. Vejamos como Lopes (1950) correlaciona o potencial do vale do São Francisco à possibilidade de desenvolvimento econômico:

O litoral brasileiro não se deixou penetrar facilmente, desde Salvador até o rio Doce, em toda a extensão paralela ao vale médio do São Francisco. A ocupação humana é nêle rarefeita e não teve poder de expansão que lhe permitisse alargar uma mancha contínua de gentes até o caudal sanfranciscano. Verifica-se mesmo uma singular anomalia no quadro de povoamento de nosso território ao longo do litoral paralelo ao São Francisco, que é a rarefação demográfica da região de Pôrto Seguro, da primeira terra descoberta no Brasil. Estas circunstâncias levam-nos a perceber o problema da valorização econômica do São Francisco como do mais alto interesse político da nação. A ocupação efetiva do vale e seu desenvolvimento econômico eliminarão o vazio que separa o Nordeste do Centro e do Sul, dando um sentido objetivo ao esforço que ainda precisamos despender para consolidar a unidade nacional (LOPES, 1950, p. 123- grifo nosso – mantida grafia original do texto).

Alguns termos são emblemáticos para compreender a força das palavras de Lopes (1950), tais como posição, anomalia, valorização econômica, desenvolvimento econômico, vazio, sentido objetivo, unidade nacional, povoamento e rarefação demográfica. Das palavras emanam a força de um discurso, a constituição ideológica da espacialidade brasileira pelo olhar dominante da Geografia da época.

O autor ainda faz questão de direcionar toda sua concepção territorial como ideia de fortalecimento da nação: “No esquema de um Plano Político Nacional a recuperação do vale do São Francisco tem o objetivo primordial de fortalecer a unidade nacional. A posição geográfica da grande corda potâmica marca-lhe o destino de um eixo material ele união dos brasileiros.” (LOPES, 1950, p. 123). Esta visão é fortalecida nas décadas posteriores, principalmente no período militar, utilizando os recursos naturais como pilares da ideologia

espacial edênica, embasando-se em ufanismo territorial, poder do Estado e conhecimento científico preciso sobre as potencialidades econômicas a serem exploradas.

Citando experiências em outros países, a superação das condições climáticas pelo manejo do potencial hídrico do rio São Francisco – bem antes de se pensar em sua transposição no final do século XX. Waibel fez questão não apenas de mencionar, mas reincidentemente comparar o atraso brasileiro à guinada americana. Estas comparações faziam parte da composição argumentativa para defesa da modernização do território.

Efetivar o planejamento em direção ao desenvolvimento equitativo a mudar, e vencer a natureza pelo saber e técnica humana: “Não podemos, todavia, desconhecer o "plano da natureza", se formos levados a tentar transformá-lo em "plano do homem". Eis uma atitude mental que nos parece acertada ao esboçarmos uma filosofia, que nos guie na tarefa de recuperação do São Francisco.” (LOPES, 1950, p. 125). A racionalização do ufanismo edênico, neste ponto específico, é figurativa e singular, servindo como um recorte sintético não apenas dos escritos de Lopes (1950), mas de outros estudos e autores contemporâneos.





Outro ponto importante a ser frisado é que a chegada de melhores condições de vida para a população não é algo que se deve temer ou refutar. Como visto anteriormente, no caso da construção de Brasília, não houve uma preocupação em inserir e respeitar tanto os residentes das áreas como os trabalhadores que para o Planalto Central se dirigiram para tornar realidade a nova capital. O mesmo raciocínio pode ser efetuado o caso do vale do São Francisco, pois as singularidades políticas do Brasil nos impedem de afirmar de imediato que um plano de ação para a região seria efetuado de forma integrada à cultura e tradições locais, e não apenas com os números do crescimento econômico no local.

Num contexto maior, estas proposições de ordenação e planejamento do território brasileiro sofreram influência do cenário geográfico da época. Entre o final dos anos 1950 e no decorrer da década seguinte, houve um dos maiores movimentos de transformação das referências teóricas e metodológicas do pensamento geográfico, indo desde o auge da corrente quantitativa, até o fortalecimento de alas mais críticas e/ou culturais no cerne das produções dos geógrafos no mundo e também no Brasil.

### 3.3.2 A alvorada epistêmica da Geografia no Brasil

Se o desenvolvimentismo respingou parte de sua retórica política e econômica nos estudos geográficos contemporâneos a este período de nossa história, então é preciso observarmos o contexto do pensar e fazer Geografia no decorrer destes acontecimentos. Assim, neste momento, faremos uma exposição sobre como a chegada de novas teorias e metodologias afetou a ciência geográfica em escala macro e em amostragens nacionais, para que possamos correlacionar o impacto das mesmas nas produções geográficas surgidas a partir na década de 1960, já assentadas neste estofo de influências econômicas, políticas e, principalmente, ideológicas.

Por esta razão, é interessante resgatar a ideia de ideologia espacial, fundamental para a composição da análise proposta, no estudo como um todo e nesta seção em particular. Se a ideologia no geral e não apenas as especialistas é uma maneira de se ver, representar e interpretar o mundo, no caso dos geógrafos, assim como de outros cientistas, há uma especificidade na produção de diferentes formas de ver o mundo, com base em suas fundamentações teóricas e metodológicas.

Premissas categoriais, o limiar entre a concreção e a abstração da realidade objetiva com o ser humano, a relação entre o espaço e a ideologia, o fardo da síntese do conhecimento geográfico ou as sucessivas tentativas de se delimitar os contornos do objeto de estudo da Geografia (ARAÚJO, 2013b; 2014) são os sinais mais claros deste esforço mais que secular. No contexto brasileiro, não foi diferente. A particularidade de nosso recorte espaço-temporal se dá pelas características institucionais da Geografia, e foram destes redutos e nichos de pensadores do espaço geográfico que surgiram, inicialmente, as principais incursões de caráter teórico e epistemológico.

Um dos melhores exemplos deste cenário sessentista brasileiro apresenta-se em iniciativas como o *Curso de Férias para professores de Geografia do Ensino Médio* do IBGE, publicado em 1969. Nesta obra, vários autores (re)apresentam diferentes temas geográficos, desde assuntos cartográficos ou sobre regionalizações, até a relação entre a Geografia Tradicional e as novas correntes do pensamento geográfico com suas novas propostas metodológicas. (IBGE, 1969).

Anos antes, na edição de 1950 da Revista Brasileira de Geografia, publicada pelo IBGE, há uma proposta de estudo conjunto global, com o objetivo de propor soluções para os problemas enfrentados ao redor do mundo. Neste breve texto, intitulado *O Levantamento*

*Mundial do Uso da Terra*, nota-se a referência aos campos mais duros da Geografia como alicerce para a composição da ideologia espacial da época:

Em primeiro lugar, o levantamento proposto é não somente fundamental a todos os programas de desenvolvimento, mas também é de tal ordem que, pode ser definido e limitado no seu objetivo, pode e deve ser executado num curto espaço de tempo. Sabemos perfeitamente que muitas outras investigações são necessárias, tais como levantamentos pedológicos, estudos ecológicos, climatológicos e demográficos e esperamos que em muitas áreas será possível proceder a tais estudos simultaneamente. Entretanto, um levantamento do uso da terra com mapas apropriados ocupa uma posição especial, realmente ímpar. (IBGE, 1950, p. 160).

Em suma há uma proposta de organização mundial para o uso da Terra, de modo a deixar a distribuição deste aproveitamento mais “orgânica”, analisando e mapeando as potencialidades de cada região ou país do mundo e, a partir disto, determinando que tipo de cultivo seria o mais adequado a depender das necessidades conjuntas de todas as nações. Interessante notar que esta foi uma das primeiras iniciativas desta magnitude, em escala global, após os grandes conflitos armados ocorridos poucos anos antes, principalmente no continente europeu.

Podemos entender este esforço em solucionar os problemas do mundo como uma tentativa de melhor descrevê-lo, lê-lo ou *geo-grafá-lo*, como coloca Claval (2008): “Os geógrafos procuram descrever o mundo. Duas preocupações o acometem assim que o fazem. Desejam restituir com exatidão as informações que recolheram e as reações que experimentaram diante do que descobriram.” A riquezas dos dados e as formas de expressá-los pela ótica geográfica são reforçadas igualmente pelo francês: “Procuram tornar viva sua apresentação de maneira a reter a atenção daqueles aos quais se dirigem. Para consegui-lo, utilizam todos os meios de expressão disponíveis: falam, escrevem, acompanham seus discursos ou seus textos de cartas, croquis, fotografias, filmes, registros sonoros.” (CLAVAL, 2011, p. 83).

Cada uma destas tentativas de estruturação epistemológica formou correntes ideológicas, estruturas de pensamento particulares, com valores, metodologias e conceitos próprios, mas sempre buscando explicar os fenômenos espaciais do nosso planeta, física ou socialmente. Como já referenciado anteriormente neste trabalho, o entendimento de ideologia espacial parte do princípio de que no e pelo espaço geográfico há infinitas possibilidades de vocações discursivas – em diferentes linguagens – passíveis de serem exploradas por aqueles que o habitam, usam e transformam.

Quando estas ideologias espaciais tomam corpo institucional, identificadas com um grupo determinado de acadêmicos, técnicos e profissionais de uma área da ciência, então elas se emulam e modulam não mais como uma ideologia de cunho mais abrangente, há o interesse científico em sua essência. Em resumo, quando se chega nesta etapa na Geografia é que temos as ideologias geográficas, trabalhadas por autores como Sodré (1976), Moraes (1986) e Moreira (2008).

Esta é a constatação e alerta feitos por Gomes (2007), quando o mesmo coloca que “[...] a ciência só pode ser interpretada segundo um ponto de vista político, e a pressuposição de neutralidade já é em si mesma uma premissa ideológica.” O autor complementa esta colocação com uma postura ainda mais crítica, ao relevar as diferenciações da sociedade como todo, que acabam atingindo a produção científica, inevitavelmente: “A ciência é o produto de uma sociedade desigual, na qual o poder é exercido por grupos minoritários que controlam também a produção do saber, seus objetivos e aplicações.” (GOMES, 2007, p. 277).

Desta maneira, temos que o trabalho acadêmico “[...] em uma visão mais ampla e consciente do contexto político da ciência e da sociedade.” (GOMES, 2007, p.284). E, mais do que isto, como posto no início de deste trabalho, se no e pelo espaço estão as projeções simbólicas da sociedade, então não há como tais representações não atingirem a ciência os estudo. Do ponto de vista da produção do conhecimento geográfico, Sodré (1976) argumenta sobre este dilema da ciência geográfica, sempre em meio ao avanço técnico e à preocupação com a temática social:

A Geografia de nosso tempo – e ao século XX nos referimos – vive uma contradição entre o impulso de estudar os fenômenos, com sentido pragmático, e a natureza, para melhor explorar os seus recursos, e a necessidade de omitir resultados ou barrar pesquisas que contribuam para desvendar o caráter de classe do aproveitamento daqueles fenômenos e dos citados recursos. Assim, ora sonega as razões reais da erosão do solo ou do rompimento do equilíbrio ecológico do meio natural; ora estimula as pesquisas meteorológicas, em face das necessidades crescentes do transporte aéreo; ora desconhece as razões da miséria que convive com a opulência da natureza, em determinadas regiões; ora impulsiona a pesquisa de recursos minerais, para proveito de monopólios. Assim, de um lado, assiste-se a extraordinário surto de inovações técnicas, que permitem à Geografia Física seu avanço anárquico; de outro, ao surto das falsidades que povoam a Geografia Humana, retardando-a. (SODRÉ, 1976, p.9).

Aquilo a que Sodré (1976) refere-se nestas palavras é o que já foi visto nos pensadores da Geografia apresentados no tópico anterior, como Waibel (1955) e James (1967), que, em sentido amplo, juntam-se às contribuições historiográficas elaboradas por Claval (2011) e

Moreira (2008), ou seja, ao contrário do que por vezes pode ser difundido como um desleixo ou superficialidade, na história do pensamento geográfico sempre houve uma ebulição considerável de iniciativas propositivas do ponto de vista epistêmico, metodológico, ideológico e de pertinência do labor geográfico.

Em conformidade com as falas de Gomes (2007) e Sodré (1976), Moraes (1986) traz para a discussão os “fantasmas” da Geografia e sua relação de afastamento ou proximidade ao seu objeto de estudo, acabando por tocar em um dos maiores imbróglis epistemológicos do pensamento geográfico, a questão da definição do espaço em si. Diferente de outras ciências sociais, pois nas naturais esta crise ocorre em menor escala, na Geografia as correntes ideológicas de seu desenvolvimento histórico diferiram muito entre si a respeito da natureza do espaço geográfico. Esta situação histórica dos geógrafos com seu objeto de estudo é abordada de maneira profunda por Lefebvre (2006):

Pergunta-se continuamente, espaço disto e/ou espaço daquilo: espaço literário<sup>6</sup>, espaços ideológicos, espaço do sonho, tópicos psicanalíticos etc. Ora, o “ausente” dessas pesquisas ditas fundamentais ou epistemológicas, é não somente “o homem”, mas também o espaço, do qual se fala, contudo, a cada página<sup>7</sup>. “Um saber é também o espaço no qual o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos com os quais ele se defronta no seu discurso”, declara tranqüilamente M. Foucault, sem se perguntar de qual espaço ele fala, e como ele salta do teórico (epistemológico) ao prático, do mental ao social, do espaço dos filósofos àquele das pessoas que têm de se haver com objetos. Cientificidade (que é definida pela reflexão dita “epistemológica” sobre o saber adquirido) e espacialidade se articulam “estruturalmente” de acordo com uma conexão pressuposta: evidente pelo discurso científico, jamais elevada ao conceito. O discurso científico, sem receio da ociosidade, confronta o estatuto do espaço e o do “sujeito”, o “eu” pensante e o objeto pensado, retomando, assim, as posições do Logos cartesiano (ocidental) que, por outro lado, determinados pensadores julgaram “fechar”. A reflexão epistemológica, conjugada com os esforços teóricos dos lingüistas, chega a um curioso resultado. Ela liquidou o “sujeito coletivo”, o povo como gerador de tal língua, portador de tais seqüências etimológicas. Ela afastou o sujeito concreto, substituto do deus que nomeia as coisas. Ela deu precedência ao “se”, ao impessoal, gerador da linguagem em geral, do sistema. Contudo, é necessário um sujeito. É então o sujeito abstrato, o Cogito filosófico quem reaparece. (LEFEBVRE, 2006, p. 21-22).

Utilizando-se de pontos similares para o debate, Moraes (1986) coloca que existe uma dualidade pela objetividade ou subjetividade do objeto de estudo da Geografia: o espaço. A depender da maneira com que se olha, estuda e explana o espaço, estes dois caminhos abrem-se para a composição das ideologias espaciais correspondentes a suas inclinações, sejam voltadas para um tom mais culturalista (não necessariamente referente à corrente geográfica com esta alcunha) ou não:

a) De um lado a tematização da valorização subjetiva do espaço, trazendo as questões da percepção, da sensibilidade, da vivência, da cotidianidade, da modernidade etc. discute-se a consciência do espaço privilegiando o sujeito. Aqui emergem os temas da avaliação estética da paisagem, do simbolismo das formas, da motivação individual. Aparece a ótica do *design*, a preocupação com as atitudes. Enfim, coloca-se a temática da apropriação individual (intelectual, nesse sentido) do espaço. [...] b) De outro lado a tematização da valorização objetiva do espaço, trazendo as questões de uso do solo, da renda fundiária, do capital incorporado, da divisão ou especialização das atividades produtivas, da distribuição dos equipamentos e serviços, entre outras. Discute-se, enfim, a produção ou a construção material do espaço. Aqui afloram temas como o da especulação, do preço, da utilidade, do trabalho, etc. está em foco a temática da apropriação material do espaço. (MORAES, 1986, p. 36).

Observa-se que estas duas óticas presentes na relação entre o valor (de uso e troca) e o espaço geográfico são notadas durante o período do nacional desenvolvimentismo, populismo e a visão política e econômica das décadas de 1950 e 1960 no Brasil. De um lado, há o simbólico, o perceptivo, representacional (neste caso pelas vestes do nacionalismo e a (re) invenção da ufania edênica); de outro, existe a crueza das relações econômicas do Estado e do mercado perante o espaço, objetificando-o ao máximo em função dos seus interesses.

Neste ponto, já há uma prévia da classificação do pensamento geográfico não vigente, mas predominante no período destacado neste capítulo. Houve a opção por uma Geografia direta, objetiva, positiva e principalmente em busca do desenvolvimento. O papel da produção do conhecimento geográfico dos órgãos e instituições públicos confirmam esta escolha. Segundo Sodré (1976), para os geógrafos esta era uma forma até de se afirmar enquanto ciência, reforçando suas metodologias, convicções e aplicações práticas:

O importante seria, em seguida, abandonar a concepção metafísica e mecanicista, deixar de ver a natureza como obra acabada, estática, insusceptível de mudança. Essa concepção metafísica, que fechava os olhos à observação da realidade objetiva e se ancorava em concepções filosóficas próprias da classe dominante, mais voltada para o passado do que para o futuro, levava, inexoravelmente, ao determinismo geográfico. Este, que fora historicamente compreensível e inevitável, como etapa necessária no domínio dos conhecimentos, e particularmente os da natureza, representava, agora, obstáculo ao progresso da ciência e, adotado, definiria uma posição ideológica mais do que uma posição científica. (SODRÉ, 1976, p.77,78).

Estrada (1986), ao problematizar o papel da Geografia nas décadas dos governos desenvolvimentistas, coloca no mesmo plano a atuação e interesse do Estado, em dominar e conhecer o seu território. A guinada do olhar planejador para o espaço geográfico pode ser encarada então como uma consequência deste cenário. Organizar a desordem da ocupação do espaço passa a ser uma das bandeiras do poder estatal, configurando assim toda uma forma de

pensar e agir, uma ideologia que representava não apenas a busca, mas a efetivação deste olhar, desta visão de mundo:

As formas de ocupação do espaço vão sendo afetadas como resultado das novas modalidades de produção econômica que aí se desenvolvem. Isso produz uma aparente desorganização do espaço. Aparente porque o que está em curso é uma mudança que exige a visão do problema por uma nova ótica, imposta pelo avanço do capital industrial monopolista nessas áreas. Aí, também, o Estado é compelido a agir através de seus técnicos e planejadores para reduzir as condições necessárias à manutenção da harmonia social e instauração de uma outra ordem. Essa busca de uma *outra ordem* guia a ação do planejador e o leva a analisar a realidade objetiva como desordem. (ESTRADA, 1986, p. 71).

Conforme exposto nos tópicos anteriores, no caso específico do governo de Juscelino Kubitschek, houve um estandarte simbólico para esta proposta planejadora da desordem, a nova capital Brasília. A síntese ideológica, e especialista, da ideação e construção do centro de poder federal foi e ainda é um semióforo representando a concepção política por meio da concreção de um plano simbólico, político e econômico, intrínseco à construção da cidade.

A industrialização e, especialmente, a urbanização receberam a marca da modernidade e do progresso, os estudos geográficos da década de 1960, além das prospecções de exploração das paisagens naturais, voltou seu olhar para o entendimento a respeito do processo de urbanização brasileira, e como poderiam ser construídos caminhos teóricos para compreender este fenômeno.

### 3.3.2.1 A ordenação do espaço urbano para o desenvolvimento

Ao invés de aprofundarmo-nos nas bases da organização do espaço, comparação de áreas ou na visão sistêmica do espaço geográfico em obras clássicas como *Explanation in Geography*, de David Harvey, publicado em 1969, ou *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, de Richard Harshorne, de 1939, ou nas diferentes bases conceituais estudadas por Walter Christaller, podemos fazer um recorte de como tais olhares chegaram no pensamento geográfico brasileiro – em especial os que não estavam vinculados ao IBGE –, como, por exemplo, Antonio Christofolletti (1980; 1981), Lobato Correa (1969) – se considerarmos, é claro, sua vinculação à UFRJ em 1993 –, e Milton Santos (1969).

A apresentação destes geógrafos, aqui, é um exercício de amostragem, pois angariar todos autores, obras e referências correlacionais demandaria uma exposição muito maior, complexidade esta contornada com esta síntese. Esta ressalva se faz necessária pela grande

quantidade de material disponível para a comprovação dos temas geográficos já mencionados, encontrados com maior frequência em compêndios históricos, arquivos e/ou memórias institucionais do pensamento geográfico da época.

Deste modo, sobre a classificação das cidades, já tendo como influência a Geografia americana da época, Correa (1969) volta sua atenção ao elenco dos aspectos que permitiriam um rumo metodológico para tais objetivos. Lembremos que a questão da urbanização era um dos pontos de maior importância nos planos econômicos e ações do Estado desde o populismo getulista, não surpreendendo, portanto, os estudos geográficos, com extrema acurácia e aplicabilidade, produzidos neste período:

A cidade vista como um organismo funcional, mantém relações com um espaço maior e exterior a ela, a sua região, constituída por áreas rurais e por outras cidades menores. Neste sentido a cidade é o ponto focal de fluxos econômicos, vivendo seus habitantes “da projeção em suas diversas partes, de atividades externas que nascem ou se manifestam exteriormente”. As relações entre cidade e região não se processam com a mesma intensidade nem do mesmo modo, variando segundo cada época e as sociedades, conforme mostra, entre outros, CHARRIER. No entanto, num esforço de síntese, como fez GEORGE, pode-se apontar em suas linhas gerais essas relações, lembrando, porém, que refletem uma visão cidadina do problema. Essas relações são as seguintes:

- I) A atração da cidade sobre a população regional.
- II) A drenagem pela cidade da renda fundiária.
- III) A comercialização pela cidade dos produtos da economia rural.
- IV) A distribuição pela cidade de investimentos e trabalho.
- V) A distribuição pela cidade de bens e serviços. (CORRÊA, 1969, p. 43).

Lobato Corrêa também trabalharia ao longo dos anos com a questão regional, ora inclinado mais à questão sistêmica ora a assuntos mais voltados para a teoria dos lugares centrais, sempre migrando com maior intensidade para os fatores sociais no espaço geográfico e a maneira de integrá-los nas teorias e metodologias utilizadas para estudá-los.

Ainda no tocante à questão urbana da década de 1960, Milton Santos, apesar da imensa bibliografia que embasa o estofamento da crítica radical na Geografia brasileira, também iniciou sua trilha neste período em obras como *Geografia e Desenvolvimento Econômico*, de 1960, e *A cidade nos países subdesenvolvidos*, de 1965, nas quais já enunciava o que viria a ser um dos cerne da crítica materialista-histórico-dialética em nosso país, apesar de haver, mais claramente, uma influência da Geografia regional francesa e das propostas de sistemas anglo-saxônicas nestes primeiros estudos do geógrafo brasileiro. (GRIMM, 2011).

Há até mesmo indícios da migração de Santos de uma Geografia mais aplicada (e ativa) para a radical, predominante em sua obra a partir do final dos anos de 1960. Utilizando termos como centralização, região, hierarquia urbana, organização e aplicação práticas, é



interessante notar a similaridade do seu percurso para a Geografia Crítica tal como ocorrera também com o britânico David Harvey:

Estabelecido que a função de centro é a mais característica da cidade e que, dentro de uma determinada região, as diferentes cidades guardam, entre si, uma hierarquia, os geógrafos buscaram, depois, a fórmula que lhes permitisse, sem a necessidade de demoradas pesquisas de campo e estudo de casos individuais, chegar ao conhecimento de qual e como seja essa hierarquia. Antigas e novas tentativas procuram o encontro de fórmulas e processos, mais ou menos objetivos. Alguns chegaram até mesmo à rigidez de fórmulas algébricas, por princípio incompatíveis com a apreciação de fenômenos sociais, mas que podem, entretanto, permitir uma aproximação qualitativa. Esses resultados são do maior interesse prático, servindo, mesmo, aos interesses da administração. (SANTOS, 1959, p. 15).

As considerações já seminais, sobre a impossibilidade da dureza das fórmulas e números na análises dos fenômenos sociais do espaço geográfico, mas no mesmo tom atenua-se as possibilidades que estas metodologias poderiam trazer aos geógrafos. Além disso, como visto no tópico anterior, o autor deixa clara a aproximação desta visão dos estudos geográficos com a participação do poder estatal (a administração da última linha da citação), situação mais que visível nas políticas dos governos desenvolvimentistas, e também na fase getulista progressa e, posteriormente, nos ditames do regime militar à frente do governo brasileiro.

Assim como feito por Correa (1969), Milton Santos apresenta-nos instrumentos metodológicos envolvendo teorias sobre a centralização urbana, por meio da adaptação de termos gerais, premissas de valorações conceituais e aplicação de fórmulas à realidade urbana brasileira (C é a incógnita, o grau de centralidade, T é o número de elementos terciários, S, os elementos secundários):

Figura 63: Termo Geral de Valoração do Grau de Centralidade

$$C = T \cdot \frac{S - T}{10}$$

Fonte: (SANTOS, 1959, p. 17).

Seguindo a inspiração em métodos de estudo do papel das centralidades regional e urbana em autores como Rochefort e Christaller, e novamente em comparação com Correa (1969), Santos (1969) apresenta os elementos que permitiriam elaborar um estudo sobre as centralidades urbanas, considerando-se a valoração de cada uma destas atividades na delimitação destas áreas centrais:

Figura 64: Diretrizes de valoração em áreas centrais

- g — governamentais
- i — industriais
- s — serviços
- c — comércio
- o — outros

O índice percentual obtido para cada estabelecimento é calculado sobre o número de seus empregados.

Fonte: (SANTOS, 1959, p. 19).

Tanto em Santos (1969) como em Corrêa (1969), identificamos elementos que serviram como base para a ligação entre o Estado desenvolvimentista brasileiro e importância do território para o poder político da época. Como já referido, apesar das obras estarem distantes alguns anos do auge do governo JK, podemos facilmente transpor, por exemplo, as fórmulas e guias metodológicos dos autores às planificações estatais do período. No início deste capítulo, colocamos em evidência a simbologia obtida por cidades como Goiânia e Brasília no discurso de modernização do território brasileiro.

Em outros estudos da época, como na compilação do IBGE, há uma gama considerável de artigos, trabalhos de campo, comentários e registros em diferentes áreas voltadas para o interesse do Estado, e suas possibilidades de aproveitamento, como portos e aeroportos, saneamento básico, distribuição de renda, crescimento e distribuição demográfica, industrialização e avanços do plantel agrícola nas zonas pioneiras alcançadas pelas campanhas e expedições em direção à oeste do país.

Seguindo estas prerrogativas bases para a égide do planejamento estatal, é importante trazer para a discussão a produção geográfica propriamente dita, principalmente àquelas diretamente voltada para estes fins. A produção de periódicos importantes, difundidos pelos órgãos de referência do pensamento geográfico, são fundamentais. O período regular do IBGE cumpre bem este papel de registro, fornecendo as informações necessárias para análise proposta neste estudo, e assim o prosseguimento da hipótese da ufania territorial como recurso ideológico do edenismo pode seguir seu curso de colocações, constatações ou refutações.

### 3.3.2.2 *Da Geografia Ativa às significações morfológicas da paisagem e do lugar*

Estes estudos urbanos, ainda seminais, evoluíram, de acordo com a passagem dos anos, para um tom mais cético e crítico perante a realidade social brasileira. Os dois geógrafos utilizados como no subtópico anterior atestam este cenário de mudança e de uma parcela considerável dos pensadores da Geografia brasileira nestas décadas, em grande parte devido à crescente distância entre a idealidade discursiva do desenvolvimentismo com a realidade objetiva de grande parte da população.

Claval inicia uma via de mão tripla no desenvolvimento do pensamento geográfico entre as décadas de 1950 e 1960, compreendendo desde as teorias de sistemas e organização do espaço dos quantitativistas, passando pelo comportamentalismo e holismo dos culturalistas até a inquietação social da chegada do marxismo ao pensamento geográfico (CLAVAL, 2011).

A partir do início de 1970, o pensamento geográfico passou a adotar um olhar mais questionador, problematizando e explorando as brechas e falhas do projeto moderno no século XX, muito influenciado pelas iniciativas da Geografia Ativa. Inicialmente, haverá o que ficou conhecido como corrente *ativa* na França, buscando remodelar e redirecionar as metodologias clássicas do país na direção de uma crítica interna e externa ao labor geográfico, como nomes como: Pierre George, Bernard Kayser e Yves Lacoste. (CLAVAL, 2011).

Depois destas iniciativas, houve o ponto de cisalhamento entre a Nova Geografia com a Geografia Crítica ou Radical, a partir das crises mundiais do petróleo, que já denunciavam um vislumbre dos fossos sociais gerados pela corrida econômica gerada pelo modo de produção capitalista. Teve início no continente europeu e nos Estados Unidos, com representantes como David Harvey, Yves Lacoste e Richard Peet.

Mais importante que elencar todos os nomes de impacto do que hoje nomeamos como Geografia Crítica ou Radical e a Geografia Cultural ou Humanista, é importante lembrarmos que sua origem remonta aos autores citados anteriormente. A influência epistêmica na elaboração de seus sistemas de pensamento já estava lá, principalmente devido à carga filosófica fundamental de suas concepções teórico-metodológicas, seja a fenomenologia de Jean-Paul Sartre e Martin Heidegger, ou o materialismo histórico e dialético de Karl Marx, e seus revisores do século XX.

Em meio a tantas iniciativas de intervenção do território, nas propostas geográficas deste período, Pierre George (1966) demonstra sua preocupação em interpretar os fenômenos geográficos do Novo Mundo, ou Terceiro Mundo, como eram mais comumente chamados os países em desenvolvimento nos idos dos anos de 1960: “[...] a geografia aparece assim como

uma ciência do espaço, em função do que ele oferece ou fornece aos homens e como uma ciência da conjuntura e do resultado das sucessões de conjunturas.” (GEORGE, 1966, p.16).

Para o autor, ainda era preciso superar o que o mesmo denomina como Geografia Utilitária: “[...] reunir elementos de conhecimento do mundo para facilitar operações de finalidade várias” (GEORGE, 1966, p.11) em áreas de estudo como economia e instituições públicas, algo parecido com o que Lefebvre (2006) chama de espaço instrumental ou operário: “[...] espaço, saber e ação, no modo de produção existente. que o espaço serve e que a hegemonia se exerce por meio do espaço constituindo-se por uma lógica subjacente, pelo emprego do saber e das técnicas, um “sistema”. (LEFEBVRE, 2006, p. 30). Há uma crítica implícita nestes argumentos em relação à falibilidade dos planos econômicos, muito comuns na primeira metade do século XX, e que não conseguiram, na maior parte das vezes, atingir os resultados enunciados em seus manuais de atuação do Estado.

Além disso, sobre o trabalho do geógrafo, George reitera “[...] deve ter uma competência, que lhe torne inteligíveis, simultaneamente, processos geológicos, climatológicos, hidrológicos, biológicos”. (GEORGE, 1966, p.17). No Brasil, surgiria um trabalho quase homônimo sobre o trabalho do geógrafo publicado por Milton Santos, em clara influência da Geografia Ativa francesa. A mesma preocupação com o labor geográfico, é encontrada em outro grande autor de referência dos anos de 1960, Eric Dardel (2011), mesmo que sua ideia de Geografia seja voltada a assuntos mais próximos da fenomenologia e existencialismo do que ao marxismo, ainda incipiente, da Geografia Ativa:

A obra do especialista não rejeita inteiramente esse encontro inesquecível do homem com a Terra, essa participação geográfica no espaço concreto. Quem falará sobre a imaginação ou o maravilhamento de onde nasceu a vocação de tal geógrafo? Não foi, com efeito, um geógrafo muito ligado ao método científico, Emmanuel de Martonne, que anunciou que a geografia responde à necessidade de fixar a memória dos lugares que nos cercam“? Fixar o movimento, esquivo, apresentar à inteligência o que a ultrapassa e a induz, tudo ao mesmo tempo! Reconhecemos sem dor que a „lembança“ excede, assim, a simples preocupação científica de anotar as medidas de temperatura e de salinidade. O geógrafo que mede e calcula vem atrás: à sua frente há um homem a quem se descobre a face da Terra“; há o navegante vigiando as novas terras, o explorador na mata, o pioneiro, o imigrante, ou simplesmente o homem tomado por um movimento insólito da Terra, tempestade, erupção, enchente. Há uma visão primitiva da Terra que o saber, em seguida, vem ajustar” (DARDEL, 2011, p. 7 – grifo nosso).

O foco no lugar é uma das marcas da Geografia existencial de Dardel (2011), principalmente na sua compreensão sobre o que se constitui como a geograficidade trabalhada pelo autor, um elemento inicial e primordial de identificação e identidade entre o ser humano

e o meio que habita: “[...] geograficidade (géographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino” (DARDEL, 2011, p. 1-2).

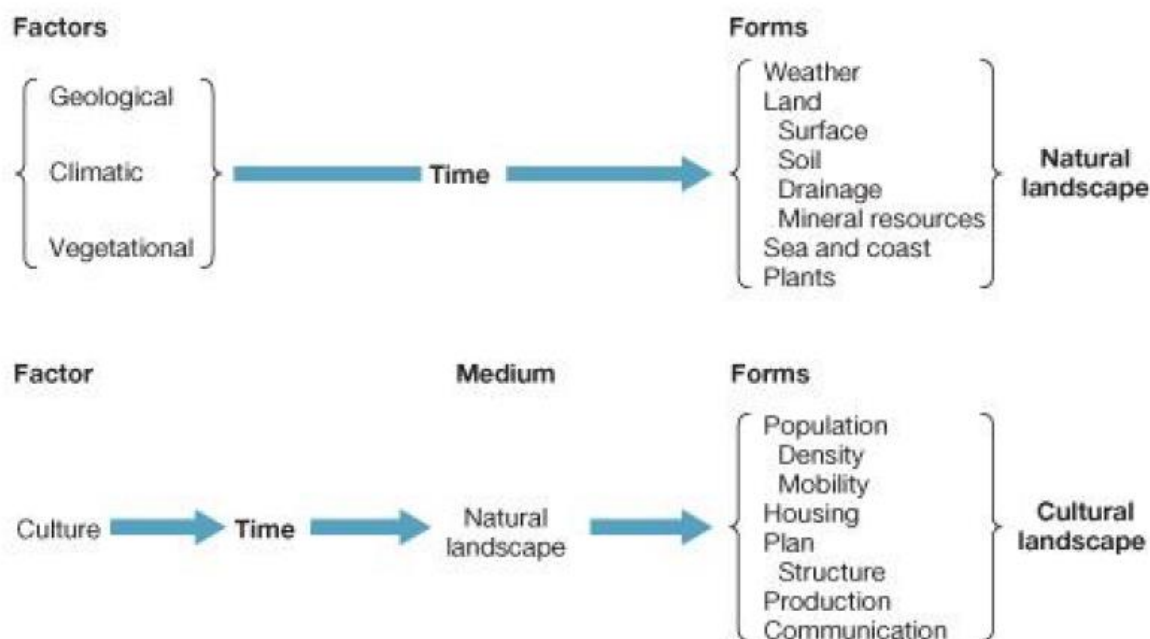
O autor continua firme em sua ideia de abertura cultural e existencial da Geografia para com o espaço: “A geografia não é, de início, um conhecimento; a realidade geográfica não é, então, um objeto. O espaço geográfico não é um espaço em branco a ser preenchido a seguir com colorido.” Ele aborda elementos parecidos com a *leitura* diferenciada da realidade proposta por Lefebvre (2006), mas coloca os termos mais próximos de sua defesa da ligação do homem com a terra: “A ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente, que o homem se sinta e se saiba ligado à Terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre”. (DARDEL, 2011, p. 3).

E, novamente, em uma vertente mais voltada às questões da existência, subjetividade e relação cultural do ser humano com o espaço: “[...] A geometria opera sobre um espaço abstrato, vazio de todo o conteúdo, disponível para todas as combinações. O espaço geográfico tem um horizonte, um modelado, cor, densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e resiste” (DARDEL, 2011, p. 2).

Não será possível alongarmos-nos em demasia na exposição das contribuições de alto grau de impacto de Dardel ao pensamento geográfico. Mas, nestas palavras, especialmente no ponto destacado, evidencia-se a posição do autor para a necessidade de superação da visão geométrica do espaço geográfico, permitindo aos sentidos sociais que nele existam aflorarem nas pesquisas, inserindo o fator humano – no sentido cultural – como ponto central.

Muito antes destas contribuições de Dardel, o pensamento geográfico americano já havia sido apresentado a uma visão mais “orgânica” entre homem e meio, mais especificamente com a paisagem na obra do geógrafo Carl Sauer (1925), que viria a formar, anos mais tarde, toda uma corrente de pensamento calcada em suas colocações sobre tal temática. Segundo o próprio autor a morfologia da paisagem contém um método que vai da descrição à valoração dos elementos significados existentes na paisagem (SAUER, 1925). O autor diferencia, mas complementando uma com a outra, as paisagens natural e cultural, caminho a ser seguido em sua metodologia morfológica:

Figura 65: Fatores e formas das paisagens naturais e culturais segundo Carl Sauer



Fonte: Adaptado de Sauer (1925, p. 308\p. 310),

Na composição destas metodologias da morfologia da paisagem o autor traz a geomorfologia como importante fator a ser ponderado, além da marcante e, até então, vanguardista metodologia de análise cultural da paisagem. Logicamente, muitos outros autores fizeram parte do desenvolvimento das teorias, metodologias e propostas do pensamento geográfico na primeira metade do século XX, após os eventos da segunda grande guerra, como Edward Relph (1976), ao dar indícios de diálogo entre Sauer e Dardel em sua obra *Place and placelessness*, ou Yu Fu Tuan, com sua *Topofilia* (1980) e *Espaço e Lugar* (1983). No Brasil, a visão da paisagem como conceito de uma via cultural e humanista da Geografia só chegaria com mais força em autores como Lobato Correa, Zeni Rosendal (1998) e Livia de Oliveira (1977).

O que aparece como um posicionamento mais ameno em George (1969) e Dardel (2011) – e Sauer (1925), mesmo que esquecido por muitos anos, assim como Elisée Reclus (1830-1905), por continuidade de proposta de abertura temática o pensamento geográfico –, tomará proporções de tonalidades mais graves, quanto a colocar em xeque muitos dos problemas sociais não solucionados pelas teorias geográficas do pós-guerra.

Em influência clara de Richard Peet, Harvey (1973), que após sua *Explanation in Geography* de 1969 também voltou sua atenção aos assuntos sociais em sua obra *Social Justice and the City* (1973), uma das mais influentes – juntamente com as teorias do espaço produzido de Lefebvre (2006) – no pensamento geográfico brasileiro a partir do final década

de 1970. Nota-se que parte dos questionamentos de Harvey concentra-se nas normativas e instrumentos analíticos da Nova Geografia, visível em termos como eficiência e a “localização ótima”. Como vimos, foram estas fundamentações geográficas que serviram como aporte teórico, por exemplo, para a construção de Brasília, sem considerar a complexidade social da realidade brasileira, hoje visível nas grandes periferias (como nas outras grandes cidades do país), nos arredores da capital do futuro:

The reason is not far to seek. The normative characteristics used by geographers to examine location problems are derived from classical location theory. Such theories are generally Pareto-optimal since they define an optimal location pattern as one in which no one individual can move without the advantages gained from such a move being offset by some loss to another individual. Location theory has therefore characteristically relied upon the criterion of *efficiency* for its specification. (HARVEY, 1973, p. 96).

Além destas críticas, Harvey (1973) faz longas exposições sobre os problemas epistemológicos da ciência geográfica, algo comum neste período, tanto para as obras dos primeiros geógrafos pertencentes à crítica radical, como também para os que formavam a frente neopositivista da ciência geográfica. Harvey expõe sua noção de justiça social, condenando a maneira como o espaço geográfico era considerado nas planificações e ordenações até então vigentes. Para o autor, era preciso considerar melhor as implicações dos conflitos sociais no espaço, além do impacto das intencionalidades ideológicas na produção deste espaço:

The concept of social justice is not an all-inclusive one in which we encapsulate our vision of the good society. It is rather more limited. Justice is essentially to be thought of as a principle (or set of principles) for resolving conflicting claims. These conflicts may arise in many ways. Social justice is a particular application of just principles to conflicts which arise out of the necessity for social cooperation in seeking individual advancement. (HARVEY, 1973, p. 97).

Sem a necessidade de apresentarmos toda miríade de obras de Harvey, sucessoras de suas mudanças para a Geografia Crítica, podemos expor um dos pontos, já presente nos idos de 1973, perenemente revisitado pelo autor até os dias de hoje: a mudança, ou velocidade das transformações, no e do espaço geográfico. Assim como ocorrido nas referências de Corrêa (1969) e Santos (1969) – àquela época ainda fortemente influenciados pelas visões de comparação de áreas e/ou organização do espaço urbano dos autores anglo-saxônicos –, os sistemas urbanos tornam-se o foco da crítica geográfica, principalmente quando considerados

os esforços de hegemonização, modernização e lobby progressista pela discurso da urbanização:

*The speed of change and the rate of adjustment in a urban system.* Much of our analytic understanding of the urban system comes from equilibrium analysis. Most of these equilibrium analyses seek to define an optimal allocation of resources (for instance, land resources) under conditions where the *distribution of income is given*. Most of the analyses of the urban housing Market, for example, indicate the structure and form of equilibrium assuming a given distribution of income. Only under this assumption is it possible to determine what is usually termed a “Pareto optimum” (a situation in which nobody can become better off from moving without making somebody else worse off). These models provide us with important insights into the allocation mechanisms which underlie the formation of an urban structure, but they tell us little about how a given distribution of income comes about. Even if we accept the assumption of a given distribution of income, however, we still have to consider the speed with which equilibrium is achieved. (HARVEY, 1973, p. 55).

A produção do espaço conceituada, fundamentada e difundida por Lefebvre (2006) sem dúvida influenciou diversas e diferentes gerações de geógrafos pelo mundo. No Brasil, o impacto de seus escritos foi rapidamente alinhado à postura crítica da ciência geográfica, já que permitia alinhar a teoria e metodologia da ciência às problemáticas ideológicas presentes nas intencionalidades implícitas e explícitas do espaço produzido: “Produção do espaço, espaço a produzir, espaço em produção e espaço produzido são, pois, aspectos do mesmo fenômeno relacional. Em qualquer caso, o espaço, neste caso, é social. O espaço social também revela-se desigual à população.” (SILVA, 1983, p. 41).

Se rememorarmos o contexto do desenvolvimentismo e a recorrente, e não menos importante, reincidência da discussão sobre as diferenças sociais e a busca pela modernização do território, então fica mais palatável correlacionarmos a posição de Silva (1983) sobre a produção do espaço: “No país em desenvolvimento, o passado e o futuro estão contidos no presente. não é possível mais recuar, embora o passado se já o tempo da memória mais sedimentada. No entanto, o futuro não é o que se deseja socialmente. Ele apenas traz em si o desenho do “vir-a-ser”, mas com contornos imprecisos.” (SILVA, 1983, p. 43). Vir-a-ser este que pode estar inserido numa lógica de ideologias hegemônicas, como o edenismo territorial edênico e ufanista brasileiro, ou como via de transformação e superação, por exemplo, de desigualdades sociais no território.

Por colocar em pauta justamente a imprecisão e potência do uso intencional da produção do espaço, Lefebvre (2006) toca num dos pontos mais recorrentes sobre o espaço e sua complexidade, ou seja, a inevitável e inerente condição de multifaces que o compõe: “A identidade quase lógica pressuposta entre o espaço mental (aquele dos matemáticos e dos



filósofos da epistemologia) aprofunda o abismo entre esses três termos: o mental, o físico, o social.” (LEFEBVRE, 2006, p. 24). Seguindo esta linha de raciocínio estabelecida a partir da complexidade do espaço físico, mental e o social, o autor ainda confere maior profundidade a sua discussão ao questionar a resistência e complexidade do espaço social para àqueles que se propõem a analisa-lo:

Geralmente, a própria noção de espaço social, por sua novidade, pela complexidade do real e do formal que ela designa, resiste à análise. O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as relações sociais de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos! (LEFBREVE, 2006, p.57).

Hoje em dia, há uma reaproximação entre os autores das correntes Humanista e Crítica da Geografia, tanto no Brasil como em outros nichos de referência teórica desta ciência. Mas, nota-se que Lefebvre (2006) já oferecia sua ideia de *leitura* deste espaço produzido e, para tal empreitada, tanto a desconstrução das camadas ideológicas impetradas na concreticidade como os elementos simbólicos de relação de identidade deveriam ser considerados:

Em qual medida um espaço se lê? Se decodifica? A interrogação não receberá uma resposta satisfatória tão cedo. Com efeito, se as noções de mensagem, de código, de informação etc., não permitem seguir a gênese de um espaço (proposição enunciada mais acima, que aguarda argumentos e provas), um espaço produzido se decifra, se lê. Ele implica um processo significante. E mesmo se não existe um código geral do espaço, inerente à linguagem ou às línguas, talvez códigos particulares tenham se estabelecido ao longo da história, provocando efeitos diversos; de modo que os “sujeitos” interessados, membros desta ou daquela sociedade, acedam ao mesmo tempo a seu espaço e à sua qualidade de “sujeitos” atuando nesse espaço, o compreendendo (no sentido o mais forte desse termo). (LEFEBVRE, 2006, p. 38).

Esta resistência do espaço social é trabalhada por outros autores, de outras correntes da Geografia, como é o caso de Eric Dardel (2011), ao nomear tal dificuldade como um “fechamento” analítico. É necessária a abertura do campo analítico para abarcar a complexidade dos elementos presentes no espaço geográfico: “É necessário, portanto, compreender a geografia não como um quadro fechado em que os homens se deixam observar tal qual os insetos de um terrário, mas como o meio pelo qual o homem realiza sua existência, enquanto a Terra é uma possibilidade essencial de seu destino”. (DARDEL, 2011, p. 89).

Algumas destas contribuições aparecerão, com maior vigor, ao final dos anos de 1970 no Brasil, seguindo o advento do enfraquecimento do regime militar. No entanto, até que esta efusão da crítica na Geografia desperte, ainda houve o predomínio da produção metodológica e teórica por parte dos geógrafos representantes de órgãos como IBGE, ESG (Escola Superior de Guerra) e demais instituições ligadas de forma mais direta ao Estado.

Nestas breves passagens, buscou-se relatar um esforço de síntese capaz de contemplar os tangenciamentos entre as diferentes ideologias geográficas, as correntes de pensamento que estruturam e definem a Geografia como ciência. Em todos os paradigmas, se assim ousarmos chama-las, demonstrou-se a revisão de seus fundamentos, procurando atualizar e melhorar seus conceitos, categorias e noções a respeito do espaço geográfico, e esta talvez seja a maior riqueza da Geografia – a inquietude epistêmica que a persegue desde a sua aparição no século XIX.

Do ponto de vista da carga ideológica do espaço na formação do Estado nacional brasileiro, houve, inevitavelmente, a chegada de todas estas discussões no âmbito dos nossos pensadores g Geografia. Mas, como veremos no próximo tópico, as incursões mais questionadoras não ganhariam espaço pelo menos até o final do regime militar, em meados de 1980, período em que a Geografia *oficial*, voltada aos interesses do Estado, ainda predominava, devido, principalmente, à persistência dos planos econômicos, às instâncias públicas de desenvolvimento e da força ideológica espacialista dos governos, que suplantavam os problemas sociais com a retórica do salvacionismo edênico, assentado na ufania territorial secular.

## CAPÍTULO 4: OS MILITARES NO PODER [1964-1986] – A NAÇÃO VISTA PELA FORÇA DO SEU FIRMAMENTO

Figura 66: soldado em guarda à frente do congresso em 1968, imagem de Orlando Brito.



Fonte: [www.orlandobrito.com.br](http://www.orlandobrito.com.br)

*“A doutrina dos círculos pode ser rapidamente resumida em uma única máxima: “Cuide de sua configuração”. Todos os seus ensinamentos, sejam eles políticos, eclesiásticos ou morais, têm como objetivo a melhoria da configuração individual e coletiva - com especial referência obviamente à configuração dos círculos, a que todos os outros objetivos são subordinados. Pantociclo atribuía todas as imperfeições ou defeitos, da menor má conduta ao crime mais infame, a algum desvio da regularidade perfeita na figura corporal, causada talvez (se não fosse congênita) por alguma colisão ocorrida em meio a uma multidão, falta de exercícios, ou excesso deles, ou mesmo por uma mudança repentina de temperatura que resultará em um encolhimento ou expansão de alguma parte demasiadamente susceptível da estrutura. Portanto, concluía aquele ilustre filósofo, nem a boa nem a má conduta seria motivo adequado, em qualquer avaliação sensata, para elogio ou reprovação. Por que você deveria elogiar, por exemplo, a integridade de um quadrado que fielmente defende os interesses de seu cliente, quando na realidade a precisão exata de seus ângulos retos é que deveria ser admirada? Ou então, por que censurar um isóscele mentiroso e desonesto quando você deveria, ao contrário, deplorar a incurável desigualdade de seus lados?” (Edwin Abbott - Planolândia).*

#### 4.1 O GOLPE E A REVOLUÇÃO: CONTORNOS E IDIOSSINCRASIAS DE UM CONTEXTO

O período da ditadura militar brasileira, compreendido entre 1964-1985, possui algumas bases de caracterização que o fundamentam e singularizam em nossa história, tais como a continuidade do padrão econômico desenvolvimentista, o fortalecimento das organizações e instituições estatais, o uso constante do edenismo e demais aportes míticos de ufanía territorial como argumentos nacionalistas, e a institucionalização da segurança nacional como delineadora e fomentadora das políticas públicas do Estado.

O regime de exceção no Brasil foi, ironicamente, o que mais levou a cabo a máxima de nossa bandeira republicana em seus dizeres *Ordem e Progresso*. A um só tempo, os militares determinaram e policiaram uma ordem estabelecida a partir do golpe de 1964, e trouxeram ao núcleo de seu tirante ideológico toda a carga imagética, simbólica, política e econômica do edenismo secular brasileiro, logicamente obedecendo aos seus ditames de retitude, obediência, velamento informacional e redução da participação democrática da população, ou daqueles contrários aos seus objetivos.

A citação referente à *Planolândia* de Edwin Abbot encontra reflexo em muitas destas características da ditadura militar no Brasil, principalmente se levarmos em consideração o vanguardismo da obra de Abbot, que se deu muito antes da eclosão dos romances distópicos do século XX. Durante vinte anos, assistiu-se, em nosso país, e muitos vizinhos sul-americanos, à concretização de muitos atentados contra do Estado democrático, findados com o enfraquecimento da ditadura em meados de 1980.

Neste derradeiro capítulo, objetiva-se expor alguns dos principais aspectos que perpassaram todo este período. Seguindo o caminho já estabelecido até aqui, o ideologismo espacial, a ufanía edênica – agora mais revigorada que nas passagens governamentais anteriores –, a coerção informacional, a utilização do saber científico e geográfico para os interesses do Estado, além da potência do edenismo e da ufanía territorial são os temas que guiarão e fundamentarão esta fase da Tese.

#### 4.1.1 A ditadura entre a força e o velamento de sua estrutura econômica

O regime militar brasileiro durou, ao todo, 21 anos, se contarmos 1985 como o momento de transição para a redemocratização. Ao longo destes governos militares, o Brasil passou por duros anos de um regime que enaltecia a democracia, quando na verdade comandava o poder do Estado de maneira impositiva e autocrática, sempre revestida de um teor ideológico nacionalista intrínseco ao próprio regime.

Se voltarmos em nossa história, observamos o início, e continuidade, do modelo militar em nosso modelo republicano, logicamente com momentos de retração ou avanço de domínio, até a chegada do golpe de 1964: “No Brasil a República nasceu fortemente marcada pelo militarismo, apesar do apoio de grupos civis, inclusive de setores da cafeicultura paulista.” (KUNHAVALIK, 2009, p. 77). Para Resende (2013), a ditadura pode ser dividida em alguns períodos que, cada qual a seu modo, definiram a maneira como ocorreram as decisões e situações políticas do país:

- a) 1964 a 1973: nos primeiros anos, o principal objetivo do governo foi a estabilização e crescimento da economia, ao mesmo tempo em que muitos empreendimentos de infraestrutura foram implementados, fornecendo a concretude do discurso nacionalista estabelecido nos anos seguintes;
- b) 1973 a 1979: período conhecido como “anos de ferro”, nos quais a ação policial e de restrição de direitos civis e políticos tornou-se mais aguda, a partir de quando, também, o poderio das políticas econômicas adotadas no início do regime decaiu, dando lugar à produção massiva de material propagandístico de fortalecimento do Estado de exceção;
- c) 1979 a 1984: a principal marca dos anos finais da ditadura militar foi a abertura política do Estado, principalmente pela reintegração dos direitos dos cidadãos antes tolhidos pelo regime. À medida que os militares perdiam força, a redemocratização tomava forma, com partidos políticos e movimentos sociais, situação esta que levaria à nova constituinte de 1986.

O primeiro ponto a se destacar na configuração política e econômica a partir do golpe de 1964 é o prosseguimento de muitos dos aspectos já em curso desde o fim do Estado Novo getulista. Por se tratar de um sistema de Estado pautado do autoritarismo, a fase política brasileira, em sua ditadura, possui traços marcantes que fortalecem e definem ainda mais as singularidades do poderio estatal neste período. Para Contel (2014), os objetivos econômicos,

transfigurados nos planos econômicos, e os de cunho político nacionalista, atrelados e, de certa forma, fundamentadores dos primeiros:

Com o Golpe Militar de 1964 – e a decorrente re-centralização do poder nas mãos do Governo Federal – aumenta a capacidade do Estado de realizar políticas de planejamento econômico e de organização do território brasileiro. O regime autoritário instalado teria plenas condições de implantar uma série de planos nacionais com pouca – ou nenhuma – resistência da sociedade civil, dado o colapso dos mecanismos representativos previamente existentes. Neste contexto é que o poder público passa a “interferir em praticamente todos os setores do sistema econômico nacional”, com planos globais de intervenção como o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-66), o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967-1976) e o Programa Estratégico de Desenvolvimento. (CONTEL, 2014, p. 5).

No cenário latino-americano, o Brasil atingiu o maior pico na relação entre regimes governamentais de exceção, o discurso nacionalista que os fundamentava e as ações político-econômicas que adotaram. Cysna (1993) destaca que o país alcançou um patamar superior de crescimento econômico se comparado aos seus vizinhos sul-americanos, muitos dos quais, à época, também viviam em regimes de governo autoritários. Esta fase da economia brasileira ficaria conhecida como o *milagre econômico* da ditadura militar:

Trocando-se o parâmetro temporal pelo parâmetro geográfico, conclui-se que o Brasil não fez feio entre 1964-1985. É bem verdade que a taxa média de inflação de 58% ao ano, medida pelo deflator implícito do PIB (ou de 60,5% medida pelo IGP-DI), coloca o país numa posição claramente inferior à taxa média mundial de 9,4% ou às taxas de 20,2% dos países em desenvolvimento e de 39% dos países da América Latina. Por outro lado, o crescimento médio brasileiro de 6,15% ao ano, entre 1964 e 1985, suplantou em muito o crescimento médio mundial de 3,66%, bem como as taxas de 4,78% e 4,75%, respectivamente, dos países em desenvolvimento e da América Latina. (CYSNA, 1993, p. 186).

O milagre econômico justificava-se em duas frentes, ao menos discursivamente: os altos índices de crescimento, visíveis nos dividendos do PIB, na geração de emprego e aumento do consumo da população, e a ação e propaganda incisivas e constantes sobre a inflação na economia nacional. O controle da inflação, mais até do que o crescimento da economia em si, foi responsável pela euforia do “milagre econômico” brasileiro; como nos mostra Cysna (1993), no período entre 1964 e 1974, de exatamente 10 anos, houve de fato uma estabilidade nas taxas de câmbio e índices de preço dos produtos.

O perigo deste “milagre brasileiro” pode ser observado já em suas bases de sustentação, tão efetivas como arriscadas. Simonsen (1985) considera a regulação econômica

do governo como principal ponto a ser considerado neste momento histórico do Brasil. Além desta premissa geral, houve ações em frentes de resultado imediato, como a lei salarial, o controle inflacionário e o mercado cambial:

O período 1968-1973 correspondeu ao chamado milagre brasileiro, quando o produto real cresceu, em média, de 11,5% ao ano e quando a inflação declinou gradualmente, até 15,7% em 1973. As mudanças de política econômica operaram-se em três sentidos. Primeiro, a lei salarial foi revista, de modo a corrigir, em cada reajustamento anual, a subestimativa da previsão inflacionária no reajuste anterior, sistema que vigorou, em essência, até o final de 1979. Na prática, isso equivaleu à introdução da indexação anual dos salários pela inflação dos doze meses precedentes. Segundo, o governo procurou evitar mudanças bruscas de preços relativos, inclusive introduzindo as minidesvalorizações cambiais e usando subsídios como veículo de incentivo a muitos setores, como as exportações de manufaturados. Terceiro, o governo tratou de ativar a demanda e por aí o crescimento econômico, via expansão monetária, ao ritmo médio de 36,8% ao ano. (SIMONSEN, 1985, p. 24)

Simonsen ainda elenca os pontos os quais considera como sendo basilares para a afetação inflacionária na economia brasileira a partir do final do milagre em 1973: “O problema dessa estratégia antiinflacionária é que ela pressupunha duas condições: 1) que não houvesse real necessidade de realinhamento dos preços relativos, o que deixou de ser verdade em 1973, com o primeiro choque do petróleo; 2) que houvesse suficiente capacidade ociosa para o crescimento pudesse ser movido pela excitação da demanda pela política monetária, o que só se verificou até 1971”. (SIMONSEN, 1985, p. 24).

A alta do patamar inflacionário para a média de 37% ao ano entre 1974 e 1978 explica-se por várias razões. Primeiro, porque no início do governo Geisel tornou-se indispensável descomprimir o preço de certos alimentos e eliminar os subsídios ao petróleo. A ameaça, na época, não era a repetição inercial da inflação, mas a sua explosão pelo lado da demanda. Essa última foi contida, mas como instituto da indexação de rendimentos e preços se manteve intacto, o custo foi a elevação do patamar inercial das altas anuais de preços. Segundo, porque a política de contenção monetária de meados de 1974 a meados de 1975 foi substituída por uma atitude francamente expansionista no segundo semestre de 1975. Essa expansão, conjugada com fortes aumentos de impostos indiretos para financiar os programas de investimento do governo, elevou a taxa de inflação de 29,7% em 1975 para 46,3% em 1976. A partir de meados de 1976, voltou-se à política de austeridade, associada a um ensaio de desindexação parcial. A inflação recuou, como seria de se esperar, mas a queda não chegou a ser espetacular, com o índice geral de preços subindo 38,8% em 1977 e 40,8% em 1978. (SIMONSEN, 1985, p. 25).

Outro plano econômico colocado em funcionamento na ditadura foi o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo, de 1964 a 1967), que era constituído por objetivos voltados à regulação salarial, no prenúncio das medidas governamentais que resultariam no “milagre econômico”: “(i) manter a participação dos assalariados no produto

nacional; (ii) impedir que reajustamentos salariais desordenados realimentem irreversivelmente o processo inflacionário; e (iii) corrigir as distorções salariais, particularmente no Serviço Público Federal, nas Autarquias e nas Sociedades de Economia Mista” (ABREU,1992, p. 216).

O PAEG foi a continuação do Plano Trienal pensado por Celso Furtado, iniciado em 1962, contendo muitas das diretrizes utilizadas nos planejamentos econômicos dos militares, como o controle da inflação e a busca pela aceleração do crescimento para acúmulo de capital (FURTADO, 1961). Em algum momento, a primeira ação foi suplantada pela segunda, já que foi o descontrole fiscal da não distribuição dos bens e rendimentos econômicos da década de 1970 que fez a inflação estourar a partir do final da mesma década.

Além destes planos, ainda houve o prosseguimento das superintendências de desenvolvimento já existentes SUDAM (da Amazônia) e SUDENE (para o Nordeste), e da recém-criada SUDECO (voltada para a região Sudeste), que serviam de elos catalisadores entre as ações econômicas dos planos estatais e o discurso integralista imbuído do apelo modernizador do território nacional.

Podemos analisar a estabilidade do câmbio nos dez primeiros anos da ditadura, e a partir do final dos anos de 1970 a explosão inflacionária repercutida, por exemplo, na “crise das moedas”, com sucessivas e falhas tentativas de recuperação da economia nacional. A importância do controle inflacionário para “inchar” os dividendos do PIB pode ser verificada na figura a seguir:



Figura 67: Imposto Inflacionário de 1964 a 1985

**IMPOSTO INFLACIONÁRIO (II), TRANSFERÊNCIAS  
INFLACIONÁRIAS PARA OS BANCOS COMERCIAIS (TI)  
E TRANSFERÊNCIAS TOTAIS (TIT = II + TI)**

(1) ANO	(2) INFLAÇÃO	(3) II/PIB	(4) TI/PIB	(5) TIT/PIB	(6) II	(7) TI	(8) TIT
64	91,9	4,75	3,09	7,84	3,86	2,51	6,36
65	34,5	2,84	2,02	4,86	2,24	1,59	3,83
66	38,2	2,46	1,67	4,13	2,44	1,66	4,10
67	24,9	1,78	1,26	3,04	1,89	1,34	3,23
68	25,5	1,72	1,34	3,06	1,92	1,49	3,41
69	20,1	1,41	1,22	2,63	1,63	1,40	3,04
70	19,3	1,36	1,30	2,66	1,69	1,61	3,30
71	19,5	1,27	1,26	2,53	1,76	1,75	3,51
72	15,7	1,02	1,04	2,06	1,63	1,65	3,28
73	15,5	1,08	1,32	2,40	2,18	2,67	4,85
74	34,5	1,81	2,14	3,96	4,45	5,26	9,72
75	29,4	1,50	2,06	3,56	3,89	5,32	9,21
76	46,3	1,89	2,48	4,37	5,79	7,64	13,43
77	38,8	1,63	1,58	3,20	5,43	5,27	10,70
78	40,8	1,83	1,63	3,46	6,41	5,72	12,13
79	77,2	3,03	2,48	5,52	10,40	8,50	18,90
80	110,2	2,46	3,81	6,27	7,86	12,23	20,09
81	95,1	1,84	2,64	4,48	6,21	8,94	15,15
82	99,8	1,97	2,49	4,45	6,53	8,29	14,82
83	210,9	2,58	2,89	5,47	6,35	6,98	13,33
84	223,8	2,03	2,23	4,26	4,61	5,09	9,70
85	235,1	2,11	2,45	4,56	4,65	5,19	9,84
MÉDIA	60,05	2,02	2,02	4,03	4,26	4,64	8,91

(CYSNA, 1993, p. 220).

Cysna (1993) detalha ainda mais as ações cambiais e fiscais como base para a regulação monetária, principal tirante no qual se apoiava o discurso e a prática governamental do Estado brasileiro no período militar. Apesar de longa, a citação seguinte do autor apresenta cada uma das iniciativas que contribuíram para criação do velamento fiscal nacionalista do regime ditatorial:

- a) a redução do ritmo inflacionário, de 80% a 90% ao ano no biênio 1963\1964 para cerca de 25% anuais em 1967;
- b) a restauração do equilíbrio financeiro do Governo, com a redução dos déficits federais de 4,2% do Produto Interno Bruto em 1963 para 1,1% do produto em 1966;
- c) a melhoria dos métodos de financiamento dos déficits do Governo Federal, os quais em 1963 eram financiados em 85,7% pelas Autoridades Monetárias, porcentagem que caiu para 13,6% em 1966;
- d) a inversão das tendências deficitárias do balanço de pagamentos, como resultado da política de realismo cambial, de incentivo às exportações, e de atração dos capitais estrangeiros. Assim, enquanto que em 1963 o país arcava com cerca de 300

milhões de dólares de atrasados comerciais, em fins de 1966 as reservas externas brasileiras subiam a mais de 400 milhões de dólares;

e) a neutralização da maior parte das distorções inflacionárias pela implantação da correção monetária nos títulos públicos e privados, serviços de utilidade pública, impostos, empréstimos a médio e longo prazos, hipotecas, etc;

F) a melhoria do sistema fiscal, com a ampliação do sistema de incentivos, com a eliminação de tributos destituídos de funcionalidade como o do selo, com a progressiva eliminação dos tributos sobre lucros ilusórios, com a correção monetária dos débitos fiscais em atraso, e a substituição do antigo imposto de vendas e consignações, incidente em cascata, pelo imposto sobre a circulação de mercadorias, incidente sobre o valor adicionado;

g) a substituição do antigo sistema de indenizações e estabilidade do trabalhador pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, constituído de Habitação;

h) o desenvolvimento do mercado de capitais, com a criação dos Bancos de Investimento, com a ampliação do crédito direto ao consumidor, com a instituição do FINAME, para o financiamento de máquinas de produção nacional, e com a criação de incentivos ao mercado de ações;

i) a criação do Sistema Financeiro de Habitação, baseado no princípio da correção monetária dos depósitos e empréstimos, e com o apoio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

j) a divulgação das ideias de custo e produtividade, com a preocupação prioritária da obtenção de índices internacionais de competitividade;

l) a implantação de nova disciplina para os reajustes salariais (CYSNA, 1993, 201-202).

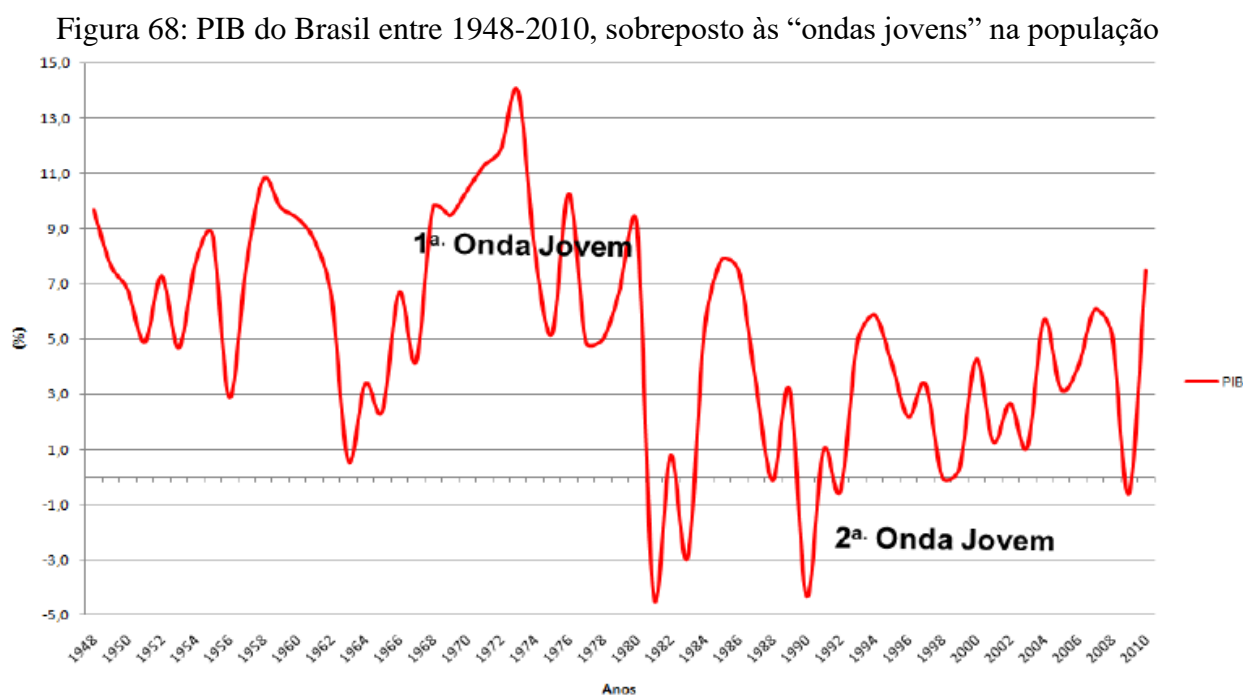
Estas eram as principais medidas em direção ao “crescimento do bolo” econômico, ao menos enquanto o regime conseguiu manter sua força coercitiva camuflando-a pelo velamento dos registros monetários principalmente, o custo do milagre. Reis (2003) ainda questiona o impacto que estas sucessivas práticas de uso político dos dados monetários causaram no decurso da história recente do Brasil. A crítica do autor é pautada na maneira como este caminho das ações estatais provocaram muitos dos aspectos contemporâneos de esferas como a economia, sociedade, o câmbio, o cenário fiscal (interno e externo), o mercado e demais atores e vetores do Estado nacional brasileiro:

[...] o PIB per capita permaneceu praticamente estagnado. De 1920 a 1980, impulsionada pelo processo de substituição de importações, a industrialização e urbanização da economia fizeram o PIB per capita praticamente dobrar a cada 20 anos. Nas duas últimas décadas do século, a economia estagnou, vivendo sucessivas crises inflacionárias, programas de estabilização e ajustamentos macroeconômicos que incluíram medidas de liberalização comercial e financeira e privatização de empresas estatais e de serviços públicos. (REIS; et. al, 2003, p. 510).

Este cenário de extremo controle fiscal começaria a ruir tão rápido quanto a sua ascensão devido, principalmente, aos abalos internacionais da crise do petróleo a partir de 1973. Não por acaso, o regime de exceção dos militares acompanhou esta queda econômica com aberturas políticas, reforçando, também, o nacionalismo *verdeamaralista* como veremos adiante, ou seja, na falta da base do milagre para sustentar o regime, cabia à ideologia

ufanista em si manter a estabilidade do governo, o que durou até o final dos anos de 1980, quando a ditadura não mais se sustentava e caminhava para seu crepúsculo.

Esta delimitação do Milagre Econômico é elevada em importância quando percebemos que sua duração foi efêmera, porém foi suficiente para dar o respaldo e poder necessários aos governantes militares para fortalecer ao máximo o seu regime nos seus primeiros governos. Na figura 68, podemos observar um interessante comportamento do Produto Interno Bruto, juntamente com as *ondas jovens* – os booms populacionais na demografia, marcantes para o aumento da população economicamente ativa, contribuindo diretamente nos números do crescimento econômico –, que mostra os picos do crescimento econômico não só do milagre brasileiro, mas também do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.



Fonte: IBGE, 2010, p. 18

Além do trabalho cambial e o papel fundamental do acréscimo populacional na economia, houve um papel direto e de extremo impacto sobre este cenário por parte das ações estatais em outras frentes, tais como a modernização e aumento da densidade técnica do território (como o Plano de Integração Nacional – PIN), as grandes obras que seguiam em parte o monumentalismo de JK, mas com um perfil de maior funcionalidade e retorno político-econômico, e o papel central dos órgãos de pesquisa geográficos (e áreas correlatas) na organização das planificações estatais.

#### *4.1.1.1 pesquisa científica e a infraestrutura nacional*

Os órgãos de pesquisa e estudos científicos tiveram importante papel no acompanhamento destes números, dados e análises, em áreas como Economia, Sociologia, História e Engenharias. Muitas vezes, os estudiosos destes institutos realizavam suas pesquisas voltadas ao fomento dos interesses do Estado, e com a Geografia não foi diferente.

O IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia (IBG), e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) contribuíram para o acompanhamento do desempenho econômico do Brasil durante os governos militares, fornecendo dados, captando informações e atualizando as estatísticas direta ou indiretamente ligadas aos objetivos das ações estatais dos militares. As expedições geográficas neste período comprovam o papel crucial dos geógrafos e seus estudos nas políticas governamentais integracionistas do Estado:

Quadro 05: Expedições geográficas, início do período militar.

Ano	Área de Pesquisa	Objetivo	Pesquisador	Fonte de Referência
1964	Orla litorânea da cidade do Rio de Janeiro e zona rural do estado da Guanabara	Aperfeiçoamento para professores de geografia	Antonio Teixeira Guerra, Pedro P. Geiger e participantes do curso de aperfeiçoamento de professores de geografia	BG, v. 22 n. 178, jan/fev. 1964, p. 504
1965	Região Nordeste e Leste-Setentrional	Potencial humano	Michael Rochefort, Grupo de Geografia da População	RBG, v. 27, n. 1, jan/mar. 1965, p. 145
1965	Paraná e Santa Catarina	Estudos sobre a divisão regional	Pesquisadores do CNG	BG, v. 25, n. 192, maio/jun. 1966, p. 185
1965	Região Amazônica	Estudo da divisão municipal	Orlando Valverde, Catarina V. Dias, Jacob Binstock	BG, v. v. 25, n. 192, maio/jun. 1966, p. 385
1965	Região de Belém (PA) e Rodovia Belém-Brasília	Estudo urbano de Belém e da influência geoeconômica da Rodovia Belém-Brasília	Pesquisadores do CNG	BG, v. 25, n. 192, maio/jun. 1966, p. 385
1965	Planalto Central	Estudos sobre a área geoeconômica e de abastecimento de Brasília	Pesquisadores do CNG	BG, v. 25, n. 192, maio/jun. 1966, p. 385
1965	Território Federal de Rondônia	Estudos sobre a correlação de solos para a Carta de Solos da América do Sul	Pesquisadores do CNG	BG, v. 25, n. 192, maio/jun. 1966, p. 385
1965	Região Centro-Oeste	Comemorações do centenário de nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon	Pesquisadores do CNG	BG, v. 25, n. 192, maio/jun. 1966, p. 385
1967	Território Federal do Amapá	Estudo de caráter geral sobre as condições do meio físico regional e exame da economia	Luiz Guimarães de Azevedo e Pesquisadores do CNG	RBG, v. 29, n. 2, abr/jun. 1967, p. 25-51
1968	Médio Amazonas	Reconhecimento geomorfológico	Maria Regina Mousinho de Meis	RBG, v. 30, n.2, abr/jun. 1968, p. 3-20

Fonte: (ABRANTES, 2014, p. 68).

Além das expedições, muitos censos econômicos, urbanísticos, demográficos e outras atividades de interesse estatal foram realizadas ao longo de todos os governos na ditadura. Esta é uma das características que Contel (2014) aponta sobre este período:

A realização dos censos econômicos é também acelerada: além dos recenseamentos gerais realizados decenalmente em anos com final “0”, são publicados censos da indústria e da agricultura nos anos com final “5”, visando a produção de informações com uma periodicidade mais reduzida, para efeito deste monitoramento mais eficiente do Estado sobre a economia do país. Data deste período a extinção do

Conselho Nacional de Geografia e de sua incorporação pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBG), dentro do IBGE. Outras mudanças importantes decorreram das melhorias nas tecnologias de processamento de dados, com a criação do Instituto Brasileiro de Informática (IBI) em 1971, um órgão autônomo, ligado à Fundação IBGE. Com o IBI, modernos sistemas de computação e de processamento eletrônico de dados são implantados, ampliando sensivelmente a *performance* do órgão na coleta, manipulação e armazenamento de informações. A incorporação destas técnicas de informação tornaria a ação do IBGE ainda mais eficiente, aumentando sua capacidade efetiva de auxiliar as políticas governamentais em curso. (CONTEL, 2014, p. 6).

O IBGE contribuiu para a elaboração dos planos econômicos dos militares justamente pelo fato destes planejamentos estarem assentados em ações de desconcentração da economia, selecionando cidades e regiões com potencial de crescimento correspondente aos grandes extratos de investimentos do Estado e das parcerias com a iniciativa privada – esta parceria entre o IBGE e os governos militares será melhor explorada na terceira parte do quarto capítulo, destinado a este recorte do debate envolvendo os governos da ditadura. As grandes obras inauguradas durante o período comprovam a importância dos dados geográficos:

Atuar em uma ordem não democrática com grande concentração do poder político, com o controle pleno do protagonismo estatal, constitui o horizonte ideal do planejamento burocrático. Nesse contexto, a legitimação das medidas adotadas repousa quase que exclusivamente na racionalidade de seu enunciado técnico. O governo ditatorial militar logrou significativo êxito, em termos de crescimento da economia e de articulação de um mercado interno, por alguns anos (enquanto a conjuntura internacional se mostrou propícia a este movimento expansivo). A ótica geopolítica e a centralização das decisões de localização no âmbito exclusivo do executivo federal propiciaram um amplo exercício de políticas territoriais por parte do Estado brasileiro por toda a década de 1970. (MORAES, 2011, p. 95).

No campo da infraestrutura, muitas obras se tornaram semióforos dos governos militares, transformando-se na principal fonte de comprovação da força de suas decisões no território nacional – assim como ocorrera, em menor escala, com a construção de Brasília no governo JK. Empreendimentos gigantescos, como a hidrelétrica de Itaipu, a Ferrovia do Aço, a Ponte Rio-Niterói, e a não tão bem sucedida Transamazônica, são, até hoje, um marco deste período de nossa história, vincando no solo do Estado nação a ideologia político-econômica desse período específico.

Quadro 06: Empreendimentos de grande porte durante a Ditadura Militar

<b>Empreendimento</b>	<b>Construção</b>	<b>Inauguração</b>	<b>Detalhamento</b>
Angras 1,2 e 3	Entre 1972 e 1981	A partir da década de 80, por etapas	Fazia parte da concretização do discurso da segurança nacional. Havia o interesse tanto da produção de energia nuclear como abertura para exploração do mesmo material para fins bélicos.
Itaipu	1975	1984	Sua construção levou quase dez ano para ser concluída, e até hoje é responsável por grande parte da produção elétrica da região Sudeste.
Ponte Rio-Niterói	1969	1974	Com extensão de 13,9Km, e início das obras em 1969, o objetivo principal era encurtar a viagem terrestre entre Rio de Janeiro e Niterói.
Transamazônica	1969	1972	A BR 230 com uma extensão (original) de mais de 4.000 Km da Paraíba ao Amazonas.
Tucuruí	1974	1984	Localizada em Tucuruí no Pará, destinada ao fornecimento de energia para aquela região.
Polo petroquímico de Camaçari	1978	1978	Na região do Recôncavo Baiano, responsável pelo refino do petróleo.
Projeto Porto Trombetas	1974	1976	Concentrado na exploração de bauxita no município de Oriximiná-PA com instalação de estrutura habitacional, fluvial e ferroviária na região.
Refinaria de Paulínia	1969	1972	No interior de São Paulo, em localização estratégica para vários eixos rodoviários do estado e do país.
Zona Franca de Manaus	1967	1967	Entrepósito econômico, político e fiscal, servindo para os ensejos do governo, além de simbolizar a continuidade da marcha para os interiores do território nacional
Perimetral Norte	1973	1973	Conhecida como BR-210, foi projetada para abranger ao menos quatro estado da região Norte, hoje está limitada ao estado de Roraima.
Ferrovias do Aço	1973	1989	Marcada pelos inúmeros túneis em seu trajeto, concebida para fornecer transporte as várias minas de ferro de Minas Gerais.
Usina Boa Esperança	1967	1970	Localizada na cidade de Guadalupe no Piauí, fez parte das ações para desenvolvimento do Nordeste.

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 06, percebe-se uma concentração de obras e ações na região amazônica, aspecto este que estava ligado diretamente à questão teórica da integração nacional – na retomada do princípio de territorialização iniciado nos primeiros séculos da colonização dos

interiores brasileiros, e continuado nos sucessivos períodos políticos, econômicos e governamentais do país – referência basilar da égide militar brasileira. Expandir interpostos de comunicação, produção, energia e consumo nesta área representava o fortalecimento da região mais cobiçada política, econômica e simbolicamente pelo discurso e prática dos governos militares.

Do ponto de vista governamental, o principal instrumento legal para regionalizar as propostas de integração, O PIN, representou a integração do ponto de vista territorial e econômico, diferentemente do que se observava nas linhas de proposições de Couto e Silva, que defendia o integralismo do sentimento nacionalista, com um viés mais ideológico e cultural:

Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.

§ 2º Inclui-se também na primeira etapa do Programa de Integração Nacional a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste.

Brasília, 16 de junho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto (BRASIL, 1970, p. s/n)

O Plano de Integração Nacional (PIN), além dos seus objetivos econômicos, possuía também linhas de atuação correspondentes, logicamente, ao pilar discursivo da integração e unidade nacional, e também da segurança do território. O PIN representou, ainda, a máxima execução dos interesses de controle, domínio e expansão dos militares no espaço geográfico brasileiro, novamente constáveis em falas do próprio ex-presidente Médici, em 1960:

Com o tempo, passamos a enfrentar o risco de uma cisão interna, chegando ao ponto que obrigou as Forças Armadas a intervirem para salvar a unidade nacional, evitando a desagregação e o caos. Desse modo, as instituições não foram assaltadas pelos militares, como pretendem – apregoar os inimigos da Revolução, mas,, de fato, foram sustentadas pelos mesmos, no auge da crise, que ameaçou cindir a Nação, entre uma^ minoria com participação na ordem econômica e política e, de outro lado, uma maioria não dispendo de qualquer renda e, conseqüentemente, sem meios práticos de poder exercer ou exigir os seus próprios direitos, vivendo em condições que,, como observou o Papa PAULO VI, na sua histórica visita ao nosso Continente, não se coadunam com a dignidade espiritual do homem. Por tudo isso, é inaceitável o retorno à situação pré-revolucionária (MÉDICI, 1969, p. 11-12).

É importante lembrarmos que, nas linhas de conceituação da construção de Brasília já havia o discurso da segurança, integração e unidade nacional. A localização da nova capital



no centro do país servia como símbolo deste pensamento geopolítico, que atingiu seu ponto máximo durante a ditadura militar entre 1964-1985.

Como já referido, não foram apenas os estudos e profissionais das Ciências Econômicas que forneceram seu plantel teórico e metodológico para os fins militares. Pela natureza de cada destes empreendimentos, evidencia-se uma gama considerável de áreas do conhecimento sem as quais muitas destas obras não poderiam ter sido realizadas. O conhecimento a serviço do poder, portanto, nunca esteve tão evidente em nosso país como na ditadura (ABREU, 1992; INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010).

Houve ainda o polêmico projeto Jari, para a produção de celulose e derivados às margens do rio Jari em 1967, na divisa entre Pará e Amapá. O empresário americano Daniel Keith Ludwig foi responsável pela empreitada, tornando-se o maior detentor de terras particulares do Ocidente. Devido aos altos custos envolvidos e à desconfiança do governo brasileiro, por meio de uma negociação envolvendo o então estimado general Golbery do Couto e Silva, as instalações foram vendidas em 1982 para um grupo de investidores internacionais e ativos estatais.

Também há o caso da Usina Hidrelétrica Kararaô, programada para ser construída nos anos de 1970, mas que teve seu projeto modificado profundamente devido a inúmeras complicações e adiamentos, sendo retomada nos anos 2000 com novo nome, agora Usina Belo Monte, a ser construída na bacia hidrográfica do rio Xingu, no Pará.

Figura 69: Construção da Usina de Itaipu em 1982



Fonte: Acervo histórico IPT (<http://www.ipt.br/>)

Figura 70: Construção de Angra 1, 1971.



Fonte: [www.eletronbras.com.br](http://www.eletronbras.com.br)

Quadro 07: Programas governamentais do período

Nome	Ano	Descrição
Proálcool	1975	Programa estatal voltado para a pesquisa e produção de etanol, combustível derivado da cana-de-açúcar, para suprir a dependência dos hidrocarbonetos no plantel de consumo nacional.
Telebrás	1972	Estatual voltada para a gestão, regulação e distribuição das redes de telefonia no território brasileiro.
Eletrobrás	1962	Responsável por gerir a produção de energia elétrica, principalmente devido à construção de novas hidrelétricas.
Nuclebrás	1974	Gestora das iniciativas de produção de energia nuclear, com o projetos iniciados em Angra dos Reis\RJ.
Prorural	1971	Programa de assistência e acompanhamento ao trabalhador rural.
Funabem	1964	Fundação com objetivo de atendimento de menores em situação de risco social, posteriormente ligada às FEBEMs, que atendiam os menores infratores.
Embrapa	1972	Criada com intuito de fornecer dados científicos sobre a produção agrícola pública e privada.
PIS\PASEP	1970	Programa governamental responsável por gerir a carga tributária das relações de trabalho entre pessoas físicas e jurídicas, incluindo as normativas da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho).
EBTU	1975	Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, ligada à promoção, gestão e desenvolvimento do transporte urbano.
Infraero	1973	Empresa pública voltada para a administração dos aeroportos e demais assuntos voltados aos transportes aéreos.
DATAPREV	1974	Empresa pública especializada em tecnologia da informação, especialmente os dados das contribuições previdenciárias.
INPS	1967	Órgão criado para regular as contribuições previdenciárias, depois ser fundido ao IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social) deu lugar ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)
SFH	1964	O Sistema Financeiro de Habitação foi criado concomitantemente ao BNH (Banco Nacional de Habitação), ambos com o objetivo de trabalhar com o déficit habitacional do país.
IBDF		Responsável pelo desenvolvimento florestal, focando na elaboração de planos e diretrizes de intervenção
MOBRAL	1967	Projeto criado para incentivar e melhorar os índices de alfabetização e escolarização.
Projeto Rondon	1967	Criado na conjuntura do slogan “integrar para não integrar” teve o auxílio do Ministério da Defesa, no mapeamento e reconhecimento das fronteiras amazônicas do território brasileiro.
FGTS	1966	O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço destinado aos trabalhadores que sofreram rompimento em suas relações de trabalho e, também, voltado para investimentos em serviços públicos e infraestrutura.

Fonte: elaborado pelo autor

No quadro 07, percebemos que a gama de ações do Estado no período militar foi ampla, indo desde propostas de legalização trabalhista, investimentos na produção rural e programas de incentivo à produção ou uso de energia, dentre outros. Muitos destes programas faziam parte de planificações maiores, a depender da época em que foram estruturados ou lançados oficialmente pelo governo, de modo que nem todos possuíam grande vida útil, mesmo assim, muitos ainda perduram até os dias atuais, como o FGTS, a Infraero e a Embrapa.

Quadro 08: Os Planos Nacionais de Desenvolvimento

<b>PND</b>	<b>Período</b>	<b>Presidente</b>	<b>Áreas de Concentração</b>
PND I	1972-1974	Emílio Garrastazu Médici	Infraestrutura, geração de energia, transportes, telecomunicações, indústria pesada: petroquímica, naval, siderúrgica, de transformação em geral.
PND II	1975-1979	Ernesto Geisel	Ajustes econômicos: câmbio, tributos, importações e exportações. Opções para a o consumo de petróleo: álcool e energia nuclear; investimentos no setor industrial
PND III	1980-1985	João Figueiredo	Política financeira e de comércio internacional; setores sociais: saneamento, educação, habitação popular, trabalho, segurança pública, tc.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento formam, em conjunto, o portfólio das ações estruturais do governo militar brasileiro (ABREU, 1992). Percebe-se, ao longo dos anos de execução destes planejamentos, a preocupação com dois pilares principais: o controle da economia, principalmente no findar do milagre econômico na gestão Médici, e a intervenção estatal em áreas de infraestrutura, indústria de base e aumento do parque produtivo (de bens de consumo duráveis e não duráveis) em áreas de concentração econômica no território nacional.

Figura 71: Regiões Metropolitanas – População Total na Periferia (1970-1980)

REGIÕES METROPOLITANAS	POP. TOTAL NA PERIFERIA		VARIACÃO	
	1970	1980	Absoluta	Relativa
São Paulo.....	2 215 115	4 094 841	1 879 726	84,86
Rio de Janeiro.....	2 828 743	3 925 405	1 096 662	38,77
Belo Horizonte.....	370 276	759 864	389 588	105,22
Porto Alegre.....	645 712	1 106 469	460 757	71,36
Recife.....	730 621	1 143 624	413 003	56,53
Salvador.....	140 626	265 416	124 790	88,74
Curitiba.....	212 207	415 764	203 557	95,92
Fortaleza.....	178 799	272 669	93 870	52,50
Belém.....	22 527	66 027	43 500	193,10

Fonte: Davidovich (1987, p. 12).

Entre as décadas de 1970 e 1980, assiste-se ao mais intenso *babyboom* da população brasileira, que teve lugar devido ao incremento demográfico dos grandes centros. Se observarmos a figura 71, este quadro populacional fica ainda mais evidente em locais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Belém, com o crescimento muitas vezes ultrapassando a marca dos 100% no decênio apresentado.

Durante a ditadura, programas federais contribuíram para a expansão urbana no território brasileiro, como o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH), voltados para políticas relacionadas ao déficit habitacional do país: “Nos anos 70, a multiplicação dos conjuntos habitacionais parece ter se apoiado na expansão de oligopólios no setor imobiliário.” (DAVIDOVICH, 1987, p. 10).

O mesmo autor complementa seu argumento colocando a mudança ocorrida entre a antes forte participação popular e de pequenos empreendedores, agora substituída pelas grandes empreiteiras de construção civil: “Isto significou a mobilização de considerável soma de recursos para um projeto que veio substituir o programa do mutirão, vigente sobretudo nos anos 60 e que apresentava custos mais baixos de construção.” (DAVIDOVICH, 1987, p. 9). É a partir deste cenário que Davidovich (1987) tece uma crítica mais incisiva sobre este aspecto do crescimento urbano do Brasil, entre 1970 e 1980:

A expansão de uma economia, tornada cada vez mais complexa, implicou em precoce monopolização, em migração maciça, na destruição de comunidades e de regionalismos tradicionais, na vigência de grandes desigualdades regionais, na falta de compatibilização entre o estoque disponível de bens e serviços e a pressão populacional por moradia, emprego, saúde, educação, carências essas que superam em larga escala os limites de uma chamada eficiência coletiva. (DAVIDOVICH, 1987, p. 10).

Além dos programas habitacionais, havia projetos de incentivo à produção industrial, servindo tanto para a criação de empregos como para o desenvolvimento regional. Destes projetos, o POLOCENTRO e o PRODECER tiveram grande destaque pois assumiram “[...] maior importância como elemento capaz de sustentar a tese de que o Estado é o principal ordenador territorial e foi o mais importante elemento da incorporação do Cerrado ao circuito produtivo capitalista nacional e internacional.” (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010, p. 285).

Estes programas trazem de volta a noção de *aménagement* já apresentada. Em suma, este termo francês denota a ação do poder público no território, fazendo uso de seus recursos fiscais, financeiros, estruturais, sociais e políticos, de modo a garantir a execução de algum plano ou planejamento específico, atendendo assim as premissas estabelecidas no roteiro integrado destas esferas de atuação do Estado:

O termo “aménagement”, na Geografia, liga-se ao desenvolvimento do território e propõe-se a entendê-lo como conjunto de intervenções, baseadas em objetivos públicos e em projetos sociais, que visem, dentre outras ações, a aumentar a atratividade e os potenciais de certos territórios, de modo a garantir equilíbrio inter-regional dentro do espaço nacional. (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010, p. 279).

Uma das regiões que mais obteve investimentos destas intervenções estatais foi o Centro-Oeste, especialmente as áreas de produção agropecuária do estado de Goiás. No entanto, para a implementação de seus objetivos, o governo realizava parcerias com a iniciativa privada, muitas vezes excluindo pequenos produtores que não se enquadravam nas metas desejadas por estas empresas, resultando em seu êxodo da zona rural para as cidades mais próximas. Tecnicava-se o campo ao custo de sua inclusão exclusiva, refletida nos trabalhadores que não eram integrados ao planejamento colocado em prática pelo Estado e mercado:

A implantação das “fazendas-modelos” atendia aos interesses expansionistas e concentracionistas da estrutura fundiária nacional. Foi o “modelo” de expulsão do trabalhador do campo e pequenos produtores, que, por não disporem de capital suficiente para se adaptar ao modelo de modernização da agricultura, também foram obrigados a migrar para as cidades, engrossando as fileiras do subemprego ou mesmo do desemprego, ocasionando sérios problemas socioeconômicos. Um dos reflexos desse fato é a ampliação desordenada das favelas, que cobrem grandes áreas, principalmente nas regiões menos valorizadas das cidades. (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010, p. 293).

Os pólos regionais de desenvolvimento, voltados para a atividade agropecuária ou industrial, tencionavam retirar as regiões escolhidas do ostracismo econômico em que viviam, repetindo a intencionalidade dos enclaves técnico-econômicos como estandarte de chegada

aos sertões brasileiros. Por meio destes pólos, áreas que não faziam parte dos grandes circuitos produtivos recebiam, o aparato necessário para tal integração – lembrando que muitas vezes o preço pago era algo demais, como reforça Calaça (2010) – aos grandes dividendos produtivos do país:

[...] as teorias locacionais, de difusão de inovações e de pólos de desenvolvimento, deveriam abrir espaço para a expansão das transnacionais para a periferia do sistema capitalista notadamente a partir de 2º metade da década de 50, quando o capital internacional preocupado com a luta de libertação dos povos dos povos subordinados, se propõem a “salvar o mundo livre” do subdesenvolvimento, eliminando a miséria, “solo fértil para a inseminação de ideologias estúpidas. (GONÇALVES, 1982, p. 109).

Estas iniciativas do Estado estavam intimamente relacionadas ao Programa de Integração Nacional (PIN, 1970), que funcionou como uma aliança entre a ideologia nacionalista\ufanista dos militares, o discurso modernizador e progressista e as cifras financeiras do “milagre econômico brasileiro” dos primeiros governos da ditadura. Além destas características, havia o respaldo teórico das concepções geopolíticas remanescentes do espaço vital ratziliano, de modo a entender o território nacional como alvo vivo a ser dominado e controlado pelo poder estatal, garantindo sua soberania, defesa e desenvolvimento. Por estas razões, as obras com objetivos de garantir a circulação no espaço geográfico brasileiro tiveram maior destaque no PIN:

Parágrafo único. Os recursos do Programa de Integração Nacional serão creditados, como receita da União, em conta especial no Banco do Brasil S.A.

Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.

§ 2º Inclui-se também na primeira etapa do Programa de Integração Nacional a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste. (BRASIL, 1970, p. 1).

Revisitando o desenvolvimentismo, existem três grandes fatores em que tal doutrina político-econômica deve se pautar: o consumo de massa, a infraestrutura e a exploração dos recursos naturais. Sobre último, Bielschowsky (2012) aponta algumas características essenciais, que dizem respeito ao interesse telúrico como aporte para economia e política governamental brasileira:

O Brasil tem abundância de recursos naturais – terra, água, sol, energia. Nesta era de forte expansão do consumo asiático isto pode, em princípio, implicar espetaculares ganhos na renda brasileira a médio e longo prazos para o país. O progresso técnico nos setores associados a novas fontes de energia elétrica, na extração de petróleo em águas profundas e muito profundas e na produção de etanol, os avanços que o Brasil tem conquistado no domínio da tecnologia agrícola na região dos cerrados e o imenso campo de inovação representado por sua extraordinária biodiversidade são apenas alguns exemplos do potencial de afirmação tecnológica brasileira no mundo em áreas de produção e inovação promissoras a longo prazo. Para que, todavia, isso ocorra, as atividades baseadas em recursos naturais não podem ser meros enclaves de onde saíam as matérias-primas sem deixar rastro de emprego, progresso técnico e bem-estar social. (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 740).

A economia brasileira possuiu uma linha de identidade ideológica ao longo dos governos populistas e desenvolvimentistas. Esse parâmetro de delimitação econômica é formado pelos aspectos recorrentes e passíveis de constatação neste período histórico: a forte ação do Estado e suas instituições no andamento da economia nacional, a presença ativa e crescente de políticas governamentais em infraestrutura, a busca constante pela aceitação popular por meio dos *mass media* e recursos propagandísticos diversos, o engendramento e utilização massiva do discurso nacionalista, edênico e progressista como recursos para o ufanismo pátrio, além de parcerias com a iniciativa privada para garantir os recursos necessários para o poderio de ação estatal, etc. Com base nestas características, Bielschowsky (2012) comenta dois grandes ciclos ideológicos do desenvolvimentismo no Brasil, a saber:

O Brasil teve dois ciclos ideológicos desenvolvimentistas: o primeiro foi de 1930 a 1964; o segundo, de 1964 a 1980. Até 1980, o desenvolvimentismo era o projeto de industrialização integral como via de superação da pobreza do subdesenvolvimento, conduzido com exclusividade pelo Estado. Depois nos anos 1980, passou a uma posição contrária, com a primazia do mercado, e se transformou em corrente hegemônica de pensamento, com estratégias e políticas voltadas para a globalização. Este, entretanto, não consegue ser desenvolvimentismo. (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 15).

O período militar testemunhou a progressão dos rumos desenvolvimentistas anteriores, de modo que Bielschowsky (2011) considera haver pelo menos dois blocos deste perfil político-econômico nos anos ditatoriais; um, nos primeiros anos de governo: “O segundo ciclo desenvolvimentista pode ser dividido em três períodos. O primeiro foi de 1964 a 1968, de busca de soluções para a sustentabilidade macroeconômica, para o qual se deu uma solução conservadora: arrocho salarial e concentração de renda.” O segundo bloco equivale justamente ao período de escalada do crescimento econômico no início dos anos de ferro da



ditadura: “O segundo período foi de 1968 a 1973, etapa do auge conhecido como ‘milagre econômico’.” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 20).

#### *4.1.1.2 O ônus do milagre*

É importante discutir a ressalva feita pelo autor a respeito do preço social e político deste “milagre econômico”. No campo da economia interna, houve o sacrifício da mão-de-obra de grande escala, como trabalhadores industriais, de serviços e demais contribuintes de erário; as metas monetárias previam o congelamento remuneratório, aumento de receitas e diminuição de despesas que não fizessem parte dos planos diretos do grande projeto geopolítico governamental, como as obras de grande porte. Os preços dos bens de consumo eram estabelecidos pelo governo sem seguir critérios fiscais ou de câmbio internacionais, de modo a mascarar o impacto destes fatores nos valores destes itens. A partir da segunda metade dos anos 1970, esta cortina fiscal desfaleceem função do próprio caráter irresponsável das decisões que a levaram até o ponto de cisalhamento:

Na década de 1960, os governos militares combinaram autoritarismo e ortodoxia macroeconômica – arrocho salarial, restrição de crédito e contração fiscal – conseguindo controlar a inflação com recessão econômica curta e suave. Até meados da década de 1970, condições internacionais favoráveis aliadas à existência de capacidade ociosa doméstica permitiram conciliar crescimento acelerado do PIB com inflação declinante, apesar da crescente indexação dos preços na economia brasileira. Na segunda metade dos anos de 1970, a irresponsabilidade fiscal retornou em contexto internacional adverso causando aceleração das taxas de inflação. A indexação generalizada dos preços tornou a inflação insensível às variações do nível de atividade econômica, acarretando a ineficácia das políticas ortodoxas. A comprovação cabal dessa ineficácia veio no início da década de 1980 quando as políticas fiscal e monetária contrativas impostas pela crise da dívida externa fracassaram, causando profunda e prolongada recessão sem contudo impedir que a taxa de inflação anual escalasse para os três dígitos. . (REIS; et. al, 2003, p. 514).

No entanto, não podemos fazer criticar a irresponsabilidade fiscal dos militares nela mesma. É preciso considerar as ações progressas, principalmente ao se rememorar a maneira como as políticas fiscais e monetárias foram colocadas em prática nos dois governos-símbolo do populismo brasileiro: a era Vargas e os anos de governo JK. A diferença entre os governos, e suas ações fiscais, principalmente, foi a maneira como os militares fizeram os dados do crescimento econômico transparecer como bandeira do sucesso da postura do Estado autoritário vigente, num fechamento cambial sustentável até o último segundo de interferência do mercado global, no descarrilamento mundial da crise do petróleo:

A irresponsabilidade fiscal associada ao populismo político esteve na origem dos ciclos de crescimento e inflação. As promessas de melhoria do bem-estar da população implicaram concessão de benefícios previdenciários, aumentos de salário e subsídios creditícios e fiscais para clientelas políticas privilegiadas causando déficits públicos insustentáveis, aceleração sistemática da inflação e crises do balanço de pagamentos. Fases de crescimento sustentado por déficits fiscais pressionavam a inflação que era amortecida pela valorização cambial. Em ciclos mais longos, dependendo dos preços das exportações e das condições de financiamentos externos, ocorreram crises de balanço de pagamentos cujo desfecho foi, via de regra, desvalorização da taxa de câmbio efetiva e descontrole inflacionário. (REIS; et. al, 2003, p. 514).

Se voltarmos à conceituação do desenvolvimentismo como a versão “sul-americana” do *Welfare State*, então faz sentido que os militares tenham utilizado a bandeira do crescimento econômico como êmulo de desenvolvimento social. Em outras palavras, pode-se considerar a existência de certo mascaramento estatístico por meio desta prática: “A utilização do PIB per capita para comparar níveis de bem-estar em períodos históricos longos é particularmente criticável” justamente por causar afastamentos entre a realidade social e a econômica do país: “[...] pelas distorções introduzidas por inovações tecnológicas, modificações dos hábitos de consumo e mudanças nos padrões de distribuição de renda, morbidade e longevidade das sociedades. (REIS; et. al, 2003, p. 510). Cysna (1993) faz crítica semelhante a esta visão do Estado de bem-estar-social vigente na ditadura brasileira:

Outra falha do regime, bastante sedimentada na literatura sobre o assunto, constituiu na forma concentradora e socialmente excludente em que se baseou a condução de política de bem-estar social entre 1964 e 1985. A tese de que o bolo deveria crescer para depois ser dividido constituiu-se em promessa não cumprida, cuja conseqüência foi a chamada “dívida social”. Inegavelmente, o desempenho quantitativo de alguns indicadores sociais foi positivo. [...] faltava à grande parte dos programas sociais mecanismos de avaliação de desempenho e controle, bem como descentralização administrativa, que lhes permitisse uma maior margem de êxito na consecução de seus objetivos. (CYSNA, 1993, p. 190).

A crítica de Cysna (1993) pode ser relacionada aos dois “Brasis” de Lambert (1973), já que o movimento de modernização iniciado ainda na ditadura getulista fundou a diferenciação entre o sertão atrasado e as regiões litorâneas do Sul e Sudeste como representantes do progresso nacional. Cysna (1993, p. 223) completa seu raciocínio considerando a força e impacto das medidas fiscais efetuadas pelos militares na economia brasileira: “Uma coisa é certa. Se o período militar tivesse se encerrado logo após o período das reformas implantadas entre 1964 e 1966 ou , no mais tardar, antes da ascensão

inflacionária de 1973, a sua defesa, do ponto de vista econômico, seria bem mais facilitada”, já que houve, de fato, uma fase de calma na economia, reduzida a cinzas com as sucessivas crises internacionais da década de 1970, impulsionadas pelos países líderes de produção e consumo de petróleo, “Nessa época, a inflação estava em queda, o setor público razoavelmente organizado, a dívida externa líquida estava em um de seus pontos mais baixos e indexação pela inflação passada, além de anual, era restrita ao setor financeiro.” (CYSNA, 1993, p. 223). A crônica situação fiscal era potencializada devido ao inevitável inchaço do corpo estatal, atrelado inerentemente à política ditatorial brasileira, e as instituições, empresas públicas e investimentos nos setores primário e secundário da economia evidenciavam este cenário de inchaço do Estado:

Prospecção do petróleo, expansão da siderurgia, transportes urbanos, saneamento básico, ferrovia estatal-multinacional-empresa privada nacional em várias frentes, programa rodoviário, programa nuclear, Itaipu, etc., certamente representam um conjunto exagerado de funções econômicas diretamente exercidas pelo Estado para uma economia que se quer capitalista. Principalmente quando o setor privado é deslocado pela própria letra da lei, que estabelece um monopólio estatal. (CYSNE, 1993, p.189).

Houve toda uma estruturação retórica ao redor desta visão econômica segundo a qual deveria o sacrifício popular era necessário em prol do crescimento do país. O nacionalismo militarista fazia uso intenso deste discurso, fundamentado também em sucessivas promessas de divisão do “bolo” formado pelos dividendos destes sacrifícios, o que não ocorreu durante toda a passagem do regime:

Outra falha do regime, bastante sedimentada na literatura sobre o assunto, constituiu a forma concentradora e socialmente excludente em que se baseou a condução de política de bem-estar social entre 1964 e 1985. A tese de que o bolo deveria crescer para depois ser dividido constituiu-se em promessa não cumprida, cuja consequência foi a chamada “dívida social”. (CYSNE, 1993, p. 189).

Assim, o bolo da economia jamais fora dividido com a população, e pelo contrário, ajudou a perpetuar ainda mais o distanciamento das classes sociais no Brasil. Nos dizeres de Lambert (1973), em diálogo com estes últimos autores citados, há uma ligação entre a dualidade do Brasil moderno e o tradicional, e a maneira como a ideologia nacionalista se comporta em cada uma delas – uma expansiva e progressista, a outra mais internalizada e ligada às suas tradições: “Mais uma vez estão face a face os dois aspectos do Brasil, e, se é certo que o Brasil arcaico foi vencido no terreno econômico, não se pode assegurar que o seja também no terreno ideológico.” (LAMBERT, 1973, p, 108). O autor ainda considera que esta

situação fazia parte da própria feição ideológica do nacionalismo, ao aproveitar-se desta situação social do povo brasileiro para seus desígnios e intencionalidades no comando do Estado:

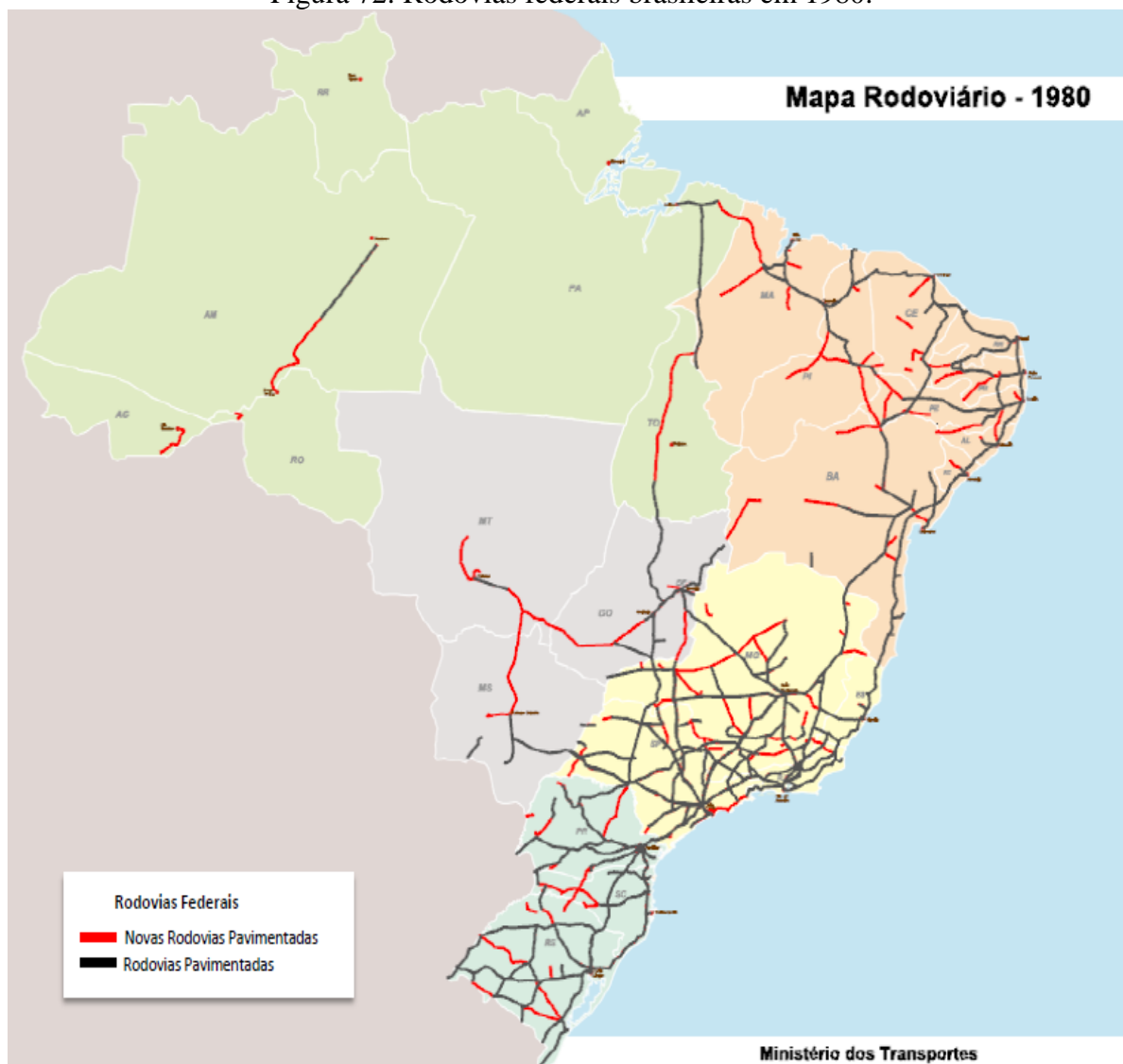
Devido ao dualismo da estrutura brasileira, as duas formas de nacionalismo no país são inevitáveis e legítimas. Dependendo de qual delas seja a dominante, esse nacionalismo poderá ser construtivo ou destrutivo. Premidos entre as duas e pressionados pelas ideologias contraditórias do país desenvolvido e do país subdesenvolvido, os governos frequentemente hesitante, adotando ora uma, ora outra política procuram atrair os capitais estrangeiros mas tem medo de os aceitar; as necessidades econômicas, geralmente fáceis de identificar, nem sempre são compatíveis com as necessidades políticas e, em um mundo onde os povos miseráveis constituem a maioria, os brasileiros, que deles ainda têm um tão grande contingente, esquecem-se de que o seu país, arrastado por um rápido movimento de progresso, está em via de se colocar entre os fortes e não mais entre os fracos, na sociedade internacional; realmente, enquanto o Brasil do paulista é rico e forte, o do cearense é fraco e pobre. (LAMBERT, 1973, p. 110).

O autor não problematiza com maior profundidade e ponto em que traz as duras críticas à teoria da *compartimentação dos Brasis*, mas a questão social acaba sendo sublevada pela política e economia, de modo que o nacionalismo progressista e integrador perpassa as desigualdades, ora ignorando-as ora tomando-as como óbices de seus objetivos, principalmente voltados aos interesses econômicos e políticos.

E, mesmo que esta lógica tenha sido, por meio da criação de Brasília, invertida na concepção da nova capital, ela permanecia visível durante os anos da ditadura brasileira. Moraes (2011) diz que esta continuidade fazia parte do *capitalismo associado* adotado pelo governo da época, essência dos planos econômicos tão marcantes nestas décadas de nossa república: “O padrão do “capitalismo associado” e o processo de “modernização excludente” mudou o perfil geográfico do Brasil nesse período. Emergiu desse movimento um país moderno e altamente desigual: espacialmente mais homogêneo dentro de um padrão comum de alta desigualdade social em todos os quadrantes do território.” (MORAES, 2011, p. 95).

Geograficamente, as marcas destas disparidades econômicas eram visíveis, e a diferenciação entre as realidades brasileiras aflorava, por exemplo, na distribuição de rodovias, no acesso a serviços básicos pela população, na distribuição do povoamento no território, visível pela quantidade de cidades de médio e grande porte na faixa litorânea e nas regiões de maior concentração econômica em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e sul de Minas Gerais.

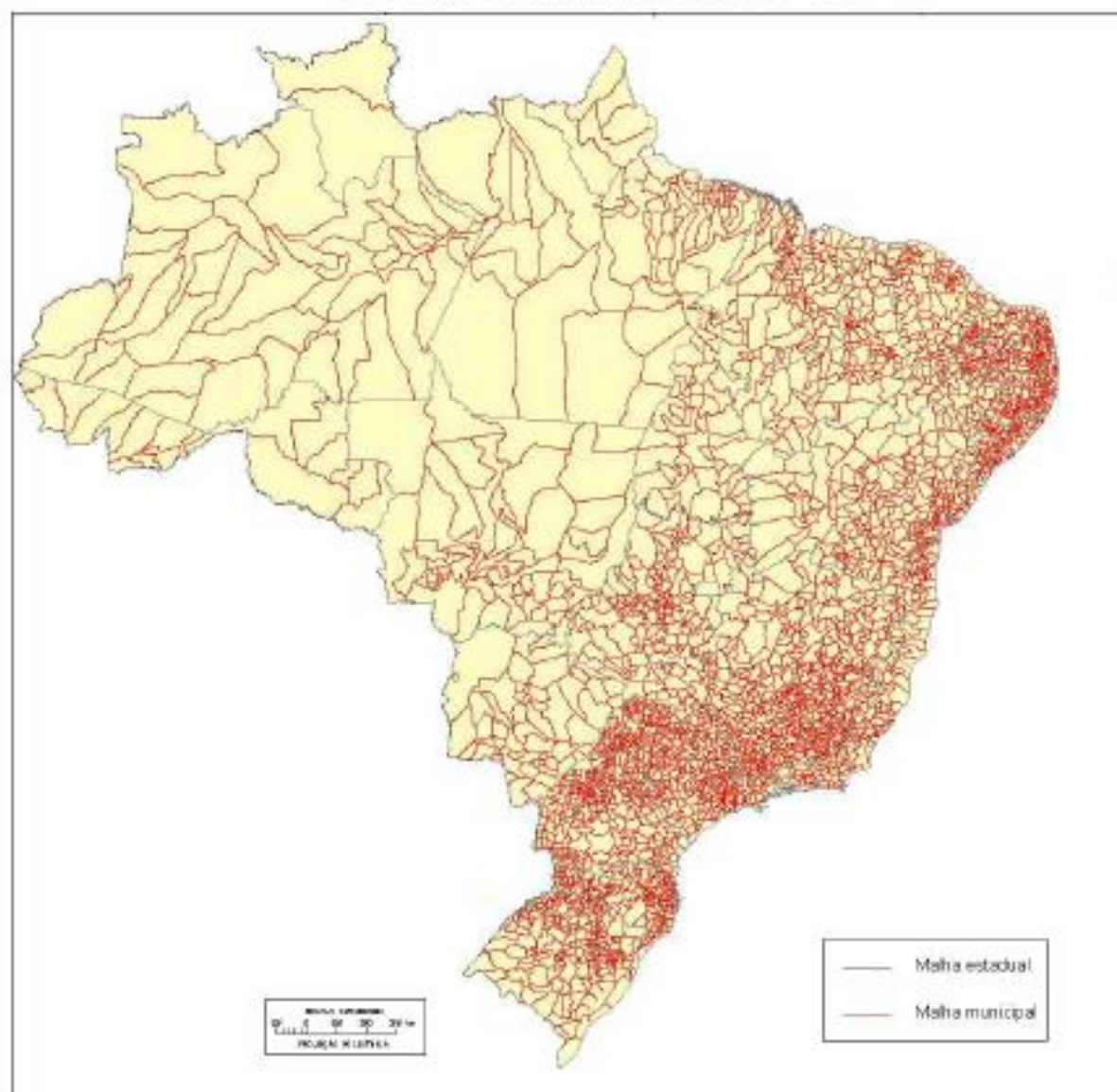
Figura 72: Rodovias federais brasileiras em 1980.



Fonte: DNIT, 2013, p. 7

Por meio da representação gráfica das rodovias federais em 1980 (DNIT, 2013), a concentração das vias de circulação próximas aos grandes centros urbanos é notória. No entanto, a situação de maior gravidade reside nos trechos sem conexão com a malha rodoviária do país, especialmente em estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, problema este que perdura, mesmo que em menor escala, até os dias atuais.

Figura 73: Evolução da malha municipal, 1980.



Fonte: IPEA, 2002, p. 34

Na década de 1980, já com o prenúncio da derrocada do regime militar, a configuração da malha rodoviária municipal e estadual não se diferencia do cenário visto nas estradas federais. Há uma extrema quantidade de vias, na faixa litorânea e pontos específicos do interior territorial, não muito além das áreas à leste dos estados nordestinos na aglomeração urbana (e populacional) entre as capitais Goiânia e Brasília no Centro-Oeste.

Figura 74: Regiões metropolitanas, 1974.



Fonte: IPEA, 2002, p. 31

Para o fechamento desta breve análise urbanística, populacional e econômica projetadas cartograficamente, há a representação do IPEA (2002) de 1974. O mais importante a se destacar na figura são as regiões metropolitanas existentes atualmente, mas que ainda não apareciam num compilado desta natureza, tais como Goiânia, Brasília, Manaus e Florianópolis.

A concentração urbana e populacional nas regiões Sudeste e Sul é notória, de modo a justificar ainda mais o discurso e ação da integração nacional como tirante basilar do Estado brasileiro no período de 1964-1985. Mas é preciso trazer para este contexto as características sociais que superavam estes dados plotados cartograficamente; o plano da urbanosfera industrial e desenvolvida, calcada na ordem, controle, coerção e onipresença estatal exigiram

um considerável custo social, pois os *Brasis* perpetuavam-se mesmo com o advento da modernização territorial, seja na escala nacional, entre as regiões litorâneas e interioranas, ou nas grandes cidades, nos abismos de qualidade de vida entre os grandes centros da economia com as múltiplas periferias cada vez maiores em todas as regiões do país.

Esta relação do custo social para a manutenção do regime ditatorial esteve firmemente estruturada em seu sistema fiscal rígido e de alto risco, nas parcerias com o conhecimento científico em suas empreitadas infraestruturais ou na tecnificação e modernização territorial; a ideologia dos generais presidentes basal e irrevogável destes aspectos históricos será o foco da próxima repartição do presente trabalho.



#### 4.1.2 A segurança nacional do regime militarista

Se do ponto de vista econômico houve o “milagre brasileiro” como principal aporte de justificativa de poder estatal dos militares, por outro lado, de forma concomitante, uma ideologia geopolítica da segurança nacional dominou todo o corpo discursivo e interventivo dos órgãos estatais na ditadura. Os planos e planejamentos alinhavavam a um só tempo a propaganda da unidade e integração nacional à necessidade de domínio, controle e regulação das fronteiras do território, a essência da doutrina ideológica da segurança nacional, definido e instaurado pelo Decreto de Lei nº 314 de 1967:

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.  
 § 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.  
 § 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.  
 § 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação. (BRASIL, 1967, p. 1).

E, anterior a este decreto houve a criação do SNI, servindo como uma prévia do que viria a se concretizar como toda uma forma de organização do Estado poucos anos depois de sua fundação: “Em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão encarregado das atividades de informação e contrainformação no interesse da segurança nacional.” (BRASIL, 2001. p. 16).

Para Robert de Moraes (2011), esta doutrina, juntamente com a carga da ufanía edênica e da propaganda do orgulho telúrico, formatou todo o olhar dos militares sobre a população e o território nacional. A segurança nacional servia como pano de fundo para os objetivos de implantação das políticas regionais de desenvolvimento, transformando em “inimigo interno” o atraso técnico (e cultural, na visão progressista), as desigualdades regionais e, também, aqueles que se colocassem como dissidentes desta premissa geopolítica:

[...] o golpe militar de 1964 representou um ponto de inflexão na tendência observada de incorporar o tema da nação ( e da cidadania) na formulação dos projetos nacionais. O governo ditatorial repôs com ênfase a ótica geopolítica

tradicional na concepção do país e do desenho de seu futuro. Não só a visão territorialista foi retomada no período como a máxima da tutela do povo em nome da integridade do espaço foi fortemente resgatada pela Doutrina de Segurança Nacional implantada pelos militares, a qual identificava setores da população com um possível “inimigo interno” que colocava em risco a soberania do país. a meta da integração nacional explicitada pelo regime militar completava a identificação do país com seu território, reafirmando os objetivos do desenvolvimento econômico e da ultrapassagem das desigualdades regionais. (MORAES, 2011, p. 94-95).

E, mais do que declarar guerra a estes “inimigos”, havia a necessidade de transfigurar a intervenção desmedida do Estado na forma um suposto fortalecimento da democracia para o povo brasileiro: “A argumentação sobre a necessidade de conciliar segurança com desenvolvimento econômico para se alcançar, através dela, uma hipotética estabilidade política era, também, calcada no sistema de idéias e valores sobre uma supositícia intenção democratizante da ditadura.” (REZENDE, 2013, p.103). Esta visão dual entre a garantia da segurança nacional com o desenvolvimento econômico e a democracia do país pode ser constatada nas palavras do ex-presidente Garrastazu Médici:

Apresentarei à Nação, oportunamente, um plano econômico e administrativo, resguardando basicamente os resultados já obtidos pela Revolução, fixando as novas metas de incremento da produção e de expansão do mercado, tendo em vista a prioridade dos setores da educação, da saúde e da alimentação, o atendimento das regiões menos desenvolvidas, a estabilidade monetária, a correção dos desequilíbrios regionais de renda,, a redução das desigualdades na distribuição das rendas individuais, — os salários justos e a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento e, tem assim, os critérios das reformas institucionais. (MÉDICI, 1969, p. 13).

Para sermos mais específicos, mesmo com todo o poder policial, de censura e as cifras econômicas para suporte político, era necessário que os militares, ao menos figurativamente, fizessem emanar a democracia como ponto primordial de suas ações e interesses. Desta forma, doutrinas como a de segurança nacional, juntamente com os esforços organizacionais e institucionais da integridade e unidade da nação, se tornariam ainda mais expressivos e sustentáveis pelo regime ditatorial:

Desse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso país e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não poderá ser obra exclusiva da administração pública, e sim, uma tarefa global da Nação, exigindo a colaboração dos brasileiros de todas as classes e regiões. Democracia e desenvolvimento não se resumem em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva que cabe ao Governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais. (MÉDICI, 1969, p. 11).

Rezende (2013) a posição de Médici: “Os militares no poder insistiam em que os órgãos da democracia representativa estariam preservados à medida que o Congresso e os partidos estivessem submetidos aos ditames do executivo.” A corrosão dos órgãos representativos da democracia na visão dos militares prejudicaria sua comunicação com a população, à qual destinava seu “pacto” em prol do crescimento da nação: “Este último era, então, o órgão máximo de representação dos interesses do povo; o que vai culminar, nos anos posteriores, com a dispensa de instituições de representação, pois o executivo estabeleceria diretamente, segundo os condutores da ditadura, o contato com todos os setores sociais.” (REZENDE, 2013, p. 80).

Giannasi (2011) considera a doutrina da segurança nacional como uma proposta de alteração do próprio corpo estatal brasileiro, em continuidade à objetivação do Estado em seu território, como corpopiricação, assim como nos governos anteriores à ditadura militar, já que era preciso alterar suas modulações fundamentais para o sucesso desta ideologia: “O objetivo da Doutrina era reorganizar o Estado brasileiro em outros moldes. [...] aos direitos de participação política da cidadania em geral.” (GIANNASI, 2011, p. 117).

Rezende (2013) é mais agudo em sua crítica à doutrina, classificando-a como sendo um processo de “saneamento moral”, a partir do qual os militares poderiam interferir a seu bel-prazer nos direitos dos cidadãos, em ações diretas (como a censura), ou indiretas, em políticas de subjetivação ufanistas, de modo a garantir seus interesses de controle governamental:

O saneamento moral era um dos elementos definidores do suposto ideário de democracia da ditadura. O Ministro da Justiça dizia-se incumbido de formar os homens democráticos nos moldes do novo regime; o que significava banir da mentalidade dos brasileiros todo e qualquer espírito de oposição e/ou contestação. Os pronunciamentos dos militares e civis que conduziam o regime iam sempre no sentido de estabelecer um conjunto de normas e idéias que criassem atitudes favoráveis ao estado de coisas vigentes. O saneamento moral era uma espécie de valor objetivo e subjetivo ao mesmo tempo. Objetivo no sentido de que o regime se debatia para formar um juízo favorável sobre ele, as Forças Armadas e as instituições (família, Estado, escola, etc.) que a ditadura se dizia incumbida de proteger. Este empenho devia, então, culminar em aceitação e internalização desses valores pelos indivíduos, grupos e instituições sociais. A criação de valores sociais positivos e/ou favoráveis ao regime visava fundamentalmente alcançar adesão dentro e fora do grupo de poder. (REZENDE, 2013, p. 82).

Este saneamento moral mencionado pelo autor pode ser observado no decurso da efetivação dos atos institucionais do período ditatorial. Cada ato, a seu modo, estabelecia os parâmetros de ação do governo após o golpe de 1964, desde a dissolução do Congresso

Nacional até a afirmação das eleições indiretas para o poder executivo e limitação dos direitos civis e sociais, estes últimos fortalecendo o poder coercitivo do Estado.

Quadro 09: Os Atos Institucionais (Colocar na discussão sobre a segurança nacional)

<b>Ato Institucional</b>	<b>Ano</b>	<b>Conteúdo</b>
A I 1	<u>9 de abril de 1964.</u>	Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências.
A I 2	<u>27 de outubro de 1965.</u>	Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.
A I 3	<u>5 de fevereiro de 1966.</u>	Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.
A I 4	<u>12 de dezembro de 1966.</u>	Convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências.
A I 5	<u>13 de dezembro de 1968.</u>	Suspende a garantia do <i>habeas corpus</i> para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

Após a promulgação do Ato Institucional nº5, ainda houve um complemento legal para a garantia da segurança nacional pelo governo, por meio da Emenda Constitucional de 1969, a qual instituiu e regulava a política de segurança nacional, apontado diretrizes correspondentes aos objetivos geopolíticos dos militares:

Art. 89. Ao Conselho de Segurança Nacional compete:

I - estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional;  
II - estudar, no âmbito interno e externo, os assuntos que interessem à segurança nacional;

III - indicar as áreas indispensáveis à segurança nacional e os municípios considerados de seu interesse;

IV - dar, em relação às áreas indispensáveis à segurança nacional, assentimento prévio para:

a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação;

b) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; e

c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;

V - modificar ou cassar as concessões ou autorizações mencionadas no item anterior; e

VI - conceder licença para o funcionamento de órgãos ou representações de entidades sindicais estrangeiras, bem como autorizar a filiação das nacionais a essas entidades.

*Parágrafo único.* A lei indicará os municípios de interesse da segurança nacional e as áreas a esta indispensáveis, cuja utilização regulará, sendo assegurada, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros. (BRASIL, 1969, p. 6).

Com esta base legal estabelecida nos anos de 1960, na década seguinte, e com a ajuda dos números da economia, os governos militares continuaram sua caminhada rumo ao fortalecimento de seu discurso sobre um Estado de Exceção, fundamentado na segurança nacional como aporte político de suas ações em diferentes esferas do país:

Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país, sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional». (GEISEL, 1974, p. 120).

Vlach (2003) propõe que a segurança nacional, permeada pela idéia do desenvolvimento como seu provedor de justificativa essencial, seria uma das manifestações desta doutrina. De forma objetiva, estas ideações foram utilizadas pelo Estado, mesmo que isto custasse a imagem dos direitos civis vigentes. Para a autora, estas teorias, advindas da Escola Superior de Guerra, protagonistas no papel de difusores destas idéias, disseminadas pelos líderes do poder executivo da ditadura:

[...] o princípio número um da ESG explicita que a segurança nacional é função, antes de mais nada, “*do potencial geral da nação*”, não se limitando ao seu potencial militar. Ao longo dos anos, essas reflexões levaram ao aparecimento de uma doutrina brasileira de segurança nacional. E o objetivo da ESG é o de formar as

elites dirigentes civis e militares, preparando-as para a implantação dessa doutrina. (VLACH, 2003, p. 7).

Com exceção da abertura do final do regime militar feita por João Figueiredo, todos os demais chefes de Estado da ditadura adotaram, em menor ou maior grau, estes artifícios legais para fundamentar a repressão do Estado perante a sociedade, o sistema político e a estrutura econômica brasileira.

Todo este substrato ideológico da segurança nacional foi utilizado como forma de resguardar os ditames democráticos os quais, mesmo completamente ruídos pelo amparo legal e subjacências jurídicas pós-golpe de 1964, eram defendidos em discurso pelos presidentes militares, como forma de buscar o apoio popular para o regime de exceção em curso:

A portentosa construção» do futuro de grandeza que desejamos e antevemos para a nossa Pátria, deverá realizar-se, necessariamente, no quadro de nosso regime democrático, obedecidas regras fundamentais da conduta política, tais como as do atendimento real às mais caras aspirações do povo em geral, da representatividade legítima da vontade popular e da rotatividade periódica dos executivos, através de uma estrutura partidária, de natureza plural, dentro dos moldes constitucionais. (GEISEL, 1974, p. 114).

Também houve a doutrina da segurança nacional com a permanência do discurso do já desgastado desenvolvimentismo das décadas passadas pelo ex-presidente Figueiredo, mesmo após a crise econômica mundial nos anos de 1970, e a derrocada do “milagre brasileiro”. Em consonância com a já evidente derrota da estratégia econômica utilizada nos primeiros anos militares, Figueiredo (1979) ainda tentou garantir alguma sobrevivência ao discurso nacionalista dos militares, por meio das mazelas sociais que afligiam o território nacional na década de 1980:

Reafirmo o propósito de fazer da cidade um chão e teto habitáveis. Não a troca da miséria pela promiscuidade. Não o câmbio de uma forma de pobreza por outra — tão mais cruel, porque mais próximos os bens da civilização. Reafirmo a minha determinação de garantir a cada trabalhador a remuneração justa em relação ao trabalho produzido, às suas necessidades como chefe de família e à harmonia entre os vários segmentos da sociedade. Recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII: «Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações». Reafirmo: cada brasileiro tem direito de receber do Estado os cuidados básicos com sua saúde, com a própria educação e a dos filhos; assistência médico-social na enfermidade, no desemprego e na velhice; habitabilidade nas casas; meios de transporte que não sacrifiquem, nas filas e nas conduções, o tempo destinado ao lazer e ao convívio. (FIGUEIREDO, 1979, p. 8).

Além da admissão das dificuldades econômicas, ocorreria a inevitável abertura política, cabendo a Figueiredo explicar ao povo brasileiro a restituição dos direitos civis anulados nos anos de maior dureza do regime militarista:

O objetivo final que sempre nos moveu — a todos quantos nos engajamos nessa cruzada patriótica — consiste em preservar valores essenciais à nossa maneira de vida. Entre esses valores se conta o convívio ou regime democrático, cujo aperfeiçoamento é nossa constante preocupação. Tenho plena consciência de que o caminho percorrido, sob o signo da democracia, que desejo plena e atuante, foi marcado por conquistas cujo alcance é desnecessário encarecer. Tais foram o restabelecimento das franquias fundamentais, a restituição dos direitos políticos aos que deles se achavam privados, bem como a concessão da anistia reclamada para a pacificação da família brasileira. Possuo consciência, também, como já tenho assinalado, de que a liberdade, garantida no passado, pode já ter sido igual, porém não foi maior do que a liberdade hoje reinante no País. (FIGUEIREDO, 1984, p. 44).

Observa-se que, mesmo finalizando a ditadura em seu governo, Figueiredo (1984) não deixa passar em branco um dos pilares dos governos militares sustentados pelo forte discurso nacionalista e patriótico. Dois pontos destacam-se em seu discurso:: a questão da defesa nacional e da integração nacional, ambas assentadas nos preceitos firmados pelos ditames do regime de exceção, seja na regulação dos direitos civis, ou na exploração dos números econômicos, tencionando seu uso apenas macroeconomicamente ou então no fortalecimento de fato das ações geopolíticas de controle fronteiriço e observância espacial das políticas estatais.

#### *4.1.2.1 A defesa e integração do território nacional*

Neste contexto do crescimento, e da ideologia militarista dos presidentes no cenário ditatorial estabelecida, dois generais, Calos Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva podem ser lembrados como sintetizadores desta visão sobre o Estado nacional brasileiro, de modo a não só elaborar como fomentar muitas das políticas públicas dos governantes militares durante sua passagem no poder executivo do Brasil.

Para Couto e Silva (1981b), a segurança nacional e, em meio a ela, toda a preocupação perene dos militares com a defesa e integração do território, estava atrelada ao desenvolvimento. Tais teorizações ganhavam ainda mais força pelo histórico de continuidade de um Estado de Bem-Estar vigente desde o governo getulista e, também, pela também reincidente menção aos recursos naturais em abundância para justificar a preocupação com a

defesa e integração nacional, bem como o e crescimento da economia e desenvolvimento do país:

À medida que se sacrifique o bem-estar, em proveito da segurança, canalizando recursos daquele para esta, o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva acentuada inflexão, e os acréscimos, agora cada vez menores, acabarão por se anular de todo, quando se haja alcançado o que, teoricamente, corresponde ao máximo de segurança compatível com a limitação imposta pelos recursos disponíveis. Reduza-se, ainda mais, o bem-estar, e a própria segurança se verá, agora, decrescida. Segurança e Bem-Estar e, em plano mais elevado, Segurança e Liberdade são dilemas decisivos com que sempre se viu defrontada a humanidade, nunca, porém, como hoje, em circunstâncias tão dramáticas e tão imperiosas. (COUTO E SILVA, 1981b, p. 370).

Para Meira Mattos, segurança nacional e desenvolvimento são indissociáveis, e em meio às duas noções estariam problemas históricos do Brasil, como a concentração de renda. Numa outra vertente, esta mais voltada ao poder militar propriamente dito, há a defesa da base industrial ligada aos anseios modernizadores e progressistas, e também a estabilidade das instituições de coerção presentes ao longo da ditadura militar:

Desenvolvimento e segurança são ligados por uma relação de mútua causalidade. De um lado, a verdadeira segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social. Econômico, porque o poder militar está também essencialmente condicionado à base industrial e tecnológica [tecnológica] do País. Social, porque mesmo um desenvolvimento econômico satisfatório, se acompanhado de excessiva concentração de renda e crescente desnível social, gera tensões e lutas que impedem a boa prática das instituições e acabam comprometendo o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime. De outro lado, o desenvolvimento econômico e social pressupõe um mínimo de segurança e estabilidade das instituições. E não só as instituições políticas que condicionam o nível de eficiência dos investimentos do Estado, mas também das instituições econômicas e jurídicas, que, garantindo a estabilidade dos contratos e o direito de propriedade, condicionam, de seu lado, o nível de investimentos privados. (MATTOS, 1975, p. 62).

O Estado, tanto para Meira Mattos (1975) como para Couto e Silva (1981a) deveria ser o ponto centrípeto da coesão, coerção e desenvolvimento econômico nacional. No caso de Couto e Silva, estes objetivos, atrelados à idéia da segurança nacional e desenvolvimento, deveriam ser construídos em torno do medo da população perante as dificuldades passíveis de serem encontradas pelo país, da pobreza aos “inimigos políticos” do Estado: “O Estado soberano, surgido das fontes profundas do Medo para prover a segurança individual e coletiva na Terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico”. (COUTO E SILVA, 1981a, p. 7.).



A questão da defesa nacional e o compromisso coletivo da nação com o desenvolvimento do Estado nacional permanecem atuais, como é o caso também de um trabalho da Escola Superior de Guerra, de 2011, no qual estes argumentos são elencados e defendidos pelo Coronel Heleno Moreira: “Assim, fica bem claro a necessidade de disseminar e divulgar a importância da “defesa” na sociedade brasileira, mostrando que esse importante tema é de responsabilidade de todos os segmentos, de todas as expressões do poder nacional.” Cabendo, ainda, resquícios do viés populista, resgatado dos anos anteriores da ditadura: “E que tudo isso será revertido para a população brasileira como um todo, seja de maneira negativa ou positiva, na denominada expressão psicossocial do poder nacional.” (MOREIRA, 2011, p.101).

Ao seguir estes preceitos, não haveria brechas que permitissem o questionamento das ações governamentais, e assim, através do medo, garantia-se a segurança, integração e defesa do Estado nacional, pois este pensamento estaria sendo seguido pela retidão dos objetivos maiores da nação: “[...] pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escoreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra todas as críticas e contra quaisquer argumentações.” (COUTO E SILVA, 1981a, p. 7.). Caberia, portanto, ao cidadão, admitir sua insegurança para que, assim, a destinação de um novo e fortalecido Estado nacional brasileiro se firmasse. Nas palavras de Couto e Silva (1981a, p. 9),

A insegurança do cidadão dentro de cada nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipresente da guerra (...) dominam o mundo de nossos dias e explicam, por si sós, essa ânsia neurótica com que a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. E, assim, acaba ou acabará afinal por perder, com a Liberdade traída, a própria Segurança.

É interessante notarmos como esta responsabilidade individual, na visão do general, acaba por fundamentar sua noção coletiva sobre o nacionalismo: “Ser nacionalista é reconhecer, como suprema lealdade, a lealdade à nação de que é ínfima parte, mas parcela atuante e consciente.” O indivíduo deveria estar pronto para sacrificar-se pelos objetivos da coletividade, simbolizada pelo Estado: “Ser nacionalista é estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina, qualquer teoria, qualquer ideologia, sentimentos, paixões, ideais e valores, quando quer se evidenciem nocivos e de fato incompatíveis ante a lealdade suprema que se deve dedicar, sobretudo, à nação.” (COUTO E SILVA, 1981a, p. 99).

Apesar de terem sido abordadas no agora longínquo capítulo 2, podemos resgatar as menções de Gramsci (2007) a respeito da relação entre o poderio político-militar e sua repressão ao povo que representa. O caso brasileiro é singular quanto a este cenário, assim como em outras ditaduras latino-americanas, pois o discurso encaixa-se perfeitamente ao argumento do filósofo italiano, quando este menciona a capacidade deste poder de repressão dispersar os movimentos dissidentes – os “inimigos” nomeados pelos generais teóricos do regime –, bem como de utilizar a integração do território para dar estofamento retórico à sua ideologia nacionalista:

A relação não é puramente militar, mas político-militar: com efeito, este tipo de opressão seria inexplicável sem o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade de sua maioria. Portanto, a independência não poderá ser alcançada com forças puramente militares, mas com forças militares e político-militares. De fato, se a nação oprimida, para iniciar a luta pela independência, tivesse de esperar a permissão do Estado hegemônico para organizar seu próprio exército no sentido estrito e técnico da palavra, teria de esperar bastante tempo (pode ocorrer que a reivindicação de ter um exército próprio seja concedida pela nação hegemônica, mas isto significa que uma grande parte da luta já foi travada e vencida no terreno politicomilitar). A nação oprimida, portanto, opor-se-á inicialmente à força militar hegemônica uma força que é apenas "político-militar", isto é, opor-se-á uma forma de ação política que tenha a virtude de determinar reflexos de caráter militar, no sentido de que: 1) seja capaz de desagregar intimamente a eficiência bélica da nação hegemônica; 2) obrigue a força militar hegemônica a diluir-se e dispersar-se num grande território, anulando grande parte de sua eficiência bélica. (GRAMSCI, 2007, p. 43).

O Estado estaria no ponto mais alto de uma hierarquia de lealdade na qual o indivíduo está situado no ponto mais baixo, e à qual a população, em maior escala, deveria ser submetida: “Sem dúvida, o homem foi e sempre será o pólo de uma hierarquia de lealdades – frequentes vezes, palco íntimo de dilaceradores conflitos entre lealdades diferentes.” (COUTO E SILVA, 1981a, p. 96). Este pensamento pode ser constatado, por exemplo, em campanhas de publicidade governamental como a “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Em suma, há proposições calcadas em termos como lealdade, facções (para os grupos contrários ao regime), supremacia e valores ideais, as quais são utilizadas para dar o tom de severidade em torno não apenas das teorizações de Couto e Silva (1981a), mas presente nos anos de maior rigidez da ditadura militar sobre a população brasileira:

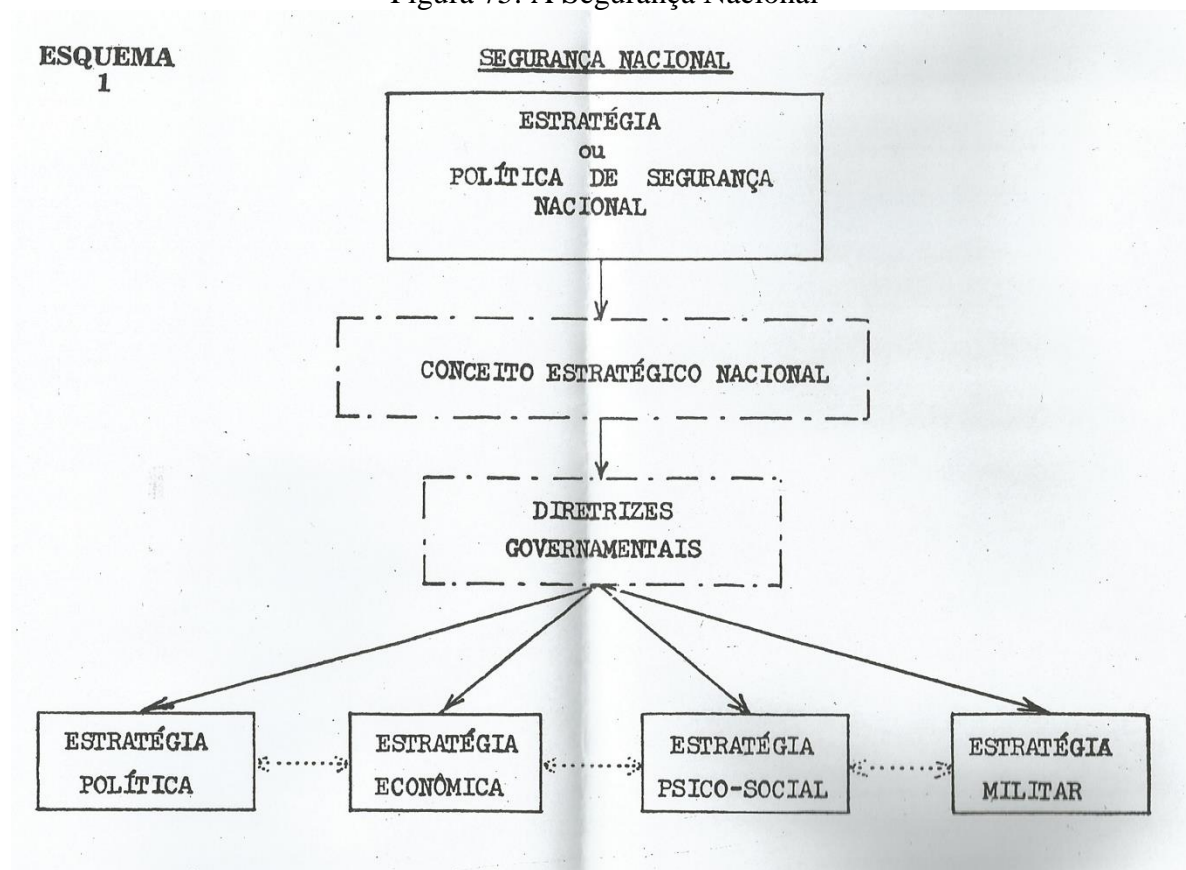
Ser nacionalista é reconhecer, como suprema lealdade, a lealdade à nação de que se é ínfima parte, mas parcela atuante e consciente. Ser nacionalista é sobrepor, portanto, a quaisquer interesses outros, individuais ou de facções ou de grupos, a quaisquer vantagens regionalistas ou paroquiais, os verdadeiros interesses da nacionalidade. Ser nacionalista é estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina,

qualquer teoria, qualquer ideologia, sentimentos, paixões, ideais e valores, quando quer se evidenciem nocivos e de fato incompatíveis ante a lealdade suprema que se deve dedicar, sobretudo, à Nação (COUTO E SILVA, 1981a, p. 99).

Esta concepção ajustava-se de forma imediata e direta com a ideia de Estado não apenas de Couto e Silva, diga-se de passagem, mas de todo o corpo político vigente na ditadura militar, no qual o território como corpo do Estado ganha projeções jamais vistas na história recente do Brasil: “[...] um organismo político com existência real sobre uma dada área e em um momento dado”, e aqui temos a posição em relação à coesão dos poderes sobre as possíveis iniciativas contrárias a eles, situação vivida nas duas décadas de dominância do regime na política nacional: “[...] nada mais traduz que uma preponderância das forças coesivas políticas, econômicas etc., sobre as forças desagregadoras de toda espécie (ou, pelo menos, um equilíbrio mais ou menos estável entre essas forças opostas)” (COUTO E SILVA, 1981a, p. 211).

Num ponto mais surpreendente, pela franqueza e objetividade, há o entendimento do poder estatal como promotor, e ente responsável por garantir os objetivos nacionais pelas vias e meios que lhe fossem necessários: “[...] a vida do Estado é multiforme, estendendo-se lhe a ação promotora, controladora e inibitória ou coercitiva a campos vários e múltiplos setores, todos interdependentes” (COUTO E SILVA, 1981a, p. 15). E a ufanía, política e telúrica, logicamente, estava presentes nesta formulação de Couto e Silva (1981a, p. 169): “[...] como entidade internacional dotada de um poder soberano, como organismo social em processo de integração continuada, como nação próspera e prestigiada no mundo”. O entendimento do Estado como fomentador e articulador da ordem, pode ser observado no organograma sintético elaborado pelo próprio general:

Figura 75: A Segurança Nacional



Fonte: COUTO E SILVA, 1981a, p. 26

Podemos deixar ao próprio Couto e Silva (1981a) a tarefa de explanar sobre tal organização do Estado: “Temos, assim, na cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamental.” Em outras palavras, aqui se verifica a preocupação com todas as esferas do Estado nacional nas quais o poder político rijo e reto deveria se pautar: “[...] todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente.” (COUTO E SILVA, p. 25). Esta Grande Estratégia teria como objetivo último o desenvolvimento nacional, o futuro progressista e moderno tão almejado pelas lideranças políticas brasileiras desde a República da Espada pré-Estado Novo:

No quadro de uma Política toda inclusiva, visando ao engrandecimento da nação e ao bem-estar e prosperidade do povo em seu conjunto, a Estratégia se restringe ao domínio específico menor da segurança nacional e, aí, o bem-estar e a prosperidade, como objetivos a alcançar, encontram guarida, apenas na medida em que interessam, com elevado grau de prioridade, ao fortalecimento do Potencial Nacional, em

particular ao enrijecimento do próprio moral da população. (COUTO E SILVA, 1981, p. 102).

Mais adiante, daremos maior visibilidade à junção entre a ideia de estratégia e a inserção, inevitável e inerente, do espaço neste debate. Por ora, voltemos a atenção a outro general que engendrou os pilares da política militar da ditadura: Meira Mattos. Em suas teorizações sobre o poder do Estado, há a influência da destinação norte-americana manifesta e, de igual modo, a preocupação com a coesão nacional como símbolo máximo do poderio político do governo: “A coesão nacional é um fator inseparável da liderança. Sem essa liderança, as maiorias e minorias nacionais se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino. Sem liderança não haverá objetivo, não haverá convergência, não poderá haver força, potência.” (MATTOS, 1975, p. 72).

Esta coesão não é apenas política ou territorial, pois fundamenta toda a ideia de lealdade nacional que permeava a ditadura militar; o território coeso deveria estar assentado na união de seu povo, pelos meios necessários que estivessem à disposição do Estado.: “Sem dúvida, o homem foi e sempre será o pólo de uma hierarquia de lealdades – frequentes vezes, palco íntimo de dilaceradores conflitos entre lealdades diferentes.” (COUTO E SILVA, 1981b, p. 96). Pensamento este que será visto, por exemplo, em campanhas de publicidade governamental como a “Brasil, ame-o ou deixe-o”<sup>30</sup>.

O orgulho telúrico e a ufanía edênica colaboraram para a afirmação do discurso da coesão nacional – social e espacial – do Brasil, e foram amplamente utilizados nos governos militares para estes fins: “[...] a terra (meio físico) sempre teve uma influência muito grande no destino do home, assim como o país no dos povos e, juridicamente falando, o território no destino dos Estados.” De certa forma, a utilização das riquezas naturais se tornaria inevitável,; os militares não só o fizeram como a potencializaram a nível de ideologia espacial em todas as esferas do poder político: “Essa influência se traduz através de vários fatores, entre os quais se destacam como principais, a forma, a extensão, a posição a altitude, o clima e a cobertura vegetal [...] No palco da eterna luta entre o homem e o meio ambiente entrechocam-se as qualidades do homem e as condicionantes da terra. (MATTOS, 1975, p. 7).

Se Couto e Silva fazia uso de uma linguagem mais objetiva e diretiva, Meira Mattos (1975) não se priva em trazer simbologias edênicas para a defesa de suas teorias geopolíticas e estratégias, ambas revestidas como a luta do homem contra o meio, a fim de garantir o curso

---

<sup>30</sup> Desta maneira chegaríamos aos Objetivos Nacionais Permanentes da nação, que suplantariam os pontos discordantes das minorias na população:

da civilização em direção ao progresso: “A façanha humana no planeta é marcada pela luta. Venceram os fortes no confronto com o meio físico e na defrontação com as dificuldades para harmonizar a seu favor o ambiente humano.” Assim, estaria construído o caminho para o almejado progresso brasileiro: “O homem, o grande autor no cenário das civilizações, venceu quando teve qualidades intrínsecas, de caráter e de vontade, para se deixar influenciar pelos estímulos do meio.” (MATTOS, 1975, p. 8-9). Em palavras paralelas, Couto e Silva elenca seus Objetivos Nacionais Permanentes, também vinculados à “vontade” coletiva, estruturados pela defesa e segurança nacionais, e à lealdade do povo que

[...] não se traduz apenas no patriotismo – um mero sentimento, nobre e alevantado e inspirador, embora – mas no nacionalismo que é muito mais do que isso, porque é, sobretudo, uma vontade: vontade coletiva, vontade consciente, vontade criadora de engrandecer cada vez mais a nação, realizando plenamente e, sempre que necessário, salvaguardando a qualquer preço os Objetivos Nacionais Permanentes. Sobrevivência da nação como grupo integrado, em prosperidade e crescente bem-estar – autodeterminação ou soberania, integração social, prosperidade e prestígio – eis aí, pois, o núcleo fundamental em torno do qual o nacionalismo se condensa e cristaliza. (COUTO E SILVA, 1981b, p. 98).

E como não poderia deixar de ser, a influência desta visão dos generais perduraria até os dias atuais, principalmente na Escola Superior de Guerra. Assim, podemos, novamente, aferir esta continuidade de pensamento sobre a ufanía edênica como recurso ideológico para a proteção, unidade, desenvolvimento e integração nacional, pelo coronel Heleno Moreira:

Brasil está prestes a entrar em guerra? O Brasil tem algum inimigo declarado? Com certeza, a resposta será negativa. Em um cenário de curto e médio prazo, repetem-se as perguntas anteriores. E num cenário de longo prazo? Acredita-se que as respostas continuarão negativas. Então, para que se preocupar com mobilização nacional, se há outras medidas bem mais importantes e necessárias a serem providenciadas? O Brasil é um país de dimensões continentais que ocupa uma área de 8.514.876,599 km<sup>2</sup> (47% da América do Sul) e possui inúmeras riquezas. Pode-se destacar a Amazônia, com sua fauna, flora, biodiversidade, recursos minerais, além de possuir o maior banco genético do planeta. O Brasil é banhado pelo oceano Atlântico, também denominado Amazônia Azul, com suas riquezas incomensuráveis, sendo que o chamado pré-sal está hoje em evidência. Cerca de 95% das trocas comerciais brasileiras são realizadas pelo oceano Atlântico. Existe muita água doce no país. Há inúmeros rios, além dos aquíferos Alter do Chão e Guarani. Dizem alguns analistas que a água doce será causa de guerras no futuro. A população mundial está crescendo e, com isso, necessita-se cada vez mais de alimentos. O Brasil possui bastante área agricultável, em condições de atender às demandas, a cada vez que os países vão se desenvolvendo e necessitando, conseqüentemente, de mais alimentos para seus habitantes. E também muita energia considerada limpa: muita água, muito sol, muitos ventos. Acredita-se que esses motivos já justificam essa necessidade de se preocupar com mobilização, uma vez que o país está em pleno desenvolvimento, com objetivos claros de chegar ao patamar do Primeiro Mundo. (MOREIRA, 2011, p. 99).

Todos estes aspectos visíveis nas teorizações do generais Meira Mattos e Couto e Silva, como o patriotismo nacionalista, a ufania edênica, o papel provedor da ordem do Estado, a questão da segurança e defesa nacionais, a integração e coesão do povo e território, e a modernização do país como caminho para o progresso fazem parte do pensamento geopolítico do período ditatorial de nossa história.

Tanto por parte dos políticos e militares, como também por parte de pensadores, em especial da Geografia, é possível verificar a formulação de conceitos, noções e proposições a respeito do papel central do espaço geográfico na organização e estruturação do poder estatal perante sua nação. Explorar mais a fundo estas infiltrações das ideologias militares no pensamento geográfico e geopolítico é de fundamental importância para a compreensão mais ampla da complexidade de todo o contexto da ditadura militar no Brasil.

## 4.2 A GEOESTRATÉGIA E O APELO VERDEAMARELISTA

O período da ditadura militar correspondeu ao de maior e melhor produção geográfica voltada para as questões geopolíticas e geoestratégicas em nossa história. Temas como proteção de fronteiras, regionalização, integração e segurança nacional foram amplamente revisitadas pelos geógrafos ligados diretamente ao poder e instituições estatais, ou por aqueles pertencentes aos centros de estudo e formação do pensamento geográfico neste período.

Teorias como a da área pivô central, a heartland e o posicionamento político do Estado nacional brasileiro foram as que mais se destacaram, colocando propostas epistemológicas, arranjos metodológicos e muitas discussões a respeito da compreensão das especificidades territoriais do país. A busca pelo equilíbrio regional, devido aos problemas de gestão política em decorrência da extensão física e diversidade natural\social, tornou-se uma das principais vias para a concretização destas propostas geográficas durante os governos ditatoriais.

Neste contexto, houve a maturação, por exemplo, da divisão política\regional vigente nos dias atuais, transpondo, para suas unidades e repartições, a união entre os diferentes aspectos a serem levantados nas características físicas, sociais, históricas e econômicas de cada região, juntamente com as unidades federativas em seus interiores – seja nas propostas que utilizavam diretamente as referências fronteiriças (IBGE, 1988), seja nas tentativas de ultrapassar os limites entre os entes federativos, de modo a priorizar a contiguidade dos aspectos regionais (GEIGER, 1967; 1969).

Esta obsessão pela unidade nacional levaria a um dos mais influentes projetos propagandísticos da história política brasileira: o verdeameralismo. Esta ideologia espacialista assentou-se nos aspectos culturais da população já com forte ligação ao futebol, adicionando a este substrato simbólico toda a carga secular do edenismo como referência máxima para suas ambições políticas, situação que tornou-se visível nas ações estatais, que aproveitaram-se do potencial simbólico do discurso da unidade nacional, da ufanía telúrica, ambos aumetados consideravelmente a partir do momento que a economia não mais fornecia a justificativa para coerção social do regime.



#### 4.2.1 Geopolítica e Geoestratégia

A preocupação dos presidentes do regime militar com a segurança e interação nacional e a ideologia nacionalista de seus governos ecoou, direta e indiretamente, na ciência geográfica do período. Foi neste ínterim que a Geopolítica, como campo de saber da Geografia, encontrou um dos seus maiores avanços entre os geógrafos brasileiros.

Se, porém, a unidade e integração nacional eram os pilares da ideologia espacial dos militares, em primeiro lugar era preciso fornecer o subsídio necessário para se chegar à maturação destas ideias. Assim, foi nos estudos regionais que eclodiram as principais formulações a respeito das propostas de explanação e intervenção nas fronteiras nacionais. Importantes representantes, de diferentes instituições e correntes de pensamento, contribuíram, cada qual a seu modo, para formular teorias e caminhos para se propor uma nova forma da(s) geografia(s) existentes no Brasil.

De modo a garantir fidelidade às ideias de acordo com a época de análise, optou-se por preferenciar autores relacionados ao período, ou ligados a instituições governamentais, como a Escola Superior de Guerra, caso da professora Therezinha de Castro (1999), militares, etc.; bibliografias estas encontradas no acervo da Biblioteca do Exército, que, assim, consitutíram e ainda constituem são referência ao pensamento político e ideológico dos militares. Começando, então, pela Geopolítica, recorreremos definição deste campo do saber geográfico fornecido por Terezinha de Castro (1999, p. 23):

Ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos, a Geopolítica tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado, visando a resultados imediatos ou remotos. Em razão disto, a Geopolítica pode ser considerada como um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos.

A autora estabelece, também, a diferenciação do conceito em relação à Geopolítica: “Para diferenciar uma da outra podemos dizer que a Geografia Política é o como a fotografia, portanto, estática; enquanto a Geopolítica é como o filme, tem movimento, é dinâmica.” (CASTRO, 1999, p. 23). Ainda sobre a ligação entre a Geopolítica e a própria noção de Estado e o poder político, Castro (1999) disserta a respeito da questão da integração espacial como uma dos principais, senão a maior, contribuição fornecida pelas discussões geopolíticas ao Estado: “Convertida na consciência geográfica do Estado, a Geopolítica pode prestar serviços às causas da guerra como também às da paz, desde que adequadamente formalizada.

Poderá, assim, traçar metas para um bom governo fundamentando suas diretrizes no setor da integração, no aproveitamento sistemático de seu espaço e posição.” (CASTRO, 1999, p. 25).

Martins (1996) faz um alerta, no entanto, para que a magnitude dos estudos geopolíticos não caia em um relativismo explanativo: “Certamente será discutível pensar-se que a Geopolítica tenha capacidade para explicar completamente todos os comportamentos políticos, e errado que possa prevê-los com exactidão” e adiciona, ao seu argumento, que “[...] poder-se-á afirmar com boas razões que a análise geopolítica constituirá um bom complemento ou uma valiosa alternativa para outras formas de análise, tanto quanto à descrição, interpretação e explicação das situações”, e destaca, ainda, o importante papel de previsão histórico-geográfica que a Geopolítica pode fornecer: “[...] como quanto à determinação das tendências evolutivas dos fenómenos políticos, sobretudo quando se estudem os longos prazos. (MARTINS, 1996, p. 27).

No caso da Geopolítica enquanto condutora de regimes governamentais, como no período militar no Brasil, podemos entender seu desmembramento conceitual e analítico, por exemplo, na Geoestratégia, como ocorreu nos governos de 1964 a 1985: “Acerca da diferença que possa existir entre Geopolítica e Geoestratégia, o critério mais comum é o de considerar que esta última tem a ver com os problemas estratégicos (situações de conflito e emprego de meios de coação)” (MARTINS, 1996, p. 34).

Ainda para Martins (1996), a estratégia – e lembremos as questões da segurança e integração nacional como núcleos do regime militar – suplantaria o próprio cerne político da Geografia: “Geopolítica entendendo-a como uma espécie de sector desta, com a qual o relacionamento de certa forma reproduziria o que existe entre Política e Estratégia.” (MARTINS, 1996, p. 34). Este desmembramento entre a Geopolítica e Geoestratégia pode ser observada no pensamento do general Couto e Silva (1981a):

O âmbito estratégico, por mais amplo que venha a ser nas épocas de intranquilidade geral e ameaças onipresentes, é, pois, bem mais restrito sempre que o político. Igual a este é, no entanto, o campo da Geopolítica, a qual não se distingue, por conseguinte, pela amplitude de seus fins, antes pela natureza de seu método, concentrado, com ênfase especial, na análise e interpretação dos fatores geográficos de base. E como a Estratégia se inscreve na Política, a Geoestratégia integra, por sua vez, a Geopolítica. (COUTO E SILVA, 1981,a, p. 102).

Num tom contrário ao de Martins (1996), e de certa forma também ao de Couto e Silva (1981a), Correia (2012) inverte a ordem de importância entre Geopolítica e Geoestratégia, no primeiro caso considerando que: “Geopolítica: Estudo das constantes e das

variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política.” (CORREIA, 2012, p. 238).

O autor define a questão estratégica o autor como subcampo de concentração da primeira: “Geoestratégia: Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica” (CORREIA, 2012, p. 238).

Conceituação esta posteriormente retomada por Martins (1984), que contradiz a si mesmo e concorda com Correia (2012): “[...] enquanto aplicação, é uma atividade orientada, em ambiente hostil, para a aquisição de objetivos disputados. Daí a necessidade da parcela de engenho e de surpresa que a palavra, da mesma raiz, conservou no seu significado atual” (MARTINS, 1984, p. 110), até porque é da(s) estratégia(s) que surgirão as nuances e contornos das diferentes *Geopolíticas* nacionais, podendo inclinar-se ao conflito, alianças, amistosidade, indiferença, ação direta, dentre tantas possibilidades, tanto quanto forem ricos de multifacetados os Estados, nações e Estados nacionais por trás de sua concepção e execução:

Ao introduzirem a extensão do conceito a todas as formas de conflito entre as *Unidades Políticas*, as modernas definições não modificam este elemento essencial do conceito, apenas a adaptam às realidades do tempo atual, em que a guerra armada, violenta, se prolonga, se modula, se mascara, em múltiplas formas menores na violência física, embora muitas vezes igualmente violentas nas finalidades últimas, a que os tratadistas dão diversos nomes: guerra fria, paz\guerra, paz armada, salpicadas de ‘crises’ e de ‘guerras limitadas’. É pois a guerra, ou os seus sucedâneos na forma dos diversos conflitos internacionais, que continua a ser objeto da estratégia. (MARTINS, 1984, p. 110-111).

Giannasi (2011) coloca as ações geopolíticas como componentes da Geoestratégia, de modo a dar ao espaço o papel de definidor das estratégias, e explicita o prefixo geográfico do termo ao voltar-se para as intervenções do Estado no território: “Trata-se de uma geoestratégia, uma estratégia de amplitude universal, que, de início, se estendia por todo o planeta, e com o passar do tempo e os progressos da pesquisa espacial e da astronáutica, se extravasou também para o espaço sideral.” (GIANNASI, 2011, p. 123).

O autor traz esta ideia para a realidade brasileira do regime militar, seus planos econômicos, planejamento territorial, e toda a retórica de integração e desenvolvimento do país, que faziam parte da essência do nacionalismo de seus representantes: “A estratégia geral brasileira concebida de acordo com tais princípios era submetida a três conceitos essenciais:

os objetivos nacionais, a estratégia ou segurança nacional e o poder nacional.” (GIANNASI, 2011, p. 124).

Portanto, a Geoestratégia dos militares tornava-se explícita nos diversos campos de atuação dos governantes. As obras de grande porte, programas e planos de desenvolvimento, as repressões aos dissidentes de contrários ao regime, o esvaziamento do poder legislativo em prol dos desmandos do executivo e judiciário como aliado, e toda a retórica da ideologia nacionalista assentada no cânone mítico da ufanía telúrica secular é que nos permitem definir a fase da ditadura militar como consolidação de uma grande Geoestratégia:

A preocupação central dos geopolíticos brasileiros e dos tecnoburocratas, em relação as políticas territoriais, passava pela construção de vias de circulação e pela exploração, à exaustão, dos recursos naturais, desde a mineração até o uso do solo. Ora, em todos esses aspectos está presente a questão da técnica. O próprio conceito de recurso natural, como alor de uso que uma riqueza natural adquire perante as necessidades de certo grupo social, já traria à baila o conceito de circulação, pois a produção – exatamente para adquirir significado econômico – exigiria movimento, contato, deslocamento e troca social. e troca social (BOMFIM, 2007, p. 31).

Bomfim (2007) ressalta o papel dos recursos naturais na composição da Geoestratégia militar. Se voltarmos no percurso temporal efetuado nesta Tese perceberemos que houve, continuamente, políticas de exploração, povoamento e urbanização das regiões mais afastadas do Brasil. Os militares capitalizaram tais ações, muitos já com razoável tempo de execução em seus programas, por meio de novas políticas de desenvolvimento, como no caso das superintendências de desenvolvimento, ou nos PNDs: “A preocupação dos primeiros geopolíticos brasileiros com a unidade política do território não desaparece, mas ganha um novo significado, traduzido na preocupação de acompanhar as transformações recentes verificadas no Brasil: é o desenvolvimento econômico que, integrando verdadeiramente o território nacional.” (VLACH, 2003, p. 9).

#### *4.2.1.1 O geoestrategismo*

Este olhar da ideologia nacionalista do período militar aos recursos naturais fica ainda mais perceptível em seu discurso verdeamarelista – que será tratado mais adiante – e, também, em algumas obras de autores da ciência geográfica, além dos generais formados nesta área e pertencentes a órgãos como IBGE, IBG e ESG. A seguir, no quadro 10, uma compilação das obras da geógrafa Therezinha de Castro (aprendiz do já mencionado, no segundo capítulo, Delgado de Carvalho) que se alinham à Geoestratégia da época:

Quadro 10: Obras de Therezinha de Castro

<b>Título da Obra</b>	<b>Ano</b>
Rumo à Antártica	1976
África: geo-história, geopolítica e relações internacionais	1981
O Brasil no Mundo Atual: Posicionamento e Diretrizes	1982
José Bonifácio e a Unidade Nacional	1984
Amazônia – Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração	1992
Nossa América: Geopolítica Comparada	1992
Geopolítica: princípios, meios e fins	1999

Fonte: elaborado pelo autor.

Muitas destas obras são de difícil acesso, até mesmo na própria ESG ou na Biblioteca do Exército de Brasília\DF. Porém, em uma republicação pela Escola Superior de Guerra do seu texto intitulado *América do Sul: Vocação Geopolítica*, a autora resgata o discurso do atraso técnico no interior do país: “Por sua vez, o Planalto Central ou Brasileiro forma uma espécie de triângulo com base voltada para o norte, vértice apontando para o sul, declinando nas duas áreas bem como para o interior.” (CASTRO, 2012, p. 28). A autora também utiliza o exemplo da construção de Brasília como política estatal de povoamento e modernização do território brasileiro: “Assim, uma das características desse planalto é a de se encontrar afastado dos setores litorâneos, os mais povoados, que integram o ecúmeno estatal brasileiro; caracterizando-se como área geopolítica neutra, levaria o governo a implantar a nova capital em Brasília, para melhor atenuar os desníveis.” (CASTRO, 2012, p. 28).

Além disso, Castro (2012) confere o protagonismo continental ao Brasil e seus pares sul-americanos: “O Brasil com o Uruguai e Argentina, integrados na Região Natural Atlântica, se beneficiam do melhor posicionamento nesse oceano. Mas o Brasil, que alia o seu posicionamento à presença, é o único país do continente sul-americano a contatar com as demais Regiões Naturais, como múltiplo vetor.” (CASTRO, 2012, p. 30).

Em proposta de divisão da Antártida, na sua *Teoria da Defrontação*, Castro (1976) deixa ainda mais claro seu posicionamento sobre a importância geoestratégica, por exemplo, do continente anecúmeno, para os países da América do Sul, com detalhe para a grande porção que deveria ser destinada ao Brasil:

Figura 76: Proposta de Divisão da Antártida.

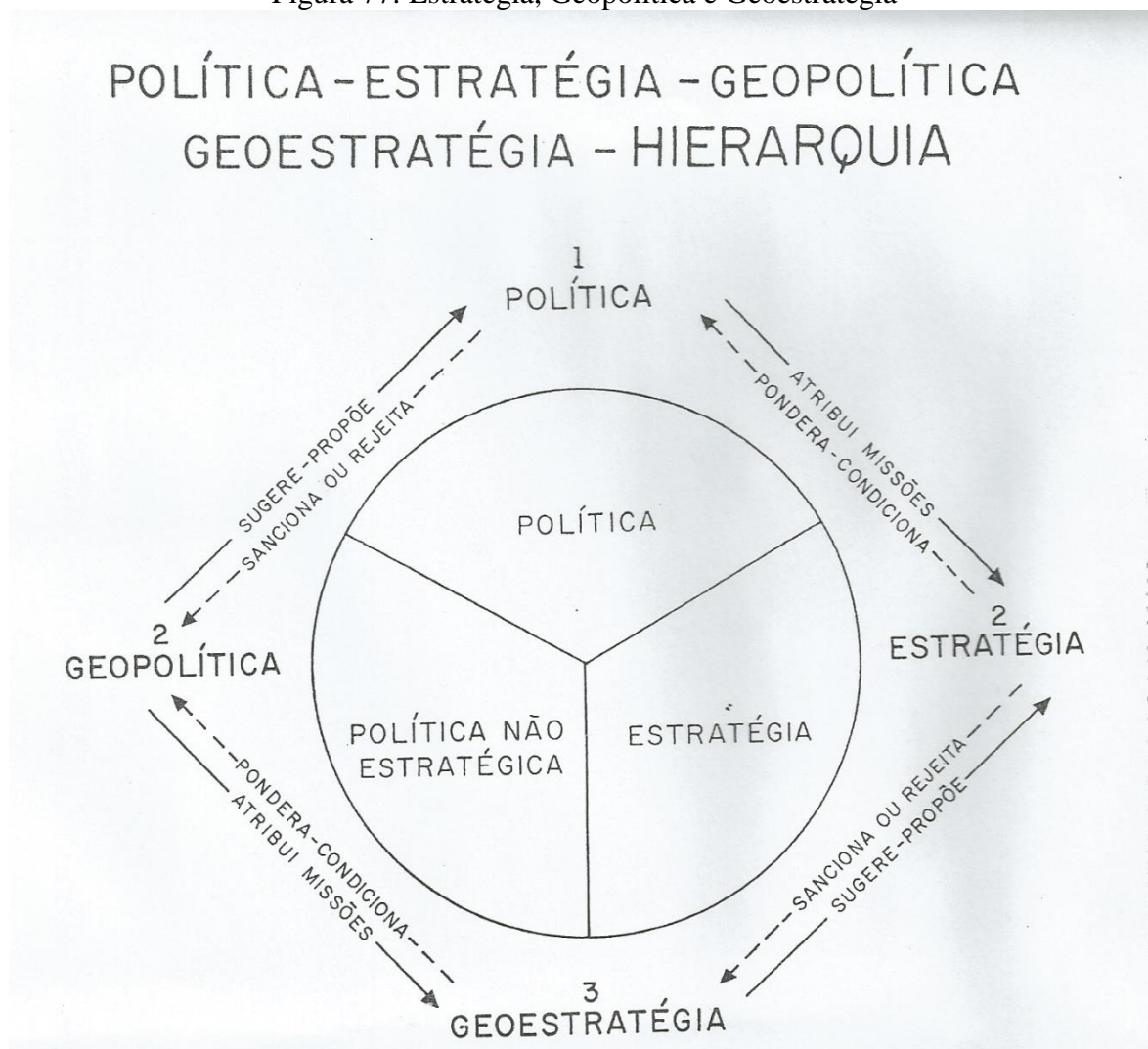


Fonte: CASTRO, 1976, p. 72

Assim como nestas considerações de Castro (1976; 2012), o desejo da conquista, a inclinação pelo território como fundamento nacional e a especialização da maioria das ações do Estado, como, por exemplo, no discurso da integração e segurança nacionais, estruturam a historicidade da busca pelo progresso, modernização e desenvolvimento do país: “O símbolo de nossa era é bem o símbolo da integração, processo solucionador por excelência de todos os antagonismos e que melhor convém ao espírito faustiano do homem moderno, inimigo de

todas as limitações.” (COUTO E SILVA, p. 21). Couto e Silva (1981a) estruturou toda sua obra em torno da definição e direcionamento da Geopolítica e Geoestratégia para o território brasileiro, aproveitando-se, em muitas delas, do cenário político dos generais presidentes para aumentar o tom de urgência e necessidade de seus postulados.

Figura 77: Estratégia, Geopolítica e Geoestratégia



No Brasil, e mais precisamente no período da ditadura, o principal órgão em que tanto a Geopolítica como a Geoestratégia se manifestaram com maior vigor foi a Escola Superior de Guerra ESG, influenciada pelas teorias dos generais citados anteriormente, e suas teorias de ação estatal no território. Em sua revista homônima, já ficava clara a intenção de se pensar estratégica e geopoliticamente o território brasileiro, o que se explicitava na própria epígrafe do periódico: *“Nesta casa estuda-se o destino do Brasil”*. Para Ferolla (1983), ssta

destinação seria alcançada pelo ordenamento territorial, busca pelo progresso, superação dos óbices naturais e sociais e chegada de novas técnicas e tecnologias:

As modernas indústrias serão preponderantemente indústrias do conhecimento, uma vez que a característica principal das novas tecnologias é sua elevada densidade de ciência, desenvolvida e aplicada de imediato nos laboratórios e, de forma quase simultânea, transferida para os processos e produtos industriais. Microeletrônica, robótica, biotecnologias, química fina, novos materiais e energia, são os destaques principais dessa onda inovadora, que, certamente, acarretará mudanças ainda mais significativas na divisão internacional do trabalho. [...] Para obter sustentar uma posição de destaque nessa nova etapa que se descortina, o Brasil deverá dedicar grande esforço na preparação de recursos humanos capacitados ao atendimento das futuras exigências do parque industrial, bem como investir maciçamente em desenvolvimentos tecnológicos, de forma a acompanhar a grande corrida que já se iniciou, gerando tecnologias próprias ou se capacitando a adaptar e, se possível, simplificar as tecnologias importadas, tornando-as mais acessíveis e compatíveis com os recursos e os processos produtivos existentes em um país em fase de desenvolvimento. Que a remoção dos óbices que entram ou retardam o desenvolvimento do nosso país, seja atingida de forma definitiva e em curto espaço de tempo, pela utilização de uma energia de poder avassalador, a energia humana, que altamente qualificada e motivada pela vontade nacional em busca do progresso e da justiça social colocarão o Brasil na posição de destaque que faz jus no concerto nas nações. (FEROLLA, 1983, p. 14).

Para Oliva (1983), há três áreas para as quais os estudos da ESG – o poder estatal em um nível de maior interpretação de suas proposições – podem se voltar, a saber: a Geopolítica, o papel do Brasil a nível internacional e, em especial, na América o Sul e, por fim, a formação docente e discente. Já para Fialho (1983), o foco deve ser a estratégia de atuação do Estado em seu território: “Desse modo, os conceitos de política nacional, estratégia nacional, política externa, segurança externa e estratégia externa, constantes da Doutrina e a avaliação da situação internacional, na fase política do Método da ESG, não resta dúvida, já tratam do tema aqui analisado.” (FIALHO, 1983, p. 130).

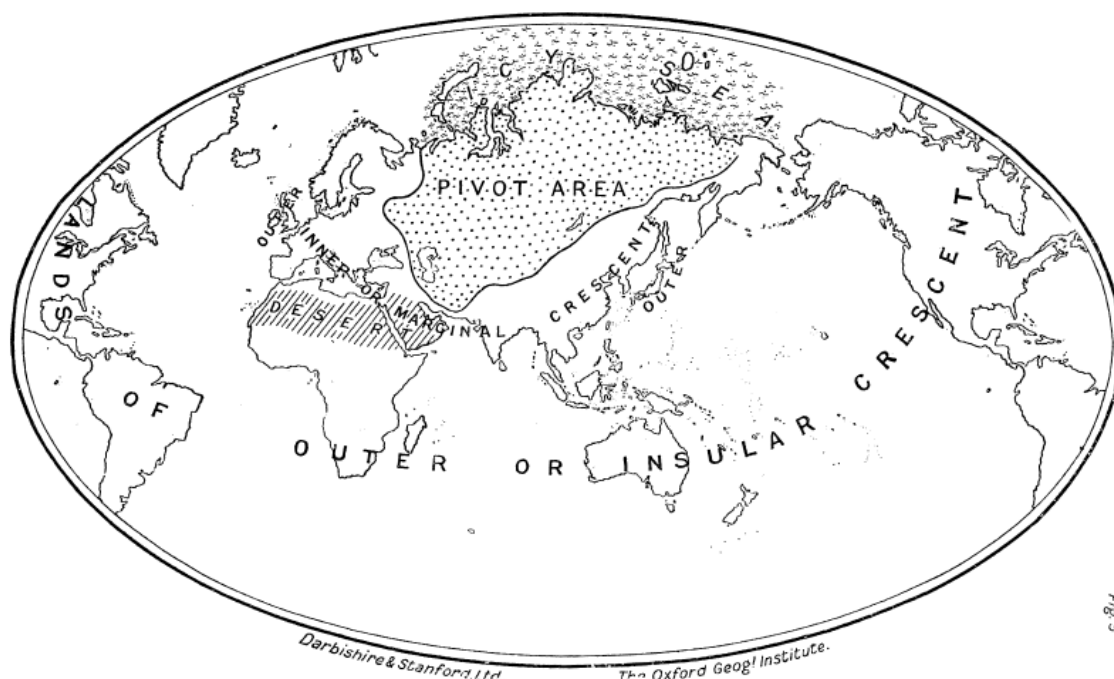
Novamente, o planejamento emerge como ideia central para a chegada aos objetivos traçados estratégica ou politicamente, ambos entrelaçados pela Geografia: “No entanto, o problema está na concepção geral do planejamento, na natureza do enfoque, na hierarquização dos conceitos e na sua visão sistêmica sob novo paradigma.” (FIALHO, 1983, p. 130).

Para se chegar a estas metas do planejamento, contudo, como chave geoestratégica e geopolítica, era preciso a sustentação por um substrato conceitual mais amplo e proeminente. E eis que, neste sentido, as conceituações do geógrafo Halford Mackinder (1903) tomariam frente como fonte de emanção para tais ideias e ideais. Sua teoria magna embasada na “área pivô” serviu de substrato de referência a vários geógrafos ao redor do mundo, e no Brasil não



seria diferente. A seguir, temos sua emblemática projeção cartográfica desta área de concentração das ações geopolíticas e geoestratégicas em nível global:

Figura 78: A área pivô mundial.



**THE NATURAL SEATS OF POWER.**  
 Pivot area—wholly continental. Outer crescent—wholly oceanic. Inner crescent—partly continental, partly oceanic.

Fonte: Mackinder, 1903, p. 35.

No mapa de Mackinder, há um destaque (pontilhado) para o que o autor considera sua delimitação desta “área pivô”, no centro-Norte do globo, mais especificamente num território que ia da Rússia e Casaquistão até o leste europeu. Este é, inclusive, o argumento chave para sua teoria geopolítica de domínio e controle mundial: “Who rules East Europe commands the Heartland; Who rules the heartland commands the World-island; Who rules the World-island commands the World” (MACKINDER, 1962, p. 261).

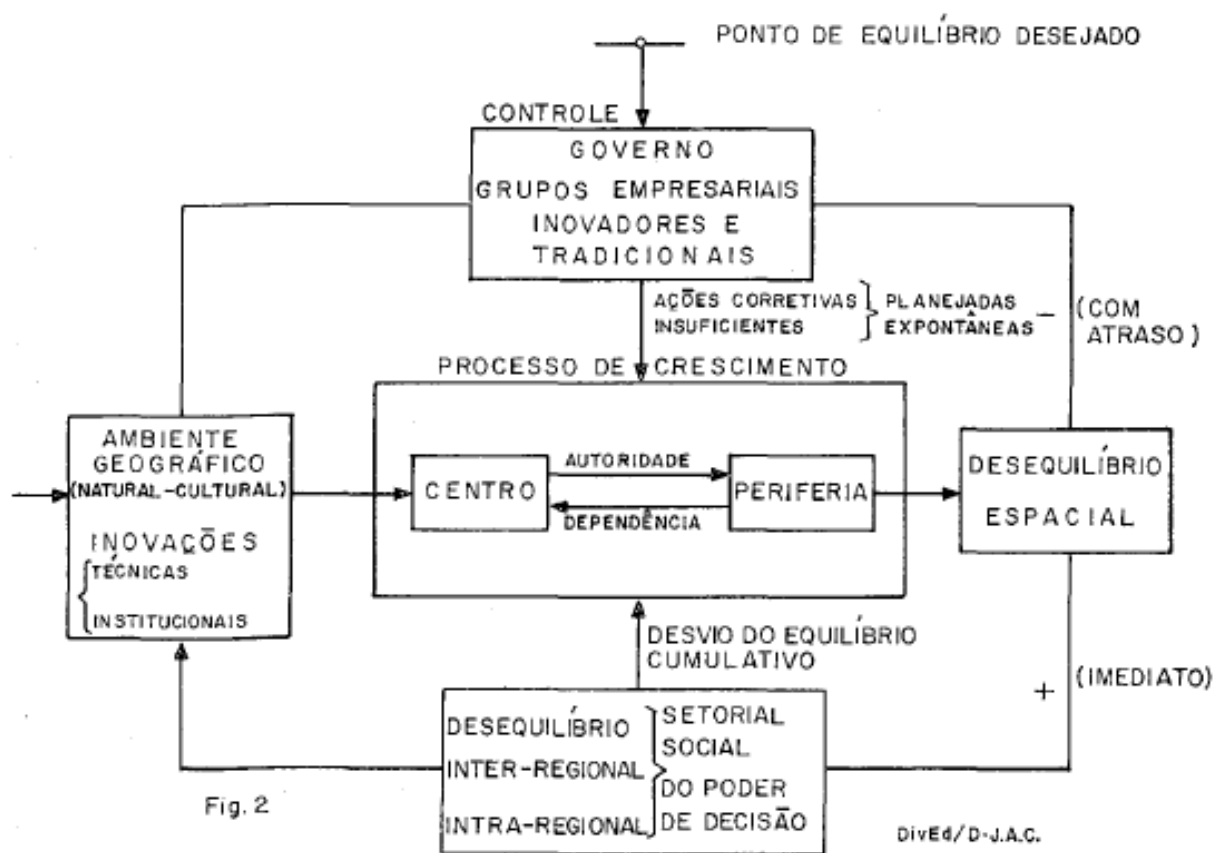
Em outras palavras, a “área pivô” é correlata de outro conceito de Mackinder, a *heartland*, ou região central, ou o coração de um país/território. Para se chegar a esta área geopoliticamente perfeita, era preciso que todas as condicionantes geográficas estivessem alinhadas, definindo-a como tal: “[...] the actual balance of political power at any given time is, of course, the product, on one the one hand, of geographical conditions, both economic and strategic, and, on the other hand, of the relative number, virility, equipment, and organization of the competing peoples.” (MACKINDER, 1903, p. 430).

Bertha Becker, assimilando e adaptando estas ideias de Mackinder à realidade brasileira, propôs sua concepção de “área pivô” ou *heartland* para o Brasil, delimitando-a na

região amazônica. Desta maneira, segundo a autora, chegaríamos a um equilíbrio regional para, enfim, alcançarmos a integração do “sistema espacial nacional” tanto em nível natural como psicossocial (imaginário, supraestrutural).

Figura 79: Proposta de Equilíbrio Regional.

## ESQUEMA – SISTEMA ESPACIAL – HIPÓTESE ALTERNATIVA PARA O BRASIL



(BECKER, 1974, p. 5).

Podemos perceber, neste organograma muitos termos-chave que incorporam as teorizações já expostas na Geopolítica, Geoestratégia, a “área pivô”\heartland e as preocupações dos autores da ESG: centro\periferia (como os Brasis de Lambert (1973) e toda a historicidade de relação com os sertões interiores), desequilíbrio espacial, inovações (técnicas e institucionais), poder de decisão, controle, grupos empresariais, planejamento, etc.

A Amazônia assume o protagonismo por ser, de acordo com Becker (1974), a mais profícua *fronteira de recurso*, esta última entendida como “[...] zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. Fronteiras contíguas localizam-se à

frente de zonas de povoamento antigo, e correspondem às frentes pioneiras.” (BECKER, 1974, p. 6). Nas palavras da própria autora, temos as seguintes condições de eleição da região amazônica como sendo a *heartland* do Brasil:

Porção mais setentrional, mais larga e interiorizada do território brasileiro, participando amplamente da massa continental sul-americana - o Heartland - é a área mais distante da costa, fato desfavorável num país que se forjou orientado para o mar. Tais dimensões e posição situam-na igualmente a maiores distâncias dos focos de comando da expansão econômica: a metrópole e suas pontas de lança representadas por Salvador e Rio de Janeiro, no passado, e hoje por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A posição equatorial, resultando em fantástica massa florestal, aliada à impossibilidade de navegação no alto curso encachoeirado dos tributários da margem direita, por sua vez, não favoreceram às ligações terrestres. Tem a Amazônia, portanto, uma posição extrínseca em relação ao bloco uno constituído pelo Planalto Brasileiro, aproximando-se dos domínios do Caribe e dos Andes. Em contrapartida, a fabulosa massa de água do Amazonas, com sua disposição transversal, permite a penetração do mundo marítimo até o âmago do heartland sul-americano, assegurando a sua vinculação com o Atlântico. (BECKER, 1974, p. 6).

Assim como a ideia da capital-corção foi gestada muito antes de ser concretizada, de igual modo ocorreu com a Amazônia e suas fronteiras recebendo, séculos depois, toda uma carga histórica sobre suas características naturais passíveis de exploração política e econômica, ambas revestidas pela historicidade do edenismo americano em sua fundação mítica e ideológica, reinterpretado espacialmente, neste contexto, na noção de hiléia ou área pivô central.

Para Becker (1974), a hiléia (o coração do território nacional) estaria localizada na Amazônia. Há, portanto, nesta teoria, a conformação de uma Geoestratégia de grande escala espacial e temporal, em parte levada a cabo pela SUDAM e demais programas, obras, e planos para a região – considerações muito próximas das teorizações da década de 1960, feitas pelos geógrafos fundacionais desta visão sobre o Brasil, como Labasse (1967), Wailbel (1955) e James (1967), em suas propostas de *padronagem* territorial para que o desenvolvimento fosse alcançado.

Segundo Myamoto (1974), foi a partir da ditadura militar que a região amazônica assumiu este papel central na ideologia espacial ufanista e do nacionalismo edênico: “A região amazônica assumiu importância: a partir de então inúmeras foram as análises realçando o seu valor econômico, político e estratégico.” (MYAMOTO, 1981, p. 81). Mesmo hoje em dia, seguindo de maneira mais próxima a cartilha ambiental do século XXI, esta racionalização das riquezas naturais aparece em toda obra de Bertha Becker:

A região foi percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária para impedir a possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários. Poderosas estratégias deram suporte ao projeto de ocupação acelerada da região. Modernizaram-se as instituições: em 1966 o Banco de Crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia (Basa), e a Spvea em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ambos permanecendo até hoje. Ainda na década de 1960 é criada a Zona Franca de Manaus, um enclave industrial em meio à economia extrativista e próximo à fronteira Norte. Mas o projeto geopolítico se apoiou, sobretudo, em estratégias territoriais que implementaram a ocupação regional, num caso exemplar do que Henri Lefebvre conceituou como “a produção do espaço” pelo Estado. (BECKER, 2009, p. 220).

A situação privilegiada da Amazônia não era algo novo, mas seu salto de importância de interesse e atenção só viria a ocorrer após o golpe de 1964. Nas palavras de Travassos (1935), grande influência dos geopolíticos brasileiros da segunda metade do século XX, era preciso que Brasil tomasse consciência de sua posição privilegiada no “soberbo anfiteatro amazônico”:

Em primeiro lugar, exerce decisiva atração sobre o rumo das duas grandes instabilidades geográficas continentais – o planalto boliviano e o centro de dispersão colombiano. Representa, nesse particular, verdadeira força homogeneizadora, emprestando a calha imensa do Amazonas o papel de penduro regulador das oscilações daqueles territórios. Em segundo lugar, sua influência se faz sentir através das abertas andinas sobre os próprios vales longitudinais da Cordilheira, ou seja, sobre a vertente do Pacífico. [...] E, parece, nada mais é necessário a caracterização da Amazônia como potencial centrípeto. Cabe ao Brasil tomar consciência dessa formidável realidade geográfica. Em suas mãos está o curso do Amazonas, o majestoso desfecho de todo o drama econômico que se prepara nos bastidores do soberbo anfiteatro amazônico, o qual a largos passos vimos de percorrer, sobre a carta geográfica. (TRAVASSOS, 1935, p. 129-130).

Para Travassos, na América do Sul as regiões geoestratégias mais proeminentes seriam as bacias da Prata e Amazônica e, conseqüentemente, o protagonismo político caberia para a Argentina e Brasil respectivamente. O general Couto Silva não só atualizou, como divulgou amplamente tais ideias sobre a região Norte brasileira: “[...] inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.-O seguindo o eixo do grande rio” (COUTO e SILVA, 1980, p. 92).

O salvacionismo pátrio, da heroicização territorial presente no cânone mítico do Paraíso Terreal, reencontrava-se com a espacialidade brasileira em seus símbolos, mitos, semióforos e apelo político, social e econômico. Mas, diferente de sua condição histórica estabelecida, agora o cenário era de comprovação científica, política e econômica para a

consumação desta ideologia, transplantada para a retórica política como alternativa de desenvolvimento e progresso de toda a nação. A retórica edênica secular é retificada nas palavras de Becker (1974; 2009), pois há uma correlação entre suas colocações da Amazônia como “terras virgens” e o “deserto verde”, por exemplo, de Couto e Silva (1967):

A primeira tarefa, pois, visando à integração e valorização do território nacional, há de ser forçosamente a de vitalizar esses três istmos de circulação, de maneira a, de um lado, articular solidamente de norte a sul nossa atual base ecumênica e, de outro lado, consolidar o avanço já esboçado para noroeste, a partir do núcleo central que, geográfica e historicamente, é a verdadeira plataforma para penetração e conquista do interior. Somente a seguir, depois de nos havermos debruçado sobre a Hiléia amazônica, poderemos pensar em conquistar a grande ilha brasileira de noroeste por uma manobra concêntrica que combine o avanço do sul para o norte, ao longo dos afluentes da margem direita do grande rio, com penetração pela embocadura do Amazonas e sucessivamente a montante de seus tributários de uma e outra margem – seguindo os mesmos rumos que, em épocas já distantes, com meios muito mais rudimentares e propósitos bem diversos, bandeirantes e missionários esboçaram em seu admirável desbravamento daquele deserto verde. (COUTO E SILVA, 1967: p. 47 – grifo nosso).

Esta exaltação da natureza faz parte da metonímia telúrica do território salvador, retomando seu curso com o máximo ímpeto geopolítico, geoestratégico, imaginativo e ideológico, o que não ocorria na defesa de Castro (1976) sobre a Antártida no mesmo período, por não oferecer a mesma simbologia e concreticidade territorial para o progresso. Porém, pela roupagem do século XX, a modernização, progresso, dominação e controle das benesses edênicas iriam, ou deveriam, pavimentar – literalmente, como foi o caso da Transamazônica – o caminho para o desenvolvimento:

Figura 80: Representação da Transmazônica, em 1972. Desenho de Percy Lau em 1975.



Fonte: ANGOTTI-SALGUEIRO, (2005, p. 66-67).

A partir desta imagem da construção da Transamazônica Angotti-Salgueiro (2005), podemos relacionar a importância simbólica e ideológica deste feito para os governos militares em uma releitura da profanação do Paraíso Terreal iniciada séculos antes, com a chegada dos exploradores europeus às matas do litoral. A um só tempo, atravessar a floresta com uma obra que simboliza tanto a força da técnica e intencionalidade antrópica, como fomentado os recursos necessários para o futuro e desenvolvimento da nação:

Ora, o que representa então a imagem dessa tão discutida estrada na fortuna crítica da obra em relação aos seus objetivos de 30 anos antes? Estamos em plena ditadura militar e a palavra-chave na época, que justifica a construção de duas rodovias que

se cruzam (a Transamazônica com 5 mil km e a Cuiabá-Santarém com 1.500), é "integração", "missão histórica" a cumprir, afirma-se, tendo em vista "um equilíbrio regional mais efetivo", pois a Amazônia, representando 42% do território nacional, sempre contou com uma ocupação descontínua, 3,4% da população do país com uma renda de 2% em relação ao total da renda nacional – estes dados são do texto de 1975. A descentralização regional, o isolamento e a necessidade de absorção da mão-de-obra do Nordeste justificavam a "epopéia" da construção dessas estradas, bem como a ocupação do território e a colonização agrícola, objeto então de projetos oficiais. As riquezas potenciais da região são louvadas ao longo do texto, a articulação estradas/rios em uma malha utópica tantas vezes presente na história das intervenções no território brasileiro vêm à tona, reafirmando a busca da "unidade da comunidade nacional". Se o controle territorial de um país acompanha sempre a expansão espacial, a Amazônia, que representara sempre um lugar de fascinação no imaginário da "grande nação do futuro", afigurava-se como a última etapa do território a ser apropriada pelos seus habitantes. Pode-se pensar geograficamente no gesto clássico de "territorialização" nacional a cumprir, ou seja, na produção de um espaço e sua apropriação simbólica (ANGOTTI-SAGUEIRO, 2005, p. 67).

A obra da rodovia na floresta equatorial, ao menos em sua concepção, era uma vitória simbólica da Geoestratégia militar, colocando em prática a territorialização da Amazônica como chegada do progresso, amplamente registrado nos meios de divulgação do evento pelo governo, como pela revista *Interior*, a qual descreveu a obra como uma verdadeira luta entre a técnica\homem contra o atraso\natureza: “Também longe das vistas da quase totalidade da população, já quase se faz em rincões distantes, perdidos na imensidão da Amazônia, do Centro-Oeste e em espaços ainda fracamente povoados”. Parafraseando as zonas de fronteira de Becker (1974), “[...] é a ação das unidades de fronteira e colonização, num quase anônimo porém hercúleo trabalho naquelas extensas áreas onde só o uniforme verde oliva marca a presença do homem e da civilização brasileira.” (INTERIOR, 1976. p. 4)

No entanto, o preço pago por tal concepção da região amazônica não foi baixo, tanto social como ecologicamente. A própria Becker (2009), em estudo mais recente e autocrítico, comenta as considerações dos já distantes anos de 1970, afirmando que o impacto da Amazônica como alvo geopolítico desconsiderou, em seus planos e planejamentos, questões como as comunidades tradicionais e a biodiversidade da região:

Implicações de ordem geopolítica interna e externa tornam a ocupação da Amazônia uma prioridade nacional. Entre 1966 e 1985 deu-se o planejamento regional para integração efetiva da região, o Estado tomando a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico. Nesse processo, algumas ideias de Furtado tiveram importante papel, mas com interpretação diversa. Trata-se da ideia de colonização da Amazônia mediante estímulo à imigração nordestina, realizada, contudo, sem os complementos econômicos e de circulação necessários a uma experiência consolidada. Outra ideia que parece ter sido tomada de empréstimo com sentido diferente e que foi incorporada ao discurso do vazio demográfico foi a do despovoamento da Amazônia, desconhecendo-se a presença de populações tradicionais e dos índios. A ocupação da Amazônia foi considerada prioridade nacional por várias razões. (BECKER, 2009, p. 220).

Independentemente de o foco geoestratégico estar voltado para a Amazônia ou Antártida, havia um movimento político e científico para este fim nos anos da ditadura. Muitas teorias internacionais foram trazidas e adaptadas para nossa realidade geográfica, outras tantas foram elaboradas de modo a oferecer caminhos que permitissem uma exploração máxima dos recursos naturais do território brasileiro, do seu capital humano, e que oferecessem caminho para o tão buscado progresso e modernização do país. Um dos caminhos trilhados para se chegar nestes resultados foram as propostas tanto de regionalização nacional, comuns à época, e que marcaram parte da produção da ciência geográfica do período em questão.

#### 4.2.1.2 Regionalizar para integrar

A questão da regionalização sempre esteve em pauta no pensamento geográfico brasileiro. Especificidades históricas do território nacional fizeram com que diferentes ideias sobre como dividir a espacialidade continental do país surgissem ao longo dos anos. Quando retomamos a origem do conceito de região no verbete romano *regere*, já vem à tona seu significado secular ligado à administração, controle, repartição para melhor governar, etc. No nosso caso, não foi diferente – tanto as proposições de divisão regional como estadual possuíam, em seu interior, uma busca por uma integração das partes geográficas que fosse mais harmônica com a totalidade territorial entremeada a diversos elementos sociais, culturais e históricos (ARAÚJO, 2013b).

Para nos ajudar com a discussão sobre a questão da região, em sua concepção como *diferenciação* de áreas e superfícies, podemos recorrer a Pedro Geiger (1969): “Quanto às diferenciações da superfície terrestre resultantes da ação humana, elas têm variado muito no transcorrer dos tempos, através de um processo histórico, acompanhando as transformações que se operam sucessivamente na estrutura econômico-social da população, com repercussões no território que ela ocupa.” (GEIGER, 1969, p. 6). Um exemplo mais concreto destas transformações mencionadas por Geiger (1969) são as tentativas governamentais de melhorar as divisões das unidades estaduais, que levariam o autor a fazer sua grande proposta de regionalização.

Apesar de suas colaborações cartográficas serem, até os dias atuais, uma das maiores referências em regionalização do país, o autor faz importantes considerações teóricas sobre o percurso até suas propostas de divisão regional: “Esta a razão de se considerar região, no sentido estreito da palavra, como uma forma geográfica que surge apenas em determinada



fase histórica de um território.” (GEIGER, 1969, p. 7). Podemos interpretar esta colocação de Geiger (1969) do ponto de vista teórico, já que o autor acresce à sua regionalização um toque de reflexão de primeira importância, delimitando a condição de delimitação da regionalização como um fato histórica e geograficamente restrito.

Se Geiger (1969) tem como principal objetivo cartografar suas ideias regionais – mesmo demonstrando grandes contribuições conceituais sobre a temática regional –, de modo a estabelecer parâmetros de referência nacionais, Correa (1987) volta-se aos aspectos teóricos da análise regional, e não necessariamente da regionalização em si: “Primeiramente, é conveniente frisar de novo que a Análise Regional, em Geografia, deve ter como quadro territorial um segmento da superfície terrestre que atenda a uma das três possibilidades: ter sido, ser ou estar em vias de se tornar uma região.” O autor reforça, ainda, este aspecto de problematização teórica: “Com isto, estamos dizendo que a Análise Regional não tem como quadro territorial, uma porção qualquer da superfície terrestre.” (CORREA, 1987, p. 51).

Ainda aprofundando a questão da metodologia da análise regional, Correa (1987) afirma que o conteúdo deve ser priorizado qualitativamente, aumentando, assim, o grau de riqueza da regionalização desejada, a partir é claro, da característica geográfica escolhida para servir de parâmetro regional como, por exemplo, aspectos naturais, sociais, etc.: “Em segundo lugar, parece-nos de fundamental importância que se considere o conteúdo da região sob análise, conteúdo que não está meramente localizado em um dado território, mas conteúdo que funde-se ao território, diferenciando-se qualitativamente dos demais territórios, atribuindo-lhe uma determinada particularidade.” (CORREA, 1987, p.51).

Para fechar sua proposta, o geógrafo da UFRJ faz, ainda, uma ressalva para importância do devir espacial, a de que considerar o impacto das transformações, em menor ou maior escala, no espaço geográfico é fundamental para que a análise regional seja efetuada com a maior acurácia possível, mesmo que o recorte fático da regionalização sempre remeta à impossibilidade de totalização do fenômeno da realidade objetiva: “Em terceiro lugar, os processos devem estar sempre presentes em uma Análise Regional. É necessário que se compreenda a gênese e a evolução da região, quer dizer, a origem e o curso das transformações que culminaram na diferenciação de um dado segmento da superfície da terra.” (CORREA, 1987, p. 51).

Figura 81: República Federativa do Brasil - 1970



Fonte: IPEA, 2002, p. 27

A análise regional precede a regionalização, princípio lógico que pode ser constatado nas figuras 81 e 82. Para se chegar a uma proposta de divisão regional, diferentes fatores devem ser considerados, como a demografia, a população economicamente ativa, a distribuição dos grandes centros urbanos, as atividades econômicas e sua disposição nas unidades da federal, etc. Levando-se em consideração estes fatores, entre 1970 e 1980 o Brasil passou por profundas mudanças, diretamente ligadas às propostas de regionalizações no mesmo período:

Ao se considerar os processos, é necessário que se considere os agentes sociais que, através de suas práticas e dos conflitos entre eles, elaboraram a região e atuam no

sentido de sua preservação ou transformação. Esses agentes sociais são concretos: proprietários fundiários, industriais, comerciantes, trabalhadores, o Estado, etc., vinculados a interesses regionais ou extra-regionais, e visando à acumulação ou à reprodução pura e simples do quadro familiar. Ao se considerar os agentes sociais, estabelecem-se as ligações inter-regionais e internacionais, definindo, assim, o significado e o papel da região em um contexto nacional e internacional, ou seja, vendo como questões universais particularizam-se através da região. Neste sentido, o conceito hartshorniano de integração única não é incorporado à Análise Regional. (CORREA, 1987, p.52).

A concretude dos agentes sociais suscitados por Corrêa (1987) é responsável por muitas das idiosincrasias do histórico regional brasileiro. Os estados amazônicos, por exemplo, são os que mais passaram por este tipo de transformação temporal, com percursos de reconhecimento de sua condição estadual permeados por interesses oligárquicos, econômicos ou comerciais, além, é claro, de todo o apelo retórico territorialista presente no extremo norte amazônico.

As intensas mudanças de alocação dos estados entre as regiões administrativas mostram como o ato de regionalizar comporta as mudanças constantes na dinâmica territorial de um país. Percebe-se que uma das dificuldades encontradas em ambas as representações está no posicionamento regional dos estados limítrofes dos biomas, como Amazônia e Caatinga, principalmente na porção centro-norte do país. Muitas vezes, acordos políticos ou singularidades históricas acabam por suplantar estas indecisões nas regiões.

Figura 82: República Federativa do Brasil - 1980



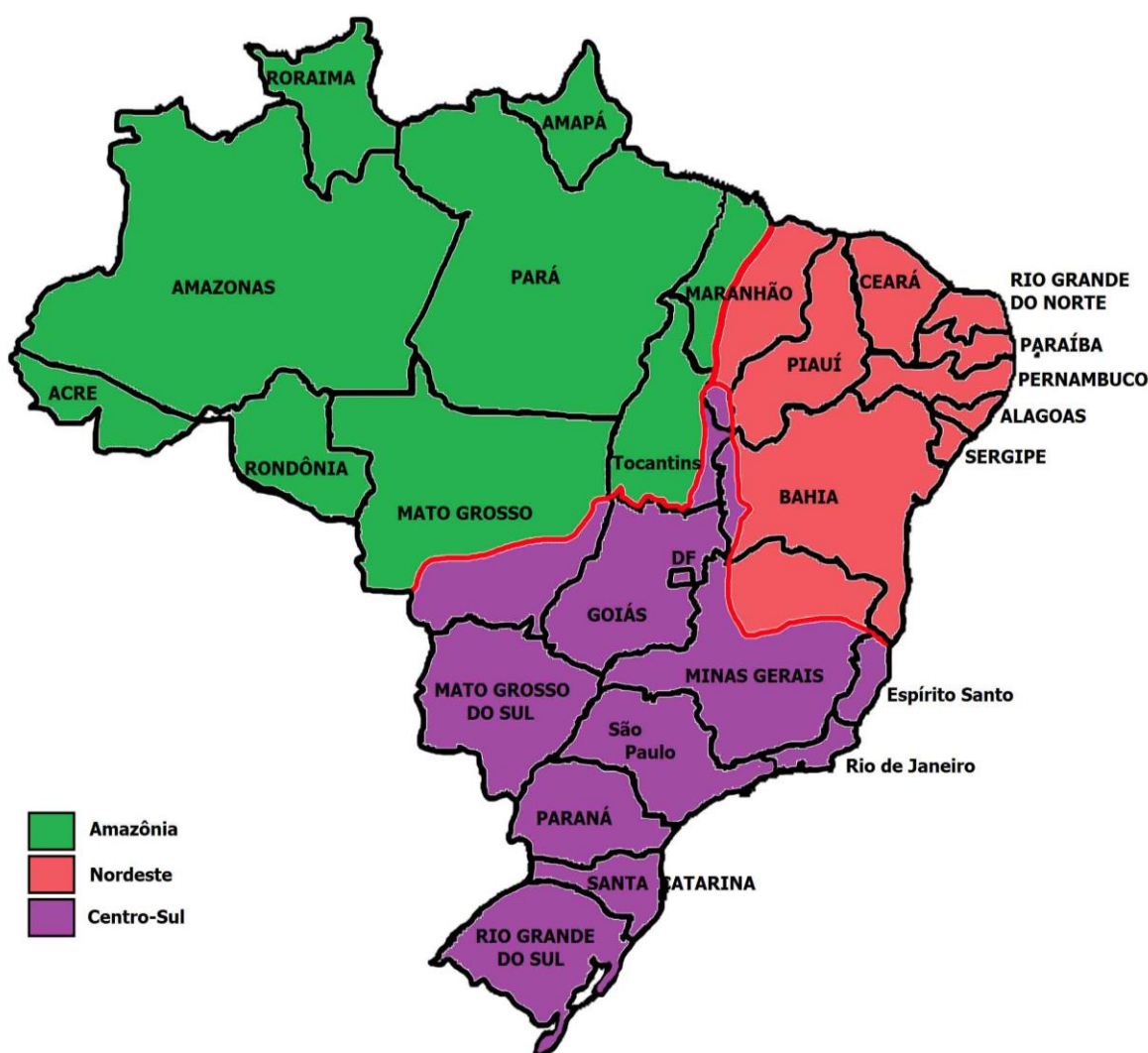
Fonte: IPEA, 2002, p. 29

Na figura 82, o principal aspecto ser destacado é, ainda, a ausência do estado do Tocantins, que viria a compor a totalidade dos entes da federação em 1985, separação esta consolidada legalmente pela Constituição de 1988. Outra diferença notada é a integração do estado tocantinense à região Centro-Oeste, hoje situado na região Norte, devido à presença de zonas de transição da Amazônia em suas fronteiras norte-ocidentais.

O estado de Rondônia também se destaca por não aparecer com esta nomenclatura na representação de 1980. Nomeado território Guaporé até 1956, em 1981 com o auxílio político do marechal Rondon, é elevado à condição de estado, firmando-se assim como uma das porções territoriais mais avançadas do Estado brasileiro; no mesmo contexto, Roraima seria reconhecido como estado somente em 1991, e o Amapá, 1992 (BRASIL, 1988).

Aproveitando-se da evolução regional brasileira é que Pedro Geiger (1969) apresenta seus *complexos regionais*, respeitando algumas das diretrizes de delimitação existentes, mas voltando-se para as características econômicas, transparecidas na “ultrapassagem” de suas linhas em nos limites dos complexos em alguns estados, como Maranhão, Bahia, Mato Grosso e Minas Gerais:

Figura 83: Complexos Regionais de Pedro Geiger de 1967



Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br>

Neste modelo de 1967, há a interferência de outros elementos regionais para a definição das fronteiras dos complexos. Por exemplo, a linha divisória do Centro-Sul ao Norte de Minas Gerais faz referência à grande disparidade ambiental deste estado, entre Cerrado e zona de transição com a Caatinga. Outro caso ocorre no Mato Grosso, cuja porção sul, mais próxima dos estados mais industrializados como São Paulo e Paraná, encontra-se separada do

complexo regional nomeado Amazônia. Para justificar estas divisões Geiger (1969), apresenta a ideia de regiões homogêneas e polarizadas para compor seus modelos regionais:

Isto significa que, nos países subdesenvolvidos, a constituição de regiões polarizadas plenas se verifica nas poucas áreas mais evoluídas e que nas outras, elas se apresentam apenas esboçadas, como formas de convergência para um modelo ideal. Êstes esboços são superpostos a regiões tradicionais mais ou menos bem conservadas. Nestes países processos atuais de povoamento ou de transformação econômica em espaços já ocupados ainda podem dar origem a novas regiões homogêneas que se apresentam como se fôssem grandes setores ligados aos grandes pólos nacionais e regionais. (GEIGER, 1969, p. 9).

Assim como a Geopolítica e Geoestratégia típicas do período militar, Geiger (1969) esclarece o caráter estratégico, política e economicamente, de seus complexos regionais: “Uma estratégia espacial é praticada quando se fornecem prioridades na implantação de elementos de infra-estrutura, ou quando se providencia a ampliação da centralidade de uma cidade pela introdução de órgãos de administração, de estabelecimentos educacionais ou de saúde, etc.” (GEIGER, 1969, p. 18).

Os complexos regionais, as regiões polarizadas e homogêneas estruturam um grande pano de fundo para a integração nacional pela divisão de suas regiões da forma mais coesa possível, mesmo que sejam passíveis de críticas por perpetrarem muitas das desigualdades sociais presentes entre os estados e regiões. Com base nos complexos regionais de Geiger e em toda a demanda por respostas aos problemas desta natureza que chegaram aos geógrafos da época, Becker (1974), além de defender a hitelândia (a área pivô central) amazônica, argumenta sobre o que deveria ser considerado em uma regionalização do território brasileiro:

1.0 - *demanda de recursos*; 2.0 - *implantação de transportes e comunicações* que permitem o acesso à informação, aos recursos e aos mercados; 3.0 - *diversificação de sua estrutura econômica*. Esta depende, de um lado, da possibilidade de criação de um mercado interno, como decorrência da retenção de salários na região e de uma dimensão mínima crítica de população; de outro lado, depende da criação de uma infraestrutura psicossocial, representada pela formação de grupos identificados com os interesses regionais-empresários, intelectuais, políticos-regionais - capazes de pressionar a decisão externa para investimentos orientados para a integração interna da região; 4.0 - *capacidade de ganhar ou reter poder de decisão*; a integração econômica com resto do sistema nacional, resultante da diversificação da base econômica, faz crescer a importância da região no contexto nacional, dotando-a de capacidade para pressionar no sentido de ter maior participação no processo de decisão nacional, levando a uma integração política. (BECKER, 1974, p. 29).

O impacto das mudanças econômicas é analisado por Becker (1974) em sua avaliação dos elementos que devem ser colocados em pauta na elaboração das propostas de regionalização do território. Para a autora, a estrutura espacial da sociedade brasileira é

refletida na distribuição da mesma pelos estados e regiões, situação esta visível nos complexos regionais de Geiger de 1967:

Sociedade em industrialização, o Brasil possui estrutura espacial fortemente desequilibrada, mas em virtude da extensão do seu território apresenta uma especificidade. Se a grande extensão, em termos de recursos e população, contribui certamente para o acelerado ritmo de industrialização e urbanização verificado nas últimas décadas, certamente contribui, também, para a acentuação do desequilíbrio espacial (BERRY, GOTTMANN, KUZNETS). Com efeito, dentre 24 países, o Brasil acusa o maior índice de desequilíbrio regional (WILLIANSOON, 1965). Este fato se reflete em sua estrutura espacial; a formação de regiões metropolitanas e o crescimento de centros urbanos são simultâneos e interdependentes, com a elaboração de grandes desigualdades regionais de desenvolvimento. Assim, os objetivos nacionais quanto à estrutura espacial têm que considerar tantos os problemas metropolitanos como os do desenvolvimento regional. (BECKER, 1974, p. 4).

Tanto na regionalização de Geiger (1967) como na do IBGE observa-se uma transposição dos quadros de desenvolvimento regional e dos estados para os limites de cada região. Esta configuração da repartição das áreas transparece até mesmo na similaridade das nomenclaturas. No fundo, colocou-se nestes mapas uma intenção de representação muito além dos dados físicos ou demográficos, com nuances da distribuição demográfica, do histórico da industrialização e urbanização:

[...] dos transportes, das comunicações e da transmissão de energia, que permitem o contacto mais denso e rápido entre vastas áreas geográficas. Este progresso de transportes e comunicações destina-se, ou deve se destinar, a servir à expansão da produção e à distribuição mais equilibrada das riquezas entre a população, fenômenos ligados ao processo contínuo da industrialização. [...]Por tudo isso, a regionalização é um processo tanto mais profundo e nítido quanto mais desenvolvido o país e inexistente nos territórios mais subdesenvolvidos, onde permanecem diferenciações tradicionais do espaço. Compreendendo certa autonomia dos territórios, ou vida própria regional, na realidade, a regionalização significa também maior homogeneização do país, pelas razões apontadas, difusão do progresso e das modernas formas de vida, uma vez que cada pólo regional imita a metrópole nacional quanto a padrões de urbanização, níveis culturais, etc. Por outro lado, a regionalização moderna não retira o caráter de especialização de algumas regiões em determinada produção ou atividade, que, quando voltadas para o mercado interno, assegura a integração nacional. (GEIGER, 1969, p. 10-11).

O autor ainda faz importantes conceituações sobre os domínios naturais e regiões humanas, fundamentais para a diferenciação de áreas e regionalização: “Os processos de diferenciação do espaço terrestre são de natureza diversa. A formação de quadros naturais distintos tem suas raízes em épocas geológicas passadas. A sua elaboração se deu geralmente, através de longos períodos do tempo.” A escala temporal também é colocada em relevo na no engendramento dos limites regionais: “Na escala histórica os domínios naturais apresentam-se

como imutáveis; transformações rápidas que se operam nestes quadros se devem à intervenção do homem, rompendo equilíbrios naturais.” (GEIGER, 1969, p. 6).

#### 4.2.1.3 A regionalização: do político ao físico

Haverá unidade na diversidade política e social, e também nos elementos naturais da paisagem. Para Ab’Sáber (2007), a ideia de uma *geoesfera* transmitia, em si, tal conjugação da diversidade natural e humana das paisagens. Seus domínios morfoclimáticos são a melhor referência para esta ideia do geomorfólogo paulista, com um olhar mais integrador e holístico, muito provavelmente por influência do geógrafo Jean Tricart, autor da obra *Ecodinâmica* (1977). Em suma, por unidade morfoclimática entende-se:

[...] entendemos por domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo. A essa área mais típica e contínua – via de regra, de arranjo poligonal – aplicamos o nome de *área core*, logo traduzida por *área nuclear* – termos indiferentemente empregados, segundo o gosto e as preferências de cada pesquisador. (AB’ SÁBER, 2007, p.11-12 – grifo nosso).

Os termos utilizados por Ab’Sáber, como feições de relevo, condições climático-hidrológicas e formas de vegetação, além das diversas tipologias do solo, mostram como o relevo, em sua visão, deveria mostrar não apenas divisões cruas, retas e limítrofes, mas sim uma grande unidade entremeada por diferentes nuances geomorfológicas. Por isto que, juntamente com suas unidades morfoclimáticas, existem as *áreas de transição*, formadoras das fronteiras desta unidade natural, e pelas quais a dinâmica entre os biomas estaria melhor disposta no território.

Muitas influências de correntes geográficas passadas podem ser detectadas nesta regionalização geomorfológica. Talvez a principal delas seja das antigas monografias regionais dos geógrafos franceses no início do século XIX (CLAVAL, 2011). Ainda que naquela época a preocupação fosse muito mais descritiva que analítica, o possibilismo e funcionalismo traziam consigo a ideia do todo, de uma integração entre os diversos elementos presente nas paisagens naturais. As unidades morfoclimáticas de Ab’Sáber também dão a impressão de busca por uma harmonia do diverso, e continuidades das diferenciações fluviais, faunísticas, florísticas e humanas também.



Figura 84: Domínios Morfoclimáticos, de 1965



(AB’SÁBER, 2007, p. 16).

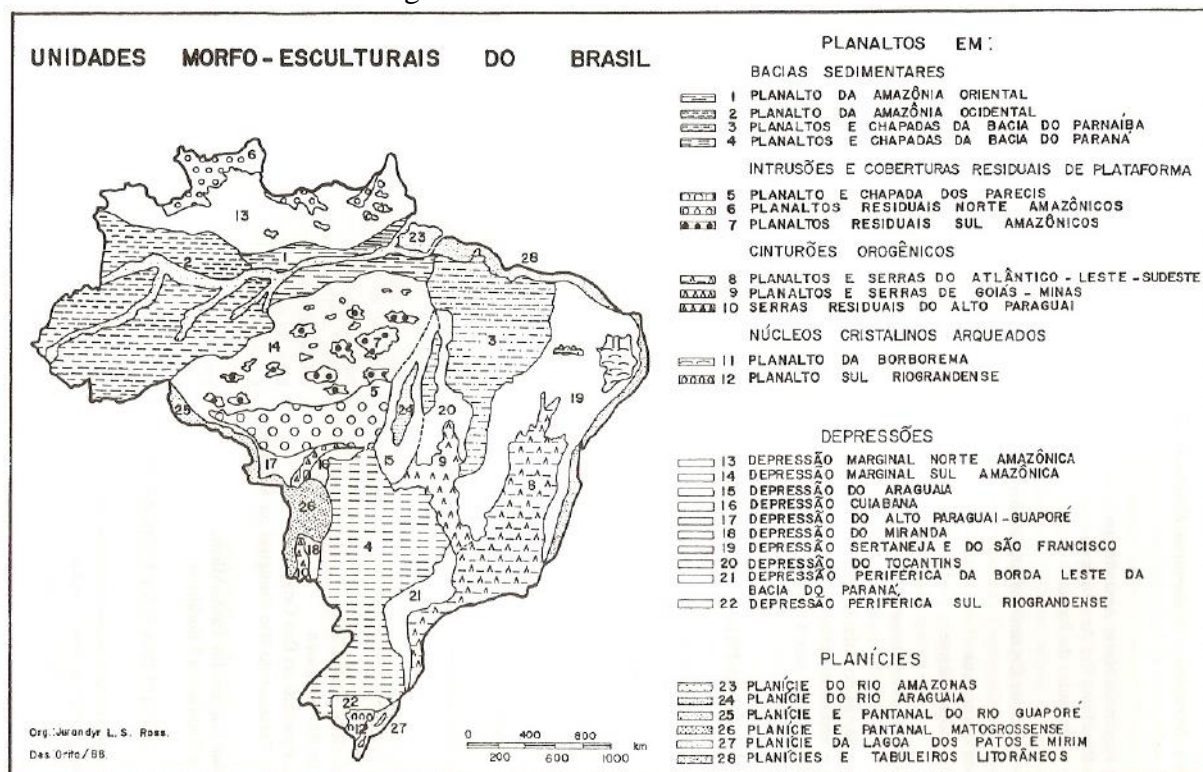
No ínterim dos domínios morfoclimáticos está a busca pela integração homem-meio, a metodologia ecológica defendida por Tricart (1977, p. 15), como um sistema dialético e dinâmico: “Estudar os problemas do meio ambiente responde ao nosso conceito de que a ciência deve contribuir para o bem público. A metodologia a ser adotada é, necessariamente, a ecológica. Devemos estimar o impacto das ações técnico-econômicas do Homem sobre o ecossistema.” A divisão de Ab’Sáber procura integrar os diferentes elementos e camadas da diversidade natural brasileira, assim como orientado por Tricart (1977, p. 67) em sua análise morfodinâmica: “[...] justapor os aspectos climáticos e morfoestruturais, aqui devemos seguir um caminho definido pela aproximação taxonômica, classificação esta que deveria conter, de forma integrada, o sistema morfogenético, os processos atuais de morfogênese, influência antrópica, e o grau de estabilidade morfodinâmica.” Assim como ocorrera, como citado no

capítulo anterior, no caso dos geossistemas em tentar um diálogo entre as frentes natural e cultural no espaço geográfico, alguns autores, principalmente da área da Geomorfologia (como o era Antonio Christofolletti), considerarão, novamente, o sistema como epicentro conceitual, mas dinâmico e integrado, para as divisões das paisagens naturais:

O conceito de sistema é, atualmente, o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas do meio ambiente. Ele permite adotar uma atitude dialética entre a necessidade de análise – que resulta do próprio progresso da ciência e das técnicas de investigação – e a necessidade, contrária, de uma visão de conjunto, capaz de ensejar uma atuação eficaz sobre esse meio ambiente. Ainda mais, o conceito de sistema, é, por natureza, de caráter dinâmico e por isso adequado a fornecer os conhecimentos básicos para uma atuação – o que não é o caso de um inventário, por natureza estática. (TRICART, 1977, p. 19).

O autor francês afirma que sua orientação metodológica tem por objetivo melhorar a Geografia Física: “[...] corrigindo o excesso unilateral da atitude analítica, da qual sofreu, isolando-se cada vez mais das outras ciências e permanecendo uma disciplina por demais acadêmica.” (TRICART, 1977, p. 19), preocupação que será relevada por autores atuais nos manuais didáticos desta área da ciência geográfica, como, por exemplo, Jurandyr Ross (1989).

Figura 85: Unidades Morfo-Esculturais do Brasil



Fonte: Ross (1989, p.30).

Ross é incisivo com relação à necessidade de atualização das regionalizações do quadro geomorfológico, climático e botânico brasileiro nos currículos e manuais didáticos das escolas brasileiras: “Os livros didáticos de geografia para o primeiro grau editados na atualidade mostram-se extremamente desatualizados no que se refere aos novos conhecimentos que se tem a respeito do relevo brasileiro.” (ROSS, 1989, p. 22). Este tema em específico – os livros didáticos e currículos escolares –, será tratado mais adiante no **tópico 000**, em poderemos expandir o debate para os desígnios da intencionalidade militar na formação discente e docente até o fim do regime de exceção no Brasil.

Por fim, o autor utiliza o percurso histórico dos grandes “regionalizadores” para justificar suas ideias de reconfiguração das divisões regionais até então vigentes: “Desde a classificação proposta, e amplamente divulgada, do prof. Aroldo de Azevedo, muitas contribuições foram feitas principalmente prof. Aziz Nacib Ab’Sáber que em geral não foram incorporadas ao ensino médio e de primeiro grau.” (ROSS, 1989, p. 25). Um exemplo de uma das ideias de Ross aplicada às novas divisões morfológicas do Brasil são suas morfoestruturas:

A noção de morfoestrutura está extremamente vinculada à influência da estrutura geológica na gênese das formas. Já, a de morfoclimática, associa-se aos tipos climáticos determinantes nos processos morfodinâmicos que operam na atualidade na esculturação das formas. Por outro lado as unidades ou zonas morfoesculturais não correspondem exclusivamente às formas de relevo dos climas atuais, mas também incluem as influências dos climas pretéritos que deixavam na paisagem marcas de sua presença através das paleoformas e da macro-compartimentação. [...] Assim, uma unidade morfoescultural, que se distingue em função das formas de relevo predominantes, qualquer que seja sua gênese ou idade, pode abranger uma ou mais estruturas geológicas. (ROSS, 1989, p. 28).

Com estas propostas, Jurandyr Ross claramente utiliza as indicações de classificação dantes dominantes, as de Ab’Sáber particularmente (quase metade da bibliografia de referência), o que demonstra uma preocupação em não apenas substituir o modelo existente, mas acresce-lo de melhores informações, atualizações, definições e aplicações, principalmente em relação ao seu uso nas escolas.

Para encerrarmos este breve debate sobre a regionalização no contexto da integração nacional, é possível sintetizar este momento nos pontos de maior impacto histórico, e geográfico que o configuraram. Se, num primeiro momento, as divisões regionais administrativas, políticas e físicas possuíam um caráter de maior fechamento em si mesmo, com o tempo, a inevitabilidade da dialética histórica e do dinamismo ambiental fez com que muitos conceitos e modelos fossem revistos, atualizados ou abandonados, de modo a

contemplar as novas realidades geográficas dispostas no Brasil e, certamente, este movimento de renovação ainda perdurará por muitos anos, exigindo uma reflexão perene e constante sobre os elementos naturais e humanos do espaço geográfico brasileiro e suas disposições regionais.

#### 4.2.2 A potência *espetacular* do verdeamaralismo na ditadura

A materialização (concretização) da ideologia é um processo histórico, e como tal, contínuo, e passível de mudanças e variações. Se o Brasil possui seu mito fundador edênico há séculos (CHAUÍ, 2005; MAGNOLI, 1997), então, no decorrer deste tempo, o pensamento em torno desta ideia ideológica – intencional – também teve suas modulações. Desde o fim do primeiro período militar da fase republicana, em 1930, diferentes modos de se projetar esta ideologia espacial da ufania edênica vem sendo aproveitados de diferentes formas, seja por Vargas, Kubitschek, ou pelos governos militares.

Para Debord (1997), a *sociedade do espetáculo* é parte integrante da modernidade industrial dominante no modo produção capitalista ocidental, e esta espetacularização seria um dos principais pontos de detecção da ideologia desta sociedade classista, desigual e consumidora não só de produtos concretos, mas de informação e entretenimento:

A ideologia é a *base* do pensamento numa sociedade de classes, no curso conflitual da história. Os fatos ideológicos não foram nunca simples quimeras, mas a consciência deformada das realidades, e, enquanto tais, fatores reais exercendo, por sua vez, uma real ação deformada; na medida em que a *materialização* da ideologia na forma do espetáculo, que arrasta consigo o êxito concreto da produção econômica autonomizada, se confunde com a realidade social, essa ideologia que pode talhar todo o real segundo o seu modelo. (DEBORD, 1997, p. 134).

Com a ajuda teórica de Debord (1997), conseguimos visualizar a copa do mundo como espetáculo, pois não apenas nela, mas em outros grandes eventos esportivos de mesmo porte são detectáveis sinais, ícones, referências e conexões de interesses ideológicos, sejam eles de cunho comercial, político ou cultural: “O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta na sua plenitude a essência de qualquer sistema ideológico.” (DEBORD, 1997, p. 134).

Podemos ver uma correlação destas teorizações de Debord (1997) com a noção de ideologia como concreção da intencionalidade e interesse de uma determinada hegemonia social (KOSIK, 1976). De modo geral, é possível compreender o espetáculo esportivo como ideologia pelo fato de mesmo elencar os elementos simbólicos já listados, mas, mais que do isto, por chegar a patamares de apreciação que vão de nichos populacionais aos mais variados públicos ao redor do mundo, fazendo com que este eventos sejam um dos principais instrumentos ideológicos utilizados por forças estatais, publicitárias, mercadológicas, etc.

Para Debord (1997), contudo, a ideologia deve ser entendida e teorizada como o velamento do real, encoberto, ou servindo como suporte para a geração de névoas de

sentidos que retiram da realidade sua essência, já que a ideologia, segundo o autor, gera “[...] o empobrecimento, a submissão e a negação da vida real.”(DEBORD, 1997, p. 135).” Esta condição do espetáculo como mercadoria para os trabalhadores é comentada, também, por Benjamin (2000, p. 11): “Aquilo que o assalariado realiza no trabalho diário não é menos importante que o aplauso e a glória do gladiador na antigüidade” (BENJAMIN , 2000, p. 11), sobre o porquê do interesse tão claro e incisivo das forças comerciais e estatais nestes espetáculos das massas.

Recuperar as conceituações sobre a indústria cultural dos representantes da Escola de Frankfurt torna possível entendermos a potência de aproveitamento ideológico existente nos grandes eventos esportivos. DaMatta (2006) explora este cenário nos casos das copas do mundo a partir de 1950, algo próximo das conceituações sobre a invenção das tradições trabalhada por Hobsbawm (2015) e Anderson (1993). Por meio do evento esportivo era possível, literalmente, “materializar a ideologia” do regime, em seu ufanismo, verdeamarelismo e toda a retórica nacionalista. A respeito desta forma de ideologia concreta pelas vias do espetáculo, Debord (1997) sustenta que

O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à *ocupação total* da vida social. Tudo isso é perfeitamente visível com relação à mercadoria, pois nada mais se vê senão ela: o mundo visível é o seu mundo. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente. Até mesmo nos lugares menos industrializados, o seu reino já se faz presente com algumas mercadorias-vedetas, com a dominação imperialista comandando o desenvolvimento da produtividade. Nestas zonas avançadas, o espaço social é invadido por uma sobreposição contínua de camadas geológicas de mercadorias. (DEBORD, 1997, p. 23).

A copa do mundo de 1970 foi uma grande oportunidade, no sentido de espetáculo político, a ser aproveitada pelo governo; e não apenas a copa do mundo – nos últimos anos, os grandes eventos esportivos vem potencializando seu poder de alcance das massas, sempre ligados aos ganhos imensuráveis advindos a reboque de suas realizações: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação” (DEBORD, 1997, p. 13).

Sobre o jogo como espetáculo ideológico para arrecadação de dividendos e como ação de larga escala do capitalismo, Galeano (2004, p. 14) afirma que: “[...] se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para ser jogado, mas para impedir que se jogue.” Para Ribeiro (2007), o futebol como esporte

de larga escala de afeição e prática ao redor do mundo está ligado à expansão do modo de produção capitalista, em especial à sua feição mundializada a partir da segunda metade do século XX (RIBEIRO, 2007). Este é o mesmo posicionamento de Debray (1995) a respeito da “planetização” do espetáculo do futebol pelas grandes corporações:

Além de modificarem as normas de incitação, consumo e controle de vestígio e memória, as novas tecnologias das imagens, sons e signos planetarizam uma e unicamente uma economia política de consciência que ameaça revelar-se cruel para os desviantes e perturbadores. A transformação do sujeito vivo, procriador e mortal, em objeto de manipulação técnica mobilizou, claramente, uma responsabilidade social. A transformação do sujeito cultural, que decide e deseja, imaginativo e emocional, em que objeto de manipulações da mesma ordem ainda não mobilizou abertamente, entre os atores como entre os decididores, uma responsabilidade equivalente. (DEBRAY, 1995, p. 159).

O encapsulamento das competições de grande alcance pelos interesses mercadológicos seria inevitável, segundo o autor, justamente porque deté o poder de agrupar grandes efetivos de consumidores num espaço-tempo profícuo para comercialização tanto do jogo em si como outros produtos: “A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia.” (GALEANO, 2004, p. 14).

A relação íntima entre o jogo e cultura também é levantada por Huzinga (2000), ao apontar os jogos como manifestações sociais: “Dado que nosso tema são as relações entre o jogo e a cultura, não é indispensável fazer referência a todas as formas possíveis de jogo, sendo possível limitarmos-nos a suas manifestações sociais.” (HUZINGA, 2000, p. 9). O autor faz um movimento de transposição da dinâmica do jogo, suas adaptações espaço-temporais e permanência como manifestação social em diferentes culturas, ora como momento de ordenação ora como de descontração, indo da brincadeira aos ritos de passagem mais rijos e tradicionais:

A limitação no espaço é ainda mais flagrante do que a limitação no tempo. Todo jogo se processa e existe no interior de um campo previamente delimitado, de maneira material ou imaginária, deliberada ou espontânea. Tal como não há diferença formal entre o jogo e o culto, do mesmo modo o "lugar sagrado" não pode ser formalmente distinguido do terreno de jogo. A arena, a mesa de jogo, o círculo mágico, o templo, o palco, a tela, o campo de tênis, o tribunal etc., têm todos a forma e a função de terrenos de jogo, isto é, lugares proibidos, isolados, fechados, sagrados, em cujo interior se respeitam determinadas regras. Todos eles são mundos temporários dentro do mundo habitual, dedicados à prática de uma atividade especial. Reina dentro do domínio do jogo uma ordem específica e absoluta. E aqui chegamos a sua outra característica, mais positiva ainda: ele cria ordem e é ordem. Introduce na confusão da vida e na imperfeição do mundo uma perfeição temporária e limitada, exige uma ordem suprema e absoluta: a menor desobediência a esta

"estraga o jogo", privando-o de seu caráter próprio e de todo e qualquer valor. É talvez devido a esta afinidade profunda entre a ordem e o jogo que este, como assinalamos de passagem, parece estar em tão larga medida ligado ao domínio da estética. Há nele uma tendência para ser belo. Talvez este fator estético seja idêntico aquele impulso de criar formas ordenadas que penetra o jogo em todos os seus aspectos. (HUZINGA, 2000, p. 11).

A competição, o jogo e as disputas fazem parte de muitas interações sociológicas do ser humano ao longo de história. Esta *genealogia*, ou natureza intrínseca de nossas sociedades para os jogos, é discutida por Callois (2000), que procura entender a razão de o jogo estar tão ligado às nossas comunidades, ritos e culturas, e por esta condição em ser um dos alvos mais buscados, e efetivos, da espetacularização comercial:

Há uma extraordinária divergência entre as numerosas tentativas de definição biológica do jogo. Um definem as origens e o fundamento do jogo em termos de descarga de energia vital superabundante, outras, como satisfação de certos "instintos de imitação", ou ainda, simplesmente como uma "necessidade" de distensão. Segundo uma teoria, o jogo constitui uma preparação do jovem para as tarefas sérias que mais tarde a vida exigirá; segundo outra, trata-se de um exercício de autocontrole indispensável ao indivíduo. Outras vêem o princípio do jogo como o impulso inato para exercer uma certa faculdade, ou como o desejo de dominar ou competir. Teorias há, ainda, que o consideram uma "ab-reação", um escape para impulsos prejudiciais, um restaurador de energia despendida por uma atividade unilateral, ou "realização do desejo" ou uma ficção destinada a preservar o sentimento do valor pessoal [...]. (CALLOIS, 2000, p. 4).

O *mimicry*, conceito criado por Callois (2000) para representar a ideia do substrato imaginativo e interpretativo na imersão tanto do participante como do espectador no jogo: "Qualquer jogo supõe a aceitação temporária ou de uma ilusão (ainda que esta palavra signifique apenas entrada em jogo: *in-lusio*), ou, pelo menos, de um universo fechado, convencional e sob, alguns aspectos, imaginário." (CALLOIS, 2000, p. 39).

A potência do jogo, social e culturalmente, seria tão grande a ponto conferir-lhe caráter de fenômeno autônomo, ao menos no âmbito de sua ocorrência: "O jogo é uma entidade autônoma. O conceito de jogo enquanto tal é de ordem mais elevada do que o de seriedade. Porque a seriedade procura excluir o jogo, ao passo que o jogo pode muito bem incluir a seriedade." (HUZINGA, 2000, p. 51).



Figura 86: Selo comemorativo conquista Copa de 1970



<http://blog.correios.com.br/filatelica/?p=3952>

Figura 87: Jogadores brasileiros são recebidos com festa em Brasília, 1970.



Fonte: <http://copadomundo.uol.com.br/historia-da-copa/1970-mexico/fotos/#fotoNav=32>

A copa, que se concretizava como representação da incerteza do jogo, torna-se ainda mais aproveitável como capital político e especulação nacionalista, simbolismo este explorado ao máximo nas participações brasileiras no certame, como visto nas figuras 86 e 87. No caso dos militares, houve um grande investimento propagandístico neste sentido, de modo a utilizar o evento esportivo como alicerce da base retórica do Brasil forte, integrado e unido para vitória:

Assim foi até o advento da modernidade que gradualmente transformou todas as atividades em tarefas racionais, desencantando-as. Até a religião, repleta de magia, virou um credo político e uma ideologia seca e desinteressante. Até a guerra passou a ser um jogo marcado pela alta tecnologia que assinala desde o início o vencedor. Tecnologia e racionalidade liquidaram o jogo e o ritual, transformando-os em esportes. Aquilo que vivia repleto de incertezas virou uma atividade controlada, baseada no cálculo e na produtividade. É o que ocorre no vôlei, no basquete, nos esportes olímpicos e, sobretudo, no futebol americano, modalidades esportivas nas quais é praticamente impossível que um time fraco vença um forte. Só o velho futebol-relação-associação — como essa Copa demonstra cabalmente — preservou esses elementos de incerteza que ressuscitam o apelo aos deuses, à reza e à magia. O futebol, fazendo com que a bola corra mais que os homens, encanta novamente o mundo. (DAMATTA, 2006, p. 61).

As copas do mundo, para DaMatta (2006), devido à própria dinâmica do futebol, provocaram uma identificação sinérgica com a população, principalmente pela imprevisibilidade dos jogos: “As Copas, por apresentarem sem mais rodeios a nossa fragilidade e os nossos limites, mesmo quando temos uma imensa esperança de vencer, situam com clareza a necessidade de pôr em diálogo esses dois lados que constituem a existência humana: a certeza e a incerteza, a estrutura (que tudo organiza) e o acontecimento (que tudo transforma).” Esta é a ligação íntima do esporte com a sociedade em seu mais alto nível de interação: “No universo moderno o esporte tem sido um mecanismo e uma ponte exemplar na ligadura dessas duas dimensões da vida em sociedade.” (DAMATTA, 2006, p. 25).

Seguindo argumento semelhante, Mascarenhas lembra o contexto da chegada do futebol no Brasil; nascido na alta sociedade inglesa, abrange uma diversidade muito maior de gosto e praticantes em nosso país: “Chancelado pelos grupos pretensamente modernos e “cosmopolitas”, o futebol aporta no Brasil justo no momento em que as elites brasileiras querem investir abruptamente na ruptura com o passado colonial.” E o autor ainda complementa, sobre a diferença do ludopédio britânico, segregador e de classes, para o praticado no Brasil, integrador e apreciado por toda população: “Por conseguinte, praticam o futebol de forma altamente segregada, falando inglês, como um autêntico ritual de distinção de classe.” (MASCARENHAS, 2013, p. 5).

Figura 88: Médicos cumprimenta atletas da seleção brasileira de futebol, em 1970.



Fonte: <http://acervo.estadao.com.br>

Figura 89: Usina Presidente Bernardes



Fonte: [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

As imagens 88 e 89 são demonstrativas do que foi apresentado pelos autores sobre a copa do mundo. Na primeira, o presidente Médici com os recém-campeões do mundo, registrando e difundindo a imagem da vitória nacional, recurso importante para a retórica militar do governo; na outra, a união da questão simbólica do evento esportivo com um símbolo dos ditames políticos do Estado brasileiro desde o período getulista, uma usina de transformação, representando a modernização do país.

O Estado também aproveita-se, e no caso brasileiro tal atitude ocorreu opressiva e explicitamente, da popularidade do futebol, da natureza social do jogo, e do seu impacto popular as copas do mundo: ¿Puede hablarse de un pasaje de eficacia del Estado a los médios? O mejor: las narrativas nacionales se construyeron sobre varios ejes, soportes y actores, en un régimen plural que contó con la acción y la omisión de mecanismos múltiples pero, todo recortado y amparado por el gran narrador, el Estado nacional. (ALABARCES, 2006, p. 10).

A união entre o Estado, o mercado e os grandes eventos esportivos é um dos focos de Mascarenhas em seu olhar sobre estas grandes competições cada vez mais midiáticas e com maior apelo popular: “Em 1950, o Brasil vivia os primórdios do que seria mais tarde, nos anos do regime militar, a formação da máquina estatal planejadora do território nacional e das cidades.” (MASCARENHAS, 2013, p. 19). Além do discurso da modernização atrelado à realização (no caso de 1950) ou participação em uma copa do mundo (em 1970), o autor reitera a mudança no poderio da representação do evento no decurso do avanço das técnicas de comunicação. Se, num primeiro momento, havia ainda o poder do rádio e poucas projeções televisivas, vinte anos depois, no México, a televisão mostrou a força da imagem, cor e som, juntos, na transmissão do futebol para o mundo.

Não por acaso, o termo arena voltou a ser utilizado para designar os nomes dos modernos palcos de grandes eventos esportivos, a partir do momento que as copas ganharam notoriedade como evento global nas últimas décadas (FOER, 2005), de modo a emular, simbolicamente, as grandes batalhas romanas, logicamente travestidas pela roupagem do grande negócio que são os megaeventos esportivos como as copas e olimpíadas.

De acordo com Nelson Rodrigues, também nasceram outras ideias sobre a população brasileira, tendo a seleção de futebol como símbolo nacional. Com a vitória na final da Copa de 1970 no México, o termo “futebol arte” tomou forma – em uma crônica pós-título chamada “Brasil, Brasil, Brasil” –, como motivo de orgulho patriótico:

Meu Deus, como é gostoso ser patriota. Digo patriota, à maneira antiga, como nos tempos em que se tomava rapé. Nós torcemos, ontem, com as costeletas, os bigodões, o penacho e as esporas do perfeito Dragão do Pedro Américo. Depois da vitória, eu vi a grã-fina das narinas de cadáver, também de penacho e também de esporas. Quanto aos bigodões, Rivelino já os usava. Vocês viram a cidade? Claro que viram. A cidade explodiu, a cidade voou pelos ares. Pela primeira vez, desde Pero Vaz de Caminha, os turistas viram janelas patriotas. Das sacadas, pendia a nossa doce bandeira. Cinco milhões de homens, mulheres e crianças beijaram a bandeira. Os idiotas da objetividade rosnam: — “É ridículo beijara bandeira!” Não faz mal. Vamos assumir, nobremente, o nosso ridículo. Cada povo e cada homem têm sua dimensão de ridículo. Preservemos o nosso. Vejam vocês como é dura a nossa profissão de estilista. Comecei falando do Espectro de 50 e me esqueci do espectro. O que eu queria dizer é que ele, o Espectro, foi varrido a pontapés. Havia em nós uma chaga já velha, senil chaga. A vitória de ontem a tapou. Não resta nem a cicatriz. Ontem, vocês devem ter reparado que a alegria é mais profunda que a dor. Vocês viram as buzinas, a histeria das buzinas, a loucura das buzinas. Viram a formidável procela de bandeiras? Pelo amor de Deus, não me venham falar que o escrete começou tremendo. Justamente porque treme é que o escrete se consagrou como o maior da “Copa”. O Brasil desmontou o mito burlesco do futebol-força. Os entendidos, querendo humilhar o futebol brasileiro, punham o Europeu nas nuvens. Nós estávamos atrasados trinta anos. Só eles tinham velocidade, ao passo que nós andávamos de velocípede. Eu próprio cheguei a acreditar que os europeus tinham uma saúde de vaca premiada. Com perdão da metáfora, as vacas premiadas somos nós. Vocês querem saber por que trememos nos primeiros minutos? Porque somos artistas e os artistas têm uma larga, uma generosa, uma insuperável emotividade. Nós marcamos um gol e choramos. E daí? E vocês gostariam de ser uns impotentes do sentimento como Belzebu, o Abominável Pai da Mentira? A maior frustração de Satã é não ter, em sua biografia, uma única e escassa lágrima. (RODRIGUES, 2013, p. 110).

É a partir desta defesa do patriotismo da nação brasileira pelo futebol que Rodrigues (1993) elabora a sua famosa máxima d’*O Complexo de Vira-Latas* – texto originalmente escrito em 1958, devido ao empate em 0x0 com a seleção inglesa –, no qual utiliza o esporte da copa do mundo para criticar a maneira como os jogadores da seleção brasileira sujeitaram-se aos ingleses. Para o autor, esta crítica poderia ser expandida para a totalidade da população, em sua relação com indivíduos de outras nacionalidades, especialmente àqueles pertencentes aos países desenvolvidos:

Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos “os maiores” é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: — e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: — porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos. [...] Eu vos digo: — o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol para dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que ele se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: — para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão. (RODRIGUES, 1993, p. 61).

Inspirado pela vitória da seleção contra a França por 5 a 2, Nelson Rodrigues escreve outro texto intitulado *É chato ser brasileiro!*, no qual dá outro tom ao *viralatismo* dos jogadores, anteriormente criticado. Poderíamos, inclusive, elaborarmos a crítica à soberba dos brasileiros no futebol defendida pelo autor – fenômeno este que voltou à tona após a acachapante goleada por 7x1 num incipiente *neoverdeamarelismo* na copa do mundo do Brasil em 2014 – após uma goleada contra os franceses:

E a quem devemos tanto? Ao escrete, amigos, ao escrete que, hoje, é o meu personagem da semana, meu múltiplo personagem. Personagem meu, do Brasil e do mundo. Graças aos 22 jogadores, que formaram a maior equipe de futebol da Terra em todos os tempos, graças a esses jogadores, dizia eu, o Brasil descobriu-se a si mesmo. Os simples, os bobos, os tapados hão de querer sufocar a vitória nos seus limites estritamente esportivos. Ilusão! Os 5 x 2, lá fora, contra tudo e contra todos, são um maravilhoso triunfo vital de todos nós e de cada um de nós. Do presidente da República ao apanhador de papel, do ministro do Supremo ao pé-rapado, todos aqui percebemos o seguinte: — é chato ser brasileiro! Já ninguém tem mais vergonha de sua condição nacional. E as moças na rua, as datilógrafas, as comerciárias, as colegiais, andam pelas calçadas com um charme de Joana d’Arc. O povo já não se julga mais um vira-latas. Sim, amigos: — o brasileiro tem de si mesmo uma nova imagem. Ele já se vê na generosa totalidade de suas imensas virtudes pessoais e humanas. (RODRIGUES, 1993, p. 71-72).

Apesar deste discurso patriótico, que se inclinava à essência verdeamarelista atrelada ao futebol, o autor se mostrou um grande crítico do Golpe de 1964, escrevendo sobre a nova constituição de 1967. Rodrigues (2013) traz para o debate a questão do preço pago pela população pela chegada do regime de exceção dos militares, mesmo que nos desportos (como foi o caso da Copa de 1970), o sucesso e impacto na população fossem diretos:

O camêlo continua empunhando o folheto como um estandarte dionisíaco: — A Nova Prostituição do Brasil! A Nova Prostituição do Brasil! Um turista que por ali passasse havia de anotar no seu caderninho: “O Brasil acaba de promulgar a sua nova prostituição.” [...] Depois de cuspir para trás, por cima do próprio ombro, o homem recomeça: — A Nova Constituição do Brasil! A Nova Constituição do Brasil! Só então percebo o monstruoso engano auditivo. Onde é que meus ouvidos estavam com a cabeça? Ah, uma incorreção acústica pode levar o sujeito a sair por aí derrubando bastilhas e decapitando marias antonietas. (RODRIGUES, 2013, p. 86-87).

Com a copa de 70, aumentou a discussão em torno do futebol *arte* como símbolo da identidade nacional, pois a disciplina tática dos jogadores desta copa, alguns remanescentes ainda do primeiro ou segundo título mundial, contrastava com que se esperava da seleção brasileira de futebol em termos de plasticidade e técnica: “Qual seria a identidade do futebol brasileiro, o improvisado e criatividade do futebol arte, almejado e defendido desde a década de

1950 ou a disciplina tática e apuramento técnico visto na copa de 1970?” (GUTERMAN, 2006, p. 40). Esta discussão do potencial identitário das seleções de futebol também é levantada pelo sociólogo argentino Pablo Alabarces (2006) quando este discorre sobre a relação entre a força simbólica e social das copas do mundo com as narrativas nacionalistas dos países latino-americanos, utilizando o exemplo argentino em sua análise.

Para o autor, não apenas o Estado possui protagonismo no aproveitamento dos grandes eventos esportivos, principalmente a partir de sua explosão como espetáculo de massas a partir da segunda metade do século XX: “Las narrativas nacionales futbolísticas tienen distintos enunciadores, y en la mayoría de los casos no son estatales, en el sentido de que su relación con los aparatos del Estado es por lo menos discontinua y de una autonomía relativa: son periodistas populares, directores de cine de masas, narradores.” (ALABARCES, 2006, p. 5). Estas considerações de Alabarces (2006) vão ao encontro do papel exercido, por exemplo, por Nelson Rodrigues e seus relatos das copas do mundo, além, é claro das grandes redes empresariais de circulação de informação televisiva, radiofônica, ou digital, se trouxermos a discussão para nossos tempos.

Temos, então, pensadores do Brasil e Argentina discorrendo sobre o papel da participação de seus países nas copas do mundo de futebol, e como o desempenho ou resultados destas participações afetam a relação do povo com as mesmas. Na mesma seara de debate, Galeano (2004) analisa o impacto das copas também para o cenário uruguaio, e latino-americano como um todo:

Em pleno carnaval da vitória de 70, o general Médici, ditador do Brasil, presenteou com dinheiro os jogadores, posou para os fotógrafos com o troféu nas mãos e até cabeceou uma boa na frente das câmeras. A marcha composta para a seleção, Pra frente Brasil, transformou-se na música oficial do governo, enquanto a imagem de Pelé voando sobre a grama ilustrava, na televisão, anúncios que proclamavam: Ninguém segura o Brasil. Quando a Argentina ganhou o Mundial de 78, o general Videla utilizou, com idênticos propósitos, a imagem de Kempes irrestível como um furacão. O futebol é a pátria, o poder é o futebol: Eu sou a pátria, diziam essas ditaduras militares. Enquanto isso, o general Pinochet, manda-chuva do Chile, fez-se presidente do Colo-Colo, time mais popular do país, e o general García Mesa, que havia se apoderado da Bolívia, fez-se presidente do Wilstermann, um time com torcida numerosa e fervorosa. O futebol é o povo, o poder é o futebol: Eu sou o povo, diziam essas ditaduras militares (GALEANO, 2004, p. 136, 137).

Temos, então, que a copa do mundo é um evento esportivo mundializado, espacial, capitalista, popular e passível de grande aproveitamento ideológico. Por estes motivos, enquanto evento esportivo de grande apreciação popular, a copa tornou-se um dos principais focos dos governos militares: “A espacialidade da Copa retrata, de alguma forma, o panorama

da rede urbana brasileira em meados do século XX, tema que poderá ser melhor explorado em estudos posteriores.” (MASCARENHAS, 2013, p. 18). Este ideologismo espacialista das copas do mundo é ressaltado por Chauí (2005), que considera a espacialista destes eventos como um dos pontos de fortalecimento e reificação da mitologia edênica que acompanha o Estado nacional brasileiro desde suas origens.

Assim, da Copa do Mundo de 1958 à de 1970, o verdeamarelismo, se não permaneceu intacto em todos os seus aspectos, manteve-se como representação interiorizada da população brasileira que, sem distinção de classe, credo e etnia, o conserva mesmo quando as condições reais o desmentem. É interessante observar que o verdeamarelismo opera com uma dualidade ambígua. De fato, o Brasil de que se fala é, simultaneamente, um dado (é um dom de Deus e da Natureza) e algo por fazer (o Brasil desenvolvido, dos anos 50; o Brasil grande, dos anos 70; o Brasil moderno, dos anos 80 e 90). Assim, na perspectiva verde-amarela, o sujeito da ação é triplo: Deus e a Natureza são os dois primeiros, e o agente do desenvolvimento, da grandeza ou da modernização é o Estado. Isto significa que o Brasil resulta da ação de três agentes exteriores à sociedade brasileira: os dois primeiros são não só exteriores, mas também anteriores a ela; o terceiro, o Estado, tenderá por isso a ser percebido com a mesma exterioridade e anterioridade que os outros dois, percepção que, aliás, não é descabida quando se leva em conta que essa imagem do Estado foi construída no período colonial e que a colônia teve sua existência legal determinada por ordenações do Estado metropolitano, exterior e anterior a ela. É surpreendente, porém, que essa imagem do Estado se tenha conservado mesmo depois de proclamada a República. (CHAUÍ, 2005, p. 42).

A autora ainda questiona o fato de estes elementos estarem situados em posições de exterioridade em relação aos indivíduos e população em geral, reforçando a intencionalidade ideológica que regia o aproveitamento do impacto popular causado pelo furor do povo para com as copas do mundo de futebol. Galeano (2004, p. 193) nos traz argumentos ainda mais contundentes desta “dependência” do rendimento na copa como alicerce dos discursos nacionalistas sul americanos na segunda metade do século XX: “Somos porque ganhamos. Se perdemos, deixamos de ser”, situação referida também por Rodrigues (1993) e Alabarces (2006).

Podemos realizar um quiproquó entre as colocações da filósofa brasileira com as já referidas crônicas ufanistas de Nelson Rodrigues. A copa do mundo, principalmente a de 1970, colocava em evidência três figuras metafóricas que a singularizam no histórico deste evento em nossa história recente: O Estado – personificado pelas intensas campanhas propagandísticas dos governos militares –; Deus, referenciado pelo “dom” da criatividade do futebol brasileiro, mesmo que questionado diante da pressão tática e ordenadora por influência da ditadura; e a Natureza, que retoma o seu papel de precursora de nosso escopo simbólico e nacional, formando a base do nacionalismo verdeamarelista, da ufanía territorial e



da ideologia especialista (e integralista em seu modelo ditatorial) durante as décadas de 1960, 70 e 80.

Se o Brasil, e a seleção brasileira de futebol, conheceu o Olimpo do ludopédio na copa de 1950, foi com a edição de 1970 do megaevento que o povo brasileiro teve contato com o verdadeiro grau de intensidade que seus representantes poderiam gerar no gramado. Em meio aos jogos, havia o endurecimento do regime militar que – em concomitância ao seu enfraquecimento econômico no mesmo período –, condicionava parte de sua aceitação pela população em claras cobranças aos jogadores por resultados.

Fundiram-se, a um só tempo, discursos patrióticos, salvacionistas e toda uma gama de referências ufanistas, marcando a copa de 1970 como sendo aquela em que os interesses políticos e também econômicos mostraram que era possível condicionar os grandes eventos esportivos ao curso das decisões e ações que as corporações e Estados escolhessem como de maior alcance, importância e seletividade para com os indivíduos de uma nação, como foi o caso da população brasileira.

As vestes simbólicas deste cenário evidenciam os contornos do nacionalismo verdeamarelista que reinaria nos discursos políticos dos governos militares (CHAUI, 2005). Como já referenciado anteriormente, além dos eixos econômico e estrutural, havia a preocupação com questões envolvendo a ideologia e simbologia do Estado nacional controlado pelo regime de exceção desde o golpe de 1964, e a herança secular do cânone mítico do edenismo foi utilizada em toda sua potência sígnica neste contexto.

#### 4.2.2.1 *O verdeamerelismo*

Quando nos referimos à ideia de nacionalismo no Brasil, encontramos diferentes referências de movimentos nacionalistas ao longo de nossa história, como já rememorados nesta Tese, tais como toda a estrutura política e econômica do Estado Novo getulista, ou as premissas do desenvolvimentismo em sua versão de máximo alcance no período de governo JK; nos anos da ditadura militar, não foi diferente.

Como uma forma de continuidade houve, de certa forma, uma evolução simbólica, política e comunicativa (propagandística) destas versões nacionalistas pregressas, mas mais intrínseca aliada aos interesses privados e comerciais, e numa projeção social e cultural mais profunda do que foi o *verdeamarelismo*.

O verdeamarelismo foi – e ainda é – uma ideologia (geo)política, assentada principalmente no recurso sígnico do edenismo territorial brasileiro como aporte para sua

força de alcance e aceitação junto ao povo. Segundo Chauí (2005), esta ideologia que especialista, em essência, pode ser entendida como: “O verdeamarelismo foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do “[...] ‘país essencialmente agrário’ e sua construção coincidem com o período em que o ‘princípio da nacionalidade’ era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica.” (CHAUÍ, 2005, p. 32).

E, como sugerido já no início deste tópico, a contiguidade do argumento telúrico nas ideologias políticas (e geográficas) brasileiras está presente, de igual modo, no cerne do verdeamarelismo, conforme afirma a Chauí (2005) ao elencar os pilares que regem tais diretrizes do nacionalismo edenista dos militares:

Essa ideologia assenta-se em cinco pilares: 1) a relação mecânica de conveniência entre as “forças do território” e as “disposições nacionais”; 2) a consubstanciação entre o povo e o território, que começa pela demarcação das fronteiras nas quais se desenvolverá a “personalidade nacional”; 3) a refração do povo sobre o território, isto é, a transformação dos valores objetivos do território em valores subjetivos da alma ou personalidade nacional, graças ao que o Estado se torna orgânico e nacional; 4) a “fronteira ideal”, isto é, o território completo, prometido ao povo pela ação militar e econômica; 5) a geopolítica como “consciência política do Estado”, que se alia ao centro dinâmico da sua região (no caso, aos Estados Unidos) e da qual emana o sistema de alianças e de conflitos leste-oeste, norte-sul. É esse o território dos “90 milhões em ação”. (CHAUÍ, 2005, p. 41).

Kunhavalik (2009, p. 153) expande os horizontes destas colocações dedicando sua atenção aos aspectos míticos que envolvem os nacionalismos: “[...] embora o nacionalismo não seja o despertar de unidades míticas naturais, ele faz uso de heranças culturais pré-nacionalistas.” Esta característica mítica é visível no patriotismo em torno da ideia de nação vigente no regime militar, na qual ainda permaneciam os ditames modernizadores do início da república, mas reinterpretados com a força dos significados edênicos do verdeamarelismo: “No caso brasileiro, podemos considerar que a retórica nacionalista passou a ser empregada num período em que o Brasil ainda tinha um nível de industrialização muito reduzido; sua economia era predominantemente agrária e exportadora.”

Houve, em grande medida, a maturação do Estado nacional brasileiro a partir da década de 1960, um contorno identitário de nosso país que engloba as várias faces já trajadas por nosso histórico político, econômico e cultural, da ditadura e populismo getulista às suas novas feições, conservadoras ou radicais, da contemporaneidade: “A sociedade brasileira ainda não se encontrava integrada de forma mais consistente. No que concerne à questão política, não havia partidos políticos nacionais e o sistema político era marcado pelo controle

das oligarquias estaduais. O Estado nacional só foi se fortalecendo a partir da ‘Revolução de 30’.” (KUNHAVALIK, 2009, p. 153).

Este “percurso” da identidade nacional é ressaltado por Bechhofer e McCrone (2009), ao considerarem o aspecto social do nacionalismo como uma das principais metas deste tipo de ideologia. Não por acaso, como já visto em relação aos generais teóricos do regime de exceção dos militares, este será um dos principais meios de defesa das decisões e intervenções do Estado no período ditatorial, ou seja, a busca pela integração nacional, no território e na sociedade, com os fins justificando os meios – como nas perseguições políticas aos indivíduos que se mostrassem contrários a estes objetivos da nação – utilizados neste período:

This focus on the individual, the personal, means that our prime concerns are with how people ‘do’ identity, who they think they are, who they think others are, what kinds of people are thought to be ‘like us’ and ‘not like us’. National identity also involves quite basic social, political and economic issues such as the legitimacy of public policies, matters of social inclusion and exclusion, prejudice and discrimination, whether we judge the actions of organisations to be in the ‘national’ interest, that is, the interest of the collective ‘we’, and whether we are willing or not to move away from ‘us’ and live among ‘them’. (BECHHOFER; MCCRONE , 2009, p. 15 – grifo nosso).

Mas de que maneira esta retórica dos “iguais conosco e os dissidentes para longe” se encaixa no período militar brasileiro? A resposta deste questionamento é encontrada na organização e estrutura política existente na totalidade da passagem militar no governo, que, como já dito, pode ser entendida como uma maturação da identidade estatal brasileira, contrabalanceando – a depender do período analisado – características simbólicas, como o edenismo; econômicas, revestidas pelo olhar progressista; sociais, na permanência de discursos de ordenamento; e culturais (ou tradicionais), na permanência, mesmo que desgastada, das bases míticas fundadoras do Estado nacional, em simbologias telúricas, especialistas ou integralistas, estas últimas transformadas em palavras de ordem durante todo o regime militar brasileiro:

Nessa época, quando a classe dominante falava em “progresso” ou em “melhoramento”, pensava no avanço das atividades agrárias e extrativas, sem competir com os países metropolitanos ou centrais, acreditando que o país melhoraria ou progrediria com a expansão dos ramos determinados pela geografia e pela geologia, que levavam a urna especialização racional em que todas as atividades econômicas eram geradoras de lucro, utilidade e bem-estar. Donde a expressão ideológica dessa classe aparecer no otimismo da exaltação da Natureza e do “tipo nacional” pacífico e ordeiro. [...] O que parece surpreendente, portanto, é o fato de que o verdeamarelismo se tenha conservado quando parecia já não haver base material para sustentá-lo. Ou seja, se ele foi a ideologia dos senhores de terra do sistema colonial, do Império e da República Velha, deveríamos presumir que desaparecesse por ocasião do processo de industrialização e de urbanização. (CHAUÍ, 2005, p. 34).

Em concordância com as palavras de Chauí (2005), podemos elaborar um diálogo com o que Hobsbawm classifica como indícios das tradições, que dão origem a movimentos nacionalistas, assim como o fora o verdeamarelismo nos anos do regime militar no Brasil: “Antes de mais nada, pode-se dizer que as tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios.” (HOBSBAWM, 2015, p. 20).

As tradições são, segundo Hobsbawm (2015), um processo de criação, produção e difusão de ritos e costumes, de modo a inseri-los na constituição formal dos símbolos de uma nação específica: “Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.” (HOBSBAWM, 2015, p. 11). Neste ínterim, não surpreende o fato de o nascedouro do verdeamaralismo se dar num processo de (re) significação de um dos símbolos da nação brasileira, sua bandeira. Originalmente, o formato de nossa bandeira remonta aos brasões imperiais, substituído, a contento do regime militar, pelas referências edênicas até hoje utilizadas em escolas, meios de comunicação e órgãos oficiais do governo:

Figura 90: Evolução das Bandeiras do Brasil



Fonte: <http://memoria.ebc.com.br>

De certa forma, a vexilologia histórica não deixou um substrato de significância em conformidade com os objetivos nacionalistas dos militares. Por esta razão, diferente do que ocorre com maior frequência em instauração de ditaduras, não houve total mudança na configuração das bandeiras, mas uma “alteração” dos sentidos em suas formas e símbolos, adequando-os ao nacionalismo verdeamarelista. Apagou-se a fatídica proposta dos *Estados Unidos do Brasil* e aproveitou-se a continuidade das formas geométricas imperiais, dando o significado edênico ao verde, amarelo e azul, recorrente até os dias atuais.

Desta maneira, não é de surpreender que os elementos imperiais (e imperialistas) presentes nas versões dos príncipes portugueses – e também na estrutura heráldica de D. João VI, não representada na figura 90 – tenham servido como fonte basilar para muitas das formulações retóricas e ideológicas dos militares na ditadura, assim como o fora antes nos primeiros decênios de nossa república, ainda imersa na atmosfera militarista parca de instrumentos ou representação democrática.

A partir destas considerações, conseguimos atingir a compreensão das colocações do general Couto e Silva (1981a), para quem a ideia de nacionalismo seria um ato de nobreza, o primeiro e último a ser colocado em prioridade pelos indivíduos de uma nação: “De fato, o nacionalismo é, ainda, toda a nossa nobreza. E, se não o for conscientemente, muito importa que o seja.” (COUTO E SILVA, 1981a, p. 96). E, mais do isto, o autor ainda coloca este ato nobre ao alcance dos *Objetivos Nacionais Permanentes*, objetivos estes que garantiriam o desenvolvimento econômico e cultural de um Estado Nação:

[...] não se traduz apenas no patriotismo – um mero sentimento, nobre e alevantado e inspirador, embora – mas no nacionalismo que é muito mais do que isso, porque é, sobretudo, uma vontade: vontade coletiva, vontade consciente, vontade criadora de engrandecer cada vez mais a nação, realizando plenamente e, sempre que necessário, salvaguardando a qualquer preço os *Objetivos Nacionais Permanentes*. Sobrevivência da nação como grupo integrado, em prosperidade e crescente bem-estar – autodeterminação ou soberania, integração social, prosperidade e prestígio – eis aí, pois, o núcleo fundamental em torno do qual o nacionalismo se condensa e cristaliza. (COUTO E SILVA, 1981a, p. 98).

A visão de Couto e Silva (1981a) sobre o nacionalismo pode ser observada em outras considerações de Guimarães (2008). Para o autor, a segurança territorial – e, por vezes, sua expansão e afirmação de limites e fronteiras – é o que garante a força máxima da retórica, postura e ações nacionalistas de cunho opressor e de controle total do Estado. No fim das contas, independente do recurso simbólico utilizado, em unicidade ou não com outros meios sígnicos, garantir-se-á o traçado para a afirmação deste Estado nacionalista, e a projeção do seu poder máximo para com a população que representa, e onipotência territorial:

Nacionalismo é o sentimento de considerar a nação a que se pertence, por uma razão ou por outra, melhor do que as demais nações e, portanto, com mais direitos, sendo manifestações extremadas desse sentimento a xenofobia, o racismo e a arrogância imperial. Nacionalismo é, também, o desejo de afirmação e de independência política diante de um Estado estrangeiro opressor ou, quando o Estado já se tornou independente, o desejo de assegurar em seu território um tratamento pelo Estado melhor, ou pelo menos igual, ao tratamento concedido ao estrangeiro, seja ele pessoa física seja jurídica. Os movimentos nacionalistas significativos do ponto de vista político, cujas manifestações históricas mais simples decorrem de identidade étnica, lingüística ou de pertencimento, no passado, a uma organização política, têm como seu principal objetivo o estabelecimento de um Estado ou a modificação das políticas do Estado. (GUIMARÃES, 2008, p. 145).

Portanto, em diálogo com os dois autores, temos que: “O nacionalismo é, portanto, deve ser, só pode ser um absoluto, em si mesmo um fim último – pelo menos enquanto perdurar a nação como tal.” (COUTO E SILVA, 1981a, p. 99). Este nacionalismo como suporte de uma possível “razão histórica” para o domínio de um povo, seja sobre seu território

ou em conquista de outras nações, foi referido por Hobsbawm (2015, p. 15), quando o historiador questiona este “planejamento” dos simbolismos nacionais: “Talvez seja mais fácil determinar a origem do processo no caso de cerimoniais oficialmente instituídos e planejados, uma vez que provavelmente eles estarão bem documentados como, por exemplo, a construção do simbolismo nazista e os comícios do partir em Nuremberg.” (HOBSBAWM, 2015, p. 11).

Por estas razões, todo movimento nacionalista acaba por se configurar como uma forma de ideologia, devido aos seus estandartes políticos, simbólicos, étnicos e econômicos. Chauí (2005) alerta que estes “totens” nacionalistas normalmente são difundidos como salvadores, fortalecedores ou libertadores das nações, o que não significa que podem esconder em si intenções e interesses ditatoriais, repressores ou de controle político, como foi o caso da passagem dos militares em sua ditadura no Brasil: “A função da ideologia é a de apagar as diferenças como a de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.” (CHAUÍ, 1983, p. 114).

O verdeamarelismo setentista possibilitou, às lideranças políticas do meio governamental, comercial e comunicativo\informacional angariar todos estes elementos em torno do bandeirismo simbólico da euforia nacionalista vindo a reboque com a participação do Brasil nas copas do mundo de futebol. Cada um destes atores, com seu modo de atuação específico, fez uso da potência dos signos patrióticos, telúricos, edênicos, territorialistas, motivacionais e populares para alcançar os objetivos atrelados à seus interesses. Ivo (2008) faz referências claras a este aspecto da ideologia verdeamarelista, já em seus prenúncios pré-ditadura na indústria de base estadonovista, com foco no combate à pulsante pobreza no país: “Era necessário, a partir de então, estabelecer uma estratégia de combate à pobreza e mesmo medidas de caráter autoritário, presentes em vários momentos da ditadura estadonovista, eram encaradas como necessários à construção da ‘democracia social’, que deveria resolver diversos problemas do país” (IVO, 2008, p. 51).

Lembremos, novamente com o uso dos aspectos de significância popular da evolução da bandeira brasileira, que não apenas o simbolismo edênico estava ligado às suas formas e cores, mas também à tão reafirmada ordenação social em torno de um objetivo progressista da nação de Couto e Silva (1981a). Este importante aspecto, talvez o mais obscuro do verdeamarelismo – ironicamente presente no “centro” da bandeira brasileira em sua

ordenação e progressismo social – é visível nas considerações de Gellner sobre a potência social que o nacionalismo pode obter em relação à cultura de um povo:

[...] quando as condições sociais gerais conduzem a culturas eruditas standardizadas, homogêneas e centralizadas, abrangendo populações inteiras e não apenas minorias de elite, surge uma situação em que as culturas unificadas, educacionalmente sancionadas e bem definidas, constituem na prática o único tipo de unidade com que os homens se identificam voluntariamente e muitas vezes ardentemente. A partir de então, as culturas parecem constituir os repositórios naturais da legitimidade política. (...) Nestas condições, mas só nelas, as nações podem realmente ser definidas tanto em termos de vontade como de cultura, segundo a concordância de ambas com as unidades políticas. Deste modo, os homens querem estar politicamente unidos com todos aqueles, e apenas aqueles, que partilham a sua cultura. Então as organizações políticas estenderão as fronteiras até aos limites das respectivas culturas para protegerem e imporem essas culturas até as fronteiras do seu poder. A fusão da vontade, da cultura e da organização política transforma-se na norma. (GELLNER, 1993, p. 88)

Guimarães (2008) traz outros elementos alinhados a este debate sobre o sentido de nação quando coloca que: “Nação, em seu sentido político moderno, é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham certo território, que reconhecem a existência de um passado comum, ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro em comum.” (GUIMARÃES, 2008, p. 145).

Os discursos nacionalistas, populistas e desenvolvimentistas do Estado nacional brasileiro ainda apresentariam características marcantes, desde o início do governo getulista pós República da Espada até o final da ditadura no início da década de 1980, como o progressismo, o futurismo e reincidência e persistência das desigualdades sociais como foco das políticas e decisões estatais: “ [...] que acreditam que esse futuro será melhor se se mantiverem unidos do que se separarem, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado.” (GUIMARÃES, 2008, p. 145).

Justamente por mobilizar esta diversidade de alcance dos movimentos nacionalistas, e da própria concepção e ideação do conceito de nação, sejam eles autoritários ou de outra natureza organizacional, é que Hobsbawm (2015) alerta sobre a dificuldade e, ao mesmo tempo, a gama de possibilidades passíveis de exploração em estudos e análises que se voltem para esta temática da sociedade ocidental desde suas transformações modernas no século XVIII, no nascedouro dos primeiros movimentos nacionalistas europeus, até os mais recentes exemplos de extremismos deste percurso no início do século XX, ou nas ditaduras latino-americanas no pós-guerra: “[...] o estudo da invenção das tradições é interdisciplinar. É um campo comum a historiadores, antropólogos sociais e vários outros, estudiosos das ciências



humanas, e que não pode ser adequadamente investigado sem tal colaboração.” (HOBSBAWM, 2015, p. 22).

Esta expansão do ideal nacionalista permite, inclusive, discordar de Gellner (1993, p. 200), quando este afirma que: “O que estamos aqui a defender é que o nacionalismo é um tipo de patriotismo bastante distinto, que só se torna geral e dominante sob algumas condições sociais, que na realidade prevalecem no mundo moderno, mas em nenhum outro momento”, já que, ao considerarmos as particularidades historiográficas e espaciais dos diversos Estados nacionais existentes, é possível modular o que ocorreu séculos atrás em suas ressonâncias contemporâneas, respeitando estas especificidades espaço-temporais em cada caso.

O verdeameralismo é, em certa medida, uma versão política, econômica e ideológica do edenismo secular brasileiro, buscando, nos fundamentos do cânone mitológico da ufanía telúrica, os argumentos que fizeram esta ideia firmar-se como linha mestra do discurso nacionalista dos militares.

#### 4.2.2.2 A censura

Diferente do que ocorreu com o governo de Kubitschek, durante a fase dos militares à frente do Estado brasileiro a propaganda e publicidade políticas tiveram um papel duplo. De um lado, havia o interesse em divulgar, enaltecer e valorizar os feitos políticos, mas, ao mesmo tempo, era preciso controlar a veiculação das informações do regime de exceção do governo, aumentando o grau, instrumentos e eficiência da censura.

Havia, porém, certo eco na prática da censura militar em relação aos governos anteriores, principalmente a fase populista do Estado Novo getulista, assim como lembra Gaspari (2003): “A Censura do Estado Novo proibia, em 1941, a exibição d’*O grande ditador*, de Charles Chaplin.[...]”. A partir de 1937, o que houve, de fato, no Brasil foi um regime ditatorial, de alta preocupação com o controle e domínio absoluto dos poderes do presidente Vargas. Departamentos de Imprensa e similares trabalhavam para manter este poderio de controle do Estado Novo: “Em outubro de 1942, quando Churchill desembarcou em Moscou, o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo censurara os noticiários cinematográficos que mostravam o primeiro ministro inglês ao lado dos governantes soviéticos.” (GASPARI, 2003, p. 116).

Portanto, é um equívoco acreditarmos que o regime de censura e contenção da informação pela imprensa tenha iniciado seu curso com os militares. Nos anos mais duros da ditadura, entre 1964-1985, a mídia impressa foi uma das que recebeu o maior controle

possível de censura. Aquino (1999) traz dados importantes sobre o período mais pesado do regime, os nomeados ‘anos de ferro’: “No período de 29 de março de 1973 a 3 de janeiro 1975 chegou-se à espantosa cifra de 1136 matérias censuradas (no todo ou em parte), distribuídas, em termos quantitativos, de modo desigual entre os diferentes meses do ano e de forma diversificada em seis unidades temáticas.” (AQUINO, 1999, p. 59).

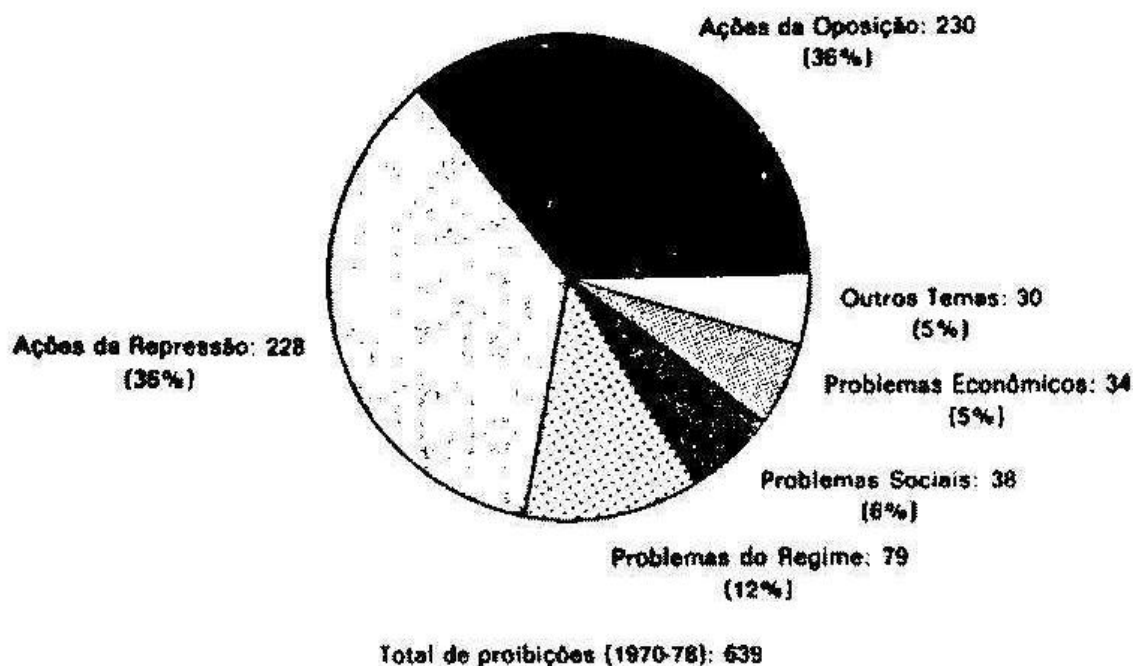
O autor menciona que havia a censura sobre a censura, ou seja, era preciso controlar as ações dela própria, para que isso não afetasse o governo: “Outro problema que surge com bastante destaque é o veto a todas as referências à censura. Ou seja, a censura preocupava-se em vetar toda e qualquer menção à sua existência.” (AQUINO, 1999, p. 63).

Nas obras de referência para a geopolítica estatal do período militar, elaboradas por nomes como o generais Couto e Silva e Meira Mattos, a censura é encarada como um instrumento de garantia do Estado da “nobreza” do seu povo e sua nação. Ato nobre este que custou muito caro para a população, sustentado pelo silêncio de opinião, controle de toda e qualquer informação sobre o governo, represálias, desaparecimentos e torturas (GASPARI, 2002a; 2002b; 2003; 2004). De todo modo, o maior símbolo deste cenário vivido durante a ditadura foi a censura efetuada em todos os meios de comunicação e com todo o aparato técnico, institucional e logístico disponível para tal:

A Censura não atuou de maneira uniforme durante os 21 anos da ditadura. Houve períodos de maior e de menor intensidade. Ela seguiu o mesmo padrão de outros indicadores do grau de autoritarismo das diversas administrações: foi atuante no período imediatamente seguinte ao golpe de 1964 (1); posteriormente, houve flutuações, observando-se ondas que, possivelmente, indicam períodos de maior influência no governo militar, de grupos e pessoas com vocação autoritária. A expansão mais acelerada da ação da Censura teve lugar durante o período mais negro por que o País passou: desde o AI-5, em dezembro de 1968, no governo Costa e Silva, até o fim do governo Garrastazu Médici. Do início da distensão, durante o governo Geisel, até 1976, somente foram controlados alguns aspectos mais gritantes da censura; a partir de 1976, data em que se afirma, o governo Geisel controlou a linha dura, houve uma clara diminuição de suas atividades sem que, não obstante, os seus instrumentos fossem eliminados: o ditador não abriu mão deste instrumento ditatorial. Foi somente no *final* do governo Geisel e início do governo Figueiredo que a liberdade de imprensa foi restaurada no Brasil. (SOARES, 1989, p. s/n).

Na figura 91, apresentada a seguir, podemos observar a amplitude das censuras deliberadas no período de 1970-1978 nas composições musicais, um dos principais alvos dos militares, por terem a possibilidade de veicularem mensagens de crítica ou questionamento dos ditames políticos vigentes na ditadura:

Figura 91: Composição das proibições de publicar, 1970-1978.



Fonte: Soares 1989, p. s/n

Soares (1989) argumenta que a censura foi o principal meio de “defesa” e, em certa medida, de demonstração de força do Estado. É importante lembrarmos que o ato de censurar a produção, circulação ou acesso à informação está presente em muitas formas de organização estatais, não apenas naquelas pautadas por regimes autoritários. No entanto, em ditaduras, como as que ocorreram na América do Sul na segunda metade do século XX, o padrão de prática da censura pelos governos militares sobressaiu-se por sua efetividade e caráter incisivo para representação da força dos seus governantes:

A censura foi, principalmente, um instrumento de proteção autoritária do próprio Estado. Ela procurou esconder o autoritarismo de forma autoritária, assim como as resistências a ele. Durante a ditadura de Garrastazu Médici, mais de 80% do conteúdo das mensagens foram classificadas na categoria de “defesa do Estado autoritário”: proibição da divulgação de notícias sobre a repressão, inclusive torturas, prisões, estouro de aparelhos, cassações, notícias sobre a própria censura, sobre a organização da comunidade de segurança, sobre as dissensões no interior do Estado, particularmente as militares, assim como sobre a oposição ao Estado autoritário, fosse ela violenta ou não. Algumas pessoas foram definidas como “inimigas do Estado” e nada, absolutamente nada a respeito delas deveria atingir o público. (SOARES, 1989, p. s/n).

O uso da censura para combater os “inimigos do Estado” acompanhou todo o percurso de poder dos militares. Esta inclinação ideológica tinha como fim o apoio popular para com as ações e represálias do governo, fortalecendo-o ainda mais em seus interesses de controle

político: “A força de um governo, seja ele fruto de um processo revolucionário ou não, está no apoio político que a população lhe confere. Sem esse apoio, que imprime a ele o que se chama de legitimidade política, os fundamentos da ação política serão sempre precários e de curto alcance.” (MARTINS, 2008, p. 102).

Essa mesma postura era utilizada em relação à corrupção nos governos militares, pois era preciso garantir a imagem de retidão do regime e, portanto, evitar tornar-se passível de questionamento; grandes escândalos de desvio de verbas públicas neste período não poderiam ocorrer, principalmente tendo em vista a maneira com o que o Estado agiu em outras esferas do meio político nesta época: “Nas duas décadas de ditadura dos militares, o combate à corrupção ficava a cargo de um governo que não fora eleito pelo povo, e, por isso, tinha a todo instante de propagandear que era um símbolo de honestidade e justiça.” (MARTINS, 2008, p. 109). Martins (2008) ainda completa seu posicionamento sobre a questão da manipulação dos dados e informações, adicionando o papel da corrupção: “Qualquer notificação de casos de corrupção poderia abalar essa imagem que deveria ser projetada em nome de segurança política de um governo sem legitimidade” (MARTINS, 2008, p. 109).

Os instrumentos legais que tornavam a censura possível foram diversificados, tal como a Operação Bandeirantes (OBAN), 1969; Destacamento de Operações de Informação\Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), 1969; Lei Falcão de Rádio e Televisão de 1976, dentre outros métodos do governo que, juntos, expõem o cenário visto na figura 92. Somente neste mesmo ano a Lei Falcão barrou mais de 27 mil situações de conteúdo teatral, musical, radiofônico, livros, etc. atingidos pela censura do governo:

Figura 92: Unidades inspecionadas e censuradas pela Divisão de Censura e Divisões Públicas do Departamento de Censura Federal, 1976.

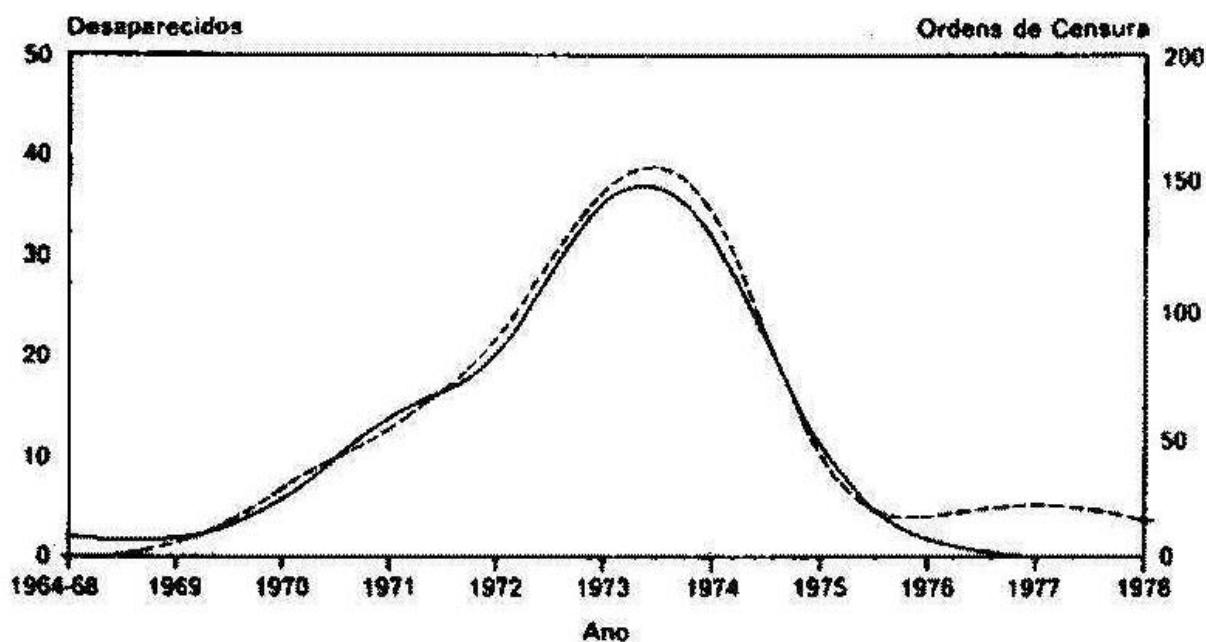
Tipo de Unidade	Inspecionadas	Censuradas	Porcentagem das Censuradas
Filmes de cinema	23.231	6	< .1
Novelas de televisão (capítulos)	2.070	2 séries	—
Novelas de rádio	1.424	—	—
Peças de teatro	960	29	3
Livros	219	74	34

Fonte: Dados de entrevista com Rogério Nunes, diretor da Divisão de Censura, no *Jornal do Brasil*, 30/12/1979, p. 19.

Fonte: Soares 1989, p. s/n

No mesmo cenário de censura informacional, havia uma das questões mais polêmicas do regime militar, a perseguição e desaparecimento dos indivíduos contrários ao governo. Não se sabe ao certo a quantidade de casos de desaparecimentos, normalmente acompanhados dos registros de tortura, mas Soares (1989) oferece um parâmetro dos anos de ferro (primeira metade da década de 1970, traço contínuo desaparecidos, pontilhado para os atos de censura) sobre assunto:

Figura 93: Onda repressiva do governo Médici. Desaparecido e ordens de não publicar.



Fonte: Soares 1989, p. s/n

Os principais alvos da censura e repressão militar eram os grupos considerados subversivos pelo regime: sindicatos, organizações estudantis, e quaisquer outras manifestações individuais ou coletivas que fossem contrários aos ditames do governo: “Os militares, os tecnoburocratas e os representantes do capital estavam de acordo quanto ao caráter subversivo de todos os movimentos estudantis e grevistas.” (REZENDE, 2013, p. 90). Na memória destas ações encontramos referências diversas sobre a maneira como a ditadura, com uso extensivo dos instrumentos legais dos atos institucionais, fazia prevalecer os interesses totalitários do regime de exceção:

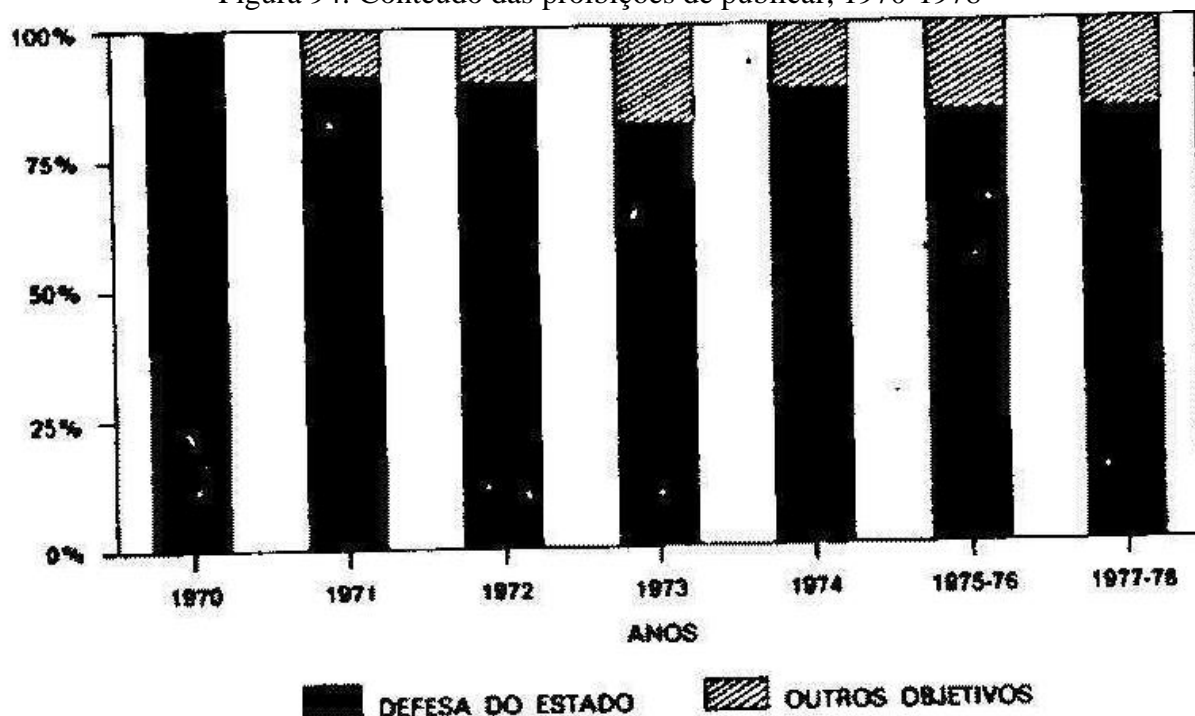
Após o golpe, iniciaram-se as perseguições políticas, com a queima do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), o empastelamento da sede do jornal *Útima Hora*, que apoiava João Goulart, e a intervenção em sindicatos e federações de trabalhadores. Ainda no mês de abril, soldados invadiram a Universidade de Brasília, prendendo professores e alunos, e foi decretada a intervenção na universidade; cerca de cem pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por dez

anos com base no AI-1; oficiais militares foram transferidos para a reserva; e efetuaram-se novas cassações de civis e militares. No mesmo mês, instaurou-se o Inquérito Policial Militar (IPM), que possibilitava a perseguição aos adversários do regime. Obedecendo ao calendário eleitoral estipulado pelo AI-1, no dia 11 de abril o Congresso elegeu o marechal Castelo Branco como presidente da República e José Maria Alkmin, do Partido Social Democrático (PSD), como vice-presidente. Em 15 de abril de 1964, com a posse de Castelo Branco, iniciou-se uma longa sucessão de governos militares no país. (BRASIL, 2001, p.12).

Como via de justificativa para o fortalecimento do Estado, formando, assim, um dos tirantes retóricos da política nacionalista do verdeamarelismo, Soares (1989) lembra que o argumento da “defesa do Estado” era um dos mais utilizados para justificar todas as atrocidades cometidas pelas frentes de coerção dos governos no período da ditadura.

Novamente, é nos anos de 1970 que os “objetivos de defesa do Estado” florescem como maior simbolismo de estruturação de todo o aparato policial, legal e institucional para a repressão, censura e demais instrumentos de coerção. Na figura 94, verifica-se que, por quase todo o período referido, a porcentagem deste escudo retórico – componente de toda a carga simbólico do nacionalismo ditatorial – estava presente quase de forma unânime, com poucas exceções:

Figura 94: Conteúdo das proibições de publicar, 1970-1978



Fonte: Soares 1989, p. s/n

Para que esta defesa do Estado fosse possível, era necessário a existência de diversas alianças como membros influentes do meio empresarial de comunicação, seja radiofônico, impresso ou televisivo. Durante as duas décadas da ditadura, milhares intervenções de censura foram realizadas nestes veículos de informação, favorecendo os interesses dos governantes (GASPARI, 2002a; 2002b; 2003; 2004).

É importante ressaltarmos que, apesar de hoje velar-se a verdade sobre seu posicionamento durante a ditadura, a emissora Rede Globo de Televisão, representada pelo seu então diretor e presidente Roberto Marinho, expôs claramente seu apoio à “revolução” de 1964. Novamente, os números da economia aparecem como justificativa para a defesa e apoio do regime:

Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação de nossa economia, que se encerrou em 1977. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional bruto cresceu à taxa média anual de 10 %. Assinale-se que, naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decrescera de 96 % para 12,6 % ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares. Na era do impacto da crise mundial do petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas taxas de juros, impondo-nos, uma sucessão de sacrifícios para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços dos nossos produtos de exportação e a desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjunção de fatores que violaram a administração de nossas contas externas obrigou-nos a desvalorizações cambiais de emergência que teriam fatalmente de resultar na exacerbação do processo inflacionário. Nas respostas que a sociedade e o governo brasileiros deram a esses desafios, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar das dificuldades, reduzir de 80 % para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; e simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões para 45 milhões, 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares. (MARINHO, 1984, p. s\ n).

O ponto mais preocupante é justamente a não admissão tanto da censura informacional nos meios de comunicação de massa, como da própria Rede Globo e, o que é ainda mais grave, a questão dos desaparecimentos, casos de tortura e limagem dos direitos civis da população brasileira não serem mencionados nesta carta de Marinho:

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se auto-limitar, extinguindo os poderes de exceção, anistando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É

esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964. Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios. O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios acéticos, nem afastamento do povo. Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução no seu ato final. (MARINHO, 1984, p. s/n).

É sugestivo que o detentor do que viria a ser o maior conglomerado de circulação da informação televisiva exponha assim suas visões, evidenciando a união entre o desenvolvimento tecnológico a favor da ideologia discursiva da ditadura, seja nas vertentes do nacionalismo, do verdeamarelismo ou na exibição do poderio geopolítico do governo.

A respeito destas alianças entre poderosos empresários do ramo da comunicação e da manutenção da censura, Gaspari (2002a; 2003) é enfático ao afirmar que, como visto no posicionamento ideológico dos generais, havia o discurso protecionista, integralista e verdeamarelista do nacionalismo como respaldo retórico, mas, na prática, o que fez vale tanto o fortalecimento como, posteriormente, o inevitável desgaste da censura em particular e o regime como um todo foi a própria decisão de arrefecer os instrumentos totalitários da ditadura, iniciado no final do governo Ernesto Geisel e início do mandato de João Figueiredo:

A fé em que “o povo unido jamais será vencido” é insuficiente para explicar mudanças ocorridas antes que aparecessem, como tais, as pressões. É este, por exemplo, o caso da suspensão da censura à imprensa, processo cautelosamente iniciado em 1974 e concluído dois anos depois. Atribuir o fim da censura a qualquer tipo de pressão direta sobre o governo seria um exagero, pois se a censura tem uma utilidade, esta é a de colaborar decisivamente para a desmobilização política da sociedade. Atribuí-lo a um movimento dos proprietários de jornais, revistas e emissoras, um despropósito. Devê-lo a uma resistência maciça dos jornalistas, cortesia impossível. O fim da censura só se explica através do complexo mecanismo de uma decisão imperial do presidente Ernesto Geisel: “Recebi no palácio todos os donos de órgãos de comunicação. Nenhum me pediu o fim da censura”. Quem pedisse perderia seu tempo. (GASPARI, 2002a, p. 42).

Nos dias atuais, há um grande movimento de rememoração de todas as ações e censura, tortura, desaparecimentos e demais atos autoritários do período da ditadura militar. Alguns exemplos destas iniciativas são o *Projeto Brasil Nunca Mais*, voltado para a questão dos torturados e desaparecidos, o portal *Memórias Desveladas*, que busca recuperar os documentos censurados e a *Comissão da Verdade*, com o objetivo de revisitar e revisar muitas das decisões sobre a anistia dos envolvidos com os governos militares.

Agora, poderemos passar para o último tópico deste quarto capítulo da Tese. Após o percurso efetuado até aqui, passando das estratégias e geoestratégias dos presidentes até o papel da mídia na composição do discurso nacionalista dos militares, enveredaremos



brevemente na questão do ensino, escola e formação de professores no contexto da ditadura para, então, ao final deste capítulo, encerrarmos a argumentação com uma exposição sintética sobre o quadro da produção geográfica deste último período.

### **4.3 DO CONTROLE DA FORMAÇÃO GEOGRÁFICA AOS NOVOS HORIZONTES DA ATUALIDADE**

Este último tópico do quarto capítulo da Tese tem como foco duas frentes de análise, complementares entre si. A primeira delas diz respeito ao papel da educação para os interesses ideológicos da ditadura militar brasileira, abrangendo desde os conteúdos escolares à estrutura curricular que deveria instruir os alunos, seguindo as prerrogativas do regime estabelecido. De igual modo, a formação docente e toda a organização escolar foram afetadas neste mesmo contexto, voltando-se, ambas, para as diretrizes que permeavam as inclinações de controle, domínio e vigência da ideologia nacionalista dos militares.

O segundo ponto tratado nesta etapa do trabalho diz respeito ao saber geográfico durante a ditadura. Num primeiro momento, de certa forma inevitável, houve uma aproximação considerável das alas quantitativas e teóricas dos órgãos oficiais com as instituições governamentais, fornecendo e formatando muitos dos planos, ações e preempções do Estado em seu território.

Ainda neste segundo momento, há a profusão das novas, e ainda atuais, correntes geográficas no Brasil. Neste movimento de chegada de novas teorias e metodologias há tanto a continuidade, mesmo que enfraquecida, da Nova Geografia, como também aqueles que contestariam, ou expandiriam, os argumentos quantitativos com colocações críticas e humanistas, ambas com grande presença nos centros de estudos geográficos na contemporaneidade.

### 4.3.1 A formação discente e o ambiente escolar: alvos do nacionalismo militar

Além do poder de controle ideológico exercido pela censura, dentre as principais ações da retórica militar no período ditatorial, o campo educacional foi um dos mais afetados. Assim como ocorreu com os meios de comunicação e todo o apelo propagandístico em prol do regime, tanto no âmbito legal como de prática de ensino na sala de aula, as escolas receberam considerável atenção dos líderes da ditadura brasileira.

O primeiro ponto, e talvez o mais importante, a ser ressaltado sobre a intervenção estatal no ensino foram as propostas de (re) formulações curriculares, e, dentre tantas inserções e modificações, uma atenção maior aos objetivos de formação técnica e tecnológica nos ciclos escolares básicos: “A pedagogia tecnicista propôs uma reordenação do processo educativo de modo objetivo e operacional. Assim como ocorreu no trabalho fabril, os técnicos em educação pretenderam uma “objetificação” do trabalho pedagógico” (LIRA, 2010, p. 222).

Uma das críticas mais recorrentes sobre como a educação e o ambiente escolar podem e, muitas vezes, são, de fato, transformados em instrumentos de difusão ideológica vem do filósofo Antonio Gramsci (2001). Em seu entendimento, os Estados, por possuírem fundamentos ideológicos em suas instituições e organizações, passam para a formação discente e docente muitos dos interesses dos seus governantes, e a formação escolar é um dos principais alvos destas intervenções, que transformam a sala de aula, a formação de professores e os currículos para formação dos professores em instrumentos ideológicos:

O enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que emergiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Isso resulta das instituições escolares de graus diversos, até os organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica. (A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e pela fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que verifiquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. O mesmo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação: escolas e instituições de alta cultura são similares.) (Também nesse campo a quantidade não pode ser destacada da qualidade.

À mais refinada especialização técnicocultural, não pode deixar de corresponder a maior ampliação possível da difusão da instrução primária e o maior empenho no favorecimento do acesso aos graus intermediários do maior número. Naturalmente, esta necessidade de criar a mais ampla base possível para a seleção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais — ou seja, de dar à alta cultura e à técnica superior uma estrutura democrática — não deixa de ter inconvenientes: cria-se assim a possibilidade de amplas crises de desemprego nas camadas médias intelectuais, como ocorre efetivamente em todas as sociedades modernas.) (GRAMSCI, 2001, p. 19-20).

A objetificação mencionada por Lira (2010) é um dos mais claros sinais desta ideologização progressista do nacionalismo militar brasileiro, que priorizava a formação ufanista e tecnicista, preterindo o fomento à reflexão ou senso crítico dos alunos: “A diferente distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território “econômico” e as diferentes aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual.” (GRAMSCI, p. 20).

Pela terminologia utilizada, há a *formação especial* para referir-se a estes objetivos tecnicistas ressaltados por Lira (2010). Na Lei nº 5692/71, que dissertava sobre a regulação das habilitações profissionais e formações especiais no 1º e 2º grau na rede de ensino, questões como a preocupação com a iniciação ao trabalho, adaptações e direcionamentos aos cenários local e regional, bem como a busca por aptidões dos discentes aparecem em relevo em suas diretrizes:

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;
- b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores. (BRASIL, 2016 [1971], p. 2 – mantida grafia original).

Segundo Lira (2010, p. 223), “A concepção tecnicista desempenhou papel fundamental na política educacional dos governos militares, em especial na legislação de

educação, que foi expressa na Reforma Universitária, na Lei nº 5692\1971 acerca do ensino de 1º e 2º graus, nas leis complementares e nos pareceres do Conselho Federal de Educação.”, e, especificamente no que tange às disciplinas (ou matérias) que deveriam ser priorizadas nas escolas, No Conselho Nacional de Educação, em determinações pedagógicas também de 1971, podemos observar marcas do tempo em que a mesma foi elaborada e promulgada, tais como a presença dos Estudos Sociais (na prática transformada na cartilha cívica do Estado), o Ensino Religioso (mesmo que facultativo) e uma disciplina interessante nomeada *Organização Social e Política do Brasil*, transportando para as salas de aula o campo de preocupações geopolíticas e geoestratégicas das grandes decisões do Estado:

Art. 1º O núcleo comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias:

- a) Comunicação e Expressão;
- b) Estudos Sociais;
- c) Ciências.

§ 1º Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas:

- a) Em Comunicação e Expressão – A Língua Portuguesa;
- b) Nos Estudos Sociais – A Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil

§2º Exigem-se também Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativo para os alunos. (BRASIL, 1971, p. 399).

Neste trecho do Conselho Nacional de Educação transparece a colocação de algumas formações para os desígnios ideológicos do Estado, com a educação moral e cívica e os estudos sociais. Para Gramsci, estas divisões fazem parte da estrutura da escola instrumental: “A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais.” (GRAMSCI, 2001, p. 33). A escola *clássica*, segundo o autor, seria aquela que não se limitaria apenas em formar trabalhadores, mas também líderes para as corporações, funções de comando no Estado e demais postos aristocráticos.

No caso brasileiro, nas décadas da ditadura, tanto o 1º como o 2º graus (hoje divididos em Ensino Fundamental e Médio) existia a preocupação com as *habilitações profissionais*, voltadas para a segunda fase do ciclo escolar da época, seguindo, conforme estabelecido, a instrumentalização das disciplinas especiais escolhidas pelas instituições de ensino regidas pelo documento:

I – No ensino de 1º Grau:

a) Nas séries iniciais, sem ultrapassar a quinta, sob as formas de Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências (incluindo Matemática), tratadas predominantemente como atividade;

b) em seguida, e até o fim desse grau, sob as formas de Comunicação em Língua Portuguesa, Estudos Sociais e Matemáticas e Ciências, tratadas predominantemente como áreas de estudo;

II – No ensino de 2º Grau sob as formas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, Matemática e Ciências Física e Biológicas, tratadas predominantemente como disciplinas e dosadas segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos.

Parágrafo Único. Ainda conforme as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos, as Ciências Físicas e Biológicas, referidas no inciso II, poderão ser desdobradas em disciplinas instrumentais da parte de formação especial do currículo e, como tais, integrar também esta parte. (BRASIL, 1971, p. 399-400).

Muitas destas resoluções e diretrizes normativas ainda perduram, com maior ou menor grau de interferência, na organização escolar brasileira<sup>31</sup>. Considerando esta proposta educacional do período militar é que Lira (2010) nomeia o perfil tecnicista de ensino o ensino da época. Já para Vesentini (2009), esta estruturação do processo de ensino-aprendizagem, observável da ciência geográfica, é chamado de modelo mercantil:

Em alguns países – principalmente nos Estados Unidos, a grande potência econômica da segunda revolução industrial e a pátria do fordismo! –, a disciplina escolar geografia chegou a ser retirada dos currículos escolares nos níveis elementar e médio. Ela foi fragmentada e incluída junto com a história e a sociologia (também caricaturadas), sob o rótulo de “ciências sociais”, uma disciplina que dispunha de poucas aulas por semana. Aqui no Brasil, na época da ditadura militar, também se reproduziu esse viés, tendo sido criada uma disciplina que unia a geografia com a história – mas não a sociologia, como nos Estados Unidos – denominada “estudos sociais”. Na verdade, naquele modelo de escola técnica e essencialmente mercantil, que predominou notadamente nas décadas de 1950, 60 e 70, as humanidades em geral foram relegadas a um segundo plano. E a disciplina geografia, em quase todo o mundo, ou foi abolida enquanto matéria autônoma (como aconteceu com a filosofia e com o latim) ou, então, teve a sua carga horária diminuída em prol do aumento das horas dedicadas à matemática, às ciências ou às disciplinas ditas profissionalizantes: contabilidade, ferramentaria, artes manuais, desenho técnico, desenho geométrico, técnicas de secretariado, taquigrafia e até datilografia! (VESENTINI, 2009, p. 69-70 – grifo nosso).

Kunzler e Wizniewsky (2007) aprofundam a crítica a este cenário da Geografia escolar, estritamente, e da educação em geral no período militar brasileiro: “Para assegurar a vitória do modelo que se propunha ao país era necessário não apenas garantir a supremacia de uma classe em relação à outra. Era necessário que as condições de dominação fossem reproduzidas.” (KUNZLER; WIZNIEWSKY, 2007, p. 202). Os autores ainda completam sua

<sup>31</sup> Este cenário legal só iria se alterar após a redemocratização por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No entanto, esta visão das ciências sociais na escola brasileiras prevaleceu, por influência principalmente do modelo americano, nas salas de aula.

exposição, comentando sobre o papel da educação em toda estrutura de repressão, censura e controle às quais as escolas e salas de aula estavam sujeitas:

E se a repressão pela violência física e moral, pela censura, ou pela omissão dos verdadeiros planos e atos do governo serviram, num primeiro momento, para desfazer qualquer “ameaça” de revolução ao novo sistema, para assegurar, no futuro, a reprodução do modelo econômico de dominação e exclusão através das novas gerações, o mais importante instrumento que o Estado brasileiro pôde usar foi a educação, atingida pelo transbordamento dos planos e programas governamentais para todos os campos da economia e da sociedade. (KUNZLER; WIZNIEWSKY, 2007, p. 202).

Os autores complementam sua crítica, em especial no que tange ao controle e censura política perante a sociedade: “Com o argumento de despolitizar o ensino brasileiro, através da “neutralidade” das reformas planejadas, e formar trabalhadores, incute-se a idéia de que o sistema de ensino brasileiro era, até então, ineficiente e não cumpridor dos reais interesses do povo e do país.” A escola, assim, configurava um empecilho, por ser um espaço de debates e encontros de ideias, como também de difusão dos pilares ideológicos do regime instaurado no governo, seja pelas diretrizes legais, pela formação dos professores ou propostas curriculares: “Este “erro” apontado na abordagem da escola e que precisaria ser revertido à virtude do “acerto”, no entanto, extrapola o campo da qualidade do ensino.” (KUNZLER; WIZNIEWSKY, 2007, p. 206). A escola situa-se na confluência entre os interesses ideológicos do Estado e sua potência e alcance social, condição esta que faz com que Althusser (1983) diga que o meio escolar seja um dos maiores, senão o maior, aparelho ideológico do Estado:

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, e desde o maternal ela lhes inculca durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura) ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação física, filosofia). (ALTHUSSER, 1983, p. 79).

A educação tecnicista ou mercantil faz parte deste processo. Se na divisão do acesso a melhores condições de vida, renda e trabalho havia diferenciação entre as classes hegemônica e o restante, de igual maneira isso ocorreria nas salas de aula, com os conteúdos, ensino e demais nuances do espaço escolar destinados à atender, desigualmente, a população. Altussher (1983) traz os termos comuns às cartilhas militares, como clássicas referências do

controle ideológico na escola, tais como educação moral e cívica, as ciências humanas alienadas, e a instrução voltada para a mão de obra barata:

Por volta do 16º ano, uma enorme massa de crianças entra na “produção”: são os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude escolarizável prossegue: e, seja como for, caminha para os cargos dos pequenos e médios quadros, empregados, funcionários, pequenos burgueses de todo tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso, seja para cair no semi-emprego intelectual, seja para fornecer além dos “intelectuais do trabalhador coletivo”, os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda espécie, que em sua maioria são “leigos” convictos). Cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ele deve preencher na sociedade de classe: papel de explorado (a consciência “profissional”, “moral”, “cívica”, “nacional” e apolítica altamente “desenvolvida”); papel de agente da exploração (saber comandar e dirigir-se aos operários: as “relações humanas”), de agentes de repressão (saber comandar, fazer-se obedecer “sem discussão”, ou saber manipular a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou de profissionais da ideologia (saber tratar as consciências com o respeito, ou seja, o desprezo, a chantagem, a demagogia que convém, com as ênfases na moral, na virtude, na “transcendência”, na nação, no papel da França no mundo etc.) (ALTHUSSER, 1983, p. 79-80).

Esta alienação do espaço escolar como ambiente de discussão é mencionada por Gaudio e Braga (2007), mas em seus argumentos a ufanía edênica surge como principal instrumento imagético, simbólico e ideológico para a realização deste velamento histórico e geográfico. A desistoricização e ufanismo ideológico com as paisagens naturais e suas belezas são os principais pontos, segundós as autoras, a serem debatidos:

Ora, em geral, em que conteúdos escolares foram e são tratados, durante decênios decorados, informações sobre a imensidão do Brasil e as benesses de sua natureza, senão nas aulas de Geografia? Em que conteúdo escolar se canoniza “nossa” forma e extensão territorial, com base, por exemplo, nos mapas políticos em pequena escala? Qual conteúdo escolar contribui para nossa identificação como “iguais”, a despeito das diferenças regionais e de classe? Que conteúdo escolar discute as “singularidades” do Brasil no contexto mundial? É preciso destacar que, em relação ao mito edênico e sua construção acerca da natureza brasileira há, pelo menos, duas percepções dominantes. Uma que afirma ser a natureza brasileira edênica, e o Brasil, “um paraíso terreal”. Outra, associada muitas vezes à construção discursiva das primeiras missões jesuítas sobre o Brasil, que afirma ser este um “lugar abandonado por Deus”, um lugar “infernál”. Se ambas se confrontam na constituição do imaginário e na literatura, por que perdura mais a primeira percepção que a segunda? Porque acreditamos que ela auxilia a construir uma imagem nacional positiva mediante dois fatores: de um lado, a quase ausência de “heróis políticos nacionais” e de um “passado histórico mítico”; de outro, a relativa ausência do povo, já que, durante séculos, e mesmo durante nossa independência, a sociedade encontrava-se cindida entre senhores e escravos. Acreditamos ainda que, mesmo a percepção da natureza infernal auxilia a construir nossa identidade, na medida em que se torna – a natureza, e não a sociedade – a grande vilã e causa de nossas mazelas econômicas e sociais. Desistoriciza-se e naturaliza-se, com a percepção da natureza infernal, processos econômicos, políticos e sociais, enquanto o paraíso terreal fornece uma imagem positiva e esperançosa para o porvir desta sociedade. (GAUDIO; BRAGA, 2007; p. 184).



Gaudio e Braga (2007) ainda analisam o impacto da Geografia para a formulação, fortalecimento e estabelecimento da *ideologia nacional* edênica brasileira. A geografia escolar, segundo as autoras, reproduzia esta retórica, principalmente no período aqui em destaque, ou seja, no regime militar instaurado. Negando-se a discutir as lutas, desigualdades e histórico do território, o mito edênico era reificado e fortalecido, abstendo-se de seus conflitos em detrimento de sua riqueza natural:

A Geografia Escolar, ao trabalhar diretamente com a construção de uma espécie de “retrato do Brasil” muito tem contribuído para a manutenção da ideologia nacional. Frente à “neutralidade” da Geografia, povo torna-se população, território transmuta-se em terra, poder em estado, e este estado pode reservar-se a função de mediador das lutas sociais incluindo, evidentemente, as lutas por terras e território. Acreditamos também que, no Brasil, a Geografia Escolar reproduz com maior intensidade a ideologia nacional, justamente por negar-se a discuti-la. Na medida em que nos furtamos à discussão sobre a construção de “nosso” território, em que reproduzimos, ainda que com críticas, a prodigalidade da natureza brasileira, em que continuamos a trabalhar nossas fronteiras descontextualizadas de seu processo de construção, em que continuamos a descrever nossa população como ordeira e pacífica, reinventamos/ vivificamos nossos mitos fundadores geográficos. (GAUDIO; BRAGA, 2007; p. 194).

Maia (2008) e Magnoli (1997) elevam esta questão do edenismo ideológico brasileiro ao nível do ideário nacional, fornecendo uma inesgotável fonte de reificação retórica destes argumentos. Se o mito edênico e sua contraparte exploratória configuraram o movimento de modernização e desenvolvimento econômico, então as escolas fizeram parte dos principais alvos aos quais esta retórica se voltou, para atingir com maior e profundo grau a sociedade.

Os recursos naturais deveriam ser colocados à mercê do progresso, da busca pelo crescimento e desenvolvimento e como obstáculo à sociedade urbano-industrial moderna. O Estado surgiria, assim, como detentor e responsável por esta intervenção na dádiva edênica relegada à população brasileira, argumentos estes estruturantes e fundamentais do nacionalismo geoestratégico militar:

A ênfase nas virtudes naturais do país, o amor à Pátria e à terra natal são virtudes sempre visíveis. O Brasil, em suma, aparece nestas obras como uma potência mundial esperando por acontecer. Um local onde todas as qualidades e possibilidades estão presentes, por natureza. Faltava apenas a cabeça astuciosa do governo e a mão do trabalhador para transformar isso tudo em progresso. Esta evocação das virtudes do país e o chamado do povo para a participação efetiva no desenvolvimento, fazem parte da retomada do nacionalismo, em baixa após a crise dos governos populistas anteriores ao Golpe de 1964 (CHAUÍ, 2000) e, concomitante a este movimento, uma chamada à necessidade de superação do modelo agrário-exportador por um modelo de industrialização do país. Assim, ao

“surgimento” do Brasil (dom de Deus e da Natureza) é imprescindível a ação do Estado para sua modernização. (KUNZLER; WIZNIEWSKY, 2007, p. 212).

Sousa Neto (2000) soma a estas ideias de Kunzler e Wizniewsky (2007) o fato destes elementos edênicos fazerem parte de toda a historicidade da constituição do Estado nacional brasileiro: “Produto dessa naturalização da construção do País, disseminou-se um conjunto de concepções que, desde o princípio, tratavam o Brasil como um paraíso nos trópicos, formado a partir de processos pacíficos e com a ausência de comoções sociais.” E o autor ainda acresce à sua crítica o fato de, na historiografia oficial, o edenismo tomar frente nos conflitos existentes no percurso histórico de formação territorial do Brasil: “Como se aqui jamais tivessem ocorrido lutas sangrentas e a nossa mediação social não se baseasse no binômio favor-violência.” (SOUSA NETO, 2000, p. 17). Em uma reminiscência das teorias do heraldismo pátrio na ufanía telúrica e corpofiricação do Estado, de Magnoli (1997) e Maia (2008), o autor ainda completa:

Corpo ainda não de todo conformado nos oitocentos e, logo, ainda em expansão, mas já como expressão mítica de um todo indiviso, gigante pela própria natureza e com um destino manifesto de ser uma nação civilizada nos trópicos. Daí o Império ter representado um importante papel no sentido de garantir que a transição fosse, de fato, continuidade, entre o que antes havia e aquilo que passou a existir depois. Por essa razão, o Império consolidou o projeto colonial e o fez por intermédio dos mesmos artifícios. Assim, ao mesmo tempo em que a América Espanhola se fragmentava em muitas repúblicas, o Brasil Monárquico mantinha o seu território unificado e ameaçava tomar parte do território dos países com os quais fazia fronteira. Por isso, o Estado Brasileiro, construído durante os oitocentos, valeu-se do mito geográfico da intocabilidade territorial para manter, em torno da figura do Imperador, uma forte centralização política, expressa de modo exemplar nas ações militares que debelaram as diversas revoltas regionais ocorridas durante o século XIX no Brasil. (SOUSA NETO, 2000, p. 14).

Se ao território cabia a responsabilidade e missão para o futuro próspero do país, as populações tradicionais, as classes menos favorecidas e as comunidades nativas como representantes de um passado que persistia às mudanças deveriam ser ignoradas ou culpadas pelo *atraso* do país; de acordo com Kunzler e Wizniewsky (2007, p. 212), esta era a primazia da mensagem ideológica nos livros didáticos de Geografia do período militar brasileiro: “[...] os livros didáticos apontam, em suas entrelinhas, o povo como o responsável pelo atraso econômico do país, sendo necessária a intervenção e o controle da mão forte do Estado para reverter esta situação. Este país “*gigante pela própria natureza*” precisava, então, para atingir seu objetivo, de um povo que o amasse e o exaltasse e trabalhasse por ele.”

Os elementos pátrios faziam parte da retórica ufanista, e a eles o ambiente escolar deveria se voltar como recurso ideológico de fortalecimento para o nacionalismo: “Desta forma, questões como Estado, Pátria e Nação, embora levemente abordados em seus significados, eram sempre tratados como motivo de orgulho.” (KUNZLER; WIZNIEWSKY, 2007, p. 212).

O protagonismo da educação no projeto político da ideologia militar é lembrado, também, por Bomfim (2007), quando este afirma que em meio a todo o planejamento, busca pelo progresso e discurso nacionalista, encontrava-se na rede de ensino (como um tirante central dos aparelhos ideológicos do Estado) um ponto de fortalecimento de seus embasamentos do regime estatal de exceção: “Poupança, educação e racionalidade econômica formavam o tripé sobre o qual o quadro institucional brasileiro deveria se apoiar para lograr o desenvolvimento. Igualmente, esse quadro teria sua maior eficácia se fundamentado nas premissas do planejamento.” (BOMFIM, 2007, p. 68).

Mas o *gigante pela própria natureza* precisava ser domado, delimitado, controlado, racionalizado e explorado em prol das bandeiras que sinalizavam a direção do moderno, industrial e desenvolvido, mesmo que tal busca custasse a riqueza, diversidade e singularidade do meio natural do país. O geógrafo Manoel de Sousa Neto (2000) – assim como fizera Las Casas (2011) séculos atrás em relação à América Espanhola, e Angotti-Salgueiro(2007) em relação à Amazônia no século XX – tece profundas e duríssimas críticas a esta inclinação histórica do Estado e, conseqüentemente, da sociedade brasileira para com seu território:

Na realidade, a mediação social mais conhecida nossa é a violência, que marcou e marca nossa identidade. Violência contra os índios, contra os negros, contra os imigrantes, contra os pobres que nunca foram índios, nem tiveram donos, nem pátria mãe. E aí parece que esse imenso território sempre foi um mar de tranqüilidade, pois não só não foi como continua a não sê-lo. Em um país de capitalismo tardio como o nosso, a violência institucionalizada e de legitimidade centralizada nos aparatos do Estado, fez o território nacional que conhecemos pela cor verde ser várias vezes lavado de sangue. (SOUSA NETO, 2000, p. 17).

E não apenas a natureza rica, mas “hostil”, foi alvo da violência mencionada por Sousa Neto (2000). Barros (2000) analisa esta visão em relação aos indígenas – situação mencionada também por Moog (1966) no movimento dos pioneiros americanos em direção ao Oeste do seu país –, como exemplo de todo este cenário envolvendo a natureza, o discurso do progresso e a sociedade:

A legitimidade sobre a ocupação do território só pode ser efetivada, dentro de seu discurso, através da superação do homem às condições desfavoráveis do meio, leia-se, a superação da natureza, incluindo o indígena como um elemento desta. Mais que isso, se aqueles povos que ali se situavam eram fruto de uma experiência de degradação, eles poderiam ser considerados derrotados na relação de confronto com a natureza e na competição das espécies. No quadro da luta entre as espécies para sobreviver, aqueles povos eram a demonstração de uma vitória do meio sobre o homem, estando fadados ao desaparecimento inevitável em breve. (BARROS, 2000, p. 5).

Esta vitória diante da natureza, e dos demais elementos que a compunham, representaria a superação do “atraso” social e territorial do Brasil, sendo este discurso amplamente utilizado nas escolas no período militar. Num análise histórica sobre o tema do edenismo, vemos que esta é a principal alteração do mito nacional brasileiro, passando de sua idealização romântica secular, para a visão progressista das riquezas naturais passíveis de exploração a fim de alcançar o tão desejado futuro da sociedade moderna:

Em relação à constituição de uma variante da ideologia nacional brasileira – o nacionalismo patriótico – o território é mais que um mero vínculo. Na realidade, o território, sua natureza, exuberância, belezas e riquezas tornam-se o ator, o motivo por excelência da construção da identidade e do orgulho nacional. Tal processo, no Brasil, associa-se inicialmente, ao movimento romântico e sua exaltação da terra e do índio; passa, posteriormente, pela literatura dos “viajantes europeus” e desemboca naquilo que nos interessa mais de perto: o ensino de Geografia. (GAUDIO; BRAGA, 2007; p. 182).

Este raciocínio ideológico, embasado na retórica ufanista do orgulho telúrico, sobressaiu-se às possibilidades de questionamento histórico, geográfico e sociológico do Estado nacional brasileiro. Estas circunstâncias deveriam ser colocadas de lado para que o objeto maior da realização progressista da nação tomasse frente. Estes elementos existiram e foram difundidos, por exemplo, na Escola Superior de Guerra, que servia de referência para as demais instituições de ensino do Brasil na época:

Pode-se supor que, na ESG, os fundamentos da geopolítica brasileira lançados no início do século XX são revalorizados, aprofundados e reestruturados à luz dos novos desafios (nacionais e mundiais), com o objetivo de transformá-los em princípios norteadores da atuação do Estado brasileiro nos campos político, econômico, diplomático e militar ao longo das décadas de 1950 e 1960. Por outro lado, a sucessão de governos democráticos a partir de 1945 não eliminou o nacionalismo da cena política brasileira. O nacionalismo, transformado em bandeira de luta do povo brasileiro em sua mobilização política crescente, permite-nos afirmar que o Estado e a Nação, nos primeiros anos da década de 1950, pela primeira vez, são uma só unidade política. De fato, a morte de Vargas em 1954 reuniu, simbolicamente, povo e Nação em uma só entidade política: o Estado-nação brasileiro. (VLACH, 2003, p. 8).

Já com relação ao papel das licenciaturas, a interferência da ideologia militar foi tão incisiva a ponto de alterar os currículos das formações, de modo a garantir que os conteúdos trabalhados pelos futuros professores correspondessem aos interesses de reflexão (ou ausência dela) a respeito do Brasil, como a dialética entre a riqueza natural e as mazelas sociais do país. Myamoto (1981) chama a atenção para a criação do curso de Estudos Sociais como um sinal claro desta situação da formação de professores: “Os anos 70 presenciaram também a inclusão da disciplina Geopolítica no currículo do recém-criado curso de Estudos Sociais, que objetivava substituir as licenciaturas plenas de Ciências Sociais, História e Geografia”. (MYAMOTO, 1981, p.83).

Além desta intervenção no currículo dos professores – como ocorrera nos parâmetros de ensino dos alunos –, Rocha (2000) ressalta a atuação do Conselho Federal de Educação na diminuição da carga horária da formação docente, assim como a aceleração nos períodos para suas certificações e atuação em sala de aula, processo este que afetaria diretamente a qualidade do ensino:

Numa nítida política de tornar mais precária ainda a formação dos(as) professores(as) brasileiros(as), em 17 de janeiro de 1972 o Conselho Federal de Educação reduziu, por força da Resolução nº1, a duração das licenciaturas curtas para 1200 horas, sem alterar, entretanto, o currículo anterior. A “toque de caixa”, os(as) professores(as) obtinham sua “qualificação para o exercício da docência” no tempo recorde de três meses. Se, de um lado, legiões de futuros(as) professores(as)” e principalmente “empresários(as) da educação” aprovaram o aligeiramento da formação, muitos(as) outros(as) atores/atrizes sociais levantaram suas vozes contra mais este golpe contra a educação brasileira. Alunos(as), professores(as), entidades de classe etc., se manifestaram contrários(as) ao processo e iniciaram forte movimento de resistência. (ROCHA, 2000, p. 137).

O autor completa sua argumentação referindo-se ao impacto destas medidas nos cursos superiores de licenciatura em Geografia: “Infelizmente, inúmeras instituições de ensino superior fecharam suas licenciaturas plenas em Geografia, optando pelos cursos de Estudos Sociais, fato verificado, sobretudo em instituições particulares que viram nas licenciaturas curtas um grande filão econômico<sup>32</sup>.” Mas esta situação não perduraria por muito tempo, já que a pressão social foi muito grande, principalmente pela substituição dos cursos de História e Geografia pelo de Estudos Sociais: “[...] Devido à pressão promovida por estudantes, professores e sobretudo pelas entidades representativas das categorias atingidas, como a AGB

---

<sup>32</sup> Ultimamente, este movimento de licenciaturas rápidas, em especial nas ciências humanas, tem retomado esta característica de “toque de caixa” numa contínua ascendência da crise tanto da formação dos professores como da qualidade de ensino, principalmente nas escolas públicas.

e a ANPUH, estes cursos foram sendo aos poucos eliminados. Entretanto, suas seqüelas ainda hoje são sentidas no interior das escolas brasileiras.” (ROCHA, 2000, p. 136-137).

Segundo Silva e Ramires (2008), o que começou com a despolitização escolar no período militar, no ufanismo edênico como retórica ideológica de ensino e a desvalorização dos profissionais de educação, resultou num afastamento entre o saber geográfico e o ensino de Geografia, sendo necessário o incentivo e esforço por este reencontro na sala de aula e na formação dos professores:

“É possível fazer geografia nos cursos de geografia?”. É legítimo aduzirmos que sim, se superadas muitas dificuldades. Materiais, conceituais, políticas. Quando nos deparamos com a necessidade do fazer em geografia como prática formativa, temos que desdobrar a pergunta acima em outras tantas, e assim nos colocar diante de alguns posicionamentos: a serviço de que pensamos a formação de profissionais em geografia, sejam eles professores e/ou bacharéis? Queremos mesmo nos curvar ao discurso das competências? Não podemos nos furtar, nesse raciocínio, do olhar abrangente sobre a sociedade em que vivemos e que, como já apontamos anteriormente, nos coloca diante de rápidas e profundas mudanças. E, evidentemente, sabemos que nossa escolha curricular denuncia nosso posicionamento nesse emaranhado social. Ora, se pensarmos que a sociedade capitalista, por meio dos seus diversos âmbitos institucionais, acaba por manter e reproduzir a estrutura econômica, a universidade, assim como toda escola, efetiva a manutenção da ordem econômica por meio do currículo: a organização dos conteúdos, os métodos e tecnologias de abordagem dos mesmos, o elenco de disciplinas, os procedimentos de avaliação, e os objetivos a serem alcançados no final. (SILVA; RAMIRES, 2008, p. 178).

Ainda como crítica à formação dos professores, herdada dos anos ditatoriais, Silva e Ramires (2008) propõem mais medidas para o fortalecimento das licenciaturas em Geografia e também demais áreas do saber:

A primeira é a determinação de que as áreas do conhecimento que correspondem às disciplinas dos parâmetros curriculares nacionais dos vários níveis da educação básica sejam as bases para a vinculação do processo de formação por considerá-las fundamentais para o desenvolvimento e a prática da pesquisa educativa. A segunda, relacionada à primeira, é a opção por alocar os cursos nas diferentes Faculdades, retirando da Faculdade de Educação a responsabilidade exclusiva pela certificação da licenciatura. Por fim, o terceiro ponto fundamental dessa concepção é a opção de construção da formação de professores atrelada à formação de bacharéis, preservando identidades formativas ao mesmo tempo em que a trajetória se articula na maior parte da grade curricular. (SILVA; RAMIRES, 2008, p. 175).

Esta é a mesma opinião de Gaudio e Braga (2007), como um dos caminhos para superação das intenções – tanto políticas como econômicas – que o ensino de Geografia sofreu no Brasil nos últimos anos. As autoras avaliam que o papel dos professores é fundamental para esta recuperação do ensino de Geografia: “Partimos, então, do pressuposto

que é o modo de raciocinar dos professores, articulando categorias, conceitos e conteúdos, que faz a grande diferença no processo de aprendizado dos alunos. Isso significa ensinar uma maneira de pensar, mais que ensinar os conteúdos.” (GAUDIO; BRAGA, 2007; p. 180).

Um ponto de vista similar, mas com foco nos estudantes, é levantado por Pontuschka (2000, p. 147), de modo a fortalecer seu papel na comunidade e núcleo de relações sociais de que fazem parte: “[...] os professores das demais áreas do conhecimento e com a cultura escolar é necessária no sentido de mobilizar toda a possibilidade existente nesse espaço em direção à formação do jovem no seu movimento de vida e nas relações sociais que mantém no interior de grupos sociais e nas instituições a que pertence ou a que venha a pertencer.” Podemos observar que as colocações da autora vão de encontro às prerrogativas de décadas atrás, no período militar, pois incentivam e buscam fortalecer o papel de questionamento da realidade passível de ser praticado pelos professores de Geografia em sua atividade docente:

Ao realizar a leitura do espaço geográfico, o professor pode permitir-se também fazer a leitura da realidade específica da escola para entender de onde se originaram os conhecimentos e as representações sociais que dominam o trabalho pedagógico da escola e as relações de poder que ali se estabelecem internamente entre os próprios agentes sociais e entre a escola e os órgãos superiores. (PONTUSCHKA, 2000, p.149).

A autora reforça seus argumentos trazendo para o centro do debate o quadro de depreciação das escolas públicas brasileiras atualmente: “Um dos caminhos para entender a desvalorização da escola pública passa pela compreensão dessa tensão, porque o burocrático e as estatísticas ofuscam, para não dizer que impedem, o fazer pedagógico.” (PONTUSCHKA, 2000, p.150). Os educadores poderiam, e em muitos casos tentam, mas não conseguem, oferecer uma rota para estes problemas; segundo Pontuschka (2000),

O educador precisa saber realizar a leitura analítica do espaço geográfico e chegar à síntese, criando situações no interior do processo educativo para favorecer as condições necessárias ao entendimento da Geografia como uma ciência que pesquisa o espaço construído pelo trabalho das sociedades humanas, vivendo em diferentes tempos, considerando o espaço como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações que estabelece com a natureza, com o mundo nos diversos tempos históricos. Os professores, em geral, e o de Geografia em particular precisam ter como ponto de partida as representações e os saberes que os alunos trazem para o espaço escolar. Não pode existir um vácuo entre o saber escolar – fundamentado nas teorias e metodologias originárias da academia - e as múltiplas representações sociais que os jovens construíram no caminhar de sua existência. O aluno vive o espaço geográfico de diferentes maneiras, em diferentes lugares, mas muitas vezes não tem consciência desse espaço e de suas contradições. (PONTUSCHKA, 2000, p. 151).

Além do movimento de renovação dos currículos na formação dos professores há, atualmente, um esforço de revisão das teorias de escolas tradicionais e clássicas, muito utilizadas nos regimes nacionalistas e em suas ordenações e discursos ufanistas. Gramsci (2001) foi, e ainda é, um dos principais defensores desta necessidade de atualização, revista e expansão do olhar sobre as salas de aula no mundo contemporâneo:

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. [...]. A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escola profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 2001, p. 49-50).

Para o filósofo italiano, há uma multiplicação do ensino, que se enquadra neste processo de formação técnica, operária e imediatista nas escolas. Se o ensino é um dos maiores aparelhos ideológicos do Estado, no contexto nacionalista e verdeamarelista da ditadura militar houve uma exploração máxima desta condição, nos currículos, na formação dos professores e na estruturação da educação como um todo. A potência da escola neste contexto, de desigualdade social e meio de difusão ideológico, é reforçada por Gramsci:

A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de ter uma tendência democrática. Por exemplo: operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo, etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “ cidadão” possa tornar-se “governante” e que a sociedade o ponha, ainda que “ abstratamente” , nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a “ iniciativa privada” , no sentido de dar esta capacidade e preparação técnicopolítica, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em “ordens” juridicamente fixadas e cristalizadas em vez de se superar as divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início do currículo escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência. (GRAMSCI, 2001, p. 49-50).



Seguindo esta *multiplicação das escolas* suscitada pelo autor é que surgiu, nas últimas décadas, propostas como o Construtivismo de Jean Piaget e interacionismo de Lev Vygotsky, a Escola Nova – iniciada ainda na década de 1930 com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* – com autores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, a Pedagogia Crítica e educação popular de Paulo Freire, além das teorias sobre gestão democrática, escola aberta e a mais recente remodelação da organização escolar da seriação para os ciclos de aprendizagem, este último elaborado pelo sociólogo suíço Philippe Perrenoud.

De todas estas iniciativas, a que vem obtendo maior notoriedade nas escolas brasileiras é a da remodelação da organização seriada para os ciclos de aprendizagem e progressão continuada, mesmo que, em muitos casos, existam inúmeras dificuldades estruturais, ranços ideológicos ou resistências locais para a implementação desta corrente, sem mencionar as situações em estados como Minas Gerais e São Paulo, nos quais, apesar do respaldo legal, ocorre a aprovação automática sem um maior apuro teórico e metodológico dos ciclos e da progressão continuada como fundamentos pedagógicos (FREITAS, 2004).

Apesar destes avanços, ainda há muitas marcas da estruturação educacional promovida pela ditadura militar. Além das estruturas físicas, muitos currículos discentes e docentes continuam fundamentados em alguns dos preceitos dos generais do golpe de 1964, como o enfraquecimento das licenciaturas, indefinição curricular do Ensino Médio público e dos anos finais do Ensino fundamental – com grande presença de discursos de alienação ou afastamento da realidade social, ou, então, com a adoção de apenas um ponto de vista ideológico sobre o país em livros didáticos que deveriam primar por uma maior imparcialidade e riqueza de todas as facetas dos fenômenos históricos e geográficos do Brasil –, e o grande grau de defasagem e falta de comunicação entre as fases do sistema de ensino brasileiro, dos primeiros anos ao início dos cursos superiores.

### 4.3.2 As novas tendências e perspectivas para a Geografia brasileira

Durante a fase da ditadura militar brasileira, o pensamento geográfico obteve um dos seus maiores avanços técnicos e tecnológicos. Com o advento da retórica integralista, nacionalista e geoestratégica, o principal órgão de produção e fornecimento de dados geográficos, o IBGE, recebeu grande atenção das instituições estatais, contribuindo para a expansão e aumento da quantidade de estudos realizados por seus profissionais.

Alguns autores reforçam este contexto; a tese *A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: estado e planejamento no período pós-64)*, de Bomfim (2007), é um dos melhores exemplos neste sentido. Segundo Braudel (1987), o avanço das técnicas e tecnologias acompanhou historicamente o ritmo das concentrações de desenvolvimento, seja urbano, industrial, comercial, etc.

Se houve a proximidade do conhecimento geográfico junto ao discurso integralista militar, de igual modo a sociedade brasileira passou por muitas mudanças estruturais a partir da segunda metade do século XX, como o aumento dos grandes centros urbanos e das desigualdades sociais nos mesmos, parques industriais, explosão demográfica e, inevitavelmente, crescimento das desigualdades sociais, todos acompanhados do desenvolvimento técnico, tecnológico e científico:

Constatações análogas impõem-se a respeito das *técnicas*. História maravilhosa, na verdade, que acompanha de perto o trabalho dos homens e seus progressos muito lentos na luta cotidiana contra o meio exterior e contra eles próprios. Tudo e técnica desde sempre, o esforço violento, mas também o esforço paciente e monótono dos homens, modelando uma pedra, um pedaço de madeira ou de ferro, para fazer disso uma ferramenta ou uma arma. Não é essa uma atividade rente ao chão, conservadora por essência, de *transformação lenta*, e que a ciência (que e a sua superestrutura tardia) recobre devagar, quando a recobre? As grandes concentrações econômicas pedem as concentrações de meios técnicos e o desenvolvimento da tecnologia: assim ocorreu com o Arsenal de Veneza no século XV, com a Holanda no século XVII, com a Inglaterra no século XVIII. E de todas as vezes a ciência, por mais balbuciante que fosse, estará presente ao encontro. (BRAUDEL, 1987, p. 13).

Portanto, há uma convergência de fatores, vetores e atores que contribuíram para que houvesse um salto quantitativo e qualitativo na produção da Geografia nas décadas de 60, 70 e 80. Mesmo que o início desta fase situe-se décadas antes, com a fundação das instituições de pesquisa ainda no período getulista, a realidade brasileira, e sua evolução, fez com que o saber científico ora se adaptasse ora se aliasse aos interesses dominantes do Estado. Mesmo movimentos de cisões ocorreram no bojo da ciência brasileira (e mundial) justamente por não concordarem com os rumos hegemônicos de suas pesquisas (DOMINGUES, 1991; GOMES,

2007). Sobre toda esta inevitável relação entre a realidade e o saber científico, direcionando a questão para o âmbito geográfico, Pierre George (1972) diz que:

Uma primeira originalidade da geografia deriva do estudo de relacionamento de dados heterogêneos e diacrônicos, tais como as condições provenientes do meio geológico cujos principais ritmos de variação atingem pelo menos a ordem dezena ou da centena de milênios, a mobilidade cotidiana ou de estações e a arritmia de intervalos desiguais e muitas vezes curtos dos tipos de tempo, os prazos indispensáveis aos empreendimentos humanos, avaliados em termos de “plano” ou de uma geração. Num lugar determinado, a realidade geográfica é constituída pela convergência ocasional de processos evolutivos, cada um dos quais é específico e se diferencia dos demais por sua dimensão, por seu ritmo, tanto quanto por sua natureza. Esta convergência é acompanhada de ações recíprocas que desviam, aceleram ou retardam de maneira mais ou menos pronunciada o andamento dos processos que se acham em conflito ou em competição. (GEORGE, 1972, p. 8).

O que autor denomina como *plano* será o fator principal para a grande quantidade de estudos geográficos advindos do principal órgão do país. Muitos foram os planejamentos estatais (SUDAM, SUDENE, SUDECO e os PNDs) e propostas de planos econômicos (os plurianuais, de metas, etc.) que serviram tanto como ponto de incentivo ou pressão aos cientistas de diferentes áreas envolvidas nestes planos.

Mapas, dados, compêndios, censos, estatísticas e teorizações fizeram, e ainda fazem, como afirmado por Senra (2014, parte) do movimento de trazer a Geografia pensada e produzida no IBGE à sua contemporaneidade e realidade social, características basilares do ideologismo científico (GODOY, 2011, MORAES, 1991). A influência francesa, aliada às monografias regionais e ao bucolismo analítico deu lugar ao olhar mais objetivo e interventivo – muito mais relacionada ao planejamento estratégico do Estado –, comum à Geografia anglo-saxônica, praticada e replicada no IBGE:

[...] é possível identificar a fragilidade do discurso de uma “continuidade” (imutável) da geografia vidalina exatamente na complexidade teórico metodológica da temática do planejamento. Pois a planificação fazia emergir então na geografia uma tentativa de “adequação” em relação ao mundo industrial. Mais precisamente, àquela geografia voltada para estudos de uma realidade pré-industrial, se oporia agora uma preocupação com o *presente*, com os rumos do capitalismo. Rumos que traziam também outra questão à tona: a desigualdade entre os países “centrais” e uma ampla “periferia”, subdesenvolvida, pouco ou nada industrializada, rural, em vias de descolonização, inclusive. Doravante, a geografia (e também a economia, a sociologia, a história...) debruça-se sobre preocupações relativas ao “terceiro-mundo”, a *superação do subdesenvolvimento* surgindo como um escopo central, para cuja consecução – justamente – o *aménagement du territoire* aparecia como *meio* para chegar a um melhor equilíbrio entre as desigualdades regionais ou como

*fim*, se a memória aqui recordar, menos que a nova geografia, mas sim um *determinado uso* da análise espacial por ela preconizada. (BOMFIM, 2014, p. 3).<sup>33</sup>

Esta união entre a produção da geografia estatística e as intervenções estatais é objeto de análise de Bomfim (2014, p. 4): “Do conjunto da produção do IBGE viria o testemunho da participação da geografia no planejamento, através do encontro, complexo em si mesmo, entre a economia espacial (sabidamente ligada à geografia anglo-saxônica, na qual exerceu cabal influência)”. O autor também reflete sobre a possibilidade de classificar este papel do instituto como uma tendência não apenas científica ou metodológica, mas voltada a uma forma de pensamento mais abrangente, configurando-se como um apêndice à ideologia militar:

As mudanças administrativas ocorridas no IBGE entre 1967, como de sua transformação em fundação,<sup>14</sup> e 1973, quando a Lei nº 5 878 de 11 de maio regulamentou novas atribuições ao Instituto, transitam pelas etapas do que se pode compreender por militarização (Mathias, 2004). Ou seja: poder-se-ia falar em uma porosidade do Instituto à ideologia e aos desígnios do regime militar, cujas demandas se tornaram cada vez mais ligadas à estatística e ao fornecimento de dados sobre o território para a execução das políticas governamentais. Aliás, nos anos subsequentes ao golpe, o IBGE se depararia com a presença de verdadeiros interventores militares. (BOMFIM, 2014, p. 5).

Alterações administrativas estas que afetaram diretamente o andamento institucional: “Essa “normalidade funcional” significava a inserção do Instituto na dupla necessidade que o Estado lhe cobrava: a cartografia e a estatística, passando pelas citadas mudanças administrativas.” (BOMFIM, 2014, p. 5). No decurso histórico da Geografia brasileira, sem dúvida, é o período de maior proximidade entre o conhecimento e o poder, a Ciência (geográfica) e o Estado (representado pelos militares): “Para os objetivos governamentais, pois, caminhava, o IBGE, para o patamar desejado: o de um órgão técnico e menos afeito à produção teórica – ou acadêmica; uma visão positiva do Instituto que corresponderia, desde então, a uma leitura vulgarizada sobre a instituição.” (BOMFIM, 2014, p. 24).

Mas esta fase da Geografia brasileira foi tão produtiva e importante, em sua ligação com o poder estatal, como efêmera, durando efetivamente não mais que duas décadas (60-80) até seu enfraquecimento em meio à chegada ou surgimento de correntes geográficas de contraposição aos seus fundamentos teóricos e metodológicos: “A geografia quantitativa nacional não publicou o suficiente para que se criasse uma trilha de referências. Em certo sentido, não houve a consolidação de uma segunda geração de autores que tomassem para si a

---

<sup>33</sup> O *aménagement* citado pelo autor é o mesmo conceito de Labasse (1967), algo próximo de um manejo ou planejamento propriamente dito do território.

tarefa de perpetuar o pensamento da primeira geração via citação e referência.” (LAMEGO, 2014, p. 15). Deste modo, não houve tempo suficiente para a afirmação de uma corrente nacional embasada nos fundamentos quantitativos\sistêmicos\estatísticos no cenário mundial: “O período foi curto, o que contribuiu para que os trabalhos dos quantitativos nacionais não pudessem ser alçados a uma categoria de referência bibliográfica que os emparelhassem aos pesquisadores norte-americanos e britânicos.” (LAMEGO, 2014, p. 15).

Lamego (2014), em concordância com Bomfim (2014) e Senra (2014), assegura que este alcance a nível global não ocorreu também pelo fato da Geografia Quantitativa brasileira estar restrita a nichos e representantes localizados: “O fato é que apesar de muito produtiva, apesar do empenho daqueles que abraçaram a ‘causa’ quantitativista, o número de geógrafos envolvidos sempre foi muito pequeno. Diversos tentaram, no entanto, poucos se adaptaram às técnicas quantitativas.” (LAMEGO, 2014, p. 17). Para o autor, a prioridade destes profissionais era, principalmente no que se referia à questão teórica, entender e elaborar novas técnicas, reflexões e metodologias, e não apenas aplica-las ou duplica-las em seus estudos.

A despeito do que normalmente se difunde a respeito da ala quantitativa-positivista das produções do IBGE, Lamego (2014), Bomfim (2014) e Almeida (2004) trazem esclarecimentos importantes sobre o papel destas produções no bojo de todo o movimento desenvolvimentista e de cunho modernizador vigente no período:

[...] naquela época, pensavam os geógrafos que, para ser socialmente relevante, precisava a geografia contribuir ativamente para o conhecimento científico em prol do desenvolvimento social e econômico do país. E era o que se propunham. Nas décadas de 60 e 70, o IBGE despontou como um dos núcleos difusores da geografia quantitativa brasileira, junto ao Núcleo de Rio Claro, formado por professores da UNESP, como Antonio Christofolletti e Alexandre Filizola Diniz. (LAMEGO, 2014, p. 2).

Havia não apenas uma proximidade e aliança entre o conhecimento científico e os interesses estatais (mercadológicos) no aumento dos saberes e informações geográficas sobre o Brasil, mas de igual modo uma “pressão” pairava sobre os cientistas (BOMFIM, 2014) – assim como ocorrera com os jogadores de futebol na copa de 1970 –, principalmente os das ciências de alcance social em suas formulações e técnicas, para que os mesmos fornecessem instrumentos para a melhoria das condições sociais do país. O fato de estes profissionais estarem relacionados aos planejamentos e planos do Estado era apenas uma parcela de um contexto muito maior:

A ideia segundo a qual a traços “arcaicos” contrapunha-se uma sociedade “moderna, urbanizada, industrializada, dinâmica, progressista e em desenvolvimento”, tornou-se uma elaboração bastante difundida na explicação do subdesenvolvimento na América Latina. [...] Mas a questão sobre a eficácia do Instituto permaneceria. A busca de uma solução, cheia de idas e vindas, nesse suposto processo de modernização do IBGE, pode ser vista sob dois pontos: a aposta em uma ligação cada vez maior do Instituto ao Ministério do Planejamento e a convicção de que a produção geográfica ibgeana – à parte, claro, as produções individuais de seus profissionais, como os artigos da Revista Brasileira de Geografia – deveria se pautar por um maior rigor teórico-metodológico. (BOMFIM, 2014, p. 6).

Como apresentado nos primeiros tópicos deste capítulo, questões como o quadro demográfico e seu gigantesco crescimento, o aumento das aglomerações urbanas, problemas de serviços públicos essenciais, a chegada cada vez maior de indústrias de grande porte, dentre outros fatores, contribuíram para termos como planejamento, desenvolvimento e geografia caminharem juntos desde o início das metas colocadas no governo Kubitschek: “É possível perceber que a Geografia que se vinculou às ideias de desenvolvimento, no contexto das questões urbanas e industriais que tomaram corpo no Brasil na década de 50, foi a que mais aproximou IBGE do núcleo de decisões do poder federal durante toda a década de 60” (ALMEIDA, 2004, p. 412). E, inevitavelmente, como completa Almeida (2004, p. 412): “incluindo aí os primeiros governos do Ciclo Militar.”

Não haveria no contexto do IBGE, muito lugar para a Geografia Física, ou pelo menos se convencionou acontecer, pois na segunda metade dos anos 60 a participação dos segmentos de estudos físicos, com exceção da climatologia, reduziu-se fortemente. Inicia-se uma transição para os estudos que enfatizavam aspectos urbanos e industriais, procurando dar conta de uma intensa urbanização que havia se iniciado no final dos anos 50, e que nos anos 60 já começava a mostrar seus efeitos, tanto em termos de crescimento metropolitano, quanto em termos de ampliação e articulação da rede urbana brasileira, principalmente a da região sudeste. [...] os principais vetores de estudos desta fase foram as pesquisas de Geografia Urbana, principalmente sobre Redes Urbanas e trabalhos sobre Regionalização, enfatizando a análise do setor terciário. (ALMEIDA, 2004, p. 413).

Os autores que se debruçam nas investigações históricas sobre o IBGE procuram ressaltar a não limitação temática dos estudos pertinentes ao instituto. Apesar de ter havido uma ambição – ou ostentação estatística, como diria Bomfim (2014) – técnica e estatística, outros campos de pesquisa fizeram parte do rol de estudo do IBGE, mesmo havendo migração de outras áreas da Geografia em outras locações:

Para os objetivos governamentais, pois, caminhava, o IBGE, para o patamar desejado: o de um órgão técnico e menos afeito à produção teórica – ou acadêmica; uma visão positiva do Instituto que corresponderia, desde então, a uma leitura vulgarizada sobre a instituição. Em artigo recente, Alexandre Camargo (2006) entende ter havido a *criação de um novo IBGE*, a partir de Kerstenetzky, em função

de uma crise de produção e “operacionalidade” do Instituto, e não como, na realidade, devido a uma reengenharia visando a adequá-lo às requisições do governo militar. Noutras palavras, negligencia-se nesse artigo (Camargo, 2006) e na produção memorial do IBGE (2006) o fato de que o Instituto seria um espaço de reflexão acadêmica, e não mero fornecedor de subsídios ao planejamento; o que, se é verdade que era a intenção do regime militar, nem por isso pode-se intuir necessária e mecanicamente que a *tecnificação* do IBGE tenha sido, em tom positivo, a sua “salvação” e a sua “modernização”. Ora, ao invés, criara-se uma camisa-de-força na obsessão técnica do Instituto, cujo tipo de profissional deveria ser menos dotado de autonomia no interior de uma instituição e mais afeito a um *saber competente*. A fratura estava exposta no “novo” órgão. A produção geográfica se restringiria, dia a dia, a trabalhos descolados das funções oficiais do IBGE – mais e mais estatísticas –, e, pela década de 1970, os palcos da reflexão geográfica (bastante turbulenta) se deslocariam definitivamente para o meio universitário (principalmente UFRJ e USP), o qual, por ironia, o próprio IBGE um dia alicerçara. (BOMFIM, 2014, p. 24).

Senra (2014) concorda e expande as colocações expostas por Bomfim (2014), afirmando que: “Apesar dos pesares, em quase quatro décadas de existência, o IBGE apresentou contribuições significativas, e não apenas no contexto da estatística, o que é mais visível, mas também no âmbito das geociências.”, juntamente com as contribuições cartográficas: “Novos mapas e atlas foram feitos com modernas tecnologias, satélites foram usados, dando melhor controle do território, o quadro de pessoal foi renovado, contratando-se excelentes profissionais”, e a atualização e reencontro da importância do instituto para a Geografia brasileira: “Novas chefias, com excelente formação, vêm renovando os programas de trabalho, trazendo avanços, e sabendo motivar os técnicos. Por tudo isso, é possível (e justo) expressar otimismo. Em pouco tempo, por certo, o IBGE será de novo influente nas geociências.” (SENRA, 2014, p. 17).

Se, de um lado, havia o planejamento, de outro as expedições geográficas em direção Aos interiores do Brasil também tiveram o seu grau de importância neste período. No cap. 2, vimos que as expedições sempre existiram, mas foi a partir dos grandes interesses interventivos do Estado que as mesmas obtiveram seu maior grau de investidura no território brasileiro, conforme reitera Abrantes (2014, p. 57): “Com base na necessidade de desenvolvimento sistemático dos estudos sobre o meio geográfico e a atividade humana, o IBGE criou, em 1939, um centro de estudos destinado a coordenar e estimular pesquisas empreendidas por seus geógrafos.”

E quanto mais crescia o investimento estatal nestas expedições, maior era o número de campanhas científicas, formadas não apenas por geógrafos, mas poucos profissionais como sociólogos, antropólogos, econômicas, etc.: “Desde então, inaugurou-se um período de três décadas (anos 1940, 1950 e 1960) de práticas profissionais fundamentadas nas expedições geográficas.” (ABRANTES, 2014, p. 57).

Como já referido nos capítulos anteriores, as expedições do IBGE (e também da AGB) pelo Brasil tiveram como principais metas, além de angariar novas informações geográficas do país, fornecer cada vez mais uma precisão territorialista para as políticas públicas de intervenção estatal nas zonas pioneiras, constantemente, desde a década de 1930: “[...] e toda a movimentação para os sertões brasileiros. O enfoque espacial, colado à dimensão terrestre dos eventos estudados, é a característica recorrente das distintas Geografias, que delimita um campo temático genérico para tal ciência.” (MORAES; COSTA, 1999. p.22-23).

Este movimento contribuiu para o desenvolvimento epistemológico da Geografia brasileira, pois, a partir da empiricidade e seus desafios, novas formulações teóricas e metodológicas deveriam ser elaboradas, inevitavelmente: “É esse universo que vem sendo trabalhado historicamente pelos geógrafos, tanto a nível dos estudos empíricos quanto no plano teórico abstrato da formulação do objeto geográfico (MORAES ; COSTA, 1999. p.22-23).

É interessante notarmos que, a partir do enfraquecimento dos governos militares na década de 1980, o protagonismo do IBGE, e sua produção estatística também entraram em queda. Deste cenário é que eclode a principal crise epistemológica da Geografia brasileira. Moraes (1986) afirma que neste período o pensamento geográfico brasileiro estava tanto povoado como também motivado a enfrentar seus “fantasmas” epistemológicos, ou seja, abordando temas como o objeto e objetivos da ciência, os rumos das novas correntes, as proximidades com outros campos do saber, a forma como a Geografia deveria lidar com os problemas, cada vez maiores, da sociedade brasileira, dentre outros.

A partir, então, desta situação da realidade brasileira e do pensamento geográfico nacional, surgem ao menos três grandes correntes, ou, como o próprio Moraes (1991) indica, *ideologias geográficas*: a (neo) positivista\quantitativa\sistêmica, a cultural\humanística e a de influência dialética-histórico-materialista ou radical: “Assim, aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva, deverão ser priorizados. [...] A estes discursos mais ‘orgânicos’ (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de ideologias geográficas.” (MORAES, 1991, p.35).

Este sentido gramsciano das ideologias geográficas a serviço do Estado, ressaltado pelo autor, pode ser entendida também como a recente, e profícua, sociologia da ciência: “É necessário localizar os produtores no campo social de onde extraem as referências de um certo padrão de cientificidade que deve ser seguido” (FERREIRA; BRITTO, 1994, p. 139), ou seja, quando em um ambiente determinado, um determinado grupo de pessoas produz, em



contiguidade, teorias, metodologias e explicações a respeito de certo tema científico. Em outros termos, Said (1996) apresenta uma noção similar, defendendo a ideia do aspecto “pessoal” e “individual” da ciência, quando a mesma se faz analisável e perscrutável na voz de seus representantes:

En definitiva, el intelectual así descrito es una figura representativa que importa: alguien que representa visiblemente un determinado punto de vista, y alguien que ofrece representaciones articuladas a su público superando todo tipo de barreras. Lo que yo defiendo es que los intelectuales son individuos con vocación para 'el arte de representar,' ya sea hablando, escribiendo, enseñando o apareciendo en televisión. La vocación es importante en la medida en que resulta reconocible públicamente e implica a la vez entrega y riesgo, audacia y vulnerabilidad. Cuando yo leo a Jean-Paul Sartre o a Bertrand Russell, más que sus razonamientos me impresionan su voz y presencia personales y específicas, por la sencilla razón de que ambos hablan de algo en lo que realmente creen. Ni uno ni otro pueden ser tomados por un funcionario anónimo o burocrata cuidadoso. (SAID, 1996, p. 31).

Os intelectuais e o poder caminharam juntos por toda a passagem dos militares no comando do Estado brasileiro. Esta união, consensual ou não, fez com que, no mesmo período, houvesse uma das mais ricas fases de desenvolvimento epistemológico, teórico e prático da ciência geográfica no Brasil, recuperando antigas teorias e autores, refutando padrões vigentes ou então construindo novos parâmetros para a compreensão dos fatos e fenômenos do espaço geográfico.

#### *4.3.2.1 O futuro do presente: a quantificação, a crítica e a cultura*

Com o objetivo de dar maior foco e direcionamento às correntes geográficas advindas da crise epistemológica mencionada, e também de fornecer uma delimitação institucional e sociológica às ideologias geográficas correspondentes, no mínimo, de dois a três autores de cada uma das correntes serão utilizados como “amostras” para este debate final da presente Tese. Em cada uma das correntes será possível observar os contornos da cientificidade buscada para a Geografia, assim como o embate com os fantasmas epistêmicos da mesma, como seu objetivo, os diferentes códigos de linguagem utilizados, os campos de alcance analítico, a relação com as outras ciências, validade científica e aplicação social de seus argumentos, etc.

Apesar de hoje em dia estar concentrada em centros de pesquisa do Sudeste em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, em decorrência dos estudos urbanos, foi com geógrafos nordestinos que a Geografia Crítica despontou no Brasil, muito provavelmente

pelos resultados pífios e ilusórios dos planejamentos desenvolvimentistas, programas político-econômicos e demais iniciativas estatais falhas desde o Estado Novo getulista.

A título de exemplo desta corrente geográfica temos dois nomes consagrados na historiografia do pensamento geográfico brasileiro: Milton Santos e Manuel Correia de Andrade<sup>34</sup>. Ambos iniciaram suas análises espaciais ainda sob a sombra de influências clássicas francesas e de autores anglo-saxônicos, mas logo voltaram seus esforços para suas regiões de origem, num primeiro momento, e depois com obras e teorias de maior alcance para toda a realidade social brasileira.

Milton Santos destacou-se em obras como *Por uma Geografia Nova* e *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, ambas de 1978. Com *O Espaço do Cidadão*, de 1987 desferiu uma das mais profundas críticas aos direitos sociais e civis no Brasil ditatorial e na maneira como os cidadãos eram explorados pela chegada do neoliberalismo com a redemocratização, em termos como o não *cidadão brasileiro*, ou *consumidor mais que perfeito* como égide de uma cidadania frágil e constantemente atacada pelas sucessivas ideologias dominantes no meio político e econômico nacional:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais de senraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação Das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário. (SANTOS, 1987, p. 12).

Em sua obra mais atual, *Brasil: Território e Sociedade no início do Século XXI*, escrita em parceria com Maria Laura Silveira, Santos (2001), além de apresentar grandes discussões sobre o espaço geográfico brasileiro, propõe uma nova regionalização para o Brasil, com

---

<sup>34</sup> Herdeiros da *Geografia Ativa* francesa, que propunha uma nova visão mais integrada, social e crítica do espaço geográfico: “O objeto da geografia é o estudo das relações de fatos e de movimentos cujo conhecimento específico é da alçada de uma outra ciência. Para poder reivindicar um objeto próprio, a geografia deverá colocar no centro dessas relações a preocupação com a existência dos homens. Que sentido se poderia atribuir a um estudo sintético de paisagem natural a não ser o de definir as condições oferecidas à vida e à ação humana pelas ações recíprocas dos fatores físicos? Como estabelecer uma distinção entre geografia humana e economia a não ser projetando os efeitos dos mecanismos econômicos gerais sobre uma matriz diversificada e pesquisando suas consequências sobre a distribuição, sobre as formas de existência e sobre os movimentos da população?” (GEORGE, 1972, p. 15).

grande inspiração na divisão administrativa do IBGE de 1988, e nos complexos regionais de Pedro Geiger (1967; 1969).

Figura 95: Divisão regional do Brasil, 1988.



#### Legenda

- Limite de Estado
- Limite do País
- ★ Capital de Estado
- ★ Capital de País

#### Região

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Figura 96: Divisão Regional proposta por Milton Santos e Maria L. Silveira



Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/>

Já para Manuel Correia de Andrade, os estudos também se iniciaram no Nordeste, em obras como *A terra e o homem no Nordeste* de 1963, e *Nordeste, espaço e tempo*, de 1970, para depois enveredar suas pesquisas para temas mais amplos, como em *Caminhos e descaminhos da Geografia* de 1989. Sobre a região nordestina, o autor considera o papel fundamental do geógrafo nos planejamentos, já esboçando sua crítica às propostas econômicas muito comuns daquele período: “[...] Aí é que a participação do geógrafo no planejamento é indispensável, uma vez que ninguém melhor do que ele pode indicar as regiões e sub-regiões em que se divide uma área. [...]” (ANDRADE, 1963, p. 239).

O autor continua sua crítica sobre a necessidade de se estudar melhor esta região do Brasil: “[...] o Nordeste, como o Brasil, tem sido pouco estudado e pouco pesquisado por

especialistas em ciências naturais e sociais que o tenham realmente perlustrado, observando, trocando idéias com os seus habitantes, aplicando inquéritos pacientemente, enfim, procurando analisar e conhecer as características e os problemas regionais.” (ANDRADE, 1963, p. 3). Assim como Milton Santos, Andrade avança seus estudos para os terrenos da história do pensamento e epistemologia da Geografia.

Como Santos (2001), Manuel C. de Andrade (1993) publicou livros e artigos sobre a crise da Geografia do final dos anos 1980, na qual o método materialista histórico e a dialética surgiam com um dos caminhos para solucionar esta situação de indecisão epistemológica. Como se vê, palavras como crise, renovação e perspectivas se tornaram comuns em grandes autores. Outros geógrafos também tiveram grande contribuição para a Geografia Crítica no Brasil, como Antonio Carlos Robert de Moraes – amplamente citado ao longo desta Tese –, e Maria Laura Silveira, Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, José William Vesentini, Pedro de Almeida Vasconcelos, Armando Corrêa da Silva, dentre outros.

Entre 1970 e 1980, cresceu, na Geografia brasileira, uma corrente de pensamento, paradigma ou ideologia científica fortemente fundamentada na análise de sistemas, pesquisas quantitativas e na lógica neopositivista. Por influência de grandes nomes anglo-saxônicos – como exposto no capítulo anterior –, a *New Geography*, ou Nova Geografia expandiu-se rapidamente, em especial nos órgãos oficiais de estudos geográficos, como IBGE e IPEA.

Por ter sua ascendência ligada às instituições de estudo do Estado, a Geografia Quantitativa aproximou-se muito dos planos, planejamentos e políticas de ordenamento e organização espacial durante décadas, fornecendo as informações necessárias para o projeto (geo)político nacional: “Pode-se entender por *projeto geopolítico brasileiro* uma práxis formada entre ensaístas, geógrafos, militares, economistas, dentre outros profissionais, pelo menos desde a virada para o século XX”. Esta aproximação das políticas estatais se dava pelo seu apuro técnico, rigor científico e potencial em oferecer diagnósticos quantitativos de fácil utilização por parte do governo; esta corrente geográfica verifica-se como “[...] um pragmatismo de explícita intenção *ordenadora do território*, sempre pretendendo-se útil, técnico; em várias ocasiões, avesso a preocupações teóricas, em outras, buscando afirmar por meio da teoria uma importância no rol das ciências” (BOMFIM, 2007, p. 6).

Por ironia histórica, um dos principais nomes da Nova Geografia não pertencia ao quadro de geógrafos do IBGE. Antonio Christofolletti (1985) localiza a nova corrente como uma das perspectivas e caminhos para o futuro da ciência geográfica no Brasil: “O surgimento de novas perspectivas de abordagem está integrado na transformação profunda provocada pela

Segunda Guerra Mundial nos setores científico, tecnológico, social e econômico.” Já recebendo a alcunha de *teórica*, a nova ala de pesquisas é apresentada (com inspiração em Ian Burton) como um verdadeiro paradigma de renovação da Geografia: “Esta transformação, abrangendo o aspecto filosófico e metodológico, foi denominada de ‘revolução quantitativa e teórica da Geografia’, por Ian Burton (1963)” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 16).

Speridião Faissol (1978), contemporâneo do geógrafo rio-clarense, possui a mesma opinião sobre a Nova Geografia: “A Geografia coloca-se, assim numa fase de transição entre um paradigma clássico-tradicional e outro que se vai delineando como resultado – como de resto surgem os novos paradigmas – dos conflitos metodológicos e filosóficos que sempre surgem em todas as ciências, quando se começa a sentir uma generalização da insatisfação com os resultados das pesquisas.” Sua defesa paradigmática é mais incisiva e objetiva quanto aos estudos neopositivistas: “Este novo paradigma da Geografia é sistêmico por concepção, ao mesmo tempo que por necessidade, mas continua essencialmente geográfico porque sua principal área e objetivo é a análise espacial.” (FAISSOL, 1978, p. 3).

A linguagem matemática seria a matriz de todas pesquisas teóricas, de modo a valorizar o rigor lógico, a neutralidade científica e a validade do conhecido produzido por seus adeptos: “A Matemática e a Estatística associadas têm trazido à Geografia, uma contribuição não só operacional mas também conceitual e lógica.” (FAISSOL, 1978, p. 43)<sup>35</sup>. Além da linguagem lógica e matemática, a teoria dos sistemas seria responsável por fornecer os instrumentos necessários para a síntese e integração do conhecimento geográfico:

E é exatamente por isto que este paradigma é sistêmico por necessidade como dissemos. O sistêmico, neste caso, tem algo de dialético, de uma dialética inortodoxa entre o empirismo com que a Geografia foi construída e as tentativas de criar uma sistema metodológico com base em modelos, vale dizer, tentar criar um corpo de teoria. Ao mesmo tempo o corpo teórico das outras ciências sociais é tomado emprestado, o que vai dando à Geografia progressivamente um caráter de Ciência Social. Dentro do paradigma exposto, a análise geográfica, embora tenha guardado sua individualidade, porque nela o espaço é o elemento básico, torna-se essencialmente interdisciplinar; primeiro porque a organização espacial de uma

---

<sup>35</sup> A exposição sobre a linguagem matemática como fundamento da Nova Geografia é exposto em detalhes pelo autor: “A linguagem matemática tem sido aceita, universalmente, como a linguagem da ciência. Mas é preciso ter em mente que as verdades matemáticas são verdades analíticas e, a *priori*, portanto, por definição; nesta circunstância não são estabelecidas por experiência. Há ainda um outro aspecto relevante a especificar: possivelmente a ideia de que a quantificação é quase que sinônimo de Matemática é nas ciências sociais (e portanto na Geografia) é que ela torna fácil o tratamento de problemas qualitativos; mas essencialmente o que é relevante é o sistema lógico que ela representa, de um lado, e, de outro, a possibilidade de se usar alguns de seus instrumentos de análise qualitativa de problemas: por exemplo, teoria de conjuntos, topologia, etc. podem ser usados para ajudar e clarificar muitos conceitos de Geografia, como em muitas ocasiões, mais adiante, teremos oportunidade de indicar. Apenas um exemplo seria, talvez, suficiente para indicar esta relevância e seria o da similaridade da ideia do conjunto com a de região ou tipos.” (FAISSOL, 1978, p. 42).

sociedade apoia-se, de um lado, em recursos naturais, de outro, em processos econômicos, sociais e políticos, que têm que ser inseridos na compreensão desta organização; segundo porque não só a significação dos recursos naturais depende do estágio cultural e econômico mas também a própria teoria econômica e a estrutura que ela e/ou explica pode estar condicionada por sistemas de valores, políticos ou culturais. (FAISSOL, 1978, p. 4).

Como vimos no capítulo anterior, esta ideia sobre a teoria dos sistemas voltaria a tomar força com o conceito de *geossistema*, engendrando um novo alcance agregador dos fenômenos e fatos geográficos por uma visão holística das paisagens. Este é, inclusive, um dos campos de estudo recentes que buscam reestabelecer a Nova Geografia, seus métodos e conceitos, no cenário geográfico brasileiro, como afirma Dutra-Gomes (2009):

O conceito de Paisagem tem sido bastante influenciado pelas considerações do Caos Determinístico. A Paisagem referencia-se na apreensão do observador (sujeito) que capta, numa visada, com sua arbitrariedade, a manifestação momentânea do espaço geográfico, fundamentalmente considerada como um ‘ponto de vista’. Discussões prévias sobre a complexidade dos padrões espaciais tem argumentado que os processos caóticos em domínios temporais na natureza geram padrões espaciais caóticos que são expressos na paisagem. Estudos têm demonstrado que o caos pode ser detectado e analisado em função de séries espaciais de dados históricos para perceber as sensibilidades às condições iniciais e bacias de atração preferidas. Contudo, há também dificuldades, por exemplo, associadas na distinção entre o que é ruído e o que é caos nas funções dos padrões espaciais, além do que, os próprios modelos conceituais e matemáticos ainda precisam ser aprimorados para uma mais refinada captação e discernimento. Mas reconhece-se que o caos determinístico deve ser considerado como um dos candidatos à explanação, ao menos em parte, da espacialidade complexa e irregular expressa na paisagem. Isso traz implicações como a sugestão em se utilizar de uma abordagem mais holística que releve as incertezas, em ampliação à reducionista, como frutífera perspectiva de reflexão, em vista, de que, reconhecido como inerente aos sistemas dinâmicos, pouca promessa tem sido dirigida à modelos que reduzem as incertezas do sistema estudado. Isso também, por outro lado, não refere-se ou descaracteriza os modelos que conseguem atingir seus objetivos a partir de poucas variáveis, obtidas a partir de ‘variáveis críticas’ que oferecem resultados satisfatórios para certos objetivos. (DUTRA-GOMES, 2009, p. 87).

E é por conta desta condição paradigmática e teórica levantada por Faissol (1978) – e renovada na proposta de Dutra-Gomes (2009) –, que Christofolletti (1985), ainda na década de 1980, alertava sobre o risco da mecanização dos estudos quantitativos: “[...] fazendo um trabalho de mecanização, mas nunca um trabalho geográfico” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 18). No mesmo raciocínio, Christofolletti apresenta a possibilidade, e responsabilidade, dos geógrafos teóricos em discutir, renovar e aprofundar o debate epistêmico-metodológico da Geografia:

Considerando a metodologia científica como o paradigma para pesquisa geográfica, a Nova Geografia salienta a necessidade de maior rigor no enunciado e na verificação

de hipóteses, assim como na formulação das explicações para os fenômenos geográficos. E não se deve só explicar o existente e o acontecido, mas com base nas teorias e nas leis ser capaz também de propor previsões. Desta maneira, cria-se a simetria entre o passado e o futuro. Por outro lado, no discurso explicativo há preferência pelas normas relacionadas com o procedimento dedutivonomológico. E, por essa razão, considerando-se certas hipóteses e determinadas condições, o resultado do trabalho geográfico deve ser capaz de prever o estado futuro dos sistemas de organização espacial e contribuir de modo efetivo para alcançar o estado mais condizente e apto para as necessidades humanas. Os enunciados geográficos assumem validade em função da sua verificação e teste. O critério de refutabilidade ganha importância. Em vez de a validade depender da autoridade do geógrafo que observou e descreveu o fenômeno (ou a região), passa-se a aferi-la conforme os procedimentos de verificação propostos pela metodologia científica. Com o intuito de cada vez mais se conhecer os aspectos e as questões relacionadas com a metodologia, os geógrafos passaram a se interessar pela filosofia da ciência. (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 21).

A construção da teoria, segundo Faissol (1978), é o que deveria mover os geógrafos e a Geografia Nova\Teórica: “De um lado a Geografia foi praticamente uma disciplina empírica: a construção da teoria foi muito dificultada por ser uma área de transição entre ciências naturais e sociais, e era sempre difícil transpor conceitos de uma área ou de outra, que fosse aplicáveis aos dois campos.” (FAISSOL, 1978, p. 8). A diversidade do objetivo geográfico, a natureza e o ser humano, servem como justificativa primeira e irrefutável para esta condição de compromisso com a construção teórica deste saber:

Por isso mesmo foi fácil construir uma teoria determinista no fim do século passado. Em primeiro lugar porque ela se enquadrava na filosofia darwiniana de seleção natural (os povos que habitassem as áreas de clima temperado estavam naturalmente selecionados para sobreviver); em segundo lugar porque ela relacionava o homem com a natureza, portanto era uma teoria sobre algo que estava na transição entre o natural e o social. (FAISSOL, 1978, p. 8).

E, como já ocorrido com os geógrafos críticos e radicais, o cenário da modernização e corrida pelo desenvolvimento surgem como plano de fundo para o incentivo em conhecer a realidade geográfica do país, para, melhor entendendo-a, chegar-se, então, ao progresso, crescimento econômico, e desenvolvimento: “Como no momento histórico os países mais desenvolvidos eram os das regiões temperadas, a evidência empírica era praticamente desnecessária, pois fazia parte do consenso geral. De outro lado, quando, através de teorias dedutivas (como, por exemplo, em relação à teoria da localidade central) se procurou, na linha clássica do processo científico, estabelecer uma verificação empírica, isto mostrou-se extremamente difícil.”(FAISSOL, 1978, p.10).

Ao contrário do que seus fundadores e defensores planejavam em questão de afirmação geral entre os geógrafos, a Nova Geografia acabou perdendo força a partir de 1990,



com o advento dos estudos marxistas nas pesquisas brasileiras, principalmente naqueles ligados à urbanidade, às falhas do desenvolvimentismo político setentista e militar e à renovação dos estudos regionais. A importância da Nova Geografia ou Geografia Teórica se dá pela persistência em construir um claviculário teórico próprio para a ciência geográfica, além da defesa explícita de uma visão mais apurada sobre a complexidade e riqueza dos estudos geográficos no Brasil:

Mais além da importância de ter dividido águas – se, em verdade, a Nova Geografia instaura uma mentalidade menos estreita e fomentadora de empreendimentos e linhas teórica outras –, o arejamento da disciplina, apesar de não ter sido, de fato, longo enquanto uma estrutura coesa em torno de dogmas indiscutíveis, finca uma bandeira cujo mastro se mantém teso até hoje. Os diásporos de uma Geografia tocada pela premência de recursos explanatórios objetivos e eficientes (úteis para a tomada de decisão e o planejamento, portanto) ainda respiram. (CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2004, p. 375).

Por fim, há trabalhos de resgate histórico ou de atualização teórica da Nova Geografia efetuados, por exemplo, por Dante Flávio da Costa Reis Júnior (2003; 2007), Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim (2007; 2014) e Rodrigo Dutra Gomes (2009; 2010). Além destas iniciativas, há a permanência dos estudos sistêmicos e teóricos em trabalhos de autores como Helmut Troppmair (Biogeografia, Geossistemas), Antonio Carlos Vitte (História do Pensamento Geográfico, Geografia Física\Geomorfologia), João Afonso Zavattini (Climatologia), Anderson Christofolletti (Teoria dos fractais), etc.

Sobre a Geografia Cultural, hoje em dia também nomeada Humanista ou Humanística, ao fazermos uma prospecção histórica sobre esta ideologia geográfica no Brasil, teremos os estudos descritivos ou regionalistas dos geógrafos franceses responsáveis pela institucionalização desta ciência em nosso país. Mas, somente décadas mais tarde, é que pesquisas de cunho comportamentalista começam a circular em periódicos, como o estudo intitulado *O papel dos geógrafos “culturais” nas decisões industriais* (1978) de Stephen Chang, na revista de Geografia do IBGE, ainda sob forte influência dos estudos comportamentais.

Chang (1978, p. 157) prioriza a noção de *finalidade* dos estudos culturais para que os mesmos fossem aproveitados pela necessidade da época em meio a todo o cenário de modernização do território brasileiro: “O planejamento do desenvolvimento industrial em diferentes áreas deve fundamentar-se em diferentes da concepção cultural de riqueza e as cambiantes do prestígio social ligado às suas diferentes normas.” (CHANG, 1978, p. 157).

Apesar desta inspiração comportamental, o autor faz leves críticas à descrição sem reflexão ou consideração mais aprofundada sobre a cultura no espaço:

Por seu próprio treinamento, os geógrafos culturais possuem uma compreensão fundamental de cultura. Cultura é aqui tida na acepção de acúmulo total de experiência humana. Os geógrafos têm, igualmente, a preocupação de abordagem global dos problemas, pelo que a compreensão que têm de todos os aspectos culturais em diferentes áreas é de utilidade. Uma simples descrição é insuficiente. Além disso, os geógrafos culturais se preocupam em como se inter-relacionam e interagem usar diferentes características entre si e como participam como antecedentes do meio cultural de uma determinada região. Esses profissionais estão, pois, preparados, por seu treinamento, mais para o exame e análise metódicos de relação entre variáveis culturais do que numa base de ensaio e erro. Duas dimensões – espaço e tempo – são essenciais para todos os geógrafos e a Geografia Cultural não é exceção à regra. (CHANG, 1978, p.157).

A percepção como conceito agregador destas teorizações é levantada por Chang (1978): “A percepção de inter-relacionamento cultural entre áreas pode ajudar as indústrias a competirem e prosperarem.” (CHANG, 1978, p. 158). E, além do comportamento, a riqueza regional da cultura é colocada como foco para o planejamento industrial, assentando o caminho para o almejado desenvolvimento: “Conhecimento da cultura regional e noção exata de semelhanças, diferenças e inter-relações espaciais são contribuições originais e marcantes que os geógrafos podem oferecer ao planejamento industrial, administração e desenvolvimento.” (CHANG, 1978, p.158).

Um ano antes deste estudo de Chang (1978), a geógrafa Livia de Oliveira (1977) apresentava um trabalho sobre a cognição e percepção na Geografia, sob forte influência da obra de Yi-Fu Tuan (em trabalhos de referência internacional como *Espaço e Lugar* e *Topofilia*). Para a autora, “[...] é preciso não confundir o ver com o perceber” (OLIVEIRA,1977,p.62), e distanciando, e esclarecendo, o campo de estudos da Geografia Cultural (ou da percepção, como é chamada pela geógrafa): “[...] é preciso distinguir a sensação da percepção” e “o conhecimento do mundo físico é tanto perceptivo como representativo”. (OLIVEIRA,1977,p.61).

Sobre o fenômeno social, a autora analisa a questão da alteridade e da importância da coletividade nos estudos culturais: “[...] o fenômeno perceptivo não pode ser estudado como um evento isolado, nem pode ser isolável da vida cotidiana das pessoas, a percepção deve se encarada como uma fase da ação exercida pelo sujeito sobre os objetos, pois as atividades não se apresentam como simples justaposições, mas como um encadeamento, em que umas estão ligadas às outras.” (OLIVEIRA, 1977, p. 67). E, ao final do seu texto, Oliveira (1977) esboça

uma delimitação temática, teórica e metodológica desta, então, nova corrente do pensamento geográfico:

“[...] a geografia da percepção e do comportamento é uma das novas tendências de nossa disciplina. Ela deve muito à contribuição da psicologia e da psicologia social. O fundamento dessa abordagem vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de o avaliar. Não se trata apenas de definir, para cada indivíduo, um tipo de espaço social na cidade e fora dele. Esse espaço social seria definido pelos lugares que lhe são familiares e as parcelas do território que ele deve percorrer entre estes diferentes lugares.” (OLIVEIRA, 1977, p. 67).

É interessante trazermos estas palavras de quase quarenta anos atrás para os dias de hoje, pois, se à época a Psicologia era aclamada como referência epistêmica para a Geografia Cultural, nos estudos contemporâneos observa-se uma aproximação muito maior com teorias, categorias e conceitos do Existencialismo e Fenomenologia.

Para Corrêa e Rosendahl (2005), houve um *segundo momento* de chegada da Geografia Cultural e Humanista, principalmente por influência do geógrafo Paul Claval, em meados de 1990. Para os autores, esta inserção dos estudos culturais e da percepção causou estremecimentos no cenário geográfico nacional: “A geografia cultura está implantada no Brasil, como tal entende-se aquelas geografias de matriz saueriana, influenciada pela denominada nova geografia cultura e pelo ‘arpoche culturel’ de Claval. A sua implantação gerou polêmicas pois, afinal, o que é visto como novo pode desafiar o establishment geográfico.” (CORREA; ROSENDAHL, 2005, p. 98).

Corrêa e Rosendahl (2005) ressaltam que os geógrafos alinhados à corrente cultural e humanista buscam superar estas situações com diálogos e polifonias teórico-metodológicas: “No entanto, os adeptos da geografia cultural brasileira são, por definição, adeptos de uma heterotopia geográfica, sem a ascendência de nenhum grupo.” (CORREA; ROSENDAHL, 2005, p. 98). A tradução de novas obras e autores foi fundamental para esta segunda onda dos estudos culturais:

Parcialmente influenciada pelas traduções, mas dotada de forte criatividade, a produção brasileira em geografia cultural tem crescido muito a partir de 1990. Paisagem cultural, percepção e significados, religião como uma construção cultural, espaço geográfico, literatura, cinema e espaço de festas populares, tanto o carnaval do Rio de Janeiro como festas de origem rural, território, imaginário de identidade, são alguns dos temas abordados e publicados quer na revista Espaço e Cultura, quer em outros periódicos e anais de Congresso, quer ainda na série Geografia Cultural. (CORREA; ROSENDAHL, 2005, p. 99).

A heterotopia epistemológica referida pelos autores fica visível quando enunciam os termos, conceitos e categorias passíveis de exploração pela Geografia Cultural: cinema, literatura, festas, religião e paisagens culturais. Corrêa e Rosendahl (2005, p. 101) consideram que, devido a suas características culturais e naturais, já era esperado que os estudos de cunho cultural e humanístico avançassem nas pesquisas geográficas brasileiras:

Com uma superfície de 8,5 milhões de Km<sup>2</sup> e uma população a 170 milhões de habitantes, a geografia cultural tem muito mais a fazer do que já foi feito. Especialmente porque rápidos e intensos processos de transformação econômica, social e cultural alteram a distribuição espacial da população, valores, hábitos e crenças, a paisagem cultural e os significados atribuídos à natureza e as às formas socialmente produzidas. E ainda há áreas a serem efetivamente povoadas. País industrializado, urbanizado, com moderna atividade agropecuária e áreas de fronteira de povoamento, o Brasil oferece contrastes que incluem desde a região metropolitana de São Paulo, com 18 milhões de habitantes, até selvagens vales da bacia amazônica, áreas de colonização alemã e áreas de decadentes plantações canavieiras, entre outras. Envolve ainda, áreas com fortes conflitos pela terra. As perspectivas para a pesquisa em geografia cultural são imensas. (CORREA; ROSENDAHL, 2005, p.101).

O risco que se assume com tamanho leque de temas é a relativização, seja teórica ou metodológica, destes estudos, ou então a possibilidade de se não aprofundar corretamente em um destes conceitos, temas ou recortes. O próprio Claval (1999) concorda com os autores cariocas sobre estas particularidades brasileiras para o crescimento e expansão da Geografia Cultural. Além disso, o autor francês faz um resgate histórico da expansão regional dos governos brasileiros desde Getúlio Vargas – nas sucessivas ondas da marcha em direção o Oeste do território –, que aumentaram, e muito, a visão da diversidade cultural nas diferentes regiões brasileiras.

Por outro lado, Claval critica duramente a ação homogeneizante do avanço das políticas de modernização – cenário apresentado nos capítulos 2 e 3 desta Tese –, ao considerar como atrasadas e como empecilhos os redutos culturais nos sertões, selvas e comunidades isoladas e meio rural nos interiores do Brasil:

A diversidade cultural do Brasil é grande: isto se deve à multiplicidade das tribos indígenas, à manutenção pelos imigrantes de verdadeiros isolamentos [...] cuja integração só se confirmou a partir do Estado Novo, minorias das cidades, isto se deve também à diversidade das técnicas e dos modos de exploração implantadas no tempo em que as comunicações eram difíceis, isto resulta, finalmente, das mudanças de mentalidade provocadas pelo choque das novas técnicas. Uma parte dessa diversidade encontra-se ameaçada: a modernização, que prolonga a globalização, repousa na utilização de técnicas científicas estandardizadas, que tornam obsoletos os *savoir-faire* tradicionais. A televisão é onipresente e faz com os hábitos locais sejam esquecidos. (CLAVAL, 1999, p. 22-23).

Este cenário singular, plural e diversificado também é apontado por Corrêa e Rosendahl (2005) como ponto forte a ser destacado nos estudos culturais. Em busca por pesquisas geográficas embasadas por este paradigma – no sentido conceitual de Khun (2007) e Domingues (1991) –, encontraremos teses, artigos e análises que vão das cidades históricas mineiras à percepção espacial dos ritos de passagem de tribos indígenas, de festas populares e religiosas às novas proposições epistêmicas embasadas em filosofias fenomenológicas, etc.

Admite-se que pesquisas empíricas em um contexto policultural como o Brasil pode alimentar novos conceitos e ampliar a base teórica da geografia cultural. Hipotetiza-se a partir da produção brasileira em geografia cultural, que conceitos como regiões culturais emergentes, regiões culturais residuais, paisagem poligenética e simulacros espaços-temporais (disneyfication) possam ser enriquecidos a partir do Brasil, país de contrastes culturais e de forte dinamismo espacial. (CORREA; ROSENDAHL, 2005, p.101).

Utilizamos como referência demonstrativa para a Geografia Cultural nomes como Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl e Livia de Oliveira, mas considerando a grande produção em curso nas últimas décadas, há os estudos de Salette Kozel, Maria Geralda de Almeida, Sylvio Fausto Gil Filho, Eguimar Felício Chaveiro, Werther Holzer, Rogério Haesbaert e, mais recentemente, nomes como Anderson Pereira Portuguez, Eduardo Marandola Júnior, Everaldo Batista da Costa e Rodrigo Ramos H. Felipe Valverde.

Além dos autores supracitados, há ainda produções recentes que ultrapassam as fronteiras destas ideologias e escopos teórico-metodológicos, focando-se em temas de cunho mais epistemológico ou de exploração da história do pensamento geográfico, como Elvio Rodrigues Martins, Ruy Moreira, Hélio Evangelista, Paulo Roberto Teixeira de Godoy e Manoel Fernandes de Sousa Neto; além de autores já mencionados que também produziram nestes campos fronteiriços da Geografia, como Paulo César da Costa Gomes, Armando Corrêa da Silva, Milton Santos, Antonio Christofolletti e Roberto Lobato Corrêa.

Para que não sejam cometidas quaisquer tipo de injustiças por não conferir o devido crédito a outros grande nomes da Geografia brasileira, é importante uma ressalva sobre o recorte das correntes que mais se destacaram nos estudos sociais e humanos da ciência geográfica. Há, obviamente, grandes estudos e colaboradores de áreas como Geografia Urbana e Rural, Demografia, Estudos Regionais, Biogeografia, Estudos Climáticos e Geomorfológicos, Ensino de Geografia, Geografia Econômica, Geopolítica, etc.

Em detrimento desta amplitude de campos, optou-se pela amostragem exposta até aqui, lembrando que a produção geográfica brasileira, seja Geografia Humana, Física ou em

estudos geográficos correlatos é vasta e rica, sendo necessário um estudo específico para dar conta de tantas vias para o olhar geográfico sobre o ser humano, o meio e a relação entre ambos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto na introdução da Tese, a caminhada resultante nas páginas anteriores a este arrebol começou, ainda, na Dissertação de Mestrado desenvolvida no biênio 2012\2013 no Departamento de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. A decisão pela continuidade destes passos pregressos foi tanto natural como fluida, devido à expansão das entradas argumentativas já mencionadas naquele período – colocadas em debate nos certames de qualificação e defesa, à época –, criando pontes conectivas entre os trabalhos, fornecendo a contiguidade inerente a ambos, amadurecendo o que foi iniciado antes e apresentando ou aprofundando a discussão nas novas fronteiras da presente Tese.

A temática da ufanía edênica, como visto ao longo dos quatro capítulos desta tese, possui uma riqueza imensurável para análise em investidas diversificadas, a depender do olhar posto, seja ele econômico, imaginário, político, cultural, histórico e, principalmente no caso do presente estudo, a visão geográfica do fenomecidade edênica. Se pensarmos na escolha do ufanismo edênico como um arco amplo de possibilidades de estudo, logo chegaremos à conclusão que muitas aberturas analíticas podem ser consideradas como possíveis, mesmo aparecendo com menor grau, a depender dos recortes, objetivos e suposições hipotéticas enunciadas.

Ao final dos quatro capítulos aqui apresentados tentou-se dar o substrato necessário para a fundamentação argumentativa da hipótese levantada no início do trabalho. Em outras palavras, se houve, e ainda há a presença de um imaginário e ideologia espacial fundamento e estruturador de toda uma cadeia discursiva pautada na ufanía edênica da historiografia brasileira, então é preciso que voltemos à nossa atenção aos fatos e fenômenos espaciais e temporais que lançam mão desta máxima e suas implicações teóricas, metodológicas e epistemológicas.

No caso desta última vertente da análise há, inevitavelmente, a necessidade da infiltração do pensamento e história da ciência geográfica como balizador do estudo proposto, tendo em vista que o edenismo e sua ufanía telúrica fizeram uso, e ainda assim persistem, do fundamento deste papel central da Geografia em sua estrutura simbólica, econômica e política. Os conceitos, teorias, e argumentações atinentes ao pensar e labor geográficos, contribuíram diretamente para a constituição deste cenário favorável de presença constante destas teorias, termos, metodologias, proposições e reflexões geográficos no cerne da retórica ufanista da espacialidade do mito fundacional brasileiro, desde a sua chegada, ainda nos

longínquos séculos da expansão marítima europeia, até os dias atuais, como mostrado no capítulo inicial do trabalho.

Este caminhar contínuo e dual, ao longo de toda a Tese – das teorias e fundamentações geográficas, juntamente com todo escopo da ideologia espacial do imaginário edênico –, configurou-se como o maior desafio para o estudo proposto, de modo a sustentar justamente a proposição analítica prevista no início deste trabalho, ou seja, da presença, força e resistência (por vezes refutação) do orgulho telúrico em nossa história, em diferentes representações e interpretações por parte, principalmente daqueles que detinham o poder de produção, circulação e potencialização deste discurso perante a população, como mostrado a partir, por exemplo, dos governos populistas do início do século XX, até as décadas mais derradeiras do mesmo recorte temporal, base da observação e análises de todo o doutoramento.

Portanto, colocar a Geografia, e o pensamento geográfico como um todo, à frente das questões do orgulho telúrico implica um encargo histórico e sociológico considerável. Esta especificidade condicional aflora ainda com maior força pelo fato dos pensadores da ciência geográfica terem influenciado diretamente algumas das ondas de interpretação do escopo imagético, do qual e pelo qual a difusão edenista encontrou potência de reificação mítica nas últimas décadas.

Esta historicidade do saber geográfico pôde ser observada no desenvolver do estudo apresentado, desde as origens seculares, e europeias, do mito do Paraíso Terreal, com as múltiplas vias de interpretação que este horizonte fundacional possibilitou; já no âmbito do recorte temporal estabelecido para a Tese, temos o uso político, econômico e ideológico do edenismo pelos governos populistas, com destaque para a gestão Vargas; há também o período de maior economicidade testemunhado na fase desenvolvimentista, ressaltando-se o olhar mitológico na síntese sociocultural por meio da construção de Brasília e do projeto messiânico pelas ações dos anos “acelerados” por JK; e, por fim, o grande plano integralista, progressista e ordenatório da passagem dos militares, transformando o edenismo em sua ideologia verdeameralista com os fortes e profundos traços ditatoriais.

Espera-se com este doutoramento, que novas empreitadas sejam feitas sobre a complexidade histórica e geográfica do imaginário edênico e da ufania telúrica na formação e afirmação do Estado nacional brasileiro. Como visto e, novamente, voltando-nos para as aberturas argumentativas, é possível visualizarmos diferentes revisitações do tema, ficando o seu recorte a critério da via escolhida, podendo ser a Geografia, em outras frentes de seu vasto alcance de estudos, ou áreas mediatas ou correlatas, como a Economia, a História, os estudos



ideológicos, dentre outros. Por ora, esperamos que os leitores deste estudo motivem-se a buscar, em novas paragens, contribuições para enriquecer ainda mais os enlaçamentos teóricos, práticos e metodológicos formadores do substrato edênico em suas relações com as ideologias espaciais, geográficas, a cultura e imaginário nacional brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- A *BÍGLIA SAGRADA Antigo e Novo Testamento*. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/biblia.pdf>> Acesso: 10.08.2014.
- ABRAHAM, Luis Alberto. *Modernidade Arquitetônica e Teoria do Poder de Estado em Brasília: Tradução, Ruptura e Domínio da Plástica*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, 1989.
- ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Era preciso redescobrir o Brasil. In: *Terra Brasilis (Nova Série)*. v. 3, p. 53-82, 2014.
- ABREU, Marcelo Paiva [org.]. *A ordem do progresso – Cem anos de política econômica republicana 1889- 1989*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 1ª edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ABREU, Maurício. Pierre Monbeig e os Primórdios da Geografia Urbana no Brasil. SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira – a dinâmica da transformação*. Bauru-SP: EDUSC, 2006.
- ABREU, Silvana de. *O planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense, contexto propósitos e contradições*. Tese de doutorado em Geografia Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2001.
- ABREU, Alzira Alves. *E ele voltou... o segundo governo Vargas>Getúlio Vargas e a imprensa: uma relação conflituosa*. In: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>> Acesso. 20.10.2014.
- AB' SABER, Aziz Nacib. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. In: *Estudos Avançados*. Nº 8 (22), 1994.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. *A quem serve a transposição das águas do São Francisco? (2011)* In: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-quem-serve-a-transposicao-das-aguas-do-sao-francisco-2>> Acesso: 10.08.2015.
- ADORNO, Theodor. *Teoría estética*. Trad. Fernando Riaza revisada por Francisco Pérez Gutiérrez. Madrid: Taurus Ediciones, 1971.
- \_\_\_\_\_. Indústria cultural. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987
- AGNEW, John. Of Canons and Fanons. In: *Dialogues in Human Geography*. nº 2 (2), 2012, p. 321-323.
- ALABARCES, Pablo. Fútbol y Patria: el fútbol y (la invención de) las narrativas nacionales em la Argentina del siglo XX. In: *CEIC Papeles*. Volumen 2006\1 septiembre 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Economia Política dos Descobrimentos Portugueses. In: Adauto Novaes. (Org.). In: *A Descoberta do Homem e do Mundo*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. , p. 193-208.

ALMEIDA Roberto Schmidt de. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.; SILVA, C. C.; FERREIRA, L. M. H.; *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. P. 410-415.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

AMORIM, Edgar. *Década de 50: época da criatividade, da improvisação e do esforço “ao vivo”*. Centro Cultural de São Paulo, 2008. Acesso: 15.11.2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Caminhos e descaminhos da geografia*. Campinas: Papirus, 1993.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. p. 21-72. jul.-dez. 2005.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. Território, Pátria e Nação em Everardo Backheuser. In: I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 1999, Rio Claro - SP. In: *Encontro Nacional de Historia do Pensamento Geográfico*. Rio Claro - SP: Universidade Estadual Paulista, 1999. v. 1. p. 1-17.

ANTONIO FILHO, Fadel David. *As ‘visões de mundo’: formas de pensar a realidade*. Trabalho apresentado no I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. UNESP, Rio Claro/SP, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre a palavra Sertão: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica). In: *Ciência Geográfica*, v. XV, p. 84-87, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia. *Temas de Filosofia*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina. Maravilhoso Mundo Reencontrado na América Portuguesa. In: Luís A. de Oliveira Ramos; Jorge Martins Ribeiro; Amélia Polónia. (Org.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. 1ed. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2001, v. 2, p. 169-182.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; REIS, JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. As Representações Simbólicas: A Pulsão Imagética e Sígnica na Produção dos Sentidos no Espaço. In: *Observatorium*, v. 3, p. 93-106, 2012

\_\_\_\_\_. *Do ufanismo edênico ao saudosismo heróico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional*. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Brasília: UnB, 2013.

\_\_\_\_\_. O Edenismo da Unidade Real de Valor: resquícios de um discurso calcado na valoração sgnica da natureza. In: *Revista de Estética e Semiótica*, v. 3, p. 62-81, 2013a.

\_\_\_\_\_. A presença de uma premissa categorial: a espacialidade nos conceitos-chave do pensamento geográfico. In: *Geoingá*, v. 5, p. 3-26, 2013b.

\_\_\_\_\_. A Mística do Saber Total: O Geógrafo como o Arauto da Síntese. In: *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, v. 16, p. 20-35, 2014.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Nathan Belcavello. Algunos Semióforos del 'Planalto Central' Brasileño. In: *Meridiano - Revista de Geografía*, v. 3, p. 113-130, 2014.

\_\_\_\_\_; MELO, Silas Nogueira de. Capitalismo estético e hiper-consumismo: as contradições com o discurso ambientalista. In: *Universitas Humanas*, v. 10, p. 1-10, 2014.

\_\_\_\_\_. O ubano e a cidade em simbologias (hetero)tópicas: argumentos para uma crítica sobre a patrimonialização. *Observatorium*, v. 7, p. 67-93, 2015.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999.

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do estado*. 44. ed. São Paulo: Globo, 2005.

BACKHEUSER, Everaldo. *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Lammert, Limitada, 1948 (Volume 178-179, Biblioteca do Exército).

\_\_\_\_\_. Everaldo. Rio-Branco Geógrafo e Geopolítico. In: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Tomo L II, Rio de Janeiro (Distrito Federal, 1945, p. 5-29.

BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado. Cap. I Conhecimento e descrição*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BARRETO, Arnaldo Lyrío. Paraíso Terreal - Influência dos livros nas descrições do Mundo Novo. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso). In: História das Ciências e das técnicas e epistemologias. Disponível em: <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh3/trabalhos/Arnaldo%20Lyrio%20Barreto%201.pdf>> Acesso: 08.09.2014.

BARROS, Wagner Santos. A construção do Paraíso Euclides da Cunha, Amazônia e o futuro da nação que não foi. In: *Terra Brasilis* (Nova Série), 2 | 2000. p. 1-6.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth.. A dinâmica do nacionalismo varguista: o caso de empresas estatais e filiais estrangeiras no ramo de energia elétrica. In: *XXXIV Encontro Nacional de Economia (ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia*, 2006a, Salvador.

\_\_\_\_\_. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. In: *Economia* (Campinas), v. 7, p. 239-275, 2006b.

\_\_\_\_\_. Liberal esclarecido ou aliado fiel? Sobre a natureza da política econômica externa brasileira no governo Dutra (1946-1951). In: *Economia* (Brasília), v. 11, p. 212, 2012.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Nacionalismo e Desenvolvimento. In: *Novos Estudos*. Nº 7, março 2007. p. 29-36.

BAUDRILLARD, Jean. *El Sistema de los Objetos*. Trad. Francisco Gonzáles Aramburu. México: Siglo XXI, 1969.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d' Água, 1991.

BECHHOFFER, Frank; MCCRONE, David. *National Identity, Nationalism and Constitutional Change*. Palgrave Macmillan, 2009.

BECKER, Bertha. A Amazônia na Estrutura Espacial Brasileira. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 36. Nº 2. Rio de Janeiro, 1974. 3-36.

BECKER, Bertha. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?. In: (Org.). ARAÚJO, T. P.; WERNECK, S. T.; *50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Editora do IPEA, 2009, v. 1, p. 54-82.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Opinião – Getúlio Vargas, Juscelino e a História*. (2007) In: <<http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/5810>> Acesso: 20.09.2015.

BERTRAND, Georges. Paisagem geográfica física global: esboço metodológico. In: *Revista RA E GA*, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR.

BENEVIDES, Mara Victoria. O Governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991, v. , p. 9-22.

BENJAMIN, Walter. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

\_\_\_\_\_. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 164-196.

BERDOULAY, Vincent. El Sujeto, El Lugar y la mediación del Imaginario. In: *Geografías de lo Imaginario*. [Org.] Alicia Lindón; Daniel Hiernaux. Barcelona: Antrhopos Editorial. México: Universidad Autónoma MetropolitanaIztapalapa, 2012.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de Estrelas. A Delimitação das Latitudes e das Fronteiras na América Portuguesa. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 73-85, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960. In: *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras*. Ricardo Bielschowsky . *et al.* Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento : Caixa Econômica Federal, 2011.

\_\_\_\_\_. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: *Economia e Sociedade* (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 728-747, 2012.

BILHÃO, Isabel. *Visões do Brasil: realidade e perspectiva*. [Org.] Isabel Bilhão. Caixas do Sul: EDUCS, 2003.

BIZELLO, Maria Leandra. *Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Tese de Doutorado em Multimeios. Universidade Estadual de Campinas: Campinas\SP, 2008.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. *A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)*. Tese de Geografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

BOMFIM Paulo Roberto de Albuquerque. Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960. In: *Terra Brasilis*. IBGE, Saberes e Práticas Territoriais, n. 4, 2014. p.1-34.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960. In: *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 3 | 2014. p. 1-34.

BONIFÁCIO, José de. Notas sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como Estado independente. In: *José Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular*. [Org.]. SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

BORGES, Maria Neli Ferreira. O Brasil na ordem capitalista mundial. In: *Visões do Brasil: realidade e perspectiva*. [Org.] Isabel Bilhão. Caixas do Sul: EDUCS, 2003.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. Formações ideológicas na cultura brasileira. In: *Estudos Avançados (USP. Impresso)*, v. 9, p. 275-293, 1995.

BOTELHO, André. José Leite Lopes: a ciência e o desenvolvimentismo. In: *Ciência e Sociedade (CBPF)*, Rio de Janeiro, v. 003/04, p. 1-34, 2004.

BURDEAU, Georges. *O Estado*. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Ed. 12. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL ( DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891)*. In: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)> Acesso: 10.11.2015.

\_\_\_\_\_. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934)*. In: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)> Acesso : 10.11.2015.

\_\_\_\_\_. *CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)*. In: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)> Acesso : 10.11.2015.

\_\_\_\_\_. *O Plano Salte*. Departamento Administrativo de Serviço Público. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

BRASIL. *portaria nº 70, Organização a Expedição Roncador-Xingu de 1943*, In: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328230/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-06-1943>> Acesso 05.12.2015.

\_\_\_\_\_. *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitscheck*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1958.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967*. In: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 20.01.2016.

BRASIL, *Emenda Constitucional nº1 de 17 de outubro de 1969* In: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)> Acesso: 20.01.2016.

BRASIL. *DECRETO-LEI Nº 1.106, DE 16 DE JUNHO DE 1970*. In: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm)> Acesso 20.01.2016.

BRASIL, Médici, Emilio. *PROJEETO-LEI Nº 1.106, DE 16 DE JUNHO DE 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências*. In: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm)> Acesso: 20.01.2016.

BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971 Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. [1971] In: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso: 20.01.2016.

BRASIL. *Resolução nº 71, de 1º de dezembro de 1971, do CFE. Fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude.* In: Documenta nº 133. Rio de Janeiro, dez. 1971b. P. 399-402.

\_\_\_\_\_. *Presidente (1956-1961). Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BRASIL JUNIOR, Paulo Nogueira Batista. *Nação, por que te quero: a trajetória do nacionalismo militar no processo político brasileiro (1930 – 1964)* (2006). In: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/idade/201108311523170.P\\_NOGUEIRA2.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/idade/201108311523170.P_NOGUEIRA2.pdf)> Acesso. 10.01.2015.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo.* Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAY, Silvio Carlos. A Visão do Mundo de Pierre Deffontaines e a Ideologia da Cultura Brasileira nos Anos 30. In: *Geografia*. Rio Claro, 18 (2), 53-67, out. 1993.

BULFINCH, Thomas. *O Livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis.* 26ª Ed. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

CABRAL, João de Pina. “O Diabo e o Dilema Brasileiro: uma perspectiva anti-cesurista.”. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo (Brasil), Universidade de São Paulo, 2009, pp. 477-525.

CAILLOIS, Roger. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem.* Trad. José Garcez Palha. Lisboa: Cotovia, 2000.

CALLAI, Helena Copetti. *Geografia: um certo espaço, uma certa aprendizagem.* Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1995.

CAMARGO, José Carlos Godoy; ELESBÃO, Ivo. O Problema do Método nas Ciências Humanas: o caso da Geografia. In: *Mercator. Revista de Geografia da UFC*, ano 03, número 06, 2004, p. 7-18.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta.* Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>> - Acesso em 18 de Abril de 2012, às 10h30.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CAPEL, Horácio. Historia de la Ciencia e Historia de las Disciplinas Científicas. In: *Geo-Crítica*, nº , 1989.

\_\_\_\_\_. “Institucionalización de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos”. In: *Geo-Crítica* nº 8-9, 1977.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. *O Estado Desenvolvimentista e o Nordeste: o BNB na busca de um novo modelo de desenvolvimento regional.* Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, UFRN, 2006.



CARDOSO, Adalberto . Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 53, p. 775-819, 2010.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris Cardoso. O IBGE através de seus geógrafos: uma trajetória de sessenta anos. In: *Terra Brasilis* (Nova Série) 3, 2014.

CARTA DO BRASIL AO MILIONÉSIMO. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Abril-Junho, 1942 p. 259-263.

CARVALHO, Delgado de. *Methodologia do Ensino Geographico - introdução aos estudos de Geographia Moderna*. Tomo I. Petrópolis, RJ: Typographia das Vozes, 1925.

\_\_\_\_\_. *O Atlântico [1939]*. In: IBGE. [Org.] Geografia e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. (Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16). IBGE: Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Colonização e núcleos de expansão [1941]*. In: IBGE. [Org.] Geografia e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. (Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16). IBGE: Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Geografia e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. (Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16). IBGE: Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais – Anpocs* n° 13 pág. 63-79 out/dez. 1998.

CARVALHO, Lucas Borges de. Direito e barbárie na conquista da América Indígena. In: *Sequência* (UFSC), Florianópolis, v. 49, p. 53-70, 2004.

CARVALHO, Marcia Siqueira. O Pensamento Geográfico Medieval e Renascentista no Ciberspace. In: Rosely Sampaio Archela; Tânia Maria Fresca; Rosana Figueiredo Salvi. (Org.). *Novas Tecnologias*. 1ed.Londrina: EDUEL, 2001, v. 1, p. 101-113.

CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Códex, 2003.

CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

CASTRO, Iná. Elias. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: *Explorações Geográficas* (Org.) CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155 – 196.

CASTRO, Therezinha. *Geopolítica, princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1999.

CASTRO, Iná Elias. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Therezinha. América do Sul: Vocação Geopolítica. In: *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 27, n. 54, p. 16-32, jan./jun. 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar. In: *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 22, n.2, jul./dez., p. 123-136, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15389>. Acesso 20.10.11.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu País*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

CHANG, Stephen. O papel dos geógrafos “culturais” nas decisões industriais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. ano 40. nº 1. Rio de Janeiro. Jan-Mar. 1978, p. 156-161.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia?*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense. 1983.

\_\_\_\_\_. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. 1ªed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005. (Coleção História do Povo Brasileiro).

CHIAVENATO, José. *Bandeirismo: dominação e violência*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 1991.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Geomorfologia*. São Paulo: Edgar Blucher, 1980.

\_\_\_\_\_. *Geomorfologia Fluvial*. São Paulo: Edgar Blucher, 1981.

\_\_\_\_\_. A significância contextual da Geografia Física. In: *Simpósio Teoria e Ensino da Geografia*. Belo Horizonte, 1983. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. As perspectivas dos estudos geográficos. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Perspectivas da Geografia*. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

CLAVAL, Paul. Reflexões sobre a Geografia Cultural no Brasil. In: *Espaço e Cultura*. Nº8 ago-dez, 1999. p. 7-29.

CLAVAL, Paul. Geografia Cultura: um balanço. In: *Revista Geograifa (Londrina)* v. 20, n 3, p. 5-24 set/dez, 2011.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia da geografia*. Trad. Margareth de Castro Pimenta, Joana Pimenta. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. *GEOgraphia* (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013.

COLÓN, Cristóbal. *Carta de Colón a los Reyes Católicos ("La Tierra de Gracia")*. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000066.pdf> > Acesso: 15.09.2014a.

\_\_\_\_\_. *La llegada de Colón a la isla de Guanahaní (en las Bahamas) el 12 de octubre de 1492*. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000067.pdf> >. Acesso: 15.09.2014b.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). In: *Terra Brasilis* (Nova Série), 3 | 2014. p.1-17.

CORRÊA, Roberto Lobato. Estudo das relações entre Cidade e Região. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Fundação IBGE, nº 1 ano 31, jan/mar. de 1969.p. 43-56.

\_\_\_\_\_. Algumas Considerações sobre a Análise Regional. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 49. Nº 4. Rio de Janeiro. 1987. p. 47-52.

\_\_\_\_\_; ROSENDAHL, Zeny (orgs). Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CORREA, Roberto Lobato. *Trajétoias Geográficas*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. Monumentos, Política e Espaço. In: *Geo Crítica Scripta Nova Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona*. Vol. IX, núm. 183, 15 de febrero de 2005.

\_\_\_\_\_; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural no Brasil. In: *Revista da ANPEGE*, v. 1, p. 155, 2005.

CORREIA, Pedro de Pezarati. Geopolítica e Geoestratégia. In: *Nação e Defesa*. Nº 131, 5ª série. 2012. p. 229-246.

COSTA, Sandro da Silveira. América Portuguesa: paraíso terreal. In: *Esboços* (UFSC), Florianópolis, v. n. 9, p. 117-142, 2002.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Julio Cesar. A ideologia espacial constitutiva do Estado Nacional brasileiro. In: *Scripta Nova (Barcelona)*, v. XVI, p. 1-28, 2012.

\_\_\_\_\_; STEINKE, Valdir Adilson. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. In: *Scripta Nova (Barcelona)*, v. 44, p. 1-27, 2014.

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília, de autoria de Lúcio Costa, vencedor no Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em 1956*. (1962). Disponível em: <http://concursosdeprojeto.org/2010/04/21/plano-piloto-de-brasilia-lucio-costa/> consulta em 21.07.2014.

COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1967.

\_\_\_\_\_. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

\_\_\_\_\_. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981a.

CRUZ, Marta Vieira. *Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964)*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_083.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html)> Acesso em 10.10.2014.

CUNHA, Euclides. *Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CYSNA, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: *Est. Econ.* São Paulo. V. 23, N. 2, p. 185-226. 1993.

DAMATTA, Roberto. *A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

DAVIDOVICH, Fany Rachel. Transformações do Quadro Urbano Brasileiro: período 1970-1980. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 49. Nº 4. Rio de Janeiro. 1987. p. 7-24.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBRAY Régis. *Manifesto midiológico*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades. In: *Boletim Geográfico*. Ano II, Nº 14, Maio – 1944, p. 142.

\_\_\_\_\_. Pierre. Geografia Humana do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 1, Nº 2, abril de 1939, p. 20.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: *Geografia Humana*. BRUNHES, J. Trad. Ruth Magnanini. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

DOMINGUES, Heloisa Bertol. A Geografia e o exótico brasileiro. In: *Terra Brasilis [Online]*, 2 | 2000. p. 1-11.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. *Território e Destino Nacional: Ideologias Geográficas e Políticas Territoriais no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia – USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994.

DNIT. *As Rodovias Brasileiras e o Salto Necessário Para O Primeiro Mundo*. In: Fórum de Infraestrutura e Logística. Belo Horizonte, 7 de junho de 2013.

DOMINGUES, Ivan. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

DOXIADIS, Constantino; PAPAIOANNOU, John . *Ecumenopolis, The Inevitable City of the Future*. Athens Center of Ekistics, 24 Stratiotikou Syndesmou Street, Athens 136, Greece: xxviii + 469 pp., 153 figs incl. numerous maps, 23.5 × 15.6 × 2.5 cm, thick paper covers, [no price indicated], 1974.

DURANDIN, Guy. *As mentiras na propaganda e na publicidade*. Trad. Antônio Carlos Bastos de Mattos. São Paulo: JSN Editora, 1997.

DUTRA, Pedro César Fonseca. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito\Texto para discussão*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília\Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

DUTRA-GOMES, Rodrigo. Aspectos do Determinismo Científico e a Geografia. In: *Terra Livre*, v. 1, p. 77-91, 2009.

\_\_\_\_\_. *Geografia e Complexidade: da diferenciação de áreas à nova cognição do sistema Terra-Mundo*. Tese de Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Campinas\SP: Unicamp, 2010.

EAGLETON Terry. *A ideia de cultura*. Trad. Castello S. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ideologia: Uma introdução*. Trad. Silvana Vieira; Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP/Boitempo, 1997.

ECO, Humberto. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Trad. Aurora F. Bernardini & Homero. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1993.

ESTRADA, Maria Lúcia. O processo de produção do espaço urbano-industrial: um exercício teórico-metodológico. In: *A construção do espaço*. [Org.] Maria Adélia de Souza; Milton Santos. São Paulo: Nobel, 1986.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-famada quanto mal conhecida. In: *Revista Geo-Paisagem*, v. 5, n. 10, jul./dez. 2006.

FAISSOL, Speridião. Teorização e Quantificação em Geografia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. ano 40. nº 1. Rio de Janeiro. Jan-Mar. 1978, p. 3-50.

FAJARDO, Sérgio. Ideologia, método e espaço geográfico: pontos para discussão. In: IV Semana de Geografia de Irati, 2008, Irati -PR. *ANAIS VI SEMANA DE GEOGRAFIA "O ONTEM, O HOJE E O AMANHA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRAFICO*. Guarapuava: Unicentro, 2008. v. 1. p. 15-20.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FBC – FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL *Relatório de Atividades*. [S.l.; s.n.], 1961.

FEROLLA, Sérgio Xavier. Desenvolvimento tecnológico e soberania. In: *Revista da Escola Superior de Guerra – V.1*, no (dez. 1983) – Rio de Janeiro: ESG. Divisão de Documentação, 1983, p.13-19.

FERREIRA, Luiz Otávio; BRITTO, Nara. Os Intelectuais no Mundo e o Mundo dos Intelectuais: uma leitura comparada de Karl Mannheim e Pierre Bourdieu. In: Vera Portocarrero. (Org.). *Filosofia, História e Sociologia das Ciências: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, v. 1, p. 133-150.

FERREIRA, Marieta de Moraes ; MESQUITA, Claudia. Os anos JK no acervo da Biblioteca Nacional .In: *BIBLIOTECA NACIONAL* (Brasil). *Brasiliana da Biblioteca Nacional-guia de fontes sobre o Brasil /Organização Paulo Roberto Pereira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIREDO, João. *Discurso à Nação Brasileira Por Ocasão Do 20º Aniversário da Revolução*. 31 de março. 1984. Brasília, Palácio do Planalto. In: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1/1984/13.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1/1984/13.pdf/at_download/file)> Acesso: 20.10.2015

FIGUEIREDO, João. *Discurso de Posse*. 15 de março. 1979. Brasília, Palácio do Planalto. In: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-de-posse/discurso-de-posse/view>> Acesso: 20.10.2015.

FIALHO, IVAN. In: Novo enfoque para os estudos da ESG XXI. In: *Revista da Escola Superior de Guerra – V.1*, no (dez. 1983) – Rio de Janeiro: ESG. Divisão de Documentação, 1983, 198-209.

FOER, Franklin. *Como o futebol explica o mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FONSECA, Luís Adão. O Imaginário dos navegantes português dos séculos 15 e 16. In: *Estudos Avançados* 6 (16), 1992, p. 35-51.

FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclo ou Séries? O se altera quando se muda a forma de organizar os tempos e os espaços da escola (Trabalho Encomendado para o GT 13 Educação Fundamental).. In: 27a. Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu. Anais da 27a. Reunião Anual da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2004. v. 1.

FURTADO, Celso. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GALLO, Fabricio. A fronteira agrícola na região Centro-Oeste brasileira e a integração territorial do país: o papel decisivo da aviação. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 34, p. 11-24, 2008.

GALEANO, Eduardo. Futebol ao Sol e à Sombra. Tradução: NEPOMUCENO, Eric; BRITO, Maria do Carmo; FARACO, Sérgio; SSÓ, Ernani. Porto Alegre, L&PM, 2004.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000282.pdf>> Acesso: 15.09.2014.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo, Loyola, 1982.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

\_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GÁUDIO Rogata Soares Del; BRAGA Rosalina Batista. A geografia, a educação e a construção da ideologia nacional. In: *Terra Livre*. Presidente Prudente. Ano 23 v. 1, n. 28 p. 177-196. Jan- Jun/2007.

\_\_\_\_\_. *Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira*. Belo Horizonte: UGMG, 2007.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v. 31, nº 1. 1969. p. 5-25.

GEISEL, Ernesto. *Discurso feito aos dirigentes da Arena, no Palácio da Alvorada (1974)* Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/17.pdf/download>> Acesso. 10.10.2015.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GEORGE Pierre. *Os Métodos da Geografia*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. *A Geografia Ativa*. 1966. Editora Difusão.

GIANNASI, Carlos Alberto. *A Doutrina de Segurança Nacional E O Milagre Econômico*. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2011.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. *Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia*. Artigo apresentado originariamente no 5º Encontro Nacional da ANPEGE sob o título: Espaço de Representação: Epistemologia e Método. 2003.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Paradigmas e Geografia. In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, p. 67-80, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: GOMES; P. C. C; CORRÊA, L. (Org.) *Explorações Geográficas: percursos no fim do Século*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (p. 14-42).

\_\_\_\_\_. *Geografia e Modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A Geografia está em Crise. Viva a Geografia, in: MOREIRA, Ruy. *Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. I, nº 2, 1988, p. 264-215.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. *IBGE: um retrato histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional, nº 5).

GOTTMANN, Jean. A Evolução do conceito de território. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, 2 012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 2*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 3*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIMM, Flavia Christina Andrade. *Trajatória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis*. Tese de Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH-USP, 2011.

GUEDES, Justo Max. A carta náutica de Piri Reis (Piri Reis Haritasi), 1513. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.1. p. 95-111. jan.- jun. 2009.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo dos Santos Silva. O Planalto Central e o problema da mudança a capital do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XI, nº 4. Out-Dez Rio de Janeiro, 1949.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, Nacionalismo e Estado. In: *Estudos Avançados*. 22 (62). 2008. p. 145-160.

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica do Brasil: O caso da Copa de 70*. Dissertação de Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo PUC\SP, 2006.



HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *Social Justice and the City*. Oxford: Blackwell Publishers, 1973.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos Desde 1780*. 3ª Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo. Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUIZINGA, J. *Homo ludens*. Tradução: João Paulo Monteiro. 4ªed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura. In: *Revista IDEAS*, v. 4, 2010, p. 271-306.

IBGE. O Levantamento Mundial do Uso da Terra (Noticiário). In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XII. Jan-Mar, 1950. nº 1. p. 159-164.

\_\_\_\_\_. Noticiário XVIII Congresso Internacional de Geografia. In *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XVI, out-dez, nº 4, 1954. p. 515-548.

\_\_\_\_\_. *I Centenário das Ferrovias Brasileiras. (Diversos Autores)*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

\_\_\_\_\_. *Tipos e aspectos do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1956.

\_\_\_\_\_. *Curso de Férias para professores de Geografia do Ensino Médio*. Fundação IBGE. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1969.

\_\_\_\_\_. *Evolução demográfica 1948-2010* (2010). In: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000403.pdf>> Acesso: 20.12.2016.

\_\_\_\_\_. *Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010*. Documentos para disseminação Memória Institucional, nº 17. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, 2011.

INKELES, Alex; SMITH, David Horton. *Tornando-se Moderno: as transformações individuais ocorridas em seis países em desenvolvimento*. Trad. Regina Ribeiro Perez; Vera Maria Moyna. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1974.

INOCÊNCIO, Maria Eral; CALAÇA, Manoel . Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. In: *Revista IDEAS*, v. 04, p. 271-306, 2010.

IORIO, Gustavo Soares. *Ideologias Geográficas no Brasil sob Regime Militar: O Ministério do Interior (1967-1980)*. Monografia de Bacharelado em Geografia pela UFV. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

IPEA. *Estado, Instituições e Democracia. Vol. 1.* (Livro XX). Brasília: IPEA, 2010a.

IPEA. *O Brasil em 4 décadas.* (2010b) In: <In: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)> Acesso: 20.11.2015.

ISA. Instituto Socioambiental. *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos.* São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

IVO, Alex de Souza. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)*. Dissertação de Mestrado em História Social – FFCH. Salvador: UFBA, 2008.

JAFFRELOT, Christophe. *For a theory of nationalism* (2003). In: <http://www.sciencespo.fr/ceri/sites/sciencespo.fr/ceri/files/qdr10.pdf>> Acesso: 12.10.2015.

JAMBEIRO, Othon [et al.]. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação.* revisão: Tania de Aragão Bezerra, Magel Castilho de Carvalho. – Salvador: EDUFBA, 2004.

JAMES, Preston. A estrutura conceitual da Geografia. In: *Boletim Geográfico*. Nº 199. Ano 25. Jun-Ago. 1967. p. 3-18.

\_\_\_\_\_; FAISSOL, Speridião. O problema da Capital do Brasil. (Transcrições). In: *Boletim Geográfico*. Ano XVIII. Nº 158. Set-Out. 1960. p. 770-790.

JAPIASSU, Hilton. As Máscaras da Ciência. In: *Ci. Inf.*, Rio de Janeiro, 6(1): 13-15, 1977, Disponível em: <[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/04/pdf\\_28fed6bf2e\\_0009750.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_28fed6bf2e_0009750.pdf)> Acesso 10.10.2014.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

JUNG, C. G. *O homem e seus símbolos*. 6ªEd. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

KAMITA, João Masao. "Arquitetura Moderna e Neoconcretismo: uma experiência da geometria". In: *8º Seminário Docomomo-Brasil Cidade Moderna e Contemporânea: síntese e paradoxo das artes*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 1-11.

KOBS, Veronica Daniel. *Nas melhores lojas do ramo, em livro e dvd*. Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal do Paraná. Paraná: UFPR, 2009.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 3ª Ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

KOTHE, Rene Flávio. *O cânone colonial: ensaio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. *O cânone republicano (Parte I e II)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo : Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília* . Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos)

\_\_\_\_\_. *Comemoração do Centenário Da Primeira Rodovia Brasileira, Construída por Teófilo Ottoni [1957]*. In: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1957/37.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1957/37.pdf/at_download/file)> Acesso. 10.10.2015.

KUHN, Thoamas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9 Ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUNHAVALIK, José Pedro. *Os Militares e o Conceito de Nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

KUNZLER Edinho Carlos; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. a ideologia nos livros didáticos de geografia durante o regime militar no brasil. In: *Terra Livre* Presidente Prudente Ano 23, v. 1, n. 28 p. 197-220. Jan- Jun/2007.

LABASSE, Jean. A procura de um quadro regional. . In: *Boletim Geográfico*. Nº 199. Ano 25. Jun-Ago. 1967. p. 19-23.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos (1954 [1921]).

LACOSTE, Yves. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. 13 ed. São Paulo: Editora Papirus, 2007.

LAGE, Creuza Santos. Prefácio. In: SANTOS, Jémison Mattos dos. Et al. (Org). *Reflexões e Construções Geográficas Contemporâneas*. Salvador, 2004.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

LAMEGO, Mariana. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: Construindo um objeto imaginário. In: *Terra Brasilis (Nova Série)*, 3 | 2014. p. 1-27.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é Imaginário?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 16 Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LAS CASAS, Frei Bartolomeu de. *O Paraíso Destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. Trad. Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martin. 2006.

LE CORBUSIER. Towards a New Architecture. In: *Architecture and Design in Europe and America, 1750-2000*. Edited by HARRISON-MOORE, Abigail; ROWE, Dorothy. Malden, MA\ Oxford: Blackwell Publications, 2006. p. 403-410.

LE GOFF, Jacques. *História e memória* Trad. Bernardo Leitão ... [et al.] Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LESSA, Temízia Cristina Lopes. *O migrante e a formação de territórios no Distrito Federal: o caso da Estrutural, o espaço construído no contexto do lixo*. Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2014.

LIMA, Azevedo. O Saneamento do Amazonas. *Cultura Política – Revista de estudos brasileiros*, v. 1, n. 3, p. 98-111, 1941.

LIMA, Hermes. Significação do Nacionalismo. In: *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

LIMA, Luiz Costa. Uma questão da modernidade: o lugar do imaginário. In: *Revista USP*, Março, Abril, Maio, 1989, p. 44-57.

LIMA, Maria Helena Palmer (Org.); Et. al. *Divisão Territorial Brasileira*. (2002). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em: [http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira\\_IBGE.pdf](http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf) Acesso: 20.04.2015.

LIMA, José Adil Blanco de. A Atualidade de Visão do Paraíso. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades* (Online), v. 8, p. 1-17, 2011.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense. UFF, 2010.

LOWENTHAL. David. *El pasado es un país extraño*. Trad. Pedro Piedras Monroy. Madrid/España: Ediciones Akal, 1998.

LÖWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

LOPES, Lucas. O Vale do São Francisco: Experiência de planejamento regional. In: *Revista Brasileira de Geografia*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XII. Jan-Mar, 1950. nº 1. p. 98-121.

LOWENTHAL, David. *El pasado es um país extraño*. Trad. Pedro Piedras Monroy. Madrid/España: Ediciones Akal, 1998.

MACHADO, Lia Osório. *Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, os espaços vazios e a idéia de ordem*. In: CASTRO, Iná Elias et alii. *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

MACHADO, Mônica Sampaio; DAMASCENO, Angela Nunes. Exemplos Brasileiros de Geografia Histórica: considerações sobre as obras de Maurício Abreu e Antonio Carlos. In: *Geo UERJ* (2007), v. 1, p. 18-35, 2013.

MACKINDER, Halford. J. "The Geographical Pivot of History." *The Geographical Journal* 23. 1904. p. 421-437.

\_\_\_\_\_. "The Geographical Pivot of History" in *Democratic Ideals and Reality*. Norton and Company. New York, U.S.A, 1962.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MAIA, José Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MAIA, João Marcelo Ehlert. A imaginação da terra O pensamento brasileiro e a condição periférica. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2. 2013. p. 79-97

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARCELINO, Wanielle Brito. (Org.). *Goulart, João (1918-1976) Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009.

MARINHO, Roberto. *Julgamento da Revolução*. In: *Verdade, memória e justiça [recurso eletrônico]: um debate necessário/ Rogério Gesta Leal organizador*. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

MARTINS, Elvio. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 21, pp. 33 - 51, 2007.

MARTINS, José Antônio. *Corrupção*. São Paulo: Globo, 2008.

MARTINS, Raúl François. Geopolítica e Geoestratégia: o que são e para que servem?. In: *Nação e Defesa*. Instituto da Defesa Nacional de Portugal. Ano XXI, nº 78. 1996.

\_\_\_\_\_. Acerca do conceito de estratégia. In: *Nação e Defesa*. Instituto da Defesa Nacional de Portugal. Ano IX, nº29. Jan-Mar. 1984.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. Copa do mundo de 1950 e sua inserção na produção do espaço urbano brasileiro. In: *Geo UERJ* - Ano 15, nº. 24, v. 2, 2º semestre de 2013. p.1-22.

MASSEY, Doreen. *For Space*. Los Angeles\London: Sage, 2005.

MATTOS, Meira, *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1975.

MÉDICI, Emílio Garrastazu, *O Jogo da Verdade (1969)*. In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1969/01.pdf/view> Acesso: 10.11.2015.

MELO, Adriana de Ávila; VLACH, Vânia Rúbia Farias; SAMPAIO, Antonio Carlos Freire. História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão. In: Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos; Adriany de Ávila Melo Sampaio. (Org.). *Geografia e Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. 1ed.Curitiba: CRV, 2012, v. 1, p. 31-48.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MONBEIG Pierre. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, SP: DIFEL, 1958.

\_\_\_\_\_. O Pensamento e o Método na Obra de Pierre Monbeig – Análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40. In: *Geografia*. São Paulo, UNESP, 2, 83-90, 1983.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de geografia humana brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

\_\_\_\_\_. Os modos de pensar na Geografia Humana. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 68, 1990.

MORAES Antonio Carlos Robert de. Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate. In: *A construção do espaço*. [Org.] Maria Adélia de Souza; Milton Santos. São Paulo: Nobel, 1986.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. In: *Estudos Históricos*. N° 8, 1991a.

MORAES, Antonio Carlos Robert. de. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991b.

\_\_\_\_\_; COSTA, W. M. da. *Geografia crítica: A valorização do Espaço*. 4ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

\_\_\_\_\_. O Sertão, um “outro” geográfico. In: *Terra Brasilis (Nova Série)*. Vol. 4-5. 2003. p. 1-8.

\_\_\_\_\_. Território e Identidade na Formação Brasileira. In: *Ideologias geográficas*. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. Território e História no Brasil. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005

\_\_\_\_\_; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica: A valorização do espaço*. 4ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORAIS, Pedro. Decifrando a esfinge: uma tentativa de análise do Conjunto JK. In: *IV DoCoMoMo Sul*, 2013, Porto Alegre. IV DoCoMoMo Sul - Pedra, Barro e Metal, 2013.

MOREIRA, Ruy. A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais. In: *Geografia: Teoria e Crítica*. MOREIRA, Ruy [Org.] O Saber Posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: *Etc espaço, tempo e crítica*. Nº 1(3), Vol. 1, 1º de junho de 2007.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOREIRA, Heleno. Mobilização nacional para que? In: *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 26, n. 53, p. 98-107, jul./dez. 2011.

MOREIRA, Ediorfe. *Ideias para uma concepção geográfica da vida* [Org.] Maria Stella F. P. Guimarães. Belém: SEMEC, 2012.

MYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: Uma contribuição para sua avaliação. In: *Perspectivas*. v. 4. 1981. p.75-92.

NOGUÉ, Joan. Intervención em imaginarios paisajísticos y creación de identidades territoriales. In: *Geografías de lo Imaginario*. [Org.] Alicia Lindón; Daniel Hiernaux. Barcelona: Antrhops Editorial. México: Universidad Autónoma MetropolitanaIztapalapa, 2012.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo geográfico no Brasil. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 315-335, jul | dez 2012

NORONHA, Carlos Eduardo. *Nacionalismo, Tradição e Modernidade*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

OLIVA, Oswaldo Muniz. O Século XXI para a Escola Superior de Guerra. In: *Revista da Escola Superior de Guerra – V.1*, no (dez. 1983) – Rio de Janeiro: ESG. Divisão de Documentação, 1983, 35-42.

OLIVEIRA, Lívia. Contribuição dos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica. In: *Geografia*, v.3, n.2, 1977, p. 61-72.

OLIVEIRA, Sebastião Monteiro; Antônia Silva de Lima . O Mito na formação da identidade. In: *Dialógica* (Manaus), MANAUS, 31 jul. 2006.

OLIVEIRA, Adriana Mattos de. *A Jovem Guarda e a Indústria Cultural: análise da relação entre o movimento Jovem Guarda, a indústria cultural e a recepção do público*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, UFF, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Brasília, a meta-síntese*. In: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Meta-sintese>> Acesso: 15.09.2015a.

\_\_\_\_\_. *A conquista do Oeste*. In: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>> Acesso: Acesso: 15.09.2015b.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste*. In: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>> Acesso: Acesso: 15.09.2015b.

PADUA, Andréia Aparecida Silva de. A Sobrevida da Marcha para o Oeste. In: *Estudos, Goiânia*, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007.

PAVIANI, Aldo. Expansão metropolitana: a modernização com desemprego. In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

PASCHOAL, Francisco José. *Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil*. In: 1º Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 anos do Estado Novo, a ser realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga – Estudo de Geografia Humana. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXI. Nº 3. Jul-Set. 1959. p. 239-336.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia na Universidade do Ar. In: *Boletim Geográfico*. Ano II, Nº 14, Maio – 1944a.

\_\_\_\_\_. *A Geografia no Brasil*. AZEVEDO, Fernando (org.). In: *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p.349-461.

PEREIRA, Maria Florice Raposo. A Geografia no Pensamento Filosófico. In: *Mercator* (UFC), v. 10, p. 31-37, 2006.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Ler o espaço para Compreender o Mundo: a função alfabetizadora da geografia. In: *Revista Tamoios (Impresso)*, v. 2, p. 17-24, 2005

PIZARRO, Francisco. a S. M. refiriendo la llegada de Pedro de Alvarado a su Gobernación de Quito y todo lo acaecido con Don Diego de Alvarado en aquella provincia. Pachacama, 1.º de Enero de 1535. In: *Cartas del Marqués Don Francisco Pizarro*. ICAZA, Francisco A. de. [Org.] Alcántara, 77 (2013): pp. 71-92.

PINTO, Mário da Silva. Aspectos de Problemas Energéticos do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XVII. Nº 4 Out-Dez. 1955. p. 507-556.



PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. In: *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.145-154, 2000.

PORRATA, Francisco Eduardo. *Relectura del discurso novomundista de Alejo Carpentier y Abel Posse en el contexto de la nueva novela histórica*. A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Spanish. Florida International University, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S. A. 1993.

REGAL, Débora Regal. *Getúlio Vargas volta ao Catete: a estratégia de propaganda varguista nas eleições*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

REIS, Eustáquio, *et al.* O século XX nas Contas Nacionais. In: Marcelo paiva Abreu; Wanderley Guilherme dos Santos. (Org.). *As estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. *Humano pelo viés quantitativo: um exame do (neo)positivismo em Speridião Faissol, através da análise de textos selecionados*. Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro. Rio Claro\SP, 2003.

\_\_\_\_\_; CAMARGO, José Carlos Godoy. Considerações a respeito da Geografia Neopositivista no Brasil. In: *Geografia*. Rio Claro. V. 29 n. 3 set\dez, 2004. p. 355-382.

\_\_\_\_\_. *Cinquenta chaves. O físico pelo viés sistêmico, o humano nas mesmas vestes ... e uma ilustração doméstica: o molde (neo)positivista examinado em textos de Antonio Christofolletti*. Tese de Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas\SP, 2007.

\_\_\_\_\_. . A nova geografia física bertrandiana (é possível tornar humanístico um fisiógrafo?). In: *Revista GeoNorte*, v. 4, p. 34-46, 2012.

RELPH, Edward. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976.

*REVISTA INTERIOR*. Brasília: Ministério do Interior. Ano II, n. 9, março-abril de 1976. Bimestral.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade : 1964-1984*. Londrina : Eduel, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.

RIBEIRO, Júlio Cezar. *A geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-geográfico*. Niterói: UFF, 2006 (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

RIBEIRO, Luiz Carlos. Apresentação. In: *Futebol e globalização*. RIBEIRO, Luiz Carlos (Org.). Jundiaí (SP): Fontoura, 2007.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Tradução e apresentação Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. In: *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RODRIGUES, Nelson. *Somos o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. As Unidades Morfoesculturais do Brasil: uma nova proposta de classificação do relevo brasileiro. In: *Anais do III Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada-Nova Friburgo-RJ*. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 1989, Nova Friburgo-RJ. Anais do III-Simpósio Brasileiro de Geografia Física, 1989.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. O Messianismo e a Construção do Paraíso na História. In: *Revista Aulas (Dossiê Religião) nº 4* – abril 2007/julho 2007.

SAID, Edward, *Representaciones del intelectual*. Trad. Isidro Arias. Barcelona: Paidós, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica?* 19ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, Milton. *A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1969.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, María Laura. *Brasil. Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *O País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania*. [Org.] Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Pubifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza. In: *Economia Espacial: alternativas e críticas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Antonio Carlos. O naturalismo sob o olhar modernista: Candido e a crítica a Aluísio Azevedo. In: *Crítica Cultural (Critica)*, Palhoça, SC, v. 6, n. 2, p. 557-563, jul./dez. 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 31, p.3-16, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. *O Imaginário: Psicologia fenomenológica da imaginação*. Trad. Duda Machado. São Paulo: Editora Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. *A imaginação*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&M, 2009.

SAUER, Carl. The Morphology of Landscape. In: *Berkeley: University of California Press Publications in Geography* v.2, n.2, 1925. p. 296-315.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SENRA, Nelson. A junção do G ao E na formação do IBGE. In: *Terra Brasilis (Nova Série)*. v. 3, p. 02-21, 2014.

SILVA, Armando Correa da. A Geografia e a totalidade estrutural em crise de fundamento. In: *Simpósio de Ensino de Geografia*. Belo Horizonte, março, 1983. p. 37-60

\_\_\_\_\_. *A Aparência, o Ser e a Forma - Geografia e Método*. In: *GEOgraphia, Rio de Janeiro, Vol. 2, No 3, 2000*.

SILVA. Antonio Carlos. O nacionalismo nas ondas de rádio. In: *Em Tempos de Histórias*. , n°. 6, 2002.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da; RAMIRES, Regina Rizzo . Onde se constrói a identidade formativa do geógrafo e do professor de Geografia? Ou ainda, é possível fazer Geografia nos cursos de Geografia? In: *Terra Livre*, v. 2, p. 173-179, 2008

SIMONSEN, Mário Henrique. A inflação brasileira: lições e perspectivas. In: *Revista de Economia Política*. V. 5 N. 4, out\dez, 1985.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. A Censura durante o Regime Autoritário. I: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, p. 21-43, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1999.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. A Ciência Geográfica e a Construção do Brasil. In: *Terra Livre*, São Paulo, v. 15, p. 09-20, 2000.

\_\_\_\_\_. A História da Geografia no Brasil. In: *Revista Tamoios*. v. 1, n. 1 (2005), 124-127.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Desia Senhorinha Cabral de. *O mito Getúlio Vargas: o enfoque do jornal tribuna da imprensa*. Monografia Comunicação Social. Juiz de Fora/MG: UFJF, 2005.

SOUZA BRASIL, Rafael Nascimento de. Nação, por que te quero: a trajetória do nacionalismo militar no processo político brasileiro (1930 – 1964) . In: *XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009, p. 1-8.

SOUZA, Rose Mara Vidal. Televisão, Democracia e Propaganda no Brasil. In: *Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação – Celacom: .Televisão, Democracia e Propaganda Política no Brasil*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

TAVARES, Jeferson. *50 anos do concurso para Brasília – um breve histórico*. In: *Arquitextos. ano 08, jul. 2007*

TEIXEIRA, Aloisio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. In: *Econômica*, nº 4 dez 2000. p. 85-109.

TODOROV, Tzvetan. *Teorias do Símbolo*. Trad. Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70.

TRICART, Jean. *Ecogeografia*. Rio de Janeiro: Diretoria Técnica Supren, 1977. – influência na visão mais holística de Ab’Sáber

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Getúlio. *03 de novembro de 1930 - Discurso pronunciado, por ocasião da posse como Chefe de Governo Provisório da República*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1930/03.pdf/view> > Acesso. 10.04.2015.

\_\_\_\_\_. *18 de setembro de 1933 - Os problemas do Nordeste e a ação do governo provisório*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1933/05.pdf/view> > Acesso: 10.04.2015.

\_\_\_\_\_. *A missão social do jornalismo brasileiro*. (Discurso Pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, a 16 de Julho de 1936). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>> Acesso: 20.04.15.

\_\_\_\_\_. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, v. 1, 1938.

\_\_\_\_\_. *A Nova Política do Brasil: O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1938.

\_\_\_\_\_. *Mensagem. Revista de Educação*, São Paulo, SP, v. 29, p. 30-39, 1943.

\_\_\_\_\_. *O Brasil visto como um todo*. (Discurso Pronunciado no Círculo Militar do Paraná, em Curitiba, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor federal, a 24 de janeiro de 1944). Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/> Acesso: 20.04.15.

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas sobre o Nordeste*, em 1 de setembro de 1953. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1953/02.pdf> Acesso: 10.04.06.

VESENTINI, José William. *Repensando a geografia escolar para o século XXI*. São Paulo: Plêiade, 2009.

VIEIRA, Erika. A importância do rádio no Estado Novo. In: *VIII Encontro Nacional de História da Mídia (Unicentro)* Guarapuava-PR, 28-30 abril, 2011.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. *A Marcha para Oeste. A Epopéia da Expedição Roncador-Xingú*. São Paulo: Globo, 1994.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvere. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. Trad. Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. In: *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5 | 2003. p. 1-13.

VLACH, Vânia R. F. "O ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva histórica". In: VESENTINI, José W. (org.) *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 187-218.

VOGLER, Christopher. *A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores*. Trad. Ana Maria Machado. 2.ed. -Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2006

\_\_\_\_\_. *Da ideologia do ensino da Geografia de 1o e 2o graus*. Orientação. São Paulo. N.9 p 27-32. 1992.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XVII. Nº 4 Out-Dez. 1955, p. 389-422.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. As formas de expressão do imaginário e as estruturas paradoxais da linguagem simbólica das imagens. In: *Educere Et Educadre*. Vol. 8, nº 16 jul/dez, 2013, p. 311-119.

\_\_\_\_\_. *O Imaginário*. Trad. Maria Stela Gonçalves. São Paulo. Edições Loyola, 2007.

ZIZEK, Slavoj. Introdução – O Espectro da Ideologia. In: ZIZEK, Slavoj [Org.] *Um Mapa Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. (p. 7–39).

**Sites consultados:**

[www.mauritshuis.nl/collection](http://www.mauritshuis.nl/collection)

[www.mapashistoricos.usp.br/](http://www.mapashistoricos.usp.br/)

[www.vanderbilt.edu/esss/resources/maps.php](http://www.vanderbilt.edu/esss/resources/maps.php)

[www.biblioteca.presidencia.gov.br/](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/)

[www. http://cpdoc.fgv.br](http://www.http://cpdoc.fgv.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932,892,0.htm](http://www.http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932,892,0.htm)

[www.brasil500anos.ibge.gov.br](http://www.brasil500anos.ibge.gov.br)

[www.raremaps.com/gallery](http://www.raremaps.com/gallery)

[www.encyclopedia.itaucultural.org.br/](http://www.encyclopedia.itaucultural.org.br/)

[www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/)

[www.orteliusmaps.com/](http://www.orteliusmaps.com/)

[www.centrocultural.sp.gov.br/](http://www.centrocultural.sp.gov.br/)

[www.correiobraziliense.com.br/](http://www.correiobraziliense.com.br/)

[www.jornaldebrasilia.com.br/](http://www.jornaldebrasilia.com.br/)

[www.resistirepreciso.org.br](http://www.resistirepreciso.org.br) (comprar o l

[www.bnmdigital.mpf.mp.br/](http://www.bnmdigital.mpf.mp.br/)

[www.memoriasdeditadura.org.br/](http://www.memoriasdeditadura.org.br/)

[www.dicionariodoaurelio.com/](http://www.dicionariodoaurelio.com/)

[www.dictionary.cambridge.org/](http://www.dictionary.cambridge.org/)

[www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais](http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais)

[www.fotospublicas.com/acervo-historico/fotos-de-todos-os-presidentes-brasil/](http://www.fotospublicas.com/acervo-historico/fotos-de-todos-os-presidentes-brasil/)

[www.memoria.ebc.com.br](http://www.memoria.ebc.com.br)

[www.copadomundo.uol.com.br/historia-da-copa/1970-mexico/fotos/#fotoNav=32](http://www.copadomundo.uol.com.br/historia-da-copa/1970-mexico/fotos/#fotoNav=32)

[www.ipt.br](http://www.ipt.br)

[www.geografia.seed.pr.gov.br/](http://www.geografia.seed.pr.gov.br/)

[www.eletronbras.com.br](http://www.eletronbras.com.br)

[www.geografia.seed.pr.gov.br/](http://www.geografia.seed.pr.gov.br/)

[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

[www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/](http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/)

[www.obrabonifacio.com.br/](http://www.obrabonifacio.com.br/)

[www.orlandobrito.com.br](http://www.orlandobrito.com.br)

[www.memorialjk.com.br/](http://www.memorialjk.com.br/)

[www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/pdrmonet.asp](http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/pdrmonet.asp)

[www.sudam.gov.br/](http://www.sudam.gov.br/)

[www.sudene.gov.br/](http://www.sudene.gov.br/)

[www.sudeco.gov.br/](http://www.sudeco.gov.br/)

[www.centrocultural.sp.gov.b](http://www.centrocultural.sp.gov.b)

[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)